Mitchell G. Bard

Mitos e Fatos

A verdade sobre o conflito árabe-israelense

Disponível para download em:

www.Beth-Shalom.com.br

Informações sobre Israel e o Oriente Médio

Clique aqui para adquirir a versão impressa >>

Título Original:
Myths and Facts – A Guide for the Arab-Israeli Conflict
ISBN 0-9712945-1-8
Versão impressa: Copyright © American Israeli Cooperative Enterprise (AICE) Inc., 2002.
Versão eletrônica: Copyright © American Israeli Cooperative Enterprise (AICE) Inc., 2004.
www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/myths/mftoc.html

Este livro é uma realização da
AICE – American Israeli Cooperative Enterprise
(Organização de Cooperação EUA-Israel)
2810 Blaine Dr. - Chevy Chase, MD 20815 - USA
Tel.: 301-565-3918 Fax: 301-587-9056
Email: mgbard@aol.com
http://www.JewishVirtualLibrary.org

Direitos exclusivos de edição desta obra
em língua portuguesa cedidos à
EDITORA E LIVRARIA SÊFER LTDA.
Alameda Barros, 893 CEP 01232-001 São Paulo SP Brasil
Tel.: 3826-1366 Fax: 3826-4508 sefer@sefer.com.br
Livraria Virtual: www.sefer.com.br

Tradução:	Uri Lam
Edição Final:	José Sergio Rocha
Editoração Eletrônica e Mapas:	Eliana Merlino
Capa:	Dagui Design
Fotolitos e Impressão:	OESP Gráfica

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro ou da versão eletrônica pode ser reproduzida
de forma alguma sem a permissão expressa, por escrito,
da AICE, Inc. e da Editora e Livraria Sêfer Ltda.

2004
ISBN 85-85583-59-2
Printed in Brazil

Índice

Prefácio 5
Prefácio à Edição Brasileira 6

1. As raízes de Israel 9
2. O período do Mandato Britânico 24
3. A partilha 37
4. A guerra de 1948 45
5. O caminho para Suez 54
6. A Guerra dos Seis Dias 60
7. Entre as guerras 77
8. A guerra de atrito, 1967-1970 82
9. A Guerra do Yom Kippur 85
10. As fronteiras 92
11. Israel e Líbano 108
12. As Guerras do Golfo 122
13. As Nações Unidas 134
14. Os refugiados 144
15. O tratamento aos judeus nos países árabes/islâmicos 173
16. Os direitos humanos nos países árabes 201
17. Os direitos humanos em Israel e nos territórios 217
18. Os levantes palestinos 231
19. Jerusalém 268
20. A política norte-americana para o Oriente Médio 285
21. O processo de paz 317
22. Os assentamentos 387
23. O equilíbrio bélico 397
24. A mídia 403
25. As atitudes árabes/muçulmanas em relação a Israel 421

APÊNDICES
O equilíbrio militar no Oriente Médio (2003) 438
Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas 439
O reconhecimento Israel-OLP 440
O Pacto do Movimento de Resistência Islâmico (HAMAS) 442
Internet - Fontes recomendadas 444
Leituras recomendadas 447
Índice dos mitos 449

QUADROS

1 - Imigrantes judeus para a Palestina..... 27
2 - Refugiados palestinos registrados pela UNRWA -2003.....162
3 - Civis israelenses e soldados das FDI assassinados na "intifada de Al-Aksa..... 239
4 - A população de Jerusalém..... 268
5 - O valor dos pedidos de Financiamento Militar estrangeiro por Estado..... 295

MAPAS

1 - A divisão da área do Mandato pela Grã-Bretanha, 1921-1923..... 26
2 - O plano da partilha-1947 - Assembléia Geral das Nações Unidas – Resolução 181..... 40
3 - O plano de partilha da Comissão Peel, julho de 1937..... 43
4 - A invasão árabe, 15 de maio de 1948..... 47
5 - Linhas do armistício, 1949..... 49
6 - Ataques terroristas, 1951-1956..... 60
7 - A campanha do Sinai, 1956..... 56
8 - As colinas do Golã antes da guerra de 1967 Distâncias e elevações..... 61
9 - Israel antes da guerra de 1967..... 63
10 - A frente egípcia, 5 a 8 de junho de 1967..... 67
11 - A batalha por Jerusalém, 5 a 7 de junho de 1967..... 68
12 - As linhas de cessar-fogo após a Guerra dos Seis Dias, 1967..... 70
13 - Os ataques egípcio e sírio, 6 de outubro de 1973..... 86
14 - Os alcances dos mísseis e da artilharia desde as posições na Cisjordânia..... 94
15 - As colinas do Golã..... 96
16 - Medida comparada das colinas do Golã..... 100
17 - Tempos de vôo até Israel..... 102
18 - Distâncias entre os centros populacionais israelenses e as linhas de armistício pré -1967..... 105
19 - Fronteira entre Líbano-Israelense (em 2000)..... 117
20 - Os refugiados judeus dos paises árabes, 1946-1972..... 146
21 - Os campos de refugiados da UNRWA (em 2000)..... 165
22 - Recursos hídricos..... 337
23 - O mapa oficial da Palestina divulgado pela Autoridade Palestina..... 355

Prefácio

Em 1957, Si Kenen começou a escrever e editar um boletim de notícias – *Near East Report* – para informar o público sobre os acontecimentos relacionados ao Oriente Médio. Grande parte daquilo que publicou era conhecido, mas ele sentiu necessidade de esclarecer ainda mais os leitores sobre o conflito árabe-israelense, com a finalidade de desfazer alguns mitos fabricados por aqueles que pretendiam reescrever a História com o objetivo de acomodá-la aos seus propósitos. Com esse objetivo, o *Near East Report* passou a divulgar pesquisas especiais a respeito dos temas pertinentes. Gradualmente, essas análises ganharam a dimensão de um livro intitulado *Mitos e Fatos*.

Os mitos sobre o Oriente Médio não se originaram na década de 1950 nem deixaram de ser divulgados. Os acontecimentos tumultuosos da região parecem estar invariavelmente acompanhados de toda sorte de novas distorções dos fatos relacionados ao conflito árabe-israelense. Com a permissão do Near East Research (Centro de Pesquisas do Oriente Próximo) e atendendo a numerosos apelos, a Organização de Cooperação EUA-Israel (AICE – American Israeli Cooperative Enterprise) produziu uma versão atualizada desse texto clássico, cuja vantagem, com sua versão de apoio *online* na internet, é estar conectada via *hiperlinks* à vasta rede de recursos disponíveis em nossa Biblioteca Virtual Judaica e ser atualizada com os novos acontecimentos.

A resposta à nossa versão eletrônica tem sido fantástica e as pessoas passaram a solicitar exemplares impressos do texto; conseqüentemente, publicamos este livro como uma referência rápida e fácil. Recomendo que você adquira uma cópia para ter em mãos quando não puder ter à disposição o acesso *online*. Novos mitos que surgem após cada publicação do livro serão incorporados imediatamente, com os *fatos* correspondentes no *site*:

http://www.JewishVirtualLibrary.org

Gostaria de agradecer as contribuições do destacado grupo de editores anteriores: Sheila Segal, Wolf Blitzer, Alan Tigay, Moshe Decter, M.J. Rosenberg, Jeff Rubin, Eric Rozenman, Lenny Davis e Joel Himelfarb. Também agradeço a Rafi Danziger, Rebecca Weiner, Isaac Wolf, David Shyovitz, Alden Oreck, Elihai Braun e Sarah Szymkowicz por sua assistência de valor incomensurável para a preparação desta edição.

A AICE é particularmente agradecida a Eli Hertz, que patrocinou a primeira edição deste livro em inglês, e à Fundação Ben & Esther Rosenbloom por ter patrocinado a versão de *Mitos e Fatos* na Internet.

"A verdade", afirmou Lord Acton, "é o único mérito que dá dignidade e valor à História". As páginas que se seguem apresentam a verdade sobre o conflito árabe-israelense. Esta é a melhor arma que temos contra os divulgadores de mentiras.

Mitchell G. Bard
Dezembro de 2002

Prefácio à Edição Brasileira

Novas luzes no Oriente Médio

*Ricardo Viveiros**

Os acontecimentos no Oriente Médio passaram a ocupar intensamente a mídia internacional a partir da criação do Estado de Israel, no ano de 1947, decidida na histórica sessão das Nações Unidas presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha. Não tardaram a ocorrer atos de hostilidades naquela parte do planeta. Em 1957, quando Israel completava dez anos de existência, o editor Isaiah L. (Si) Kenen (1905-1988) começou a publicar o boletim "Near East Report". Sua intenção não era apenas a de divulgar notícias sobre o Oriente Médio, mas de acender uma luz sobre os conflitos árabe-israelenses.

A maior preocupação de Si Kenen foi a de rebater versões que considerou "fabricadas" por autores interessados em "reescrever" a História de acordo com interesses particulares ou nacionais. Era o que, desgraçadamente, se verificava: a objetividade — logo ela, que deveria servir de lanterna da nossa vida profissional —, estava sendo morta e enterrada no resto do mundo, porque o noticiário enviado pelos correspondentes no Oriente Médio era "esquentado", como se diz no jargão das redações de jornais; isto é, sofria estranhas e inadmissíveis interferências em seu conteúdo original.

Kenen de imediato se apercebeu de um fato — as notícias transmitidas para diversos veículos de imprensa nos cinco continentes eram, constante e maldosamente, distorcidas. Por esse motivo, optou pela análise em profundidade dos temas, pela clareza na linguagem e concisão no trato das informações.

Diante do extenso repertório de mitos, alguns nascidos nas décadas de 1940 e 1950, outros surgidos muitos séculos antes, só mesmo com o compromisso da exatidão, poucas palavras e sempre um dedo na ferida, seria possível transmitir a verdade sobre o que ocorria naquela conturbada esquina da Ásia.

Em 1957, eu era apenas um menino de uma família católica do Rio de Janeiro. Meus pais tinham parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho de sangue árabe e de sangue judeu — e muitos deles freqüentavam nossa casa num harmonioso convívio que, no Brasil, felizmente é uma realidade. Lembro que foi na minha juventude, nos anos 60, que tomei conhecimento do Holocausto.

Como todas as pessoas deveriam reagir às aberrações, horrorizei-me com o sacrifício de seres humanos em campos de concentração, fiquei estarrecido ao ler os depoimentos dos sobreviventes, chorei ao assistir às cenas de matança coletiva registradas pelas câmeras e filmadoras nazistas, mais tarde reveladas ao mundo.

Sinto o mesmo horror, nos dias atuais, com as novas formas de terrorismo e com as duras respostas militares que parecem realimentar a insensatez dos líderes religiosos e paramilitares que enviam mulheres e até crianças a missões suicidas. Afinal, entre o mar e o rochedo estão seres humanos – judeus e palestinos. Gente como você, eu ou qualquer outro humano, lutando. para viver/sobreviver e, se possível, ser feliz.

É dever do jornalista buscar a verdade. Não a "verdade" que resulta da mentira repetida mil vezes, como na máxima atribuída ao ministro da Propaganda nazista, Paul Josef Goebbels. Mas, sim, a verdade perseguida pelos homens e mulheres de bem, pela Ciência e as religiões — sejam elas quais forem.

Como jornalista, comprometido pelo compromisso de busca da verdade para a profissão que escolhi, passei a acompanhar com maior atenção os conflitos sangrentos que brotam no cotidiano daquela terra sagrada, sobretudo a partir das guerras "Dos Seis Dias" (1967) e do "Yom Kippur" (1973), tornando dramáticas as condições de vida dos povos israelense e palestino. Homens e mulheres que com certeza conviveriam em harmonia se tantas mentiras divulgadas por falsos historiadores e falsos profetas não tivessem engrossado o caldo de cultura da intolerância.

Foi nas redações de importantes veículos da mídia impressa e eletrônica para os quais trabalhei, no Brasil e no Exterior, que percebi, mesmo à distância, o fecundar de novos ovos de serpentes gerados pela falsificação de fatos. Depois, ao visitar, profissionalmente, o Oriente Médio, pude constatar no simples convívio com aqueles sofridos homens e mulheres que, desse conflito, as informações chegam ao resto do mundo bem distantes da verdade. Recentemente, tomei conhecimento das atividades de Si Kenen, graças ao trabalho de outro garimpeiro da verdade, o escritor norte-americano Mitchell G. Bard — que transformou no livro "Myths & Facts" o material colhido pelo editor do "Near East Report". Bard apurou ainda mais a pesquisa original de Kenen, acrescentando-lhe farto material de consulta, mais documentos, mapas e indicações de novas fontes confiáveis que estão disponíveis também na Internet. Sua obra, que tenho a honra de prefaciar nesta edição em português, tornou-se *best seller* em muitos países e, ao que tudo indica, seguirá o mesmo caminho aqui no Brasil.

Como foi dito por Bard na edição original norte-americana de 2002 de "Myths & Facts", os mitos sobre o Oriente Médio não se originaram na década de 1950. Os acontecimentos tumultuados da região parecem, invariavelmente, acompanhados de toda sorte de novas distorções dos fatos. Da mesma forma como o autor, rendo meu respeito às palavras de Lord Acton: "A verdade é o único mérito que dá dignidade e valor à história". Outro analista muito citado, o senador norte-americano Hiram Johnson, disse: "Quando começa uma guerra, a primeira vítima é a verdade".

É uma necessidade permanente acender novas luzes sobre este assunto para que a verdade não seja metralhada e apenas ela, a verdade que buscamos, seja repetida mil vezes. Só com a livre e correta informação, de um lado e de outro do conflito, iremos desfazer mitos e garantir o inalienável direito da humanidade ao conhecimento dos fatos.

Este livro — embora enfatize o ponto-de-vista israelense — constitui-se numa contribuição valiosa para que o leitor faça seu próprio julgamento sobre o conflito no Oriente Médio. E que, a partir desta leitura, se interesse em buscar a correta visão palestina, também muito importante para a justa análise da questão. Num aspecto, todos certamente estamos de acordo: esta guerra já devia ter acabado há muito tempo, seja de quem for a parcela maior de responsabilidade por tantos séculos de discriminação e tantas décadas de frustrada busca do entendimento.

Para a humanidade deve prevalecer o espírito da paz entre os povos como forma de garantia de um mundo melhor, único compromisso que, a rigor, temos para com o futuro. Que este livro possa, no mínimo, provocar um debate no qual homens e mulheres de boa vontade, dos dois lados, mostrem seus fatos e derrubem seus mitos sobre esse dramático conflito. E, desse diálogo, surjam novos horizontes de mais fraternidade e amor, uma nova luz no Oriente Médio, emanada apenas das palavras da "Torá" e do "Alcorão" que conclamam à paz, à fraternidade e ao amor ao próximo.

** Ricardo Viveiros é jornalista, escritor e empresário do setor de Comunicação.*

1. As Raízes de Israel

MITO

"Os judeus não têm direito à terra que eles chamam de Israel."

FATO

É um erro comum achar que todos os judeus foram forçados à Diáspora pelos romanos após a destruição do segundo templo de Jerusalém, no ano 70 E.C.,[1] e que só 1.800 anos depois regressaram à Palestina exigindo seu país de volta. Na realidade, o povo judeu tem mantido laços com sua pátria histórica por mais de 3.700 anos.

Os judeus fundamentam o seu direito a Israel em pelo menos quatro premissas: 1) Foram eles que colonizaram e desenvolveram aquela terra; 2) A comunidade internacional concedeu soberania política aos judeus na Palestina; 3) O território foi tomado em guerras defensivas; 4) Deus prometeu a terra ao patriarca Abraão.

Mesmo após a destruição do segundo templo de Jerusalém e do início do exílio, a vida em Israel continuou e floresceu normalmente. Grandes comunidades se restabeleceram em Jerusalém e Tiberíades por volta do século IX. No século XI, havia concentrações judaicas em Rafah (em hebraico, Rafíah), Gaza, Ashkelon, Iafo (Jaffa) e Cesaréia.

Os cruzados massacraram muitos judeus durante o século XII, mas a comunidade se recuperou nos dois séculos seguintes, quando um grande número de rabinos e peregrinos judeus imigrou para Jerusalém e Galiléia. Rabinos proeminentes se radicaram em Safed, Jerusalém e outros lugares durante os 300 anos seguintes. No início do século XIX – anos antes do nascimento do movimento sionista moderno – mais de dez mil judeus viviam ao longo do que hoje é Israel.[2] Os 78 anos de construção da nação, iniciados em 1870, culminaram com o restabelecimento do Estado judeu.

> *"Ninguém presta qualquer favor a Israel por proclamar o seu 'direito à existência'. O direito de Israel existir, assim como o dos Estados Unidos, Arábia Saudita e outros 152 países, é axiomático e incondicional. A legitimidade de Israel não está suspensa no ar, à espera de reconhecimento... Certamente não há outro país, grande ou pequeno, jovem ou velho, que iria considerar o simples reconhecimento do seu 'direito à existência' como um favor ou uma concessão negociável".*
>
> **– Abba Eban**[3]

A "certidão de nascimento" internacional de Israel foi validada pela promessa bíblica; a presença judaica ininterrupta dos tempos de Josué em diante; a Declaração Balfour de 1917; o Mandato da Liga das Nações, que incorporou a Declaração Balfour; a resolução da partilha pelas Nações Unidas em 1947; o ingresso de Israel nas Nações Unidas em 1949; seu reconhecimento pela maioria dos países; e, sobretudo, tem sido validada pela sociedade criada em Israel nas décadas de existência nacional próspera e dinâmica.

MITO

"A Palestina sempre foi um país árabe".

FATO

Acredita-se que o termo *Palestina* tenha origem entre os filisteus, um povo egeu que, no século XII A.E.C., estabeleceu-se ao longo da planície costeira mediterrânea onde ficam agora Israel e a Faixa de Gaza. No século II, após esmagarem a última revolta judaica, os romanos usaram pela primeira vez o nome *Palaestina* para se referir à Judéia (a região sul do território da atual Cisjordânia), numa tentativa de minimizar a identificação judaica com a terra de Israel. A palavra árabe *Filastin* vem deste nome latino.[4]

Os hebreus chegaram a Israel por volta de 1.300 A.E.C. e viveram em uma confederação tribal até se unificarem sob o primeiro monarca, o rei Saul, cujo filho, o rei Davi, escolheu Jerusalém como capital por volta de 1.000 A.E.C. O rei Salomão, filho de Davi, construiu o templo pouco depois e consolidou as funções militares, administrativas e religiosas do reino. A nação foi dividida durante o reinado do filho de Salomão: o Reino do Norte (Israel) durou até 722 A.E.C., quando os assírios o destruíram; e o Reino do Sul (Judá) sobreviveu até a conquista babilônica em 586 A.E.C. Depois disso, os judeus desfrutaram de breves períodos de soberania, antes que a maioria fosse finalmente expulsa de sua pátria, no ano 135 E.C.

A independência judaica na terra de Israel durou mais de quatro séculos. Isto é, muito mais do que os americanos já desfrutaram da independência na terra que ficou conhecida como Estados Unidos.[5] De fato, se não fosse pela cobiça dos conquistadores estrangeiros, hoje em dia Israel teria três mil anos.

A Palestina nunca foi uma região exclusivamente árabe, embora a língua árabe tenha se tornado, com o tempo, o idioma da maior parte da população, após as invasões muçulmanas do século VII. Jamais existiu algum país árabe ou palestino independente na Palestina. Quando o professor Philip Hitti, destacado historiador americano de origem árabe que lecionou na Universidade de Princeton, se pronunciou contra a partilha, diante do Comitê Anglo-Americano, em 1946, foi incisivo: "Não existe, absolutamente, na História, a (nação) Palestina".[6]

Antes da partilha, os palestinos não se viam como possuidores de uma identidade em separado. Quando o I Congresso das Associações Muçulmanas e Cristãs se reuniu em Jerusalém, em 1919, para eleger representantes palestinos à Conferência de Paz de Paris, foi adotada a seguinte resolução: "Consideramos a Palestina como parte da Síria árabe, já que esta nunca se separou daquela em tempo algum. Estamos ligados por vínculos nacionais, religiosos, lingüísticos, naturais, econômicos e geográficos".[7]

Em 1937, um líder árabe local, Auni Bey Abdul-Hadi, disse à Comissão Peel,[7a] que finalmente recomendou a partilha da Palestina: "Não existe tal país! Palestina é um termo inventado pelos sionistas! Não existe Palestina na Bíblia. Nosso país foi parte da Síria durante séculos".[8]

O representante do Supremo Comitê Árabe para as Nações Unidas enviou uma declaração à Assembléia Geral da ONU em maio de 1947, que dizia: "A Palestina era parte da Província da Síria (...) politicamente, os árabes da Palestina não eram independentes no sentido de formar una entidade política em separado". Alguns anos depois, Ahmed Shuqeiri, que seria presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP),[8a] disse ao Conselho de Segurança da ONU: "É de conhecimento público que a Palestina não é mais do que o sul da Síria".[9]

O nacionalismo árabe palestino é, portanto, fenômeno posterior à Primeira Guerra Mundial. E só veio a se converter em movimento político importante após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando Israel ocupou a Cisjordânia.

MITO

"Os palestinos são descendentes dos cananeus e já estavam na Palestina muito antes dos judeus".

FATO

A identificação dos palestinos com os cananeus é uma alegação recente e sem evidência histórica. Os cananeus desapareceram há três milênios e ninguém sabe se qualquer de seus descendentes sobreviveu ou, em caso positivo, quem seriam. Fonte insuspeita, o xerife (governante) Hussein, guardião dos lugares sagrados islâmicos da Arábia, disse que os ancestrais dos palestinos só haviam estado na região por mil anos.[10]

Os próprios palestinos reconhecem que chegaram à região muito depois dos judeus. Um exemplo disso é que, em 1946, numa reunião com o Comitê Anglo-Americano, eles reivindicaram uma ligação com a Palestina por mais de mil anos, remontando a não mais do que à conquista dos seguidores de Maomé no século VII.[11] E até mesmo essa reivindicação é duvidosa. Nos últimos dois mil anos, aconteceram as Cruzadas (que resultaram na matança da população local), migrações, epidemias e outros desastres naturais ou causados pela ação do homem. Toda a população local foi reposta muitas

vezes. Apenas durante o Mandato Britânico, mais de cem mil árabes emigraram de países vizinhos e hoje são considerados palestinos.

Em contrapartida, nenhum historiador sério questiona os mais de três mil anos da ligação judaica com a terra de Israel e nem a relação dos judeus modernos com os antigos hebreus.

MITO

"A Declaração Balfour não deu aos judeus o direito a uma pátria na Palestina".

FATO

Em 1917, a Grã-Bretanha promulgou a Declaração Balfour, declarando-se a favor do estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu, e comunicando que se empenharia em favor desse objetivo. O documento deixou claro que nada deveria ser feito que pudesse prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina ou os direitos e *status* político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país.

O Mandato para a Palestina incluía a Declaração Balfour. Ela se referia especificamente às "ligações históricas do povo judeu com a Palestina" e à validade moral de "reconstituir o seu lar nacional naquele país". O termo *reconstituir* significou o reconhecimento do fato de que a Palestina havia sido o lar dos judeus. Além do mais, os britânicos foram instruídos a "prestar os seus melhores esforços para facilitar" a imigração judaica, estimular o assentamento na terra e "assegurar" o lar nacional judaico. A palavra árabe não aparece em momento algum no texto.[12]

O Mandato foi formalizado pelos 52 governos representados na Liga das Nações (antecessora da Organização das Nações Unidas) em 24 de julho de 1922.

MITO

"A tradicional posição dos árabes na Palestina foi colocada em risco pelo assentamento judaico".

FATO

Durante muitos séculos, a Palestina teve uma população esparsa, com uma terra pobremente cultivada e composta em grande parte de colinas erodidas e negligenciadas, desertos arenosos e pântanos infectados de malária. Em 1880, o cônsul americano em Jerusalém chegou a dizer num documento que a região seguia em seu declínio histórico: "A população e a riqueza da Palestina não crescem há 40 anos".[13]

O Relatório da Comissão Real (inglesa) para a Palestina cita uma relação da Planície Marítima de 1913:

> "A estrada que vai de Gaza ao norte era só uma pista de verão, adequada para o transporte em camelos e carretas (...) nenhum laranjal; pomares ou vinhedos só eram vistos ao se alcançar (a aldeia judaica de) Yabna (Yavne) (...) As casas eram todas de barro, sem janelas por onde alguém poderia ser visto (...) Os arados usados eram de madeira (...) Os ganhos eram muito poucos (...) As condições sanitárias nos povoados era horríveis. Não havia escolas (...) A parte ocidental, em direção ao mar, era praticamente um deserto (...) As aldeias nessa área eram raras e tinham poucos habitantes. Muitas ruínas de povoados estavam dispersas pela região, lugares abandonados pelos moradores devido à malária".[14]

Lewis French, diretor de Desenvolvimento britânico, escreveu sobre a Palestina:

> "Nós a encontramos habitada por *felahin* (camponeses árabes) que viviam em casebres de barro e padeciam severamente da malária reinante (...) Grandes áreas (...) estavam sem cultivo (...) Os *felahin*, quando eles mesmos não roubavam gado, estavam sempre dispostos a oferecer abrigo a esses e a outros criminosos. Os lotes individuais (...) trocavam anualmente de mãos. Havia pouca segurança pública e a vida dos *felahin* se alternava entre os saques e a chantagem por parte de seus vizinhos, os beduínos. Surpreendentemente, muita gente que não simpatizava com a causa sionista acreditava que os judeus melhorariam as condições dos árabes palestinos.[15]

Foi o caso de Dawood Barakat, editor do jornal egípcio *Al-Ahram*, que escreveu:

> "É absolutamente necessário que os sionistas e os árabes cheguem a um entendimento porque a guerra de palavras só pode fazer mal. Os sionistas são necessários ao país. O dinheiro que vão trazer, seu conhecimento, sua inteligência e a capacidade de trabalho que os caracteriza contribuirão, sem dúvida, para o soerguimento do país".[16]

Mesmo um dirigente nacionalista árabe acreditava que o retorno dos judeus à sua terra natal ajudaria a ressuscitar o país. O xerife Hussein afirmou:

> "Os recursos do país ainda estão no solo virgem e serão desenvolvidos pelos imigrantes judeus. Uma das coisas mais surpreendentes até os tempos recentes era que o palestino costumava abandonar seu país, vagando por alto-mar em toda direção. O solo nativo era incapaz de segurá-lo, embora seus antepassados tenham vivido nele por mil anos. Ao mesmo tempo, chegam à Palestina judeus de muitos países – Rússia, Alemanha, Áustria, Espanha e do continente americano. A maior das causas não poderia escapar àqueles que tinham uma capacidade mais profunda de discernimento. Eles sabiam que o país era para seus filhos originais (*abna'ihilasliyin*), apesar de todas as

diferenças entre eles, uma pátria sagrada e amada. O retorno desses exilados (*jaliya*) à sua terra natal provará ser material e espiritualmente uma escola experimental para seus irmãos que estão com eles nos campos, nas fábricas, nas empresas e todas as coisas relacionadas à labuta e ao trabalho".[17]

Tal como Hussein previra, a recuperação econômica da Palestina e o crescimento de sua população só aconteceram depois do retorno maciço dos judeus.

Mark Twain,[18] que visitou a Palestina em 1867, descreveu-a como "um país desolado cujo solo é bastante rico, mas inteiramente entregue às ervas daninhas: uma terra desolada e silenciosa... A desolação aqui é tanta que nem mesmo a imaginação pode congraçar-se com o esplendor da vida e da ação (...) Jamais vimos um ser humano em toda a rota (...) Havia quando muito uma árvore ou arbusto em algum lugar. Até as oliveiras e os cactos, esses amigos constantes dos solos mais pobres, quase abandonaram o país."[19]

MITO

"Sionismo é racismo".

FATO

Em 1975, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou uma resolução que difamava o sionismo, igualando-o ao racismo. Em inspirada resposta à resolução, o embaixador de Israel na ONU, Chaim Herzog[19a], ironizou que tal votação ocorria exatamente 37 anos após a *Kristallnacht*.[20]

O sionismo é o movimento nacional de libertação que prega que os judeus, assim como qualquer outra nação, têm direito a uma pátria.

A história tem demonstrado a necessidade de garantir a segurança dos judeus por intermédio da existência de uma pátria. O sionismo reconhece que a condição judaica é definida por uma origem, religião, cultura e história em comum. A concretização do sonho sionista é exemplificada por mais de cinco milhões de judeus, provenientes de mais de cem países, que são cidadãos israelenses.

A Lei do Retorno a Israel garante cidadania automática aos judeus, mas os não-judeus também têm o direito de ser cidadãos israelenses, conforme procedimentos de naturalização semelhantes aos existentes nos demais países. Muita gente não sabe, mas cerca de um milhão de muçulmanos e cristãos árabes, drusos, bahais, circassianos e outros grupos étnicos também são representados na população de Israel. A presença, em Israel, de milhares de judeus de pele escura provenientes da Etiópia, do Iêmen e da Índia é a melhor refutação à calúnia contra o sionismo. Numa série de pontes aéreas

históricas, denominadas *Moisés* (1984), *Josué* (1985) e *Salomão* (1991), Israel resgatou quase 42 mil membros da antiga comunidade judaica etíope.

O sionismo não discrimina. O caráter aberto e democrático de Israel, bem como a sua escrupulosa proteção dos direitos religiosos e políticos de cristãos e muçulmanos, rebate a acusação de exclusividade. Além do mais, qualquer pessoa – judeu ou não-judeu, israelense, americano ou saudita; negro, branco, amarelo ou vermelho – pode ser um sionista. Já os países árabes definem a cidadania estritamente por parentesco nativo. É quase impossível se tornar um cidadão naturalizado em muitos países, como Argélia, Arábia Saudita e Kuwait.

Várias nações árabes têm leis para facilitar a naturalização de árabes estrangeiros, à exceção específica dos palestinos. A Jordânia instituiu a sua própria "lei do retorno" em 1954, concedendo cidadania a todos os ex-residentes da Palestina, exceto para os judeus.[21] Condenar a autodeterminação judaica é, no fim das contas, uma forma de racismo. Em 1968, quando abordado por um estudante de Harvard que atacou o sionismo, Martin Luther King[22] respondeu: "Quando as pessoas criticam os sionistas, elas se referem aos judeus. Você está falando de anti-semitismo". [23]

Ao escrever após a revelação da "Operação Moisés", William Safire[24] declarou: "Pela primeira vez na história, milhares de negros estão sendo levados a um país não em correntes, mas com dignidade; não como escravos, mas como cidadãos".[25]

A resolução da ONU de 1975 fazia parte da campanha anti-Israel de soviéticos e árabes da Guerra Fria. Quase todos defensores não-árabes da resolução acabaram por se desculpar e mudaram de atitude. Quando a Assembléia Geral votou pela revogação da resolução em 1991, só alguns países árabes e muçulmanos – ao lado de Cuba, da Coréia do Norte e do Vietnã – se opuseram.

MITO

"Os delegados da Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo concordaram que sionismo é racismo".

FATO

Em 2001, as nações árabes procuraram novamente questionar a legitimidade da existência de Israel ao tentar igualar sionismo a racismo na Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo em Durban, África do Sul. Os Estados Unidos uniram-se a Israel no boicote à conferência quando ficou claro que, em vez de enfocar os males do racismo, do anti-semitismo e da xenofobia – supostamente os temas do evento – a conferência converteu-se em um fórum para atacar Israel. Os Estados Unidos retiraram a sua delegação "para

enviar um sinal às nações do mundo que amam a liberdade e dizer-lhes que não ficaremos passivos enquanto o mundo tenta descrever o sionismo como racismo. Isso é completamente equivocado". Ari Fleisher, secretário de Imprensa da Casa Branca, acrescentou que "o presidente está orgulhoso por se colocar ao lado de Israel e da comunidade judaica, e envia um sinal de que nenhum grupo vai encontrar aceitação e respeito internacional se seu propósito for igualar o sionismo ao racismo".[26]

MITO

"Os sionistas poderiam ter escolhido outro país que não a Palestina".

FATO

No fim do século XIX, o surgimento do anti-semitismo religioso e racista levou ao ressurgimento de *pogroms* (matança de judeus) na Rússia e Europa Oriental, destruindo promessas de igualdade e tolerância. Isso estimulou a imigração judaica da Europa para a Palestina. Na ocasião, muitos judeus chegaram à Palestina, vindos do Iêmen, do Marrocos, do Iraque e da Turquia. Esses desconheciam as idéias sionistas de Theodor Herzl[26a] e nem sabiam dos *pogroms* europeus, mas estavam motivados pelo sonho secular do "regresso a Sion" e pelo medo da intolerância. Quando souberam que os portões da Palestina estavam abertos, enfrentaram as dificuldades da viagem e foram para Israel.

O ideal sionista de um retorno a Israel tem profundas raízes religiosas. Muitas orações judaicas falam de Jerusalém, de Sion e da Terra de Israel. O preceito de não esquecer Jerusalém, local do Templo, é um princípio fundamental do judaísmo. O idioma hebraico, a Torá, as leis do Talmud, o calendário judaico, e todos os feriados e festivais judaicos se originaram em Israel e giram em torno das estações e condições climáticas. Os judeus rezam em direção a Jerusalém e recitam as palavras "ano que vem em Jerusalém" a cada *Pessach* (Páscoa judaica). A religião, cultura e história judaicas deixam claro que uma nação judaica só pode ser construída na Terra de Israel.

Em 1897, líderes judeus organizaram formalmente o movimento político sionista, que defendia a restauração do lar nacional judaico na Palestina, onde os judeus poderiam encontrar refúgio e autodeterminação e trabalhar pelo renascimento de sua civilização e cultura.

MITO

"O próprio Herzl propôs um Estado judeu em Uganda como alternativa à Palestina".

FATO

Theodor Herzl buscou o apoio das grandes potências à criação de uma pátria judaica. Foi à Grã-Bretanha e reuniu-se com o ministro das Colônias, Joseph

Chamberlain, e outros membros do governo. Inicialmente, os ingleses concordaram que os judeus se estabelecessem na África Oriental.

No VI Congresso Sionista, realizado na Basiléia, na Suíça, em 26 de agosto de 1903, Herzl propôs que Uganda, então território britânico, servisse de *refúgio temporário de emergência* para os judeus da Rússia que estavam em perigo iminente. Embora Herzl tenha deixado claro que esse programa não afetaria a meta última do sionismo – uma entidade judaica na Terra de Israel – a proposta provocou muita celeuma no Congresso e quase causou uma cisão no movimento sionista. Constituiu-se, então, a Organização Territorialista Judaica (*JTO – Jewish Territorialist Organization*), fruto da unificação de diversos grupos que apoiavam as propostas de Herzl sobre Uganda entre 1903 e 1905. O chamado Programa de Uganda, que nunca contou com muito apoio, foi formalmente rejeitado pelo VII Congresso Sionista, em 1905.

MITO

"Todos os árabes se opuseram à Declaração Balfour, vendo-a como uma traição aos seus direitos".

FATO

O emir Faissal, filho do xerife Hussein, líder da revolta árabe contra os turcos, assinou um acordo com Chaim Weizmann[26b] e outros líderes sionistas durante a Conferência de Paz de Paris em 1919. Foi reconhecido o "parentesco racial e os antigos laços existentes entre os árabes e o povo judeu" e concluiu-se que "o meio mais seguro de se chegar à consumação de suas aspirações nacionais" seria "a mais estreita colaboração possível para o desenvolvimento dos países árabes e da Palestina".

Além disso, o acordo contemplava o cumprimento da Declaração Balfour e pedia por todas as medidas necessárias "... para encorajar e estimular a imigração de judeus para a Palestina em larga escala e assentar imigrantes judeus no território o mais rapidamente possível, por meio de colônias e do cultivo intensivo do solo". Faissal condicionou a sua aceitação da Declaração Balfour ao cumprimento das promessas britânicas, feitas durante a guerra, de conceder independência aos árabes. Essas promessas não se cumpriram.[27]

Os críticos esqueceram o acordo Weizmann-Faisal porque jamais entrou em vigor. No entanto, o fato de os líderes do movimento sionista e do movimento nacionalista árabe terem alcançado o entendimento é significativo, pois demonstrou que as aspirações judaica e árabe não eram excludentes.

MITO

"Os sionistas não fizeram qualquer esforço para alcançar um acordo com os árabes".

FATO

Em 1913, a liderança sionista reconheceu o desejo de chegar a um acordo com os árabes. Sami Hochberg, dono do jornal *Le Jeune-Turc*, representou informalmente os sionistas numa reunião com o Partido da Descentralização, com sede no Cairo, e com a Sociedade da Reforma Anti-Otomana de Beirute, e pôde chegar a um acordo. Essa *entente verbale* levou à adoção de uma resolução que garantia aos judeus direitos iguais sob um governo descentralizado. Hochberg também recebeu um convite para o I Congresso Árabe, em Paris, em junho de 1913. Os participantes do congresso foram surpreendentemente receptivos às aspirações sionistas. Hochberg ficou estimulado pela resposta favorável do Congresso à *entente verbale*.

Abd-ul-Hamid Yahrawi, presidente do Congresso, resumiu assim a atitude dos delegados:

> "Todos nós, muçulmanos e cristãos, temos os melhores sentimentos para com os judeus. Quando falamos, em nossas resoluções, sobre os direitos e obrigações dos sírios, isso também incluía os judeus. Por serem nossos irmãos de raça e os considerarmos como sírios que foram forçados a deixar seu país em um dado tempo, mas cujos corações sempre bateram junto aos nossos, estamos certos de que nossos irmãos judeus ao redor do mundo saberão como nos ajudar de modo que nossos interesses comuns possam ser bem-sucedidos e nosso país em comum venha a se desenvolver tanto material quanto moralmente".[28]

A *entente verbale* negociada por Hochberg mostrou-se ineficaz devido aos acontecimentos do período de guerra. A oposição árabe pública à Declaração Balfour convenceu os líderes sionistas da necessidade de um esforço conjunto maior para se alcançar um entendimento com os árabes. Chaim Weizmann considerou a tarefa importante o suficiente para liderar uma comissão sionista à Palestina, a fim de explicar os objetivos do movimento aos árabes. Weizmann foi primeiro ao Cairo, em março de 1918, e se reuniu com Said Shukeir, Faris Nimr e Suleiman Bey Nassif (nacionalistas árabes sírios escolhidos como representantes pelos britânicos) e enfatizou o desejo de viver em harmonia com os árabes numa Palestina britânica.

A diplomacia de Weizmann foi bem-sucedida. Nassif afirmou que "havia espaço na Palestina para outro milhão de habitantes sem afetar a posição dos que já se encontravam ali".[29] Faris Nimr distribuiu a informação aos jornais do Cairo, a fim de desfazer as impressões equivocadas do público árabe a respeito dos objetivos sionistas.[30]

Em 1921, Winston Churchill, então ministro das Colônias do Império Britânico, tentou organizar uma reunião de palestinos e sionistas. As duas partes se reuniram em 29 de novembro de 1921, mas não houve progresso porque os árabes insistiram na anulação da Declaração Balfour.

Weizman liderou um grupo de sionistas que se reuniu com o nacionalista sírio Riad al-Sulh em 1921. Os sionistas concordaram em apoiar as aspirações nacionalistas árabes e Sulh lhes disse que estava disposto a reconhecer a existência do Lar Nacional Judaico. As conversações foram retomadas um ano depois e suscitaram esperanças de um acordo. No entanto, em maio de 1923, os esforços de Sulh para convencer os líderes árabe-palestinos de que o sionismo era um fato consumado foram rejeitados.[31]

Nos 25 anos seguintes, líderes sionistas de dentro e de fora da Palestina tentariam repetidamente negociar com os árabes. Do mesmo modo, desde 1948 os líderes israelenses têm procurado assinar tratados de paz com os países árabes, mas o Egito e a Jordânia são as únicas nações que os assinaram.

MITO

"Os sionistas eram instrumentos colonialistas do imperialismo ocidental".

FATO

"Colonialismo significa viver da exploração de outros", escreveu Yehoshofat Harkabi. "Mas o que poderia estar mais distante do colonialismo do que o idealismo de judeus das cidades que lutam para se tornar camponeses e operários e viver do seu próprio trabalho?"[33]

Além disso, como destacou o historiador britânico Paul Johnson, os sionistas dificilmente poderiam ser instrumentos dos imperialistas, dada a oposição geral das potências à sua causa. "Em todo o Ocidente, os escritórios para assuntos exteriores, ministérios da defesa e as grandes empresas eram contra os sionistas".[34]

O emir Faissal também via o movimento sionista como um parceiro do movimento nacionalista árabe na luta contra o imperialismo, como explicou numa carta a Felix Frankfurter, professor de direito de Harvard e futuro membro da Suprema Corte de Justiça, em 3 de março de 1919, um dia depois que Chaim Weizmann apresentou o caso sionista na conferência de Paris:

> "Os árabes, especialmente os educados entre nós, vêem o movimento sionista com a mais profunda simpatia (...) Desejaremos aos judeus um caloroso 'bem-vindos ao lar' (...) Estamos trabalhando juntos por um Oriente Médio reformulado e revisto e nossos dois movimentos se complementam. *O movimento judaico é nacionalista, e não imperialista.* E há espaço na Síria para nós dois. De fato, penso que um não pode alcançar o verdadeiro sucesso sem o outro".[35]

"*Os nossos não vêm aqui como colonizadores do Ocidente, com o objetivo de ter nativos trabalhando por eles; eles colocam seus ombros para arar e despendem sua força e seu sangue para fazer a terra frutificar. Mas não é só para nós que desejamos essa fertilidade. Os camponeses judeus começaram a ensinar a seus irmãos, os camponeses árabes, a cultivar a terra de maneira mais intensiva; desejamos ensiná-los ainda mais: queremos cultivar a terra junto com eles: servi-la, como se diz em hebraico. Quanto mais fértil se tornar esse solo, mais espaço haverá para nós e para eles. Não temos qualquer desejo de despojá-los: queremos viver com eles. Não queremos dominá-los: queremos servir com eles...*".

- Martin Buber[36]

MITO

"Os britânicos prometeram aos árabes a independência da Palestina na correspondência entre Hussein e MacMahon".

FATO

A figura central do movimento nacionalista árabe à época da Primeira Guerra Mundial era Hussein ibn' Ali, indicado pelo Comitê Turco de União e Progresso como xerife de Meca em 1908. Como xerife, Hussein era o responsável pela custódia dos santuários do Islã em Hejaz e, conseqüentemente, reconhecido como um dos líderes espirituais dos muçulmanos.

Em julho de 1915, Hussein enviou uma carta a *sir* Henry MacMahon, o alto-comissário para o Egito, informando-lhe dos termos da participação árabe na guerra contra os turcos. As cartas entre Hussein e MacMahon que se seguiram delineavam as áreas que a Grã-Bretanha estava pronta a ceder aos árabes. A correspondência entre ambos deixou notadamente de mencionar a Palestina. Os britânicos argumentaram que a omissão havia sido intencional, justificando assim a recusa a conceder aos árabes a independência na Palestina após a guerra.[37]

MacMahon explicou:

> "Sinto que é meu dever declarar – e o faço de maneira definitiva e enfática – que não pretendi dar garantias ao rei Hussein de incluir a Palestina na área para a qual foi prometida a independência árabe. Também tive todas as razões para crer, neste momento, que o fato de a Palestina não estar incluída em minha promessa foi bem entendido pelo rei Hussein".[38]

Apesar disso, os árabes sustentam desde então que as cartas constituíram uma promessa de independência para seus países.

MITO

"Os árabes lutaram pela liberdade na Primeira e na Segunda Guerra Mundial".

FATO

Ao contrário da ficção romântica do período, a maioria dos árabes não lutou junto aos Aliados contra os turcos na Primeira Guerra Mundial. O primeiro-ministro britânico David Lloyd George destacou que a maioria dos árabes lutou por seus dirigentes turcos. Os defensores de Faissal na Arábia eram a exceção.

Na Segunda Guerra Mundial os árabes demoraram a entrar na luta contra Adolf Hitler. Apenas a Transjordânia esteve junto aos britânicos em 1939. O Iraque foi dominado por pró-nazistas em 1941 e se uniu às forças do Eixo. A maior parte dos países árabes ficou em cima do muro, aguardando o desenrolar do conflito, para ver quem venceria. Com a Alemanha praticamente dominada, e sendo necessário entrar na guerra para se qualificar como país-membro da nascente Organização das Nações Unidas, os árabes finalmente declararam guerra aos nazistas. Egito, Síria e Líbano, em 25, 27 e 28 de fevereiro de 1945; e a Arábia Saudita, em 2 de março.

Em contrapartida, 30 mil judeus palestinos combateram o nazismo.

Notas

[1] AEC (Antes da Era Comum) e EC (Era Comum), para os períodos geralmente denominados AC e DC (NT).

[2] Dan Bahat, ed. *Twenty Centuries of Jewish Life in the Holy Land. The Israel Economist* (1976), pág. 61-63.

[3] Abba Eban (1915-2002). Estadista, diplomata, professor e líder sionista nascido na África do Sul. Foi um dos criadores de Estado de Israel e artífice do reconhecimento do novo país pelas Nações Unidas. Hábil negociador, ocupou os postos de embaixador de Israel nos Estados Unidos e na ONU, simultaneamente, entre 1950 e 1959, e o Ministério das Relações Exteriores de Israel, de 1966 a 1974. *New York Times*, 18 de novembro de 1981.

[4] Yehoshua Porath. *The Emergence of the Palestinian-Arab National Movement,* 1918-1929, Londres: Frank Cass, 1974, pág. 4.

[5] Max Dimont. *Jews, God and History*, New York, 1962, pág. 49-53.

[6] *Jerusalem Post* (2 de novembro de 1991).

[7] Yehoshua Porath. *Palestinian Arab National Movement: From Riots to Rebellion: 1929-1939, vol. 2.* Londres: Frank Cass and Co., Ltd., 1977, pág. 81-82.

[7a] Comissão Peel. Formada pela Inglaterra em 1937, chefiada por Lord Peel, para investigar o conflito árabe-judeu na Palestina e encontrar uma solução.

[8] *Jerusalem Post* (2 de novembro de 1991).

[8a] Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Criada em Jerusalém em 1964, a partir do Fatah, movimento guerrilheiro fundado por Yasser Arafat.

[9] Avner Yaniv. *PLO. Jerusalém, Israel Universities Study Group of Middle Eastern Affairs*, agosto de 1974, pág. 5.

[10] Al-Qibla (23 de março de 1918), *citado em Samuel Katz,* Battleground-Fact and Fantasy in Palestine. *New York: Bantam Books, 1977, pág. 128.*

[11] Governo britânico. Relatório do Comitê de Inquérito Anglo-Americano, 1946, parte 6 (20 de abril de 1946).

[12] Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time.* New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 129.

[13] Ben Halpern. *The Idea of a Jewish State*. Massachusetts: Harvard University Press, 1969, pág. 108.

[14] Relatório da Comissão Real para a Palestina, pág. 233.

[15] Relatório da Comissão Real para a Palestina, págs. 259-260.

[16] Neville Mandel. *Attempts at an Arab-Zionist Entente: 1913-1914.* Middle Eastern Studies, abril de 1965, pág. 243.

[17] Al-Qibla (23 de março de 1918), citado em Samuel Katz. *Battleground-Fact and Fantasy in Palestine.* New York: Bantam Books, 1977, pág. 128.

[18] Mark Twain (1835-1910). Pseudônimo de Samuel Langhorne Clemens, escritor e humorista americano.

[19] Mark Twain. *The Innocents Abroad.* Londres, 1881.

[19a] Chaim Herzog. (1919-1997). Nascido na Irlanda, foi embaixador de Israel nas Nações Unidas na década de 70 e exerceu a presidência do Estado judeu por dois mandatos, entre os anos de 1983 a 1993. Chaim Herzog serviu como soldado do Exército britânico e, mais tarde, oficial do serviço de inteligência militar de Israel. O militar, diplomata e estadista foi também advogado, homem de negócios, escritor e jornalista, que ficou famoso por seus comentários transmitidos pelo rádio. Foi autor de obras importantes sobre as guerras de 1967 e 1973.

[20] A *"Noite dos Cristais"* é apontada como o início do Holocausto. Em 9 de novembro de 1938, os nazistas destruíram sinagogas e lojas, causando a morte de 91 pessoas e a prisão de 20 mil, enviadas para campos de concentração (NT).

[21] *Lei de Nacionalidade Jordaniana,* Artigo 3 da Lei 6 de 1954, *Official Gazette*, número 1.171, 6 de fevereiro de 1954.

[22] Líder do movimento pelos direitos civis dos negros americanos, assassinado em 1968.

[23] *New York Times* (7 de janeiro de 1985).

[24] William Safire. Jornalista e colunista do *The New York Times.*

[25] Seymour Martin Lipset. *The Socialism of Fools-The Left, the Jews and Israel.* Encounter, *dezembro de 1969, pág. 24.*

[26] Comunicado da Casa Branca a respeito da ameaça de boicote americano à Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo (27 de julho de 2001).

[26a] Theodor Herzl. Pseudônimo de Biniamin Zeev (1860-1904). Nascido em Budapest, formou-se em direito em Viena, escreveu contos e peças de teatro e foi jornalista

em Viena e em Paris. As manifestações de anti-semitismo em Viena levaram-no à conclusão de deveria ser criado um Estado que servisse de refúgio para os judeus. Para isso, criou a Organização Sionista Mundial.

[26b] Chaim Weizmann (1874-1952). Nasceu em Motol, na Rússia, hoje Polônia. Formou-se em Química em 1900. Em 1904 mudou-se para a Inglaterra e seis anos depois adquiriu a nacionalidade britânica, consolidando seu prestígio graças ao trabalho acadêmico na Universidade de Manchester e à direção dos laboratórios militares durante a Primeira Guerra Mundial. A seus esforços deveu-se em boa parte a Declaração Balfour (1917), pela qual a Inglaterra reconheceu o direito dos judeus de fundar um Estado na Palestina. Foi presidente da Organização Sionista Mundial e o primeiro presidente de Israel, cargo que ocupava ao morrer.

[27] Chaim Weizmann, *Trial and Error*. New York: Schocken Books, 1966, págs. 246-247; Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 121.

[28] Aharon Cohen. *Israel and the Arab World*. New York: Funk and Wagnalls, 1970, pág. 97.

[29] Jon Kimche. *There Could Have Been Peace: The Untold Story of Why We Failed With Palestine and Again With Israel*. Inglaterra: Dial Press, 1973, pág. 136-137.

[30] Aharon Cohen. *Israel and the Arab World*. New York: Funk and Wagnalls, 1970, pág. 71-73.

[31] Yehoshua Porath. *The Emergence of the Palestinian-Arab National Movement 1918-1929*. Londres: Frank Cass, 1974, pág. 65-67.

[32] Yehoshua Porath. *The Emergence of the Palestinian-Arab National Movement, 1918-1929*. Londres: Frank Cass, 1974, pág. 112-114.

[33] Yehoshofat Harkabi. *Palestinians And Israel*. Jerusalém: Keter, 1974, pág. 6.

[34] Paul Johnson. *Modern Times: The World from the Twenties to the Nineties*. New York: Harper & Row, 1983, pág. 485.

[35] Samuel Katz. *Battleground-Fact and Fantasy in Palestine*. New York: Bantam Books, 1977, pág. 55.

[36] Martin Buber (1876-1965). Escritor, filósofo, jornalista, professor e teólogo do judaísmo, nasceu em Viena, na Áustria. Viveu na Alemanha até 1938, quando emigrou para a Palestina, tornando-se professor da Universidade de Jerusalém. Foi o criador da Filosofia do Diálogo, dirigente da organização Ichud (União), que buscava a reconciliação entre árabes e judeus, e um dos maiores expoentes do Movimento Sionista, depois de Theodor Herzl. De uma carta aberta ao Mahatma Gandhi em 1939, citada em Arthur Hertzberg. The Zionist Idea. Pensilvannia: Jewish Publications Society, 1997, pág. 464.

2. Sob o Mandato Britânico

MITO

"Os britânicos ajudaram os judeus a desalojar a população árabe nativa da Palestina".

FATO

Herbert Samuel, judeu inglês e primeiro alto-comissário da Palestina, impôs restrições à imigração judaica "em favor dos 'interesses da população presente' e da 'capacidade de absorção' do país".[1] Considerou-se que a chegada de colonos judeus forçava os *felahin* (camponeses) árabes a sair de sua terra. Isso foi numa época em que menos de um milhão de pessoas vivia na área que atualmente tem mais de nove milhões de habitantes.

Os britânicos, na verdade, fizeram a partilha do território, limitando a imigração. Em 1921, Winston Churchill, futuro primeiro-ministro, separou quase 80% da Palestina – mais ou menos 56.300 km^2 – para criar uma entidade árabe, a Transjordânia. Como prêmio de consolação por Hejaz e Arábia (que compõem hoje, juntos, a Arábia Saudita) terem sido entregues à família Saud, Churchill recompensou Abdula,[2] filho do rei Hussein, por sua contribuição na guerra contra a Turquia, nomeando-o emir da Transjordânia.

Os britânicos foram mais longe e impuseram restrições às compras de terra por judeus no que restou da Palestina, contradizendo o estipulado no Mandato (Artigo 6): "... a administração de Palestina (...) deve encorajar, em cooperação com a Agência Judaica (...), o assentamento de judeus na terra, incluindo áreas estatais e desabitadas que não foram adquiridas para fins públicos". Por volta de 1949, os britânicos haviam loteado 354 km^2 do total de 759 km^2 de terras cultiváveis entre os árabes, destinando apenas 17 km^2 aos judeus.[3]

Finalmente, os britânicos aceitaram o argumento de que a capacidade de absorção do país fora subestimada. A Comissão Peel afirmou: "A forte imigração entre 1933 e 1936 parece mostrar que os judeus têm sido capazes de aumentar a capacidade de absorção do país".[4]

MITO

"Os britânicos permitiram o fluxo de judeus para a Palestina, enquanto a imigração árabe era rigidamente controlada".

FATO

A resposta britânica à imigração judaica segue um precedente de aplacar os árabes, o que foi mantido durante o Mandato. Os britânicos impuseram restrições à imigração judaica ao mesmo tempo em que permitiam aos árabes entrar livremente no país. Aparentemente, Londres não acreditava que um fluxo de imigrantes árabes afetaria a capacidade de absorção do país.

Durante a Primeira Guerra Mundial, a população judaica da Palestina caiu devido à guerra, à fome, às doenças e à expulsão pelos turcos. Em 1915, eram 83 mil judeus e 590 mil árabes muçulmanos ou cristãos. Conforme o censo de 1922, a população judaica era de 84 mil habitantes, enquanto os árabes somavam 643 mil.[5] Portanto, a população árabe cresceu, enquanto a dos judeus estagnou.

Em meados da década de 1920, a imigração judaica para a Palestina aumentou em razão de uma legislação econômica antijudaica na Polônia e à imposição de cotas de imigração nos Estados Unidos.[6]

O número recorde de imigrantes em 1935 foi uma resposta à crescente perseguição de judeus na Alemanha nazista. A administração britânica considerava este número demasiadamenteo alto; assim sendo, a Agência Judaica foi informada de que menos da terça parte da cota solicitada seria aprovada em 1936.[7]

Os britânicos cederam ainda mais às exigências árabes ao anunciarem, no *Livro Branco* de 1939, que um Estado árabe independente seria criado em dez anos e que a imigração judaica deveria ser limitada a 75 mil para os próximos cinco anos, após os quais deveria cessar por completo. Também foi proibida a venda de terras a judeus em 95% do território da Palestina. Os árabes rejeitaram a proposta. Em contrapartida, durante o período do Mandato Britânico, a imigração árabe era irrestrita.

Em 1930 a Comissão Hope Simpson, enviada de Londres para investigar as revoltas árabes de 1929, disse que a prática britânica de ignorar a imigração árabe ilegal e sem controle vinda do Egito, da Transjordânia e da Síria tinha o efeito de impedir o estabelecimento de futuros imigrantes judeus.[8] O governador britânico para o Sinai entre 1922 e 1936 observou: "Essa imigração ilegal não provém somente do Sinai, mas também da Transjordânia e da Síria, e é muito difícil avaliar a miséria dos árabes se, ao mesmo tempo, seus compatriotas dos países vizinhos não podem ser impedidos de se juntar a essa miséria".[9]

A Comissão Peel informou em 1937 que a "escassez de terra (...) deve-se menos ao montante de terra adquirido por judeus do que ao aumento da população árabe".[10]

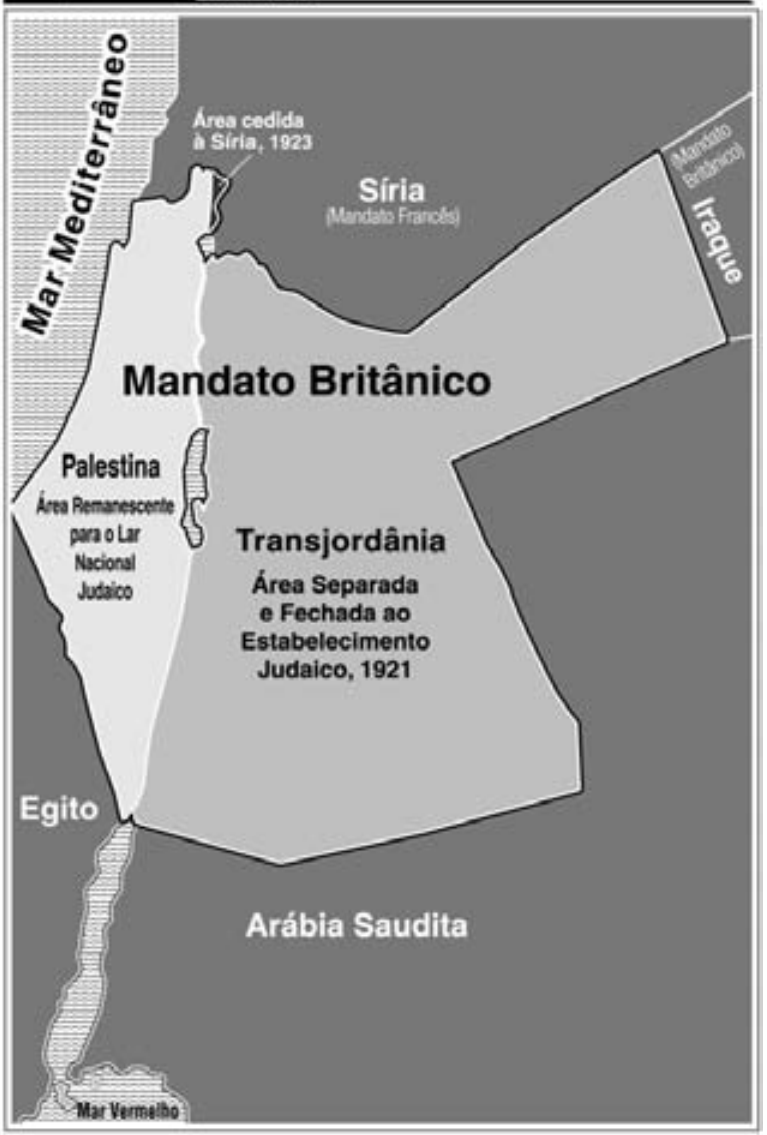
MITO

"Os britânicos mudaram de política após a Segunda Guerra Mundial para permitir que os sobreviventes do Holocausto pudessem se estabelecer na Palestina".

FATO

As portas da Palestina permaneceram fechadas por todo o período da guerra, abandonando centenas de milhares de judeus na Europa, muitos dos quais foram vítimas da Solução Final (decisão política que levou ao extermínio em

Mapa 1 Divisão da Área do Mandato pela Grã-Bretanha 1921-1923



massa dos judeus nos países da Europa ocupados pelo nazismo) de Adolf Hitler. Após a guerra, os britânicos se recusaram a permitir que os sobreviventes do pesadelo nazista encontrassem refúgio na Palestina. Em 6 de junho de 1946, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, exigiu que o governo britânico aliviasse o sofrimento dos judeus confinados em campos de refugiados na Europa, mediante a aceitação imediata de cem mil imigrantes judeus. O ministro das Relações Exteriores britânico, Ernest Bevin, respondeu, com sarcasmo, que os Estados Unidos queriam que os judeus refugiados emigrassem para a Palestina "porque eles não queriam muitos deles em Nova York".[11]

Alguns judeus conseguiram chegar à Palestina, usando navios avariados que as organizações de resistência usaram para transportá-los às escondidas. Entre agosto de 1945 e maio de 1948 (quando foi criado o Estado de Israel), 65 navios de imigrantes "ilegais" com 69.878 pessoas chegaram da Europa. Entretanto, em agosto de 1946, os britânicos passaram a levar para acampamentos na Ilha de Chipre os que eram capturados. Aproximadamente 50 mil pessoas foram detidas nesses acampamentos, 28 mil das quais ainda estavam aprisionadas quando Israel declarou independência.[12]

Imigrantes judeus para a Palestina[7]

1919	1,806	**1931**	4,075
1920	8,223	**1932**	12,533
1921	8,294	**1933**	37,337
1922	8,685	**1934**	45,267
1923	8,175	**1935**	66,472
1924	13,892	**1936**	29,595
1925	34,386	**1937**	10,629
1926	13,855	**1938**	14,675
1927	3,034	**1939**	31,195
1928	2,178	**1940**	10,643
1929	5,249	**1941**	4,592
1930	4,944		

MITO

"Enquanto a população judaica da Palestina crescia, a situação dos árabes palestinos só piorava".

FATO

A população judaica chegou a 470 mil pessoas entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, enquanto a não-judaica alcançou 588 mil.[14] De fato, a

população árabe permanente cresceu 120% entre 1922 e 1947. (15) Esse rápido crescimento foi resultado de diversos fatores. Um foi a imigração a partir dos Estados vizinhos – constituindo 37% do total antes da criação do Estado de Israel – por árabes que queriam se aproveitar do padrão de vida mais elevado que os judeus tornaram possível.[15]

A população árabe também cresceu devido às melhores condições de vida criadas pelos judeus, depois que esses drenaram os pântanos infestados de malária e trouxeram uma melhor condição sanitária e de saúde para a região. Assim, por exemplo, a mortalidade infantil muçulmana caiu de 201 por mil em 1925 para 94 por mil em 1945 e a expectativa de vida subiu de 37 anos (em 1926) para 49 anos (em 1943).[16]

A população árabe cresceu principalmente nas cidades onde grandes populações judaicas haviam criado oportunidades econômicas. Entre 1922 e 1947, a população não-judaica cresceu 290% em Haifa, 131% em Jerusalém e 158% em Iafo. O crescimento nos povoados árabes foi mais modesto: 42% em Nablus, 78% em Jenin e 37% em Belém.[17]

MITO

"Os judeus roubaram a terra dos árabes".

FATO

Apesar do crescimento de sua população, os árabes continuaram a afirmar que estavam sendo desalojados. A verdade é que, desde o início da Primeira Guerra Mundial, parte da terra da Palestina estava nas mãos de proprietários ausentes que viviam no Cairo, em Damasco e em Beirute. Por volta de 80% dos árabes palestinos eram camponeses, seminômades e beduínos endividados.[18]

Na realidade, os judeus se esforçaram para evitar a compra de terras em áreas onde os árabes pudessem ser desalojados. Eles buscaram terras que eram praticamente não-cultivadas, pantanosas, baratas e, o mais importante, desabitadas. Em 1920, o líder trabalhista sionista David Ben-Gurion[18a] expressou preocupação acerca dos *felahin* árabes, os quais via como "o ativo mais importante da população nativa". Ben-Gurion disse que "sob nenhuma circunstância devemos tocar a terra pertencente aos *felahin* ou trabalhada por eles". Ele defendeu que eles fossem libertados de seus opressores. "Somente no caso de um *felah* abandonar o seu lugar de assentamento", acrescentou Ben-Gurion, "é que devemos nos oferecer a comprar sua terra, e por um preço adequado".[19]

Só depois que os judeus compraram toda a terra não-cultivada disponível foi que adquiriram as cultivadas. Muitos árabes desejavam vendê-las, seja porque queriam se mudar para as cidades do litoral, seja porque precisavam de dinheiro para investir na indústria de cítricos.[20]

Quando John Hope Simpson chegou à Palestina em maio de 1930, comentou: "Eles [os judeus] pagaram altos preços pela terra; além disso, pagaram a alguns dos seus ocupantes um montante considerável de dinheiro que legalmente não eram obrigados a pagar".[21]

Em 1931, Lewis French levantou a quantidade de árabes sem-terra e ofereceu lotes aos interessados. Foram recebidas três mil inscrições, das quais 80% foram consideradas inválidas pelo assessor legal do governo, porque os inscritos não atendiam ao requisito básico, ou seja, não eram árabes sem-terra. Sobraram apenas 600 inscritos, dos quais cem aceitaram a oferta de terras do governo.[22]

Em abril de 1936, uma nova seqüência de ataques árabes aos judeus foi instigada por um guerrilheiro sírio chamado Fawzi al Cawukji, comandante do Exército de Libertação Árabe. Em novembro, quando os britânicos finalmente enviaram uma nova comissão de investigação encabeçada por Lord Peel, 89 judeus haviam sido mortos e mais de 300 feridos.[23]

O relatório da Comissão Peel descobriu que as queixas árabes sobre a aquisição de terras pelos judeus eram infundadas. Ele indicou que "grande parte da terra agora carregada de laranjais antes eram dunas de areia ou pântanos e não-cultivadas quando foram compradas (...) havia, na época das primeiras vendas, poucas evidências de que os proprietários possuíssem até mesmo recursos ou preparo necessário para desenvolver a terra".[24]

Além disso, a comissão descobriu que a escassez "se devia menos à quantidade de terra adquirida pelos judeus do que pelo crescimento da população árabe". O relatório concluiu que a presença de judeus na Palestina, juntamente com o trabalho da administração britânica, resultaram em maiores ganhos, padrão de vida mais elevado e amplas oportunidades de emprego.[25]

Em suas memórias, o rei Abdula da Transjordânia escreveu:

> "Está bastante claro para todos, tanto pelo mapa traçado pela Comissão Simpson quanto por outro compilado pela Comissão Peel, que os árabes são tão pródigos em vender suas terras como o são em prantos e choros inúteis.[26]

Mesmo na época da revolta árabe de 1938, o Alto-Comissariado britânico para a Palestina acreditava que os proprietários árabes se queixavam das vendas aos judeus para aumentar os preços das terras que pretendiam vender. Muitos deles foram tão aterrorizados por rebeldes árabes que decidiram abandonar a Palestina e vender suas propriedades aos judeus.[27]

Os judeus pagavam preços exorbitantes a ricos proprietários de terra por pequenos lotes de terra árida. "Em 1944, os judeus pagavam entre US$ 1.000 e US$ 1.100 por acre na Palestina, em sua maior parte terras áridas ou semiáridas; no mesmo ano, a rica terra preta de Iowa (EUA) era vendida por aproximadamente US$ 110 por acre".[28]

Por volta de 1947, as propriedades judaicas na Palestina somavam por volta de 463 mil acres (1.874 km2), dos quais aproximadamente 45 mil adquiridos do governo do Mandato Britânico, 30 mil de diversas igrejas e 387.500 dos árabes. Análises das compras de terra entre 1880 e 1948 mostram que 73% dos lotes judaicos foram comprados de grandes proprietários de terra, não dos pobres *felahin*.[29]

Entre os que venderam terra estavam os governantes de Gaza, Jerusalém e Iafo. As'ad el-Shukeiri, um erudito religioso muçulmano e pai do presidente da OLP Ahmed Shukeiri, recebeu dinheiro dos judeus por sua terra. Até mesmo o rei Abdula arrendou terra aos judeus. Na verdade, muitos líderes do movimento nacionalista árabe, inclusive membros do Conselho Supremo Muçulmano, venderam terra aos judeus.[30]

MITO

"Os britânicos ajudaram os palestinos a viver em paz com os judeus".

FATO

Em 1921, Haj Amin el-Husseini primeiro começou a organizar os *fedayin* ("os que se sacrificam") para aterrorizar os judeus. Haj Amin esperava duplicar o sucesso de Kemal Atatürk na Turquia e expulsar os judeus da Palestina assim como Kemal fez com os invasores gregos de seu país.[31] Os árabes radicais eram capazes de obter influência porque a administração britânica não estava disposta a agir efetivamente contra eles, até que, por fim, esses se rebelaram contra o governo britânico.

O coronel Richard Meinertzhagen, ex-chefe da inteligência militar britânica no Cairo e, mais tarde, secretário-chefe de Política para Palestina e Síria, escreveu em seu diário que os dirigentes britânicos "estão propensos à exclusão do sionismo na Palestina". De fato, os britânicos estimularam os palestinos a atacar os judeus. Segundo Meinertzhagen, o Coronel Waters Taylor (assessor financeiro da Administração Militar na Palestina entre 1919 e 1923) reuniu-se com Haj Amin alguns dias antes da Páscoa, em 1920 e disse "que ele tinha uma grande oportunidade, na Páscoa, de mostrar ao mundo (...) que o sionismo era tão impopular junto à Administração Palestina como em Whitehall (sede do Ministério do Exterior britânico), se na Páscoa ocorressem distúrbios bastante violentos em Jerusalém, tanto o General Bols (administrador-chefe da Palestina em 1919-1920) quanto o General Allenby (comandante da Força Egípcia entre 1917 e 1919 e, em seguida, alto-comissário do Egito) defenderiam o abandono da idéia de se criar o Lar Nacional Judaico. Waters Taylors explicou que a liberdade só poderia ser alcançada pela violência".[32]

Haj Amin aceitou o conselho do coronel e provocou uma rebelião. Os britânicos retiraram suas tropas e a polícia judaica de Jerusalém, permitindo que a multidão árabe atacasse os judeus e saqueasse seus estabelecimentos

comerciais. Os ingleses prenderam Haj Amin porque instigava o *pogrom*. Todavia, ele escapou e foi sentenciado, à revelia, a dez anos de prisão Um ano depois, alguns arabistas britânicos convenceram o alto-comissário Herbert Samuel a perdoar Haj Amin e a nomeá-lo Mufti. Em contrapartida, Vladimir Jabotinsky e muitos de seus seguidores, que haviam formado uma organização de defesa judaica durante a revolta, foram sentenciados a 15 anos de prisão.[33]

Samuel reuniu-se com Haj Amin em 11 de abril de 1921 e recebeu garantias de que "as suas influências, bem como de sua família, seriam dedicadas à tranqüilidade". Três semanas depois, rebeliões em Iafo e em outras partes deixaram 43 judeus mortos.[34]

Haj Amin consolidou seu poder e passou a controlar todos os fundos religiosos muçulmanos na Palestina. Ele usou sua autoridade para controlar mesquitas, escolas e tribunais. Nenhum árabe podia alcançar uma posição influente sem ser leal ao Mufti. Seu poder era tão absoluto que "nenhum muçulmano da Palestina podia nascer ou morrer sem comprometer-se com Haj Amin". [35]

Os partidários do Mufti também agiam de modo que ele não sofresse oposição, matando sistematicamente os palestinos de clãs rivais que discutiam a cooperação com os judeus.

Como porta-voz dos árabes palestinos, em vez de Haj Amin pedir que a Grã-Bretanha lhes concedesse a independência, exigiu, em carta a Churchill em 1921, que a Palestina fosse reunificada à Síria e à Transjordânia.[36]

Os árabes descobriram que se rebelar era um instrumento político efetivo diante das fracas atitude e resposta por parte dos britânicos à violência contra judeus. Ao lidar com cada revolta, os britânicos faziam de tudo para impedir que os judeus se protegessem e pouco ou nenhum esforço para evitar que os árabes os atacassem. Após cada conflito, uma comissão britânica de investigação tentava estabelecer a causa da violência. A conclusão era sempre a mesma: os árabes temiam ser desalojados por judeus. Para deter as revoltas, as comissões recomendavam que fossem estabelecidas restrições à imigração judaica. Assim, os árabes perceberam que sempre poderiam deter o influxo de judeus por meio de uma rebelião. Esse ciclo começou após uma série de rebeliões em maio de 1921. Após deixarem de proteger a comunidade judaica das multidões árabes, os britânicos nomearam a Comissão Haycraft para investigar a causa da violência. Embora a comissão tenha concluído que os árabes haviam sido os agressores, racionalizou a causa do ataque: "A causa fundamental das rebeliões foi um sentimento, entre os árabes, de descontentamento e hostilidade para com os judeus por motivos políticos e econômicos, e relacionados à imigração judaica e à sua concepção de política sionista...".[37]

Uma conseqüência da violência foi a instituição de uma proibição temporária de imigração judaica. O temor dos árabes de serem "desalojados" ou "domi-

nados" foi usado como pretexto para seus ataques impiedosos contra colonos judeus pacíficos. Deve-se notar também que essas rebeliões não eram inspiradas por um fervor nacionalista – nacionalistas teriam se rebelado contra seus dominadores britânicos –, mas motivadas por contendas raciais e incompreensão. Em 1929 provocadores árabes conseguiram convencer as massas de que os judeus tinham planos para o Monte do Templo (uma tática que se repetiria em diversas ocasiões, a mais recente das quais em 2000, após a visita de Ariel Sharon). Um preceito religioso judaico no Muro Ocidental (Muro das Lamentações), que faz parte do Monte do Templo, serviu como catalisador para uma rebelião árabe contra judeus que se espalhou desde Jerusalém para outros povoados e cidades, incluindo Safed e Hebron. Mais uma vez, a administração britânica não se empenhou em evitar a violência e, depois que essa começou, nada fez para proteger a população judaica. Após seis dias de confrontos, os britânicos finalmente trouxeram tropas para sufocar os distúrbios. Nesse período, praticamente toda a população judaica de Hebron fugiu ou foi morta. No total, 133 judeus foram assassinados e 399 feridos nos *pogroms*.[38]

Após o término das rebeliões, os britânicos fizeram uma investigação que resultou no *Livro Branco* de Passfield. Este dizia que "a imigração, a compra de terras e as políticas de assentamento da Organização Sionista já eram, ou estavam prestes a se tornar, prejudiciais aos interesses árabes. Fica entendido que a obrigação do Mandato com a comunidade não-judaica significa que os recursos para a Palestina devem ser reservados em primeiro lugar fundamentalmente para o crescimento da economia árabe...".[39]

Isso, obviamente, significava que era necessário impor restrições à imigração judaica e às aquisições de terra.

MITO

"O Mufti não era anti-semita".

FATO

Em 1941, Haj Amin al-Husseini voou para a Alemanha e reuniu-se com Hitler, Heinrich Himmler, Joachim Von Ribbentrop e outros líderes nazistas. Ele quis persuadi-los a estender o programa antijudaico dos nazistas ao mundo árabe. O Mufti enviou a Hitler 15 esboços de declarações que ele queria que Alemanha e Itália fizessem no tocante ao Oriente Médio. Uma delas pedia que os dois países declarassem a ilegalidade do Lar Judaico na Palestina. Além disso, que "concordassem com o direito da Palestina e demais países árabes de dar uma solução ao problema dos elementos judeus em seus países, conforme os interesses dos árabes e pelo mesmo método com o qual a questão está sendo implementada agora nos países do Eixo".[40]

Em novembro de 1941, o Mufti reuniu-se com Hitler, que lhe disse que os judeus eram seus piores inimigos. No entanto, o ditador nazista refutou os

pedidos do Mufti por uma declaração de apoio aos árabes, dizendo-lhe que o momento não era propício. O Mufti agradeceu-lhe "pela simpatia que ele sempre demonstrou pelos árabes e especialmente pela causa palestina, para a qual sempre deu clara expressão em seus discursos (...) Os árabes eram amigos naturais da Alemanha porque tinham os mesmos inimigos, a saber (...) os judeus". Hitler respondeu:

> "A Alemanha está numa guerra incondicional contra os judeus. Isso inclui naturalmente uma oposição ativa ao Lar Nacional Judaico na Palestina (...) A Alemanha forneceria ajuda positiva e prática aos árabes engajados na mesma luta (...) O objetivo da Alemanha [é]... tão somente a destruição do elemento judeu residente na esfera árabe (...) Nessa hora o Mufti seria o porta-voz mais autorizado para o mundo árabe". O Mufti agradeceu a deferência de Hitler.[41]

Em 1945, a Iugoslávia procurou indiciar o Mufti como criminoso de guerra por sua participação no recrutamento de 20 mil voluntários muçulmanos para as SS que participaram do assassinato de judeus na Croácia e na Hungria. Todavia, ele escapou da prisão francesa em 1946 e prosseguiu sua luta contra os judeus do Cairo e, mais tarde, de Beirute. O Mufit morreu em 1974.

MITO

"O Irgun colocou uma bomba no Hotel King David como parte de uma campanha terrorista contra civis".

FATO

O Hotel King David era a sede do comando militar britânico e da Divisão de Investigação Criminal Britânica. O Irgun (*Irgun Tsevái Leumi* – Organização Militar Nacional) o escolheu como alvo depois que tropas britânicas invadiram a Agência Judaica em 29 de junho de 1946 e confiscaram grandes quantidades de documentos. Praticamente no mesmo período mais de 2.500 judeus em toda a Palestina estavam sendo presos. A informação acerca das operações da Agência Judaica, incluindo as atividades de inteligência nos países árabes, estava guardada no Hotel King David. Uma semana depois, as notícias do massacre de 40 judeus em um *pogrom* na Polônia fizeram lembrar aos judeus na Palestina como a política restritiva de imigração da Grã-Bretanha havia condenado milhares à morte.

Menahem Begin[43] manifestou seu desejo de evitar baixas civis. De fato, seu plano era advertir os britânicos para que evacuassem o prédio antes que fosse explodido. Seriam feitas três chamadas telefônicas: uma para o hotel, outra para o consulado francês e uma terceira para o *Palestine Post*, avisando que em breve seriam detonados explosivos no Hotel King David. As chamadas foram feitas em 22 de julho de 1946. O telefonema para o hotel foi apa-

rentemente recebido e ignorado. Begin cita um funcionário britânico que supostamente se recusou a evacuar o prédio, dizendo: "Não recebemos ordens dos judeus".[44] Como resultado, quando as bombas explodiram, o saldo de baixas foi elevado: 91 mortos e 45 feridos. Entre as baixas havia 15 judeus. Poucas pessoas do hotel propriamente dito foram feridas pela explosão.[45]

Contrastando com os ataques árabes contra judeus, que eram amplamente comemorados pelos líderes árabes como ações heróicas, o Conselho Nacional Judaico condenou o atentado do Hotel King David.[46]

Durante décadas os britânicos negaram que haviam sido avisados. Contudo, em 1979 um membro do Parlamento Britânico apresentou evidências de que o Irgun havia realmente feito a advertência. Ele ofereceu o testemunho de um funcionário britânico que ouviu outros, no bar do Hotel King David, ironizando a ameaça sionista ao quartel-general. O funcionário que ouviu a conversa abandonou imediatamente o hotel e sobreviveu.[47]

Notas

1 Aharon Cohen. *Israel and the Arab World*. Nova York: Funk and Wagnalls, 1970, pág. 172; Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 146.

2 Abdula. Soberano do reino hachemita da Jordânia (a Transjordânia, criada em 1946), assassinado em 1951 por um agente do Mufti de Jerusalém, Haj Amin el-Husseini. Abdula foi sucedido pelo neto Hussein. Hoje, a Jordânia é governada pelo bisneto, que também se chama Abdula. O Mufti, confesso admirador de Adolf Hitler, é tio do atual presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat.

3 Moshe Auman. *Land Ownership in Palestine, 1880-1948*, em Michael Curtis et al. *The Palestinians*. New Jersey: Transaction Books, 1975, pág. 25.

4 *Palestine Royal Comission Report (Relatório Peel).* Londres: 1937, pág. 300.

5 Arieh Avneri. The Claim of Dispossession. *Tel-Aviv: Hidekel Press, 1984, pág.28;* Yehoshua Porath. *The Emergence of Palestinian-Arab National Movement, 1918-1929*. Londres: Frank Cass, 1974, pág. 17-18.

6 Porath (1974), pág. 18.

7 Cohen, pág. 53.

8 Yehoshua Porath. *Palestinian Arab National Movement: From Riots to Rebellion: 1929-1939, vol. 2*. Londres: Frank Cass and Co., Ltd., 1977, págs.17-18, 39.

9 John Hope Simpson. *Palestine: Report on Immigration, Land Settlement and Development*. Londres, 1930, pág. 126.

10 *Palestine Royal Comission Report*, pág. 291.

[11] *Palestine Royal Comission Report,* pág. 242.

[12] George Lenczowski. *American Presidents and the Middle East.* North Caroline: Duke University Press, 1990, pág. 23.

[13] Cohen, pág. 174.

[14] Dov Friedlander e Calvin Goldscheider. *The Population of Israell.* New York: Columbia Press, 1979, pág. 30.

[15] Avneri, pág. 254.

[16] Curtis, pág. 38.

[17] Avneri, pág. 264; Cohen, pág. 60.

[18] Avneri, pág. 254-55.

[18a] David Ben-Gurion. Pseudônimo de David Gruen (1886-1973). Em 1906 estabeleceu-se na Palestina, onde fundou e dirigiu o movimento social-democrata Poale Sion (Trabalhadores de Sion). Em 1930, transformou o movimento no Mapai (Partido Trabalhista). Conseguiu na ONU uma resolução favorável à criação do Estado de Israel. Foi eleito presidente do Conselho Nacional Provisório, que proclamou a independência em 1948. Organizou o Exército, foi ministro da Defesa e primeiro-ministro. Em 1965, desligou-se do Mapai e organizou um pequeno partido de oposição, o Rafi. Embora vivendo retirado, continuou exercendo influência na política de Israel.

[19] Moshe Aumann. *Land Ownership in Palestine, 1880-1948.* Jerusalém: Academic Comittee on the Middle East, 1976, pág. 5.

[20] Shabtai Teveth. *Ben-Gurion and the Palestinian Arabs: From Peace to War.* Londres: Oxford University Press, 1985, pág. 32.

[21] Porath, pág. 80, 84.

[22] Hope Simpson Report, pág. 51.

[23] Avneri, pág. 149-158; Cohen, pág. 37. Baseado em Lewis French. *The Report on Agricultural Development and Land Settlement in Palestine.* Supplementary Report, abril de 1932, e material submetido à Palestine Royal Comission.

[24] Netanel Lorch. *One Long War.* Jerusalém: Keter, 1976, pág.27; Sachar, pág. 201.

[25] *Palestine Royal Comission Report* (1937), pág.242.

[26] *Palestine Royal Comission* (1937), pág.241-242.

[27] Rei Abdula. *My Memoirs Completed.* Londres, Longman Group, Ltd., 1978, pág. 88-89.

[28] Porath (77), pág. 86-87.

[29] Aumann, pág. 13.

[30] Abraham Granott. *The Land System in Palestine.* Londres: Eyre and Spottiswoode, 1952). pág. 278.

[31] Avneri, pág. 179-180, 224-225, 232-234; Porath (77), pág. 72-73.

[32] Jon Kimche. *There Could Have Been Peace: The Untold Story of Why We Failed With Palestine, and Again With Israel.* Inglaterra: Dial Press, 1973, pág. 189.

[33] Richard Meinertzhagen. *Middle East Diary, 1917-1956.* Londres, The Cresset Press, 1959, pág. 49, 82, 97.

[34] Samuel Katz. *Battleground-Fact and Fantasy in Palestine.* New York: Bantam Books, 1977. Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time.* New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 97.

[35] Paul Johnson. *Modern Times: The World from the Twenties to the Nineties. New* York: Harper & Row, 1983, pág. 438.

[36] Larry Collins e Dominique Lapierre. *O Jerusalem!* New York: Simon and Schuster, 1972, pág. 52.

[37] Kimche, pág. 211.

[38] Ben Halpern. *The Idea of a Jewish State.* Massachusetts, Harvard University Press, 1969, pág. 323.

[39] Sachar, pág. 174.

[40] Halpern, pág. 201.

[41] *Grand Mufti Plotted To Do Away With All Jews In Mideast.* Response, outono de 1991, pág. 2-3.

[42] Gravação da conversação entre o Fuhrer e o Grande Mufti de Jerusalém em 28 de novembro de 1941, na presença do ministro do Exterior do Reich e do ministro Grobba em Berlim, *Documents on German Foreign Policy, vol. 13.* Londres, 1964, pág. 881ff, em Walter Lacquer e Barry Rubin. *The Israel-Arab Reader.* New York: Penguin Books, 2001, pág. 51-55.

[43] Menahem Begin (1913-1992). Ativista judeu, líder do Irgun, foi eleito primeiro-ministro em 1977 pelo Likud, o partido conservador israelense, e ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 1978, junto com o presidente do Egito, Anuar Sadat, após as negociações que resultaram na devolução do Sinai aos egípcios.

[44] Menahem Begin. *The Revolt.* New York: Nash Publishing, 1977, pág. 224.

[45] J. Bowyer Bell. *Terror Out of Zion.* New York: St. Martin's Press, pág. 172.

[46] Anne Sinai e I. Robert Sinai. *Israel and the Arabs: Prelude to the Jewish State.* New York: Facts on File, 1972, pág. 83.

[47] Benjamin Netanyahu, ed. International Terrorism: *Challenge and Response, Proceedings of the Jerusalem Conference on International Terrorism, july, 25, 1979.* Jerusalém: The Jonathan Institute, 1980, pág. 45.

3. A Partilha

MITO

"As Nações Unidas dividiram a Palestina de maneira injusta".

FATO

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, as informações sobre a verdadeira dimensão do Holocausto chegaram ao conhecimento da opinião pública mundial. Ganharam força as pressões para que os sobreviventes dos campos de concentração pudessem encontrar um refúgio em sua própria pátria.

Os britânicos tentaram levar adiante um acordo aceitável para árabes e judeus, mas a insistência em obter a aprovação dos árabes foi em vão, pois esses não fariam qualquer concessão. O assunto foi, então, transferido para o âmbito das Nações Unidas, em fevereiro de 1947.

A ONU nomeou uma Comissão Especial para a Palestina (Unscop – United Nations Special Comission on Palestine) a fim de encontrar uma saída para o impasse. Delegados de 11 nações[1] foram à Palestina e descobriram o que há muito já era visível: as aspirações nacionais conflitantes de judeus e árabes não poderiam ser conciliadas.

As atitudes contrastantes entre os dois grupos "não poderiam deixar de dar a impressão de que os judeus estavam esclarecidos juridicamente e preparados para apresentar o seu caso diante de qualquer tribunal imparcial, enquanto os árabes não se sentiam seguros da justiça da sua causa ou temiam submeter-se ao julgamento das nações".[2]

A maioria dos integrantes da comissão reconheceu a necessidade de se obter um consenso, mas não vislumbrou uma solução de compromisso por falta de entendimento entre as partes. Em reunião com um grupo de árabes em Beirute, o representante da então Tcheco-Eslováquia na comissão foi franco: "Tenho ouvido suas queixas e me parece que, do ponto-de-vista dos senhores, o acordo é: ´Queremos que todas as nossas reclamações sejam plenamente atendidas. E as dos outros, na medida do possível'".[3]

Ao regressar, os delegados de sete nações – Canadá, Tcheco-Eslováquia, Guatemala, Holanda, Peru, Suécia e Uruguai – recomendaram a criação de dois países separados, um judeu e um árabe, economicamente unidos, tendo Jerusalém como um enclave internacionalizado. Três nações – Índia, Irã e Iugoslávia – recomendaram o Estado unitário com uma província árabe e outra judaica. A Austrália se absteve.

Os judeus da Palestina estavam insatisfeitos com o pequeno território que lhes fora destinado pela comissão e descontentes por Jerusalém ter sido cortada do Estado judeu; no entanto, aceitaram o acordo. Os árabes rejeitaram as recomendações da comissão.

O comitê *ad hoc* da Assembléia Geral da ONU rejeitou a exigência de um Estado árabe unitário. Em seguida, a recomendação pela partilha foi adotada por 33 votos a favor, 13 contra e dez abstenções, em 29 de novembro de 1947.[4]

MITO

"O plano da partilha entregou aos judeus a maior parte da terra e toda a área cultivável".

FATO

O plano da partilha lembrou um tabuleiro de xadrez, em boa parte porque as cidades e povoados judaicos estavam espalhados por toda a Palestina. Isso não complicou tanto o plano quanto o fato de o alto padrão de vida desses lugares ter atraído grande quantidade de árabes. Isso significava que qualquer partilha resultaria num Estado judeu com uma população árabe substancial. Ao reconhecer a necessidade de permitir assentamentos judaicos adicionais, a proposta vencedora concedeu terra aos judeus na Galiléia (norte do país) e no grande e árido deserto do Neguev (sul). O Estado árabe ocuparia o território restante.

Essas fronteiras se baseavam apenas na demografia. Os limites do Estado judeu foram estabelecidos sem levar em consideração a segurança: portanto, as fronteiras do novo Estado eram virtualmente indefensáveis. Acima de tudo, o Estado judeu abrangeria por volta de 5.500 acres para uma população de 538 mil judeus e 397 mil árabes. O Estado árabe teria 4.500 acres para uma população de 804 mil árabes e dez mil judeus.[5] Embora os judeus ocupassem uma área maior, a maior parte das terras ficava no deserto.

A situação viria a se complicar ainda mais com a insistência da maioria das Nações Unidas para que Jerusalém fosse isolada e administrada como uma zona internacional. Esse arranjo deixaria mais de cem mil judeus de Jerusalém distantes de seu país e cercados pelo Estado Árabe.

> *"É duro ver como o mundo árabe, e mais ainda os árabes da Palestina, irá sofrer com aquilo que é o simples reconhecimento de um fato consumado – a presença de uma comunidade judaica compacta, bem organizada e virtualmente autônoma na Palestina".*
>
> **– Editorial do *London Times*[6]**

Os críticos sustentam que as Nações Unidas entregaram terra fértil aos judeus enquanto os árabes receberam terra árida e montanhosa. Isso não é verdade. Aproximadamente 60% do Estado judeu estariam no árido deserto do Neguev. A população árabe estava espalhada por todo o Estado judeu e ocupava a maior parte das terras cultiváveis.[7]

Segundo estatísticas britânicas, mais de 70% das terras que viriam a se tornar Israel não pertenciam a camponeses árabes, mas ao governo do Mandato. Essas terras passaram ao controle israelense com a saída dos ingleses. Algo em torno de 9% da terra era de propriedade de judeus e cerca de 3% de árabes que se tornaram cidadãos de Israel. Isso significa que aproximadamente 18% pertenciam aos árabes que deixaram o país antes e depois da invasão de Israel.[8]

MITO

"Israel usurpou toda a Palestina em 1948".

FATO

Em 1922, os ingleses criaram a Transjordânia usando 80% do que fora território histórico da Palestina e o Lar Nacional Judaico (assim definido pela Liga das Nações). O assentamento judaico na Transjordânia foi proibido. As Nações Unidas dividiram os 20% restantes da Palestina em dois países. Com a anexação da Cisjordânia pela Jordânia, em 1950, e o controle de Gaza pelo Egito, os árabes passaram a controlar mais de 80% do território do Mandato, enquanto o Estado judeu manteve apenas 17,5%.[9]

MITO

"Jamais foi oferecido um país aos árabes palestinos e, portanto, foi-lhes negado o direito à autodeterminação".

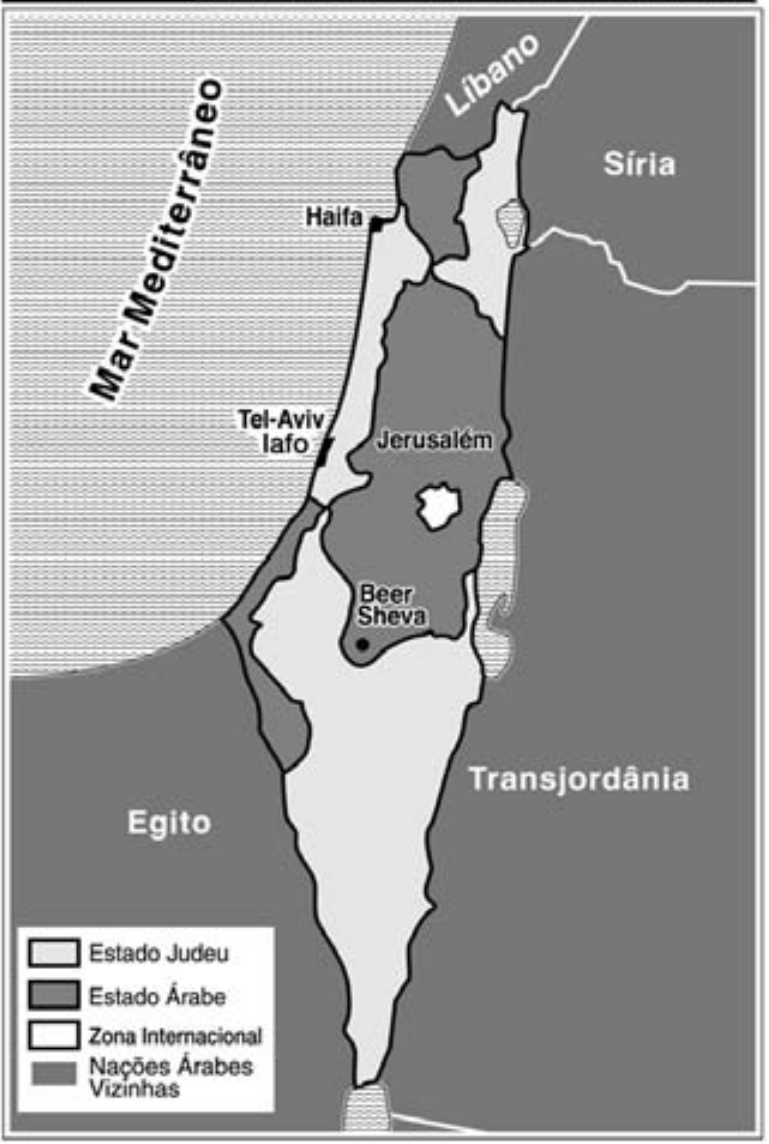
FATO

A Comissão Peel concluiu em 1937 que a única solução lógica para resolver as aspirações contraditórias de judeus e árabes era a partilha da Palestina em dois Estados, um judeu e outro árabe, separados. Os árabes rejeitaram o plano porque isso os obrigava a aceitar a criação de um Estado Judeu, onde alguns palestinos viveriam sob a "dominação judaica". Os sionistas se opuseram às fronteiras do Plano Peel porque seriam confinados a um gueto de 4.921 quilômetros quadrados do total de 26.703 km^2 restantes da Palestina. Apesar disso, concordaram em negociar com os britânicos, enquanto os árabes se recusaram a considerar qualquer tipo de acordo.

Novamente, em 1939, o *Livro Branco* britânico pedia a criação de um Estado árabe na Palestina em dez anos e a limitação da imigração judaica a não mais do que 75 mil pessoas nos cinco anos seguintes. Após esse período, ninguém mais poderia entrar sem o consentimento da população árabe. Apesar da imposição desse limite e de ter sido oferecida a independência – a meta dos nacionalistas árabes – eles repudiaram o *Livro Branco*.

Com a partilha, foi entregue aos palestinos um Estado e a oportunidade de autodeterminação. Isso também foi rejeitado.

Mapa 2 O Plano da Partilha - 1947
Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução 181



MITO

"A maioria da população da Palestina era árabe; portanto, deveria ter sido criado um Estado árabe unitário".

FATO

Em 1947, quando foi decidida a partilha, os árabes eram maioria na Palestina ocidental – 1,2 milhão de árabes contra 600 mil judeus.[10] Os judeus nunca tiveram a oportunidade de ser maioria no país, diante da política britânica de restrição à imigração. Já os árabes eram livres para entrar na Palestina – e milhares o fizeram – e aproveitar-se do rápido desenvolvimento estimulado pelo assentamento sionista. Não obstante, os judeus eram maioria na área que lhes fora destinada e em Jerusalém.

Além dos 600 mil judeus, 350 mil árabes residiriam no Estado judeu criado pela partilha. Aproximadamente 92 mil árabes viviam em Tiberíades, Safed, Haifa e Bet Shean e 40 mil eram beduínos, em sua maioria vivendo no deserto.

Antes do Mandato, em 1922, a população árabe palestina estava diminuindo. Depois, os árabes passaram a vir de todos os países ao redor. Além disso, a população árabe crescia exponencialmente na medida em que os colonos judeus melhoravam a qualidade das condições sanitárias na Palestina.

A divisão da Palestina não foi determinada apenas por fatores demográficos; chegou-se à conclusão de que as reivindicações territoriais dos judeus e dos árabes eram inconciliáveis e que o acordo mais lógico era a criação de dois Estados. Ironicamente, no mesmo ano de 1947, os membros árabes das Nações Unidas apoiaram a partilha do subcontinente indiano e a criação de um Estado, o Paquistão, predominantemente muçulmano.

MITO

"Os árabes estavam dispostos a um acordo para evitar o derramamento de sangue".

FATO

Com a proximidade da votação da partilha, ficou claro que havia pouca esperança de solução para um problema que transcendia a política: a falta de interesse dos árabes em aceitar um Estado judeu na Palestina e a recusa dos sionistas a aceitar menos do que isso. A inflexibilidade dos árabes ficou evidente quando os representantes da Agência Judaica, David Horowitz e Abba Eban, fizeram um último esforço para alcançar o acordo num encontro com o secretário da Liga Árabe,[10a] Azzam Pasha, em 16 de setembro de 1947. Pasha lhes disse bruscamente:

> "O mundo árabe não está disposto a um acordo. É provável, senhor Horowitz, que o seu plano seja racional e lógico, mas o

destino das nações não é decidido pela lógica racional. Nações jamais concedem; elas lutam. Vocês nada conseguirão por meios pacíficos ou acordos. Vocês talvez consigam algo, mas somente pela força das suas armas. Tentaremos derrotá-los. Não estou certo de que seremos bem-sucedidos, mas tentaremos. Fomos capazes de expulsar os cruzados, mas, por outro lado, perdemos a Espanha e a Pérsia. Pode ser que percamos a Palestina. No entanto, é tarde demais para soluções pacíficas".[11]

MITO

"A União Soviética se opôs vigorosamente à partilha".

FATO

Depois que os britânicos decidiram levar o tema palestino para as Nações Unidas, o assessor para a Palestina do ministro para Assuntos Exteriores, Ernest Bevin, perguntou a um representante da Agência Judaica por que os judeus deixaram que as Nações Unidas decidissem a questão da Palestina. "Você não sabe que a única maneira de se estabelecer um Estado judeu é se houver a concordância de Estados Unidos e União Soviética?[11a] Isso jamais aconteceu. Pode ser que não ocorra. Isso nunca vai acontecer".

Contudo, em maio de 1947, o delegado soviético na ONU, Andrei Gromyko,[11b] afirmou: "O fato de nenhum país europeu ocidental ter sido capaz de garantir a defesa dos direitos elementares do povo judeu e salvaguardá-lo da violência dos executores fascistas explica as aspirações dos judeus de estabelecer o seu próprio Estado. Seria injusto não levar isto em consideração e negar o direito do povo judeu de concretizar sua aspiração".[12]

Alguns meses depois, a União Soviética apoiou a partilha e, em seguida, tornou-se a segunda nação a reconhecer Israel.

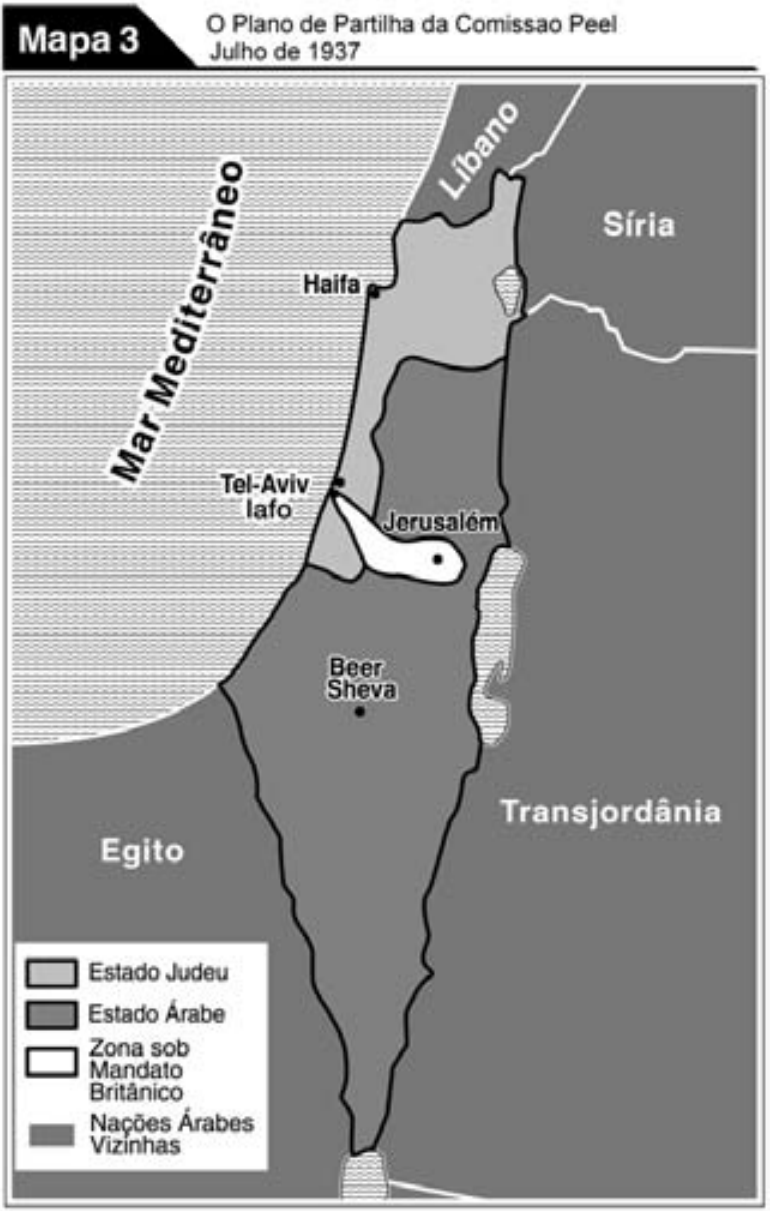
Notas

1 Austrália, Canadá, Guatemala, Índia, Irã, Holanda, Peru, Suécia, Tcheco-Eslováquia, Uruguai e Iugoslávia.

2 Aharon Cohen. *Israel and the Arab World.* Boston: Beacon Press, 1976, pág. 369-370.

3 Cohen, pág. 212.

4 Votaram a favor da partilha: África do Sul, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Dinamarca, EUA, Equador, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Holanda, Islândia, Libéria, Luxemburgo, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, República Socialista Soviéti-


Mapa 3
O Plano de Partilha da Comissao Peel
Julho de 1937
Líbano
Síria
Mar Mediterrâneo
Haifa
Tel-Aviv
Iafo
Jerusalém
Beer
Sheva
Egito
Transjordânia
Estado Judeu
Estado Árabe
Zona sob
Mandato
Britânico
Nações Árabes
Vizinhas

ca da Bielo-Rússia, República Socialista Soviética da Ucrânia, Suécia, Tcheco-Eslováquia, URSS, Uruguai e Venezuela. Votaram contra a partilha: Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia. Abstiveram-se: Argentina, Chile, China, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Grã-Bretanha, Honduras, Iugoslávia e México. *Yearbook of the United Nations, 1947-48.* New York: United Nations, 1949, pág. 246-47.

[5] Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Sionism to Our Time.* New York: Alfred A. Knopf, 1998, pág. 292.

[6] *London Times* (1 de dezembro de 1947).

[7] Cohen, pág. 238.

[8] Moshe Aumann. *Land Ownership in Palestine, 1880-1948,* em Michael Curtis et al. *The Palestinians.* New Jersey: Transaction Books, 1975, pág.29, ao citar a pág. 257 de Government of Palestine, *Survey of Palestine.*

[9] Palestina Histórica, abrangendo a atual Jordânia (92.307 km2), Israel (20.769 km^2), Gaza (360 km2) e Cisjordânia (5.861 km2).

[10] Arieh Avneri. *The Calim of Dispossession.* New Jersey: Transaction Books, 1984, pág. 252.

[10a] Liga Árabe. Criada no Egito em 1945. Formada por Arábia Saudita, Argélia, Autoridade Nacional Palestina, Bahrein, Djibuti, Egito, Emirados Árabes, Iêmen, Ilhas Comores, Iraque, Jordânia, Kuait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Qatar, Síria, Somália, Sudão e Tunísia. Cada membro tem direito a um voto e as decisões aprovadas por maioria são adotadas apenas pelos países que as aceitaram. Reúne-se duas vezes por ano, em março e setembro, mas pode haver sessões extraordinárias, por necessidade de algum membro ou solicitação de uma cúpula. Tem um secretário-geral, nomeado por uma maioria de dois terços. Sua função é tratar dos assuntos financeiros e administrativos, mas a secretaria-geral está dividida em 14 departamentos, que tratam de questões políticas, econômicas, sociais e legais.

[11] David Horowitz. *State in the Making.* New York: Alfred A. Knopf, 1953, pág. 233.

[11a] União Soviética, ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nascida com a Revolução de 1917, reuniu Rússia, Ucrânia, Geórgia e outros países. Difundiu o comunismo pelo mundo e travou com os Estados Unidos a chamada Guerra Fria, o embate entre o comunismo e o capitalismo. Foi extinta em 1985.

[11b] Andrei Gromyko (1909-1989). Delegado na Organização das Nações Unidas, embaixador nos Estados Unidos, ministro das Relações Exteriores e presidente da União Soviética.

[12] Assembléia Geral das Nações Unidas, Primeira Sessão Especial, 14 de maio de 1947, Documento A/PV 77 das Nações Unidas.

4. A Guerra de 1948

MITO

"Os judeus deram início à primeira guerra contra os árabes".

FATO

O presidente do Supremo Comitê Árabe afirmou que os árabes lutariam para defender "cada polegada de seu país".[1] Dois dias depois, os líderes espirituais da Universidade de Al-Azhar do Cairo convocaram o mundo muçulmano para proclamar uma *jihad* (guerra santa) contra os judeus.[2] Jamal Husseini, porta-voz do Supremo Comitê Árabe, havia dito às Nações Unidas, antes da votação da partilha, que os árabes inundariam "o solo do nosso amado país até a última gota do nosso sangue...".[3]

O vaticínio de Husseini transformou-se em realidade quase imediatamente após a ONU aprovar a resolução em 29 de novembro de 1947. Os árabes fizeram uma greve de protesto e provocaram rebeliões que custaram a vida de 62 judeus e 32 árabes. A violência seguiu em escalada até o fim do ano.[4]

Os primeiros ataques em larga escala começaram em 9 de janeiro de 1948, quando aproximadamente mil árabes atacaram comunidades judaicas no norte da Palestina. Em fevereiro, os britânicos admitiram que não tinham tropas suficientes para detê-los, tamanha era a quantidade de árabes na região.[5]

Na verdade, os britânicos entregaram suas bases e armamentos à Legião Árabe e a forças não-regulares. Na primeira fase da guerra, de 29 de novembro de 1947 a 1º de abril de 1948, os árabes palestinos partiram para a ofensiva com a ajuda de voluntários dos países vizinhos. Os judeus sofreram pesadas baixas e tiveram suas principais rodovias bloqueadas.

Em 26 de abril de 1948, o rei Abdula, da Transjordânia, afirmou:

> "Todos os nossos esforços para encontrar uma solução pacífica para o problema palestino têm fracassado. O único caminho que nos resta é a guerra. Terei o prazer e a honra de salvar a Palestina".[6]

Em 4 de maio de 1948, a Legião Árabe atacou Kfar Etzion. Os defensores os repeliram, mas a legião voltou uma semana depois. Após dois dias, os colonos judeus, numericamente inferiores e mal equipados, foram vencidos. Muitos foram massacrados, mesmo após terem se rendido.[7] Isso aconteceu antes da invasão dos exércitos regulares árabes que se seguiu à declaração de independência de Israel.

As Nações Unidas culparam os árabes pela violência. A Comissão das Nações Unidas para a Palestina jamais recebeu permissão dos árabes ou dos britânicos para ir à Palestina e fiscalizar o cumprimento da resolução. Em 16 de fevereiro de 1948, a comissão informou ao Conselho de Segurança:

> "Interesses árabes poderosos, dentro e fora da Palestina, estão desafiando a resolução da Assembléia Geral e estão empenhados num esforço deliberado para alterar, pela força, o acordo concebido a respeito".[8]

Os árabes assumiram rispidamente a responsabilidade pelo início da guerra. Jamal Husseini afirmou ao Conselho de Segurança em 16 de abril de 1948: "O representante da Agência Judaica nos disse ontem que eles não eram os atacantes, que os árabes haviam iniciado o combate. Não negamos isso. Dissemos ao mundo inteiro que estávamos indo à luta".[9]

O comandante britânico da Legião Árabe da Jordânia, John Bagot Gubb, admitiu:

> "No início de janeiro, os primeiros destacamentos do Exército de Libertação Árabe se infiltraram na Palestina vindos da Síria. Alguns vieram pela Jordânia e até mesmo por Amã. Na verdade eles estavam por desferir o primeiro golpe para a ruína dos árabes da Palestina".[10]

Apesar das desvantagens em números, organização e armamentos, os judeus passaram a assumir a iniciativa entre 1º de abril e 14 de maio (quando foi declarada a independência). A Haganá[11] tomou cidades importantes, como Tiberíades e Haifa, e reabriu temporariamente a rodovia para Jerusalém.

A resolução que determinou a partilha do território nunca foi suspensa ou rescindida. Assim, Israel, o Estado judeu na Palestina nasceu em 14 de maio, dia em que os britânicos finalmente deixaram o país. No mesmo dia, cinco exércitos árabes (Egito, Síria, Transjordânia, Líbano e Iraque) invadiram Israel. Suas intenções foram anunciadas assim pelo secretário-geral da Liga Árabe, Azzam Pasha: "Esta será uma guerra de extermínio e de um massacre instantâneo que será lembrado como os massacres mongóis e as Cruzadas".[12]

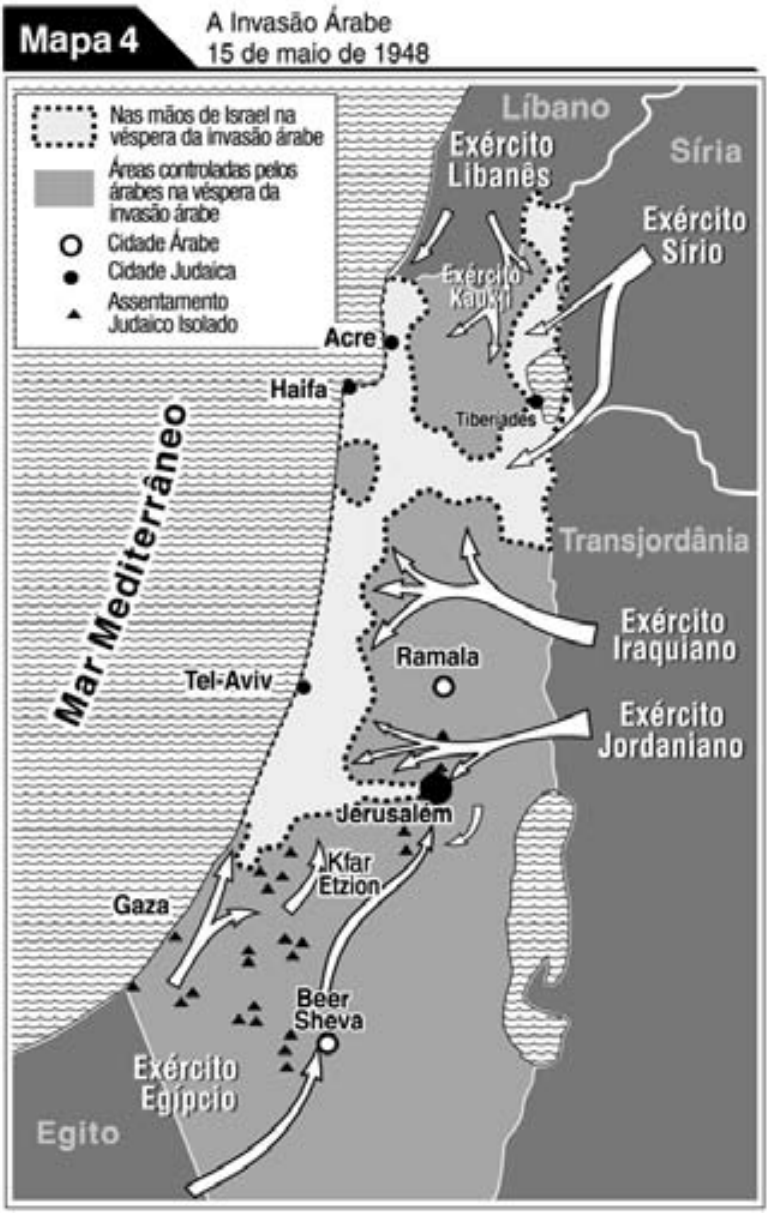
MITO

"O Plano Bernadotte era uma alternativa viável à partilha".

FATO

Durante o verão de 1948, o conde Folke Bernadotte foi enviado à Palestina pelas Nações Unidas a fim de intermediar uma trégua e tentar negociar o acordo. O plano de Bernadotte propunha que o Estado judeu abrisse mão do deserto de Neguev e de Jerusalém para a Transjordânia e recebesse em troca a Galiléia ocidental. Isso se assemelhava às fronteiras propostas antes da votação da partilha e rejeitadas por todas as partes. Agora, a proposta estava sendo oferecida depois que os árabes foram à guerra para evitar a partilha, bem como da declaração de um Estado judeu. Judeus e árabes rejeitaram o plano.

Ironicamente, Bernadotte encontrou pouco entusiasmo entre os árabes pela independência. Ele escreveu em seu diário:


Mapa 4
A Invasão Árabe
15 de maio de 1948
Nas mãos de Israel na véspera da invasão árabe
Áreas controladas pelos árabes na véspera da invasão árabe
Cidade Árabe
Cidade Judaica
Assentamento Judaico Isolado
Líbano
Exército Libanês
Síria
Exército Sírio
Exército Kaukji
Acre
Haifa
Tiberíades
Mar Mediterrâneo
Transjordânia
Exército Iraquiano
Ramala
Tel-Aviv
Exército Jordaniano
Jerusalém
Kfar Etzion
Gaza
Beer Sheva
Exército Egípcio
Egito

> "No presente momento, os árabes palestinos não têm vontade, tampouco desenvolveram um nacionalismo especificamente palestino. A exigência de um Estado árabe em separado na Palestina é, conseqüentemente, relativamente fraca. É como se, nas circunstâncias existentes, a maioria dos árabes palestinos se sentisse bastante contente em ser incorporada à Transjordânia".[13]

O fracasso de Bernadotte ocorreu quando os judeus passaram a ter mais sucesso em repelir as forças árabes invasoras e expandiram o controle sobre o território para além das fronteiras da partilha.

MITO

"Os Estados Unidos foram a única nação que criticou o ataque dos árabes a Israel".

FATO

Estados Unidos, União Soviética e a maioria dos demais países reconheceram Israel imediatamente após a declaração de independência, em 14 de maio de 1948, e imediatamente acusaram os árabes pela agressão. Os Estados Unidos apresentaram uma resolução condenando os árabes pela quebra da paz. O delegado soviético Andrei Gromyko afirmou no Conselho de Segurança da ONU, em 29 de maio de 1948:

> "Esta não é a primeira vez que os países árabes, que organizaram a invasão da Palestina, ignoram uma decisão do Conselho de Segurança ou da Assembléia Geral. A delegação da URSS julga essencial que o Conselho deva declarar sua opinião de maneira mais clara e firme com respeito a essa atitude dos países árabes, diante das decisões do Conselho de Segurança".[14]

Em 15 de julho, o Conselho de Segurança ameaçou citar os governos árabes por agressão, conforme a Carta das Nações Unidas. Nesse período, as Forças de Defesa de Israel (FDI) foram bem-sucedidas em deter a ofensiva árabe e a fase inicial da guerra terminou.

MITO

"O apoio do Ocidente a Israel permitiu que os judeus conquistassem a Palestina".

FATO

Os judeus venceram a sua guerra de independência com ajuda mínima do Ocidente. De fato, a venceram apesar dos esforços de subverter seu poderio militar. Embora os Estados Unidos tenham apoiado vigorosamente a resolução da partilha, o Departamento de Estado não quis fornecer os meios para os judeus se defenderem. "De outro modo", argumentou o subsecretário de

Mapa 5
As Linhas do Armistício
1949
Líbano
Síria
Mar Mediterrâneo
Haifa
Samaria
Tel-Aviv
Yafo
Jerusalém
Judéia
Transjordânia
Gaza
Beer
Sheva
Egito
Eilat
Sob Domínio Israelense
Sob Domínio Jordaniano
Sob Domínio Egípcio

Estado, Robert Lovett, "os árabes poderiam usar armas de origem americana contra os judeus ou esses poderiam usá-las contra os árabes".[15]

Em conseqüência disso, em 5 de dezembro de 1947 os EUA impuseram um embargo de armas na região. Muita gente do Departamento de Estado viu o embargo de armas como outro meio de obstruir a partilha. O presidente Harry Truman, não obstante, continuou apoiando o embargo, na esperança de ser um meio de evitar o derramamento de sangue. Isso era ingênuo, dada a rejeição da Grã-Bretanha ao pedido de Lovett de suspender o envio de armas aos árabes e os acordos subseqüentes para fornecer armas adicionais ao Iraque e à Transjordânia.[16]

Os árabes não tiveram dificuldades de obter todas as armas de que necessitavam. De fato, a Legião Árabe da Jordânia foi armada e treinada pelos ingleses e dirigida por um funcionário do governo britânico. Entre o fim de 1948 e o início de 1949, aviões da RAF (Força Aérea Real britânica) voaram junto aos esquadrões egípcios sobre a fronteira Israel-Egito. Em 7 de janeiro de 1949, aviões israelenses derrubaram quatro aviões ingleses.[17]

Os judeus viram-se forçados a contrabandear armas, principalmente da Tcheco-Eslováquia. Quando Israel declarou sua independência em maio de 1948, o Exército não tinha um único canhão ou tanque. Sua Força Aérea consistia em nove aviões obsoletos. Embora a Haganá tivesse 60 mil combatentes, só 18.900 estavam totalmente mobilizados, armados e preparados para a guerra.[18] Na véspera da guerra, o chefe de operações, Yigael Yadin, disse a David Ben-Gurion: "O melhor que podemos lhe dizer é que temos 50% de chances".[19]

A tentativa árabe de destruir Israel fracassou. Por causa dessa agressão, os árabes terminaram ficando com menos território do que teriam caso tivessem aceitado a partilha.

O custo da guerra foi enorme para Israel. "Muitas de suas terras mais produtivas foram arruinadas e destruídas. Seus campos cítricos, que foram por décadas a base da economia do Yishuv (comunidade judaica), foram em grande parte destruídos".[20] Os gastos militares totalizaram US$ 500 milhões. Pior de tudo: 6.373 israelenses foram mortos, quase 1% da população judaica de 650 mil.

Se o Ocidente tivesse imposto a resolução da partilha ou oferecido condições para que os judeus se defendessem, muitas vidas poderiam ter sido poupadas. Os países árabes assinaram acordos de armistício com Israel em 1949, a começar pelo Egito (24 de fevereiro), seguido pelo Líbano (23 de março), pela Jordânia (3 de abril) e pela Síria (20 de julho). O Iraque foi o único país que não assinou o acordo, decidindo, em vez disso, retirar suas tropas e entregar seu setor à Legião Árabe da Jordânia. Nenhum país árabe negociaria um acordo de paz.

MITO

"O boicote econômico árabe a Israel foi imposto depois da guerra de 1948".

FATO

O boicote árabe foi declarado formalmente pelo recém-criado Conselho da Liga Árabe em 2 de dezembro de 1945: "Os produtos e bens manufaturados judaicos devem ser considerados indesejáveis para os países árabes". Todas as "instituições, organizações, comerciantes, agentes comissionados e indivíduos" árabes foram chamados a "se recusar a vender , distribuir ou consumir produtos ou bens manufaturados sionistas".[21] Como fica evidente nessa declaração, os termos "judeu" e "sionista" são usados como sinônimos.

Portanto, mesmo antes do estabelecimento de Israel, os países árabes já haviam declarado boicote econômico aos judeus da Palestina. O boicote, tal como evoluiu após 1948, teve três componentes: o boicote primário proíbe o comércio direto entre Israel e nações árabes; o secundário se dirige às companhias que fazem negócios com Israel; o boicote terciário inclui a lista negra de empresas que negociam com outras companhias que fazem negócios com Israel.[22]

O objetivo teria sido o de isolar Israel de seus vizinhos e da comunidade internacional e negar-lhe um mercado que poderia ser usado para aumentar seu poder econômico e militar. Embora tenha, sem dúvida alguma, isolado Israel e separado o Estado judeu dos seus mercados mais naturais, o boicote foi incapaz de prejudicar a economia de Israel até o nível pretendido. Em 1977, o Congresso americano proibiu as companhias dos EUA de cooperar com o boicote árabe. Quando o presidente Jimmy Carter assinou a lei, afirmou que "a questão atinge o coração do livre comércio entre nações" e que foi concebida "para dar um fim aos efeitos de divisão na vida americana por boicotes estrangeiros dirigidos contra membros judeus de nossa sociedade".[23]

A Liga Árabe ameaçou tomar uma atitude decisiva contra a nova lei, considerada como parte de "uma campanha de leis e decretos histéricos (...) que Israel e o sionismo mundial tentam impor tanto aos EUA como também a alguns países da Europa Ocidental".

Ao contrário dos argumentos de que o decreto levaria a uma redução drástica do comércio americano com o mundo árabe, as importações e exportações aumentaram substancialmente, bem como as relações exteriores diplomáticas e culturais. Não obstante, certas companhias americanas foram incluídas na *lista negra* por suas relações com Israel.

Em 30 de setembro de 1994, os seis países do Conselho de Cooperação do Golfo anunciaram que deixavam de apoiar o boicote secundário, que impedia o comércio com companhias que fizessem negócios com Israel. Em Taba, no

Egito, em 7 e 8 de fevereiro de 1995, líderes comerciais egípcios, americanos, jordanianos e palestinos assinaram documento conjunto (a Declaração de Taba) apoiando "todos os esforços para encerrar o boicote a Israel".

Desde a assinatura dos acordos de paz entre Israel, a OLP e a Jordânia, o boicote tem sido gradualmente destruído. A Liga Árabe foi obrigada a cancelar reuniões sobre o boicote convocadas pelos anfitriões sírios devido à oposição de países como Kuwait e Tunísia. O boicote primário – que proíbe relações diretas entre países árabes e Israel – acabou quando nações como Qatar, Omã e Marrocos negociaram acordos com Israel. Poucos países fora do Oriente Médio se submeteram ao boicote, que apesar disso continua tecnicamente em vigor em diversos países, notadamente na Arábia Saudita (que proíbe produtos que levam a estrela de Davi).[24]

Notas

1 *New York Times* (1º de dezembro de 1947).

2 *Facts on File Yearbook.* New York: Facts on File, Inc., 1948, pág. 48.

3 C. Hurewitz. *The Struggle for Palestine.* New Yorh: Schocken Books, 1976, pág. 308.

4 *Facts on File Yearbook,* 1948, pág. 231.

5 Facts on File Yearbook, *1947, pág. 231.*

6 Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time.* New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 322.

7 Netanel Lorch. *One Long War.* Jerusalém: Keter Books, 1976, pág.47; Ralph Patai, *ed. Encycopledia of Zionism and Israel.* (New York: McGraw Hill, 1971, pág. 307-308.

8 *Security Council Official Records*, Special Supplement (1948), pág. 20.

9 *Security Council Official Records* (16 de abril de 1948), pág. 19.

10 John Bagot Glubb. *A Soldier with the Arabs.* Londres: Staughton and Hodder, 1957, pág. 79.

11 Haganá (do hebraico defesa). Organização militar sionista criada em 1920 e extinta em 1948, quando serviu de base para o exército israelense. Seus 60 mil integrantes atuaram com poder de polícia na Palestina, durante o Mandato Britânico, e participaram da Segunda Guerra Mundial em unidades formadas somente por judeus.

12 Isi Leibler. *The Case for Israel.* Austrália: The Globe Press, 1972, pág. 15.

13 Folke Bernadotte. *To Jerusalem.* Londres: Hodder and Stoughton, 1951, pág. 113.

14 *Security Council Official Records* (29 de maio de 1948), pág. 2.

15 *Foreign Relations of the United States 1947.* District of Columbia: GPO, 1948), pág. 1.249 (daqui em diante será usada a sigla FRUS).

[16] Mitchell Bard. *The Water's Edge and Beyond*. New Jersey: Transaction Books, 1991, pág. 171-175; FRUS, pág. 537-539; Robert Silverberg. *If I Forget Thee O Jerusalem: American Jews and the State of Israel*. New York: William Morrow and Co., Inc., 1970, pág. 366, 370; Shlomo Slonim. *The 1948 American Embargo on Arms to Palestine*, Political Science Quarterly (outono de 1979), pág. 500.

[17] Sachar, pág. 345.

[18] Larry Collins e Dominique Lapierre. *O Jerusalem!* New York: Simon and Schuster, 1972, pág. 352.

[19] Golda Meir. *My Life*. New York: Dell, 1975, pág. 213, 222, 224.

[20] Sachar, pág. 452

[21] Terence Prittie e Walter Nelson. *The Economic War Against the Jews*. Londres: Corgi Books, 1977, pág. 1; Dan Chill. *The Arab Boycott of Israel*. New York: Praeger, 1976, pág. 1.

[22] Prittie e Nelson, pág. 47-48; Sol Stern. *On and Off the Arabs' List, The New Republic* (27 de março de 1976), pág. 9; Kennan Teslik. *The Executive Branch and Special Interests*. Connecticut: Greenwood Press, 1982, pág. 11.

[23] Bard, pág. 91-115.

[24] *Jerusalem Post* (5 de junho de 2002).

5. O Caminho para Suez

MITO

"Os governos árabes estavam preparados para aceitar Israel depois da guerra de 1948".

FATO

No outono de 1948, o Conselho de Segurança das Nações Unidas convocou Israel e os países árabes para negociar acordos de paz. Graças à insistência do mediador da ONU, Ralph Bunche, nas conversações bilaterais diretas entre Israel e cada país árabe, os acordos entre Israel e Egito, Jordânia, Líbano e Síria foram concluídos no verão de 1949. O Iraque, que também lutou contra Israel, recusou-se a seguir o exemplo.

Entretanto, em 11 de dezembro de 1948, a Assembléia Geral adotou uma resolução que convocava as partes a negociar a paz e criar uma Comissão de Conciliação para a Palestina (PCC – Palestine Conciliation Commission), composta por Estados Unidos, França e Turquia. Todas as delegações árabes votaram contra.

Depois de 1949, os árabes insistiram para que Israel aceitasse as fronteiras da resolução da partilha de 1947 e repatriasse os refugiados palestinos antes de negociarem um fim para a guerra que haviam iniciado. Essa era uma abordagem insólita que usariam depois de seguidas derrotas: a doutrina da guerra de responsabilidade limitada. Conforme essa teoria, os agressores podem rejeitar um acordo e apostar tudo na guerra com a cômoda certeza de que, mesmo que fracassem, podem insistir no restabelecimento do *status quo* anterior.

MITO

"O ataque militar de Israel em 1956 não foi provocado".

FATO

O Egito manteve seu estado de beligerância com Israel após a assinatura do acordo de armistício. A primeira manifestação disso foi o fechamento do canal de Suez à navegação israelense. Em 9 de agosto de 1949, a Comissão Mista de Armistício das Nações Unidas corroborou a denúncia de Israel de que o Egito estava bloqueando ilegalmente o canal. O negociador da ONU, Ralph Bunche, declarou: "Deve haver livre movimento para a navegação legítima e não deve se permitir a permanência de qualquer vestígio de bloqueio da época da guerra, o que é incompatível com a Carta e o espírito dos acordos de armistício."[1]

Em 1º de setembro de 1951, o Conselho de Segurança ordenou ao Egito que abrisse o canal para a navegação israelense. O Egito se recusou. O ministro das Relações Exteriores egípcio, Muhamad Salah al-Din, disse em princípios de 1954:

> "O povo árabe não vai se constranger em declarar: não ficaremos satisfeitos até a eliminação total de Israel do mapa do Oriente Médio".[2]

Em 1955, o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser[2a] passou a importar armas do bloco soviético a fim de construir seu arsenal para a confrontação com Israel. Entretanto, empregou em curto prazo uma nova tática para prosseguir a guerra do Egito contra Israel, que anunciou em 31 de agosto de 1955:

> "O Egito decidiu despachar seus heróis, os discípulos do faraó e os filhos do Islã, e eles vão limpar a terra da Palestina (...) Não haverá paz na fronteira de Israel, pois exigimos vingança, e a vingança é a morte de Israel".[3]

Esses "heróis" eram terroristas árabes ou *fedayin*, treinados e equipados pelo serviço de inteligência egípcio para praticar ações hostis na fronteira e infiltrar-se em Israel para cometer atos de sabotagem e assassinatos. Os *fedayin* operavam principalmente a partir de bases na Jordânia, de modo que essa suportaria o peso da retaliação de Israel, que inevitavelmente veio em seguida. Os ataques terroristas violavam a cláusula do acordo de paz que proibia o início de hostilidades por forças paramilitares; no entanto, Israel é que foi condenado pelo Conselho de Segurança da ONU por seus contra-ataques.

A escalada de violência continuou com o bloqueio egípcio da passagem de navegação de Israel nos estreitos de Tirã e a nacionalização, por Nasser, do canal de Suez, em julho de 1956. Em 14 de outubro, Nasser deixou bem clara sua intenção:

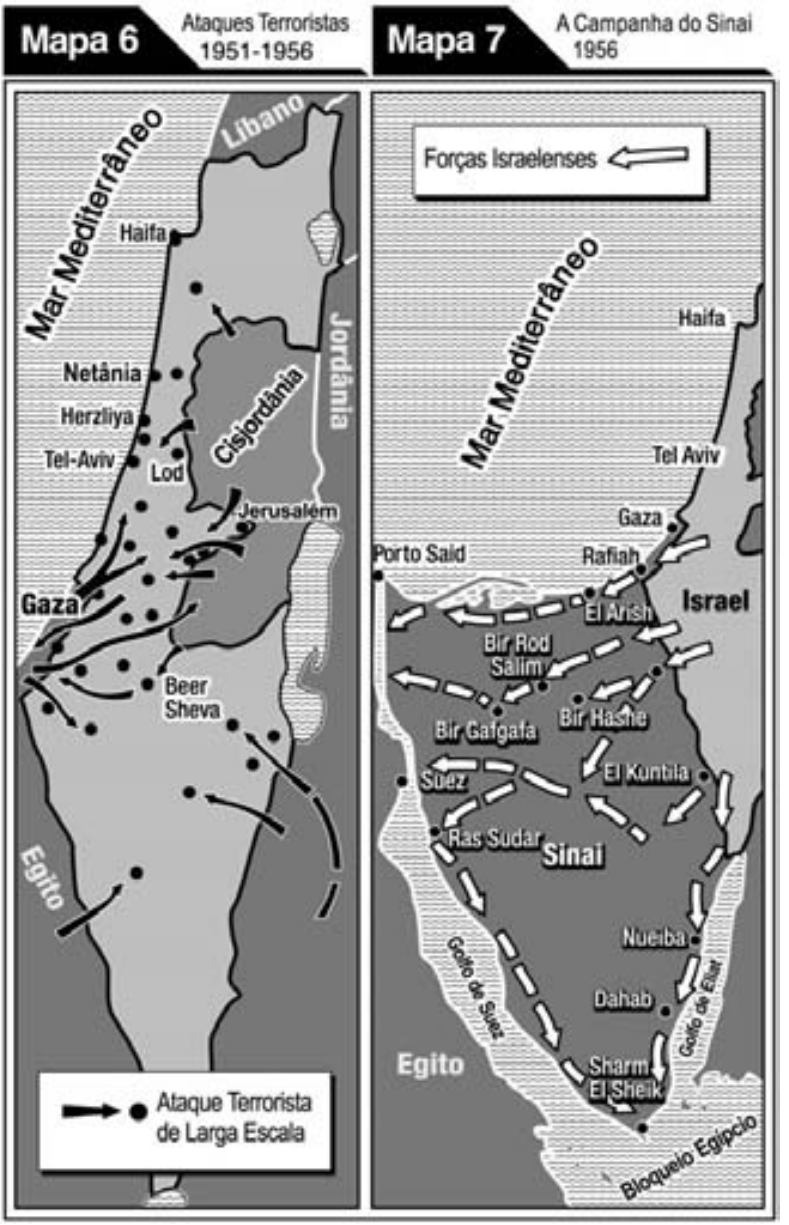
> "Não estou lutando apenas contra Israel. Meu objetivo é livrar o mundo árabe da destruição por meio das intrigas de Israel, que tem suas raízes no exterior. Nosso ódio é muito forte. Não faz sentido falar de paz com Israel. Não existe o menor espaço para negociações".[4]

Menos de duas semanas depois, em 25 de outubro, o Egito assinou um acordo tripartite com a Síria e a Jordânia, colocando Nasser no comando dos três exércitos.

O bloqueio continuado do canal de Suez e do golfo de Ácaba à navegação israelense, combinado ao aumento dos ataques dos *fedayin* e ao tom belicoso dos pronunciamentos árabes, levou Israel, com o respaldo de Grã-Bretanha e da França, a atacar o Egito em 29 de outubro de 1956. O ataque foi bem-sucedido: as forças israelenses tomaram a Faixa de Gaza, grande parte do Sinai e Sharm al-Sheik. Morreram 231 soldados.

O embaixador israelense nas Nações Unidas, Abba Eban, explicou as provocações para o Conselho de Segurança em 30 de outubro:

> "Durante os seis anos de duração desse estado de beligerância, em violação ao armistício, ocorreram 1.843 casos de roubos e assaltos a mão armada, 1.339 de enfrentamentos armados com forças armadas egípcias, 435 de incursões vindas de território controlado


Mapa 6
Ataques Terroristas
1951-1956
Mar Mediterrâneo
Líbano
Haifa
Jordânia
Netânia
Herzliya
Cisjordânia
Tel-Aviv
Lod
Jerusalém
Gaza
Beer
Sheva
Egito
Ataque Terrorista
de Larga Escala
Mapa 7
A Campanha do Sinai
1956
Forças Israelenses
Mar Mediterrâneo
Haifa
Tel Aviv
Gaza
Porto Said
Rafiah
El Arish
Israel
Bir Rod
Salim
Bir Hasne
Bir Gafgafa
El Kuntila
Suez
Ras Sudar
Sinai
Nueiba
Golfo de Suez
Dahab
Golfo de Eilat
Egito
Sharm
El Sheik
Bloqueio Egípcio

> pelos egípcios, 172 atos de sabotagem cometidos por unidades militares egípcias e *fedayin* em Israel. Resultado: 364 israelenses feridos e 101 mortos. Só em 1956, como resultado desse aspecto da agressão egípcia, 28 israelenses foram mortos e 127 feridos."[5]

Uma razão pela qual essas incursões se tornaram tão intoleráveis para Israel foi que o país optou por criar um exército ativo relativamente pequeno e, no caso de guerra, depender fundamentalmente dos reservistas. Ou seja, com essa força reduzida para combater em uma emergência, as ameaças que provocavam a mobilização dos reservistas poderiam paralisar o país. As incursões, portanto, teriam que ser contidas muito antes de se completar a mobilização.

MITO

"Israel não tinha razão para atacar o Egito e foi à guerra para promover os interesses imperialistas da França e Grã-Bretanha".

FATO

O presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, conseguiu persuadir britânicos e franceses a não atacar o Egito depois que Nasser nacionalizou o canal de Suez em julho de 1956. Quando o acordo sobre o uso do canal demonstrou ser confiável nas semanas seguintes, tornou-se cada vez mais difícil justificar uma ação militar. Apesar disso, os franceses e os britânicos queriam desesperadamente colocar Nasser em seu lugar e retomar o ponto estratégico.

Os franceses se aproximavam cada vez mais de Israel, política, diplomática e militarmente. De fato, nas duas décadas seguintes os franceses seriam os principais fornecedores de armas para Israel. Já a atitude britânica diante de Israel pouco havia mudado desde o período do Mandato. Uma amargura residual por quase três décadas de uma longa batalha travada contra os sionistas, combinada com uma aliança progressiva com a Jordânia, desencorajava qualquer mudança nessa política.

Entretanto, os franceses concluíram que poderiam usar o temor de Israel a uma agressão egípcia e o bloqueio continuado como pretextos para o seu próprio ataque contra Nasser. E os britânicos não poderiam deixar passar a oportunidade de participar.

As três nações acertaram um plano pelo qual Israel lançaria pára-quedistas próximos ao canal e enviaria seus blindados através do deserto do Sinai. Os britânicos e franceses pediriam, então, aos dois lados para se retirar da área do canal, convencidos de que os egípcios se recusariam. Nesse momento, as tropas britânicas e francesas seriam enviadas para "proteger" o canal.

Da perspectiva de Israel, o bloqueio de Suez e do golfo de Ácaba, os ataques dos *fedayin* e o tom agressivo das últimas declarações árabes eram intoleráveis.

Em vez de continuar uma guerra de desgaste com os terroristas e esperar que Nasser e seus aliados se fortalecessem para deflagrar uma nova guerra, o primeiro-ministro israelense Ben-Gurion decidiu lançar um ataque preventivo, achando que o respaldo dos britânicos e dos franceses ajudaria a diminuir a oposição dos Estados Unidos. Estava equivocado.[6]

MITO

"O apoio total dos Estados Unidos a Israel era evidente durante a Guerra de Suez".

FATO

O presidente Eisenhower não gostou que Israel, França e Grã-Bretanha tivessem planejado secretamente a campanha para retirar o Egito do canal de Suez. O fato de Israel não ter informado suas intenções aos Estados Unidos e de ter ignorado os pedidos americanos de não ir à guerra provocou tensões entre os dois países. Estados Unidos e União Soviética (ironicamente, logo após os soviéticos terem invadido a Hungria) uniram-se numa campanha para forçar Israel a recuar. Isso incluía as ameaças de cessar toda a assistência dos EUA, sanções da ONU e expulsão de Israel da organização.

A pressão americana provocou a retirada israelense das áreas conquistadas sem que os egípcios tivessem feito quaisquer concessões, o que gerou as condições para que a guerra de 1967 eclodisse.

Uma razão pela qual Israel cedeu foi a garantia que Eisenhower deu ao primeiro-ministro Ben-Gurion. Antes de retirar suas tropas de Sharm el-Sheik, ponto estratégico que protege os estreitos de Tirã, Israel obteve a promessa de que os Estados Unidos manteriam a liberdade de navegação na via marítima.[7] Além disso, Washington patrocinou uma resolução das Nações Unidas que criou a Força de Emergência das Nações Unidas (Unef – *United Nations Emergency Force*) para supervisionar os territórios evacuados pelas tropas israelenses.

A guerra encerrou temporariamente as atividades dos *fedayin*; no entanto, eles se reorganizaram alguns anos depois com o nome de Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que reuniu grupos terroristas de coexistência difícil.

Notas

[1] *Eliezer Eli.* The Bat Galim Case Before the Security Council. Middle Eastern Affairs *(abril de 1955), pág. 108-109.*

[2] Al-Misri *(12 de abril de 1954).*

[2a] *Gamal Abdel Nasser (1918-1970). Um dos criadores da República no Egito e seu primeiro presidente eleito. Após a derrota dos árabes na guerra de 1948, foi um dos fundadores do Comitê dos Oficiais Livres que em 1952 derrubou o rei Farouk, proclamando a República. Em 1954 assumiu o poder. O nasserismo se enfraqueceu com a nova derrota para Israel, em 1967.*

[3] Middle Eastern Affairs *(dezembro de 1956), pág. 461.*

[4] Middle Eastern Affairs *(dezembro de 1956), pág. 460.*

[5] Security Council Official Records *(30 de outubro de 1948), pág. 14.*

[6] *Mitchell Bard.* The Complete Idiot's Guide to Middle East Conflict. *New York: Alpha Books, 2003, pág. 178-181.*

[7] *Janice Gross Stein e Raymond Tainter.* Rational Decision Making: Israel's Security Choices. *Ohio: Ohio State University, 1976, pág. 163.*

6. A Guerra dos Seis Dias

MITO

"Os governos árabes estavam preparados para aceitar Israel após a Guerra de Suez".

FATO

Israel expressou de maneira consistente o desejo de negociar com seus vizinhos. Em discurso na Assembléia Geral da ONU em 10 de outubro de 1960, a ministra das Relações Exteriores, Golda Meir, desafiou os líderes árabes a se reunirem com o primeiro-ministro David Ben-Gurion para negociar um acordo de paz. Nasser respondeu em 15 de outubro, dizendo que Israel estava tentando enganar o mundo, e reiterou que seu país jamais reconheceria o Estado judeu.[1]

Os árabes foram igualmente teimosos na recusa a negociar um acordo em separado para os refugiados. Como Nasser disse na Assembléia Nacional da República Árabe Unida[1a] em 26 de março de 1964:

> "Israel e o imperialismo ao nosso redor, que nos confronta, são duas coisas distintas. Há tentativas de separá-los a fim de segmentar os problemas e apresentá-los sob uma luz imaginária, como se o problema de Israel fosse o dos refugiados, com cuja solução a questão da Palestina também seria solucionada e não ficaria qualquer resíduo. O perigo de Israel consiste na sua própria existência, tal como é no presente e o que representa.[2]

Enquanto isso, a Síria usava as Colinas de Golã, que se elevam a 914 metros acima da Galiléia, para bombardear os campos e povoados israelenses. Os ataques da Síria tornaram-se mais freqüentes em 1965 e 1966, enquanto a retórica de Nasser tornava-se cada vez mais belicosa: "Não entraremos na Palestina com o solo coberto de areia", declarou em 8 de março de 1965. "Entraremos com o solo saturado de sangue".[3]

Mais uma vez, alguns meses depois Nasser expressou a aspiração dos árabes: "... a restauração plena dos direitos do povo palestino. Em outras palavras, aspiramos à destruição do Estado de Israel. O objetivo imediato: a perfeição do poderio militar árabe. O objetivo nacional: a erradicação de Israel".[4]

Mapa 8
As Colinas de Golã antes da Guerra de 1967
Distâncias e Elevações
Mar Mediterrâneo
Líbano
Síria
Kuneitra
Colinas de Golã
Israel
15 Milhas
24 km
B
Lago Kineret (Mar da Galiléia)
Galiléia
Haifa
Tiberíades
A
Ein Gev
Jordânia
Distância A-B
Colinas de Golã
B
Galiléia
Lago Kineret (Mar da Galiléia)
+ 2,300 pés
+ 702 m.
Tiberíades
A
Ein Gev
- 695 pés
- 212 m.

MITO

"O ataque militar de Israel em 1967 não foi provocado".

FATO

Uma combinação de retórica árabe belicosa, comportamento ameaçador e, finalmente, um ato de guerra não deu outra opção a Israel além de um ataque preventivo. Para que obtivesse êxito, Israel precisava do elemento surpresa. Caso tivesse esperado por uma invasão árabe, estaria em uma desvantagem potencialmente catastrófica.

Enquanto Nasser continuava a fazer discursos que ameaçavam com a guerra, os ataques terroristas árabes tornavam-se mais freqüentes. Em 1965 houve 35 incursões contra Israel. Em 1966 o número aumentou para 41. Só nos quatro primeiros meses de 1967 ocorreram 37 ataques.[5]

Enquanto isso, os ataques da Síria aos *kibutzim* (cooperativas agrícolas) das Colinas de Golã provocaram um ataque de retaliação em 7 de abril de 1967, quando aviões israelenses derrubaram seis aviões Mig sírios. Pouco depois, a União Soviética – que vinha fornecendo auxílio militar e econômico à Síria e ao Egito – informou a Damasco a respeito de um crescimento maciço da preparação militar de Israel, em preparação para um ataque.

Apesar dos desmentidos israelenses, a Síria decidiu invocar seu tratado de cooperação militar com o Egito. Em 15 de maio, Dia da Independência de Israel, tropas egípcias partiram em direção ao Sinai e se concentraram nas proximidades da fronteira israelense. Em 18 de maio, as tropas sírias estavam preparadas para a batalha ao longo das Colinas de Golã. Nasser ordenou que a Força de Emergência das Nações Unidas, estacionada no Sinai desde 1956, se retirasse em 16 de maio. Sem chamar a atenção da Assembléia Geral para o problema, como havia prometido seu predecessor, o secretário-geral U Thant acatou a demanda. Após a retirada das tropas da ONU, a rádio Voz dos Árabes proclamou (18 de maio de 1967):

> "A partir de hoje, não mais existe uma força de emergência internacional para proteger Israel. Não precisamos mais exercitar a paciência. Não nos queixaremos mais de Israel às Nações Unidas. O único método que aplicaremos contra Israel será a guerra total, o que resultará no extermínio da existência sionista".[6]

Em 20 de maio, ouviu-se o eco entusiasmado vindo do ministro da Defesa sírio, Hafez Assad:

> "Nossas forças estão agora inteiramente prontas, tanto para repelir a agressão como para iniciar o próprio ato de libertação e explodir a presença sionista na pátria árabe. O exército sírio, com seu dedo no gatilho, está unido... Eu, como militar, creio que chegou a hora de entrar na batalha de aniquilação.[7]

Mapa 9 Israel Antes da Guerra de 1967

Em 22 de maio, o Egito fechou os Estreitos de Tirã a toda navegação israelense e a todos os navios que se dirigiam a Eilat. Esse bloqueio cortou a única rota de comércio de Israel com a Ásia e interrompeu o fluxo de petróleo do seu principal fornecedor, o Irã. No dia seguinte, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, expressou sua crença de que o bloqueio era ilegal e buscou, sem sucesso, organizar uma pequena frota internacional para testar isso.

Nasser estava inteiramente ciente da pressão que exercia sobre as forças israelenses. Um dia após o estabelecimento do bloqueio, afirmou, em tom desafiador: "Os judeus ameaçam fazer a guerra. Eu respondo: Bem-vindos! Estamos prontos para o conflito".[8]

Nasser desafiava Israel ao combate quase diariamente. "Nosso objetivo básico será a destruição de Israel. O povo árabe quer lutar", afirmou em 27 de maio.[9] No dia seguinte, acrescentou: "Não aceitaremos qualquer coexistência com Israel (...) Hoje, o problema não é o estabelecimento da paz entre os países árabes e Israel (...) A guerra contra Israel está em vigor desde 1948".[10]

O rei Hussein, da Jordânia, assinou um pacto de defesa com o Egito em 30 de maio. Nasser, então, anunciou:

> "Os exércitos do Egito, da Jordânia, da Síria e do Líbano estão nas fronteiras de Israel (...) para enfrentar o desafio, enquanto atrás de nós estão os exércitos do Iraque, da Argélia, do Kuwait, do Sudão e todos os árabes. Essa ação surpreenderá o mundo. Hoje eles saberão que os árabes estão preparados para a batalha, que o momento crítico chegou. Já alcançamos o estágio de ação concreta, não de declarações".[11]

O presidente do Iraque, Abdur Rahman Aref, juntou-se à guerra de palavras: "A existência de Israel é um erro que deve ser retificado. Esta é a nossa oportunidade de varrer para fora a ignomínia que tem estado conosco desde 1948. Nossa meta é clara: varrer Israel do mapa".[12] Em 4 de junho, o Iraque aderiu à aliança militar com Egito, Jordânia e Síria. A retórica árabe combinava-se à mobilização de suas forças. Aproximadamente 250 mil soldados (quase a metade no deserto de Sinai), mais de dois mil tanques e 700 aviões cercavam Israel.[13] Nesse período, as forças israelenses permaneceram em estado de alerta por três semanas. O país não podia permanecer totalmente mobilizado por tempo indefinido e nem podia permitir que sua saída marítima pelo Golfo de Ácaba continuasse interditada. A melhor defesa era o ataque. Em 5 de junho, foi dada a ordem para atacar o Egito.

MITO

"Nasser tinha o direito de fechar os Estreitos de Tirã à navegação israelense".

FATO

Em 1956, os Estados Unidos deram garantias a Israel de que reconheciam o seu direito de acesso aos Estreitos de Tirã. Em 1957, nas Nações Unidas, 17 forças marítimas declararam que Israel tinha o direito de transitar pelo estreito. Além do mais, o bloqueio violava a Convenção sobre o Mar Territorial e Zonas Contíguas, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 27 de abril de 1958.[14]

O fechamento do Estreito de Tirã causou a guerra de 1967. O ataque de Israel foi uma reação a essa primeira agressão egípcia. Johnson reconheceu após a guerra (19 de junho de 1967):

> "Se algum ato de estupidez foi mais responsável por essa explosão do que qualquer outro, esse ato foi a decisão arbitrária e perigosa de fechar o Estreito de Tirã. O direito de passagem marítima pacífica deve ser preservado para todas as nações".[15]

MITO

"Os Estados Unidos ajudaram Israel a derrotar os árabes em seis dias".

FATO

Os Estados Unidos tentaram evitar a guerra por meio de negociações, mas não conseguiram persuadir o Egito e os demais países árabes a cessar suas declarações e ações beligerantes. Imediatamente antes da guerra, Johnson advertiu: "Israel não estará sozinho a menos que decida por isso".[16] Quando a guerra começou, o Departamento de Estado dos EUA anunciou: "Nossa posição é neutra em pensamento, palavras e ações".[17]

Além disso, enquanto os árabes acusavam falsamente os Estados Unidos de municiarem Israel por via aérea, Johnson impôs um embargo de armas para a região. A França, outro importante fornecedor de armas para Israel, também embargou o envio de equipamentos militares).

Em contrapartida, os soviéticos estavam fornecendo quantidades maciças de armas aos árabes. Simultaneamente, os exércitos do Kuwait, da Argélia, da Arábia Saudita e do Iraque contribuíam com soldados e armamentos para as frentes egípcia, síria e jordaniana.[18]

MITO

"Israel atacou a Jordânia para capturar Jerusalém".

FATO

O primeiro-ministro Levi Eshkol enviou uma mensagem ao rei Hussein dizendo que Israel não atacaria a Jordânia a menos que ele iniciasse as hostilidades. Quando o radar jordaniano captou uma esquadrilha voando do Egito para Israel e os egípcios convenceram Hussein de que os aviões eram deles, o rei da Jordânia mandou cercar Jerusalém Ocidental. Descobriu-se que os aviões eram de Israel e estavam retornando após destruírem a força aérea egípcia em terra. Enquanto isso, tropas sírias e iraquianas atacavam a fronteira norte de Israel.

Se a Jordânia não tivesse tomado a iniciativa, a situação de Jerusalém teria permanecido inalterada durante o decorrer da guerra. Entretanto, uma vez que a cidade fora atacada, Israel teve que defendê-la e, ao fazê-lo, aproveitou a oportunidade para unificar sua capital de uma vez por todas.

MITO

"Israel não tinha que atirar primeiro".

FATO

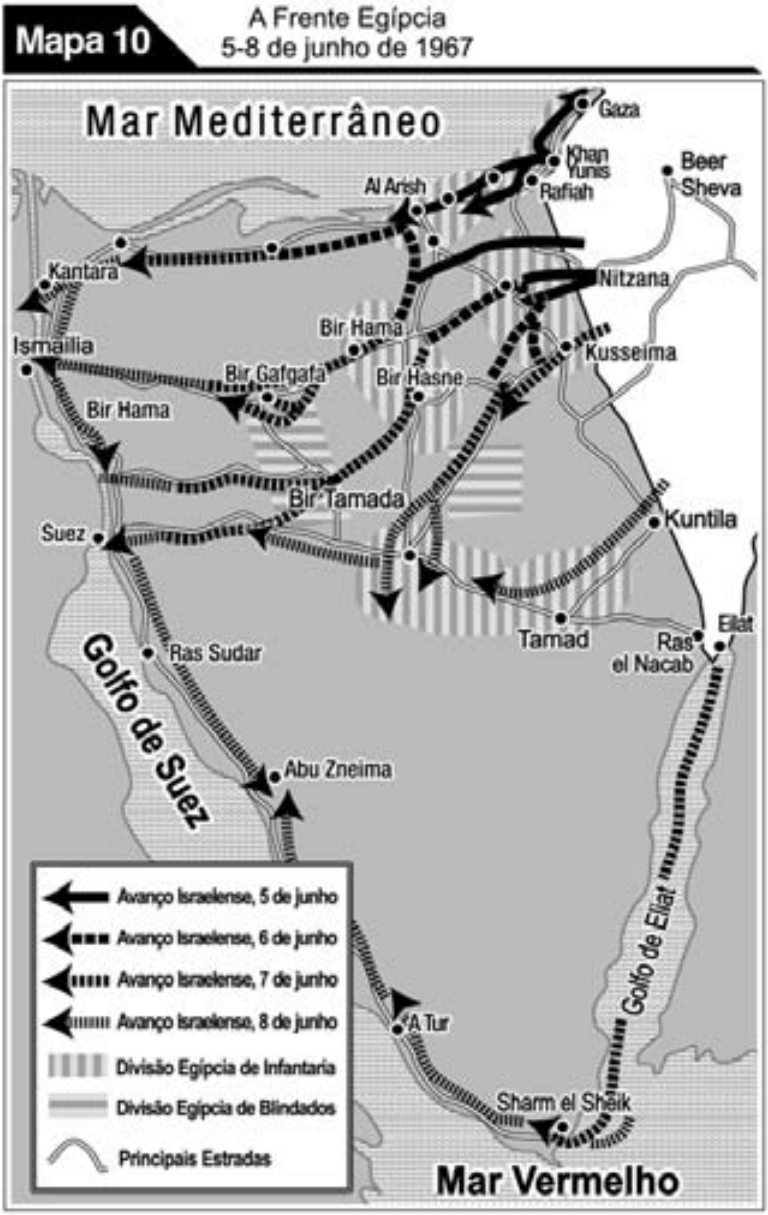
Após exatamente seis dias de combate, as forças israelenses ultrapassaram as linhas inimigas e estavam em posição de marchar sobre o Cairo, Damasco e Amã. Em 10 de junho, foi pedido um cessar-fogo. A vitória veio a um custo muito alto. Na conquista das Colinas de Golã, Israel teve 115 mortos – aproximadamente o número de americanos mortos durante a Operação Tempestade no Deserto, em 1991. Nos seis dias de guerra, proporcionalmente ao tamanho de sua população, Israel perdeu o dobro de homens (777 mortos e 2.586 feridos) em comparação ao que os Estados Unidos perderam lutando por oito anos no Vietnã.[19] Além disso, apesar do incrível sucesso da campanha aérea, a Força Aérea israelense perdeu 46 de seus 200 aviões de combate.[20] Se Israel tivesse esperado que os árabes atacassem primeiro, como fez em 1973, e não tivesse iniciado uma ação preventiva, o custo teria sido com certeza muito mais elevado e a vitória poderia não ter sido assegurada.

MITO

"Israel considerou os territórios capturados como terras conquistadas e não teve qualquer intenção de negociar a sua devolução".

FATO

No fim da guerra, Israel havia capturado mais de três vezes a dimensão do seu território anterior, passando de 20.720 km2 para 67.340 km^2. A vitória


Mapa 10
A Frente Egípcia
5-8 de junho de 1967
Mar Mediterrâneo
Gaza
Khan Yunis
Rafiah
Beer Sheva
Al Arish
Kantara
Nitzana
Bir Hama
Ismailia
Kusseima
Bir Gafgafa
Bir Hasne
Bir Hama
Bir Tamada
Suez
Kuntila
Tamad
Eilat
Ras el Nacab
Ras Sudar
Golfo de Suez
Abu Zneima
Golfo de Eilat
A Tur
Sharm el Sheik
Mar Vermelho
Avanço Israelense, 5 de junho
Avanço Israelense, 6 de junho
Avanço Israelense, 7 de junho
Avanço Israelense, 8 de junho
Divisão Egípcia de Infantaria
Divisão Egípcia de Blindados
Principais Estradas

Mapa 11
A Batalha por Jerusalém
5-7 de junho de 1967
Jordânia
Nabi Samuel
Beit Chanina
Tel Al Ful
Beit Iksa
Maalê Hachamishá
Israel
Augusta Vitória
Jerusalém
Abu Dis
Beit Safafa
Belém
Avanço Israelense, 5 de junho
Avanço Israelense, 6 de junho
Avanço Israelense, 7 de junho
Principais Estradas
Principal Cidade
Fronteira de 1967

permitiu a Israel unificar Jerusalém. As forças israelenses capturaram também o Sinai, as Colinas de Golã, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Os líderes de Israel esperavam negociar um acordo de paz com seus vizinhos envolvendo algum arranjo territorial. Quase imediatamente após a guerra, expressaram o desejo de negociar uma devolução de pelo menos alguns dos territórios. Israel em seguida devolveu todo o Sinai ao Egito, o território reclamado pela Jordânia foi devolvido e quase toda a Faixa de Gaza e mais de 40% da Cisjordânia foram entregues aos palestinos para o estabelecimento da Autoridade Palestina.

Atualmente, aproximadamente 93% dos territórios conquistados na guerra defensiva foram entregues por Israel a seus vizinhos árabes como resultado de negociações, o que demonstra o seu desejo de negociar a paz.

MITO

"Israel expulsou árabes pacíficos da Cisjordânia e os impediu de retornar após a guerra".

FATO

Depois que a Jordânia lançou seu ataque em 5 de junho, 325 mil palestinos que viviam na Cisjordânia fugiram.[21] Eram cidadãos jordanianos que se moveram de uma parte para outra daquele que consideravam seu país para evitar ser atingidos pelo fogo cruzado de uma guerra.

Um refugiado palestino que era administrador de um acampamento da UNRWA (Agência de Auxílio e Trabalho das Nações Unidas) em Jericó afirmou que políticos árabes haviam espalhado rumores por lá. "Eles disseram que todos os jovens seriam assassinados. As pessoas ouviram pelo rádio que isso não era o fim, mas só o começo. Assim imaginam que esta pode ser uma guerra longa e querem, por isso, estar na Jordânia".[22]

Alguns palestinos que partiram preferiram viver num país árabe do que sob um governo militar israelense. Membros de diversas facções da OLP fugiram para evitar serem capturados pelos israelenses. Nils-Göran Gussing, nomeado pelo secretário-geral das Nações Unidas para investigar a situação, descobriu que muitos árabes também temiam não poder mais receber dinheiro dos parentes que trabalhavam no exterior.[23]

As forças israelenses ordenaram a um punhado de palestinos que se mudassem por "razões estratégicas e de segurança". Em alguns casos, permitiram que retornassem em poucos dias; em outros, Israel ofereceu ajuda para que se estabelecessem em outro lugar.[24]

Israel então governava mais de 750 mil palestinos, a maioria hostis ao governo. Apesar disso, mais de nove famílias palestinas foram reunificadas em 1967. Finalmente, mais de 60 mil palestinos puderam retornar.[25]

Mapa 12
Linhas de Cessar-Fogo
após a Guerra dos Seis Dias, 1967
Líbano
Síria
Mar Mediterrâneo
Haifa
Colinas de Golã
Samaria
Tel-Aviv-Iafo
Jerusalém
Gaza
Judéia
Beer Sheva
Canal de Suez
Jordânia
Sinai
Eilat
Arábia Saudita
Egito
Estreitos de Tirã
Mar Vermelho

MITO

"Israel impôs restrições absurdas aos palestinos da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental".

FATO

Após a guerra de 1967, Israel decidiu não anexar a Cisjordânia nem a Faixa de Gaza e, em vez disso, instituiu uma administração militar. Isso foi necessário como um passo provisório até que as negociações pudessem solucionar o futuro dos territórios. Isso não era de forma alguma uma situação ideal para seus habitantes, mas as autoridades israelenses trataram de reduzir ao mínimo o impacto sobre a população. Don Peretz, escritor que aborda com freqüência a situação dos árabes em Israel e crítico mordaz do governo israelense, visitou a Cisjordânia pouco depois de os soldados israelenses a terem conquistado e descobriu que eles estavam tentando voltar à vida normal e evitar quaisquer incidentes que pudessem estimular os árabes a abandonar seus lares.[26]

Exceto pela requisição de que os textos escolares nos territórios não contivessem linguagem antiisraelense e anti-semita, as autoridades buscaram não interferir na vida dos habitantes. Eles lhes proporcionaram assistência econômica; por exemplo, os palestinos da Faixa de Gaza foram transferidos dos acampamentos para casas novas, o que estimulou protestos por parte do Egito, que nada havia feito pelos refugiados quando controlava a área.

Os árabes receberam liberdade de movimento. Tiveram permissão de ir e vir da Jordânia. Em 1972, houve eleições na Cisjordânia. Mulheres e pessoas que não tinham propriedades, impedidas de participação política sob o governo jordaniano, agora podiam votar.

Os árabes de Jerusalém Oriental puderam optar entre manter a cidadania jordaniana ou obter a israelense. Foram reconhecidos como residentes da Jerusalém unificada e agora podiam votar e se candidatar ao conselho municipal. Os locais sagrados islâmicos também foram entregues aos cuidados de um Conselho Muçulmano. Apesar do significado do Monte do Templo para a história judaica, os judeus foram proibidos de fazer suas orações nesse local.

> *Depois que a Guerra dos Seis Dias terminou, Johnson deu a sua opinião sobre o que deveria ser feito para se chegar ao fim do conflito:*
> *"Certamente os soldados devem ser retirados; mas também devem ser reconhecidos direitos de uma vida nacional, progresso na solução do problema dos refugiados, liberdade de passagem marítima pacífica, limitação da corrida armamentista e respeito pela independência política e pela integridade territorial".*[27]

MITO

"Durante a Guerra de 1967, Israel atacou deliberadamente o navio USS Liberty".

FATO

O ataque israelense ao USS Liberty foi um erro grave, atribuído em grande parte ao fato de ter ocorrido em meio às atribulações de uma guerra em larga escala em 1967. Dez investigações oficiais dos Estados Unidos e três inquéritos oficiais israelenses estabeleceram, de maneira conclusiva, que o ataque foi um erro trágico.

Em 8 de junho de 1967, o quarto da Guerra dos Seis Dias, o Alto Comando israelense recebeu informações de que tropas israelenses em El Arish estavam sendo atacadas desde o mar, presumivelmente por um navio egípcio, como já ocorrera no dia anterior. Alguns dias antes, nas Nações Unidas, os Estados Unidos haviam anunciado que não tinham forças navais em centenas de quilômetros de distância da frente de batalha; contudo, o USS Liberty, um navio do serviço de inteligência americano destacado para monitorar o combate, alcançou a área a 14 milhas náuticas (26 km) da costa do Sinai como resultado de uma série de falhas de comunicação americanas, pelas quais as mensagens dirigidas ao navio para que não ultrapassasse o limite das cem milhas náuticas (185,3 km) não foram recebidas pelo Liberty.

Os israelenses pensaram, equivocadamente, que era o navio que estava atirando; então, aviões de guerra e lanchas com torpedos atacaram, matando 34 membros da tripulação do Liberty e ferindo 171. Inúmeros erros foram cometidos por Estados Unidos e Israel. Por exemplo, primeiro foi informado – incorretamente, como se soube – que o Liberty estava navegando a 30 nós (55,6 km/h, mais tarde recalculados para 28 nós, ou 51,2 km/h). Conforme a doutrina naval israelense (e americana) da época, presumia-se que um navio avançando a essa velocidade era um navio de guerra. O mar estava calmo e a Corte de Inquérito da Marinha dos EUA descobriu que a bandeira do Liberty muito provavelmente estava baixa e não podia ser vista; além disso, membros da tripulação – incluindo o capitão, William McGonagle – confirmaram que a bandeira fora derrubada depois da primeira ou da segunda incursão.

Segundo as memórias do chefe do Estado-Maior israelense, Yitzhak Rabin,[27a] havia ordens para atacar qualquer embarcação não-identificada próxima à costa.[28] No dia em que a guerra começou, Israel havia pedido que os navios americanos fossem removidos da sua costa ou que fosse notificada a sua posição exata.[29] A Sexta Frota foi deslocada porque Johnson temia se envolver numa confrontação com a União Soviética. Ele também ordenou que nenhum dos seus aviões fosse enviado para as proximidades do Sinai.

Um relatório da CIA sobre o incidente, datado de 13 de junho de 1967, descobriu também que um piloto excessivamente previdente poderia confundir o Liberty com um navio egípcio, o El Cuseir. Após a incursão aérea, lanchas israelenses com torpedos identificaram o Liberty como um navio de guerra egípcio. Quando este passou a disparar contra os israelenses, eles responderam com um torpedo que matou 28 tripulantes. Inicialmente, os israelenses ficaram aterrorizados por achar que haviam atacado um navio soviético, o que poderia ter provocado a entrada da União Soviética na guerra.[30] Assim que se certificaram do ocorrido, comunicaram o incidente à embaixada dos EUA em Tel-Aviv e se ofereceram a fornecer um helicóptero para os americanos voarem até o navio, bem como qualquer ajuda necessária para retirar os feridos e resgatar o navio. A oferta foi aceita e uma embarcação auxiliar naval dos EUA foi levada até o Liberty.

Muitos dos sobreviventes do Liberty ainda guardam rancor e estão convencidos de que o ataque foi deliberado, como deixam claro no seu *website*. Em 1991, os colunistas Rowland Evans e Robert Novak alardearam sua descoberta acerca de um americano que afirmou ter estado na sala de comando de guerra israelense quando foi decidido atacar com conhecimento de causa o navio.[31] Na verdade, esse indivíduo, Seth Mintz, escreveu uma carta ao jornal *Washington Post* em 9 de novembro de 1991, na qual dizia que havia sido mal interpetado por Evans e Novak e que o ataque foi, com efeito, um "caso de identificação equivocada". Mais do que isso, o homem que Mintz afirmou originalmente ter estado com ele, um tal general Benni Matti, não existe. Também, ao contrário das afirmações de que um piloto israelense identificou o navio como sendo americano numa gravação de rádio, esta nunca foi apresentada por alguém. De fato, existe apenas a gravação oficial da Força Aérea de Israel, que estabeleceu claramente que não houve identificação do navio por pilotos israelenses antes do ataque. Esta indica também que, assim que os pilotos passaram a se preocupar com a identificação do navio, ao lerem o seu número no casco encerraram o ataque. As gravações não contêm qualquer declaração sugerindo que os pilotos viram uma bandeira americana antes do ataque.[32]

Os críticos afirmaram que a gravação israelense foi adulterada, mas em julho de 2003 a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos divulgou transcrições antes tidas como ultra-secretas que confirmaram a versão israelense. Um avião-espião americano foi enviado à área assim que a NSA soube do ataque ao Liberty e gravou as conversações de dois pilotos de helicóptero da Força Aérea Israelense, ocorridas entre 14h30 e 15h37 de 8 de junho.

A NSA também gravou as ordens transmitidas via rádio aos pilotos por seu supervisor, da base de Hatzor, instruindo-os a procurar por sobreviventes do "navio de guerra egípcio" que havia acabado de ser bombardeado: "Prestem atenção. O navio está identificado agora como egípcio", foi a informação passada aos pilotos. Nove minutos depois, Hatzor lhes disse que se tratava provavelmente de um navio de carga egípcio. Às 15h07, pela primeira vez foi

dito aos pilotos que o navio poderia não ser egípcio e eles receberam instruções para buscar sobreviventes e informar imediatamente à base a nacionalidade da primeira pessoa que resgatassem. Só às 15h12, um dos pilotos informou que via uma bandeira americana voando sobre o navio, quando então foi instruído a verificar se de fato era uma embarcação americana.[33]

Em outubro de 2003, o primeiro piloto a chegar ao navio quebrou um silêncio de 36 anos acerca do ataque. O brigadeiro-general Yiftah Spector, um ás que derrubou 15 aviões inimigos e participou, em 1981, do ataque ao reator nuclear iraquiano, afirmou ter ouvido que um navio egípcio estava na costa de Gaza. "Esse navio positivamente não tinha qualquer símbolo ou bandeira que eu pudesse ver. Fiquei preocupado se era ou não um dos nossos. Procurei pelo símbolo do nosso navio, que era uma grande cruz branca no convés. Ela não estava lá, portanto não era um dos nossos".

O jornal israelense *Jerusalem Post* obteve uma gravação da transmissão de rádio de Spector na qual ele dizia: "Não posso identificá-lo, mas em todo caso é um navio militar".[34]

Nenhum dos acusadores de Israel é capaz de explicar por que Israel atacaria deliberadamente um navio americano numa época em que os Estados Unidos eram os únicos amigos e aliados de Israel no mundo. A única explicação mais provável é a confusão em diversos pontos das comunicações, que ocorreram num clima tenso tanto do lado americano como do israelense (cinco mensagens da União dos Chefes de Estado-Maior para que o navio permanecesse a pelo menos 25 milhas náuticas (46,3 km) – as últimos quatro falavam de 100 milhas náuticas (185,3 km) – da costa egípcia chegaram após o fim do ataque).

Os acidentes causados por "fogo amigo" são comuns em tempos de guerra. Em 1988, a Marinha dos EUA derrubou um avião de passageiros iraniano, matando 290 civis. Durante a Guerra do Golfo, 35 dos 148 americanos que morreram em batalha foram atingidos por "fogo amigo". Em abril de 1994, dois helicópteros Black Hawk americanos com grandes bandeiras americanas pintadas de cada lado foram derrubados por aviões F-15 da Força Aérea dos Estados Unidos num dia claro, dentro da zona de exclusão aérea do Iraque, matando 26 pessoas. Em abril de 2002, um caça F-16 americano lançou uma bomba que matou quatro soldados canadenses no Afeganistão. Um dia antes do ataque ao Liberty, pilotos israelenses bombardearam acidentalmente uma de suas próprias colunas de blindados.[35]

O almirante aposentado Shlomo Erell, chefe da Marinha de Israel em junho de 1967, disse à Associated Press (5 de junho de 1977): "Ninguém jamais poderia sonhar que um navio americano estaria ali. Nem os Estados Unidos sabiam onde ele estava. Fomos informados pelas autoridades de que não havia qualquer navio americano em 100 milhas náuticas".

O secretário de Defesa, Robert McNamara, afirmou ao Congresso americano em 26 de julho de 1967: "A conclusão da equipe de investigação, encabeçada por um almirante da Marinha no qual temos grande confiança, é que o ataque não foi intencional".

Em 1987, McNamara repetiu sua convicção de que o ataque havia sido um erro, dizendo a um espectador do *Larry King Show* (programa de entrevistas americano) que não havia visto nada em 20 anos que mudasse sua opinião, a saber, que não houve acobertamento.[36]

Israel pediu desculpas pela tragédia e pagou US$ 13 milhões em reparações humanitárias aos Estados Unidos e às famílias das vítimas, em montantes estabelecidos pelo Departamento de Estado dos EUA. O caso entre os dois governos foi oficialmente encerrado com uma troca de notas diplomáticas em 17 de dezembro de 1987.

Notas

1 *Encyclopedia Americana Annual 1961*. New York: Americana Corporation, 1961, pág. 387.

1a República Árabe Unida. Fusão do Egito com a Síria, articulada pelo presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, durou de 1958 a 1961.

2 Yehoshafat Harkabi. *Arab Attitudes to Israel.* Jerusalém: Keter Publishing House, 1972, pág. 27.

3 Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 616.

4 Samuel Katz. *Battleground-Fact and Fantasy in Palestine*. New York: Bantam Books, 1985, pág. 10 -11, 185.

5 Netanel Lorch. *One Long War.* Jerusalém: Keter, 1976, pág. 110.

6 Isi Leibler. *The Case for Israel.* Austrália: The Globe Press, 1972, pág. 60.

7 Ibid.

8 Abba Eban. New York: Random House, 1977 pág. 330.

9 Leibler, pág. 60.

10 Leibler, pág. 18.

11 Leibler, pág.60.

12 Leibler, pág.18.

13 Chaim Herzog. *The Arab Israeli Wars.* New York: Random House, 1982, pág. 149.

14 United Nations Conference on the Law of the Sea. Gênova: United Nations Publications, 1958, págs 132-134.

15 Yehuda Lukacs. *Documents on the Israeli-Palestinian Conflict 1967-1983*. New York: Cambridge University Press, 1984, pág. 17-18; Eban, pág. 358.

[16] Lyndon B. Johnson. *The Vantage Point: Perspectives of the Presidency 1963-1969.* (New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971, pág. 293.

[17] *Associated Press* (5 de junho de 1967).

[18] Sachar, pág. 629

[19] Katz, pág. 3.

[20] *Jerusalem ReportPost* (23 de abril de 1999).

[21] *Encyclopedia Americana Annual 1968*, pág. 366.

[22] George Gruen. *The Refugees of Arab-Israeli Conflict.* New York: American Jewish Comittee, março de 1969, pág. 5.

[23] Gruen, pág.5.

[24] Gruen, pág.4.

[25] *Encyclopedia Americana Annual 1968,* pág. 366.

[26] Don Peretz. *Israel's New Dilemma, Middle East Journal.* inverno de 1968, págs 45-46.

[27] Lyndon B. Johnson. *Public Papers of the President.* District of Columbia: GPO 1968, pág. 683.

[27a] Yitzhak Rabin. Nascido em Jerusalém, em 1922. Aos 18 anos, fez parte do grupo de elite da Haganá, a milícia que deu origem ao exército israelense. Em 1967, o general Rabin foi o comandante-em-chefe das forças terrestres, aéreas e navais que lutaram e venceram a Guerra dos Seis Dias. Quando deixou a carreira militar, foi embaixador nos Estados Unidos, parlamentar do Partido Trabalhista e ministro do Trabalho. Em junho de 1974, após após a Guerra do Yom Kippur, foi eleito primeiro-ministro. Em seu governo foram assinados acordos com o Egito e a Síria e o primeiro memorando de entendimento entre Israel e os Estados Unidos. Em dezembro de 1994, recebeu, ao lado de Shimon Peres e Yasser Arafat, o Prêmio Nobel por seus esforços pela paz no Oriente Médio. Foi assassinado em novembro de 1995.

[28] Para análise mais profunda, veja A. Jay Cristol. *The Liberty Incident.* (District of Columbia: Brassey's Inc., 2002; Yitzhak Rabin. *The Rabin Memoirs.* California: University of California Press, 1996, pág. 108-109.

[29] Rabin, pág. 110.

[30] Dan Kurzman. *Soldier of Peace: The Life of Yitzhak Rabin.* New York: Harper Collins, 1998, pág. 224-227: Rabin, pág. 108-109.

[31] *Washington Post* (6 de novembro de 1991).

[32] Hirsh Goodman. *Messrs. Errors and No Facts, Jerusalem ReportReport.* (21 de novembro de 1991).

[33] Nathan Guttman. *Memos Show Liberty Attack Was an Error,* Haaretz (9 de julho de 2003).

[34] Pilot who bombed Liberty talks to Post, *Jerusalem ReportPost* (10 de outubro de 2003).

[35] Hirsh Goodman e Ze'ev Schiff. *The Attack on the Liberty, The Atlantic Monthly* (setembro de 1984).

[36] *The Larry King Show* (rádio) (5 de fevereiro de 1987).

7. Entre as Guerras

MITO

"Depois da Guerra de 1967, Israel se recusou a negociar um acordo com os árabes".

FATO

Após a sua vitória na Guerra dos Seis Dias, Israel esperava que os países árabes entrassem em negociações de paz. Israel externou-lhes a sua disposição de renunciar virtualmente a todos os territórios ocupados em troca da paz. Assim como foi dito por Moshe Dayan,[1a] Jerusalém estava esperando apenas por uma ligação telefônica dos líderes árabes para dar início às negociações.[1]

Mas essas esperanças foram frustradas em agosto de 1967, quando líderes árabes reunidos em Cartum adotaram a fórmula dos "três nãos": "Não à paz com Israel; não às negociações com Israel; não ao reconhecimento de Israel...".[2]

Tal como escreveu o ex-presidente israelense Chaim Herzog: "A crença de Israel de que a guerra havia chegado ao fim e a paz agora reinaria ao longo das fronteiras logo se dissipou. Três semanas após a conclusão das hostilidades ocorreu o primeiro grande incidente no Canal de Suez".[3]

MITO

"A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU considerou inadmissível a ocupação de territórios por Israel na Guerra de 1967."

FATO

Em 22 de novembro de 1967, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou por unanimidade a Resolução 242, estabelecendo os princípios que guiariam as negociações para um acordo de paz árabe-israelense. Essa resolução foi um acordo tortuosamente negociado entre propostas rivais. O primeiro ponto abordado pela resolução é a "inadmissibilidade da ocupação de território pela guerra". Algumas pessoas interpretam isso como se Israel tivesse que se retirar de todos os territórios que capturou. Pelo contrário, a referência se aplica claramente a uma guerra ofensiva. Caso contrário, a resolução incentivaria a agressão. Se um país ataca outro, e o agredido repele o ataque e ocupa território nesse processo, a primeira interpretação exigiria que o defensor devolvesse o que ocupou. Portanto, os agressores pouco teriam a perder, pois estariam assegurados contra a principal conseqüência da derrota.

O objetivo final da Resolução 242, conforme expressado no parágrafo 3, é o alcance de um "acordo pacífico e aceito". Isso significa mais um acordo negociado com base nos princípios da resolução do que uma imposição

sobre as partes. Essa é também a implicação da Resolução 338, segundo Arthur Goldberg, o embaixador americano que presidiu a delegação nas Nações Unidas em 1967.[4] Essa resolução, adotada após a Guerra de 1973, pedia que as negociações entre as partes começassem imediatamente e ao mesmo tempo em que o cessar-fogo.

> *"Esta é a primeira guerra da história que termina com os vencedores pedindo a paz e os derrotados pedindo a rendição incondicional".*
>
> **– Abba Eban[5]**

MITO

"A Resolução 242 exige que Israel retorne às suas fronteiras pré-1967".

FATO

A cláusula mais controversa da Resolução 242 é o pedido de "retirada das Forças Armadas israelenses dos territórios ocupados no conflito recente". Isso está relacionado à inequívoca segunda cláusula, que pede o "término de todos os discursos ou estados de beligerância" e o reconhecimento de que "todos os países da região" têm "direito de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força".

A resolução não torna a retirada israelense um requisito para a ação árabe. Mais do que isso, não especifica quanto território Israel está obrigado a devolver. O Conselho de Segurança não disse que Israel deve se retirar de "todos" os territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias. Isso está claramente deliberado. O delegado soviético queria a inclusão dessa palavra, caso contrário significaria "que parte desses territórios pode permanecer em mãos israelenses". Os países árabes pressionaram para que a palavra "todos" fosse incluída, mas isso foi rejeitado. Não obstante, afirmaram que leriam a resolução como se incluísse a palavra "todos". O embaixador britânico que redigiu a resolução aprovada, Lord Caradon, declarou após o voto: "Só a resolução nos guiará, e consideramos o seu texto claro". [6]

Essa interpretação literal, sem o "todos" implícito, foi declarada repetidas vezes como sendo a correta pelos envolvidos na redação da resolução. Em 29 de outubro de 1969, por exemplo, o secretário-geral de Assuntos Exteriores britânico afirmou na Câmara dos Comuns que a retirada contemplada pela resolução não seria de "todos os territórios".[7] Quando, mais tarde, foi questionado sobre a atitude britânica, Lord Caradon afirmou: "Teria sido um erro exigir que Israel retornasse às suas posições de 4 de junho de 1967, porque essas eram indesejáveis e artificiais".[8]

De maneira semelhante, o embaixador Arthur Goldberg explicou: "As notáveis omissões – que não foram acidentais – com respeito à retirada são as palavras 'os' ou 'todos' e 'as linhas de 5 de junho de1967'... a resolução fala da retirada dos territórios ocupados sem delimitar a sua extensão".[9]

As resoluções pedem claramente aos países árabes que façam a paz com Israel. A condição principal é que o Estado judeu se retire dos "territórios ocupados" em 1967. Como Israel se retirou de 93% dos territórios quando devolveu o Sinai, porções da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, sua obrigação com a Resolução 242 foi parcial – senão totalmente – cumprida.

Os países árabes também fizeram objeção ao pedido por "fronteiras seguras e reconhecidas" porque temiam que isso implicasse negociações com Israel. A Liga Árabe descartou isso explicitamente em Cartum, em agosto de 1967, quando proclamou os três "nãos". Goldberg explicou que essa frase foi especificamente incluída porque se esperava que as partes fizessem "ajustes territoriais em seus acordos de paz, levando em consideração menos que uma retirada completa das forças de Israel dos territórios ocupados, já que ficou comprovado que as fronteiras anteriores de Israel eram notadamente inseguras".

A questão, então, é se Israel deve entregar qualquer território a mais. Agora que foram assinados acordos de paz com Egito e Jordânia, e Israel recuou para a fronteira internacional com o Líbano, as únicas disputas territoriais remanescentes são com os palestinos (que nem sequer são mencionados na Resolução 242) e a Síria. A disputa com a Síria é pelas Colinas de Golã. O primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin expressou disposição para negociar um acordo em troca da paz; contudo, o então presidente Hafez Assad se recusou a considerar até mesmo um acordo de paz limitado, a menos que Israel concordasse antes com uma retirada completa. Segundo a Resolução 242, na falta de um acordo de paz com a Síria, Israel não é obrigado a se retirar de qualquer parte das Colinas de Golã.

Também é importante perceber que outros países árabes – tais como Arábia Saudita, Iraque e Líbia – que continuam mantendo um estado de guerra com Israel ou se recusam a reconhecer diplomaticamente o país, não têm disputas territoriais com Israel. Não obstante, eles têm condicionado suas relações (pelo menos na retórica) a um recuo israelense para as fronteiras anteriores a 1967.

Embora ignoradas pela maioria dos analistas, a Resolução 242 tem outras cláusulas. Uma exigência é que a liberdade de navegação seja garantida. Essa cláusula foi incluída porque uma causa fundamental da Guerra de 1967 foi o bloqueio do Egito ao Estreito de Tirã.

MITO

"A Resolução 242 reconhece o direito dos palestinos à autodeterminação".

FATO

Os palestinos não estão mencionados em parte alguma da Resolução 242. Há somente uma alusão a eles na segunda cláusula do segundo artigo, que pede um "acordo justo para o problema dos refugiados". Em nenhum lugar se exige que sejam dados aos palestinos quaisquer direitos políticos ou territoriais.

MITO

"Os países árabes e a OLP aceitaram a Resolução 242, enquanto Israel a rejeitou".

FATO

Os países árabes dizem sempre que aceitaram a Resolução 242 tal como definida por eles, ou seja, exigindo a retirada total e incondicional de Israel dos territórios ocupados.

Em declaração na Assembléia Geral de 15 de outubro de 1968, a OLP, rejeitando a Resolução 242, afirmou que "a implementação da dita resolução levará à perda de toda esperança para o estabelecimento de paz e segurança na Palestina e na região do Oriente Médio".

Em contrapartida, o embaixador Abba Eban expressou a opinião de Israel diante do Conselho de Segurança em 1º de maio de 1968: "Meu governo tem indicado a sua aceitação da resolução do Conselho de Segurança para a promoção de um acordo sobre o estabelecimento de uma paz justa e duradoura. Também estou autorizado a reafirmar que estamos dispostos a buscar um acordo com cada país árabe em todas as questões incluídas nesta resolução".

Levou cerca de um quarto de século, mas finalmente a OLP concordou com o fato de que as Resoluções 242 e 338 deveriam ser as bases para as negociações com Israel, quando assinou a Declaração de Princípios em setembro de 1993.

MITO

"Os palestinos estavam dispostos a negociar um acordo após a Guerra dos Seis Dias".

FATO

A Liga Árabe criou a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Cairo, em 1964, como uma arma contra Israel. Até a Guerra dos Seis Dias, a OLP participou de ataques terroristas que contribuíram para a precipitação do conflito. Nem a OLP nem qualquer outro grupo palestino fez campanhas para que

Jordânia ou Egito criassem um Estado palestino independente na Cisjordânia e em Gaza. O foco do ativismo palestino estava na destruição de Israel.

Depois que os países árabes foram derrotados em 1967, os palestinos não alteraram seu objetivo básico. Com um milhão de árabes vivendo sob o governo israelense, alguns palestinos acreditaram que a perspectiva de deflagrar uma guerra popular de libertação havia aumentado. Com esse fim, Yasser Arafat instigou uma campanha de terror a partir da Cisjordânia. De setembro a dezembro de 1967, foram 61 ataques, a maior parte contra alvos civis, como fábricas, cinemas e residências.[10]

As forças de segurança israelenses tornaram-se cada vez mais eficientes em frustrar os planos terroristas dentro de Israel e nos territórios. Conseqüentemente, a OLP passou a seguir uma estratégia diferente: atacar alvos judaicos e israelenses no exterior. No início de 1968, o primeiro de muitos aviões foi seqüestrado por terroristas palestinos.

Notas

[1a] Moshe Dayan (1915-1981). Nasceu na Palestina e iniciou a carreira militar na guerrilha judaica que combatia os árabes. Em 1948, na luta pela independência, comandou a região militar de Jerusalém. Na chefia das Forças Armadas desde 1953 por cinco anos, planejou e liderou a invasão da península do Sinai, em 1956, o que lhe valeu a reputação de grande comandante militar. Foi eleito para o Knesset (Parlamento) em 1959 e designado ministro da Agricultura. Em 1967, como ministro da Defesa, comandou a vitoriosa Guerra dos Seis Dias e passou a exercer crescente influência na política externa. Seu prestígio declinou em 1973, quando o Egito e a Síria atacaram Israel de surpresa e desencadearam a guerra do Yom Kippur. Em 1978, ministro do Exterior do governo Begin, tornou-se um dos arquitetos dos acordos de Camp David, assinados no ano seguinte.

[1] Walter Lacquer. *The Road to War.* Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1968, pág. 297.

[2] Yehuda Lukacs. *Documents on the Israeli-Palestinian Conflict 1967-1983.* New York: Cambridge University Press, 1984), pág. 213.

[3] Chaim Herzog. *The Arab Israeli Wars.* (New York: Random House, 1982, pág. 195.

[4] *Jerusalem ReportPost* (28 de maio de 1984).

[5] Abba Eban. New York: Random House, 1977, pág. 446.

[6] Prosper Weil. Territorial Settlement in the Resolution of November 22, 1967, em John Moore, ed. *The Arab-Israeli Conflict.* (New Jersey: Princeton University Press, 1974), pág. 321.

[7] Eban. pág. 452.

[8] *Beirut Daily Star* (12 de junho de 1974).

[9] Discurso para a Conferência de Política da AIPAC (Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense) (8 de maio de 1973).

[10] Netanel Lorch. *One Long War.* Jerusalém: Keter, 1976, pág. 139-146.

8. A Guerra de Atrito, 1967–1970

MITO

"Israel foi responsável pela Guerra de Atrito".

FATO

O presidente egípcio Gamal Nasser pensou que, pelo fato de a maior parte do exército israelense ser formada por reservistas, não poderia resistir a uma longa guerra de atrito. Ele acreditava que Israel seria incapaz de suportar o fardo econômico e que as baixas constantes minariam o moral israelense. Para levar adiante essa estratégia de enfraquecer Israel lentamente, Nasser ordenou ataques esporádicos, de maneira a não provocar, como resposta, uma guerra total.

Já em 1º de julho de 1967, o Egito passou a bombardear as posições israelenses próximas ao Canal de Suez. Em 21 de outubro de 1967, afundou o destróier israelense Eilat, matando 47 pessoas. Alguns meses depois, a artilharia egípcia passou a bombardear posições israelenses ao longo do Canal de Suez e a emboscar patrulhas militares israelenses. Essa sangrenta Guerra de Atrito (ou Guerra de Desgaste), como ficou conhecida, durou três anos. O balanço de mortes israelenses entre 15 de junho de 1967 e 8 de agosto de 1970 (quando foi declarado um cessar-fogo) foi de 1.424 soldados e mais de cem civis. Foram feridos dois mil soldados e 700 civis.[1]

MITO

"O Egito encerrou a Guerra de Atrito e tentou um acordo com Israel, apenas para que Jerusalém o recusasse".

FATO

No verão de 1970, os Estados Unidos convenceram Israel e Egito a aceitarem um cessar-fogo. Este foi planejado para levar a negociações sob os auspícios das Nações Unidas. Israel declarou que aceitaria o princípio da retirada dos territórios que havia capturado.

Contudo, em 7 de agosto, os soviéticos e egípcios instalaram sofisticados mísseis terra-ar SAM-2 e SAM-3 na zona restrita de 51,5 km de profundidade ao longo da faixa ocidental do Canal de Suez. Isso era uma clara violação do acordo de cessar-fogo, que proibia a apresentação ou a construção de qualquer instalação militar nessa área.

A revista americana *Time* destacou que o reconhecimento dos EUA "mostrava que os 36 mísseis SAM-2 introduzidos furtivamente dentro da zona de cessar-fogo constituíam apenas a primeira linha do mais maciço sistema antiaéreo jamais criado".[2]

As fotos de satélite do Departamento de Defesa dos EUA demonstraram conclusivamente que os 63 postos de SAM-2 estavam instalados numa faixa de 125,5 km entre as cidades de Ismailia e Suez. Três anos depois, esses mísseis proporcionaram cobertura aérea ao ataque-surpresa do Egito contra Israel.[3]

Apesar das violações egípcias, foram retomadas as conversações patrocinadas pelas Nações Unidas – mais uma prova de que Israel estava propenso à paz. Todavia, as conversações foram rapidamente interrompidas pelo enviado especial das Nações Unidas, Gunnar Jarring, quando aceitou a interpretação egípcia da Resolução 242 e pediu o recuo total de Israel para as linhas de demarcação anteriores a 5 de junho de 1967.

Nessas bases, o Egito expressou, em carta para Jarring de 20 de fevereiro de 1971, sua disposição "de estabelecer um acordo de paz com Israel". No entanto, essa suposta moderação mascarava um invariável irredentismo[4] egípcio e a negativa de aceitar uma paz de fato, como mostravam as extensas reservas e pré-condições da carta.

As sentenças cruciais acerca de um "acordo de paz com Israel" sequer foram publicadas ou transmitidas no Egito. Além disso, este se recusava a entrar em conversações diretas com o Estado judeu. Israel buscou pelo menos transformar a esforçada missão de Jarring por meio de conversações indiretas, ao dirigir todas as cartas não a ele, mas diretamente ao governo egípcio. O Egito se recusou a aceitá-las. Imediatamente após a carta a Jarring, Anuar Sadat, o novo presidente do Egito, dirigiu-se a uma reunião do Conselho Nacional Palestino (CNP) no Cairo. Ele prometeu apoiar a OLP "até a vitória" e declarou que o Egito não aceitaria a Resolução 242.[5]

Cinco dias depois de Sadat sugerir que estava pronto para fazer a paz com Israel, Mohamed Heikal, confidente de Sadat e editor do jornal semi-oficial *Al-Ahram*, escreveu:

> "A política árabe nesta etapa tem apenas dois objetivos. O primeiro, a eliminação dos traços da agressão de 1967 por intermédio da retirada israelense de todos os territórios que ocupou naquele ano. O segundo é a eliminação dos traços da agressão de 1948 por meio da eliminação do próprio Estado de Israel. Todavia, isso ainda é um objetivo abstrato e indefinido, e alguns de nós temos nos equivocado ao partirmos do último passo antes do primeiro.[6]

MITO

"O Egito sempre quis a paz com Israel entre 1971 e 1973. A recusa de Israel provocou a Guerra do Yom Kippur".

FATO

Com o colapso da missão de Jarring, os Estados Unidos empreenderam uma nova tentativa e propuseram um acordo provisório entre Israel e Egito, pedindo a retirada parcial do Estado judeu do Canal de Suez e a abertura dessa via marítima. Israel estava disposto a entrar em negociações sem pré-condições, mas Sadat exigiu que Israel concordasse, como parte do acordo provisório, em recuar definitivamente para as antigas fronteiras de 1967. Na prática, Sadat estava buscando una garantia adiantada do resultado das "negociações". Isso era inaceitável para Israel e demonstrou que Sadat não estava efetivamente interessado na paz.

Notas

1 Alguns historiadores consideram que a guerra de atrito começou em 1968 ou 1969. Estamos usando a linha do tempo de Chaim Herzog. Chaim Herzog. *The Arab Israeli Wars.* (New York: Vintage Books, 1984, pág. 195-221; Nadav Safran. *Israel: The Embattled Ally.* (Massachusetts: Harvard University Press, 1981, pág. 266.

2 *Time* (14 de setembro de 1970).

3 John Pimlott. *The Middle East Conflicts From 1945 to the Present.* (New York: Crescent Books, 1983, pág. 99.

4 Irredentismo: defender o regate de terras consideradas sob domínio estrangeiro (NT).

5 *Rádio Cairo* (27 de fevereiro de 1971).

6 *Al-Ahram* (25 de fevereiro de 1971).

9. A Guerra do Yom Kippur

MITO

"Israel foi o responsável pela guerra do Yom Kippur".

FATO

Em 6 de outubro de 1973 – em pleno Yom Kippur, o dia mais sagrado do calendário judaico – Egito e Síria iniciaram um ataque-surpresa coordenado contra Israel. Os árabes, em quantidade equivalente ao total de forças da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) na Europa, atacaram as fronteiras de Israel.[1] Nas Colinas de Golã, 180 tanques israelenses enfrentaram uma investida de 1.400 tanques sírios. Ao longo do Canal de Suez, menos de 500 defensores israelenses foram atacados por 80 mil egípcios.

Jogado na defensiva durante os primeiros dois dias de combate, Israel mobilizou seus reservistas, expulsou os invasores e levou a guerra para o interior da Síria e do Egito. Os países árabes foram rapidamente reabastecidos por mar e ar pela União Soviética, que rejeitou os esforços dos Estados Unidos por um cessar-fogo imediato. Como resultado, os EUA deram início, com atraso, à sua própria ponte aérea até Israel. Duas semanas depois, o Egito foi salvo de uma derrota desastrosa pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que parou totalmente seus trabalhos enquanto a maré estava a favor dos árabes.

A União Soviética não demonstrou interesse em iniciar esforços de pacificação quando parecia que os árabes poderiam vencer. O mesmo pode ser dito do secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim. Em 22 de outubro, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 338, que pedia que "todas as partes do combate corrente cessem todo ataque e encerrem imediatamente toda atividade militar". A votação ocorreu no dia em que as forças israelenses isolaram o III exército egípcio e estavam em posição de destruí-lo.[2]

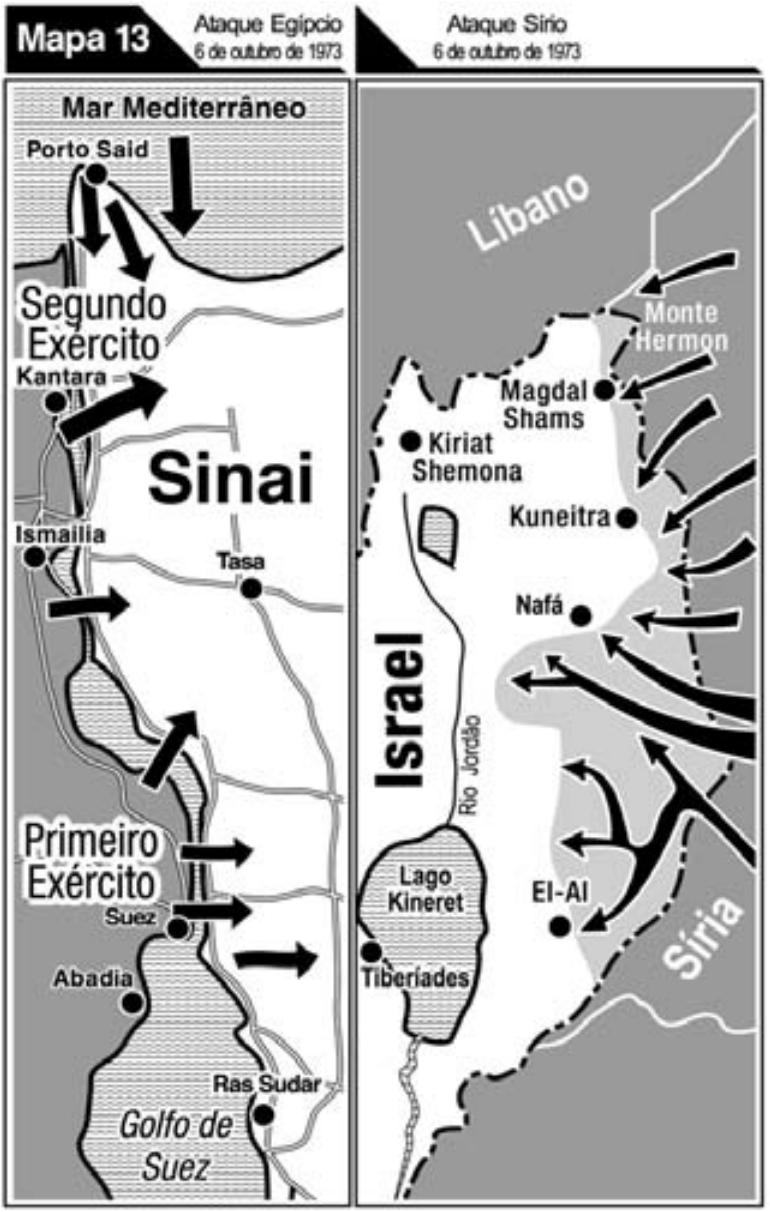
Apesar do absoluto sucesso das forças de defesa de Israel no campo de batalha, a guerra foi considerada um fracasso diplomático e militar. No total, 2.688 soldados israelenses foram mortos.

MITO

"O presidente do Egito, Anuar Sadat, concordou com as propostas de paz americanas e não queria a guerra".

FATO

Em 1971, o presidente egípcio Anuar Sadat levantou a possibilidade de assinar um acordo com Israel desde que todos os territórios ocupados fossem devolvidos pelos israelenses. Contudo, não se avançou em direção à paz. Assim, no ano seguinte, Sadat disse que a guerra era inevitável e que estava


Mapa 13
Ataque Egípcio
6 de outubro de 1973
Ataque Sírio
6 de outubro de 1973
Mar Mediterrâneo
Porto Said
Segundo Exército
Kantara
Sinai
Ismailia
Tasa
Primeiro Exército
Suez
Abadia
Ras Sudar
Golfo de Suez
Líbano
Monte Hermon
Magdal Shams
Kiriat Shemona
Kuneitra
Nafá
Israel
Rio Jordão
Lago Kineret
Tiberíades
El-Al
Síria

preparado para sacrificar um milhão de soldados num confronto com Israel.[3] Sua ameaça não se materializou naquele ano.

Durante 1972 e boa parte de 1973, Sadat ameaçou entrar em guerra a menos que os EUA forçassem Israel a aceitar sua interpretação da Resolução 242: retirada total dos territórios conquistados em 1967. Simultaneamente, o líder egípcio levou adiante uma ofensiva diplomática entre os países europeus e africanos a fim de obter apoio para sua causa. Ele apelou para que os soviéticos pressionassem os EUA e fornecessem ao Egito mais armas ofensivas para cruzar o Canal de Suez. A União Soviética estava mais interessada em manter a aparência de *détente* (entendimento) com os Estados Unidos do que num confronto no Oriente Médio e, por esse motivo, rejeitou os pedidos de Sadat, que em resposta expulsou 20 mil assessores soviéticos do Egito.

Numa entrevista em abril de 1973, Sadat advertiu novamente que moveria guerra contra Israel.[4] No entanto, já havia feito a mesma ameaça em 1971 e 1972, e a maioria dos observadores permaneceu cética.

Os Estados Unidos concordaram com a opinião de Israel de que o Egito deveria se envolver em negociações diretas. A trégua patrocinada pelos EUA já durava três anos e o secretário de Estado, Henry Kissinger, havia aberto nas Nações Unidas mais um diálogo em favor da paz. Praticamente todos acreditavam que a perspectiva de uma nova guerra era remota.

Sadat reagiu acidamente à iniciativa de Kissinger:

> "Os Estados Unidos ainda estão sob pressão sionista. As lentes que estão usando sobre os olhos são inteiramente sionistas, completamente cegas a tudo, exceto ao desejo de Israel. Não aceitamos isso".[5]

MITO

"Egito e Síria foram os únicos países árabes que participaram da guerra de 1973".

FATO

Pelo menos nove países árabes, entre eles quatro nações distantes do Oriente Médio, colaboraram ativamente no esforço de guerra egípcio-sírio. Alguns meses antes da Guerra do Yom Kippur, o Iraque transferiu um esquadrão de caças Hunter para o Egito. Durante a guerra, uma divisão iraquiana com 18 mil homens e muitas centenas de tanques foi instalada no Golã central e participou no ataque de 16 de outubro contra posições israelenses.[6]

Os caças Mig iraquianos passaram a operar sobre as Colinas de Golã a partir de 8 de outubro, terceiro dia da guerra. Além de apoio financeiro, Arábia Saudita e Kuwait enviaram homens à frente de batalha. Uma brigada saudita com três mil homens foi despachada para a Síria, onde participou dos ataques nas proximidades de Damasco. Violando a proibição de Paris de transferir armamentos de fabricação

francesa, a Líbia também enviou aviões de combate Mirage para o Egito (de 1971 a 1973, o presidente líbio, Muamar Kadaffi, doou ao Cairo mais de US$ 1 bilhão em ajuda para rearmar o Egito e pagar os soviéticos pelas armas entregues).[7]

> *"Todos os países devem declarar guerra contra os sionistas, que estão ali para destruir todas as organizações humanas, destruir a civilização e o trabalho que as pessoas de bem tentam realizar".*
>
> **– Rei Faisal da Arábia Saudita**[8]

Outros países da África do Norte responderam ao chamado de árabes e soviéticos para ajudar os países que se encontravam na linha de frente. A Argélia enviou três esquadrões aéreos de caças e bombardeiros, uma brigada blindada e 150 tanques. Mil a dois mil soldados tunisianos estavam no Delta do Nilo. O Sudão estacionou 3.500 soldados no sul do Egito e o Marrocos enviou três brigadas às linhas de frente, inclusive 2.500 homens para a Síria.

As unidades de radar libanesas foram usadas pelas forças de defesa aérea sírias. O Líbano também permitiu que terroristas palestinos bombardeassem assentamentos civis israelenses a partir de seu território. Os palestinos lutaram na Frente Sul junto a egípcios e kuwaitianos.[9]

O participante menos entusiasta dos combates de outubro foi provavelmente o rei Hussein, da Jordânia, que aparentemente foi mantido desinformado dos planos de guerra egípcios e sírios. Contudo, enviou duas de suas melhores unidades – a 40ª e a 60ª Brigadas Blindadas – à Síria. Esta força ficou no setor sul, defendendo a rota principal Amã-Damasco e atacando posições israelenses ao longo da rodovia Kuneitra-Sassa em 16 de outubro. Três baterias de artilharia jordanianas também participaram da invasão com cem tanques.[10]

> *"Em discurso à Assembléia Nacional de seu país, o ministro da Defesa da Síria, Mustafá Tlas, fez o seguinte e assombroso relato em dezembro de 1973:*
>
> *'Há o caso notável de um recruta de Alepo que assassinou, sozinho, 28 soldados judeus, abatendo-os como cordeiros. Todos os seus camaradas em armas foram testemunhas. Ele sacrificou três deles com um machado e os decapitou... Lutou cara a cara com outro deles e, descendo seu machado, manejou-o de modo a cortar seu pescoço e devorar sua carne diante de seus camaradas. Este é um caso especial. Eu simplesmente preciso destacar este homem a fim de condecorá-lo com a Medalha da República. Irei conceder esta medalha a todo soldado que tenha êxito em matar 28 judeus, e irei recompensar sua bravura com apreço e honra.'"* [11]

MITO

"Israel maltratou soldados árabes capturados durante a guerra de 1973".

FATO

Inúmeros observadores relataram que o tratamento de Israel aos soldados capturados foi irrepreensível. Hugh Baker, representante da Anistia Internacional, declarou: "Eles estão sendo bem tratados (...) e parecem estar recebendo a melhor assistência médica possível".[12]

Logo após a sua libertação, o coronel sírio Atnon El-Kodar se queixou de ter sido maltratado por médicos israelenses, acusando-os de terem lhe amputado uma perna desnecessariamente. Um repórter americano, Ed de Fontaine, que conhecera Kodar num hospital israelense, achou que o coronel devia "ter uma memória muito curta quanto ao que havia sido feito para salvar a sua vida... Ele me disse que devia sua vida a seu médico".[13]

Em contrapartida, soldados israelenses capturados por tropas sírias e egípcias foram maltratados. Após a sua rendição, dezenas de PDGs (prisioneiros de guerra) israelenses foram assassinados e outros torturados, em violação à Convenção de Genebra para Prisioneiros de Guerra.

Conforme um relatório apresentado à Cruz Vermelha Internacional pelo governo israelense em 18 de dezembro de 1973, foram descobertos cadáveres de soldados nas Colinas de Golã cujas mãos e pernas haviam sido atadas e os olhos arrancados. Haviam sido executados à queima-roupa.

Na frente egípcia, segundo um relatório apresentado à Cruz Vermelha em 9 de dezembro de 1973, o tratamento aos soldados israelenses não foi melhor. Soldados rendidos foram agredidos, submetidos a espancamentos, estupros, queimaduras e fome – e muitos foram executados.

Após a guerra, a Síria se recusou por meses a fornecer listas de prisioneiros de guerra a Israel, à Cruz Vermelha ou ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger.

O *London Sunday Times* publicou que funcionários sírios entregaram prisioneiros de guerra israelenses a equipes militares de interrogatório soviéticas. "Os interrogadores... têm empregado técnicas médicas e outras para quebrar a resistência dos israelenses", disse o *Times*.[14]

MITO

"Os israelenses destruíram Kuneitra antes de se retirar em junho de 1974".

FATO

Kuneitra, uma pequena cidade no fronteira israelense-síria, não foi destruída por Israel após a guerra. A cidade foi gravemente atingida nos conflitos de 1967 e de 1973. Na Guerra de Yom Kippur, foi bombardeada e capturada por tropas sírias, retomada pelos israelenses e então defendida sob intensos contra-ataques sírios. Os tanques circulavam pela cidade entre e pelos edifícios. Kuneitra também sofreu danos devidos a 81 dias de duelos de artilharia que precederam o encerramento das hostilidades.

A posição estratégica de Kuneitra, próximo à fronteira israelense, mostrou-se conveniente para as instalações do exército sírio, incluídos os centros de comando e controle para toda a área da linha de frente. A Síria concentrou pelo menos metade de seu exército nessa região, da qual Kuneitra era a principal cidade. Ali foram construídas instalações militares, quartéis, centros de apoio, depósitos de combustível e munição. Como resultado, a fonte de subsistência dos habitantes mudou da primitiva agricultura camponesa para o serviço no exército.

Muito antes da alegada destruição da cidade por Israel, o *London Times* publicou que Kuneitra, que já "teve por volta de 17 mil habitantes, além de uma guarnição do exército sírio (...) está em ruínas e deserta após sete anos de guerra e abandono. Parece uma cidade do velho-oeste sacudida por um terremoto (...) Quase todos os edifícios estão seriamente danificados e os quarteirões entraram em colapso..."[15]

Notas

[1] Chaim Herzog. *The Arab Israeli Wars*. New York: Random House, 1984, pág. 230.

[2] Herzog. pág. 280.

[3] Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 747.

[4] *Newsweek* (9 de abril de 1973).

[5] *Rádio Cairo* (28 de setembro de 1973).

[6] Trevor Dupuy. *Elusive Victory: The Arab-Israeli Wars, 1947-1974*. New York: Harper & Row, 1978, pág. 462.

[7] Dupuy, pág. 376; Herzog, pág. 278; Nadav Safran. *Israel: The Embattled Ally* Massachusetts: Harvard University Press, 1981, pág. 499.

[8] *Beirut Daily Star* (17 de novembro de 1972).

[9] Herzog, pág. 278, 285, 293; Dupuy, pág. 534.

[10] Herzog, pág. 300.

[11] *Official Gazette of Syria* (11 de julho de 1974).

[12] *Jerusalem Report Post* (4 de janeiro de 1974).

[13] *Group W Radio* (11 de junho de 1974).

[14] *London Times* (19 de maio de 1974).

[15] *London Times* (5 de maio de 1974).

10. As Fronteiras

MITO

"A criação de Israel em 1948 modificou acordos fronteiriços e políticos entre Estados independentes que existiam há séculos".

FATO

As fronteiras dos países do Oriente Médio foram fixadas de maneira arbitrária pelas potências ocidentais depois que a Turquia foi derrotada na Primeira Guerra Mundial e entraram em vigor os mandatos francês e britânico. Todas as áreas designadas a Israel pelo plano de partilha das Nações Unidas estiveram sob controle dos otomanos, que governaram a Palestina de 1517 a 1917.

Quando a Turquia foi derrotada na Primeira Guerra Mundial, os franceses ocuparam toda a área hoje conhecida como Líbano e Síria. Os britânicos assumiram o controle da Palestina e do Iraque. Em 1926, as fronteiras foram redesenhadas e o Líbano foi separado da Síria.

A Inglaterra instalou o emir Faisal, que havia sido deposto da Síria pelos franceses, como governante do novo reino do Iraque. Em 1922, os britânicos criaram o Emirado da Transjordânia, que incorporou toda a Palestina ao leste do Rio Jordão. Isso foi feito para que o emir Abdula, cuja família havia sido derrotada na guerra tribal da península arábica, tivesse um reino para governar. Todos os países que têm fronteiras com Israel só alcançaram sua independência no século XX. Muitas outras nações árabes se tornaram independentes depois de Israel.[1]

MITO

"Israel é um país expansionista desde sua criação".

FATO

As fronteiras de Israel foram determinadas pelas Nações Unidas quando esta adotou a resolução sobre a partilha em 1947. Numa série de guerras defensivas, Israel ocupou mais território e, em numerosas ocasiões, retirou-se dessas áreas. Como parte do acordo de 1974 para o encerramento das hostilidades, Israel devolveu à Síria territórios ocupados nas guerras de 1967 e 1973.

Conforme os termos do tratado de paz israelense-egípcio de 1979, Israel se retirou da península do Sinai pela terceira vez – já havia se retirado de grandes áreas do deserto que ocupara em sua Guerra de Independência. Após conquistar todo o Sinai no conflito de Suez em 1956, Israel devolveu a península ao Egito um ano depois.

Em setembro de 1983, Israel se retirou de grandes áreas do Líbano para posições ao sul do Rio Auali. Em 1985, completou sua retirada do Líbano, exceto de uma estreita zona de segurança ao norte da fronteira israelense, que também foi abandonada unilateralmente em 2000.

Depois de assinar acordos de paz com os palestinos e um tratado com aJordânia, Israel concordou em se retirar da maior parte dos territórios da Cisjordânia capturados da Jordânia em 1967. Uma pequena área foi devolvida à Jordânia e mais de 40% foram cedidos à Autoridade Palestina. O acordo com os palestinos também envolveu a retirada de Israel, em 1994, da maior parte da Faixa de Gaza, que havia sido capturada do Egito em 1973.

Até o momento Israel já se retirou de mais de 40% da Cisjordânia e 80% da Faixa de Gaza, e o primeiro-ministro Ehud Barak ofereceu se retirar de 95% da Cisjordânia e 100% da Faixa de Gaza num acordo final.

Além disso, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin e seus sucessores ofereceram a retirada de virtualmente todas as Colinas de Golã em troca da paz com a Síria. Prosseguem as negociações sobre as demais áreas disputadas que estão em posse de Israel. A disposição de Israel de fazer concessões territoriais em troca de segurança demonstra que seu objetivo é a paz, não a expansão.

MITO

"Israel tenta há muito tempo conquistar terras árabes do Nilo ao Eufrates. Há até um mapa no Knesset que confirma essa intenção".

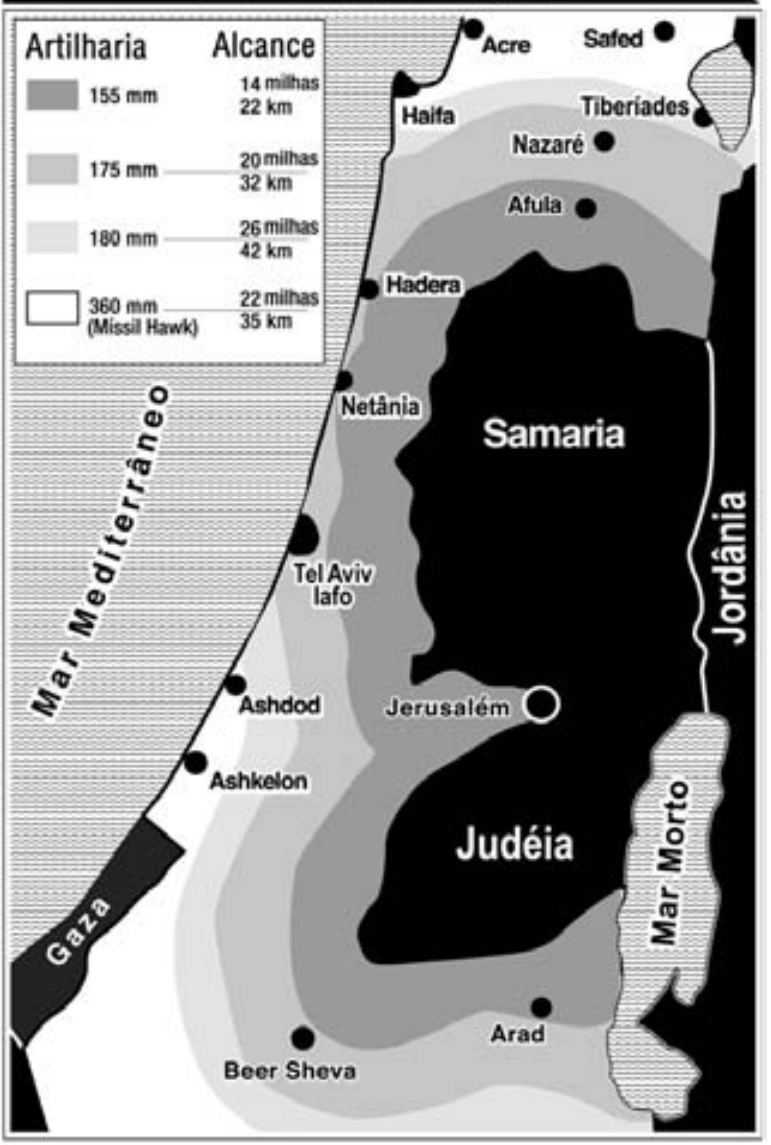
FATO

Esse tema é usado com freqüência pelos inimigos de Israel e repetido rotineiramente em todo o mundo árabe e islâmico. No Irã, um mapa que se propunha a mostrar as fronteiras "dos sonhos" de Israel – um império que incluía Arábia Saudita, Iraque, Kuwait e partes da Turquia e do Irã – foi incluído numa reimpressão de 1985 dos Protocolos dos Sábios de Sion, a notória fraude czarista.

Em 25 de maio de 1990, numa entrevista coletiva em Genebra, Yasser Arafat denunciou que a moeda de 10 agorot (10 centavos) de Israel retratava um mapa de Israel ampliado que incluía toda a Jordânia e o Líbano, assim como grandes porções do Iraque, da Síria, da Arábia Saudita e do Egito.

De fato, a agorot está cunhada conforme uma antiga moeda judaica da época do rei Matatias, da dinastia do Hasmoneus. A versão israelense moderna retrata a forma da moeda original, que saiu de circulação nos dois mil anos seguintes. A emissão de uma moeda semelhante à moeda antiga serviu de pretexto para que Arafat se referisse ao níquel como um "mapa" secreto das supostas intenções expansionistas de Israel.

Mapa 14 Alcance dos Mísseis e da Artilharia desde as Posições na Cisjordânia



O ministro da Defesa da Síria, Mustafá Tlas, diz que há uma inscrição, "A Terra de Israel, do Eufrates ao Nilo", gravada na entrada do Knesset.[2] Outros afirmam que há um mapa dentro do Knesset com essas fronteiras. Nem a tal inscrição nem o mapa existem. Contudo, muitos no mundo árabe foram convencidos de que isso é verdade. Árabes que passeiam pelo Parlamento israelense e não vêem o mapa às vezes insistem que é removido antes da sua visita.[3]

Obviamente, a melhor prova contra esse mito é a história da retirada israelense dos territórios ocupados em 1948, 1956, 1967, 1973 e 1982.

MITO

"A Cisjordânia é parte da Jordânia".

FATO

A Cisjordânia nunca foi legalmente parte da Jordânia. De acordo com o plano de partilha das Nações Unidas de 1947 – que os judeus aceitaram e os árabes rejeitaram – ela deveria fazer parte de um Estado árabe independente na Palestina Ocidental. Entretanto, o exército jordaniano a invadiu e ocupou durante a guerra de 1948. Em 1950, a Jordânia anexou a Cisjordânia.

Só dois governos – Grã-Bretanha e Paquistão – reconheceram formalmente a anexação jordaniana. O resto do mundo, incluindo os Estados Unidos, nunca o fez.

MITO

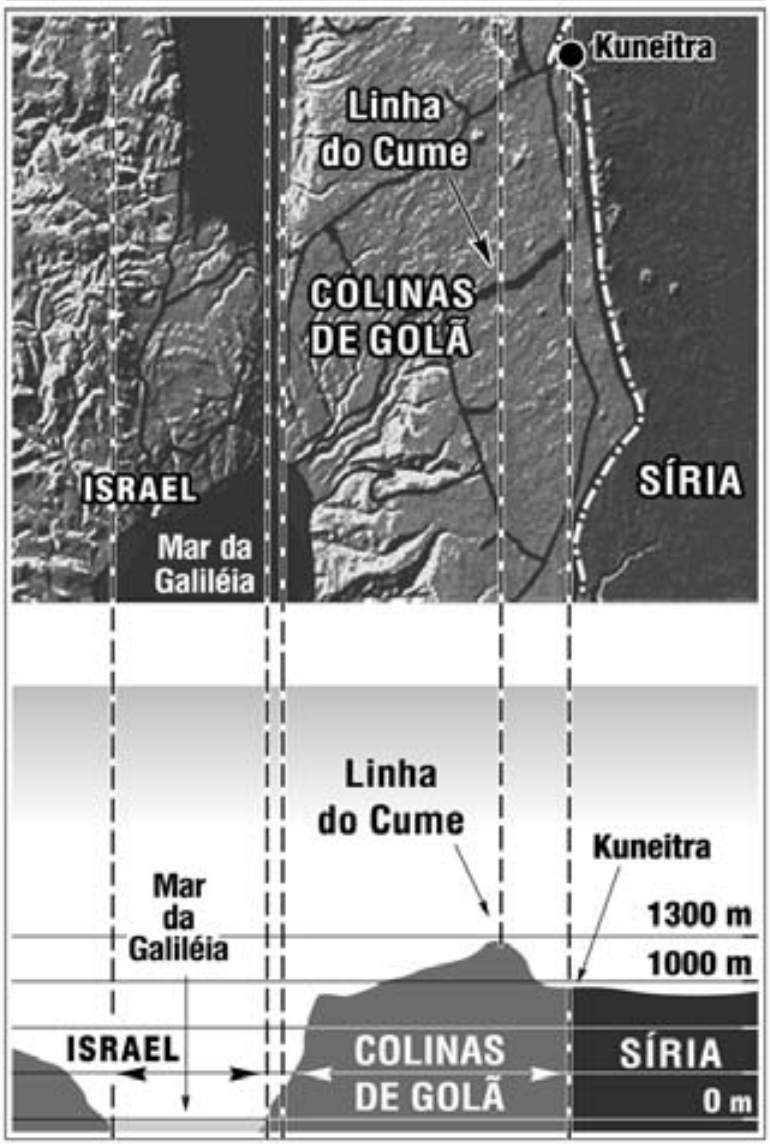
"Israel ocupou as Colinas de Golã numa guerra de agressão".

FATO

Entre 1948 e 1967, a Síria controlou as Colinas de Golã e usou-as como uma fortaleza militar de onde seus soldados atiravam de maneira arbitrária para baixo contra os civis israelenses no Vale do Hula, obrigando as crianças que viviam nos *kibutzim* (cooperativas agrícolas) a dormir em abrigos de proteção às bombas. Além disso, muitas rodovias do norte de Israel só podiam ser atravessadas depois de limpas por veículos detectores de minas. No fim de 1966, um jovem foi explodido em pedaços por uma mina enquanto jogava futebol perto da fronteira do Líbano. Em alguns casos, os ataques eram desferidos pela Fatah de Yasser Arafat, a quem a Síria permitia operar a partir do seu território.[4]

Israel protestou repetidas vezes e sem sucesso na Comissão Mista das Nações Unidas para o Armistício, encarregada de implantar o cessar-fogo, contra os bombardeios da Síria. Por exemplo, Israel foi às Nações Unidas em outubro de 1966 para exigir um basta aos ataques da Fatah. A resposta de Damasco foi desafiadora: "Não é nosso dever detê-los, mas sim estimulá-los e fortalecê-los", respondeu o embaixador sírio.[5]

Mapa 15 As Colinas de Golã



Nada foi feito para deter a agressão da Síria. Uma suave resolução do Conselho de Segurança expressando seu "pesar" por tais incidentes foi vetada pela União Soviética. Enquanto isso, Israel foi condenado pelas Nações Unidas quando retaliou. "Pela preocupação oficial do Conselho de Segurança com a questão", escreveu o historiador Netanel Lorch, "estava aberta a temporada para matar israelenses em seu próprio território".[6]

Após o início da Guerra dos Seis Dias, a força aérea síria tentou bombardear as refinarias de petróleo de Haifa. Enquanto Israel combatia no Sinai e na Cisjordânia, a artilharia síria bombardeava as forças israelenses na Galiléia Oriental e unidades blindadas atiravam sobre povoados no vale do Hula, aos pés das Colinas de Golã.

Em 9 de junho de 1967, Israel foi para o confronto contra as forças sírias no Golã. Ao entardecer de 10 de junho, Israel tinha todo o controle do planalto. A captura dessas colinas estratégicas só ocorreu após 19 anos de provocação por parte da Síria e de esforços infrutíferos para fazer com que a comunidade internacional atuasse contra os agressores.

MITO

"As Colinas de Golã não têm significado estratégico para Israel".

FATO

É verdade que a Síria – detida pela presença das Forças de Defesa de Israel (FDI) com a mira da artilharia sobre Damasco – manteve o Golã tranqüilo desde 1974. Mas, durante esse tempo, a Síria tem fornecido asilo e sustentado inúmeros grupos terroristas que atacam Israel desde o Líbano e outros países. Esses incluem a Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP), a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), o Hezbolá e a Frente Popular pela Libertação da Palestina – Comando Geral (FPLP-CG). Além disso, a Síria ainda mantém centenas de milhares de soldados – algo como 75% de seu exército – na fronteira israelense próxima às Colinas de Golã.

Do Golã Ocidental são apenas 96,5 km (sem os principais obstáculos terrenos) até Haifa e Acre (Aco), o coração industrial de Israel. O Golã – cuja elevação vai de 122m a 518m na seção ocidental fronteiriça de Israel pré-1967 – sobrepõe-se ao Vale do Hula, a mais rica região agrícola de Israel. Nas mãos de um vizinho amistoso, a elevação tem pouca importância militar. Todavia, se controlado por um país hostil, o Golã tem o potencial de voltar a se converter num pesadelo estratégico para Israel.

Antes da Guerra dos Seis Dias, quando os assentamentos agrícolas israelenses da Galiléia foram atacados desde o Golã, as opções para se contrapor aos ataques sírios estavam impedidas pela geografia das colinas. "Os disparos de contra-baterias estavam limitados pela impossibilidade de observação desde

o Vale do Hula; os ataques aéreos eram minimizados por posições sírias bem entrincheiradas e com coberturas resistentes; e um ataque terrestre contra as posições... exigiria forças maiores, com os respectivos riscos de pesadas baixas e repercussões políticas graves", observou Irving Heymont, coronel reformado do exército dos EUA.[7]

Quando Israel finalmente correu esses riscos e atacou as posições sírias em 1967, teve 115 baixas– aproximadamente o número de americanos mortos durante a Operação Tempestade no Deserto.

Com o processo de paz balançando no fim da década de 1990, a Síria passou a renovar as ameaças de guerra contra Israel e a fazer movimentos de tropas ameaçadores. Alguns analistas israelenses têm advertido para a possibilidade de um ataque-relâmpago pelas forças sírias com o intuito de retomar o Golã. As Forças de Defesa de Israel têm reagido aos movimentos sírios e – até este momento – preservado a paz.

Para Israel, entregar o Golã a uma Síria hostil, sem acordos de segurança adequados, poderia colocar em perigo seu sistema de alarme contra um ataque-surpresa. Israel construiu um sistema de radares no Monte Hermon, o ponto mais alto da região. Caso se retirasse do Golã e tivesse que se mudar para as planícies da Galiléia, essas instalações perderiam muito de sua eficácia estratégica.

MITO

"Israel se recusa a qualquer acordo sobre as Colinas de Golã, enquanto a Síria deseja negociar paz por território".

FATO

Sob o governo de Hafez Assad, a posição da Síria era coerente: Israel deveria se retirar completamente de todas as Colinas de Golã antes de estabelecer qualquer discussão sobre o que a Síria poderia conceder em troca. Ele nunca expressou qualquer disposição de fazer a paz com Israel ao receber todo o Golã ou qualquer parte dele.

Israel foi igualmente teimoso em não ceder qualquer território sem saber o que a Síria estava disposta a conceder. A disposição de negociar parte ou a totalidade do Golã depende da concordância da Síria em normalizar relações e assinar um acordo que coloque um fim ao estado de guerra que esta diz existir.

As preocupações com a topografia associadas à retirada das Colinas de Gola poderiam ser neutralizadas pela desmilitarização, mas Israel precisa ter uma fronteira desde a qual a nação possa ser defendida com um mínimo de perdas. Quanto mais profunda for a desmilitarização e melhor o sistema de alarme de advertência, tanto mais flexível Israel pode ser no que se refere a essa fronteira.

Além da segurança militar, os israelenses buscam a normalização das relações entre os dois países. No mínimo, os laços com a Síria deveriam estar no nível dos que Israel tem com o Egito e, idealmente, mais estreitos do que o tipo de paz desfrutada com a Jordânia. Isso significa ir além do mínimo de intercâmbio de embaixadores e linhas aéreas e criar um ambiente em que israelenses e sírios se sentiriam confortáveis em visitar o país do outro, participando de atividades comerciais e outros tipos de cooperação típicos de nações amigas.

Nesse meio tempo, há uma oposição substancial dentro de Israel para a retirada das Colinas de Golã. A expectativa de muitos é que a opinião pública mudará se e quando os sírios assinarem um acordo e adotarem medidas – tais como frear os ataques do Hezbolá a Israel desde o sul do Líbano – que demonstrem um interesse verdadeiro pela paz. E a opinião pública vai determinar se deve haver um tratado, devido a uma lei adotada durante o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, exigindo que qualquer acordo seja aprovado num referendo nacional.

O presidente Hafez Assad morreu em junho de 2000 e não tem havido negociações desde então, quando seu filho e sucessor, Bashar, veio a consolidar o seu poder na Síria. Retoricamente, Bashar não tem dado mostras de quaisquer mudanças na atitude da Síria sobre o Golã. Faltam mudanças dramáticas no governo sírio e em sua atitude diante de Israel. A segurança do Estado judeu dependerá do controle militar sobre as Colinas de Golã.

> *"De um ponto de vista estritamente militar, Israel deveria requerer o controle de alguns territórios capturados a fim de contar com fronteiras militarmente defensíveis".*
>
> **– Memorando do Estado Maior Conjunto para a Secretaria de Defesa, 29 de junho de 1967.**

MITO

"Israel anexou ilegalmente as Colinas de Golã em 1981, em contravenção ao Direito Internacional e à Resolução 242 das Nações Unidas".

FATO

Em 14 de dezembro de 1981, o Knesset aprovou a anexação das Colinas de Golã. O estatuto estendeu a lei e a administração civis a seus residentes em substituição à autoridade militar que havia governado a região desde 1967. A lei não exclui a opção de negociações sobre uma decisão final acerca do status do território.

Mapa 16 Medida Comparada das Colinas de Golã

Assim que o Knesset aprovou a lei, o professor Julius Stone, da faculdade de Direito Hastings, escreveu: "Não existe qualquer norma de direito internacional que exija que um ocupante militar legal, nessa situação, espere indefinidamente antes de tornar o controle e o governo do território permanentes... Muitos juristas internacionais têm se perguntado, ainda, sobre a paciência que levou Israel a esperar tanto tempo".[8]

MITO

"É mais difícil para Israel sair da Cisjordânia do que do Sinai".

FATO

Diversas páginas do tratado de paz de Israel com o Egito são dedicadas a acordos de segurança. Por exemplo, o Artigo 3 do anexo se refere às áreas onde são permitidos vôos de reconhecimento e o Artigo 5 permite o estabelecimento de sistemas de alarme de advertência em zonas específicas.

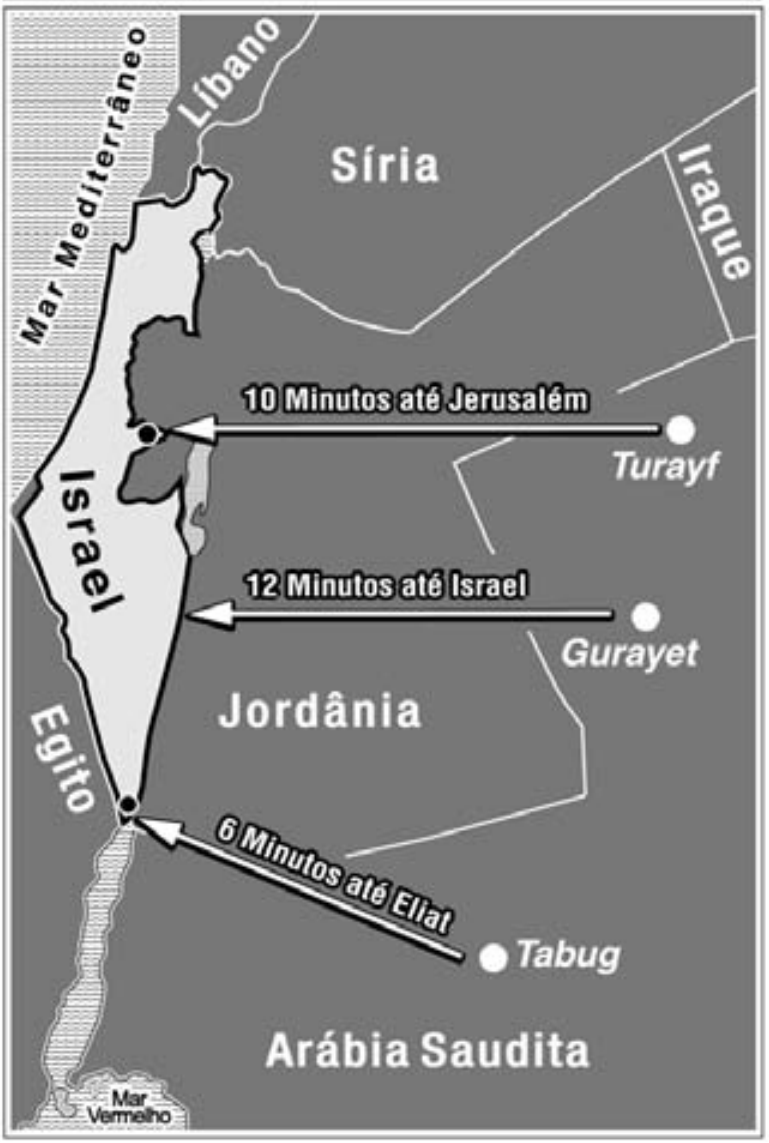
As garantias de segurança, exigidas para dar a Israel a confiança para se retirar, só foram possíveis porque o Sinai estava desmilitarizado. Elas fornecem a Israel uma grande zona de contenção de mais de 161 km. Atualmente, a fronteira egípcia está a 96,5 km de Tel-Aviv e 112,6 km deJerusalém, as grandes cidades israelenses mais próximas. O Sinai continua sendo um deserto pouquíssimo povoado, com uma população de menos de 250 mil habitantes.

A situação nos territórios é inteiramente diferente. Mais de dois milhões de árabes vivem na Cisjordânia, muitos em cidades densamente povoadas e em acampamentos de refugiados, em sua maioria nas proximidades de cidades israelenses como Tel-Aviv e Jerusalém. É importante para Israel que a Cisjordânia não caia nas mãos de vizinhos hostis. A infiltração, nos últimos anos, de terroristas provenientes dos territórios sob controle da Autoridade Palestina, que têm cometido atos horríveis, tais como atentados suicidas, ilustra o perigo.

Apesar dos riscos, Israel se retirou de mais de 40% da Cisjordânia desde as conversações de paz de Oslo e se propôs a entregar até 95% desta em troca de um acordo final com os palestinos. Mas Israel não vai e nem pode regressar para as fronteiras anteriores a 1967, tal como exigem os países árabes e os palestinos.

Os acordos que Israel assinou com os palestinos e o tratado com a Jordânia contêm muitas cláusulas específicas, criadas para minimizar os riscos de segurança para Israel. Todavia, a violência da "intifada de Al-Aksa" tem demonstrado que os palestinos não estão preparados para cumprir os acordos assinados no intuito de impedir o terrorismo e as provocações.

Mapa 17 Tempos de vôo até Israel



"É impossível defender Jerusalém a menos que você tenha posse dos planaltos... Um avião que partir de um aeroporto em Amã estará sobre Jerusalém em dois minutos e meio, de maneira que me é absolutamente impossível defender todo o país a menos que eu conserve esta terra".

– Tenente-general reformado Thomas Kelly, diretor de operações do Estado-Maior Conjunto durante a Guerra do Golfo de 1999.[9]

MITO

"A Guerra do Golfo provou que as fronteiras guarnecidas que Israel defende são inúteis numa era de mísseis".

FATO

A história mostra que ataques aéreos jamais derrotam uma nação. Os países só são conquistados por tropas de ocupação terrestre. O exemplo mais recente foi a invasão do Kuwait pelo Iraque, em que o primeiro foi derrotado e ocupado em questão de horas. Embora as forças multinacionais tenham bombardeado o Iraque por seis semanas, o Kuwait só foi libertado após as tropas aliadas marcharem para dentro do país nos últimos dias da guerra. Fronteiras defensáveis são aquelas que podem prevenir ou impedir uma tal invasão por terra.

O retorno de Israel para as fronteiras pré-1967 que os países árabes querem novamente impor estimularia em demasia os agressores potenciais a lançar ataques contra o Estado judeu – como faziam regularmente antes de 1967. Israel perderia o extenso sistema de radares de alarme preventivo erguido nas colinas de Judéia e de Samaria. Caso um vizinho hostil se apoderasse delas, seu exército poderia dividir Israel em dois: dali são apenas 24 km – sem qualquer obstáculo geográfico – até o Mediterrâneo. No seu ponto mais estreito, essas fronteiras de 1967 estão a 14,5 km da costa israelense, 17,7 km de Tel-Aviv, 16,1 km de Beer Sheva, 33,8 km de Haifa e a 305 m de Jerusalém.

Em 1989, o *Jaffee Center for Strategic Studies* (Centro Jaffee de Estudos Estratégicos), uma equipe de investigação tida como "pomba" (pacifista), escreveu:

> "A colocação de mísseis terra-terra na região às vezes levanta uma questão: os conceitos de profundidade estratégica e acordos de segurança são significativos nesta nova era?". A resposta é um inequívoco sim. As estações de alarme preventivo e a instalação de baterias de mísseis terra-ar podem fornecer o tempo necessário para fazer soar um alerta de invasão aérea e advertir a população para que busque refúgio de um ataque de mísseis. Elas poderiam até permitir que os mísseis do inimigo fossem interceptados em pleno vôo".

O estudo concluiu: "Embora tais mísseis estejam armados com ogivas convencionais, podem causar dolorosas perdas e danos, mas não podem decidir o resultado de uma guerra".[10]

Num relatório para o secretário de Defesa em 1967, o chefe do Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos escreveu que, no mínimo, "Israel necessitaria, em termos gerais, de uma linha de defesa ao longo do eixo Bardala-Tuba-Nablus-Bira-Jerusalém, e daí então para a parte norte do Mar Morto. Essa linha alargaria a parte mais estreita de Israel e criaria uma área adicional para a defesa de Tel-Aviv".

O relatório também apóia uma Jerusalém unificada sob controle israelense. O chefe do Estado-Maior conclui que, para defender Jerusalém, Israel precisa ter sua fronteira "posicionada a leste da cidade".[11]

> *"Para um texano, uma primeira visita a Israel é uma revelação. No ponto mais estreito são apenas 12,9 km do Mediterrâneo até a antiga linha de armisticio: isso é menos do que a distância de um extremo a outro do Dallas-Ft. Worth Airport. Antes de 1967, Israel inteiro corresponde a apenas seis vezes o tamanho de King Ranch[12], próximo à cidade de Corpus Christi".*
>
> **– Presidente dos EUA, George W. Bush**[13]

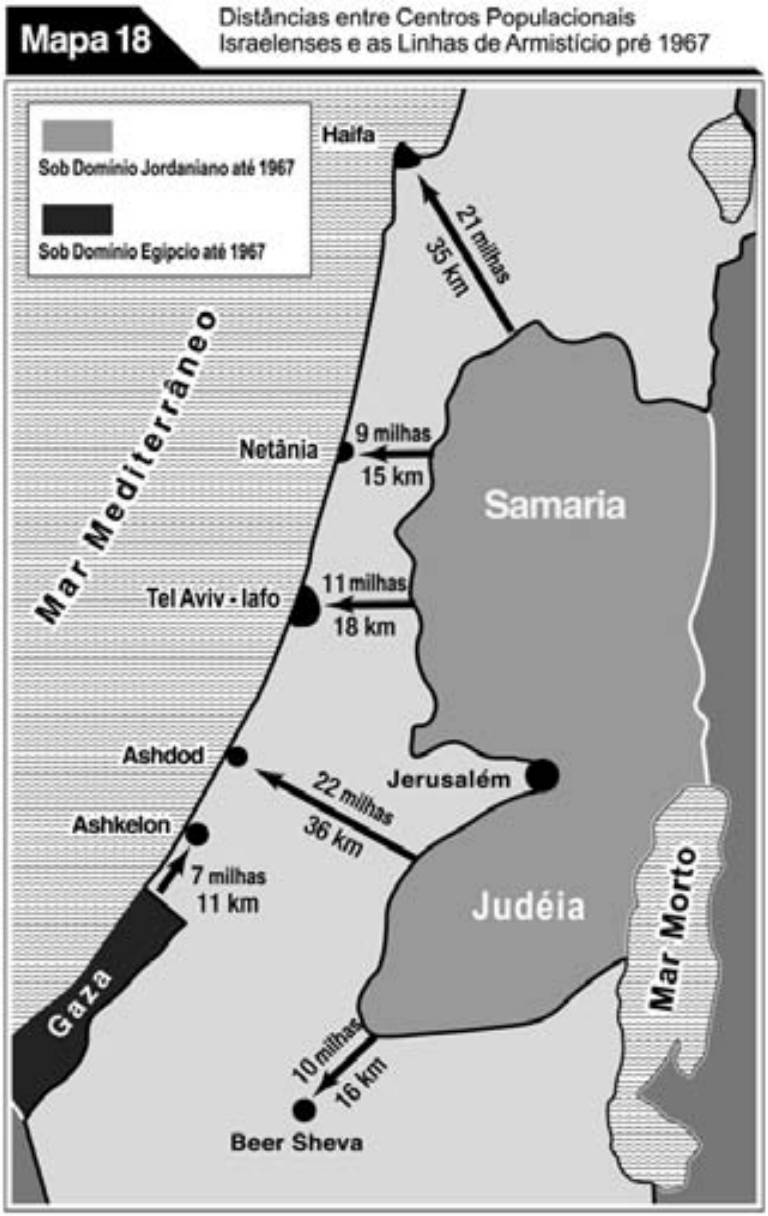
MITO

"Israel 'ocupa' a Cisjordânia".

FATO

Em política, as palavras são importantes e, infelizmente, o seu mau uso quando aplicadas ao conflito árabe-israelense tem criado percepções que colocam Israel em desvantagem. Como no caso do termo "Cisjordânia", a palavra "ocupação" tem sido seqüestrada por aqueles que desejam pintar Israel da maneira a mais negativa possível. Essa palavra também dá aos seus defensores um meio de tentar explicar o terrorismo como "resistência à ocupação", como se mulheres e crianças assassinadas por terroristas suicidas em ônibus, pizzarias e centros comerciais fossem responsáveis pela situação dos árabes. Dadas as conotações negativas de um "ocupante", não é de se surpreender que porta-vozes árabes usem essa palavra, ou algumas variantes, tantas vezes quantas forem possíveis quando são entrevistados. A descrição mais precisa dos territórios em Judéia e Samaria é de territórios "em disputa".

De fato, a maior parte dos territórios em disputa ao redor do mundo não é considerada como ocupada pela parte que os controla. Isso se aplica, por exemplo, à duramente contestada região da Cachemira.[14]


Mapa 18
Distâncias entre Centros Populacionais
Israelenses e as Linhas de Armistício pré 1967
Sob Domínio Jordaniano até 1967
Sob Domínio Egípcio até 1967
Haifa
21 milhas
35 km
Mar Mediterrâneo
Netânia
9 milhas
15 km
Samaria
Tel Aviv - Iafo
11 milhas
18 km
Ashdod
Jerusalém
22 milhas
36 km
Ashkelon
7 milhas
11 km
Judéia
Mar Morto
Gaza
10 milhas
16 km
Beer Sheva

A ocupação se refere tipicamente ao controle estrangeiro de uma área que estava anteriormente sob a soberania de outro país. No caso da Cisjordânia não havia qualquer soberania legítima, pois o território havia sido ocupado ilegalmente pela Jordânia entre 1948 e 1967. Os palestinos nunca exigiram um fim para a ocupação jordaniana e a criação de um Estado palestino.

Também é importante distinguir entre a aquisição de território numa guerra de conquista em contraposição a uma de autodefesa. Uma nação que ataca outra e então retém o território que conquista é uma ocupante. Uma que ocupa território num processo de autodefesa não está na mesma categoria. E essa é a situação de Israel, que disse especificamente ao rei Hussein que, caso a Jordânia se mantivesse fora da guerra de 1967, não lutaria contra ele. Hussein ignorou a advertência e atacou Israel. Enquanto se defendia da invasão e expulsava as tropas jordanianas invasoras, Israel passou a controlar a Cisjordânia.

Ao rejeitar as demandas árabes de que Israel deveria se retirar de todos os territórios conquistados em 1967, a Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas reconheceu que Israel tinha o direito de reclamar ao menos parte dessas terras para fins de novas fronteiras defensáveis.

Desde as conversações de paz de Oslo, o hábito de rotular Israel como uma potência ocupante foi sendo ainda mais enfraquecido pelo fato de o país ter transferido virtualmente toda a jurisdição civil dos territórios para a Autoridade Palestina.

Israel manteve o poder de controlar a sua própria segurança externa e de seus cidadãos, mas 98% da população palestina na Cisjordânia e Gaza ficaram sob jurisdição da Autoridade Palestina. A extensão em que Israel tem sido obrigado a manter uma presença militar nos territórios se explica pela falta de disposição dos palestinos em encerrar a violência contra Israel. A melhor maneira de acabar com a disputa sobre os territórios é que os palestinos cumpram suas obrigações conforme os acordos de Oslo, reformem a Autoridade Palestina, parem com o terror e negociem um acordo final.

Notas

[1] O Egito só alcançou sua independência em 1922; Líbano, Jordânia e Síria, em 1946. Muitos dos países do Golfo Pérsico tornaram-se independentes depois de Israel: Kuwait, em 1961; Bahrein, em 1970; Emirados Árabes Unidos e Qatar, em 1971.

[2] *Al-Jazira* (17 de janeiro de 1982).

[3] *Washington Jewish Week* (6 de julho de 1989).

[4] Netanel Lorch. *One Long War.* Jerusalém: Keter, 1976, pág.106-110.

[5] Anne Sinai e Allen Pollack. *The Syrian Arab Republic*. New York: American Academic Association for Peace in the Middle East, 1976, pág. 117.

[6] Lorch, pág. 111.

[7] Sinai e Pollack, pág. 130-131.

[8] *Near East Report* (29 de janeiro de 1982).

[9] *Jerusalem ReportPost* (7 de novembro de 1991).

[10] *Israel's Option for Peace*. Tel-Aviv: The Jaffee Center for Strategic Studies, 1989, pág. 171-172.

[11] Memorando para o secretário de Defesa, 29 de junho de 1967, citado em Michael Widlanski. *Can Israel Survive a Palestinian State?* Jerusalém: Institute for Advanced Strategic and Political Studies, 1990, pág. 148.

[12] King Ranch. Uma das maiores fazendas de gado do mundo, com 3.340 km² (NT).

[13] Discurso diante do American Jewish Committee (Comitê Judaico Americano) (3 de maio de 2001).

[14] Departamento de Estado dos EUA, Documento de Informação Consular: Índia (22 de fevereiro de 2002).

11. Israel e Líbano

MITO

"Israel não pode afirmar que a sua invasão do Líbano em 1982, contra uma OLP mal-equipada, foi uma ação defensiva".

FATO

Em junho de 1982, quando as FDI entraram no Líbano, a OLP havia tornado a vida no norte de Israel intolerável, por seus repetidos ataques às cidades israelenses.

Uma força de 15 mil e 18 mil membros da OLP estava estacionada em diversas localidades do Líbano. Entre cinco mil e seis mil eram mercenários estrangeiros vindos de países como Líbia, Iraque, Índia, Sri Lanka, Chade e Moçambique.[1] Israel descobriu armas leves e outros armamentos no Líbano suficientes para equipar cinco brigadas.[2] A OLP tinha na área um arsenal que incluía morteiros, mísseis Katyusha e uma extensa rede antiaérea, além de centenas de tanques T-34.[3] A Síria, que permitiu que o Líbano se tornasse um refúgio para a OLP e outros grupos terroristas, levou para lá mísseis terra-ar, criando assim outro perigo para Israel.

Os ataques e incursões de comandos israelenses foram incapazes de conter o crescimento desse exército da OLP. Israel não estava preparado para esperar por mais ataques letais lançados contra sua população civil antes de atuar contra os terroristas.

MITO

"A OLP não era ameaça a Israel. Quando Israel atacou, a OLP cumpria o cessar-fogo há um ano".

FATO

A OLP violou repetidamente o acordo de cessar-fogo de julho de 1981. Nos 11 meses seguintes, praticou 270 ações terroristas em Israel, Cisjordânia e Gaza, bem como ao longo das fronteiras libanesa e jordaniana. Morreram 29 israelenses e mais de 300 foram feridos nesses ataques.[4] A situação na Galiléia foi se tornando intolerável na medida em que a freqüência dos ataques obrigava milhares de residentes a fugir de suas casas e a passar longos períodos em abrigos antiaéreos, durante os quais Israel lançava ataques de represália contra as bases da OLP no Líbano.

Após Israel lançar um desses ataques, em 4 e 5 de junho de 1982, a OLP respondeu com um ataque maciço de artilharia e morteiros contra a população israelense da Galiléia. Em 6 de junho, as FDI entraram no Líbano para expulsar os terroristas.

O ex-secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger defendeu a operação israelense: "Nenhum país soberano pode tolerar indefinidamente o crescimento, ao longo de suas fronteiras, de uma força militar dedicada à sua destruição e a implementar seus objetivos por meio de bombardeios e ataques periódicos".[5]

O então presidente dos EUA, Ronald Reagan, disse em 21 de junho de 1982: "Sobre o Líbano, está claro que nós e Israel buscamos o fim da violência e um Líbano soberano e independente. Concordamos que Israel não deve ser submetido à violência vinda do norte".[6]

Documentos encontrados no Líbano pelas FDI durante a operação mostraram que os grupos terroristas haviam feito planos detalhados para bombardear cidades no norte de Israel. Seguem abaixo as traduções de dois documentos encontrados nos quartéis-generais da OLP em Sidon, ambos datados de julho de 1981:

> **Nome do Alvo a ser Bombardeado:** Kiriát Shemona.
> **Número de salvas de tiro:** 17 bombardeios em duas porções, cada uma de 120 mm.
> **Unidade carregada:** Artilharia das Forças Conjuntas do Sul.
> **Para:** El-Haj Ismail
>
> Cumprimentos pela Revolução!
>
> O Conselho Militar Supremo decidiu se concentrar na destruição de Kiriát Shemona, Metula, Dan, Shear Iashuv, Naharia e arredores.
>
> **Kiriát Shemona:** será distribuída entre todos os pelotões e bombardeada com bombardeios "Grad" melhorados.
> **Metula:** será bombardeada com morteiros de 160mm (Frente pela Libertação da Palestina-As-Saica).
> **Naharia e arredores:** serão bombardeados com armamentos de artilharia de 130mm do Batalhão 1.
> **Dan e Shear Iashuv:** será responsabilidade do setor oriental.
>
> Revolução até a vitória![7]

MITO

"A OLP tratou os libaneses com dignidade e respeito".

FATO

Para os residentes árabes do sul do Líbano, o governo da OLP foi um pesadelo. Depois que esta foi expulsa da Jordânia pelo rei Hussein em 1970, muitos dos seus quadros partiram para o Líbano. A OLP ocupou áreas inteiras do país, onde maltratou brutalmente a população e usurpou a autoridade do governo libanês.

Em 14 de outubro de 1976, o embaixador libanês, Edward Ghorra, declarou na Assembléia Geral das Nações Unidas que a OLP estava arruinando seu

país: "Os elementos palestinos pertencentes às diversas... organizações recorrem ao seqüestro de libaneses – e às vezes de estrangeiros – e os mantêm prisioneiros, interrogam, torturam e às vezes matam." [8]

Os colunistas Rowland Evans e Robert Novack, conhecidos por sua antipatia a Israel, declararam, após uma viagem pelo sul do Líbano e Beirute, que os fatos "tendem a apoiar a opinião de Israel de que a OLP está cheia de criminosos e aventureiros" [9]

Eles conversaram com um médico cuja fazenda foi retirada sem compensações pela OLP e convertida em depósito militar. "Você me pergunta o que achamos dos israelenses", disse. "Comparados ao inferno que temos passado no Líbano, os israelenses são irmãos". Outros libaneses – tanto cristãos como muçulmanos – deram testemunhos semelhantes.

Inúmeros libaneses contaram relatos dolorosos de estupros, mutilações e assassinatos cometidos pelas forças da OLP. Esta "assassinou pessoas e lançou seus corpos nos terraços. Alguns deles estavam mutilados e seus membros decepados. Não saíamos por medo de terminarmos como eles", disseram duas mulheres árabes de Sidon. "Não ousávamos ir à praia, pois nos molestavam com armas na mão". As mulheres falavam de um incidente ocorrido pouco antes da invasão israelense, no qual homens da OLP estupraram e assassinaram uma mulher, depositando seu cadáver próximo a uma estátua famosa. Uma foto do cadáver mutilado da vítima apareceu impressa em um jornal local.[10]

O doutor Khalil Torbey, um importante cirurgião libanês, disse a um jornalista americano que era "chamado com freqüência no meio da noite para atender vítimas das torturas da OLP. Tratei de homens cujos testículos haviam sido extirpados em sessões de tortura. As vítimas, em sua maioria, eram... muçulmanas. Vi homens – ainda vivos – amarrados pelos pés sendo arrastados pelas ruas por automóveis em alta velocidade".[11]

O correspondente do *New York Times,* David Shipler, visitou Damour, um povoado cristão próximo a Beirute, ocupado pela OLP desde 1976, quando palestinos e libaneses esquerdistas saquearam a cidade e massacraram centenas de seus habitantes. A OLP, escreveu Shipler, converteu a cidade em uma base militar, "usando suas igrejas como fortalezas e arsenais".[12]

Quando as FDI expulsaram a OLP de Damour em junho de 1982, o primeiro-ministro Menahem Begin anunciou que os residentes cristãos da cidade poderiam voltar para suas casa e reconstruí-las. Os habitantes que retornaram encontraram suas antigas casas pichadas com slogans nacionalistas palestinos, textos da Fatah e pôsteres de Yasser Arafat. Eles disseram a Shipler como estavam felizes por Israel tê-los libertado.[13]

MITO

"A operação para acabar com as ameaças da OLP ao Norte de Israel causou dez mil mortes no Sul do Líbano".

FATO

"Fica claro para qualquer um que viaja pelo sul do Líbano – como têm feito muitos jornalistas e profissionais engajados em fornecer auxílio – que as cifras originais de dez mil mortos e 600 mil desabrigados... são extremamente exageradas", escreveu David Shipler, do *New York Times,* um crítico mordaz do esforço de guerra israelense.[14]

A cifra de 600 mil desabrigados surgiu em meados de junho de 1982 com o Crescente Vermelho Palestino, chefiado por Fathi, irmão de Yasser Arafat. Francesco Noseda, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que havia originalmente usado esses números falsos, mais tarde os repudiou.[15]

Não haveria mortos ou desabrigados se a OLP não tivesse usado o sul do Líbano como base para ameaçar Israel.

MITO

"A OLP estava disposta a abandonar Beirute em 1982 para salvar a população civil de outro ataque, mas Israel tornou isso impossível".

FATO

Por mais de um mês, a OLP mostrou-se intransigente, buscando extrair uma vitória política de sua derrota militar. Arafat, que declarou seu desejo "em princípio" de abandonar Beirute, recusou-se em seguida a ir para outro país. Durante o cerco, a OLP se escondeu por trás de civis inocentes, calculando que, se Israel atacasse, seria internacionalmente condenado. Foi exatamente isso o que aconteceu.

Em meados de junho, soldados israelenses cercaram de seis mil a nove mil terroristas que haviam se posicionado em meio à população civil de Beirute Ocidental. Para evitar baixas civis, Israel concordou com um cessar-fogo para permitir que um diplomata americano, o embaixador Philip Habib, intermediasse uma retirada pacífica da OLP do Líbano. Como um gesto de tolerância, Israel concordou em permitir que as forças da OLP saíssem de Beirute com suas armas pessoais.[16] Contudo, a OLP continuou fazendo novas exigências.

A OLP falou de retirada durante semanas, porém vinculada a condições que a tornavam impossível. A OLP adotou uma estratégia de violações controladas do cessar-fogo com o propósito de causar baixas a Israel e provocar uma retaliação israelense suficiente para culpar as FDI de romper as negociações e agredir civis.

"Os israelenses bombardearam edifícios inocentes se vistos de fora, onde seus serviços de inteligência afirmaram que havia escritórios da OLP escondidos", escreveu o analista do Oriente Médio Joshua Muravchik. "A inteligência também informou sobre a enorme rede de depósitos subterrâneos de armas e munições da OLP, descoberta mais tarde pelo Exército libanês. Não há dúvidas de que os israelenses jogaram algumas bombas na esperança de que penetrassem nessas instalações e detonassem os depósitos. A OLP tinha artilharia e equipamentos antiaéreos montados em caminhões, preparados para atirar contra os israelenses e então se mover".[17]

Os israelenses atirariam de volta e algumas vezes erraram, alcançando inadvertidamente alvos civis. Os meios de comunicação publicaram inúmeras vezes, equivocadamente, que Israel estava atacando alvos civis em áreas onde não havia militares por perto. Numa noite de julho, os israelenses bombardearam sete embaixadas em Beirute. A NBC transmitiu um comunicado que parecia dar crédito às alegações da OLP de que não havia posições militares na área. Muravchik destacou que Israel "divulgou em seguida fotos de reconhecimento que mostravam a região das embaixadas repleta de tanques, morteiros, armamento de fogo pesado e postos antiaéreos".[18]

MITO

"Israel foi responsável pelo massacre de milhares de refugiados palestinos inocentes em Sabra e Shatila".

FATO

A Milícia Libanesa Falangista Cristã foi responsável pelos massacres que ocorreram nos acampamentos de refugiados da área de Beirute em 16 e 17 de setembro de 1982. Soldados israelenses permitiram que os falangistas entrassem em Sabra e Shatila para retirar células terroristas que se acreditava estarem estabelecidas ali. Estimava-se que poderia haver até 200 homens armados nos acampamentos devido aos incontáveis *bunkers* (abrigos antiaéreos) construídos pela OLP ao longo dos anos e repletos de generosas reservas de munição.[19]

Quando os soldados israelenses ordenaram aos falangistas que saíssem, encontraram centenas de mortos (as estimativas vão de 460, segundo a polícia libanesa, a algo entre 700 e 800, pelos cálculos da inteligência israelense). Os mortos, segundo a conta dos libaneses, incluíam 35 mulheres e crianças. Os demais eram homens palestinos, libaneses, paquistaneses, iranianos, sírios e argelinos.[20] A matança foi uma represália aos assassinatos do presidente libanês Bashir Gemayel e de 25 de seus seguidores, num atentado a bomba ocorrido naquela semana.[21]

Israel permitiu que a Falange entrasse nos acampamentos, como parte de um plano para transferir a autoridade aos libaneses, e assumiu a responsabilidade

por essa decisão. A Comissão de Inquérito Kahan, formada pelo governo de Tel-Aviv, concluiu que Israel foi indiretamente responsável por não prever a possibilidade da violência falangista. Na ocasião, seguindo as recomendações da comissão, o então ministro da Defesa, Ariel Sharon, e o então chefe do Estado Maior, general Raful Eitan, foram destituídos dos cargos que ocupavam.

O ex-secretário de Estado Henry Kissinger declarou que a Comissão Kahan "foi um grande tributo à democracia israelense (...) Poucos governos do mundo teriam investigado publicamente um incidente tão intrincado e vergonhoso".[22]

Recentemente têm sido feitos esforços na Bélgica com o objetivo de julgar Sharon por seu papel naquilo que ocorreu no Líbano. Todavia, a corte de apelações descartou o caso.[23] A campanha européia parece planejada para, em geral, manchar a imagem de Israel e, em particular, a de Sharon, e é particularmente odiosa dado que as próprias instituições judiciais democráticas de Israel já julgaram essa tragédia.

Ironicamente, enquanto 300 mil israelenses faziam comícios em Israel para protestar contra as matanças, houve pouca ou nenhuma reação no mundo árabe. Fora do Oriente Médio houve um grande protesto internacional contra Israel por conta dos massacres. Por conta disso, os falangistas, que praticaram o crime, livraram-se do peso das condenações.

Em contrapartida, poucas vozes se levantaram em maio de 1985, quando milicianos muçulmanos atacaram os acampamentos de refugiados palestinos de Shatila e Burj-el Barajnê. Segundo funcionários das Nações Unidas, houve 635 mortos e 2.500 feridos. Durante uma batalha de dois anos entre a milícia xiita Amal – respaldada pelos sírios – e a OLP, foram registrados mais de dois mil mortos, incluindo muitos civis. Não houve protestos contra a OLP nem contra os sírios e seus aliados pela matança. A reação internacional também se calou em outubro de 1990, quando as forças sírias invadiram áreas libanesas controladas por cristãos. Num confronto de oito horas, 700 cristãos foram mortos – a pior batalha da guerra civil do Líbano.[24] O conflito, que começou em 1975 e só terminou em 1982, deixou o saldo negativo de 95 mil mortes.[25]

MITO

"As invasões do Líbano em 1978 e 1982 comprovaram as intenções agressivas de Israel".

FATO

Israel tem buscado há tempos uma fronteira-norte pacífica. Entretanto, o fato de o Líbano ser um refúgio para grupos terroristas tem tornado isso impossível. Em março de 1978, terroristas da OLP se infiltraram em Israel e, após assassinarem um turista americano que caminhava próximo a

uma praia, seqüestraram um ônibus civil. Quando o veículo foi interceptado por soldados, os terroristas abriram fogo e 34 reféns morreram. Em resposta, as forças israelenses cruzaram a fronteira e ocuparam bases guerrilheiras no sul do Líbano. O exército retirou-se dois meses depois, com a chegada das forças da ONU. Os capacetes azuis, entretanto, não conseguiram impedir que os terroristas voltassem a se infiltrar na região, introduzindo armas novas e mais potentes. Esta reorganização provocou a invasão israelense de 1982.

Israel reiterou repetidas vezes que não desejava nenhum centímetro de território libanês. A retirada de Israel do Líbano em 1985 confirmou isso. A pequena força israelense de mil homens instalada numa faixa de território que se estende por 12,9 km no sul do Líbano protegia cidades e povoados do norte de Israel dos ataques. Israel também havia dito repetidamente que se retiraria completamente do Líbano em troca de uma situação de segurança estável em sua fronteira norte.

Israel retirou todos os seus soldados do sul do Líbano em 24 de maio de 2000, encerrando 22 anos de presença militar na área. A retirada de Israel foi conduzida em coordenação com a ONU, segundo a qual constituiu o cumprimento israelense de suas obrigações conforme a Resolução 425 do Conselho de Segurança (1978).

Israel esperava que o governo libanês instalasse em seguida o seu exército ao longo da fronteira sul para desarmar os terroristas e manter a ordem, mas isso não ocorreu, apesar das críticas de Estados Unidos e das Nações Unidas.[26] "A partir de um ponto ao norte, nós ditamos as regras", disse o ministro da defesa libanês, Kalil Hrawi, "e desde um certo ponto ao sul não há presença de forças armadas e o Hezbolá coordena suas ações por conta própria".[27] Portanto, o Hesbolá continua a desfrutar de livre trânsito na região, ameaçando a fronteira norte de Israel.

MITO

"Israel ainda não cumpriu as exigências da ONU para se retirar completamente do Líbano devido à sua ocupação ilegal das fazendas de Shebaa".

FATO

Apesar da declaração das Nações Unidas de que Israel concluiu sua retirada do sul do Líbano,[28] o Hezbolá e o governo libanês insistem que Israel ainda retém território libanês a leste do Monte Dov, uma área praticamente desabitada, de 259 km^2, conhecida como Fazendas de Shebaa. Essa reivindicação dá ao Hezbolá um pretexto para continuar suas atividades contra Israel. Assim, após seqüestrar três soldados israelenses nessa região, anunciou que eles haviam sido capturados em solo libanês.

Israel, que tem construído uma série de postos de observação no topo de colinas estratégicas na área, sustenta que a terra foi capturada da Síria; no entanto, os sírios têm apoiado a reivindicação do Hezbolá. Segundo o *Washington Post,* a controvérsia beneficia todas as partes árabes. "Para a Síria, significa que o Hezbolá ainda pode ser usado para desestabilizar os israelenses; para o Líbano, é um modo de exercer pressão sobre questões como o retorno de prisioneiros libaneses ainda em prisões israelenses. Para o Hezbolá, é uma razão para manter sua milícia armada e ativa, oferecendo de imediato um novo objetivo para um movimento de resistência que, do contrário, não teria a que resistir".[29]

MITO

"Israel atacou sem motivo as Forças de Paz da ONU no Líbano".

FATO

Em abril de 1995, as FDI montaram a Operação Vinhas da Ira para interromper o bombardeamento pelo Hezbolá à fronteira norte. Durante a operação, a artilharia israelense atingiu por engano uma base das Nações Unidas em Kafr Kana, matando cem civis. Depois disso, foi criada a Joint Monitoring Machinery (Organização para Monitoramento Conjunto), com representantes americanos, franceses, sírios e libaneses, para proibir ataques sem motivo a populações civis e o uso de civis como escudos humanos para atividades terroristas.

MITO

"A Síria é a favor da estabilidade no Líbano e sempre respeitou a soberania e a independência desse país".

FATO

A Síria tem uma longa e sangrenta história de intervenção no Líbano e não esconde sua esperança de converter o vizinho mais fraco em parte da Síria. Desde a sua criação, em 1920, "a maioria dos sírios jamais aceitou o Líbano moderno como um país soberano e independente".[30] O estopim da Guerra Civil Libanesa, em 1975, deu a Damasco a oportunidade de afirmar sua crença de que Líbano e Síria eram um só país.

> *"Se eles saírem de Shebaa, não deixaremos de combatê-los. Nossa meta é libertar as fronteiras da Palestina de 1948... [Os judeus] podem voltar para a Alemanha ou de onde quer que tenham vindo".*
>
> **– Hazan Ezedin, porta-voz do Hezbolá.**[31]

Em 1976, a Síria interveio na guerra civil libanesa em favor dos libaneses cristãos. Em 1978, Damasco mudou de lado e passou a apoiar uma coalizão esquerdista de palestinos, drusos e muçulmanos contra os cristãos. Finalmente, as tropas sírias ocuparam dois terços do Líbano. A instalação síria de baterias de mísseis terra-ar no Líbano e sua política de permitir que a OLP e outros grupos terroristas atacassem Israel dali ajudou a provocar a Guerra do Líbano de 1982.[32]

Durante a primeira semana da Operação Paz para a Galiléia, deflagrada por Israel em junho de 1982, tropas sírias passaram a lutar contra as forças israelenses. Os israelenses destruíram ou danificaram 18 das 19 baterias de mísseis sírios e, num dia, derrubaram 29 aviões de combate MiG sírios sem perder um único avião. Cuidadosamente, Síria e Israel evitaram confrontações pelo restante da guerra.

No entanto, a Síria encontrou outras maneiras de agredir Israel. Em 1982, agentes sírios assassinaram o presidente eleito Bashir Gemayel, que desejava a paz com Israel. Dois anos depois, a Síria forçou o presidente Amin Gemayel, irmão de Bashir, a rejeitar um tratado de paz assinado com Israel um ano antes.[33]

As atividades da Síria estavam dirigidas contra Israel e também contra o Ocidente. Em abril de 1983, terroristas do Hezbolá, operando a partir do território controlado pelos sírios, bombardearam a embaixada dos EUA em Beirute, matando 49 pessoas e ferindo 120. Seis meses depois, lançaram dois caminhões carregados de explosivos para dentro de acampamentos da Marinha dos EUA e de militares franceses próximos a Beirute, matando 241 americanos e 56 soldados franceses.

Em 1985, ativistas do Hezbolá passaram a seqüestrar ocidentais nas ruas de Beirute e outras cidades libanesas. Desde o início ficou evidente que os sírios e seus colaboradores iranianos poderiam ordenar a liberação dos reféns ocidentais a qualquer momento. Por exemplo, quando um francês foi seqüestrado em agosto de 1991, os sírios exigiram que fosse libertado. Em dias, ele estava livre. A maioria dos reféns era mantida no Vale do Bekaa ou nos subúrbios de Beirute. Ambas as áreas estavam controladas pela Síria.

De 1985 a 1988, xiitas da milícia Amal, estreitamente alinhados com a Síria, mataram centenas de civis palestinos em ataques a acampamentos de refugiados.

Em outubro de 1990, com a atenção do mundo concentrada no Kuwait, soldados sírios atacaram a fortaleza do general insurgente cristão Michel Aoun em Beirute. Além dos mortos em combate, 700 pessoas foram massacradas.[34] Com esse ataque-relâmpago, Damasco eliminou o único foco que ameaçava sua hegemonia no Líbano.

Em 22 de maio de 1991, o presidente libanês Elias Hrawi viajou a Damasco para assinar um Tratado de Fraternidade, Cooperação e Coordenação com o

Mapa 19
Fronteira Líbano-Israelense
(em 2000)
Líbano
Mar Mediterrâneo
Sidon
Antiga Zona de Segurança
Metula
Tiro
Kiriat Shemona
Colinas de Golã
Síria
Rosh Haniká
Zarit
Shlomi
Naharia
Dolev
Maalot
Acre
Haifa
Mar da Galiléia
Israel
Jordânia
Samaria

presidente sírio, Hafez Assad. O acordo declara que a Síria vai garantir "a soberania e independência" do Líbano, apesar de Damasco ter permissão para manter seu exército de ocupação naquele país.

Uma amostra das verdadeiras intenções da Síria veio do ministro da Defesa, Mustafá Tlas, várias semanas antes da assinatura do tratado. Tlas previu que a unidade entre os dois países seria alcançada "em breve, ou ao menos em nossa geração".[35]

Desde a assinatura do tratado, a Síria tem exercido um rígido controle sobre o Líbano e suprimido violentamente os que desafiam a sua dominação.

MITO

"A Síria tem feito o possível para impedir que terroristas no Líbano ameacem a paz regional".

FATO

O Hezbolá recebe apoio financeiro e armamentos do Irã, em geral via Damasco. O Hezbolá – que no início se limitava a lançar ataques com foguetes Katyusha contra o norte de Israel e a emboscar soldados israelenses na zona de segurança – nos últimos anos tem dirigido seus ataques a civis israelenses.

O exército libanês, equipado pela Síria, nunca enfrentou o Hesbolá e nem as outras organizações terroristas, tais como a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), a Frente Popular pela Libertação da Palestina – Comando Geral (FPLP-CG) e a Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP), que têm bases no Vale do Bekaa, no Líbano oriental.

Na verdade, os sírios têm fornecido apoio incondicional a essas organizações. A Síria usa esses terroristas como opção para manter um certo nível de violência contra Israel e pressionar os israelenses para a negociação sobre as Colinas de Golã. Perguntado sobre seu apoio a organizações terroristas como o Hezbolá, Hafez Assad respondeu que essas de fato eram "patriotas e militantes que lutavam pela liberdade e pela independência de seu país... essas pessoas não podem ser chamadas de terroristas".[36]

MITO

"A Síria só interveio no Líbano porque a Liga Árabe pediu que fizesse isso".

FATO

A Síria deslocou soldados para dentro do Líbano antes de receber a aprovação da Liga Árabe. Damasco interveio em abril de 1976, depois que o caudilho druso libanês Kemal Jumblatt rejeitou a exigência do presidente sírio Hafez Assad de um cessar-fogo na guerra. O fato de

Jumblatt se recusar a suspender os ataques de suas forças contra cristãos libaneses deu a Assad o pretexto de que necessitava para intervir.

Em junho de 1976, a Secretaria Geral da Liga Árabe convocou uma reunião na qual Síria, Líbia, Arábia Saudita e Sudão concordaram em enviar soldados para "impor a paz". Assad mandou muitos soldados, enquanto os demais líderes nacionais despacharam apenas forças simbólicas.[37] Em suma, o "endosso" da Liga Árabe nada mais foi do que uma manobra de reconhecimento de um fato consumado.

MITO

"Sírios e libaneses tratam bem os soldados israelenses capturados e permitem que a Cruz Vermelha os visite".

FATO

Líbano e Síria têm maltratado rotineiramente os soldados israelenses que capturam. É difícil para Israel obter qualquer informação sobre seus soldados e os libaneses e sírios em geral negam permissão à Cruz Vermelha para visitar os prisioneiros de guerra. Além disso, até os cadáveres dos israelenses mortos em combate são freqüentemente mantidos como reféns, num esforço para usá-los como elementos de barganha. Por exemplo, em setembro de 1991 Israel libertou cem prisioneiros libaneses xiitas em troca dos restos de quatro soldados israelenses mortos no Líbano.

O piloto Ron Arad acidentou-se em 1986 e foi capturado por terroristas xiitas. Israel tem oferecido libertar centenas de prisioneiros libaneses em troca de informações sobre Arad, mas o Hezbolá tem se recusado a cooperar e Arad foi dado como "desaparecido em ação" desde então.

Em 7 de outubro de 2000, três soldados israelenses – os sargentos Adi Avitan, Benyamin Avraham e Omar Sawaid – foram seqüestrados pelo Hezbolá. Eles foram capturados enquanto patrulhavam o lado sul (israelense) da fronteira israelense-libanesa. Em 16 de outubro, o secretário-geral do Hezbolá anunciou que sua organização mantinha um cidadão israelense, Elchanan Tenenboim, que se acredita ter sido seqüestrado enquanto estava numa viagem particular de negócios à Europa.

Os quatro israelenses foram mantidos incomunicáveis pelo Hezbolá. Os captores negaram ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a outros permissão para visitá-los. Em 1º de novembro de 2001, baseado numa nova informação do serviço de inteligência, o rabino Israel Weiss, do Exército israelense, declarou os soldados mortos. Seus restos ainda não foram recuperados. Tenenboim foi mantido como refém até recentemente.

MITO

"O seqüestro, por Israel, do xeique Abdul Karim Obeid em 1989, prolongou a crise dos reféns, levando à morte do tenente-coronel William Higgins, executado em retaliação".

FATO

O tenente-coronel William Higgins, da Marinha americana, que servia nas forças de paz da ONU no Líbano, foi seqüestrado e morto pelo grupo terrorista xiita libanês Hezbolá. Irã e Síria, países que dão refúgio a terroristas, também foram declarados culpados.

"Deveríamos ter o cuidado de recordar que não foram os Estados Unidos nem Israel que causaram essa morte", afirmou o embaixador Paul Bremer, ex-chefe do escritório do Departamento de Contra-Terrorismo de Estado. "Foi um grupo de assassinos no sul do Líbano".[38]

A captura do xeique Obeid, considerado responsável pelo seqüestro de muitos soldados israelenses, não deveria ser comparada ao seqüestro, por terroristas, de civis inocentes e de um membro da força de paz da ONU. Como o Ocidente demonstra pouca preocupação com os reféns israelenses, manter Obeid cativo pode vir a ser o único trunfo de Israel para receber seus prisioneiros de guerra de volta.

MITO

"Os ataques israelenses ao Líbano demonstram a determinação de Israel de permanecer no país".

FATO

As Nações Unidas verificaram que Israel cumpriu sua obrigação de se retirar do Líbano; contudo, o Hezbolá, dotado de uma enorme variedade de armamentos e posicionado ao longo da fronteira internacional, tem atacado repetidamente alvos israelenses, emboscado e seqüestrado soldados e atormentado moradores de povoados israelenses no norte com o objetivo de provocar uma escalada nas hostilidades.

Israel tem pedido sistematicamente, com o respaldo das Nações Unidas e dos Estados Unidos, que o Líbano posicione seu exército no sul e desarme os guerrilheiros. Tendo em vista que a Síria efetivamente controla o Líbano, Israel considera ambos os governos responsáveis pelo fracasso das tentativas de impedir as provocações do Hezbolá, fracasso que tem forçado Israel a adotar medidas preventivas e retaliatórias a fim de proteger seus cidadãos e soldados.

Notas

[1] Jillian Becker. *The PLO*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1984, pág. 202, 279.
[2] *Jerusalem ReportPost* (28 de junho de 1982).
[3] Raphael Israeli, ed. *PLO in Lebanon*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1983, pág.7.
[4] Becker, pág. 205.
[5] *Washington Post* (16 de junho de 1982).
[6] Israeli, pág. 26-28.
[7] Entrevista com a Televisão de Israel (23 de julho de 1982).
[8] *Los Angeles Herald Examiner* (13 de julho de 1082), citado em Becker, pág. 153.
[9] *New York Times* (21 de junho de 1982).
[10] *New York Times* (14 de julho de 1982).
[11] *Washington Post* (25 de junho de 1982).
[12] *New York Times* (3 de julho de 1982).
[13] Joshua Muravchick. *Misreporting Lebanon*, *Policy Review* (inverno de 1983), pág. 60.
[14] Muravhcik, pág. 60.
[15] Zeev Schiff e Ehud Yaari. *Israel's Lebanon War*. New York: Simon and Schuster, 1984, pág. 70.
[16] Becker, pág. 212.
[17] Schiff and Yaari, pág. 257.
[18] *Washington Post* (18 de fevereiro de 1983).
[19] *New York Times* (19 de outubro de 1990).
[20] Becker, pág. 212.
[21] *Washington Post* (30 de janeiro de 2001).
[22] *Washington Pos* (30 de janeiro de 2001).
[23] Conselho de Segurança endossa a conclusão do secretário-geral sobre a retirada de Israel do Líbano em 16 de junho, *United Nations Press Release* (18 de junho de 2000).
[24] *Washington Post* (30 de janeiro de 2001).
[25] *New Yorker* (14 de outubro de 2002).
[26] Daniel Pipes. *Damascus Courts the West*. District of Columbia: The Washington Institute for Near East Policy, 1991, pág. 26.
[27] Becker, pág. 204-205.
[28] Patrick Seale. *Asad*. Berkeley: University of California Press, 1988, pág. 417.
[29] Pipes, pág. 27.
[30] *Al-Hayat* (9 de maio de 1991).
[31] *Al-Baath* (18 de fevereiro de 1992); *Washington Post* (31 de julho de 1991).
[30] Becker, pág. 131.
[31] *Near East Report* (7 de agosto de 1989).

12. As Guerras do Golfo

MITO

"A Guerra do Golfo de 1991 só existiu por causa de Israel".

FATO

Antes que o presidente dos EUA, George Bush, anunciasse a Operação Tempestade no Deserto, os críticos de Israel afirmavam que o governo de Tel-Aviv e seus aliados estavam pressionando Washington para iniciar uma guerra contra o Iraque. De acordo com esses críticos, o objetivo era eliminar a ameaça militar iraquiana. Entretanto, Bush deixou clara a posição dos EUA em seu discurso no dia 2 de agosto de 1990, ao dizer que os Estados Unidos tinham "interesses vitais de longo prazo" no Golfo Pérsico. Além disso, a "evidente agressão" do Iraque violara a Carta das Nações Unidas. O presidente expressou preocupação por outras pequenas nações da área, bem como pelos cidadãos americanos que viviam ou trabalhavam na região. "Vejo como uma responsabilidade fundamental da minha presidência a proteção de cidadãos americanos".[1]

Durante a crise do Golfo, o presidente e outros altos dirigentes do governo esclareceram que os interesses dos EUA – a começar pelo fornecimento de petróleo – foram ameaçados pela invasão iraquiana ao Kuwait.

A maioria dos americanos concordou com a decisão do presidente de ir à guerra. Foi o que se observou na pesquisa divulgada em conjunto pelo jornal *Washington Post* e pela rede ABC News, em 16 de janeiro de 1991: 76% aprovaram a declaração de guerra e 22% desaprovaram.[2]

É verdade que Israel via o Iraque como uma séria ameaça à sua segurança, dada a liderança iraquiana sobre as nações que rejeitavam qualquer acordo. As preocupações israelenses se mostraram justificadas depois que a guerra começou e o Iraque lançou 39 mísseis Scud contra populações civis em Israel. O governo de Tel-Aviv nunca pediu que soldados americanos lutassem por ele. Embora as forças israelenses estivessem preparadas para participar da Guerra do Golfo, não o fizeram a pedido dos Estados Unidos. Mesmo depois da provocação dos ataques com mísseis Scud, Israel atendeu aos apelos dos Estados Unidos para não responder.

MITO

"Os EUA não precisaram da ajuda de Israel na Guerra do Golfo".

FATO

Israel nunca quis desempenhar um papel importante no conflito do Golfo. Os americanos sabiam que os árabes não permitiriam que Israel ajudasse a

defendê-los; sabiam também que as tropas dos Estados Unidos tinham que intervir porque os países do Golfo não tinham capacidade de autodefesa. A atitude de Israel refletiu uma decisão política em resposta à solicitação dos Estados Unidos.No entanto, colaborou com a campanha vitoriosa dos EUA para rechaçar a agressão do Iraque. Por exemplo:

- O exército israelense era a única força militar da região que poderia desafiar com êxito o exército iraquiano. Esse fato, do qual Saddam Hussein estava ciente, foi um impedimento para novas agressões iraquianas.
- Ao advertir que tomaria medidas militares caso alguma tropa iraquiana entrasse na Jordânia, Israel garantiu, na prática, a integridade territorial do país vizinho contra a agressão iraquiana.
- Os Estados Unidos se beneficiaram do uso de mísseis aéreos Have Nap, de fabricação israelense, em seus bombardeiros B-52, e de aviões Pioneer, de reconhecimento por controle remoto, também fabricados por Israel.
- Israel forneceu, ainda, detectores de minas terrestres usados para limpar o caminho para as forças aliadas, nos campos minados iraquianos.
- Pontes móveis levadas de Israel, via Arábia Saudita, foram empregadas pelos fuzileiros navais americanos.
- Foi por recomendação dos israelenses que foram feitas mudanças de software que transformaram o Patriot num sistema de defesa antimíssil eficaz.
- A indústria aeronáutica de Israel desenvolveu tanques de combustível adaptados que ampliaram a autonomia dos aviões F-15 e foram usados no Golfo.
- A indústria militar americana General Dynamics fez modificações sugeridas pelos israelenses para aperfeiçoar a frota mundial de aviões F-16, incluindo detalhes estruturais, mudanças de software, aumento da capacidade do trem de pouso, aperfeiçoamento do sistema de rádio e modificações na eletrônica para aviões.
- Um sistema de mira de produção israelense aumentou a capacidade de ataque noturno dos helicópteros Cobra.
- Israel fabricou a lataria dos mísseis Tomahawk, de excelente rendimento.
- Os óculos para visão noturna usados pelas forças dos EUA foram fornecidos por Israel.
- Um sistema de alarme de baixa altitude produzido e desenvolvido em Israel foi usado nos helicópteros Blackhawk.
- Israel forneceu outros equipamentos às forças americanas, como coletes blindados, máscaras de gás e sacos de areia.

- Da mesma forma, abriu suas instalações militares e hospitalares. Os navios dos EUA usaram o serviço de manutenção e o apoio do estaleiro do porto de Haifa em seu caminho para o Golfo.
- Foram os israelenses que destruíram o reator nuclear do Iraque em 1981. Como conseqüência, as tropas dos EUA não encontraram um arsenal nuclear em Bagdá.

Como vimos, apesar da pouca participação no conflito, a cooperação israelense foi extremamente valiosa: ao longo dos anos, o serviço de inteligência militar de Israel preocupou-se com o Iraque ainda mais do que os serviços de inteligência americanos. Portanto, os israelenses estavam aptos a fornecer a Washington informações detalhadas de inteligência tática a respeito das atividades militares iraquianas. O então secretário de Defesa, Richard Cheney, reconheceu esse papel ao dizer que os Estados Unidos usaram informação israelense sobre a região ocidental do Iraque em sua busca por lançadores de mísseis Scud.[3]

MITO

"Israel foi beneficiado pela Guerra do Golfo".

FATO

É verdade que Israel se beneficiou da destruição da capacidade militar do Iraque pela coalizão encabeçada pelos Estados Unidos, mas o custo foi enorme.

Mesmo antes do início das hostilidades, Israel teve que rever o seu orçamento de defesa para manter suas forças em estado de alerta máximo. Os ataques dos mísseis iraquianos justificaram a prudência israelense em manter sua força aérea permanentemente no ar. A guerra exigiu que o orçamento de defesa fosse elevado em mais de US$ 500 milhões. Outro investimento de US$ 100 milhões foi necessário para a defesa civil.

Os 39 mísseis Scud que caíram em Tel-Aviv e Haifa causaram danos enormes: 3.300 apartamentos e outras construções foram afetados na Grande Tel-Aviv e 1.150 pessoas retiradas desses locais tiveram que ser alojadas em dezenas de hotéis, a um custo de US$ 20 mil por noite.

Além dos custos diretos da preparação militar e dos danos à propriedade, a economia israelense também foi afetada pela impossibilidade de muitos israelenses trabalharem sob as condições de emergência. A economia funcionou com 75% da capacidade normal durante a guerra, resultando num prejuízo líquido para o país de US$ 3,2 bilhões.[4]

O maior preço que Israel pagou foi o de vidas humanas. No total, 74 pessoas morreram em conseqüência dos ataques de Scuds – duas por impacto direto, quatro por asfixia provocada pelas máscaras de gás e as demais de ataques cardíacos.[5]

Um comitê das Nações Unidas que lida com pedidos de reparação contra o Iraque referentes à Guerra do Golfo de 1991 aprovou mais de US$ 31 milhões a serem pagos a empresas e indivíduos israelenses. A decisão de 1999 teve origem numa decisão de 1992 do Conselho de Segurança, exigindo que o Iraque indenize as vítimas da Guerra do Golfo.[6] Em 2001, a Comissão de Compensação das Nações Unidas destinou US$ 74 milhões a Israel, devido aos ataques dos mísseis Scud.

A Comissão rejeitou a maior parte do US$ 1 bilhão solicitado por Israel.[7]

MITO

"Israel nada fez para proteger os palestinos dos ataques dos Scuds".

FATO

O jornal *Los Angeles Times* reconheceu o dilema de Israel de distribuir máscaras de gás à sua população. A distribuição de máscaras de gás foi calculada segundo estimativas – baseadas em parte nas ameaças de Saddam Hussein, antes da guerra – dos locais onde o perigo para a população era maior. Foi dada prioridade, em primeiro lugar, à área costeira Tel-Aviv-Haifa, com uma forte e extensa densidade populacional, bem como a Jerusalém, a segunda cidade do país. Por ordem de prioridade, vinham áreas urbanas menores, seguidas das zonas rurais dentro de Israel e, finalmente, os territórios ocupados. A experiência corrobora a solidez dessa ordenação. Os cidadãos israelenses são os mais ameaçados pelas armas iraquianas ilegais, não os palestinos da Cisjordânia, que são partidários de Saddam.[8]

A grande maioria dos palestinos não escondeu seu apoio ao Iraque e muitos foram vistos sobre os telhados de suas casas festejando, enquanto choviam Scuds sobre as cidades israelenses.[9] Diante do apoio dos palestinos a Saddam Hussein e à preocupação do ditador iraquiano com eles, Israel considerou improvável que os territórios ocupados fossem atacados.

Os tribunais israelenses ordenaram que os militares distribuíssem máscaras de gás a todos os residentes dos territórios. Isso estava sendo feito, mas a guerra terminou antes que todos os palestinos as tivessem recebido.

Importante: não há notícias de que algum palestino tenha sido morto ou ferido por ataques de Scuds.

MITO

"O Iraque nunca foi uma ameaça para Israel".

FATO

Desde que chegou ao poder, o presidente iraquiano, Saddam Hussein, tornou-se um líder dos países árabes que rejeitavam qualquer acordo com Israel. Em

2 de abril de 1990, sua retórica tornou-se mais ameaçadora: "Juro por Deus que faremos com que o nosso fogo devore metade de Israel caso eles tentem fazer algo contra o Iraque".

Saddam afirmou que a capacidade das armas químicas de seu país só se comparava à dos Estados Unidos e à da União Soviética e que ele aniquilaria qualquer um que ameaçasse o Iraque com uma bomba atômica, usando "o dobro em agentes químicos".[10]

Muitos dias depois, Saddam declarou que a guerra com Israel não terminaria até que todo o território controlado pelos israelenses retornasse às mãos árabes e acrescentou que o Iraque poderia lançar armas químicas contra Israel a partir de diversos locais.[11] O líder iraquiano também fez a alarmante revelação de que, no caso de Israel atacar o Iraque, seus comandantes tinham liberdade para lançar contra-ataques sem consultar o Alto Comando. O chefe da Força Aérea iraquiana afirmou em seguida que tinha ordens para atacar Israel se os israelenses atacassem o Iraque ou qualquer outro país árabe.[12]

Em 18 de junho de 1990, Saddam afirmou na Conferência Islâmica, em Bagdá: "Caso eles (os israelenses) ataquem o Iraque ou os árabes, atacaremos com todas as armas que possuímos". Disse ainda que "a Palestina foi roubada" e exortou o mundo árabe a "recuperar os direitos usurpados na Palestina e libertar Jerusalém do cativeiro sionista".[13]

A ameaça de Saddam aconteceu após a revelação de que Grã-Bretanha e os Estados Unidos haviam frustrado uma tentativa de contrabando de detonadores nucleares Kryton, de fabricação americana, para o Iraque.[14] O serviço de inteligência britânico M16 preparara uma avaliação secreta três anos antes de Hussein ordenar um esforço máximo para desenvolver armas nucleares.[15] Depois que Saddam usou armas químicas contra sua própria população curda, em Halabja, em 1988, poucas pessoas duvidaram de sua determinação de usar armas nucleares contra judeus em Israel, se tivesse oportunidade.

Os temores israelenses aumentaram ainda mais devido a informações veiculadas na imprensa árabe, a partir de janeiro de 1990, de que Jordânia e Iraque haviam formado "batalhões militares conjuntos" compostos de unidades de terra, ar e mar. "Esses batalhões servirão como forças de emergência para fazer frente a qualquer agressão ou ameaça estrangeira contra qualquer um dos dois países", afirmou um jornal.[16] Além disso, dizia-se que os dois países haviam formado um esquadrão aéreo conjunto.[17] Este seria o primeiro passo para uma força militar árabe unificada, revelou o colunista jordaniano Munis al-Razaz: "Se não nos apressarmos em formar uma força militar árabe unificada, seremos incapazes de enfrentar as ambições sionistas apoiadas pelos EUA", afirmou.[18]

Dado o histórico da formação de alianças árabes como um prelúdio para um plano de ataque, Israel viu essas iniciativas e declarações com preocupação.

Em abril de 1990, funcionários da alfândega britânica encontraram tubos prontos para serem carregados sobre um navio iraquiano fretado, que se acreditava serem parte de um canhão gigante que permitiria a Bagdá lançar mísseis nucleares ou químicos sobre Israel ou Irã.[19] O Iraque negou que estivesse fabricando um "supercanhão", mas após a guerra soube-se que chegou a construir tal arma.[20]

O Iraque emergiu da sua guerra com o Irã como uma das maiores e mais bem equipadas forças militares do mundo. Tinha um milhão de soldados testados em batalha, mais de 700 aviões de combate, seis mil tanques, mísseis balísticos e armas químicas. Embora os EUA e seus aliados tenham conquistado uma vitória rápida, a magnitude do arsenal de Hussein só foi conhecida após a guerra, quando os investigadores das Nações Unidas encontraram evidências de um vasto programa para construir armas químicas e nucleares.[21]

O Iraque também serviu de base de grupos terroristas que ameaçavam Israel, entre eles a OLP e o Conselho Revolucionário Fatah de Abu Nidal.

Após a invasão iraquiana ao Kuwait, Saddam Hussein continuou ameaçando atacar Israel caso seu país fosse atacado pelos americanos. "Se os EUA nos atacarem", afirmou em dezembro de 1990, "Tel-Aviv será o próximo alvo, tenha ou não Israel participado do ataque".[22]

Numa entrevista coletiva após seu encontro com o secretário de Estado americano James Baker, em 9 de janeiro de 1991, o ministro das Relações Exteriores iraquiano, Tarik Aziz, foi perguntado se, no caso de guerra, o Iraque atacaria Israel. Ele respondeu: "Sim, com absoluta certeza".[23]

Por fim, Saddam cumpriu sua ameaça.

MITO

"Sadam Hussein jamais se interessou por armas nucleares".

FATO

Em 1981 Israel se convenceu de que o Iraque estava a ponto de produzir armas nucleares. Para impedir a fabricação de uma arma que, segundo acreditavam, seria certamente dirigida contra eles, os israelenses lançaram um ataque-surpresa e destruíram o complexo nuclear de Osirak. Israel foi muito criticado na época. Em 19 de junho, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou por unanimidade a incursão. Os críticos minimizaram a importância do programa nuclear do Iraque, argumentando que, pelo fato de Bagdá ter assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e permitido que suas instalações fossem inspecionadas, os temores israelenses eram infundados.

Só após o Iraque invadir o Kuwait é que dirigentes americanos passaram a reconhecer publicamente que Bagdá desenvolvia armas nucleares e estava muito mais próximo de alcançar seu objetivo do que se pensava antes.

Novamente, muitos críticos argumentaram que o governo dos EUA estava apenas buscando uma justificativa para uma guerra com o Iraque.

Meses depois, após as forças aliadas terem anunciado a destruição das instalações nucleares do Iraque, os inspetores das Nações Unidas descobriram que o programa de Saddam para fabricação de armas nucleares era maior até mesmo do que os israelenses imaginavam. Analistas pensavam que o Iraque era incapaz de enriquecer urânio para fabricação de bombas, mas os pesquisadores de Saddam usaram diversos métodos (inclusive um tido como obsoleto) que, acreditaram, teria permitido ao Iraque fabricar pelo menos uma bomba.

MITO

"A OLP manteve-se neutra na Guerra do Golfo".

FATO

OLP, Líbia e Iraque foram os únicos membros que se opuseram a uma resolução da Liga Árabe que pedia uma retirada iraquiana do Kuwait. Os líderes da Intifada enviaram um telegrama de felicitações a Sadam Hussein, descrevendo a invasão do Kuwait como o primeiro passo em direção à "libertação da Palestina".[24]

O líder da OLP, Yasser Arafat, desempenhou um papel decisivo na sabotagem de uma reunião árabe de cúpula convocada na Arábia Saudita a fim de discutir a invasão. Segundo o *New York Times,* Arafat "desviou a atenção da reunião de cúpula planejada e colaborou para que essa naufragasse" ao aparecer no Egito com um "plano de paz" concebido pelo ditador líbio Muamar Kadafi.[25]

Ibrahim Nafei, editor do jornal *Al-Ahram*, que testemunhou a cena, contou que Arafat se esforçou para derrubar qualquer resolução anti-iraquiana na reunião da Liga Árabe no Cairo, em agosto de 1990. Ele "foi de delegação em delegação, juntamente com Tarik Aziz, o ministro das Relações Exteriores iraquiano, que ameaçava abertamente alguns delegados do Golfo e outros árabes, dizendo que o Iraque iria virá-los de cabeça para baixo", escreveu Nafei.[26]

Em Amã, na Jordânia, um dirigente da OLP advertia que combatentes palestinos haviam chegado ao Iêmen. "Esperamos que eles façam operações suicidas contra as tropas dos EUA na Arábia Saudita, no caso de os americanos avançarem contra o Iraque", declarou. "Há mais de 50 mil combatentes palestinos" no Kuwait e no Iraque, prosseguiu, "que defenderão os interesses de Iraque".[27]

Abul Abas, do Comitê Executivo da OLP, ameaçou que "qualquer alvo americano irá se tornar vulnerável" no caso de os Estados Unidos atacarem o Iraque.[28]

Em Jenin, em 12 de agosto, mil palestinos marcharam gritando: "Saddam, você é um herói, ataque Israel com armas químicas".[29]

Segundo algumas fontes, a OLP desempenhou um papel ativo na conquista do Kuwait pelo Iraque. O planejamento logístico para a invasão iraquiana foi baseado, ao menos em parte, em dados de inteligência fornecidos por membros e partidários da OLP residentes no Kuwait. Um diplomata árabe foi citado pelo *London Independent* dizendo que, ao chegar ao Kuwait, funcionários iraquianos "foram imediatamente até suas casas e os levaram, dando ordens para que fossem trabalhar". A embaixada iraquiana havia compilado sua própria lista de kuwaitianos tidos como pessoas-chave, disse o diplomata. "Mas quem os ajudou? Quais foram os técnicos qualificados que trabalharam com os kuwaitianos e conheciam toda essa informação?", perguntou. "Os palestinos".[30]

> *"Os líderes do movimento pacifista de Israel expressaram repúdio às ações da OLP. Seria necessária uma máscara de gás para sobrepujar o 'fedor repulsivo e tóxico' da atitude da OLP quanto a Saddam Hussein, afirmou Yossi Sarid".* [31]
> *Outro ativista, Yaron London, escreveu em carta aberta aos palestinos dos territórios: "Esta semana vocês me provaram que fui um grande tolo por muitos anos. Quando vocês pedirem novamente meu apoio para os seus 'legítimos direitos', vão descobrir que seus gritos de apoio a Sadam entupiram meus ouvidos".*[32]

Quando os EUA passaram a concentrar tropas na Arábia Saudita, Arafat definiu a operação como uma "nova cruzada que pressagia os mais graves perigos e desastres para nossa nação árabe e islâmica". Também deixou clara a sua opinião sobre o conflito: "Só podemos estar na trincheira adversário do sionismo e de seus aliados imperialistas que estão hoje mobilizando tanques, aviões e toda sua avançada e sofisticada máquina de guerra contra nossa nação árabe".[33]

Assim que a guerra começou, o Comitê Executivo da OLP reafirmou apoio ao Iraque: "O povo palestino permanece firme ao lado do Iraque". No dia seguinte, Arafat enviou uma mensagem a Saddam saudando a luta do Iraque contra a "ditadura americana" e descrevendo o Iraque como "o defensor da nação árabe, dos muçulmanos e de todo homem livre".[34]

O entusiasmo de Arafat por Hussein ficou patente na ocasião: "Quero aproveitar esta oportunidade para reiterar a Vossa Excelência o grande orgulho que temos dos laços de fraternidade e do destino comum que nos une", disse em novembro de 1991. "Trabalhemos juntos até alcançar a vitória e libertar Jerusalém".[35]

MITO

"A Guerra do Golfo demonstrou por que os países árabes precisam de mais armas dos EUA".

FATO

Antes da invasão ao Kuwait, o Iraque tinha um dos maiores e mais poderosos exércitos do mundo. Nenhum dos países do Golfo era capaz de desafiar os iraquianos sem a ajuda direta dos EUA. O Kuwait é uma nação minúscula que recebera US$ 5 bilhões em armamentos e, mesmo assim, não teve qualquer chance de deter o Iraque.

Do mesmo modo, os Estados Unidos venderam à Arábia Saudita mais de US$ 40 bilhões em armas e equipamentos militares na última década do século XX. Entretanto, isso tampouco poderia ter impedido uma invasão iraquiana. Ao compreender esse fato, o rei Fahd finalmente permitiu que tropas americanas se estabelecessem em seu país. Não havia estrutura militar que pudesse compensar a pequena dimensão dos exércitos regulares nesses países.

Além disso, a rapidez com que o Iraque invadiu o Kuwait era um lembrete de que as armas americanas poderiam facilmente cair em mãos inimigas. Por exemplo, o Iraque se apossou de 150 mísseis antiaéreos Hawk de fabricação americana e de alguns veículos blindados do Kuwait.

MITO

"O Iraque deixou de ser uma ameaça a Israel após a Guerra do Golfo de 1991".

FATO

O Iraque não faz fronteira com Israel, mas desde 1948 tem sido um de seus inimigos mais declarados. O Iraque fez de Israel o principal alvo de seus ataques durante a Guerra do Golfo. Embora grande parte do seu arsenal de armas não-convencionais tenha sido destruída, o Iraque permaneceu como uma ameaça a longo prazo para a segurança de Israel. As revelações mais recentes de que o Iraque tinha ogivas biológicas com antrax e toxinas de botulismo prontas para o uso em 1990, e estava a ponto de concluir seu programa para adquirir capacidade nuclear, ressaltam o quanto Israel e a coalizão aliada estiveram próximos do desastre. Grande parte do arsenal de armas bacteriológicas de Bagdá ainda não foi descoberta.

Saddam ainda estava claramente empenhado em rearmar o Iraque. Grande parte do arsenal químico, as instalações nucleares e centenas de mísseis balísticos móveis sobreviveram intactos ao conflito e Iraque continuava resistindo aos esforços das Nações Unidas para destruí-los. Mesmo que tenha sido obrigado a destruir muitos dos mísseis Scud remanescentes, acredita-se que grande quantidade pode estar escondida. Além disso, assim que se levan-

tassem as sanções, Bagdá poderia reproduzir um artefato nuclear em três a cinco anos e renovar seus agentes químicos mortais em menos de dois anos.

Inspetores de armas das Nações Unidas foram expulsos do Iraque em 1998 e, dois anos depois, o Iraque testou uma série de mísseis balísticos de curto alcance, a fim de aperfeiçoar um novo sistema que poderia ser usado para construir mísseis com maior alcance.[36]

Os complexos militares e centros de pesquisa de mísseis onde estava sendo desenvolvido o míssil conhecido como al-Samoud foram bombardeados em dezembro de 1998 por aviões aliados, durante a Operação Raposa do Deserto. Nessa época, o Pentágono acreditava que a nova produção de mísseis de Saddam Hussein havia sido desativada por um ou dois anos. Todavia, o primeiro lançamento desse míssil ocorreu apenas seis meses depois.

Em janeiro de 2001, um desertor iraquiano declarou ao *Sunday Telegraph*, de Londres, que o Iraque havia adquirido duas bombas nucleares em condições de uso e estava trabalhando para produzir mais. Essa opinião foi ignorada, mas numerosos estudos indicam que Saddam Hussein estava perto de produzir armas nucleares e que o principal obstáculo vinha sendo a aquisição do material necessário à fissão nuclear.[37] Ninguém questionava o desejo de Hussein de adquirir armas de destruição em massa.

Em fevereiro de 2003, o secretário de Estado americano, Colin Powell, fez longa palestra no Conselho de Segurança das Nações Unidas e apresentou documentos de como o Iraque ocultara suas armas, enganara inspetores e estava dando continuidade a um programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, numa violação direta às resoluções da ONU. Embora não tenha apresentado provas de que o Iraque tivesse armas nucleares, Powell demonstrou que os iraquianos tinham armas químicas e biológicas e continuavam a trabalhar no desenvolvimento de armas nucleares.[38]

Enquanto isso, apesar de o Iraque ter acatado a Resolução 687 das Nações Unidas, que o proibia de permitir que qualquer organização terrorista atuasse em seu território, Bagdá ainda tinha contato com grupos e indivíduos envolvidos com o terrorismo, aos quais oferecia refúgio. Hussein também prometia publicamente pagar US$ 25 mil às famílias de terroristas palestinos.

MITO

"Os judeus americanos incitaram os EUA a lutar contra o Iraque em 2003 para ajudar Israel".

FATO

Um dos argumentos mais absurdos feito pelos oponentes da guerra contra o Iraque, em 2003, foi que os judeus americanos persuadiram o presidente George W. Bush a lançar uma campanha militar em favor de Israel. A verdade

é que Bush decidiu que o Iraque representava uma ameaça aos Estados Unidos porque tinha armas de destruição em massa e estava buscando obter uma capacidade nuclear que poderia ser usada diretamente contra os americanos ou transferida para terroristas que as usariam contra alvos americanos. A deposição de Saddam Hussein foi planejada também para eliminar um dos maiores patrocinadores do terrorismo.

A guerra no Iraque libertou o povo iraquiano de um dos regimes mais opressores do mundo. Até mesmo no mundo árabe, onde muita gente foi contra a ação americana, nenhum líder árabe saiu em defesa de Saddam Hussein.

É verdade que Israel se beneficia da eliminação de um regime que lançou 39 mísseis contra seu território em 1991, pagou palestinos para estimulá-los a atacar israelenses e liderou uma coalizão de países árabes comprometidos com a sua destruição. No entanto, também é verdade que muitos países árabes se beneficiaram da deposição de Saddam Hussein, em particular a Arábia Saudita e o Kuwait. Por isso, essas nações permitiram que as forças aliadas usassem seus países como base de operações.

Quanto ao papel dos judeus americanos, é importante lembrar que esses constituem menos de 3% da população dos EUA. A afirmação de que seriam os maiores defensores da guerra não condiz com a verdade. Pelo contrário, a comunidade judaica tinha divisões semelhantes às demais do país como um todo e a maioria das principais organizações judaicas evitara deliberadamente assumir qualquer atitude sobre a guerra. Enquanto isso, pesquisas de opinião pública mostraram que uma maioria significativa de americanos apoiou a política do seu presidente com relação ao Iraque.

Alguns críticos têm sugerido que proeminentes funcionários judeus do governo Bush empurraram os EUA para a guerra. Na verdade, poucos judeus fazem parte do governo americano e nenhum deles está entre os principais assessores de Bush – secretário de Defesa, secretário de Estado, vice-presidente ou assessor de Segurança Nacional.

A afirmação de que os judeus americanos são mais leais a Israel do que aos Estados Unidos ou de que têm uma influência imprópria sobre a política americana para o Oriente Médio é um exemplo de anti-semitismo. Infelizmente, alguns críticos da guerra no Iraque optaram pela velha tese de culpar os judeus por uma política com a qual discordavam, em vez de submeter seus argumentos ao debate.

Notas

[1] *Washington Post* (3 de agosto de 1990).
[2] *Washington Post* (17 de janeiro de 1991).
[3] *UPI* (8 de março de 1991).
[4] *Near East Report* (4 de fevereiro de 1991).
[5] *Jerusalem Post* (17 de janeiro de 1992).
[6] *Jewish Telegraphic Agency* (14 de abril de 1999).
[7] *Jewish Telegraphic Agency* (21 de junho de 2001).
[8] *Los Angeles Times* (28 de janeiro de 1991).
[9] *New York Post* (4 de fevereiro de 1991).
[10] *Reuters* (2 de abril de 1990).
[11] *Reuters* (18 de abril de 1990).
[12] *UPI* (22 de abril de 1990).
[13] *Baghdad Domestic Service* (18 de junho de 1990).
[14] *Washington Post* (29 de março de 1990).
[15] *Washington Times* (3 de abril de 1990).
[16] Al-Ittihad (26 de janeiro de 1990).
[17] *Rádio Monte Carlo* (17 de fevereiro de 1990).
[18] *Al-Dustur* (18 de fevereiro de 1990).
[19] *Reuters* (17 de abril de 1990).
[20] *Washington Post* (14 de agosto de 1991).
[21] *Washington Post* (8 de agosto de 1991).
[22] *Reuters* (26 de dezembro de 1990).
[23] Entrevista coletiva para a imprensa, transcrição de 9 de janeiro de 1991.
[24] *Middleast Mirror* (6 de agosto de 1990).
[25] *New York Times* (5 de agosto de 1990).
[26] *Al-Ahram* (12 de agosto de 1990).
[27] *UPI* (10 de agosto de 1990).
[28] *Reuters* (4 de setembro de 1990).
[29] *Associated Press* (12 de agosto de 1990).
[30] *Jerusalem Post* (8 de agosto de 1990).
[31] *Haaretz* (17 de agosto de 1990).
[32] *Yediot Aharonot* (agosto de 1990).
[33] *Sawt al-Sha'b* (4 de setembro de 1990).
[34] *Agência France-Presse* (26 de fevereiro de 1991).
[35] *Rede de Rádio Bagdá*, da República do Iraque (16 de novembro de 1991).
[36] *New York Times* (1 de julho de 2000).
[37] *Jerusalem Post* (29 de janeiro de 2001).
[38] Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, dirigido ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (5 de fevereiro de 2003).

13. As Nações Unidas

MITO

"A ONU tem desempenhado um papel construtivo no Oriente Médio. O histórico de imparcialidade e de equilíbrio faz dela um fórum ideal para lidar com a disputa árabe-israelense".

FATO

A partir de meados da década de 1970, criou-se um bloco constituído de árabes, soviéticos e países do Terceiro Mundo para formar o que viria a ser um *lobby* pró-palestino nas Nações Unidas. Isso era particularmente verdadeiro na Assembléia Geral, na qual esses países – quase todos ditaduras ou autocracias – freqüentemente votavam juntos para aprovar resoluções que atacavam Israel e apoiavam a OLP.

Em 1974, por exemplo, a Assembléia Geral convidou Yasser Arafat para se pronunciar. Ele compareceu com um coldre amarrado na cintura. Em seu discurso, Arafat disse que carregava uma arma numa mão e um ramo de oliveira na outra (ele deixou a arma antes de entrar no salão). Um ano depois, instigada pelos países árabes e o bloco soviético, a Assembléia aprovou a Resolução 3.379, que difamava o sionismo ao considerá-lo uma forma de racismo.

O embaixador americano Daniel Moynihan considerou a resolução um "ato obsceno". O embaixador israelense Chaim Herzog disse a seus colegas delegados que a resolução estava "baseada em ódio, falsidade e arrogância". "Hitler", ele declarou, "iria sentir-se em casa ouvindo o debate das Nações Unidas sobre a medida".[1]

Em 16 de dezembro de 1991 a Assembléia revogou a Resolução 3.379 por 111 votos contra 25 (com 13 abstenções e 17 delegações ausentes ou que não votaram). Nenhum país árabe votou pela revogação. A OLP condenou a votação e o papel dos EUA.

Como Herzog destacou, a organização desenvolveu uma perspectiva de "Alice no País das Maravilhas" sobre Israel. "No edifício das Nações Unidas (Alice) teria tão somente que usar uma estrela de Davi para ouvir, a cada instante, o imperioso 'cortem-lhe a cabeça'". Herzog sublinhou que a OLP havia citado uma resolução das Nações Unidas de 1974 condenando Israel como justificativa para detonar uma bomba em Jerusalém.[2]

A votação em bloco também permitiu, em 1975, a criação do Comitê sobre os Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, pró-OLP. Na prática, o painel fez parte do aparato de propaganda da OLP, emitindo selos, organizando reuniões, preparando filmes e redigindo resoluções de apoio aos "direitos" palestinos.

Em 1976, esse comitê recomendou "a implementação plena dos direitos inalienáveis do povo palestino, incluindo o retorno à parte israelense da Palestina". Também recomendou que o 29 de novembro – dia em que as Nações Unidas aprovaram a partilha da Palestina em 1947 – fosse declarado um Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Desde então, tem sido comemorado nas Nações Unidas com discursos, filmes e exposições anti-Israel. Com as objeções dos Estados Unidos, estabeleceu-se uma unidade especial sobre a Palestina como parte do Secretariado das Nações Unidas.

Israel é objeto de mais comitês investigativos, representantes especiais e relatores do que qualquer outro país do sistema das Nações Unidas. O representante especial do diretor-geral da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) visitou Israel 51 vezes ao longo de 27 anos de atividade. O diretor-geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho) tem enviado anualmente uma "missão especial" a Israel e aos territórios ao longo dos últimos 17 anos.

A Comissão de Direitos Humanos adota rotineiramente resoluções desproporcionais com respeito a Israel. De todas as condenações dessa agência, 26 se referem a Israel, enquanto países como Síria e Líbia, que se esmeram em violações, jamais são criticados.[3]

Os Estados Unidos têm reagido energicamente aos esforços de politização das Nações Unidas. Em 1977, os EUA se retiraram da OIT por dois anos devido à atitude anti-Israel. Em 1984, deixaram a Unesco em parte devido à inclinação contra Israel, mas anunciaram em setembro de 2002 que retornariam à organização. De 1982 a 1989, os países árabes buscaram negar a Israel uma cadeira na Assembléia Geral ou impor condições especiais à sua participação. Só uma obstinada campanha de apoio liderada pelos Estados Unidos impediu que obtivessem êxito. Em 2001, os EUA se uniram a Israel no boicote à Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, quando ficou evidente que havia se tornado um festival de linchamento de Israel.

Enquanto o processo de paz árabe-israelense, lançado em 1991 em Madri, está estruturado com base em negociações diretas entre as partes, a ONU menospreza constantemente esse princípio. Os acordos de Oslo estão fundamentados na idéia de conversações bilaterais para solucionar as diferenças entre israelenses e palestinos. Todavia, a Assembléia em geral adota resoluções que buscam impor soluções sobre pontos críticos, tais como Jerusalém, as Colinas de Golã e os assentamentos. Ironicamente, as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU propunham negociações bilaterais que são combatidas sistematicamente pelas resoluções da Assembléia Geral. Portanto, o histórico até o presente momento indica que as Nações Unidas não têm desempenhado um papel construtivo para a solução do conflito árabe-israelense.

MITO

"Tem sido negado aos palestinos o direito de expressão na ONU".

FATO

Além do apoio que os palestinos têm recebido dos árabes e do mundo islâmico, bem como da maioria dos demais membros das Nações Unidas, a ONU lhes dispensa um tratamento especial desde 1975, quando a Assembléia Geral concedeu status de representatividade permanente à OLP, que abriu um escritório no centro de Manhattan.

Em 1988, o status da OLP foi elevado quando a Assembléia Geral a designou como Palestina. Dez anos depois, a Assembléia Geral colocou em votação a concessão, aos palestinos, do status de único membro não-votante entre seus 185 membros. A votação foi arrasadora: 124 a favor e quatro contra, com dez abstenções. Os países que se opuseram à resolução foram Israel, Estados Unidos, Micronésia e Ilhas Marshall.

Os representantes palestinos agora podem apresentar o tema do processo de paz na Assembléia Geral, colaborar na redação de resoluções sobre a paz no Oriente Médio e ter direito de resposta. Eles ainda não têm poder de voto nem podem indicar candidatos para comitês das Nações Unidas, tais como o Conselho de Segurança. Os árabes haviam tentado obter originalmente poderes maiores, inclusive o direito de se sentar com outros países independentes e apresentar resoluções, mas aceitaram as condições depois que os europeus lhes disseram que só apoiariam a resolução caso os itens políticos mais controversos fossem removidos. Ainda assim, seu status dá aos palestinos privilégios de procedimento que excedem aqueles de outros grupos com status de observadores nas Nações Unidas, como a Suíça ou o Vaticano.

MITO

"Israel tem os mesmos direitos que qualquer outro membro da ONU".

FATO

Em 30 de maio de 2000, houve um avanço nos 50 anos de exclusão dos israelenses de organismos das Nações Unidas, quando Israel aceitou um convite para se tornar membro temporário do grupo regional WEOG – Western Europeans and Others Group (Grupo dos Europeus Ocidentais e Outros). Embora apenas temporário, esse passo histórico poderia acabar finalmente com a discriminação das Nações Unidas contra Israel e abrir as portas para a participação israelense no Conselho de Segurança.

"O que ocorre no Conselho de Segurança 'assemelha-se mais a um assalto do que a um debate político ou um esforço para a solução de um problema".

– Jeane Kirkpatrick,
ex-embaixadora dos EUA nas Nações Unidas[4]

Israel é o único membro das Nações Unidas excluído de um grupo regional. Geograficamente, pertence ao grupo asiático; todavia, os países árabes têm barrado sua atuação. Sem participação num grupo regional, Israel não pode se sentar no Conselho de Segurança nem em qualquer outro organismo-chave das Nações Unidas.

O WEOG é o único grupo regional que é mais geopolítico do que puramente geográfico, ou seja, trata-se de um grupo de países que compartilham um denominador democrático ocidental comum. O WEOG tem 27 membros – todos os países da Europa Ocidental e os "outros", que são Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos.

A participação de Israel no WEOG é rigidamente limitada. A cada quatro anos, Israel tem que solicitar novamente sua admissão, posto que seu status é apenas temporário. Não lhe foi permitido indicar candidatos para as cadeiras vagas em qualquer organismo das Nações Unidas por dois anos e não está apto a competir por seus principais organismos, tais como o Conselho Econômico e Social, por um período mais longo. Os representantes israelenses tampouco puderam concorrer a postos no Conselho das Nações Unidas durante os dois primeiros anos.

Além dessas restrições, Israel só tem permissão para participar das atividades do WEOG no escritório das Nações Unidas em Nova York; está excluído das discussões e consultas do WEOG nos escritórios da ONU em Genebra, Nairobi, Roma e Viena. Portanto, Israel não pode participar das conversações sobre direitos humanos, racismo e uma série de outros temas discutidos nesses lugares.

Em fevereiro de 2003, Israel foi eleito para integrar, na Assembléia Geral da ONU, no Grupo de Trabalho sobre o Desarmamento, o seu primeiro posto num comitê desde 1961 (após este ano a ONU dividiu seus membros em grupos regionais, quando então Israel ficou isolado). Um representante israelense foi eleito como um dos três vice-presidentes e recebeu votos do Irã e de diversos países árabes. Por outro lado, no mesmo mês um candidato israelense foi derrotado para ocupar uma posição no comitê das Nações Unidas pelos direitos da criança. Um ano antes, candidatos israelenses também perderam votos para posições, respectivamente, nos comitês das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, Eliminação da Discriminação Contra Mulheres e Discriminação Racial.[5]

Israel ainda espera ser admitido, um dia, como membro no grupo asiático.

MITO

"A ONU e seus organismos criticam Israel, mas nunca se envolvem na retórica anti-semita".

FATO

As Nações Unidas têm condenado virtualmente toda forma de racismo. Estabelecem programas para combater o racismo e suas múltiplas facetas – inclusive a xenofobia –, mas têm se recusado sistematicamente a fazer o mesmo contra o anti-semitismo. Foi apenas em 24 de novembro de 1998, mais de 50 anos depois da fundação da ONU, que a palavra anti-semitismo foi mencionada pela primeira vez numa resolução das Nações Unidas, aparecendo quase no fim da Resolução A/53/623 da Assembléia Geral, "Eliminação do Racismo e da Discriminação Racial".[6]

Desde o início da década de 1970, a própria ONU foi permeada de sentimentos anti-semitas e anti-sionistas. Os exemplos seguintes ilustram quão pesada a atmosfera se tornou:

- "Não são os judeus que exploram o povo americano e tentam diminuí-lo?". Ali Treiki, representante líbio na ONU.[7]
- "O *Talmud* diz que se um judeu não beber todos os anos o sangue de um homem não-judeu estará condenado pela eternidade". – Marouf al-Dawalibi, delegado da Arábia Saudita diante da conferência sobre tolerância religiosa da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas de 1984.[8] Comentário semelhante foi feito pelo embaixador sírio na reunião de 1991, insistindo que judeus matavam crianças cristãs a fim de usar o sangue para preparar *matsót* (pães ázimos).[9]
- Em 11 de março de 1997, o representante palestino na Comissão de Direitos Humanos da ONU denunciou que o governo israelense havia infectado 300 crianças palestinas com o vírus HIV. Apesar dos esforços de Israel, Estados Unidos e outros países, essa acusação permanece nos anais das Nações Unidas.[10]

MITO

"A revogação, em 1991, da resolução que difama o sionismo demonstra que a ONU não tem mais preconceito contra Israel".

FATO

A votação não indicou o fim da inclinação da ONU contra Israel. No mesmo mês, a Assembléia Geral aprovou quatro resoluções unilaterais sobre o Oriente Médio. Em 9 de dezembro de 1991, o modo de Israel lidar com a Intifada foi condenado por 150 votos a 2. No dia 11, uma resolução pedindo uma conferência de paz patrocinada pelas Nações Unidas e incluindo a OLP foi

aprovada por 104 votos a 2; e por 142 votos a 2 aprovou-se a condenação da conduta israelense com relação aos palestinos dos territórios. Em 16 de dezembro – mesmo dia em que foi revogada a medida sobre o sionismo – as Nações Unidas aprovaram por 152 votos a 1, com abstenção dos Estados Unidos, um pedido para Israel rescindir uma resolução do Knesset (o Parlamento israelense) que declara Jerusalém como sua capital, exigindo a sua retirada dos "territórios ocupados", inclusive Jerusalém, e denunciando a administração israelense das Colinas de Golã. Outra resolução expressava o apoio à autodeterminação palestina e ao direito de retorno dos refugiados palestinos.

O voto de revogação foi prejudicado pelo fato de 13 dos 19 países árabes – inclusive aqueles envolvidos em negociações com Israel: Síria, Líbano e Jordânia – terem votado a favor de manter a resolução, como fez a Arábia Saudita. Seis deles, inclusive o Egito – que atuou contra a revogação – estiveram ausentes.

O *New York Times* destacou que os árabes "votaram mais uma vez para impugnar o direito de existência do Estado judeu". "O fato de, até agora, a maioria dos países árabes ainda se agarrar a essa desonrosa e viciada doutrina prejudica o que seria, de outra maneira, um triunfo tardio da razão e da consciência".[11]

MITO

"Ainda que a Assembléia Geral da ONU seja tendenciosa, o Conselho de Segurança é equilibrado em relação ao Oriente Médio".

FATO

Uma análise cuidadosa das ações do Conselho de Segurança para o Oriente Médio mostra que ele tem sido um pouco melhor do que a Assembléia Geral em seu tratamento com Israel. Os candidatos ao Conselho de Segurança são indicados por blocos regionais. No Oriente Médio, isso significa que em geral é incluída a Liga Árabe e há uma ampla justificativa para a conclusão da professora Anne Bayefsky, da York University, Canadá, que escreveu sobre o sistema dos Direitos Humanos da ONU: "Essa é a ferramenta daqueles que querem fazer de Israel o violador arquetípico dos direitos humanos do mundo hoje em dia. Trata-se da criação de um campo para o anti-semitismo, de um refúgio para aqueles que relativizam a moral. Em suma, é um escândalo".[12]

Israel, que passou a fazer parte da ONU em 1949, nunca foi eleito para o Conselho de Segurança, enquanto pelo menos 16 membros da Liga Árabe já o foram. A Síria, uma nação que está na lista americana de países que patrocinam o terrorismo, iniciou um período de dois anos como membro do Conselho de Segurança em 2002 e atuou como presidente do organismo em junho do mesmo ano.

Os debates sobre Israel são abundantes e o Conselho de Segurança tem condenado o Estado judeu repetidas vezes, porém jamais adotou uma

resolução criticando a OLP ou os ataques árabes a Israel. Sessões especiais de emergência da Assembléia Geral são raras. Jamais foi convocada uma sessão quanto às ocupações chinesa do Tibete, indonésia de Timor Leste, síria do Líbano, as matanças em Ruanda, os desaparecimentos no Zaire ou os horrores da Bósnia. Por quase duas décadas, essas sessões foram convocadas fundamentalmente para condenar Israel.

MITO

"Os EUA sempre apóiam Israel na ONU".

FATO

Muita gente acredita que sempre se pode contar com os Estados Unidos no apoio a Israel por meio do seu veto no Conselho de Segurança da ONU. Contudo, os registros históricos mostram que os Estados Unidos quase sempre se opõem a Israel no Conselho.

Em 1990, por exemplo, Washington votou a favor de uma resolução do Conselho de Segurança condenando a maneira como Israel agiu na revolta do Monte do Templo, no início daquele mês. Ao mesmo tempo em que destacava "os atos de violência cometidos pelas forças de segurança israelenses", a resolução deixava de mencionar a violência árabe que a precedeu.

Em dezembro de 1990, os Estados Unidos se juntaram à condenação a Israel pela expulsão de quatro líderes do grupo terrorista islâmico Hamas. As deportações vieram em resposta a numerosos crimes cometidos pelo Hamas contra árabes e judeus. O mais recente havia sido o assassinato de três civis israelenses numa fábrica de Iafo alguns dias antes. A resolução não proferiu uma palavra sobre o Hamas e seus crimes, descreveu Jerusalém como "território ocupado", declarou que os palestinos deveriam ser "protegidos de Israel" e pediu aos países membros da Convenção de Genebra que garantissem a sua aceitação por Israel. Era a primeira vez que o Conselho de Segurança invocava a Convenção contra um país-membro.

Em janeiro de 1992, os Estados Unidos apoiaram uma resolução unilateral que condenava Israel pela expulsão de 12 palestinos, membros de grupos terroristas responsáveis por atos de violência igualmente contra árabes e judeus. A resolução, que descrevia Jerusalém como "território ocupado", não fez menção aos eventos que provocaram as expulsões: o assassinato de quatro civis judeus por radicais palestinos desde outubro.

Em 1996, os Estados Unidos apoiaram uma iniciativa saudita de condenação de Israel pela abertura de um túnel nos arredores da mesquita de Al-Aksa. Na verdade, o túnel, que permite aos visitantes ver o comprimento do muro ocidental do Monte do Templo, está absolutamente distante da mesquita. Israel foi culpado por reagir a ataques violentos de palestinos que protestavam contra a abertura do túnel.

Os Estados Unidos só emitiram o seu primeiro veto em 1972, sobre uma denúncia sírio-libanesa contra Israel. De 1967 a 1972, apoiaram ou se abstiveram em 24 resoluções, em sua maioria críticas a Israel. De 1973 a 2003, o Conselho de Segurança adotou aproximadamente cem resoluções sobre o Oriente Médio – novamente, a maioria delas críticas a Israel. Os EUA vetaram ao todo 37 resoluções e, daí em diante, apoiaram as críticas do Conselho contra Israel ou se abstiveram em aproximadamente dois terços das vezes.[13]

Em julho de 2002, os Estados Unidos alteraram sua política e anunciaram que vetariam qualquer resolução do Conselho de Segurança sobre o Oriente Médio que não condenasse o terrorismo palestino e considerasse Hamas, Jihad Islâmica e Mártires de Al-Aksa como os grupos responsáveis pelos ataques. Os EUA também afirmaram que as resoluções devem mencionar que qualquer retirada israelense está vinculada à situação de segurança e que ambos os lados devem ser chamados a buscar um acordo negociado.[14] Os árabes ainda podem se desviar dos Estados Unidos, recorrendo à Assembléia Geral, onde as resoluções de cumprimento não-obrigatório são aprovadas por maioria de votos e é garantido o apoio a praticamente qualquer resolução anti-Israel.

MITO

"Os árabes aliados dos EUA sempre votam com os americanos na ONU".

FATO

Em 2002, o Kuwait foi a única nação árabe a votar com mais freqüência ao lado dos Estados Unidos e em apenas 26,5% das resoluções. Os demais países árabes, inclusive os aliados Arábia Saudita, Jordânia e Egito, votaram contra os EUA em 80% das vezes ou mais. Como grupo, em 2002 os países árabes votaram contra os EUA em 83,4% das resoluções. Em contrapartida, Israel tem sido, de maneira consistente, o maior aliado dos EUA na ONU. Israel votou ao lado dos Estados Unidos em 92,6% das vezes em 2002, atrás apenas de Palau e Ilhas Marshall e ultrapassando os níveis de apoio dos principais aliados americanos, como Grã-Bretanha, França e Canadá, em mais de 30% das votações.[15]

> *"A ONU tem a imagem de uma organização mundial baseada em princípios universais de justiça e igualdade. Na realidade, quando as fichas estão baixadas, não é mais do que o comitê executivo das ditaduras do Terceiro Mundo".*
>
> **– Jeane Kirkpatrick,**
> **ex-embaixadora dos EUA nas Nações Unidas.[16]**

MITO

"A recusa de Israel a implementar as resoluções da ONU é uma violação da lei internacional".

FATO

As resoluções das Nações Unidas são documentos emitidos por organismos políticos e devem ser interpretadas à luz da sua constituição. Elas representam mais os pontos de vista políticos daqueles que as respaldam do que o corpo de qualquer princípio ou norma legal em particular. As resoluções podem ter força moral e política quando são percebidas como a expressão de consenso da comunidade internacional ou dos pontos de vista de nações poderosas, respeitadas e com liderança.

A Carta da ONU (Artigos 10 e 14) delega especificamente à Assembléia Geral apenas fazer recomendações não-obrigatórias. As resoluções da Assembléia são consideradas obrigatórias apenas em relação a questões orçamentárias e de procedimento interno.

A legalidade das resoluções do Conselho de Segurança é mais ambígua. Não está claro se todas as resoluções são de cumprimento obrigatório ou apenas aquelas adotadas conforme o Capítulo 7 da Carta.[17] Segundo o Artigo 25 da Carta, os estados-membros das Nações Unidas são obrigados a acatar "as decisões do Conselho de Segurança que estejam em conformidade com a presente Carta", mas não fica claro quais tipos de resoluções são definidos pelo termo decisões. Não obstante, seria difícil demonstrar que Israel tenha violado qualquer resolução do Conselho de Segurança segundo seu enunciado e o Conselho nunca sancionou Israel por falta de acatamento.

Notas

1 Chaim Herzog. *Who Stands Accused?* New York: Random House, 1978, pág. 4-5.

2 Herzog, pág. 130.

3 Missão de Israel para a ONU.

4 *New York Times* (31 de março de 1983).

5 Anne Bayefsky. *Israel Second-Class Status at the UN*, *National Post* (18 de fevereiro de 2003).

6 *Israel and the UN – An Uneasy Relationship*, Missão de Israel para a ONU.

7 Discurso nas Nações Unidas em 8 de dezembro de 1983, citado em Harris Schoenberg. *Mandate For Terror: The United Nations and the PLO*. New York: Shapolsky, 1989, pág. 296.

[8] Discurso num seminário das Nações Unidas sobre tolerância religiosa e liberdade, em 5 de dezembro de 1984, citado na Liga de Anti-Difamação (7 de fevereiro de 1985).

[9] Morris Abram. *Israel Under Attack: Anti-Semitism in the United Nations*, *The Earth Times* (16 a 31 de dezembro de 1997).

[10] Ibid.

[11] *New York Times* (17 de dezembro de 1991).

[12] Anne Bayefsky. *Israel Second-Class Status at the UN*, *National Post* (18 de fevereiro de 2003).

[13] Morris Abram. *Anti-Semitism in the United Nations*, *UN Watch* (fevereiro de 1998).

[14] *The Washington Post* (26 de julho de 2002) Departamento de Estado dos Estados Unidos.

[15] *Voting Practices at the United Nations – 2002*, Departamento de Estado dos Estados Unidos.

[16] *Jerusalem Post* (5 de setembro de 2001).

[17] Bruno Simma, ed. *The Charter of the United Nations: A Commentary*. New York: Oxford University Press, 1994, pág. 237-241; 407-418.

14. Os Refugiados

MITO

"Um milhão de palestinos foram expulsos por Israel entre 1947 e 1949".

FATO

Os palestinos deixaram seus lares entre 1947 e 1949 por uma série de razões. Prevendo uma guerra, milhares de árabes ricos se foram, outros milhares foram convencidos por seus líderes a saírem do caminho dos exércitos invasores e alguns foram expulsos de casa. A maioria simplesmente fugiu para não ficar no fogo cruzado de uma batalha.

Muitos árabes afirmam que entre 800 mil e um milhão de palestinos tornaram-se refugiados entre 1947 e 1949. O último censo feito pelos britânicos, em 1945, encontrou 1,2 milhão de árabes residentes permanentes na Palestina. Um censo do governo de Israel de 1949 contou 160 mil árabes vivendo no país após a guerra. Em 1947, 809.100 árabes viviam na mesma área.[1] Isso significa que não mais que 650 mil árabes palestinos poderiam ter se tornado refugiados. Um relatório do mediador das Nações Unidas para a Palestina chegou a um número ainda menor (472 mil) e calculou que apenas 360 mil refugiados árabes necessitavam de auxílio.[2]

Embora tenha se ouvido falar muita coisa sobre a situação dos refugiados palestinos, pouco se diz sobre os judeus que fugiram dos países árabes. Durante os debates das Nações Unidas em 1947, os líderes árabes os ameaçaram. Por exemplo, o delegado do Egito afirmou na Assembléia Geral: "A vida de um milhão de judeus nos países muçulmanos seria posta em perigo com a partilha".[3]

O número de judeus que fugiram dos países árabes nos anos que se seguiram à independência de Israel foi quase o dobro do de árabes que deixaram a Palestina. Muitos judeus só tiveram permissão para levar pouco mais do que a roupa do corpo. Esses refugiados não desejavam ser repatriados. Pouco se sabe deles porque não permaneceram como refugiados por muito tempo.

Dos 820 mil refugiados judeus entre 1948 e 1972, 586 mil foram reassentados em Israel a um custo muito alto e sem qualquer compensação dos governos árabes que confiscaram seus patrimônios.[4] Em conseqüência disso, Israel sustenta que qualquer acordo para compensar os refugiados palestinos também deve incluir a compensação árabe pelos refugiados judeus. Até agora os países árabes têm se recusado a pagar qualquer quantia às centenas de milhares de judeus que foram obrigados a abandonar suas propriedades naqueles países. Até novembro de 2003, 101 das 681 resoluções da ONU sobre o conflito do Oriente Médio referiram-se diretamente aos refugiados palestinos. Nenhuma mencionou os refugiados judeus dos países árabes.[5]

O contraste entre a recepção a refugiados judeus e palestinos é ainda maior quando se leva em conta a diferença no deslocamento cultural e geográfico experimentado pelos dois grupos. A maioria dos refugiados judeus viajou centenas – alguns viajaram milhares – de quilômetros até um pequeno país cujos habitantes falavam um língua diferente. A maioria dos refugiados árabes jamais saiu de fato da Palestina; eles viajaram uns poucos quilômetros até o outro lado da linha de armistício, permanecendo dentro da vasta nação árabe da qual são parte lingüística, cultural e étnica.

MITO

"Os judeus deixaram claro, desde o início, que não tinham intenção de viver em paz com seus vizinhos árabes".

FATO

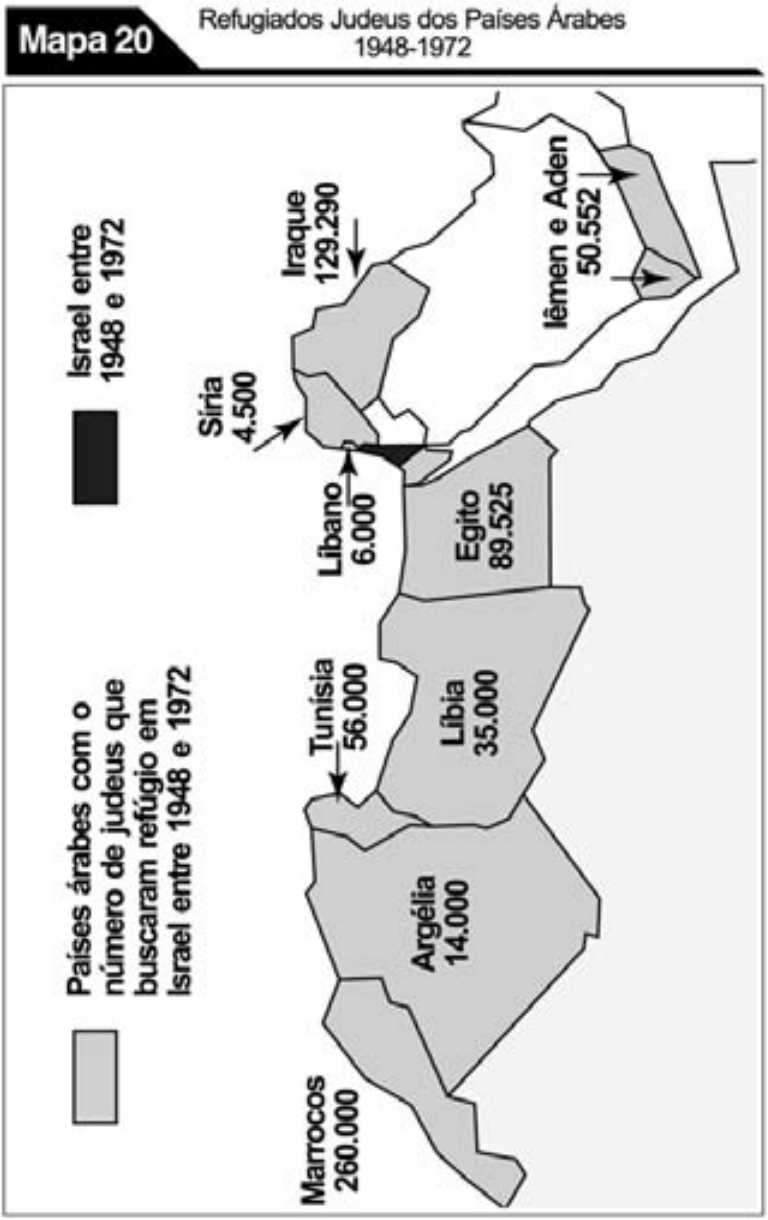
Em numerosas ocasiões, os líderes judeus aconselharam os árabes a permanecer na Palestina e a se tornarem cidadãos de Israel. A Assembléia dos Judeus Palestinos apresentou esse apelo em 2 de outubro de 1947:

> "Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para manter a paz e estabelecer uma cooperação benéfica a ambos (judeus e árabes). É agora, aqui e agora, a partir de Jerusalém, que deve partir um chamado às nações árabes para unir forças com os judeus e o futuro Estado judeu e trabalhar lado a lado por nosso bem comum, pela paz e pelo progresso de soberanias equivalentes.[6]

Em dia 30 de novembro, dia seguinte à aprovação da partilha na ONU, a Agência Judaica anunciou: "Por trás das celebrações espontâneas que estamos testemunhando hoje está o desejo de nossa comunidade de buscar a paz e sua determinação de alcançar uma cooperação frutífera com os árabes..." [7]

A proclamação da independência de Israel, em 14 de maio de 1948, também convidou os palestinos a permanecer em seus lares e a se tornar cidadãos em igualdade de condições no novo país:

> "Em meio a uma agressão gratuita, não obstante, clamamos aos habitantes árabes do Estado de Israel a preservar os caminhos para a paz e fazer a sua parte no desenvolvimento do país, com base numa cidadania plena e igualitária e por intermédio de representatividade em todos os organismos e instituições... Estendemos nossas mãos num gesto de paz e boa vizinhança a todos os países vizinhos e a seus povos e os convidamos a cooperar com a nação judaica independente pelo bem comum de todos".


Mapa 20
Refugiados Judeus dos Países Árabes
1948-1972
Israel entre
1948 e 1972
Países árabes com o
número de judeus que
buscaram refúgio em
Israel entre 1948 e 1972
Marrocos
260.000
Argélia
14.000
Tunísia
56.000
Líbia
35.000
Egito
89.525
Líbano
6.000
Síria
4.500
Iraque
129.290
Iêmen e Aden
50.552

MITO

"Os judeus criaram o problema dos refugiados ao expulsar os palestinos".

FATO

Se os árabes tivessem aceitado a resolução da ONU de 1947, nenhum palestino teria se tornado refugiado e existiria agora um país árabe independente ao lado de Israel. A responsabilidade pelo problema dos refugiados é dos árabes. O êxodo árabe começou nas semanas seguintes ao anúncio da partilha do território pelas ONU. Os primeiros a deixar o país foram 30 mil árabes ricos que previram a guerra iminente e fugiram para os países vizinhos para esperar o fim das batalhas. Os menos abastados de cidades mistas da Palestina se mudaram para outras totalmente árabes e foram morar com parentes e amigos. (8) No fim de janeiro de 1948, o êxodo era tão alarmante que o Supremo Comitê da Palestina Árabe pediu aos países árabes vizinhos que se recusassem a fornecer vistos de entrada a esses refugiados e lhes fechassem suas fronteiras.[9]

Em 30 de janeiro de 1948, o jornal *Ash Sha'ab,* da cidade de Iafo, publicou: "Os desertores abandonam suas casas e seus negócios e vão viver em outro lugar qualquer... Ao primeiro sinal de problemas, colocam o pé na estrada para não compartilhar o fardo da luta".[10]

Outro jornal de Iafo, *As Sarih* (30 de março de 1948), criticou os habitantes dos povoados árabes próximos a Tel-Aviv por "trazerem desgraça a todos nós ao abandonar os povoados".[11]

Enquanto isso, um líder do Comitê Nacional Árabe em Haifa, Hajj Nimer el-Khatib, afirmou que soldados árabes em Iafo estavam maltratando os residentes. "Eles roubavam pessoas e lares. A vida tinha pouco valor e a honra das mulheres era manchada. Esse estado de coisas levou muitos residentes (árabes) a deixarem a cidade sob proteção de tanques britânicos".[12]

John Bagot Glubb, comandante da Legião Árabe da Jordânia, afirmou: "Com freqüência, os povoados eram abandonados ainda antes de serem ameaçados pelo avanço da guerra".[13]

As reportagens da época não mencionaram qualquer caso de expulsão de árabes pelas forças judaicas. Referem-se aos árabes sempre como pessoas que estavam fugindo. Enquanto os sionistas são acusados de "expulsar e desapropriar" os habitantes árabes de cidades como Tiberíades e Haifa, a verdade é bem diferente. De acordo com o plano de partilha das Nações Unidas, as duas cidades estavam dentro das fronteiras do Estado judeu e tanto judeus como árabes lutaram por elas. As forças judaicas tomaram Tiberíades em 19 de abril de 1948 e toda a população de seis mil árabes foi retirada sob supervisão militar britânica. Posteriormente, o Conselho da

Comunidade Judaica publicou a seguinte declaração: "Não os desapropriamos; eles mesmos optaram por isso (...) Que nenhum cidadão toque em suas propriedades".[14]

No início de abril, 25 mil árabes deixaram a região de Haifa após uma ofensiva das forças irregulares lideradas por Fawzi al-Cawukji, ao ouvirem rumores de que aviões árabes estavam prestes a bombardear as áreas judaicas ao redor do Monte Carmelo.[15] Em 23 de abril, a Haganá (força de defesa de Israel) tomou Haifa. Um relatório da polícia britânica de Haifa, datado de 26 de abril, explicava que "todo esforço está sendo feito pelos judeus para persuadir a população árabe a permanecer e a seguir seu ritmo de vida normal, manter suas lojas e seus negócios abertos com a garantia de que suas vidas e interesses estarão a salvo".[16]

De fato, David Ben-Gurion enviou Golda Meir[16a] a Haifa para tentar persuadir os árabes a ficar, mas ela foi incapaz de convencê-los porque estavam com medo de serem considerados traidores da causa árabe.[17] No fim da batalha, mais de 50 mil palestinos haviam partido.

Em Tiberíades e Haifa, a Haganá ordenou que não se poderia tocar em qualquer patrimônio dos árabes e advertiu que quem quer que violasse as ordens seria severamente punido. Apesar desses esforços, entre cinco mil e seis mil árabes deixaram Haifa, muitos deles transportados por veículos militares britânicos.

O delegado da Síria nas Nações Unidas, Faris el-Khouri, interrompeu o debate sobre a Palestina para descrever a tomada de Haifa como um massacre e afirmou que essa ação era "ainda mais uma evidência de que, no caso de se efetuar a partilha, o 'programa sionista' consistia em aniquilar os árabes que estão dentro do Estado judeu".[18]

Entretanto, no dia seguinte, o representante britânico nas Nações Unidas, sir Alexander Cadogan, afirmou aos delegados que o combate em Haifa havia sido provocado pelos ataques intermitentes de árabes contra judeus alguns dias antes e que os relatos de massacres e deportações não condiziam com a verdade.[19]

> *"Dezenas de milhares de árabes, homens, mulheres e crianças, fugiram para os subúrbios orientais da cidade em automóveis, caminhões, carretas e a pé, em uma tentativa desesperada de alcançar um território árabe antes que os judeus tomassem a Ponte de Rushmiya e os impedissem de chegar a Samaria e ao norte da Palestina. Milhares se apressaram a tomar toda embarcação disponível – inclusive barcos a remo a fim de escapar para a cidade de Acre".*
>
> **– *New York Times*, (23 de abril de 1948).**

Neste mesmo dia (23/4), Jamal Husseini, presidente do Supremo Comitê Palestino, disse no Conselho de Segurança das Nações Unidas que, em vez de aceitar a oferta de trégua da Haganá, os árabes "preferiram abandonar suas casas, pertences e tudo o que possuíam no mundo e deixar a cidade".[20]

O cônsul-geral dos EUA em Haifa, Aubrey Lippincott, escreveu em 22 de abril de 1948 que "os líderes árabes locais dominados pelo Mufti" estavam exortando "todos os árabes a abandonarem a cidade, e um grande contingente deles assim o fez".[21]

Uma ordem do exército emitida em 6 de julho de 1948 deixava claro que as cidades e povoados árabes não seriam demolidos ou queimados, tampouco os habitantes árabes seriam expulsos de seus lares.[22] De fato, a Haganá empreendeu uma guerra psicológica para estimular os árabes a abandonarem alguns povoados. Igal Alon, comandante da Palmach (a tropa de choque da Haganá), admitiu que os árabes de povoados vizinhos foram convencidos a sair porque um grande exército judeu estava na Galiléia com a intenção de atear fogo nos povoados árabes, na região do Lago Hula. Eles disseram aos árabes para que partissem enquanto era tempo e, segundo Alon, foi isso exatamente o que fizeram.[23]

No exemplo mais dramático, na área de Ramle-Lod, soldados israelenses que tentavam proteger seus flancos e aliviar a pressão sobre Jerusalém sitiada forçaram parte da população árabe a se deslocar para uma área a alguns quilômetros de distância, que estava ocupada pela Legião Árabe. "As duas cidades serviram como bases para unidades árabes irregulares que atacavam freqüentemente comboios e assentamentos judeus nas proximidades, barrando efetivamente a passagem de judeus pela rodovia principal para Jerusalém".[24]

Como ficou claro nas reportagens sobre o que ocorrera nas cidades que concentravam as maiores populações árabes, esses casos foram excepcionais e resultaram numa pequena fração dos refugiados palestinos.

MITO

"A invasão árabe teve pouco impacto sobre os palestinos".

FATO

Assim que começou a invasão, em maio de 1948, a maioria dos árabes remanescentes na Palestina partiu para países vizinhos. Surpreendentemente, em vez de agir como uma "quinta-coluna" estrategicamente valiosa para combater os judeus desde Israel, os palestinos optaram por buscar a segurança em países árabes, confiantes de poder retornar em breve. Um líder nacionalista palestino da época, Musa Alami, revelou a atitude dos árabes que fugiam:

> "Os árabes da Palestina deixaram seus lares, dispersaram-se e perderam tudo. Todavia, permaneceu uma sólida esperança: os exércitos árabes estariam prestes a entrar na Palestina para salvar o país, fazendo com que as coisas retomassem o seu curso normal; iriam punir o agressor e lançar o sionismo opressivo, com seus sonhos e perigos, ao mar. Em 14 de maio de 1948, uma multidão de árabes estava nas estradas que conduziam às fronteiras da Palestina, saudando com entusiasmo os exércitos que avançavam. Passaram-se dias e semanas suficientes para o cumprimento da sagrada missão, mas os exércitos árabes não salvaram o país. Pelo contrário, perderam as cidades de Acre, Sarafand, Lyda, Ramle e Nazaré, a maior parte do sul e o restante do norte. Então, a esperança se foi." *(Middle East Journal,* outubro de 1949)

Assim que as batalhas chegaram às áreas antes tranqüilas, os árabes passaram a vislumbrar a possibilidade da derrota. Quando isso se converteu em realidade, o êxodo aumentou – mais de 300 mil partiram depois de 15 de maio – e 160 mil árabes ficaram no Estado de Israel.[25]

Embora a maior parte dos árabes tivesse partido em novembro de 1948, houve aqueles que optaram por ir embora mesmo após o fim das hostilidades. Um caso interessante foi a retirada de três mil árabes de Faluja, um povoado situado entre Tel-Aviv e Beer Sheva:

> "Observadores acreditam que, com uma orientação adequada após o armistício israelense-egípcio, a população árabe poderia ter permanecido numa situação privilegiada. Eles declaram que o governo israelense lhes deu garantias de segurança pessoal e de propriedade. Entretanto, nenhum esforço foi feito pelo Egito, pela Transjordânia e nem mesmo pela Comissão de Conciliação para a Palestina, das Nações Unidas, para orientar os árabes de Faluja em uma direção ou outra". *(New York Times,* 4 de março de 1949)

MITO

"Os líderes árabes jamais estimularam os palestinos a fugir".

FATO

Há uma enormidade de provas demonstrando que os palestinos foram estimulados a deixar seus lares para abrir caminho aos exércitos árabes invasores.

> *"O problema (dos refugiados) é conseqüência direta da guerra que os palestinos – e os países árabes ao redor – têm lançado".*
>
> **– Benny Morris,** historiador israelense

A revista *The Economist*, crítica freqüente dos sionistas, publicou em 2 de outubro de 1948: "De 62 mil árabes que antes viviam em Haifa, não há mais do que cinco mil ou seis mil. Diversos fatores influenciaram sua decisão de buscar segurança na fuga. Há poucas dúvidas de que os fatores mais fortes foram os anúncios feitos via rádio pelo Supremo Executivo Árabe, exortando os árabes a partir... Era dito claramente que os árabes que permanecessem em Haifa e aceitassem a proteção dos judeus seriam considerados renegados".

A reportagem da batalha por Haifa pela revista *Time* (3 de maio de 1948) foi semelhante: "A retirada em massa, provocada em parte por medo, em parte por ordens dos líderes árabes, converteu o bairro árabe de Haifa numa cidade fantasma... Com a retirada dos trabalhadores árabes, seus líderes esperavam paralisar Haifa".

Benny Morris, o historiador que documentou esses acontecimentos, descobriu que os líderes árabes estimulavam seus correligionários a partir. O Comitê Nacional Árabe de Jerusalém, seguindo instruções do Supremo Comitê Árabe de 8 de março de 1948, ordenou que mulheres, crianças e idosos de diversas partes de Jerusalém abandonassem suas casas: "Qualquer oposição a esta ordem (...) é um obstáculo à guerra santa (...) e impedirá as operações dos combatentes nesses distritos" (*Middle Eastern Studies,* janeiro de 1986).

Morris contou também que, no início de maio, unidades da Legião Árabe haviam ordenado a saída de todas as mulheres e crianças da cidade de Beisan. O Exército de Libertação Árabe também informou que ordenara a evacuação de outro povoado ao sul de Haifa. Segundo Morris, a saída de mulheres e crianças tinha o objetivo de "causar desânimo nos homens que haviam sido deixados para trás, a fim de guardar os lares e campos, contribuindo, em última instância, para a evacuação final dos povoados. Esse tipo de retirada em duas fases – mulheres e crianças primeiro; os homens em seguida, semanas depois – ocorreu em Cumía, no Vale de Izreêl, entre os beduínos de Awarna, na Baía de Haifa e em diversos outros lugares".

Quem deu essas ordens? Líderes como o primeiro-ministro iraquiano Nuri Said, que declarou: "Esmagaremos o país com nossas armas e arrasaremos qualquer lugar onde os judeus procurem refúgio. Os árabes devem levar suas mulheres e filhos para locais seguros até que o combate tenha terminado".[26]

Edward Atiyah, secretário do Escritório da Liga Árabe em Londres, escreveu em seu livro *Os árabes*: "Esse êxodo em massa ocorreu em parte incentivado pela imprensa árabe, em parte por declarações irresponsáveis de alguns líderes árabes, garantindo que seria apenas uma questão de semanas para que os judeus fossem derrotados pelos exércitos dos países árabes e os palestinos pudessem retornar e recobrar a posse do seu país".[27]

> Em suas memórias, Haled al Azm, o primeiro-ministro sírio em 1948-49, também admitiu o papel dos árabes na tarefa de

> persuadir os refugiados a partir: "Desde 1948 estamos exigindo o retorno dos refugiados a seus lares. No entanto, somos os primeiros a estimulá-los a partir. Apenas uns poucos meses separaram a convocação que lhes fizemos para partir e o nosso apelo às Nações Unidas para deliberar sobre o seu retorno".[28]

"Os refugiados acreditavam que sua ausência não duraria muito e que estariam de volta em uma ou duas semanas", declarou o monsenhor George Hakim, um bispo da Igreja Católica Ortodoxa Grega da Galiléia, ao jornal de Beirute *Sada al-Janub* (16 de agosto de 1948). "Seus líderes lhes prometeram que os exércitos árabes esmagariam as 'gangues sionistas' rapidamente e que não havia qualquer motivo para pânico ou temor de um longo exílio".

Em 3 de abril de 1949, a Estação de Transmissão do Oriente Próximo (Chipre) afirmou: "Não se deve esquecer que o Supremo Comitê Árabe estimulou a fuga dos refugiados de seus lares em Iafo, Haifa e Jerusalém".[29]

"Os países árabes estimularam os palestinos a abandonar seus lares temporariamente a fim de abrir caminho para os exércitos árabes invasores", conforme o jornal jordaniano *Filastin* (19 de fevereiro de 1949).

Um refugiado citado no jornal jordaniano *Ad Difaa* (6 de setembro de 1954) afirmou: "O governo árabe nos disse: 'Saiam para que possamos entrar'. Por isso saímos, mas eles não entraram".

"O secretário-geral da Liga Árabe, Azam Pasha, garantiu aos povos árabes que a ocupação da Palestina e de Tel-Aviv seria tão simples quanto um desfile militar", afirmou Habib Issa ao jornal libanês nova-iorquino *Al Hoda* (8 de junho de 1951). "Ele salientou que eles já estavam nas fronteiras e todos os milhões que os judeus haviam investido nas terras e no desenvolvimento econômico seriam facilmente espoliados, pois seria uma simples questão de lançá-los judeus no Mediterrâneo (...) Os árabes da Palestina foram aconselhados fraternalmente a deixar sua terra, lares e propriedades e se estabelecer temporariamente nos países-irmãos vizinhos, para não deixar que as armas dos exércitos árabes invasores os arrasassem".

O temor dos árabes foi naturalmente exacerbado por relatos fabricados de atrocidades judaicas após o ataque a Deir lassin. A população nativa carecia de líderes que pudessem acalmá-los; seus porta-vozes, como o Supremo Comitê Árabe, operavam em segurança desde países vizinhos e preferiam mais elevar seus temores que aplacá-los. Os líderes militares locais ofereciam pouco ou nenhum conforto. Numa dada situação, o comandante das tropas árabes em Safed foi a Damasco. No dia seguinte, seus soldados se retiraram da cidade. Quando os residentes se deram conta de que estavam indefesos, fugiram em pânico.[30]

Segundo o doutor Walid al-Camhawi, ex-membro do Comitê Executivo da OLP, "foi o medo coletivo, a desintegração moral e o caos generalizado que levaram os árabes de Tiberíades, Haifa e de dezenas de cidades e povoados ao exílio".[31]

Enquanto o pânico se espalhava pela Palestina, a gota inicial de refugiados se converteu numa inundação cujos números alcançaram mais de 200 mil na época em que o governo provisório declarou a independência do Estado de Israel. Até mesmo o rei Abdula da Jordânia, ao escrever suas memórias, culpou os líderes palestinos pelo problema dos refugiados: "A tragédia dos palestinos foi que a maioria dos seus líderes os deixou paralisados com promessas, falsas e infundadas, de que não estavam sós; que 80 milhões de árabes e 400 milhões de muçulmanos viriam instantânea e milagrosamente resgatá-los".[32]

> *"Os exércitos árabes entraram na Palestina para proteger os palestinos da tirania sionista; todavia, ao invés disso, eles os abandonaram, forçando-os a emigrar e deixar sua terra natal, e os lançaram em prisões semelhantes aos guetos nos quais os judeus costumavam viver".*
>
> **– Mahmud Abas ("Abu Mazen"), ex-primeiro-ministro da Autoridade Palestina**[33]

MITO

"Os palestinos tiveram que fugir para não ser massacrados como os habitantes do povoado de Deir Iassin".

FATO

As Nações Unidas decidiram que Jerusalém seria uma cidade internacional à parte dos países, árabe e judeu, demarcados na resolução da partilha. Os 150 mil habitantes judeus estavam sob constante pressão militar; os 2.500 judeus que viviam na Cidade Velha eram vítimas de um bloqueio árabe que durou cinco meses antes de ser obrigado a se render em 29 de maio de 1948. Antes da rendição e ao longo do período em que Jerusalém esteve sitiada, comboios judeus tentavam chegar à cidade para aliviar a escassez de alimentos que, em abril, havia se tornado crítica.

Enquanto isso, as forças árabes, que haviam se empenhado em emboscadas esporádicas e desorganizadas desde dezembro de 1947, passaram a fazer um esforço organizado para interromper a passagem pela rodovia que liga Tel-Aviv a Jerusalém – a única rota de suprimentos da cidade. Os árabes controlavam vários pontos estratégicos, o que lhes permitia ter uma ampla visão da rodovia e atirar sobre os comboios que tentavam chegar à cidade sitiada com suprimentos. Deir Iassin, situada numa colina de 800 metros de altura, onde havia uma visão panorâmica dos arredores, localizava-se a menos de 1,6 km dos subúrbios de Jerusalém e tinha 750 habitantes.[34]

Em 6 de abril foi lançada a Operação Nachshón, cujo objetivo era abrir a rodovia para Jerusalém. Deir Iassin foi incluído na lista de aldeias árabes a serem

ocupadas como parte da operação. No dia seguinte, o comandante David Shaltiel, da *Haganá*, escreveu aos líderes do *Lechi e Irgun*:

> "Soube que vocês planejam um ataque a Deir Iassin. Gostaria de destacar que a captura desse povoado e das adjacências é um estágio do nosso plano geral. Não me oponho que levem a operação adiante, desde que estejam aptos a manter o povoado. Caso não sejam capazes disso, advirto: não explodam a aldeia, senão os moradores irão abandoná-la e, depois, as ruínas e as casas desertas serão ocupadas por forças estrangeiras..." Além do mais, se essas tomarem posse do povoado, isso frustrará nosso plano de construir uma pista de aviação".[35]

O *Irgun* (*Irgun Tsevai Leumi* – Organização Militar Nacional) decidiu atacar Deir Iassin em 9 de abril, enquanto a Haganá ainda estava envolvida na batalha por Castel. Esse foi o primeiro grande ataque do Irgun contra os árabes. Antes, o *Irgun* e o *Lechi* (*Lochamê Cherut Israel* – Combatentes pela Liberdade de Israel) haviam concentrado seus ataques contra os britânicos.

Segundo o líder do *Irgun*, Menahem Begin, o ataque foi feito por cem integrantes da organização; outros autores dizem que havia algo como 132 homens de ambos os grupos. Begin declarou que um pequeno caminhão aberto, equipado com um alto-falante, foi conduzido até a entrada do povoado antes do ataque e transmitiu uma advertência aos civis para que evacuassem a área, o que muitos fizeram.[36] A maioria dos autores afirma que essa advertência nunca foi feita, pois o caminhão com o alto-falante caiu numa vala antes que pudesse transmitir o aviso.[37] Um dos combatentes afirmou que a vala estava tampada e que o caminhão seguiu caminho até o povoado. "Um de nós falou em árabe pelo alto-falante, dizendo aos habitantes para que depusessem suas armas e fugissem. Não sei se eles ouviram, e sei que esses apelos não surtiram efeito".[38]

Ao contrário de relatos posteriores, segundo os quais o povoado estava repleto de pessoas inocentes e pacíficas, residentes e soldados estrangeiros abriram fogo contra os atacantes. Um dos combatentes descreveu sua experiência:

> "Minha unidade invadiu e alcançou a primeira fileira de casas. Estava entre os primeiros a entrar no povoado. Havia uns poucos rapazes comigo, cada um incentivando os demais a avançar. No alto da rua vi um homem com roupas cáqui correndo adiante. Pensei que fosse um dos nossos. Corri atrás e lhe disse: "Avance até aquela casa". De repente ele se virou, apontou-me o seu rifle e disparou. Era um soldado iraquiano. Fui ferido no pé.[39]

A batalha foi feroz e durou várias horas. O *Irgun* sofreu 41 baixas, incluindo quatro mortos. Surpreendentemente, após o "massacre", o Irgun acompanhou

um representante da Cruz Vermelha pelo povoado e concedeu uma entrevista coletiva. A descrição posterior da batalha, feita pelo *New York Times*, foi essencialmente a mesma de Begin. O *Times* disse que mais de 200 árabes foram mortos, 40 capturados e 70 mulheres e crianças libertadas. Nenhuma indicação de massacre apareceu na reportagem.

"De maneira paradoxal, os judeus dizem que aproximadamente 250 dos 400 habitantes do povoado foram mortos, enquanto os árabes sobreviventes dizem que foram somente 110 de mil".[40] Um estudo da Universidade Bir Zeit, baseado em conversas com cada família do povoado, apontou 107 árabes civis mortos e 12 feridos, além de 13 "combatentes", provando que o número de mortos foi menor do que se dizia e que o povoado tinha de fato tropas estacionadas ali.[41] Posteriormente, outras fontes árabes sugeriram que o número pode ter sido ainda menor.[42]

Na realidade, os atacantes deixaram aberto, a partir da aldeia, um corredor de fuga e mais de 200 residentes saíram ilesos. Por exemplo, às 9h30, por volta de cinco horas após o início do combate, o Lechi evacuou 40 idosos, mulheres e crianças em caminhões e os levou para uma base em Sheik Bader. Mais tarde, os árabes foram levados a Jerusalém Oriental. Vê-los em poder dos judeus também ajudou a levantar o moral dos habitantes de Jerusalém, que estavam desanimados com os reveses nos combates até aquele momento.[43] Outra fonte afirma que 70 mulheres e crianças foram retiradas e entregues aos britânicos.[44] Caso a intenção tivesse sido massacrar os habitantes, ninguém teria sido retirado de casa.

Depois que os árabes remanescentes fingiram se render e, então, passaram a atirar contra os soldados judeus, alguns destes mataram soldados e civis árabes indiscriminadamente. Nenhuma das fontes especifica quantas mulheres e crianças foram mortas (a reportagem do *Times* fala em aproximadamente metade das vítimas; o número inicial de baixas foi obtido a partir de fontes do *Irgun*).

Pelo menos uma parte das mulheres mortas se converteu em alvo porque alguns homens tentaram se passar por mulheres. Por exemplo, o comandante do Irgun relatou que os atacantes "encontraram homens vestidos como mulheres e, por isso, passaram a atirar nas mulheres que não se apressavam em descer para o local designado a reunir os prisioneiros".[45] Outro membro da Haganá contou o que ouviu de um grupo de árabes de Deir Iassin que diziam: "Os judeus descobriram que alguns combatentes árabes haviam se disfarçado de mulher. Eles então passaram a examinar também as mulheres. Um dos homens que estava sendo examinado, ao perceber que fora descoberto, sacou um revólver e disparou contra o comandante judeu, cujos amigos, enfurecidos, dispararam em todas as direções e mataram os árabes que estavam na área".[46]

Ao contrário do que alegavam os propagandistas árabes da época, e desde então, jamais foram apresentadas provas de que alguma mulher tenha sido

violentada. Pelo contrário, todo aldeão entrevistado negou tais alegações. Assim como muitas das denúncias, isso era deliberadamente um golpe baixo de propaganda, mas o tiro saiu pela culatra. Hazam Nusseibi, que em 1948 trabalhava para o Serviço de Transmissão Palestino, admitiu ter recebido um pedido de Hussein Khalidi, um líder árabe palestino, para fabricar denúncias de atrocidades. Abu Mahmud, então residente de Deir Iassin, disse a Khalidi que "não houve estupro", mas este respondeu: "Temos que dizer isso para que os exércitos árabes venham libertar a Palestina dos judeus".

Cinquenta anos depois, Nusseibe contou à BBC: "Esse foi o nosso maior erro. Não sabíamos como nosso povo reagiria. Assim que ouviram dizer que as mulheres haviam sido violentadas em Deir Iassin, os palestinos fugiram aterrorizados".[47]

Ao tomar ciência do ataque, a Agência Judaica expressou imediatamente o seu "horror e repulsa" e enviou uma carta ao rei Abdula, da Transjordânia, expressando sua comoção e sua reprovação.

O Supremo Comitê Árabe esperava que relatos exagerados de um "massacre" em Deir Iassin fossem induzir a população dos países árabes a pressionar seus governos para intervir na Palestina. Em vez disso, o impacto imediato foi estimular um novo êxodo palestino.

Apenas quatro dias depois da publicação dos relatos de Deir Iassin, uma força militar árabe emboscou um comboio que ia para o Hospital Hadassa, matando 77 judeus, entre eles médicos, enfermeiras, pacientes e o diretor do hospital. Ficaram feridas 23 pessoas. Esse massacre atraiu pouca atenção e nunca é mencionado pelos que são sempre rápidos em trazer Deir Iassin à tona. Além disso, apesar de ataques como esse contra a comunidade judaica da Palestina, onde mais de 500 judeus foram mortos nos primeiros quatro meses após a decisão sobre a partilha, os judeus não fugiram.

Os palestinos sabiam, apesar da sua retórica em contrário, que os judeus não tinham a intenção de aniquilá-los; se assim fosse, não teriam lhes permitido sair de Tiberíades, Haifa ou de qualquer outra cidade. Além disso, os palestinos podiam encontrar refúgio nos países vizinhos. Os judeus, entretanto, mesmo que quisessem, não tinham para onde correr. Eles estavam decididos a lutar até a morte por seu país e isso se tornou uma convicção para muitos, pois os árabes estavam interessados em aniquilar os judeus, tal como o secretário-geral da Liga Árabe, Azam Pasha, deixou claro numa entrevista à BBC na véspera da guerra (15 de maio de 1948). "Os árabes pretendem conduzir uma guerra de extermínio e um massacre instantâneo do qual se falará da mesma maneira como se fala dos massacres mongóis e das Cruzadas".

As referências a Deir Iassin permanecem sendo um elemento de propaganda anti-Israel por décadas porque foi uma exceção à regra.

MITO

"Israel não permitiu que os palestinos retornassem a seus lares, para que os judeus roubassem suas propriedades".

FATO

Israel não podia simplesmente concordar em permitir que todos os palestinos retornassem, mas buscou diligentemente uma solução para o problema dos refugiados. A atitude de Israel foi explicada por David Ben-Gurion (1 de agosto de 1948):

> "Quando os países árabes estiverem prontos para concluir um tratado de paz com Israel, essa questão virá à tona para que se encontre uma solução construtiva como parte do acordo geral, e com a devida consideração por nossas contrapartidas quanto à destruição da vida judaica e suas propriedades, os interesses de longo prazo das populações judaicas e árabes, a estabilidade do Estado de Israel e a durabilidade da base da paz com seus vizinhos, a real situação e o destino das comunidades judaicas nos países árabes, as responsabilidades dos governos árabes por sua guerra de agressão e suas obrigações reparatórias – tudo isso será levado em conta para a seguinte questão: se, em que medida e sob quais condições os antigos residentes árabes do território de Israel terão permissão para retornar.[48]

O governo israelense não foi indiferente à situação dos refugiados: foi criada uma Custódia de Propriedades Abandonadas, "para evitar a ocupação ilegal de casas vazias e estabelecimentos comerciais, administrar as propriedades sem dono e também garantir a produção dos campos abandonados e salvar as colheitas..." [49]

O perigo implícito da repatriação não impediu Israel de permitir o retorno de alguns refugiados e se oferecer a receber um número substancial deles como condição para a assinatura de um tratado de paz. Em 1949, Israel se propôs a permitir o retorno das famílias que haviam sido separadas durante a guerra, liberar as contas dos refugiados em bancos israelenses (finalmente descongeladas em 1953), pagar compensações por terras abandonadas e repatriar cem mil refugiados.[50]

Os árabes rejeitaram todas as propostas israelenses. Eles não estavam dispostos a adotar qualquer medida que pudesse ser interpretada como reconhecimento de Israel e fizeram da repatriação uma pré-condição para as negociações, o que Israel não aceitou. O resultado foi o confinamento dos refugiados em acampamentos.

Apesar da atitude assumida pelos países árabes, Israel liberou as contas bancárias bloqueadas dos refugiados árabes, que totalizavam mais de US$

10 milhões, pagou milhares de compensações em dinheiro e ofereceu centenas de acres como garantias alternativas.

MITO

"As resoluções da ONU exigem que Israel repatrie todos os refugiados palestinos".

FATO

As Nações Unidas abordaram o problema dos refugiados e adotaram a Resolução 194 em 11 de dezembro de 1948. Esta pedia aos países árabes e a Israel que solucionassem todos os assuntos relevantes por meio de negociações, seja diretamente ou com a ajuda da Comissão de Conciliação Palestina, estabelecida por intermédio da resolução. Além disso, o Ponto 11 delibera:

> "Deveria ser permitido aos refugiados que desejarem retornar a seus lares e *viver em paz* com seus vizinhos que assim fosse feito no menor tempo possível; que fosse paga uma compensação pelas propriedades daqueles que decidissem não retornar e por perdas ou danos à propriedade que, conforme os princípios do direito internacional ou equivalente, viesse a se tornar um bem dos governos ou autoridades responsáveis. A instrução da Comissão de Conciliação é facilitar a repatriação, o *reassentamento* e a reabilitação econômica e social dos refugiados, bem como o pagamento de compensações" (palavras enfatizadas pelo autor).

As palavras enfatizadas demonstram o reconhecimento das Nações Unidas de que não deveria se esperar que Israel repatriasse uma população hostil que pudesse ameaçar a sua segurança. A solução para o problema, assim como para todos os problemas anteriores dos refugiados, exigia que pelo menos alguns palestinos fossem reassentados em territórios árabes. Além disso, a resolução usa a expressão "deveria", em vez de "deve", o que, em termos legais, não é uma linguagem impositiva.

A resolução veio ao encontro da maior parte das preocupações de Israel no tocante aos refugiados, considerados uma quinta-coluna em potencial caso lhes fosse permitido um retorno incondicional. Os israelenses consideraram a questão do assentamento dos refugiados uma parcela negociável de um acordo de paz geral. Como o presidente Chaim Weizmann explicou: "Estamos ansiosos por auxiliar nesse reassentamento desde que seja estabelecida uma paz autêntica e que os países árabes façam a sua parte. A solução do problema árabe só poderá ser alcançada através de um programa de desenvolvimento para todo o Oriente Médio, para o qual Nações Unidas, países árabes e Israel farão suas respectivas contribuições".[51]

Naquela época, os israelenses não imaginavam que os refugiados viessem a ser um problema importante, pois acreditavam que os países árabes

reassentassem a maior parte deles, e que poderia vir a ser estabelecido algum tipo de acordo com os remanescentes no contexto de um acordo geral. Entretanto, os árabes estavam tão contrários a um acordo em 1949 quanto estiveram em 1947. De fato, rejeitaram por unanimidade a resolução das Nações Unidas.

As discussões nas Nações Unidas sobre os refugiados haviam começado no verão de 1948, antes de Israel completar sua vitória militar; por isso, os árabes ainda acreditavam que poderiam vencer a guerra e permitir que os refugiados retornassem de maneira triunfante. A opinião dos árabes foi expressa por Emile Ghoury, secretário do Supremo Comitê Árabe:

> "É inconcebível que os refugiados fossem enviados de volta aos seus lares enquanto estes estivessem ocupados pelos judeus, já que os últimos poderiam tomá-los como reféns e maltratá-los. Seria o mesmo que uma evasão de responsabilidade por parte dos responsáveis, o que servirá como um primeiro passo para o reconhecimento árabe do Estado de Israel e da partilha".[52]

Os árabes exigiram que as Nações Unidas afirmassem o "direito" dos palestinos de retornar aos seus lares e não demonstraram qualquer disposição de aceitar menos do que isso, até que sua derrota tornou-se óbvia. Os árabes, então, reinterpretaram a Resolução 194 como se esta garantisse aos refugiados o direito absoluto à repatriação e têm exigido que Israel aceite essa interpretação desde então. Independentemente da interpretação, a Resolução 194, assim como outras resoluções da Assembléia Geral, não é legalmente obrigatória.

> *"A exigência palestina do 'direito ao retorno' é totalmente irrealista e deveria ser solucionada por meio de compensação financeira e reassentamentos nos países árabes".*
>
> **– Hosni Mubarak, presidente do Egito**[53]

MITO

"Israel sabotou as negociações da Comissão de Conciliação Palestina".

FATO

No início de 1949, a Comissão de Conciliação Palestina (CCP) abriu negociações em Lausanne, na Suíça. Os árabes insistiram para que Israel cedesse o território vencido na guerra de 1948 e aceitasse a repatriação. Os israelenses disseram à comissão que a solução para o problema dos refugiados dependia da conclusão de um acordo de paz.

Israel fez uma substancial oferta de repatriação durante essas negociações. O governo disse que aceitaria cem mil refugiados dentro de um acordo geral do problema. Israel esperava que cada país árabe assumisse um compromisso semelhante. Essa oferta foi rejeitada.

Em 1º de abril de 1950, a Liga Árabe adotou uma resolução que proibia seus membros de negociar com Israel.

A CCP fez um novo esforço para reunir as partes em 1951, mas finalmente se deu por vencida e declarou:

> "Os governos árabes... não estão plenamente preparados para implementar o parágrafo 5 da dita resolução, que clama pelo acordo final com respeito a todas as questões importantes entre eles e Israel. Os governos árabes, em seus contatos com a Comissão, não evidenciam qualquer disposição de chegar a um acordo de paz com o governo de Israel.[54]

MITO

"Os palestinos que queriam retornar aos seus lares não representavam perigo à segurança de Israel".

FATO

Quando foram feitos planos para o estabelecimento de um novo país no início de 1948, os líderes judeus na Palestina esperavam que a nova nação incluísse uma população árabe significativa. Da perspectiva israelense, foi dada aos refugiados a oportunidade de permanecer em seus lares e fazer parte do novo estado. Aproximadamente 160 mil árabes optaram por isso. Repatriar os que haviam fugido seria, nas palavras do ministro das Relações Exteriores, Moshé Sharett, uma "loucura suicida".[55]

No mundo árabe, os refugiados eram vistos como uma potencial quinta-coluna dentro de Israel, assim como escreveu um jornal libanês:

> "O retorno dos refugiados criaria uma grande maioria árabe que serviria como o meio mais efetivo de reviver o caráter árabe da Palestina, ao mesmo tempo em que formaria uma poderosa quinta-coluna para o dia da vingança e do acerto de contas".[56]

Os árabes acreditavam que o retorno dos refugiados virtualmente garantiria a destruição de Israel, um sentimento expresso pelo ministro das Relações Exteriores do Egito, Muhamad Salah al-Din: "É notório e claro que os árabes, ao exigirem o retorno dos refugiados para a Palestina, entendem que estes retornem como donos da pátria, e não como escravos. Está mais do que claro que eles significam a liquidação do Estado de Israel." (*Al Misri,* 11 de outubro de 1949)

A situação dos refugiados permaneceu inalterada após a Guerra de Suez. Na verdade, até a retórica permaneceu a mesma. Em 1957, a Conferência sobre os Refugiados em Homs, na Síria, aprovou uma resolução que declarava:

> "Qualquer discussão sobre o problema palestino que não esteja baseada na garantia do direito dos refugiados de aniquilar Israel será vista como uma profanação do povo árabe e um ato de traição". (*Beirut al Massa*, 15 de julho de 1957).

Pode-se traçar um paralelo com a época da Revolução Americana, durante a qual muitos colonos leais à Inglaterra fugiram para o Canadá. Os britânicos queriam que a recém-criada república permitisse que esses colonos retornassem para reclamar suas propriedades. Benjamin Franklin rejeitou essa sugestão numa carta ao negociador britânico Richard Oswald, de 26 de novembro de 1782:

> "Seus ministros exigem que recebamos novamente em nosso meio aqueles que foram nossos mais amargos inimigos e devolvamos propriedades àqueles que destruíram as nossas; e isso enquanto as feridas que nos causaram ainda sangram!" [57]

MITO

"Os refugiados palestinos foram ignorados por um mundo indiferente".

FATO

A Assembléia Geral votou em seguida, em 19 de novembro de 1948, pelo estabelecimento do Auxílio das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRPR – *United Nations Relief for Palestinian Refugees*) para dar ajuda aos refugiados. A UNRPR foi substituída, em 8 de dezembro de 1949, pela Agência de Auxílio e Obras das Nações Unidas (UNRWA – *United Nations Relief and Works Agency*) e recebeu um orçamento de US$ 50 milhões.

A UNRWA foi concebida para dar continuidade ao programa de ajuda iniciado pela UNRPR, com as obras públicas substituindo a ajuda direta e promovendo o desenvolvimento econômico. Os autores do plano previram que a ajuda direta seria quase totalmente substituída por obras públicas, com a assistência remanescente a ser fornecida pelos governos árabes.

Mas a UNRWA tinha poucas chances de êxito porque buscava resolver um problema político valendo-se de um enfoque econômico. Em meados dos anos 1950, ficou evidente que nem refugiados nem países árabes estavam preparados para cooperar nos projetos de desenvolvimento em larga escala previstos originalmente pela Agência como um modo de aliviar a situação dos palestinos. Ambos não estavam dispostos a contribuir com qualquer plano que pudesse ser interpretado como um fomento ao reassentamento.

Preferiram se prender à sua interpretação da Resolução 194 que, segundo acreditavam, finalmente resultaria na repatriação.

Refugiados Palestinos Registrados pela UNRWA – 2003

Campo de Operações	Acampamentos Oficiais	Refugiados Registrados	Aumento desde 2000	Refugiados Registrados nos Acampamentos	Aumento desde 2000
Jordânia	10	1.718.767	9%	304.430	9%
Líbano	12	391.679	4%	225.125	7%
Síria	10	409.662	7%	119.766	7%
Cisjodânia	19	654.971	12%	176.514	12%
Faixa de Gaza	8	907.221	10%	478.854	6%
Total	**59**	**4.082.300**	**9%**	**1.301.689**	**7%**

MITO

"Os países árabes contribuem para a maior parte dos fundos de auxílio aos refugiados palestinos".

FATO

Enquanto os refugiados judeus provenientes dos países árabes não tiveram qualquer ajuda internacional, os palestinos receberam milhões de dólares por intermédio da UNRWA. Inicialmente, os Estados Unidos contribuíram com US$ 25 milhões e Israel com US$ 3 milhões. O total de garantias árabes alcançou US$ 600 mil.

Durante os primeiros 20 anos, os Estados Unidos contribuíram com mais de dois terços dos fundos, enquanto os países árabes continuaram contribuindo com uma fração mínima. Israel doou mais fundos à UNRWA do que a maioria dos países árabes. Os sauditas não igualaram a contribuição de Israel até 1973; Kuwait e Líbia, até 1980. Mais recentemente, em 1994, Israel deu mais à UNRWA do que todos os países árabes, com exceção da Arábia Saudita, Kuwait e Marrocos.

Os Estados Unidos ainda são, de longe, o maior contribuinte, doando US$ 90 milhões em 2000, 31% da receita de US$ 293 milhões obtida pela organização. Enquanto isso, apesar de todo o seu apoio retórico aos palestinos, os países árabes contribuíram apenas com 2% do orçamento da UNRWA.[58]

Após transferir a responsabilidade, virtualmente, a toda a população palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, para a Autoridade Palestina, Israel não controla mais os acampamentos de refugiados e deixou de contribuir com a

UNRWA. Enquanto isso, além de receber contribuições anuais da UNRWA para os refugiados, a Autoridade Palestina recebe bilhões de dólares em auxílio internacional e, ainda assim, tem fracassado em construir uma única casa que permita a pelo menos uma família mudar-se de um acampamento de refugiados para uma moradia permanente. Dado o montante de auxílio (US$ 5,5 bilhões desde 1993) que a Autoridade Palestina recebe, é chocante e ultrajante que mais de meio milhão de palestinos estejam sendo obrigados por seus próprios líderes a permanecer em acampamentos imundos.

MITO

"Os países árabes sempre receberam bem os palestinos e fizeram o melhor para reassentá-los".

FATO

A Jordânia foi o único país árabe que recebeu os palestinos e lhes concedeu cidadania (até hoje, a Jordânia é a única nação árabe onde os palestinos, como grupo, podem se tornar cidadãos). O rei Abdula considerava palestinos e jordanianos um só povo. Por volta de 1950, ele anexou a Cisjordânia e proibiu o uso do termo *Palestina* em documentos oficiais.[59]

Embora os dados demográficos indicassem um amplo espaço para reassentamento na Síria, Damasco se recusou a aceitar quaisquer refugiados, exceto aqueles que pudessem recusar a repatriação. A Síria também desistiu de reassentar 85 mil refugiados entre 1952 e 1954, embora tenham sido oferecidos fundos internacionais para bancar o projeto. Também se esperava que o Iraque aceitasse um grande contingente de refugiados, mas o país não se mostrou receptivo. O Líbano insistiu que não tinha espaço para os palestinos. Em 1950, a ONU tentou reassentar 150 mil refugiados de Gaza na Líbia, mas a iniciativa foi refutada pelo Egito.

Após a guerra de 1948, o Egito passou a controlar a Faixa de Gaza e seus mais de 200 mil habitantes, mas não permitia que os palestinos entrassem no Egito ou fossem para qualquer outro lugar. A administração egípcia dos palestinos de Gaza era tão ruim que a rádio saudita comparou o regime de Nasser em Gaza ao de Hitler na Europa ocupada da Segunda Guerra Mundial.[60]

> *"Os países árabes não querem resolver o problema dos refugiados. Pretendem mantê-lo como uma ferida aberta, uma afronta às Nações Unidas e uma arma contra Israel. Os líderes árabes não se importam se os refugiados estão vivos ou mortos".*
>
> **– Ralf Garroway, ex-diretor da UNRWA, em agosto de 1958.**[61]

Em 1952, a UNRWA criou um fundo de US$ 200 milhões para dar casas e empregos aos refugiados, mas o fundo permaneceu intocado. Pouco tem mudado no decorrer dos anos. Os governos árabes freqüentemente oferecem empregos, casas, terras e outros benefícios a árabes e não-árabes, porém excluem os palestinos. Por exemplo, a Arábia Saudita decidiu não aproveitar refugiados palestinos desempregados para aliviar sua escassez de mão-de-obra no fim da década de 1970 e início da de 1980. Em contrapartida, milhares de sul-coreanos e outros asiáticos foram recrutados para preencher os postos de trabalho.

A situação piorou ainda mais com o advento da Guerra do Golfo. O Kuwait, que empregava um grande contingente de palestinos – embora lhes negasse cidadania – expulsou mais de 300 mil deles. "Se há pessoas que constituem uma ameaça à segurança, como país soberano temos o direito de excluir qualquer um que não queiramos", declarou o embaixador do Kuwait nos Estados Unidos, Saud Nasir Al-Sabá (*Jerusalem Report,* 27 de junho de 1991).

Atualmente, os refugiados palestinos no Líbano não gozam de benefícios sociais e nem de direitos civis, tendo acesso muito restrito à educação e à saúde pública. A maioria depende inteiramente da UNRWA como o único provedor de educação, saúde, serviços e bem-estar social. Considerados estrangeiros, os refugiados palestinos são proibidos por lei de trabalhar em mais de 70 negócios e profissões.[62]

Os refugiados palestinos consideravam a ONU responsável pela melhoria da sua situação; todavia, muitos estavam insatisfeitos com o tratamento dispensado por seus irmãos árabes. Alguns, como o líder nacionalista palestino Musa Alami, se mostravam incrédulos: "É uma vergonha que os governos árabes impeçam os refugiados árabes de trabalhar em seus países, lhes fechem a porta na cara e os aprisione em acampamentos".[63] Entretanto, a maioria dos refugiados focou seu descontentamento nos "sionistas", aos quais preferiram culpar por sua situação.

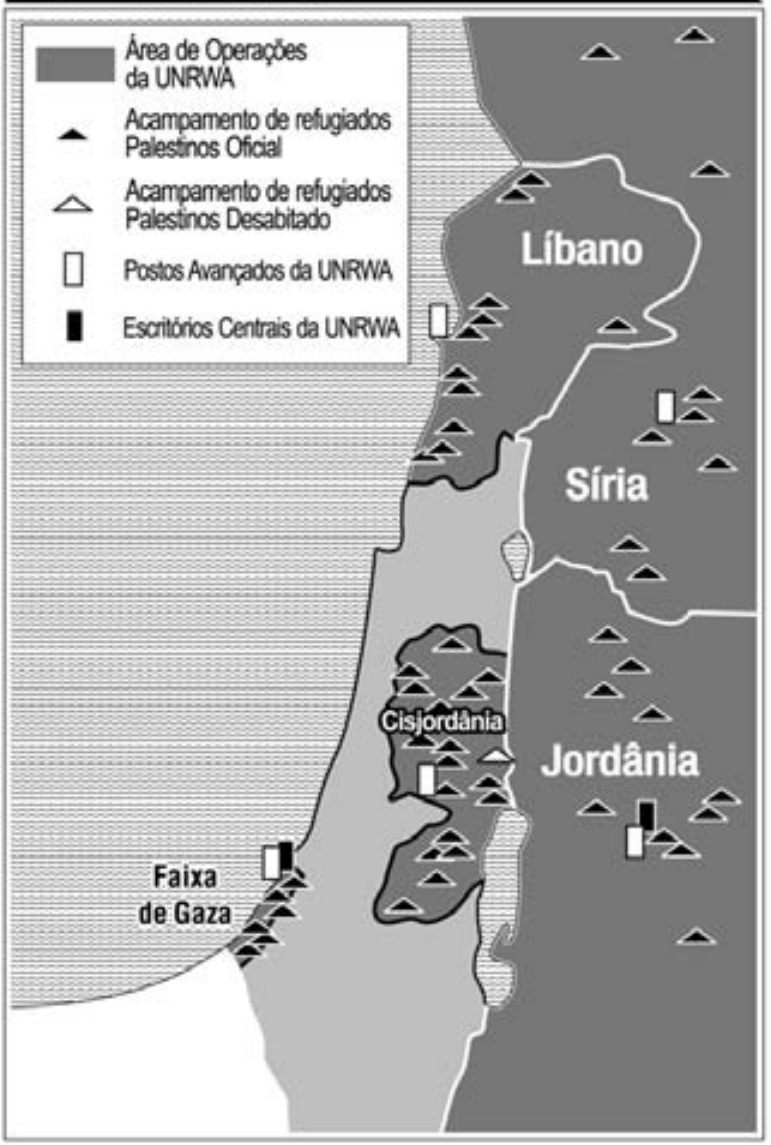
MITO

"Milhões de palestinos estão confinados em acampamentos imundos".

FATO

Em meados de 2003, o número de refugiados palestinos nos registros da UNRWA havia alcançado 4,1 milhões, muitas vezes o número que deixou a Palestina em 1948. Menos da terça parte dos refugiados palestinos registrados, cerca de 1,2 milhão, vive em 59 acampamentos de refugiados reconhecidos na Jordânia, no Líbano, na Síria, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Os outros dois terços de refugiados registrados vivem dentro e na periferia de grandes e pequenas cidades dos países que os receberam, e em geral nas imediações dos acampamentos oficiais na Cisjordânia e Faixa de Gaza.[64]

Mapa 21 Acampamentos de Refugiados da UNRWA (em 2000)



MITO

"Israel forçou os refugiados palestinos a permanecer nos acampamentos da Faixa de Gaza".

FATO

Durante os anos em que Israel controlava a Faixa de Gaza, foi feito um esforço consistente para que os palestinos pudessem viver em moradias permanentes. Eles se opuseram à idéia porque os frustrados e amargurados habitantes dos acampamentos serviram de mão-de-obra das diversas facções terroristas. Além do mais, os países árabes pressionavam rotineiramente pela adoção das resoluções das Nações Unidas que exigiam de Israel que desistisse da remoção dos refugiados palestinos dos acampamentos de Gaza e Cisjordânia, preferindo manter os palestinos ali como símbolos da "opressão" israelense.

Atualmente, os acampamentos estão nas mãos da Autoridade Palestina, mas pouco tem sido feito para beneficiar essas pessoas. A jornalista Netty Gross visitou Gaza e perguntou a um dirigente palestino o motivo pelo qual não haviam desmantelado os acampamentos. Ele lhe disse que a Autoridade Palestina havia adotado uma "decisão política" de nada fazer pelos agora quase 500 mil palestinos que vivem nos acampamentos até que haja conversações sobre o status final com Israel. (*Jerusalem Report,* 6 de julho de 1998). Até hoje a Autoridade Palestina não investiu um centavo dos bilhões de dólares que tem recebido em ajuda estrangeira para construir moradias permanentes para os refugiados.

MITO

"Refugiados sempre são repatriados. Só os palestinos são impedidos de retornar a seus lares".

FATO

Apesar da intransigência árabe, ninguém esperava que o problema dos refugiados persistisse. John Blandford Jr., diretor da UNRWA, escreveu em seu relatório de 29 de novembro de 1951 que esperava que os governos árabes assumissem a responsabilidade pela ajuda a partir de 1952. Além disso, enfatizou a necessidade de encerrar as operações de assistência: "Operações sustentadas de assistência contêm inevitavelmente o germe da deterioração humana".[65] Na verdade, os palestinos são o único povo sem Estado a ser tutelado pela comunidade internacional.

O acordo para Israel pagar compensações aos palestinos que fugiram durante 1948 contrasta com o tratamento dispensado aos 12,5 milhões de alemães da Polônia e Tcheco-Eslováquia que foram expulsos após a Segunda Guerra Mundial e autorizados a levar somente os bens que pudessem carregar. Eles não receberam qualquer compensação pelas propriedades confiscadas. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial nas fronteiras e na população polonesas foram considerados "fatos consumados" que não foram revertidos após a guerra.

Outro país seriamente afetado pela guerra foi a Finlândia, forçada a abrir mão de quase um oitavo de seu território e absorver mais de 400 mil refugiados (11% da população nacional) vindos da União Soviética. Ao contrário de Israel, estes eram os derrotados da guerra. Não houve qualquer ajuda para o seu reassentamento.

Talvez uma analogia ainda melhor possa ser vista na integração, pela Turquia, de 150 mil refugiados turcos provenientes da Bulgária, em 1950. A diferença entre o tratamento dispensado pelos turcos a seus refugiados e o dos países árabes aos palestinos foi a atitude dos respectivos governos.

> "A Turquia vem tendo um problema maior com refugiados do que a Síria ou o Líbano e quase tão grande quanto o do Egito (...) Contudo, raramente se ouve falar deles porque os turcos têm feito um bom trabalho de reassentamento (...) A grande diferença está no espírito. Os turcos, relutantes como estavam em aceitar esse fardo, aceitaram-no como uma responsabilidade e passaram a trabalhar para cumpri-lo o mais rapidamente possível".[66]

Caso os árabes quisessem aliviar o sofrimento dos refugiados, poderiam ter adotado facilmente uma atitude semelhante à da Turquia.

A partilha entre Índia e Paquistão, em 1947, resultou em outro deslocamento de população em massa. Os oito milhões de indianos que fugiram do Paquistão e os seis milhões de muçulmanos que deixaram a Índia temiam se converter em minorias dentro de seus respectivos países. Assim como os palestinos, quiseram evitar ser surpreendidos em meio à violência que envolveu suas nações. Todavia, em comparação com o conflito árabe-israelense, a troca de populações foi considerada a melhor solução para o problema das relações comunitárias entre ambos os países. Apesar do enorme contingente de refugiados e da relativa pobreza das duas nações envolvidas, nenhuma organização internacional de auxílio foi estabelecida para auxiliá-las no reassentamento.

> *"Se houvesse um Estado palestino, porque os líderes desejariam que seus cidadãos em potencial fossem repatriados em outro país? Sob a perspectiva da construção de uma nação, isso não faz sentido. Na verdade, as discussões originais sobre repatriação ocorreram numa época em que não havia esperança de criação de um Estado palestino. Com a possibilidade de surgimento desse país, os palestinos precisam decidir se querem se ver como um país legítimo ou se é mais importante para eles manter seu status autodefinido como refugiados oprimidos e sem pátria. Eles absolu-tamente não podem ser as duas coisas".*
>
> **– Fredelle Spiegel**[67]

MITO

"Se os refugiados tivessem sido repatriados, o conflito árabe-israelense teria terminado".

FATO

Israel buscou consistentemente uma solução para o problema dos refugiados, mas não poderia simplesmente concordar com o retorno de todos os palestinos.

> Nenhuma nação, independentemente de seus acertos e erros, poderia receber tanta gente. Seria uma quinta-coluna alimentada pelo ódio durante 20 anos (em 1967) e inteiramente dedicada à destruição de Israel. A readmissão dos refugiados seria equivalente aos Estados Unidos receberem por volta de 70 milhões de inimigos jurados do país.[68]

Enquanto isso, os árabes rejeitaram teimosamente negociar um acordo em separado. O ponto crucial da questão foi falta de disposição dos países árabes de aceitar a existência de Israel, exemplificado pelos atos beligerantes contra o Estado judeu pelo presidente Nasser, do Egito, que nada tinham a ver com os palestinos. Ele só estava interessado nos refugiados na medida em que pudessem contribuir para seu objetivo final. Como ele mesmo disse a um repórter em 1º de setembro de 1961: "Se os refugiados retornarem a Israel, Israel deixa de existir".[69]

MITO

"Israel expulsou mais palestinos em 1967".

FATO

Após ignorar as advertências israelenses para ficar fora da guerra, o rei Hussein lançou um ataque contra Jerusalém, capital de Israel. A UNRWA calculou que, ao longo do combate, 175 mil dos seus refugiados registrados fugiram pela segunda vez e 350 mil pela primeira. Aproximadamente 200 mil foram para a Jordânia, 115 mil para a Síria e 35 mil saíram pelo Sinai em direção ao Egito. A maior parte dos que partiram era proveniente da Cisjordânia.

Israel permitiu o retorno de alguns árabes da Cisjordânia. Em 1967, mais de nove mil famílias foram reunificadas e, até 1971, Israel havia readmitido 40 mil refugiados. Em contrapartida, em julho de 1968 a Jordânia proibiu aqueles que pretendiam permanecer na margem oriental do Jordão de emigrar de Cisjordânia e Gaza.[70]

Quando o Conselho de Segurança delegou ao então secretário-geral da ONU, U Thant, o envio de um representante para verificar o bem-estar dos civis após o advento da guerra, este instruiu a missão no sentido de investigar o tratamento das minorias judaicas nos países árabes, bem como dos árabes

nos territórios ocupados por Israel. Síria, Iraque e Egito se recusaram a permitir que o repre-sentante da ONU levasse a sua investigação adiante.[71]

MITO

"A UNRWA é uma organização humanitária que não tem qualquer responsabilidade pelo terror e incitação originados nos acampamentos de refugiados".

FATO

O chefe do Escritório de Informação Pública da UNRWA, Paul McCann, afirmou que "a UNRWA é escrupulosa na proteção de suas instalações contra o uso indevido por qualquer pessoa ou grupo. Uma única vez, no Líbano, em 1982, houve evidências dignas de crédito de tal uso indevido por palestinos e lidamos com isso prontamente".[72]

O fato é que os acampamentos de refugiados têm sido há tempos ninhos de terrorismo, mas as provas só foram divulgadas após Israel ter feito a Operação Escudo de Defesa, no início de 2002. Descobriu-se que os acampamentos administrados pela UNRWA na Cisjordânia tinham fábricas de armas de pequeno porte, laboratórios de explosivos, depósitos de armamentos e um grande contingente de homens-bomba e outros terroristas que usavam os refugiados como escudos humanos.

O fracasso da UNRWA em denunciar ou impedir essas atividades viola as próprias convenções das Nações Unidas. As resoluções do Conselho de Segurança obrigam os representantes da UNRWA a dar "os passos apropriados para ajudar a criar um ambiente seguro" em todas "as situações em que os refugiados estejam (...) vulneráveis à infiltração de elementos armados". Com relação à África, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou que os acampamentos de refugiados deveriam "ser mantidos livres de qualquer presença ou equipamento militar, incluindo armas e munição".[73] As mesmas regras se aplicam aos territórios em disputa.

As escolas sob a jurisdição da UNRWA também são problemáticas. A UNRWA recebe crédito por ajudar na criação dos currículos palestinos que, entre outras coisas, não mostram Israel em mapa algum. As escolas estão cheias de pôsteres dedicados aos homens-bomba. Em 1998, o Departamento de Estado dos EUA solicitou que a UNRWA investigasse denúncias de que o material escolar da Autoridade Palestina continha referências anti-semitas. Um livro ensinava que "traição e deslealdade são traços de caráter dos judeus", mas a UNRWA disse que isso não era ofensivo porque descrevia verdadeiros "eventos históricos". Por fim, o Departamento de Estado informou ao Congresso que "a apresentação da UNRWA dava mostras de caracterizações e conteúdo anti-semitas" nos livros escolares da Autoridade Palestina.[74]

Notas

[1] Arieh Avneri. *The Claim of Dispossession*. New Jersey: Transaction Books, 1984, pág. 272; Kedar, Benjamin. *The Changing Land Betwen the Jordan Sea*. Israel: Yad Izhak Ben-Zvi Press, 1999, pág. 206; Paul Johnson. *A History of the Jews*. New York: Harper & Row, 1987, pág. 529.

[2] Relatório do progresso do mediador das Nações Unidas na Palestina. Submetido ao secretário-geral para transmissão aos membros das Nações Unidas. Registros Oficiais da Assembléia Geral: 3a Sessão, Suplemento 11 (A/648), Paris, 1948, pág. 47, e Suplemento 11A (A/689 e A/689/Add.1, pág. 5; e *Conclusões do Relatório do Progresso do Mediador das Nações Unidas na Palestina* (16 de setembro de 1948). Nações Unidas. doc. A/648 (parte 1, pág. 29; parte 2, pág. 23 e parte 3, pág. 11) (18 de setembro de 1948).

[3] *New York Times* (25 de novembro de 1947).

[4] Avneri, pág. 276.

[5] *Jerusalem Post* (4 de dezembro de 2003).

[6] David Ben-Gurion. *Rebirth and Destiny of Israel*. New York: Philosophical Library, 1954, pág. 220.

[7] Isi Liblier. *The Case of Israel*. Austrália: The Globe Press, 1972, pág. 43.

[8] Joseph Schechman. *The Refugee in the World*. New York: A.S. Barnes and Co., 1963, pág. 184.

[9] I.F. Stone. *This is Israel* . New York: Boni and Gaer, 1948, pág. 27.

[10] *Ash Sha'ab* (30 de janeiro de 1948).

[11] *As Sarih* (30 de março de 1948).

[12] *Avneri*, pág. 270.

[13] *London Daily Mail* (12 de agosto de 1948).

[14] *New York Times* (23 de abril de 1948).

[15] Howard Sachar. A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 270; Alfred A. Knopf, 1979, pág. 332; Avneri, pág. 270.

[16] Memorando secreto de 26 de abril de 1948, do superintendente de Polícia, referente à situação geral em Haifa. Veja também seu memorando de 29 de abril.

[16a] Golda Meir (1898-1978). Nasceu na Ucrânia e emigrou para os Estados Unidos em 1906. Em 1921, já casada, foi para a Palestina, ainda sobre controle britânico. Atuou em movimentos sionistas, participando ativamente da construção da nação judaica. Foi ministra do Trabalho e das Relações Exteriores e primeira-ministra. Renunciou em 1974, após a Guerra do Yom Kippur.

[17] Golda Meir. *My Life*. New York: Dell, 1975, pág. 267-268.

[18] *New York Times* (23 de abril de 1948).

[19] *1*(24 de abril de 1948).

[20] Schechman, pág. 190.

[21] *Relações Exteriores dos Estados Unidos, 1948*, Vol. V. District of Columbia: GPO, 1976, pág. 838.

[22] Tom Segev. *1949: The First Israelis*. New York: The Free Press, 1986, pág. 27-28.

[23] Igal Alon, em Sefer Hapalmach, citado em Larry Collins e Dominique Lapierre. *O Jerusalem!* New York: Simon and Schuster, 1972, pág. 337; Igal Alon. *My Father's House*. New York: W.W. Norton and Company, Inc. 1976, pág. 192.

[24] Benny Morris. *Operation Dani and The Palestinian Exodus from Lydda and Ramle in 1948*, *Middle East Journal* (inverno de 1986), pág. 82-83.

[25] Terence Prittie. *Middle East Refugees*, em Michael Curtis et al. *The Palestinians*. New Jersey: Transaction Books, 1975, pág. 52.

[26] Myron Kaufman. *The Coming Destruction of Israel*. New York: The American Library Inc., 1970, pág. 26-27.

[27] Edward Atiyah. *The Arabs*. Londres: Penguin Books, 1955, pág. 183.

[28] *The Memoirs of Haled al Azm*. Beirute, 1973, Parte 1, pág. 386-387.

[29] Samuel Katz. *Battleground-Fact and Fantasy in Palestine*. New York: Bantam Books, 1985, pág. 15.

[30] King Abdallah. *My Memoirs Completed*. Londres, Longman Group, Ltd., 1978), pág. 16 (geralmente se escreve Abdula, mas está Abdala em suas memórias).

[31] Schechman, pág. 186.

[32] Yehoshofat Harkabi. *Arab Attitudes to Israel*. Jerusalém: Israel Universities Press, 1972, pág. 364.

[33] *Falastin a-Thaura* (março de 1976).

[34] *Dayr Yasin*, Universidade Bir Zeit.

[35] Dan Kurzman. *Genesis 1948*. Ohio: New American Library, Inc., 1970, pág. 141.

[36] Menahem Begin. *The Revolt*. New York: Nash Publishing, 1977, pág. 20-26, 162-163.

[37] Veja, por exemplo, Amos Perlmutter. *The Life and Times of Menahem Begin*. New York: Doubleday, 1987, pág. 214; J. Bowyer Bell. *Terror Out of Zion*. New York: St. Martin's Press, 1977, pág. 292-296; Kurzman, pág. 142.

[38] Uri Milstein. *History of Israel's War of Independence*, Vol. IV. Lanham: University Press of America, 1999, pág. 262.

[39] Milstein, pág. 262.

[40] Kurzman, pág. 148.

[41] Sharif Kanaana e Nihad Zitawi. *Deir Iassin*, Monografia 4, Projeto de Documentação de Povoados Palestinos Destruídos. Bir Zeit: Centro de Documentação da Universidade Bir Zeit, 1987, pág. 55.

[42] Sharif Kanaana. *Reinterpreting Deir Iassin*. Universidade Bir Zeit (abril de 1998).

[43] Milstein, pág. 267.

[44] Rami Nashashibi. *Deir Yasin*. Universidade Bir Zeit (junho de 1996).

[45] Testemunho de Yehoshua Gorodenchik em Jabotinsky Archives.

[46] Milstein, pág. 276.

[47] *Israel and the Arabs: the 50 Year Conflict*, BBC.

[48] Sachar, pág. 335.

[49] Schechtman, pág.268.

[50] Prittie em Curtis, pág. 66-67.

[51] *New York Times* (17 de julho de 1949).

[52] *Telegraph* (Beirute) (6 de agosto de 1948), citado em Schechtman, pág. 210-211.

[53] *Jerusalem Post* (26 de janeiro de 1989).

[54] Suplemento 18 do Relatório da Comissão de Conciliação Palestina para os Registros Oficiais da Sexta Sessão da Assembléia (A/1985), citado em Pablo Azcarate. *Mission in Palestine*, 1948-1952. District of Columbia: Middle East Institute, 1996, pág. 177.

[55] Moshe Sharett. *Israel Positions and Problems. Middle Eastern Affairs* (maio de 1952), pág. 136.

[56] Jornal libanês *Al Said* (16 de abril de 1950), citado em Prittie em Curtis, pág. 69.

[57] *The Writings of Benjamin Franklin*. New York: The Macmillan Company, 1905, pág. 626.

[58] Relatório do Comissário-Geral da Agência de Auxílio e Trabalho das Nações Unidas (UNRWA) para os Refugiados Palestinos no Oriente Próximo, 1 de julho de 2000 a 30 junho de 2001.

[59] Discurso no Parlamento, 24 de abril de 1950, *Abdallah Memoirs*, pág. 13; Aaron Miller. *The Arab States and the Palestine Question*. District of Columbia: Center for Strategic and International Studies, 1986, pág. 29.

[60] Leibler, pág. 48.

[61] Prittie em Curtis, pág. 55.

[62] UNRWA.

[63] Musa Alami. *The Lesson of Palestine. Middle East Journal* (outubro de 1949), pág. 386.

[64] UNRWA.

[65] Schechtman, pág. 220.

[66] *Des Moines Register*, editorial (16 de janeiro de 1952).

[67] *Jerusalem Report* (26 de março de 2001).

[68] *New York Times*, editorial (14 de maio de 1967).

[69] Leibler, pág. 45.

[70] UNRWA Annual Reports (1 de julho de 1966 a 30 de junho de 1967), pág. 11-19; (1 de julho de 1967 a 30 de junho de 1968), pág. 4-10; (1 de julho de 1968 a 30 de junho de 1969), pág. 6; (1 de julho de 1971 a 30 de junho de 1972), pág. 3.

[71] Maurice Romani. *The Case of The Jews from the Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews from Arab Countries, 1977, pág. 34.

[72] Paul McCann, carta ao editor do *The Weekly Standard* (28 de maio de 2002).

[73] Isabel Kershner, "The Refugees Choice?, *Jerusalem Report* (12 de agosto de 2002), pág. 24.

[74] David Tell, resposta a McCann, *The Weekly Standard* (28 de maio de 2002).

15. O Tratamento aos Judeus nos Países Árabes/Islâmicos

MITO

"Os árabes não podem ser anti-semitas porque eles mesmos são semitas".

FATO

O termo anti-semita foi cunhado na Alemanha em 1879 por Wilhelm Marrih para se referir às manifestações antijudaicas da época e dar ao ódio aos judeus um nome que soasse mais científico.[1] O significado de anti-semitismo foi aceito e compreendido como ódio ao povo judeu. Os dicionários definem o termo como: "Teoria, ação ou prática dirigida contra os judeus" e "hostilidade contra judeus como minoria religiosa ou racial, geralmente acompanhada de discriminação política, econômica e social".[2]

O argumento de que os árabes, como semitas, não têm como ser anti-semitas é uma distorção semântica que ignora a realidade da discriminação e da hostilidade árabes contra os judeus. Na verdade, os árabes podem ser tão anti-semitas como qualquer outro povo.

> *"O mundo árabe é o último bastião de um anti-semitismo desenfreado, desavergonhado, explícito e inacreditável. Mitos hitleristas são publicados na imprensa popular como verdades incontestáveis. O Holocausto é reduzido ao mínimo ou negado (...) É difícil de imaginar como o mundo árabe poderá um dia chegar a bom termo com Israel quando retrata os israelenses como o diabo encarnado".*
>
> **– Richard Cohen, colunista *Washington Post*, 30 de outubro de 2001**

MITO

"As nações árabes modernas são apenas anti-Israel e nunca antijudaicas".

FATO

Os líderes árabes sempre deixaram clara a sua animosidade pelos judeus e o judaísmo. Por exemplo, em 23 de novembro de 1937 o rei Ibn Saud da Arábia Saudita disse ao coronel britânico H.R.P. Dickson: "Nosso ódio aos judeus remonta à condenação divina destes pela sua perseguição e rejeição a Isa (Jesus) e a subseqüente rejeição do profeta por Ele escolhido". E acrescentou:

"Para os muçulmanos, matar ou ser morto por um judeu lhes garante uma entrada imediata no paraíso e na augusta presença do Deus Todo-Poderoso".[3]

Quando Hitler apresentou as leis raciais de Nuremberg em 1935, recebeu telegramas de congratulações de todos os cantos do mundo árabe.[4] Mais tarde, durante a guerra, um dos seus partidários mais ardentes foi o Mufti de Jerusalém.

Os judeus jamais puderam viver na Jordânia. A Lei Civil número 6, que vigorava na Cisjordânia ocupada pela Jordânia, declara explicitamente: "Todo homem que não for judeu será súdito jordaniano".[5]

Os países árabes fazem com que até mesmo as crianças aprendam na escola a odiar judeus. O ministro da Educação sírio escreveu em 1968: "O ódio que inculcamos nas mentes de nossos filhos desde o seu nascimento é sagrado".[6]

Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, os israelenses encontraram livros escolares que haviam sido usados na educação de crianças árabes na Cisjordânia. Estavam repletos de descrições racistas e odiosas dos judeus:

> "Os judeus estão dispersos pelos confins do mundo, onde vivem exilados e desprezados, pois são naturalmente vis, gananciosos e inimigos da humanidade; por sua natureza, são tentados a roubar terras que sirvam de asilo para sua desgraça".[7]

> "Analise as seguintes sentenças:
> 1. O próprio mercador viajou ao continente africano.
> 2. Iremos expulsar todos os judeus dos países árabes".[8]

> "Os judeus de nosso tempo são descendentes daqueles que prejudicaram o profeta Maomé. Eles o traíram, quebraram o acordo que tinham com ele e somaram forças com seus inimigos a fim de combatê-lo".[9]

> "Os judeus foram perseguidos e desprezados na Europa devido à sua corrupção, mesquinharia e traição".[10]

Um manual jordaniano de 1977 para professores das primeiras séries, usado na Cisjordânia, instrui os educadores a "incutir na alma do aluno a regra do Islã de que, se os inimigos ocupam uma polegada que seja de terras islâmicas, a jihad (guerra santa) torna-se um imperativo para todo muçulmano". Este diz também que os judeus conspiraram para assassinar Maomé quando este era uma criança.

Outro texto jordaniano, um livro de estudos sociais de 1982, defende a tese de que Israel ordenou o massacre de palestinos em Sabra e Shatila durante a Guerra do Líbano, mas não menciona os árabes cristãos que o cometeram.[11]

Segundo uma análise de livros escolares sírios, "o sistema educativo sírio expande o ódio a Israel e ao sionismo para o anti-semitismo dirigido a todos os judeus, evocando antigos motivos islâmicos para descrever a natureza imutável e traiçoeira dos judeus. Sua conclusão inevitável é que todos os judeus devem ser aniquilados".[12] Para citar um exemplo, um livro para estudantes do segundo grau afirma que os judeus odiavam muçulmanos e eram movidos pela inveja para incitar a hostilidade contra eles:

> "Os judeus não poupam esforços para nos enganar, negar nosso Profeta, incitar contra nós e distorcer as Sagradas Escrituras. Os judeus cooperam com os politeístas e infiéis contra os muçulmanos porque sabem que o Islã revela as artimanhas e características abjetas deles".[13]

Uma tradução árabe do livro *Mein Kampf* (Minha Luta), de Adolf Hitler, vem sendo distribuída em Jerusalém Oriental e nos territórios controlados pela Autoridade Palestina, onde se tornou um *bestseller*.[14]

De tempos em tempos, o anti-semitismo árabe aflora nas Nações Unidas. Em março de 1991, por exemplo, um delegado sírio para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas leu uma declaração em que recomendava aos membros da comissão "um livro valioso" chamado *A Matsá de Sion*, escrito pelo ministro da Defesa da Síria, Mustafá Tlas. O livro apresenta as acusações de assassinatos rituais apresentadas contra os judeus no libelo de sangue de Damasco, em 1840[15] (a frase "libelo de sangue" se refere às acusações de que os judeus matam crianças cristãs para usar seu sangue no ritual de confecção das *matsót* [pães ázimos] para a Páscoa judaica).

O rei Faisal de Arábia Saudita proferiu calúnia semelhante numa entrevista de 1972: "Israel tem intenções maliciosas desde os tempos antigos. Seu objetivo é a destruição de todas as demais religiões (...) Eles as consideram inferiores à sua, bem como os outros povos inferiores ao seu. Sobre o tema da vingança, eles têm um determinado dia no qual misturam o sangue de não-judeus em seu pão e comem. Há dois anos, quando estava de visita em Paris, a polícia encontrou cinco crianças assassinadas. Seu sangue havia sido drenado e soube-se que alguns judeus as haviam assassinado para obter o seu sangue e misturá-lo ao pão que comem nesse dia. Isso mostra até onde chega o ódio e malícia deles em relação aos povos não-judeus.[16]

> *"Encontramos livros com passagens tão anti-semitas que, se tivessem sido publicadas na Europa, seus editores seriam condenados por crime de racismo".*
>
> – **François Zimerav, advogado francês e membro do parlamento europeu ao comentar textos palestinos, sírios e egípcios, *Jerusalem Post* (16 de outubro de 2001)**

Em 11 de novembro de 1999, durante um aparecimento em Gaza junto à primeira-dama dos EUA, Hillary Clinton, Suha Arafat, mulher do presidente da Autoridade Palestina, declarou: "Nosso povo tem sido submetido ao uso diário e extensivo de gases venenosos pelas forças israelenses, o que tem levado a um aumento nos casos de câncer entre mulheres e crianças". Acusações fantasiosas semelhantes têm sido feitas por outros dirigentes palestinos.[17]

A imprensa árabe ou muçulmana, que é quase que exclusivamente controlada pelos governos de cada nação do Oriente Médio, publica regularmente artigos e charges anti-semitas. É comum encontrar publicações anti-semitas no Egito. Por exemplo, o jornal oficial *Al-Ahram* publicou um artigo fornecendo antecedentes "históricos" à fantasia do libelo de sangue, ao mesmo tempo em que acusa Israel de usar o sangue de crianças palestinas para assar as *matsót* até o dia de hoje.[18] Artigos anti-semitas aparecem regularmente na imprensa da Jordânia e da Síria. Muitos dos ataques se referem à negação do Holocausto, sua "exploração" pelo sionismo e a comparação deste e de Israel com o nazismo.

Em novembro de 2001, um programa de humor veiculado na segunda mais popular rede de televisão do mundo árabe levou ao ar um personagem que representava Ariel Sharon bebendo o sangue de crianças árabes com uma aparência grotesca de judeu ortodoxo. A TV de Abu Dhabi também transmitiu um programa em que Drácula aparece para dar uma mordida em Sharon, mas acaba morrendo porque o sangue dele está contaminado. Os protestos contra o anti-semitismo desses programas foram ignorados pela rede de televisão.[19] A mídia da Autoridade Palestina também usa material anti-semita e de incitação ao ódio. Um sermão de sexta-feira na mesquita *Zayeb bin Sultan Aal Nahyan*, em Gaza, que pedia o assassinato de judeus e americanos, foi transmitido ao vivo pela televisão da Autoridade Palestina:

> "Não tenham misericórdia dos judeus, não importa onde estejam, em qualquer país. Lutem contra eles, onde vocês estiverem. Onde quer que vocês os encontrem, matem-nos. Onde quer que vocês estejam, matem aqueles judeus e os americanos que são como eles, e aqueles que estão ao seu lado. Estão todos na mesma trincheira contra árabes e muçulmanos, porque criaram Israel aqui, no coração palpitante do mundo árabe, na Palestina".[20]

> *"Até mesmo revistas palestinas de palavras cruzadas são usadas para atacar Israel e os judeus, oferecendo pistas, por exemplo, que o caráter dos judeus é traiçoeiro".*[21]
>
> **– Al-Ahram (23 de maio de 1998)**

MITO

"Os judeus que viviam nos países islâmicos eram bem tratados pelos árabes".

FATO

Embora as comunidades judaicas nos países islâmicos vivessem melhor do que as de terras cristãs na Europa, os judeus não escaparam de perseguições e humilhações entre os árabes. O historiador da Universidade de Princeton Bernard Lewis escreve: "A Idade de Ouro dos direitos iguais foi um mito e a crença nisso foi resultado, e não causa, da simpatia dos judeus pelo Islã".[22]

Maomé, o fundador do Islã, viajou para Medina no ano 622 E.C. para atrair seguidores á sua nova fé. Quando os judeus de Medina se recusaram a reconhecê-lo como seu profeta, duas das principais tribos judaicas foram expulsas; em 627, os seguidores de Maomé mataram entre 600 e 900 homens e dividiram as mulheres e crianças judias sobreviventes entre eles.[23]

A atitude dos muçulmanos com relação aos judeus se reflete em diversos versículos do Corão, o livro sagrado da fé islâmica. "Eles (os judeus) foram condenados à humilhação e à desgraça. Eles atraíram para si a ira de Deus por negarem constantemente os sinais de Deus e matarem injustamente seus profetas, bem como por desobedecerem e transgredirem" (Sura 2:61).

De acordo com o Corão, os judeus buscam trazer a corrupção (5:64), sempre são desobedientes (5:78) e inimigos de Alá, do Profeta e dos anjos (2:97-98). Os judeus sempre foram vistos com desdém por seus vizinhos muçulmanos; a coexistência pacífica entre os dois grupos envolvia a subordinação e degradação dos judeus. No século IX, o califa de Bagdá, Al-Mutawakil, criou um distintivo amarelo para os judeus. Séculos mais tarde, isso foi imitado pela Alemanha nazista.[24]

> *"No sábado (5 de maio) o presidente sírio, Bashar Assad, deu uma demonstração clara, para não dizer vil, dos motivos pelos quais ele e seu governo não são dignos de respeito ou boas relações com os Estados Unidos ou qualquer outro país democrático. Ao saudar o Papa João Paulo II em Damasco, o senhor Assad lançou um ataque contra os judeus que pode ser catalogado como o discurso mais ignorante e cruel já pronunciado diante do Papa em suas duas décadas de viagens ao redor do mundo. Ao comparar o sofrimento dos palestinos ao de Jesus Cristo, o senhor Assad afirmou que os judeus 'tentaram matar os princípios de todas as religiões com a mesma mentalidade com que traíram Jesus Cristo e do mesmo modo como tentaram trair e matar o profeta Maomé.' Com esse libelo, o presidente sírio manchou ao mesmo tempo seu país e o Papa..."*
>
> **– Editorial do *Washington Post*, (8 de maio de 2001)**

Em diversas épocas, os judeus viveram em relativa paz e prosperaram cultural e economicamente em terra muçulmanas. Mas sua situação nunca foi segura e mudanças no clima político ou social levavam com freqüência à perseguição, à violência e à morte.

Quando se percebia que os judeus estavam alcançando uma posição confortável na sociedade islâmica, o anti-semitismo aflorava, quase sempre com resultados devastadores. Em 30 de dezembro de 1066, Iossef Hanaguid, o vizir judeu de Granada, Espanha, foi crucificado por uma multidão de árabes que passou a arrasar o bairro judeu da cidade e chacinou seus cinco mil habitantes. A revolta foi incitada por pregadores muçulmanos que protestavam furiosamente contra o que consideravam um poder político judaico desordenado.

De modo semelhante, em Fez, no ano de 1465, multidões árabes chacinaram milhares de judeus, deixando apenas 11 vivos, depois que o vice-vizir judeu tratou uma mulher muçulmana de "maneira ofensiva". Os assassinatos provocaram uma onda de massacres semelhantes por todo o Marrocos.[25]

Ocorreram outros assassinatos em massa de judeus em terras árabes: em Marrocos, no século VIII, comunidades inteiras foram expulsas pelo governante muçulmano Idris I; na África do Norte, no século XII, os almohades ora convertiam à força ora dizimavam inúmeras comunidades; na Líbia, em 1785, Ali Burzi Pasha assassinou centenas de judeus; na Argélia houve massacres de judeus em 1805, 1815 e 1830; e em Marrakesh, em Marrocos, mais de 300 judeus foram assassinados entre 1864 e 1880.[26]

Decretos ordenando a destruição de sinagogas vigoraram no Egito e Síria (1014, 1293-1294, 1301-1302), Iraque (854-859, 1344) e Iêmen (1676). Apesar da proibição no Corão, os judeus foram forçados a se converter ao Islã ou a se deparar com a morte no Iêmen (1165 e 1678), em Marrocos (1275, 1465 e 1790-1792) e no Iraque (1333 e 1344).[27]

A situação dos judeus em terras árabes ficou ainda pior no século XIX. Judeus da maior parte da África do Norte (incluindo Argélia, Tunísia, Líbia e Marrocos) foram forçados a viver em guetos. Em Marrocos, que tinha a maior comunidade da diáspora islâmica, ao sair do gueto, os judeus só podiam andar a pé ou usar sapatos de palha. Até as crianças muçulmanas participavam da degradação dos judeus, arremessando pedras ou humilhando-os de outras maneiras. A freqüência da violência antijudaica aumentava e muitos judeus eram executados sob acusação de apostasia. As denúncias de assassinatos rituais contra os judeus foram comuns no Império Otomano.[28]

O destacado orientalista G.E. von Grunebaum escreveu:

> "Não seria difícil reunir os nomes de um número significativo de indivíduos ou cidadãos judeus do meio islâmico que alcançaram altas posições, poder, grande influência econômica ou uma

> posição intelectual reconhecida e considerável; e o mesmo pode-se dizer dos cristãos. Contudo, também não seria difícil compilar uma extensa lista de perseguições, confiscos arbitrários, tentativas de conversões forçadas ou pogroms".[29]

O perigo para os judeus tornava-se maior na medida em que se aproximava um confronto nas Nações Unidas. O delegado sírio, Faris el-Khouri, advertiu: "A menos que o problema de Palestina seja solucionado, teremos dificuldades em proteger e salvaguardar os judeus no mundo árabe".[30]

Durante a década de 1940, mais de mil judeus foram mortos em revoltas antijudaicas no Iraque, na Líbia, no Egito, na Síria e no Iêmen,[31] o que ajudou a provocar a saída em massa dos judeus dos países árabes.

MITO

"Como 'Povos do Livro', judeus e cristãos estão protegidos sob a lei islâmica".

FATO

Esse argumento está fundamentado no tradicional conceito de *dhima* (lei de proteção), estendido pelos conquistadores muçulmanos a cristãos e judeus em troca de subordinação. Todavia, o francês Jacques Elul, autoridade no assunto, assinalou: "Devemos nos perguntar: protegidos de quem? Quando o 'estrangeiro' vive em países islâmicos, a resposta só pode ser: dos próprios muçulmanos".[32]

Os povos submetidos à lei islâmica em geral tinham que optar entre morte e conversão, mas judeus e cristãos, como adeptos das Escrituras, tinham permissão, como *dhimis* (pessoas protegidas), para praticar suas respectivas crenças. Entretanto, essa "proteção" pouco fez para garantir que ambos fossem bem tratados pelos muçulmanos. Pelo contrário, um aspecto integral do *dhima* era que, por ser um infiel, tinha que reconhecer abertamente a superioridade do verdadeiro crente: o muçulmano. Nos primeiros anos da conquista islâmica, o "tributo" (ou *jizya*) pago anualmente como um imposto individual simbolizava a subordinação dos *dhimi*.[33]

Mais tarde, o status inferior de judeus e de cristãos foi reforçado por uma série de regulamentos que regiam a conduta dos *dhimis*. Sob ameaça de morte, eles eram proibidos de zombar do Corão, do Islã ou de Maomé, ou criticá-los, de fazer proselitismo entre muçulmanos ou de tocar uma mulher muçulmana (embora um muçulmano pudesse ter uma não-muçulmana como esposa).

Os *dhimis* estavam excluídos de cargos públicos e do serviço militar e proibidos de portar armas. Não podiam montar cavalos ou camelos, construir sinagogas e igrejas mais altas do que as mesquitas, erguer casas maiores do que as dos muçulmanos ou beber vinho em público. Eram obrigados a vestir roupas que os distinguissem e não podiam rezar em voz alta – já que isso poderia ofender

os muçulmanos. Eles também tinham que se humilhar publicamente perante os muçulmanos, por exemplo, cedendo-lhes sempre a passagem nas ruas. Tampouco lhes era permitido apresentar provas contra um muçulmano diante de um tribunal e seu juramento na corte islâmica era inaceitável.

Para se defender, o *dhimi* tinha que pagar um alto valor por testemunhas muçulmanas, o que o deixava com poucos recursos legais quando prejudicado por um muçulmano.[34]

No século XX, o status do dhimi em terras muçulmanas não melhorou de modo significativo. H.E.W. Young, vice-cônsul britânico em Mosul (no Iraque), escreveu em 1909:

> "A atitude dos muçulmanos com relação a cristãos e judeus é a de um senhor com seus escravos, a quem trata com uma certa tolerância senhorial, desde que se mantenham no seu devido lugar. Qualquer sinal de pretensão à igualdade é prontamente reprimido.[35]

MITO

"As escolas muçulmanas nos EUA ensinam a tolerância com o judaísmo e outras crenças e defendem a boa convivência com Israel".

FATO

Embora seja notório que muitas escolas muçulmanas em países árabes e islâmicos doutrinam os estudantes com o ódio aos judeus e a Israel, só recentemente se revelou que ensinamentos semelhantes prevalecem nos Estados Unidos. Algumas escolas islâmicas no Estado de Virgínia, por exemplo, têm em suas classes mapas do Oriente Médio nos quais Israel não existe. Num deles, Israel foi apagado e substituído pela palavra Palestina.

Um livro escolar do 11º ano ensina que um sinal (da chegada) do Dia do Juízo será que os muçulmanos vão combater e matar judeus, que vão se esconder atrás de árvores que dirão: "Ó muçulmano, ó servo de Deus, eis um judeu escondido atrás de mim. Venha cá e mate-o!" [36]

Os ataques não se restringem aos judeus, mas também atingem cristãos. Por exemplo, os estudantes são ensinados que o Dia do Juízo só virá quando Jesus Cristo retornar à Terra, quebrar a cruz e converter todos ao Islã. As escolas particulares têm permissão legal para ensinar o que querem, desde que cumpram os requisitos do Estado (americano). Uma fundação muçulmana de Los Angeles insinuou uma visão de ódio semelhante em escolas públicas. A Fundação Omar Ibn Khatab doou 300 cópias de uma tradução do Corão contendo notas de rodapé que descreviam os judeus como arrogantes e pessoas sem fé.[37] Após a descoberta das passagens anti-semitas, os livros foram banidos.

A SITUAÇÃO ATUAL

Os Judeus na Argélia

População em 1948: 140 mil
Em 2001: menos de 100

A presença de judeus na Argélia contemporânea remonta aos primeiros séculos da Era Comum. No século XIV, com a deterioração das condições na Espanha, muitos judeus espanhóis se mudaram para a Argélia. Entre eles havia uma série de eruditos destacados como Rav Yitschac ben Sheshet Perfet (o Ribash) e Rav Shimon ben Zemá Duran (o Rashbats). Após a ocupação do país pela França, em 1830, os judeus adotaram gradualmente a cultura francesa e lhes foi concedida a cidadania francesa.[1]

Em 1934, incitados pelos acontecimentos na Alemanha nazista, muçulmanos de Constantinopla (atual Istambul) em fúria mataram 25 judeus e feriram muitos outros. Após a independência, em 1962, o governo argelino passou a atormentar a comunidade judaica e privou os judeus de seus direitos econômicos. Como resultado disso, quase 130 mil judeus argelinos emigraram para a França. Desde 1948, 26.681 judeus argelinos emigraram para Israel. A maioria dos judeus remanescentes vive em Argel, mas também há pessoas em Orã e Blida. Eles têm liberdade de religião e os líderes da comunidade judaica fazem parte de funções estatais cerimoniais. Não há um rabino residente.[2]

Em 1994, a organização terrorista Grupo Islâmico Armado (GIA) declarou sua intenção de eliminar os judeus da Argélia, mas até agora não há notícia de ataques.[3] Em seguida a esse anúncio, muitos judeus deixaram a Argélia e a única sinagoga foi abandonada.[4] Todas as demais sinagogas já haviam virado mesquitas.

Os Judeus no Egito

População em 1948: 75 mil
Em 2001: 100[1]

Entre junho e novembro de 1948, bombas lançadas contra o bairro judeu do Cairo mataram mais de 70 moradores e feriram 200.[2] Em 1956, o governo egípcio usou a campanha do Sinai como pretexto para expulsar quase 25 mil judeus e confiscar suas propriedades. Aproximadamente outros mil judeus foram enviados para prisões e campos de detenção. Em 23 de novembro de 1956, uma declaração assinada pelo ministro de Assuntos Religiosos, e lida em voz alta nas mesquitas por todo o Egito, dizia que "todos os judeus eram sionistas e inimigos do Estado", e prometeu que eles seriam expulsos em breve. Milhares de judeus receberam ordens para deixar o país. Receberam

permissão para levar apenas uma mala e uma pequena soma em dinheiro e foram obrigados a assinar declarações "doando" suas propriedades ao governo egípcio. Observadores estrangeiros relataram que membros de famílias judaicas foram feitos reféns, aparentemente para assegurar que os que estavam sendo forçados a partir não criticariam o governo egípcio.[3]

Quando estourou a guerra em 1967, as casas e as propriedades dos judeus foram confiscadas. A atitude do Egito com relação aos judeus refletia, naquela época, a de centenas de veteranos nazistas que receberam permissão para se estabelecer no Egito e ganharam postos no governo. O chefe da Gestapo polonesa, Leopold Gleim (que havia sido condenado à morte à revelia), controlava a polícia secreta egípcia.

Em 1979, a comunidade judaica do Egito foi a primeira do mundo árabe a estabelecer contato oficial com Israel, que agora tem uma embaixada no Cairo e um consulado geral em Alexandria. Atualmente, os poucos judeus remanescentes têm liberdade para praticar o judaísmo sem restrições ou atribulações. A sinagoga Shaar Hashamaim é a única em funcionamento no Cairo. Das muitas sinagogas de Alexandria, somente a Eliahu Hanavi está aberta para serviços religiosos.[4]

O anti-semitismo na imprensa egípcia é encontrado principalmente, mas não exclusivamente, nos jornais de oposição. O governo tem condenado o anti-semitismo e aconselhando jornalistas e caricaturistas a evitar o anti-semitismo. Não têm ocorrido incidentes anti-semitas nos últimos anos contra a minúscula comunidade judaica.[5]

Em setembro de 2000, iniciou-se a construção de uma ponte rodoviária sobre o antigo cemitério judaico de Basatin, no Cairo. O ministério da Habitação do Egito e o grupo de judeus ultra-ortodoxos americanos Atra Cadisha forneceram cooperação e recursos. As obras não afetarão qualquer túmulo e respeitarão a lei judaica que diz respeito a cemitérios.

O anti-semitismo é crescente na imprensa controlada pelo governo e aumentou em 2000 e 2001, após o reinício da violência em Israel e nos territórios. Em abril de 2001, o colunista Ahmed Ragheb lamentou o fracasso de Hitler em aniquilar os judeus. Em maio de 2001, um artigo no jornal *Al-Akhbar* atacou europeus e americanos por acreditarem num falso Holocausto.[6]

Os Judeus no Irã

População em 1948: 100 mil
Em 2001: 11.500[1]

A comunidade judaica da Pérsia, atual Irã, é uma das mais antigas da diáspora e suas raízes históricas remontam ao século VI AEC, à época do primeiro templo. Sua história no período pré-islâmico está entrelaçada com a dos judeus da vizinha Babilônia. Ciro, o primeiro da dinastia Aquemênida,

conquistou a Babilônia em 539 AEC e permitiu aos exilados judeus que retornassem à terra de Israel, encerrando o primeiro exílio. As colônias judaicas estavam dispersas nas regiões centrais da Babilônia e até as províncias persas e cidades como Hamadã e Susã.

Os livros de Ester, Esdras, Neemias e Daniel dão uma descrição favorável do relacionamento entre os judeus e a corte dos aquemênidas em Susã. Sob a dinastia Sassânida (226-642 EC), a comunidade judaica da Pérsia cresceu consideravelmente e se espalhou pela região; todavia, os judeus foram sistematicamente oprimidos e perseguidos. A invasão dos árabes muçulmanos em 642 EC acabou com a independência da Pérsia, instalou o Islã como religião oficial e causou um profundo impacto sobre os judeus, por modificar o seu status sócio-político. Durante o século XIX, os judeus foram perseguidos e discriminados. Houve ocasiões em que comunidades inteiras foram forçadas à conversão. Ocorreu uma considerável emigração para a Terra de Israel e o movimento sionista espalhou-se por toda a comunidade.

Sob a dinastia Pahlevi, estabelecida em 1925, o país foi secularizado e ocidentalizado. Isso foi muito benéfico para os judeus, que foram emancipados e desempenharam um importante papel na economia e na vida cultural. Às vésperas da revolução islâmica de 1979, 80 mil judeus viviam no Irã. Com o início da revolta, dezenas de milhares, especialmente os mais ricos, abandonaram o país, deixando para trás valioso patrimônio.

O Conselho da Comunidade Judaica, estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, é o órgão representativo da comunidade. Os judeus também têm um representante no Parlamento que é obrigado, por lei, a apoiar a política exterior iraniana e sua posição anti-sionista. Apesar da distinção oficial entre judeus, sionistas e Israel, a acusação mais comum enfrentada pelos judeus é a de manter contatos com sionistas.

A comunidade judaica desfruta de uma certa liberdade religiosa, mas enfrenta a suspeita constante de cooperar com o Estado sionista e a "América imperialista" – ambas atividades puníveis com a morte. Judeus que pedem um passaporte para viajar ao exterior só podem fazê-lo num escritório especial e são imediatamente colocados sob vigilância. Em geral, o governo não permite que todos os membros de uma mesma família viajem ao mesmo tempo, a fim de impedir a emigração judaica. Devido às restrições impostas a minorias religiosas, os judeus vivem mais uma vez sob a condição de dhimi. Seus líderes temem represálias do governo e chamam a atenção para os maus tratos sofridos por suas comunidades.

A mídia oficial divulga propaganda anti-semita regularmente. Um exemplo claro é a publicação estatal dos Protocolos dos Sábios de Sion, uma notória fraude czarista, em 1994 e 1999.[2] Os judeus também sofrem diversos graus de discriminação sancionada oficialmente, em particular nos campos do emprego, educação e habitação pública.[3]

A islamização do país impõe controle rígido sobre as instituições educacionais judaicas. Antes da revolução havia 20 escolas judaicas funcionando em todo o país, mas nos últimos anos a maioria delas foi fechada. Nas remanescentes, os diretores judeus foram substituídos por muçulmanos. Ainda há, em Teerã, três escolas nas quais os alunos judeus são maioria. O currículo é islâmico e o uso da língua persa para os estudos judaicos é proibido. Aulas especiais em hebraico são dadas às sextas-feiras pela organização ortodoxa Otsár Hatorá, responsável pela educação judaica religiosa. O sábado não é reconhecido oficialmente como o shabát judaico e os alunos judeus são obrigados a ir à escola nesse dia. Existem três sinagogas em Teerã, mas desde 1994 não há rabinos no Irã e o bêt din não funciona.[4]

O Irã rompeu relações com Israel após a derrubada do xá Reza Pahlevi e a declaração de um Estado islâmico em 1979. Depois disso, o país passou a apoiar muitas das organizações terroristas islâmicas que têm por alvo judeus e israelenses, em particular o Hezbolá, com sede no Líbano. Não obstante, a comunidade judaica do Irã é a maior do Oriente Médio fora de Israel. Em 1999, na véspera de Pêssach (a Páscoa judaica). 13 judeus de Shirã e Isfahã, no sudeste do Irã, foram presos e acusados de espionagem para Israel e para os Estados Unidos. Entre os presos havia um rabino, um shochêt (açougueiro que sacrifica segundo o ritual judaico) e professores. Em setembro de 2000, uma corte de apelação iraniana ratificou o veredicto de manter os 13 judeus acusados de espionagem para Israel aprisionados. Dez deles foram considerados culpados de cooperar com Israel e condenados de dois a nove anos de prisão e três foram considerados inocentes em primeira instância.[5] Em março de 2001, um dos judeus presos foi posto em liberdade e outro libertado em janeiro de 2002. Os últimos cinco aparentemente receberam liberdade condicional por período indeterminado, deixando-os vulneráveis a um encarceramento futuro. Outros três foram publicamente perdoados pelo líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Camenei.[6]

Pelo menos 13 judeus foram executados no Irã desde a revolução islâmica de 1979, em sua maioria por motivos religiosos ou por sua ligação com Israel. Por exemplo, em maio de 1998, o empresário judeu Ruholá Cakhodá-Zadê foi enforcado na prisão, sem qualquer condenação pública ou procedimento legal, aparentemente por ajudar na emigração de judeus.[7]

Judeus presos no Irã como espiões

Israel e EUA estão exigindo a libertação imediata de 13 judeus presos no Irã sob acusação de espionagem, afirmando que são moedas de troca e podem estar motivados por anti-semitismo.

Os 13 judeus de Shirã e Isfahã, no sul do Irã, foram presos na véspera da Páscoa judaica e acusados de espionar para o "regime sionista" e em favor da "arrogância do mundo" – referências a Israel e Estados Unidos, respectivamente. No entanto, as prisões só vieram a conhecimento público em 7 de junho. Entre os presos estavam um rabino, um shochêt e professores. Em

1997, o Irã capturou duas pessoas acusadas de espionar para Israel e para os EUA. Um dia antes, em Nova York, o então ministro das Relações Exteriores, Ariel Sharon, negou veementemente que qualquer dos homens presos estivesse envolvido com espionagem e afirmou que nenhum deles tinha ou jamais teve qualquer ligação com os serviços secretos israelenses.

Um dia antes, Washington denunciou as prisões e pediu que o governo iraniano libertasse os prisioneiros. Fontes governamentais do primeiro escalão do governo disseram que a administração também estava trabalhando para pressionar o Irã.

Os judeus de Nova York, que mantêm um contato próximo com ativistas judeus no Irã, disseram ao jornal israelense *Haaretz* que as prisões em Shiraz – que, pelos padrões iranianos, é uma comunidade judaica atuante – podem ser uma tentativa de impedir que tal atuação se espalhe para outras localidades do Irã.

Como exemplo da dinâmica de Shiraz, uma fonte cujos interesses comerciais exigem que se mantenha atenta ao Irã observou que a comunidade tem se recusado a acatar uma exigência governamental, qual seja, manter seus negócios abertos no shabát e, por sua vez, fechá-los na sexta-feira. Isso, segundo ele, enfureceu o governo e aparentemente foi o motivo das prisões. Entretanto, outros dirigentes judeus de Nova York afirmaram que compartilham da posição diplomática de que as prisões são resultado de uma luta pelo poder entre o governo iraniano e as forças contrárias às reformas.

A organização israelense de assistência aos judeus iranianos afirmou que a França é a melhor esperança para a libertação dos prisioneiros devido às suas boas relações com o Irã. Os judeus americanos em particular afirmaram que também depositam suas esperanças na França pela mesma razão.

Nomes dos prisioneiros:

1, 2. David, 25 anos, e Doni Tefilin, 28 (irmãos), presos em Shiraz.

3. Javid Beth Jacob, 40 anos, preso em Shiraz.

4. Farhad Seleh, líder comunitário preso em Isfahã e transferido para Shiraz.

5. Nasser Levi Haim, 45 anos, líder comunitário preso em Isfahã e transferido para Shiraz.

6. Asher Zadmehror, 48 anos, líder comunitário preso em Isfahã e transferido para Shiraz.

7. Navid Bala Zadeh, 16 anos, preso em Isfahã e transferido para Shiraz.

8. Nejat Beroukkhim (tio), 35 anos, líder religioso preso em Isfahã e transferido para Shiraz.

9. Arash Beroukhim (sobrinho), líder religioso preso em Isfahã e transferido para Shiraz.

10. Farhad, 30 anos, e Faramaz Kashi, 34 anos (irmãos), presos em Shiraz.
11. Shahrokh Pak Nahad, 29 anos, preso em Isfahã e transferido para Shiraz.
12. Ramin Farzam, 35 anos.

Fonte: *www.haaretzdaily.com*, site do jornal israelense *Haaretz*, edição eletrônica em inglês de 9 de junho de 1999.

Os Judeus no Iraque

População em 1948: 150 mil
Em 2001: aproximadamente 100[1]

No Iraque ainda subsiste uma das mais antigas comunidades judaicas. No ano 722 AEC, as tribos do norte de Israel foram derrotadas pela Assíria e alguns judeus foram levados para o que hoje é conhecido como Iraque. Em 586 AEC, estabeleceu-se uma comunidade que cresceu quando os babilônios conquistaram as tribos do sul de Israel e fizeram os judeus cativos. Nos séculos seguintes, a região tornou-se mais hospitaleira para os judeus e converteu-se no lar de alguns dos mais proeminentes eruditos do mundo, que produziram o Talmud da Babilônia entre 500 e 700 EC.

O Iraque converteu-se num Estado independente em 1932. A comunidade judaica iraquiana, com 2.700 anos de existência, tem sofrido uma perseguição horrível desde então, particularmente desde que o movimento sionista por um Estado se intensificou. Em junho de 1941, o golpe de Rashi Ali, pró-nazista e inspirado pelo Mufti, provocou revoltas e um pogrom em Bagdá. Com a cumplicidade da polícia e do Exército, multidões de iraquianos armados assassinaram 180 judeus e feriram mil. Outras rebeliões antijudaicas ocorreram entre 1946 e 1949. Após a fundação do Estado de Israel, o sionismo foi considerado crime capital.

Em 1950, os judeus iraquianos receberam permissão para deixar o país no prazo de um ano, com a garantia de preservação da sua cidadania. Entretanto, congelaram-se as propriedades dos judeus que emigraram e foram impostas restrições econômicas àqueles que optaram pela permanência no país. Entre 1949 e 1951, 104 mil judeus foram retirados do Iraque nas operações Esdras e Neemias; outros 20 mil saíram clandestinamente através do Irã.[2]

Em 1952, o governo do Iraque proibiu os judeus de emigrar e enforcou dois deles em praça pública, após acusá-los falsamente de colocar uma bomba no escritório da Agência de Informação dos EUA em Bagdá. Junto ao crescimento das disputas entre facções Baath rivais em 1963, foram impostas restrições adicionais aos judeus iraquianos remanescentes. A venda de propriedades foi proibida e todos os judeus foram obrigados a portar carteiras de identidade amarelas. Após a Guerra dos Seis Dias foram impostas novas medidas de repressão: os judeus tiveram suas propriedades confiscadas e contas bancárias congeladas; foram despedidos de cargos públicos, seus

negócios foram fechados, licenças comerciais canceladas e telefones desconectados. Os judeus foram postos em prisão domiciliar por longos períodos ou restritos às suas cidades.

A perseguição teve o seu pior momento no fim de 1968. Numerosas pessoas foram encarceradas após o descobrimento de uma suposta rede de espionagem constituída de empresários judeus. Quatorze homens – 11 deles judeus – foram condenados à morte em julgamentos teatrais e enforcados nas praças públicas em Bagdá; outros morreram vítimas de tortura. Em 27 de janeiro de 1969, a Rádio Bagdá convocou os iraquianos a "comparecerem e desfrutarem da festa". Cerca de 500 mil homens, mulheres e crianças desfilaram e dançaram junto aos patíbulos dos quais pendiam os corpos dos judeus enforcados, ainda balançando. A multidão cantava ritmicamente "morte a Israel" e "morte a todos os traidores", cuja exposição provocou uma repulsa mundial a que a Rádio Bagdá reagiu com a seguinte declaração: "Nós enforcamos espiões, mas os judeus crucificaram Cristo".[3] Os judeus permaneceram sob vigilância constante do governo do Iraque. Um judeu iraquiano (que mais tarde escapou) escreveu em fevereiro de 1970 no seu diário:

> "Úlceras, ataques cardíacos e colapsos nervosos são cada vez mais freqüentes entre os judeus (...) A desumanização da personalidade do judeu, resultante de humilhações e tormentos contínuos (...) tem nos degradado até o mais baixo nível das nossas faculdades físicas e mentais, e tem nos tirado a capacidade de recuperação".[4]

Em resposta à pressão internacional, o governo de Bagdá permitiu, discretamente, que a maioria dos judeus restantes emigrasse no início da década de 1970, ao mesmo tempo em que mantinha outras restrições em vigor. A maior parte dos judeus remanescentes no Iraque está velha demais para partir. Eles têm sido pressionados pelo governo a entregar, sem compensação, propriedades avaliadas em mais de US$ 200 milhões.[5]

O governo também assume retórica anti-semita. Uma declaração feita em 2000 se refere aos judeus como "descendentes de macacos e porcos, e adoradores do tirano infiel".[6]

Em 1991, antes da Guerra do Golfo, o Departamento de Estado dos EUA afirmou que "não há qualquer evidência recente de perseguição aberta a judeus, mas o regime restringe viagens (particularmente a Israel) e contatos com grupos judaicos no exterior".

Uma reportagem do *Jerusalem Post* destacou que 75 judeus haviam fugido do Iraque nos últimos cinco anos, a maioria dos quais para a Holanda ou para a Inglaterra. Por volta de 20 emigraram para Israel.[7]

Apenas uma sinagoga continua a funcionar no Iraque, "uma construção em ruínas, de pintura gasta, situada numa viela" em Batawin, que já foi o

principal bairro judeu de Bagdá. Segundo o administrador da sinagoga, "há poucas crianças para fazer *bar-mitsvá* ou casais para contrair o matrimônio. Os judeus podem praticar sua religião, mas não lhes é permitido ter emprego em empresas estatais nem entrar para o exército".[8] O rabino morreu em 1996.

Nenhum dos judeus remanescentes é capaz de celebrar a liturgia e só dois deles sabem o hebraico. O último casamento foi celebrado em 1980.[9] O governo iraquiano restaurou as tumbas do profeta Ezequiel e do escriba Esdras, também considerados sagrados pelos muçulmanos. A tumba do profeta Jonas está sendo restaurada. Saddam Hussein, na época, destacou guardas para proteger os lugares sagrados. Bagdá já teve, um dia, um quinto da sua população constituída de judeus; outras comunidades surgiram pela primeira vez há 2.500 anos. Hoje, aproximadamente 38 judeus vivem em Bagdá e outro punhado nas regiões do norte do país controladas pelos curdos.[10]

Os Judeus no Líbano

População em 1948: 20 mil
Em 2001: menos de 100

Quando os árabes cristãos governavam o Líbano, os judeus eram tratados com relativa tolerância. Em meados dos anos 1950, aproximadamente sete mil viviam em Beirute. Entretanto, como judeus num país árabe, sua posição nunca foi segura e a maioria partiu em 1967.

A guerra civil muçulmano-cristã de 1975-76 foi travada ao redor do bairro judeu de Beirute, danificando muitas casas, lojas e sinagogas. A maior parte dos 1.800 judeus libaneses remanescentes saiu do país em 1976, temendo que a presença síria crescente no Líbano restringisse sua liberdade de emigração. Em meados da década de 1980, o Hezbolá seqüestrou judeus proeminentes de Beirute – líderes da minúscula comunidade que permaneceram no país. Quatro deles foram assassinados. Quase todos os remanescentes estão em Beirute, onde há um comitê que representa a comunidade.[1] Devido à situação política atual, os judeus não podem praticar sua religião abertamente.

Os Judeus na Líbia

População em 1948: 38 mil
Em 2002: Provavelmente nenhum

Em 5 de novembro de 1945, um selvagem *pogrom* em Trípoli matou mais de 140 judeus e deixou centenas de feridos. Quase todas as sinagogas foram saqueadas. Em junho de 1948, rebeldes assassinaram mais 12 pessoas e destruíram 280 casas de judeus.[1] Milhares fugiram do país depois que a Líbia tornou-se independente e membro da Liga Árabe, em 1951. Após a Guerra dos Seis Dias, a população judaica de sete mil pessoas foi novamente submetida a

pogroms nos quais 18 indivíduos foram mortos e muitos outros feridos, o que provocou um êxodo que deixou menos de cem judeus na Líbia.

Quando o coronel Kadafi assumiu o poder em 1969, confiscou todas as propriedades de judeus e cancelou as dívidas com eles. Em 1999, a sinagoga de Trípoli foi reformada, mas não reaberta.[2]

A última mulher judia que vivia na Líbia, Esmeralda Meghnagi, morreu em fevereiro de 2002. Isso marcou o fim de uma das mais antigas comunidades judaicas do mundo, cujas origens remontavam ao século III AEC.[3]

Os Judeus no Marrocos

População em 1948: 265 mil
Em 2001: 5.700[1]

Em junho de 1948, rebeliões sangrentas em Oujda e Djerada mataram 44 judeus e deixaram muitos feridos. Naquele mesmo ano teve início um boicote econômico extra-oficial contra os judeus marroquinos. Em 1956, Marrocos declarou sua independência e a imigração judaica para Israel foi suspensa para ser retomada em 1963, quando mais de cem mil partiram para Tel-Aviv.[2]

Em 1965, o escritor marroquino Said Ghalab descreveu a atitude de seus compatriotas muçulmanos com relação aos vizinhos judeus:

> "O pior insulto possível que um marroquino poderia proferir era tratar alguém como judeu (...) Meus amigos de infância continuam anti-semitas. Eles ocultam seu anti-semitismo virulento ao argumentar que o Estado de Israel é uma cria do imperialismo ocidental (...) Todo um mito hitlerista é cultivado entre a população. Os massacres de judeus por Hitler são exaltados com entusiasmo. Acredita-se até mesmo que Hitler não morreu, mas está vivo e bem, esperando-se o seu retorno a fim de livrar os árabes de Israel".[3]

Antes de sua morte, em 1999, o rei Hassan tentou proteger a população judaica, e por isso Marrocos é um dos lugares mais tolerantes em relação aos judeus no mundo árabe. Os judeus marroquinos, inclusive os que têm cidadania israelense, visitam livremente amigos e parentes no exterior. Eles ocupam posições importantes na comunidade empresarial e no governo. A mais importante organização judaica que representa a comunidade é o Conseil des Communautes Israelites (Conselho de Comunidades Israelitas), em Casablanca. Suas funções incluem relações externas, assuntos comunitários em geral, gerência comunitária, finanças, manutenção dos locais sagrados, atividades para jovens e vida cultural e religiosa.[4]

> "Os judeus já não moram nos tradicionais melás (bairros) judaicos, mas o casamento inter-religioso é praticamente inexistente.

> A comunidade sempre foi religiosa e tolerante (...) A geração mais jovem prefere continuar sua formação superior no exterior e tende a não retornar ao Marrocos. Em conseqüência disso, a comunidade está em processo de envelhecimento".[5]

Há sinagogas, *micvaót* (locais para banhos rituais), asilos de velhos e restaurantes judeus em Casablanca, Fez, Marrakesh, Mogador, Rabat, Tetuã e Tangier. Todavia, em 1992, a maioria das escolas judaicas estava fechada. Apenas algumas escolas de Casablanca permanecem ativas e recebem fundos do governo.

> "A comunidade judaica desenvolveu uma fascinante tradição de rituais e peregrinações às tumbas dos sábios santos. Há 13 desses locais famosos, com séculos de existência e bem conservados pelos muçulmanos. A cada ano, multidões de judeus marroquinos de todo o mundo, inclusive de Israel, aglomeram-se nessas tumbas em datas especiais. Um festival exclusivamente marroquino, a Mimuná, é celebrado no Marrocos e em Israel".[6]

O Marrocos é talvez o melhor amigo de Israel no mundo árabe. O rei Hassan sempre buscou ser, nos bastidores, uma espécie de mediador do processo de paz árabe-israelense. Em julho de 1986, recebeu o primeiro-ministro Shimon Peres[6a] em nova tentativa de estimular a concórdia. Dois meses depois, reuniu-se com uma delegação de judeus de origem marroquina que incluiu um membro do Parlamento israelense. Em 1993, após assinar acordo com a OLP, o primeiro-ministro Yitzhak Rabin fez uma visita formal ao Marrocos. Em maio de 1999, o rei Hassan organizou a primeira reunião da União Mundial de Judeus Marroquinos, em Marrakesh.

Em abril e maio de 2000, o governo marroquino patrocinou uma série de eventos e conferências com o objetivo de promover o respeito entre as religiões.[7] André Azoulay, conselheiro real e um importante cidadão judeu, falou da necessidade de respeito e diálogo inter-religioso. Em outubro de 2000, dois jovens marroquinos tentaram atacar uma sinagoga em Tangier. O rei Mohamed VI declarou publicamente, em discurso televisionado em 6 de novembro de 2000, que o governo não toleraria que os judeus fossem maltratados. Os jovens foram condenados a um ano de prisão.[8]

Os Judeus na Síria

População em 1948: 30 mil
Em 2001: menos de 100

Em 1944, depois que a Síria ganhou a independência da França, o novo governo proibiu a imigração judaica para a Palestina e restringiu severamente o ensino de hebraico nas escolas da cominidade. Os judeus passaram a sofrer mais ataques e tiveram suas lojas e produtos boicotados.

Quando foi declarada a partilha da Palestina, em 1947, uma multidão de árabes em Alepo devastou a comunidade judaica, que existia há 2.500 anos. Uma grande quantidade de judeus morreu e mais de 200 casas, lojas e sinagogas foram destruídas. Milhares fugiram para Israel.[1]

Pouco depois, o governo sírio intensificou a perseguição. A liberdade de ir e vir foi restringida. Os judeus que tentaram romper esse estado de coisas acabaram mortos ou condenados a trabalhos forçados.

Era proibido trabalhar para o governo ou em bancos, adquirir imóveis, comprar telefones ou tirar carta de motorista. Contas bancárias foram congeladas. Uma pista de aeroporto foi pavimentada sobre o cemitério judaico de Damasco; as escolas judaicas foram fechadas e entregues aos muçulmanos.

A atitude da Síria com relação aos judeus coincidiu com a chegada ao país de Alois Brunner, um dos mais notórios criminosos de guerra nazistas. Brunner, auxiliar de Adolf Eichmann, atuou como assessor do regime de Assad.[2]

Em 1987 e 1988, a polícia secreta síria deteve dez judeus – que planejavam escapar ou que haviam feito viagens não autorizadas ao exterior – por suspeita de violar as leis de viagens e imigração. Vários dos que foram liberados disseram ter sido torturados enquanto estavam sob custódia.[3]

Em novembro de 1989, o governo sírio prometeu facilitar a emigração de mais de 500 mulheres judias solteiras, que ultrapassavam em muito o número de homens solteiros da comunidade judaica e não tinham como encontrar maridos disponíveis. Vinte e quatro delas receberam permissão para emigrar no outono de 1989 e outras 20 em 1991.[4]

Os judeus da Síria viveram aterrorizados durante anos. O bairro judeu em Damasco estava sob vigilância constante da polícia secreta, que também acompanhava serviços religiosos das sinagogas, casamentos, *bar-mitsvás* e outras reuniões judaicas. O contato com estrangeiros era rigidamente monitorado. Era permitido viajar para o exterior em casos excepcionais, desde que fossem deixados como garantia de US$ 300 a US$ 1.000, juntamente com familiares que serviam como reféns. No início da década de 1990, a pressão aplicada pelos EUA durante as negociações de paz ajudou a convencer o presidente Hafez Assad a suspender essas restrições, bem como aquelas que proibiam os judeus de comprar e vender propriedades.

Numa operação descoberta no fim de 1994, 1.262 judeus sírios foram levados para Israel. O rabino Abraham Hamra, líder espiritual da comunidade judaica síria por 25 anos, estava entre os que deixaram a Síria e foram para Nova York (depois ele se fixou em Israel). A Síria concedeu vistos de saída sob a condição de que os judeus não fossem para Israel.[5] A decisão de finalmente liberar os judeus veio em grande medida como resultado da pressão dos EUA após a conferência de paz de Madrid, em 1991.

No fim de 1994, a sinagoga Ioav ben Zeruiá, de Alepo, em contínua atividade por mais de 1.600 anos, estava deserta. Um ano depois, 250 judeus ainda viviam em Damasco, por decisão própria.[6] Em meados de 2001, o rabino Huder Shahada Kabariti calculou 150 judeus vivendo em Damasco, 30 em Haleb e 20 em Kamashili. A cada dois ou três meses, um rabino chegava da Turquia para supervisionar a preparação de carne, que os residentes congelavam e consumiam até sua próxima visita. Duas sinagogas permanecem abertas em Damasco.[7]

Embora os judeus ainda sejam ocasionalmente submetidos a violência por manifestantes palestinos na Síria, o governo tem tomado rígidas medidas de proteção, o que inclui a prisão de assaltantes e a proteção às sinagogas que restam.[8]

Segundo o Departamento de Estado dos EUA, os judeus ainda contam com uma escola primária em separado para o ensino religioso do judaísmo e é permitido ensinar hebraico em algumas escolas. Por volta de uma dúzia de alunos ainda freqüenta a escola judaica, que recentemente, em 1992, teve 500 estudantes. Judeus e curdos são as únicas minorias proibidas de participar do sistema político. Além disso, "os poucos judeus remanescentes em geral são impedidos de ter empregos públicos e estão isentos do serviço militar obrigatório. Fazem parte da única minoria cujos passaportes e documentos de identidade destacam sua religião".[9]

Os Judeus na Tunísia

População em 1948: 105 mil
Em 2001: 1.500[1]

Depois que a Tunísia ganhou a independência em 1956, foram promulgados diversos decretos governamentais antijudaicos. Em 1958, o Conselho da Comunidade Judaica da Tunísia foi fechado e antigas sinagogas, cemitérios e bairros judeus destruídos para dar lugar à "renovação urbana".[2]

A situação cada vez mais instável fez com que mais de 40 mil judeus tunisianos imigrassem para Israel. Em 1967, a população judaica havia sido reduzida a 20 mil pessoas.

Durante a Guerra dos Seis Dias, os judeus foram atacados por uma multidão revoltada que incendiou sinagogas e lojas. O governo condenou a violência e o presidente Habib Bourguiba se desculpou com o rabino-chefe. O governo pediu à comunidade judaica que ficasse, mas não impediu quem quisesse partir. Sete mil pessoas emigraram para a França.

Em 1982, houve ataques a judeus nos povoados de Zarzis e Ben Guardane. Segundo o Departamento de Estado dos EUA, o governo "atuou decisivamente para oferecer proteção à comunidade judaica".[3]

Em 1985, um guarda tunisiano abriu fogo contra fiéis de uma sinagoga em Djerba e matou cinco pessoas, quatro delas judias. Desde então, o governo

tem buscado impedir outras tragédias e dá proteção especial aos judeus tunisianos quando necessário. Depois que Israel bombardeou os escritórios da OLP nos arredores de Túnis, em 1º de outubro de 1985, "o governo adotou medidas extraordinárias para proteger a comunidade judaica".[4] Após a tragédia no Monte do Templo, em outubro de 1990, "o governo criou uma forte segurança ao redor da principal sinagoga de Túnis".[5]

Djerba tem um jardim de infância judaico. Há também seis escolas primárias (três em Túnis, duas em Djerba e uma na cidade costeira de Zarzis) e quatro secundárias (duas em Túnis e duas em Djerba), bem como *ieshivot* em Túnis e Djerba. A comunidade tem dois asilos para idosos. O país tem diversos restaurantes casher e seis rabinos oficiantes: o rabino-chefe e outros quatro em Túnis e um em Djerba. A maior parte da comunidade judaica cumpre as leis de *cashrut.*

> "Muitos turistas visitam a sinagoga El Ghirba, de Djerba, no povoado de Hara Sghira. Embora a construção existente seja de 1929, acredita-se que sempre houve uma sinagoga ativa neste local nos últimos 1.900 anos. Os judeus tunisianos têm muitos rituais e celebrações singulares e coloridas, incluindo a peregrinação anual a Djerba, que ocorre durante o Lag Baómer. O Museu Bardo em Túnis tem uma ala que expõe exclusivamente objetos judaicos rituais".[6]

Hoje, os 1.300 judeus constituem a maior minoria religiosa nativa do país. "O governo garante à comunidade judaica liberdade de culto e paga o salário do grão-rabino" da comunidade.[7]

Em outubro de 1999, a comunidade elegeu pela primeira vez, desde a independência da Tunísia em 1956, o Comitê Judaico da Tunísia.[8]

Em 11 de abril de 2002, um caminhão de gás natural explodiu junto ao muro externo da sinagoga de Griba, na ilha de estação de férias em Djerba. Funcionários tunisianos afirmaram que o caminhão havia se chocado acidentalmente contra o muro da sinagoga, mas um grupo vinculado à rede Al-Qaeda, de Osama bin Laden, assumiu a responsabilidade pelo ataque terrorista à mais antiga sinagoga da África. A explosão matou 17 pessoas, entre elas 11 turistas alemães.[9]

Os Judeus no Iêmen

População em 1948: 55 mil (em Aden: outros 8 mil)
Em 2001: menos de 200[1]

Em 1922, o governo do Iêmen reintroduziu uma antiga lei islâmica que exigia a conversão obrigatória ao Islã de órfãos judeus menores de 12 anos. Em 1947, após a aprovação da partilha da Palestina, muçulmanos rebelados, juntamente com a força policial local, empreenderam um sangrento *pogrom*

em Aden que levou à morte de 82 judeus e destruiu centenas de lares judeus. A comunidade judaica de Aden ficou economicamente paralisada, pois a maior parte das lojas e negócios dos judeus foi destruída. No início de 1948, a falsa acusação do assassinato ritual de duas meninas provocou uma onda de saques.[2]

Essa situação cada vez mais perigosa levou à emigração de quase toda a comunidade judaica iemenita – quase 50 mil pessoas – entre junho de 1949 e setembro de 1950, na Operação Tapete Mágico. Permitiu-se que uma migração menor continuasse até 1962, quando uma guerra civil interrompeu abruptamente qualquer êxodo judeu posterior.

Até 1976, quando um diplomata americano se encontrou com uma pequena comunidade judaica numa região remota no norte do Iêmen, acreditava-se que a comunidade judaica iemenita estava extinta. Em conseqüência disso, a situação dos judeus iemenitas passara desapercebida para o mundo exterior.

Soube-se, então, algumas pessoas ficaram para trás durante a Operação Tapete Mágico porque parentes não quiseram abandonar parentes doentes ou idosos. Esses judeus foram proibidos de emigrar e manter contato com parentes no exterior. Eles foram isolados e confinados, dispersos por regiões montanhosas no norte do Iêmen e carentes de alimentos, roupas, assistência médica e artigos religiosos. Em conseqüência disto, alguns judeus iemenitas aban-donaram sua crença e se converteram ao Islã.

Por um curto período de tempo, organizações judaicas receberam permissão para viajar livremente pelo Iêmen, distribuindo livros em hebraico e materiais à comunidade judaica.[3]

Hoje, os judeus são a única minoria religiosa nativa ao lado de um pequeno número de cristãos, indianos e baháis. A pequena comunidade remanescente na região norte do Iêmen é tolerada e tem permissão para praticar o judaísmo. Todavia, seus membros ainda são tratados como cidadãos de segunda classe e não podem servir no Exército ou ser eleitos para cargos políticos. Tradicionalmente, os judeus são confinados em determinada região de uma cidade ou povoado e só podem trabalhar num número limitado de empregos, em geral agrícolas e artesanais. A posse de propriedades é permitida.[4]

Os judeus estão dispersos e já não existe uma estrutura comunitária. Há pouco intercâmbio social com seus vizinhos muçulmanos e são rigidamente impedidos de se comunicar com o mundo judaico. Acredita-se que existam duas sinagogas ainda em funcionamento em Saicaya e Amlá. Quanto às leis dietéticas judaicas, a vida religiosa pouco mudou no Iêmen. Os judeus não têm permissão para fazer refeições junto aos muçulmanos. O matrimônio fora da religião é proibido. Apesar da proibição oficial de emigrar, por volta de 400 judeus fugiram para Israel nos últimos anos.[5]

O Departamento de Estado americano publicou que, em meados de 2000, "o governo iemenita suspendeu sua prática de permitir que titulares de passa-

portes israelenses de origem iemenita viajassem para o Iêmen com salvo-conduto. Contudo, iemenitas, israelenses e outros judeus podem viajar livremente para o Iêmen e dentro do seu território com passaportes não israelenses".[6]

Em janeiro de 2001, o Partido Popular Geral, governista, permitiu pela primeira vez que um cidadão judeu iemenita concorresse às eleições parlamentares. O candidato Ibrahim Ezer foi recomendado publicamente pelo presidente Ali Abdala Salá como um gesto para o governo americano de Bush, recém-empossado, num esforço para receber ajuda econômica. Mas, logo em seguida, o Comitê Eleitoral Geral rejeitou a inscrição de Ezer, justificando que um candidato deve ser filho de pais muçulmanos. Os analistas políticos especularam que a verdadeira razão foi o desejo de não estabelecer um precedente que concedesse permissão para um judeu competir por um cargo público.[7]

Notas

1 Vamberto Morais. *A Short History of Anti-Semitism.* New York: W.W Norton and Co., 1976, pág. 11; Bernard Lewis. *Semites & Anti-Semites.* New York: WW Norton & Co., 1986, pág. 81.

2 *Oxford English Dictionary;* Webster's Third International Dictionary.

3 Documento oficial britânico, Foreign Office, File 371/20822 e 7201/22/31; Elie Kedourie. *Islam in the Modern World.* Londres: Mansell, 1980, pág. 69-72.

4 Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time.* New York: A. Knopf, 1979, pág. 196.

5 Lei Jordaniana de Nacionalidade, artigo 3, *Official Gazette* n° 1.171, 16 de fevereiro de 1954, pág. 105.

6 De uma carta enviada a M. Rene Mheu, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), reproduzida no *Al-Thawra* (3 de maio de 1968).

7 *The Religious Ordinances Reader.* Ministério da Educação da Síria, 1963-1964, pág. 138.

8 *Basic Syntax and Spelling.* Ministério da Educação da Síria, 1963.

9 *Religious Teaching.* Ministério da Educação do Egito, 1966.

10 *Modern World History.* Ministério da Educação da Jordânia, 1966, pág. 150.

11 David K. Shipler. *Arab and Jew.* New York: Times Books, 1986, pág. 167, 170, 203.

12 Meyrav Wumser. *The Schools of Ba'athism; A Study of Syrian Schoolbooks.* District of Columbia: Middle East Media and Research Institute (MEMRI), 2000, pág. 13.

13 Wurmser, pág. 51.

[14] Middle East Media and Research Institute (MEMRI); *Parade* (23 de junho de 2002), pág. 13.
[15] *Jewish Telegraphic Agency* (4 de março de 1991).
[16] *Al-Mussawar* (4 de agosto de 1972).
[17] *Middle East Media and Research Institute* (MEMRI).
[18] *Al-Ahram* (28 de outubro de 2002).
[19] *Jerusalem Post* (19 de novembro de 2001).
[20] *Palestinian Authority Television* (14 de outubro de 2000).
[21] *Palestinian Media Watch, http://www.pmv.org* (15 de março de 2000).
[22] Bernard Lewis. *The Pro-Islamic Jews*, *Judaism* (outono de 1968), pág. 401.
[23] Bat Yeor. *The Dhimmi*. New Jersey: Fairleigh Dickinson University Press, 1985, pág. 43-44.
[24] Bat Yeor, pág. 185-86, 191, 194.
[25] Norman Stillman. *The Jews of Arab Lands*. Pensilvannia: The Jewish Publication Society of America, 1979, pág. 84; Maurice Roumani. *The Case of The Jews from Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews from Arab Countries, 1977, pág. 26-27; Bat Ye'or, pág. 72; Bernard Lewis, *The Jews of Islam*. New Jersey: Princeton University Press, 1984, pág. 158.
[26] Stillman, pág. 59, 284.
[27] Roumani, pág. 26-27.
[28] G.E. Von Grunebaum. *Eastern Jewry Under Islam. Viator* (1971), pág. 369.
[29] *New York Times* (19 de fevereiro de 1947).
[30] Roumani, pág. 30-31; Norman Stillman. *The Jews of Arab Lands in Modern Times*. New York: Jewish Publication Society, 1991, pág. 119-122.
[31] Bat Yeor, pág. 61.
[32] Bat Yeor, pág. 30.
[33] Louis Gardet. *La Cite Musulmane: Vie Sociale et Politique*. Paris: Etudes Musulmanes, 1954, pág.348.
[34] Bat Yeor, pág. 56-57.
[35] Middle Eastern Studies (1971), pág. 232.
[36] *Washington Post* (25 de fevereiro de 2002).
[37] *Esquire* (fevereiro de 2003).

A SITUAÇÃO ATUAL

Os Judeus na Argélia

[1] Congresso Judaico Mundial, Comunidades Judaicas do Mundo (http://www.virtual.co.il/communi-ties/wjcbook/index.htm).
[2] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1991*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1992, pág. 1.339.
[3] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.
[4] *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000*. District of Columbia: Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000.

Os Judeus no Egito

1 David Singer, ed. *American Jewish Year Book 2001*. New York: American Jewish Committee, 2001.

2 Howard Sachar. *A History of Israel*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 401.

3 *Associated Press* (26 de novembro de 1956); *New York World Telegram* (29 de novembro de 1956).

4 Comunidades Judaicas do Mundo.

5 *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000*. District of Columbia: Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000.

6 *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001*. District of Columbia: Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 26 de outubro de 2001.

Os Judeus no Irã

1 Há uma grande divergência entre os números fornecidos para a população judaica. Segundo o American Jewish Committee (David Singer, ed. *American Jewish Year Book*. New York: American Jewish Committee, 2001), são 12.500, enquanto de acordo com o *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000* (District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000) deve haver algo como 40 mil judeus vivendo no Irã.

2 *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

3 Many Jews Choose to Stay in Iran, *Associated Press* (18 de janeiro de 1998).

4 Comunidades Judaicas do Mundo. Reimpresso sob permissão do Congresso Judaico Mundial (CJM). Copyright 1997; Instituto do Congresso Judaico Mundial. *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

5 Schneider, Howard. *Iran Court Reduces Penalties for Jews. Washington Post* (22 de setembro de 2000).

6 *Jerusalem Post* (16 de janeiro de 2002); *Washington Jewish Week* (31 de outubro de 2002).

7 *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001*. District of Columbia: Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 26 de outubro de 2001.

Os Judeus no Iraque

1 David Singer, *ed. American Jewish Year Book 2001*. New York: American Jewish Committee, 2001.

2 *Jerusalem Post* (13 de dezembro de 1997); Arieh Avneri. *The Claim of Dispossession*. Tel-Aviv: Hidekel Press, 1984, pág. 274; Maurice Roumani. *The Case of The Jews from Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews

from Arab Countries, 1977, pág. 29-30; Norman Stillman. *The Jews of Arab Lands in Modern Times*. New York: Jewish Publication Society, 1991, pág. 117-119; Howard Sachar. *A History of Israel*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 399.

[3] Judith Miller e Laurie Mylroie. *Saddam Hussein and the Crisis in the Gulf*. New York: Random House, 1990), pág.34.

[4] Max Sawadayee. *All Waiting to be Hanged*. Tel-Aviv: Levanda Press, 1974, pág. 115.

[5] *New York Times* (18 de fevereiro de 1973).

[6] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

[7] *Jerusalem Post* (13 de dezembro de 1997).

[8] *New York Times Magazine* (3 de fevereiro de 1985).

[9] *Associated Press* (28 de março de 1998).

[10] *Jerusalem Post* (28 de setembro de 2002).

Os Judeus no Líbano

[1] Maariv, (21 de junho de 1991), *Jewish Telegraphic Agency,* (22 de julho de 1993)

Os Judeus na Líbia

[1] Howard Sachar. *A History of Israel*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 400; Norman Stillman. *The Jews of Arab lands in Modern Times*. New York: Jewish Publication Society, 1991, pág. 145.

[2] *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000* (District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000).

[3] *Jerusalem Report* (11 de março de 2002).

Os Judeus no Marrocos

[1] David Singer, *ed. American Jewish Year Book 2001*. New York: American Jewish Committee, 2001.

[2] Maurice Roumani. *The Case of the Jews from Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews from Arab Countries, 1977, pág. 32-33.

[3] Said Ghallab. *Les Juifs Sont en Enfer*, *Les Temps Modernes* (abril de 1965), pág. 2.247-2.251.

[4] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1996*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1996; Comunidades Judaicas no Mundo; *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

[5] Comunidades Judaicas no Mundo.

[6] Comunidades Judaicas no Mundo.

[6a] Shimon Peres (1923). Nascido em Wolozyn, na Polônia, em 1934 muda-se para a Palestina. Une-se, em 1947, ao Haganah, organização militar sionista dirigida por David Ben-Gurion, que prega a criação de um Estado judeu na Palestina. Em 1948,

quando é proclamado o Estado de Israel, Ben-Gurion torna-se primeiro-ministro e indica Peres, com 25 anos, para chefiar a Marinha. De 1952 a 1965, trabalha no Ministério da Defesa. Em 1968 participa da fundação do Partido Trabalhista, que lidera entre 1977 e 1992. Torna-se primeiro-ministro de 1984 a 1986. Em 1993, como chanceler, ajuda na negociação do acordo de paz assinado pelo primeiro-ministro Yitzhak Rabin com Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), e ganha o Prêmio Nobel da Paz em 1994. Quando Rabin é assassinado, em 1995, Peres assume como primeiro-ministro. Perde as eleições de 1996 para o líder do Likud, Benjamin Netanyahu. Em 1999, o trabalhista Ehud Barak vence as eleições para primeiro-ministro e convida Peres para trabalhar em seu gabinete.

7 *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000*. District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000).

8 *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001*. District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 26 de outubro de 2001.

Os Judeus na Síria

1 Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Sionism to Our Time*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 400; Maurice Roumani. *The Case of the Jews from Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews from Arab Countries, 1977, pág. 31; Norman Stillman. *The Jews of Arab Lands in Modern Times*. New York: Jewish Publication Society, 1991, pág. 146.

2 *Newsday* (1 de novembro de 1987); informação fornecida por Michael McNulty.

3 *Direitos Humanos na Síria*. New York: Middle East Watch, 1990, pág. 94.

4 *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1991*. District of Columbia: Departamento de Estado dos EUA, 1992, pág. 1.610.

5 *Jerusalem Post* (18 de outubro de 1984).

6 *Jerusalem Post* (27 de maio de 1995).

7 *Associated Press* (27 de janeiro de 2000).

8 *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000*. District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000.

9 *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 2001*. District of Columbia: Departamento de Estado dos EUA, 2001.

Os Judeus na Tunísia

1 David Singer, *ed. American Jewish Year Book 2001*. New York: American Jewish Committee, 2001.

2 Maurice Roumani. *The Case of the Jews from Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews from Arab Countries, 1977, pág. 33; Norman Stillman. *The Jews of Arab Lands in Modern Times*. New York: Jewish Publication Society, 1991, pág. 127.

[3] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1982*. District of Columbia: Departaasmento de Estado dos EUA, 1983, pág. 1.290-1.291.

[4] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1985*. District of Columbia: Departamento de Estado dos EUA, 1986, pág.1.321.

[5] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1990*. District of Columbia: Departamento de Estado dos EUA, 1991, pág.1.664-1.665.

[6] Comunidades Judaicas no Mundo.

[7] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

[8] *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2000*. District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 5 de setembro de 2000.

[9] *Washington Post* (17 e 23 de abril de 2002).

Os Judeus no lêmen

[1] David Singer, *ed. American Jewish Year Book 2001*. New York: American Jewish Committee, 2001.

[2] Howard Sachar. *A History of Israel. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pás. 397-98;* Maurice Roumani. *The Case of the Jews from Arab Countries: A Neglected Issue*. Tel-Aviv: World Organization of Jews from Arab Countries, 1977, pág. 32-33; Norman Stillman. *The Jews of Arab Lands in Modern Times*. New York: Jewish Publication Society, 1991), pág. 498.

[3] *Jerusalem Post* (15 de fevereiro de 2002); *Jewish Telegraphic Agency* (26 de fevereiro de 1992).

[4] Comunidades Judaicas no Mundo; *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

[5] Comunidades Judaicas no Mundo.

[6] *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001*. District of Columbia; Agência por Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, 26 de outubro de 2001.

[7] *Jerusalem Post* (30 de janeiro de 2001).

16. Os Direitos Humanos nos Países Árabes

MITO

"Os governos dos países árabes garantem direitos humanos básicos a seus cidadãos".

FATO

Enquanto é dada tanta atenção a supostas violações israelenses aos direitos humanos nas instáveis Cisjordânia e Faixa de Gaza, a imprensa decidiu virtualmente ignorar as violações de direitos humanos fundamentais que ocorrem diariamente em praticamente todos os países árabes.

De acordo com relatórios anuais compilados pelo Departamento de Estado dos EUA, a maioria dos países árabes é governada por regimes opressivos e ditatoriais, que negam a seus cidadãos as liberdades básicas de manifestação política, expressão, imprensa e processos judiciais adequados. *O Arab Human Development Report* (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe), publicado por um grupo de pesquisadores árabes do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, concluiu que, entre as sete regiões do mundo, os países árabes são os que têm o mais baixo nível de liberdade, bem como a pior classificação em "participação e responsabilidade" em diversos aspectos do processo político, liberdades civis, direitos políticos e independência da mídia.[1]

MITO

"Os direitos das mulheres no mundo árabe agora são protegidos".

FATO

Na maioria dos países árabes, a Sharia, ou lei islâmica, define as regras do comportamento social tradicional. Segundo essa lei, cabe às mulheres um papel inferior ao do homem e são, portanto, discriminadas em seus direitos e liberdades individuais.

Daniel Pipes, especialista em Oriente Médio, explica: "Na visão islâmica, a sexualidade da mulher é vista como tão poderosa que constitui um perigo real à sociedade". Portanto, mulheres livres constituem "o desafio mais perigoso enfrentado pelos homens que buscam cumprir os mandamentos de Deus". Combinados, "os desejos femininos e seus irresistíveis atrativos dão às mulheres um poder sobre os homens que rivaliza com o de Deus".[2]

"Deixados à própria sorte", continua Pipes, "os homens bem poderiam ser vítimas das mulheres e abandonarem Deus", o que resultaria em desordem civil entre os crentes. No pensamento tradicional, destaca Pipes, as mulheres representam uma ameaça interna à sociedade islâmica semelhante àquela externa representada pelo infiel. Tradicionalmente, a mulher árabe casa-se

cedo com um homem escolhido por seu pai. Um marido tem o direito de se divorciar a qualquer momento, mesmo contra a vontade da esposa, por meio de uma simples declaração de que é a sua intenção.

Embora a imagem da mulher com direitos iguais venha se desenvolvendo, ainda que lentamente, em alguns países árabes mais seculares, isso permanece confinado aos centros urbanos e círculos da classe alta. A mutilação sexual ainda é comum nas zonas rurais do Egito, da Líbia, de Omã e do Iêmen.

Além disso, leis que restringem os direitos das mulheres vigoram em praticamente todos os países árabes. Na Síria, um marido pode impedir sua esposa de deixar o país. No Egito, no Iraque, na Líbia, na Jordânia, em Marrocos, em Omã e no Iêmen, as mulheres casadas precisam da permissão por escrito de seus maridos para viajar ao exterior e podem ser impedidas por uma razão qualquer.

Na Arábia Saudita, as mulheres precisam obter uma permissão por escrito do parente masculino mais próximo para sair do país ou viajar em transporte público pelas diferentes partes do reino.

Segundo as Nações Unidas, "o uso da capacidade das mulheres árabes na participação econômica e política continua sendo o mais baixo do mundo em termos quantitativos (...) Em alguns países com assembléias nacionais eleitas, ainda é negado às mulheres o direito a voto ou de ocupar cargos. Uma em cada duas mulheres árabes não sabe ler nem escrever".[3]

Num tribunal da Sharia saudita, o testemunho de um homem equivale ao de duas mulheres. No Kuwait, a população masculina pode votar, mas as mulheres não. Egito, Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita têm leis estabelecendo que a herança de uma mulher deve ser menor do que a de seus irmãos homens (em geral, por volta da metade do valor). As leis marroquinas perdoam o assassinato ou a violência contra uma esposa surpreendida cometendo adultério; entretanto, mulheres que agridem seus maridos pegos nas mesmas circunstâncias são punidas.

Agredir a esposa é uma prática relativamente comum nos países árabes e as mulheres maltratadas contam com poucos recursos. O Departamento de Estado dos EUA vem destacando em relação à Jordânia (e na maior parte do mundo árabe) que "agredir a esposa é, tecnicamente, motivo de divórcio, porém o marido pode tentar demonstrar que tem o respaldo do Corão para agredir com o intuito de corrigir (a conduta de) uma esposa desobediente ou não-religiosa".[4]

Na Arábia Saudita, as restrições contra mulheres estão entre as mais extremas do mundo árabe. As mulheres sauditas não podem se casar com não-sauditas sem permissão do governo (raramente fornecida); são proibidas de dirigir veículos motorizados ou bicicletas; não podem usar banheiros públicos quando há homens por perto; e são obrigadas a se sentar na parte de trás dos

ônibus públicos, separadas dos homens. Na Universidade Rei Saud, de Riad, os professores lecionam em salas para homens enquanto as mulheres assistem às aulas por circuito fechado de TV, em salas distantes.[5] As "colunas de aconselhamento (islâmico)" na imprensa da Arábia Saudita recomendam o rígido controle disciplinar das mulheres como parte de um casamento adequado. Elas devem cobrir todo o corpo e o rosto em público e as que não o fazem estão sujeitas a castigo físico por parte da polícia religiosa saudita, conhecida como Mutaauín. Os sauditas estendem seu tratamento discriminatório às mulheres até mesmo no exterior. Por exemplo, durante uma visita do príncipe Abdula aos Estados Unidos, seus ajudantes exigiram que nenhuma mulher fosse admitida na sala de controle de tráfego aéreo que monitorou seu vôo ao Texas, para uma reunião com o presidente Bush. Eles também exigiram que nenhuma mulher recebesse permissão para estar na pista do aeroporto onde estivesse o avião.[6]

A ONU, organizações internacionais e ONGs de direitos humanos locais pressionam constantemente os regimes dos países árabes a melhorar o estado dos direitos humanos em geral e os das mulheres em particular. Segundo dados da ONU, a proporção de representantes do sexo feminino nos parlamentos árabes é de apenas 3,4% (em comparação com 11,4% no resto do mundo). Além disso, 55% das mulheres árabes são analfabetas. Angela King, assistente do vice-secretário-geral das Nações Unidas, convocou publicamente os países árabes a garantir às mulheres os seus direitos.[7]

Os regimes árabes encontram diversas maneiras de lidar com a pressão internacional por melhorias nos direitos das mulheres. Em geral, preferem apresentar suaves mudanças a aplicar reformas radicais que poderiam contradizer suas ideologias e se contrapor aos elementos conservadores dentro do país.

MITO

"A liberdade dos palestinos sob a Autoridade Palestina inclui o direito de vender terras a judeus".

FATO

Em 1996, o Mufti da Autoridade Palestina, Ikremá Sabri, promulgou um fátua (decreto religioso) proibindo a venda de propriedades árabes e muçulmanas a judeus. Qualquer um que violasse essa ordem seria morto. Pelo menos sete vendedores de terras foram assassinados naquele ano. Seis anos depois, o general Tawfik Tirawi, chefe do Serviço de Inteligência Geral da Autoridade Palestina na Cisjordânia, admitiu que seus homens foram responsáveis pelos assassinatos.[8]

Em 5 de maio de 1997, o ministro da Justiça palestino, Freí Abu Midein, anunciou que seria imposta a pena de morte a qualquer um que fosse acusado

de ceder "uma polegada" a Israel. Naquele mesmo mês, dois vendedores de terras foram mortos. Funcionários da Autoridade Palestina negaram qualquer participação nas mortes. Um ano depois, outro palestino suspeito de vender terra a um judeu foi assassinado. A Autoridade Palestina também tem aprisionado vendedores de terras suspeitos de violar a lei jordaniana (em vigor na Cisjordânia) que proíbe a venda de terra a estrangeiros.[9]

DIREITOS HUMANOS POR PAÍS

(As informações constam dos Relatórios sobre Direitos Humanos do Departamento de Estado dos EUA para 2000-2001).

ARÁBIA SAUDITA

Embora a Comissão sobre Liberdade de Religião Internacional tenha declarado que, com a destituição do (regime) Talibã, a Arábia Saudita seja provavelmente o pior opressor dos direitos religiosos no mundo, o governo Bush decidiu, no campo político, deixar o reino de fora da sua lista anual de "países de preocupação particular", uma lista negra americana dos países envolvidos em violações "sistemáticas, constantes e notáveis" dos direitos das minorias religiosas.[10]

A Arábia Saudita é uma monarquia dinástica governada pelo rei Fahd Bin Abd Al-Aziz Al Saud. A constituição do país é o Corão e a Suna (tradição) do profeta Maomé. Portanto, o país é governado segundo uma interpretação estrita da lei islâmica. Como não há instituições democráticas, os cidadãos não têm participação no governo. A segurança no país é garantida tanto por uma força de segurança secular quanto pelos *mutauaín*, a polícia religiosa, dividida em duas forças: o Comitê para a Promoção da Virtude e o Comitê para a Prevenção do Vício. Pelo fato de a visão islâmica tradicional sobre direitos humanos não coincidir com a visão moderna, o governo permite que as forças de segurança seculares e religiosas cometam sérios abusos.

Direitos Legais

Torturas, castigos e outros abusos a prisioneiros são cometidos regularmente tanto pelos *mutauaín* quanto pelos agentes do Ministério do Interior. Além disso, pelo menos uma pessoa foi morta recentemente devido a uma violação religiosa menor. Em 2000 houve outras execuções por crimes que iam desde "comportamento sexual desviante" a bruxaria, e foram impostas por apedrejamento, decapitação ou fuzilamento; além disso, alguns prisioneiros foram punidos com amputações ou a extirpação de um olho. Algumas vezes, prisioneiros são mantidos por um longo tempo sem processo ou julgamento.

A liberdade de expressão e de imprensa é rigidamente limitada na Arábia Saudita – criticar o Islã ou a família real é ilegal e pode levar a longos períodos de cárcere sem julgamento. Televisão, rádio, internet e literatura estão sujeitas a censura rígida. A liberdade de reunião e associação também é limitada, sujeita a regulamentos como a separação entre homens e mulheres nos encontros.

O Tratamento às Mulheres

As mulheres são vítimas de discriminação sistemática na Arábia Saudita. Violência e estupro domésticos são problemas generalizados e elas não recebem qualquer reparação por tais crimes. Mulheres não podem viajar, entrar em um hospital ou dirigir um automóvel sem a permissão de seus maridos. Os ônibus têm lugares separados e as mulheres devem se sentar na parte de trás. Aquelas que não vestem uma abaia (vestimenta preta que cobre todo o corpo) nem cobrem rosto e cabelo são castigadas pelos *mutauaín*. As leis discriminatórias contra mulheres incluem as que regem o direito de propriedade, o testemunho legal em processos de herança e a guarda dos filhos em caso de divórcio. Ocupando apenas 5% do mercado de trabalho, é praticamente impossível às mulheres empregar-se em algo além das atividades mais elementares. A mutilação genital feminina também é legal e praticada em algumas regiões da Arábia Saudita. As mulheres de países estrangeiros também devem aderir às rígidas leis da Arábia Saudita e chegou-se a exigir dos militares americanos até mesmo que os soldados do sexo feminino usassem roupas "adequadas", viajassem no banco traseiro dos automóveis e tivessem um homem como acompanhante ao saírem da base. Em 2001 a mulher que era o mais bem graduado piloto de combate da Força Aérea dos EUA exigiu que o governo americano revogasse essa política alegando que discrimina a mulher, viola sua liberdade de religião e a obriga a seguir costumes exigidos por uma religião que não é a sua. Em seguida, o Pentágono desobrigou as americanas de usar abaias negras dos pés à cabeça como as mulheres sauditas, mas as demais restrições ainda estão em vigor.[11]

Os Direitos dos Trabalhadores

Não há leis trabalhistas, uniões sindicais ou acordos coletivos na Arábia Saudita. Embora o trabalho forçado seja tecnicamente ilegal, trabalhadores estrangeiros e locais às vezes são obrigados a trabalhar até 16 horas por dia, sete dias por semana. Em geral, o pagamento é retido por semanas ou meses. Informações passíveis de confirmação indicam que mulheres são contrabandeadas para trabalhar como prostitutas na Arábia Saudita, bem como crianças para trabalhar em grupos organizados de mendicância. Oficialmente, conforme a lei saudita, o tráfico de pessoas é ilegal.

O Tratamento às Minorias

Não existe liberdade de religião na Arábia Saudita. Todos os cidadãos devem ser muçulmanos e só a corrente islâmica sunita pode ser praticada publicamente. A discriminação aos muçulmanos xiitas é institucionalizada. Outras religiões além do islã são toleradas se praticadas com discrição; um grupo de cristãos foi deportado em 2000 por praticar a apostasia (renúncia ou negação da religião) de maneira aberta demais. Trabalhadores asiáticos e africanos que vivem na Arábia Saudita falam de discriminação generalizada e da dificuldade de atendimento às suas queixas.

JORDÂNIA

O Reino Hashemita da Jordânia é uma monarquia constitucional governada pelo rei Abdula bin Hussein. Há eleições diretas para nomear representantes para o pouco influente Câmara Baixa do Parlamento. Entretanto, os 104 lugares da Câmara dos Deputados e os 40 lugares da Câmara Alta (o Senado) são indicados pelo rei. Todo o poder está virtualmente concentrado nele, que pode demitir qualquer representante ou dissolver o Parlamento como um todo, como fez em junho de 2001. Portanto, os cidadãos jordanianos não podem trocar seu governo. Na Jordânia ocorrem muitas violações graves aos direitos humanos, relevadas pelo governo.

Direitos Legais

As forças de segurança jordanianas usam regularmente a tortura, o que provocou muitas mortes recentemente. Em geral, os presidiários são mantidos presos sem acusação, impedidos de se reunir com seus advogados e mantidos em condições nada higiênicas. Isso também se aplica a jornalistas acusados de "difamação", por terem criticado o governo ou o rei. Expulsões forçadas são raras na Jordânia e são usadas geralmente contra suspeitos de terrorismo; os grupos terroristas estão bem representados na Jordânia. Por exemplo, o Movimento Islâmico da Jordânia ("o grupo de Ahmed Al Daganesh") e o Nobres da Jordânia assumiram a responsabilidade pelo assassinato, em agosto de 2001, de um empresário israelense em Amã. O governo negou que o assassinato tenha sido político e não fez qualquer prisão no caso. As liberdades de reunião, associação, imprensa e expressão são restringidas pelo governo; autores de artigos com críticas ou sátiras ao governo em geral são presos. Em agosto de 2002, a licença da rede de televisão Al-Jazira foi revogada por tecer críticas ao governo.[12]

Os Direitos das Mulheres

As mulheres jordanianas sofrem uma clara desvantagem legal. O estupro marital é legal, o abuso físico de mulheres é crescente e freqüentemente autorizado por lei e os crimes de honra (violência doméstica contra mulheres, cometida por homens que acreditam que elas estariam ferindo sua honra por seu "comportamento imoral") recebem sentenças mínimas. Estes últimos tornaram-se tão comuns que, segundo um estudo, constituem 25% de todos os assassinatos cometidos na Jordânia em 2000. Economicamente, as mulheres também estão em desvantagem legal. Todas as leis de segurança social, herança, divórcio e testemunho favorecem os homens. A mulher ganha menos do que o homem pelo mesmo trabalho e tem pouca participação no mercado de trabalho. A mutilação genital feminina, que já foi muito difundida na Jordânia, vem caindo fortemente em desuso. Contudo, algumas tribos mantêm a prática. Muito mais comum é o abuso de meninas, especialmente o abuso sexual. Embora a lei exija punição, são poucos os casos investigados.

Os Direitos dos Trabalhadores

Em geral, as leis trabalhistas são boas, mas há exceções. Apesar de o trabalho forçado ser ilegal na Jordânia, muitos estrangeiros trabalham em condições que podem ser consideradas de trabalho forçado. Além disso, o trabalho infantil é comum, embora o governo tenha dado passos para restringi-lo.

O Tratamento às Minorias

A liberdade de religião é em boa parte respeitada na Jordânia. Embora somente as três "principais religiões monoteístas" (islã, judaísmo e cristianismo) sejam reconhecidas oficialmente pelo governo, todas as demais religiões podem ser praticadas livremente e têm direitos iguais. A única exceção à regra é a fé Bahái, cujos membros enfrentam uma discriminação oficial sistemática, embora possam praticá-la abertamente. Após as guerras de 1948 e de 1967, respectivamente, a Jordânia concedeu cidadania aos refugiados palestinos que fugiram de Israel. Todavia, aqueles que chegaram desde então não receberam cidadania e são fortemente discriminados.

LÍBANO

Desde o fim de 16 anos de guerra civil em 1991, o Líbano tem sido controlado principalmente pela Síria, que mantém 25 mil soldados no país. Assim, embora o Líbano seja tecnicamente uma república parlamentarista, os cidadãos e funcionários do governo não têm participação nas mudanças de governo, pois a Síria toma todas as decisões políticas e influi decisivamente nas eleições.

O governo e exército libaneses não respeitam os direitos humanos e as diversas organizações terroristas com sede no Líbano também cometem abusos.

Direitos Legais

Têm havido muitos desaparecimentos e mortes de prisioneiros políticos à espera de julgamento. Prisões arbitrárias são comuns e alguns presos são retidos por longo tempo sem processo ou condenação. Há informações de que o uso da tortura é generalizado. Nas regiões do país controladas pela milícia Hezbolá, apoiada pelos sírios, aplica-se tão somente a lei islâmica; não há leis específicas nos acampamentos de refugiados palestinos independentes no sul do país. As violações dos direitos humanos são abundantes em ambas as regiões. A liberdade de expressão e de imprensa é garantida por lei e em geral respeitada; contudo, casos de censura são comuns. O direito de reunião garantido por lei é restringido pelo governo. Em agosto de 2001, estudantes cristãos fizeram um protesto pacífico contra o papel da Síria no Líbano e foram agredidos pelas forças de segurança. Dias antes, outros ativistas anti-sírios foram presos.[13]

Em agosto de 2001, as forças de segurança libanesas prenderam um jornalista cristão, num endurecimento da repressão contra dissidentes cristãos anti-sírios. Uma semana antes foram presos 200 membros de grupos cristãos que se opõem ao controle da Síria sobre o Líbano.[14]

Os habitantes libaneses têm sido vítimas de diversos grupos terroristas rivais que atuam no Líbano. Estes ora atacam alvos dentro do país, ora Israel no sul; neste último caso, a população do Líbano é obrigada a suportar o impacto das represálias. Entretanto, os ataques do Hezbolá e de outros grupos terroristas apoiados pela Síria contra Israel diminuíram significativamente desde a retirada de Israel do sul do Líbano, em maio de 2000.

Os Direitos das Mulheres

Violência e estupro domésticos são problemas sociais significativos que afetam um grande segmento da população. Os crimes de honra são ilegais, mas as penas aplicadas nesses casos são reduzidas. Embora tecnicamente as mulheres possam ter a profissão que queiram, há uma grande pressão social para evitar que a maioria trabalhe. Muitas outras leis no Líbano, baseadas na legislação islâmica, discriminam mulheres e crianças.

Os Direitos dos Trabalhadores

O trabalho forçado não é ilegal e muitos homens, mulheres e crianças estrangeiros são compelidos a trabalhar contra a vontade. O trabalho infantil em geral é crescente. Sob a lei libanesa, as crianças também sofrem de outras maneiras: abuso infantil, seqüestros e até mesmo a venda de crianças para agências de adoção é relativamente comum e ignorada pelo governo.

O Tratamento às Minorias

Em geral a liberdade de religião é respeitada, embora exista alguma discriminação dentro no sistema legal: por exemplo, certos postos do governo só podem ser ocupados por determinados tipos de muçulmanos. Os refugiados palestinos que vivem no Líbano não têm direitos nem podem se tornar cidadãos libaneses.

SÍRIA

Tecnicamente, a Síria é uma democracia parlamentar cujos membros são nomeados por eleições diretas; na prática, o presidente Bashar Assad detém um poder absoluto. Depois que seu pai Hafez Assad morreu em 10 de junho de 2000, após 30 anos no poder, Bashar concorreu sem oposição ao posto e, conseqüentemente, a idade mínima exigida por lei para um presidente foi reduzida de 40 para 34 anos, a sua idade. Em virtude de uma lei marcial de emergência em vigor desde 1963, poderosos serviços de segurança e milícias atuam independentemente uns dos outros e sem qualquer restrição governamental. Os direitos humanos são significativamente restringidos pelo governo e os serviços de segurança também cometem graves abusos.

Direitos Legais

Devido ao poder dos serviços de segurança, os direitos legais dos cidadãos sírios não são respeitados. Prisões arbitrárias, tortura e desaparecimento de presos ocorrem regularmente. Presos políticos sírios, libaneses e jordanianos são mantidos incomunicáveis pelo governo por longos períodos de tempo. Há também soldados israelenses desaparecidos capturados pela Síria e pelo Hezbolá, a organização terrorista (apoiada pela Síria) sediada no Líbano. Prisioneiros capturados há 20 anos permanecem desaparecidos. As liberdades de expressão e imprensa são garantidas por lei, mas severamente restringidas. A publicação de qualquer "informação falsa" que se oponha "às metas da revolução" é punida com longas sentenças de prisão. Todos os jornais pertencem ao governo ou são administrados por ele. Em 2001, dez ativistas pró-democracia foram presos e acusados de incitar a rebelião, disseminar mentiras e tentar modificar a constituição à força.[15] A liberdade de associação é rigidamente restringida pelo governo e não há liberdade de reunião.

Os Direitos das Mulheres

Há violência doméstica na Síria, embora não se conheça a sua extensão. O estupro conjugal é legal e ocorrem crimes de honra. Legalmente, muitas leis econômicas, como as de herança e segurança social, discriminam as mulheres. A punição às mulheres por adultério é duas vezes mais severa do que aos homens. A mulher não pode viajar ao exterior sem a permissão

do marido e, embora trabalhe em todas as áreas, sua participação no mercado é muito pequena.

Os Direitos dos Trabalhadores

O trabalho infantil é comum, apesar das leis em contrário. Além disso, os direitos de formar sindicatos e negociar coletivamente são limitados.

O tratamento às minorias

A liberdade de religião em geral é respeitada, com duas exceções: os judeus são sistematicamente excluídos de participação no governo e carecem de direitos básicos; e os grupos extremistas islâmicos que se opõem ao governo são alvo de ataques constantes e discriminação, devido à grande quantidade. Os curdos são sistematicamente oprimidos pela Síria: eles não podem se tornar cidadãos, têm poucos direitos e o ensino do seu idioma e de sua cultura é considerado ilegal pelo governo.

IRAQUE

A Constituição do Iraque assegurava o poder ao Partido Socialista Baath, que era dominado por Saddam Hussein e seus parentes. Hussein buscava legitimar seu regime remetendo-se a um "referendo" de outubro de 1995, no qual recebeu 99,9% dos votos. Entretanto, essa eleição não tinha cédulas secretas nem candidatos de oposição e cidadãos iraquianos declararam que temiam represálias caso votassem contra (o governo). O histórico do Iraque em matéria de direitos humanos indica que esse temor era justificado – o governo do Iraque cometia sérias violações aos direitos humanos, fundamentalmente por intermédio de milícias que atuavam (e ainda atuam) no país como instrumento de manutenção da atmosfera de medo e opressão.

Direitos Legais

Os métodos da polícia iraquiana estavam entre os mais brutais do mundo. Os cidadãos eram rotineiramente presos e executados por crimes como deserção, críticas ao governo e prostituição. Além disso, delinqüentes acusados de crimes menores eram comumente assassinados em massa como parte de uma "limpeza" concebida para reduzir a população carcerária. Autoridades políticas ou religiosas consideradas ameaças a Saddam ou a outros membros do governo eram mortas sem qualquer escrúpulo nem acusação de um crime específico, cujos acusados raramente tinham direito a julgamentos justos, uma vez que qualquer decisão judicial poderia ser anulada pelo

presidente. Algumas vezes absolutamente não havia julgamento. A tortura era uma prática sistemática nas prisões iraquianas. Apesar de o governo oficialmente respeitar os direitos de liberdade de expressão, imprensa, reunião e associação, na prática todos eram restringidos. O governo era proprietário de todos os jornais do país, dirigidos como fontes de propaganda. Qualquer declaração criticando o governo era severamente punida, cidadãos que se reuniam pacificamente eram reprimidos e muitas vezes atacados pelas milícias do governo. Havia alegações freqüentes de graves crimes de guerra contra o Iraque. Atrocidades cometidas durante a Guerra Irã-Iraque entre 1980 e 1988, bem como durante a Guerra do Golfo em 1991, se repetiam até recentemente, quando forças iraquianas em combate com o exército curdo – que controla o norte do Iraque – regularmente atacavam civis e instalavam minas em áreas civis. Os inspetores das Nações Unidas que monitoravam os depósitos de armas químicas e militares foram sumariamente expulsos em 1997.

Os Direitos das Mulheres

Existe violência doméstica no Iraque, mas não há estatísticas de sua freqüência. Os crimes de honra são legítimos sob a lei iraquiana e a prostituição em geral é punida com a decapitação. Há muitas leis em vigor que garantem os direitos das mulheres no mercado de trabalho, mas é difícil determinar se obtiveram êxito em produzir igualdade.

Os Direitos dos Trabalhadores

Os trabalhadores praticamente não têm direitos no Iraque. Os sindicatos são ilegais e, embora o trabalho forçado seja tecnicamente ilegal, recusar um emprego pode levar a uma sentença de prisão. O trabalho infantil é comum, apesar das leis em contrário.

O Tratamento às Minorias

A liberdade de religião, embora tecnicamente em vigor, não era respeitada pelo governo (de Saddam Hussein). Embora a maioria da população seja constituída de muçulmanos xiitas, a minoria sunita controlava o Partido Baath. Assim, os líderes religiosos e laicos xiitas eram freqüentemente assassinados ou reprimidos. A pequena comunidade cristã era submetida a abusos. Os curdos que controlam o norte do Iraque também eram duramente oprimidos. Eles eram proibidos de viver no Iraque propriamente dito e os que viviam no norte eram vítimas, da parte dos militares iraquianos, de atrocidades como torturas, execuções sumárias e ataques aos centros civis com armas químicas.

EGITO

Conforme a sua Constituição, o Egito é uma social-democracia na qual o islã é a religião oficial. Todavia, o presidente e seu Partido Democrático Nacional controlam a cena política a tal ponto que os cidadãos não têm a menor possibilidade de mudar o governo. Existe uma Lei de Emergência, em vigor desde 1981, que permite ao governo deter pessoas arbitrariamente e sem acusação, negando regularmente os direitos legais aos cidadãos egípcios

Direitos Legais

As liberdades de expressão e de imprensa são garantidas pela Constituição, mas raramente são respeitadas na prática. O governo possui e controla os três principais jornais e detém o monopólio de impressão e distribuição. Por isso, raramente os jornais criticam o governo e a distribuição de jornais dos partidos de oposição é limitada. Intelectuais e funcionários públicos que criticam o governo em geral são acusados de crime de injúria, difamação ou de "disseminar informação falsa sobre o Egito" e são presos. As liberdades de associação e reunião são severamente restringidas. A tortura, física ou psicológica, apesar de ser oficialmente ilegal, é comum. Em 2000 noticiou-se que pelo menos oito presos morreram vítimas de tortura. As condições das prisões são péssimas. A polícia egípcia pratica rotineiramente prisões arbitrárias e mantém os presos por um longo tempo sem acusação, processo ou acesso a um advogado.

> *"O regime autocrático [do Egito], estabelecido há meio século sob a bandeira do nacionalismo e socialismo árabes, está politicamente exaurido e moralmente falido. O senhor Mubarak, que somente conteve os extremistas islâmicos mediante torturas e massacres, não tem um programa político moderno nem uma visão de progresso para oferecer ao seu povo como alternativa à vitimologia muçulmana de Osama bin Laden. Aqueles egípcios que tentam promover um programa desta ordem... são encarcerados injustamente. Por outro lado, o senhor Mubarak faz autopromoção às custas de US$ 2 bilhões ao ano em ajuda norte-americana, ao mesmo tempo em que permite e até mesmo estimula que líderes religiosos e mídia controlados pelo Estado promovam a propaganda anti-ocidental, anti-moderna e anti-judaica dos extremistas islâmicos. A polícia serve aos seus interesses ao desviar a atenção da frustração popular com a falta de liberdade política ou desenvolvimento econômico no Egito. Isso também explica por quê tantos recrutados de Osama bin Laden são egípcios".*
>
> **– Editorial do *Washington Post*, 11 de outubro de 2001**

Os Direitos das Mulheres

A violência doméstica é um problema sério no Egito; um relatório concluiu que, a cada três mulheres casadas, uma é agredida por seu marido. Além disso, o estupro conjugal é consentido. A mutilação genital feminina ainda existe e a maior parte das mulheres é submetida a esse procedimento. No mundo dos negócios há garantias de pagamento igualitário para homens e mulheres, mas há fortes pressões sociais contra o emprego feminino. Juridicamente, muitas leis, em particular as de herança, favorecem os homens. Além disso, homens que matam mulheres em crimes de honra recebem sentenças significativamente menores do que mulheres que cometem crimes em circunstâncias semelhantes.

Os Direitos dos Trabalhadores

As leis trabalhistas no Egito não funcionam adequadamente para membros dos sindicatos; a greve é ilegal e passível de pena de prisão. Muitas leis trabalhistas impostas pelo governo não são aplicadas, como as de salário mínimo e número máximo de horas trabalhadas. Embora o trabalho infantil tenha sido um problema no Egito, recentemente tem se notado algum progresso.

O Tratamento às Minorias

O Egito garante liberdade de religião e, em geral, as comunidades judaicas e cristãs são bem tratadas. Todavia, algumas vezes a minoria cristã é discriminada e há denúncias de conversões forçadas ao islã. Membros da fé Bahái são categoricamente proibidos de praticar sua religião ou de viver no Egito.

AUTORIDADE PALESTINA

O histórico lamentável da Autoridade Palestina em matéria de direitos humanos piorou após o início da intifada de Al-Aksa. Em setembro de 2000, membros dos serviços de segurança palestinos e os tanzim da Fatah participaram de ataques violentos contra civis e soldados israelenses. Como palestinos armados quase sempre lançavam seus ataques nas proximidades dos lares de civis palestinos, quando Israel respondia ao fogo, seus residentes muitas vezes eram feridos ou mortos. As forças de segurança palestinas não puderam evitar que palestinos armados abrissem fogo contra israelenses em lugares onde havia civis presentes.

Direitos Legais

Em 2 de dezembro de 2001, o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, declarou estado de emergência e assumiu amplos poderes legais. As

forças de segurança da Autoridade Palestina detêm e prendem pessoas arbitrariamente; prevalecem detenções longas e carentes de um processo adequado. Os tribunais não garantem processos justos e ativos. O Executivo e os serviços de segurança da Autoridade Palestina geralmente ignoram ou não aplicam as decisões judiciais. A Autoridade Palestina não proíbe por lei o uso da tortura nem da força contra os detentos e há informações de que suas forças de segurança são responsáveis por tortura e abuso generalizado de detentos palestinos. Grupos internacionais de monitoramento dos direitos humanos têm documentado a conduta absolutamente arbitrária e abusiva da Autoridade Palestina. Essas organizações afirmam que o uso da tortura é generalizado e não se limita às pessoas presas por razões de segurança. Pelo menos cinco palestinos morreram sob custódia da Autoridade Palestina em 2001. As forças de segurança da Autoridade Palestina infringiram o direito dos cidadãos à privacidade e limitaram as liberdades de expressão e de imprensa ao fechar agências distribuidoras de notícias, proibir publicações ou transmissões, ameaçar e deter periodicamente membros da mídia. Por exemplo, após o brutal assassinato de dois soldados reservistas das Forças de Defesa de Israel (FDI) numa delegacia de polícia de Ramala em 12 de outubro de 2000, a polícia palestina confiscou os filmes de diversos jornalistas que presenciaram a cena. Em 4 de outubro, um jornalista estrangeiro filmou três membros das forças de segurança palestinas distribuindo coquetéis Molotov para um grande número de crianças. As forças de segurança detiveram o jornalista e sua equipe durante várias horas e destruíram o rolo de filme. As ameaças da Autoridade Palestina contribuíram para a prática da autocensura por parte de muitos comentaristas, repórteres e críticos palestinos.

A Violência Contra Israelenses

A violência palestina durante a intifada de Al-Aksa incluiu violentos comícios, tiroteios e incidentes nos quais palestinos normalmente arremessavam pedras e coquetéis Molotov nos postos de controle das FDI. Civis israelenses e judeus dos territórios se converteram em alvos freqüentes de tiroteios dirigidos e emboscadas, homens-bomba e outros tipos de bombardeio, ataques com morteiros e ataques armados a assentamentos e bases militares. Palestinos que atuavam individualmente ou em pequenos grupos não organizados, com participação de alguns membros dos serviços de segurança palestinos, mataram 87 israelenses nos territórios em 2001.

Membros das forças de segurança da Autoridade Palestina fora de serviço e da facção Fatah do presidente Arafat participaram de alguns desses ataques. Diversos grupos terroristas palestinos, entre eles Hamas, Jihad Islâmica, Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP) e grupos filiados à Fatah, como as Brigadas de Al-Aksa, também assumiram a responsabilidade pelos ataques, especificamente os que visavam a civis dentro de Israel propriamente dito. A Autoridade Palestina prendeu algumas

pessoas relacionadas a essas mortes no fim de 2001. Um número calculado em 340 colaboracionistas suspeitos (de Israel) e 180 a 200 presos políticos eram mantidos nos cárceres da Autoridade Palestina no fim de 2001. Um certo número de palestinos suspeitos de colaboração com o governo israelense foi preso, julgado e executado. Outras dezenas deles foram simplesmente assassinadas.[16]

Os Direitos das Mulheres

Existem abusos conjugais, sexuais e assassinatos em nome da honra, mas pressões sociais impedem que parte desses incidentes seja informado e boa parte é tratada entre as famílias envolvidas, em geral pelos homens. As mulheres palestinas suportam várias formas de dano e repressão social dentro de sua sociedade. Por se casarem muito cedo, é freqüente que as meninas não alcancem o nível de escolaridade obrigatório. As restrições culturais impedem muitas vezes que as mulheres cursem faculdades e universidades. Embora exista um movimento feminino ativo na Cisjordânia, só recentemente uma atenção séria tem passado das aspirações nacionalistas para problemas que afetam em muito as mulheres, como violência doméstica, acesso igualitário à educação e emprego e leis que dizem respeito a matrimônio e herança. As mulheres que se casam fora de sua religião, particularmente mulheres cristãs que se casam com muçulmanos, em geral são renegadas por suas famílias e, algumas vezes, maltratadas e ameaçadas de morte. Um número crescente de palestinas trabalha fora de casa, onde tendem a ser discriminadas. Não há leis específicas que amparem os seus direitos no mercado de trabalho. As mulheres têm pouca participação em quase todos os aspectos da vida profissional.

Os Direitos dos Trabalhadores

Não há salário mínimo na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza nem leis que protejam os direitos dos trabalhadores em greve. Na prática, os trabalhadores têm pouca ou nenhuma proteção quanto à retribuição do patrão. No início de 2000, professores da Cisjordânia entraram em greve. Em 5 de maio do mesmo ano, membros da Autoridade Palestina prenderam um dos líderes da greve por criticarem a entidade durante uma entrevista na rádio. A estação de rádio também foi fechada. Os professores suspenderam a greve em 17 de maio, apesar de não terem qualquer das suas reivindicações atendida. O trabalho infantil é um problema.

O Tratamento às Minorias

A liberdade de religião em geral é respeitada pela Autoridade Palestina, embora não existam leis de proteção. Nos últimos anos, houve denúncias de que muitos muçulmanos que se converteram ao cristianismo às vezes eram submetidos a discriminação social e a constrangimento por parte de membros

da Autoridade Palestina. Não existe um padrão de discriminação ou de constrangimento contra cristãos por parte da Autoridade Palestina.

> *"È difícil saber o que é mais alarmante – uma nociva declaração de ódio aos judeus pelo primeiro-ministro da Malásia numa reunião de cúpula islâmica, esta semana, ou os aplausos unânimes que recebeu de reis, presidentes e emires presentes. As palavras proferidas pelo primeiro-ministro Mahathir Mohamad em um discurso para os 57 membros da Organização da Conferência Islâmica na quinta-feira foram tristemente familiares: os judeus, afirmou, podem ser numericamente poucos, mas buscam dominar o mundo (...) A simpatia pela causa muçulmana não deve ser confundida com a aceitação do racismo. A maioria dos muçulmanos ainda é maltratada - por seus próprios líderes, que se encontram em reuniões de cúpula sem sentido em vez de oferecer a seus povos o que eles mais precisam: direitos humanos, educação e democracia".*
>
> **– Editorial do *New York Times*, 18 de outubro de 2003.**

Notas

1 *Arab Human Development Report 2002*. New York: United Nations, 2002.

2 Daniel Pipes. *In the Path of God: Islam and Political Power*. New York: Basic Books, 1983, pág.177.

3 *Arab Human Development Report 2002*. New York: United Nations, 2002.

4 *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

5 *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países para 1997*. District of Columbia: Departamento de Estado, 1997.

6 Martin Peretz. *Remembering Saudi Arabia, The New Republic* (28 de janeiro de 2002).

7 *Al-Quds Al-Arabi* (Londres) (4 de dezembro de 1999).

8 *Jerusalem Post* (19 de agosto de 2002).

9 Relatório do Departamento de Estado sobre os Direitos Humanos nos Territórios Ocupados, 1997, 1998.

10 *Newsweek* (10 de março de 2003).

11 *Washington Post* (4 de dezembro de 2001).

12 *Jewish Telegraphic Agency* (9 de agosto de 2002).

13 *Jerusalem Report* (25 de março de 2002).

14 CNN (16 de agosto de 2001).

15 *Jerusalem Post* (1 de julho de 2002); BBC News (11 de agosto de 2002).

16 Isabel Kershner. *Below of Law*, *Jerusalem Report* (22 de abril de 2002), pág. 32-33.

17. Os Direitos Humanos em Israel e nos Territórios

MITO

"Israel discrimina seus cidadãos árabes".

FATO

Israel é uma das sociedades mais abertas do mundo. De uma população de 6,3 milhões de pessoas, 1,1 milhão – 18% da população – não são judeus (945 mil muçulmanos, 130 mil cristãos e 100 mil drusos).[1]

Os árabes em Israel têm o mesmo direito de voto; na verdade esse é um dos poucos lugares do Oriente Médio onde as mulheres árabes podem votar.

Atualmente, os árabes ocupam oito das 120 cadeiras do Parlamento israelense (o Knesset) e vários postos no governo – um deles é o vice-prefeito de Tel-Aviv, que já foi embaixador na Finlândia. Do gabinete original de Ariel Sharon fez parte o druso Salah Tarif, que foi ministro sem pasta. Outro árabe é ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Assim como o hebraico, o árabe é idioma oficial em Israel. Mais de 300 mil crianças árabes estão matriculadas em escolas israelenses. Na época de fundação de Israel havia somente um colégio secundário árabe no país. Hoje existem centenas de escolas árabes.[2]

A única distinção legal entre os cidadãos judeus e os árabes de Israel é que os últimos não são obrigados a servir ao exército israelense. Iss existe para liberar os cidadãos árabes de empunhar armas contra seus irmãos. Apesar disso, os beduínos têm servido em unidades de pára-quedistas e outros árabes têm se alistado voluntariamente no serviço militar. O serviço militar obrigatório se aplica às comunidades drusas e circassianas a pedido delas próprias. A razão para algumas diferenças econômicas e sociais entre judeus e árabes israelenses está em que os últimos não servem ao Exército. Os veteranos têm direito a muitos benefícios inacessíveis a não-veteranos. Além disso, o exército auxilia no processo de socialização.

Por outro lado, os árabes têm a vantagem de obter alguns empregos durante os anos em que os israelenses estão no serviço militar. Ainda mais, algumas indústrias, como as de construção e de transporte de carga rodoviária, chegaram a ser dominadas por árabe-israelenses.

Ainda que os árabe-israelenses tenham se envolvido, ocasionalmente, em atividades terroristas, em geral eles têm se conduzido como cidadãos leais. Durante as guerras de 1967, 1973 e 1982, nenhum deles participou de atos de sabotagem ou de deslealdade. Muitos se apresentaram como voluntários para desempenhar funções civis no lugar dos reservistas. Durante a eclosão de

violência nos territórios, que começou em setembro de 2000, pela primeira vez os árabes-israelenses participaram de protestos generalizados com alguma violência.

Os Estados Unidos são uma nação independente desde 1776, mas ainda assim não integraram todas as suas comunidades. Ainda hoje, quase 40 anos após a adoção da legislação de direitos civis, a discriminação racial ainda não foi erradicada. Não deveria surpreender que Israel não tenha resolvido todos os seus problemas sociais em apenas 55 anos.

MITO

"Israel discrimina os árabes ao impedi-los de adquirir terras".

FATO

No início do século XX, o Congresso Sionista Mundial estabeleceu um Fundo Nacional Judaico para comprar terras na Palestina, para assentamentos judaicos. Essas terras e as que foram adquiridas logo após a guerra de independência de Israel foram tomadas pelo governo. Da área total de Israel, 92% pertencem ao Estado e são administrados pela Autoridade de Administração de Terras, que não as vende a ninguém, sejam judeus ou árabes. Os 8% restantes são de particulares. O WACF (a fundação muçulmana de caridade), por exemplo, possui terras para uso de árabes muçulmanos. As terras do governo podem ser arrendadas por qualquer um, independentemente de raça, religião ou sexo. Todos os cidadãos árabes de Israel têm direito a arrendar terras do governo.

MITO

"Os árabes israelenses são discriminados no emprego".

FATO

A legislação israelense proíbe a discriminação no emprego. Segundo o Departamento de Estado de Israel, todos os trabalhadores israelenses "podem se reunir e estabelecer organizações trabalhistas livremente". A maioria dos sindicatos é vinculada à central sindical Histradut ou à Histadrut Haovdim Haleumit (Federação Nacional do Trabalho), ambas independentes do governo.

MITO

"Os árabes mantidos em prisões israelenses são torturados, espancados e mortos"

FATO

A prisão não é um lugar agradável para ninguém e são muitas as queixas sobre o tratamento aos presos nas instituições americanas. As prisões de Israel estão, provavelmente, entre as mais supervisionadas do mundo. Uma razão para

isso é que o governo permite que representantes da Cruz Vermelha e de outros grupos as inspecionem regularmente. A legislação israelense proíbe a prisão arbitrária de cidadãos; os acusados são considerados inocentes até que se prove sua culpa e têm direito à apresentação de *habeas corpus* e outras salvaguardas processuais. Israel não tem presos políticos e mantém um Judiciário independente.

Alguns prisioneiros, particularmente árabes suspeitos de envolvimento com o terrorismo, são interrogados com severidade e, nesses casos, os excessos são criticados. A Suprema Corte de Israel publicou um parecer histórico em 1999 proibindo o uso de todo um conjunto de práticas abusivas.

A pena de morte foi aplicada somente uma vez, no caso do carrasco nazista Adolf Eichmann. A nenhum árabe foi jamais imposta a pena de morte, inclusive depois dos mais hediondos atos de terrorismo.

> *"Ninguém julga uma democracia pela forma como seus soldados reagem de imediato, homens e mulheres jovens que vivem sob uma provocação tremenda. Uma democracia é julgada pela maneira como reagem seus tribunais, pela serenidade desapaixonada de suas cortes judiciais. E a Suprema Corte israelense, bem como outras cortes, tem reagido de modo magnífico. Pela primeira vez na história do Oriente Médio, há um Judiciário independente, disposto a ouvir as queixas dos árabes – seu nome é Suprema Corte de Israel".*
>
> **– Alan Desrshowitz[3]**

MITO

"Israel faz uso da prisão administrativa para prender árabes pacíficos sem julgamento".

FATO

Israel herdou e manteve certas leis adotadas pelos britânicos. Uma delas é o uso da prisão administrativa, permitida sob certas circunstâncias em casos de segurança. O detido tem direito a ser representado por um advogado e pode apelar à Suprema Corte. O ônus de justificar a manutenção do processo sob sigilo recai sobre quem o impetrou. Com freqüência, os funcionários acreditam que apresentar provas em tribunal aberto poderia comprometer seus métodos de obter informação e colocaria em perigo as vidas dos indivíduos que fornecem informações sobre o planejamento de atividades terroristas.

A prisão administrativa é desnecessária em grande parte do mundo árabe porque as autoridades freqüentemente mantêm pessoas presas sem o devido processo. Advogados, organizações de direitos humanos e meios de

comunicação independentes não podem protestar. Mesmo nos Estados Unidos, com sua política de fiança excepcionalmente liberal, as pessoas podem ficar detidas por longos períodos de tempo à espera de um processo. Leis especiais foram aplicadas para permitir o encarceramento prolongado de membros do Talibã e da Al-Qaeda capturados no Afeganistão.

MITO

"Israel nega direitos políticos aos residentes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza".

FATO

Ao defender sua existência contra forças árabes hostis, Israel assumiu o controle da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Diante de uma violenta insurreição, o governo se viu forçado a restringir algumas atividades dos palestinos. Dadas as restrições impostas para a segurança de Israel, foram feitos esforços desde o princípio para permitir aos palestinos a maior liberdade possível.

Após a Guerra dos Seis Dias, a liderança tradicional pró-jordaniana conservou muitos postos públicos civis pagos pela Jordânia. Foram feitas eleições municipais em 1972 e 1976. Pela primeira vez, mulheres e não-proprietários puderam votar.

As eleições de 1976 levaram prefeitos árabes ao poder, representando várias facções da OLP. Muhamad Milhem, de Halhoul; Fahd Kawashmeh, de Hebron; e Bassam Shaka, de Nablus eram filiados à Fatah. Karim Khalaf, de Ramalá, representava a Frente Popular pela Libertação da Palestina: e Ibrahim Tawil, de El Bireh, era filiado à Frente Democrática pela Libertação da Palestina.[4]

Em 1978, esses prefeitos e outros radicais formaram o Comitê de Orientação Nacional, que se opôs vigorosamente a qualquer acordo com Israel, tentando promover uma ampla aliança com a OLP na Cisjordânia e incitando a rejeição ao tratado de paz egípcio-israelense. Em 1981, Israel expulsou Milhem e Kawashmeh. Eles puderam retornar para apelar da sua ordem de expulsão, que, todavia, foi ratificada pela Suprema Corte israelense.

Duas semanas depois de sua expulsão, Milhem disse: "Não há lugar para a existência dos sionistas sob uma situação de paz verdadeira. Eles só são capazes de existir numa situação de tensão e guerra (...) e isso é válido para todos os partidos (...) eles não são moderados nem radicais, são somente porcos".[5]

Kawasmeh foi indicado para o Comitê Executivo da OLP em 1984. Neste mesmo ano foi assassinado por radicais palestinos em Amã.

Como parte das negociações de Camp David, Israel propôs um plano de autonomia que outorgava aos palestinos maior controle sobre seus assuntos. Os palestinos recusaram a opção da autonomia. No entanto, conservaram a esperança da criação de um Estado palestino.

No restante da década, Israel procurou transferir paulatinamente responsabilidades dos militares para administradores civis e aos palestinos. Esse empenho em delegar aos palestinos uma maior responsabilidade por seus assuntos foi solapado pela intifada. Durante o levante, os palestinos que desejavam cooperar com Israel foram atacados e silenciados com intimidações e assassinatos. Dirigentes do governo israelense procuraram manter o diálogo com muitos palestinos, porém aqueles cujas identidades eram descobertas se convertiam em alvos de agressão.

Durante negociações secretas em Oslo, na Noruega, em 1993, negociadores israelenses e palestinos concordaram com um plano que daria a estes uma autonomia limitada. Negociações posteriores resultaram na retirada israelense de quase metade da Cisjordânia e da maior parte da Faixa de Gaza, bem como num controle palestino progressivo sobre seus próprios assuntos. A Autoridade Palestina agora governa virtualmente todos os assuntos civis sobre 98% dos palestinos nos territórios. A expectativa é que um acordo político definitivo resulte na criação de um Estado palestino na maioria das áreas que foram, um dia, controladas por Israel.

MITO

"Israel está roubando água dos árabes nos territórios, permitindo que judeus cavem poços, mas impedindo que árabes façam o mesmo".

FATO

Nos anos que se seguiram imediatamente à guerra de 1967, os recursos hídricos da Cisjordânia aumentaram consideravelmente. O sistema hídrico ao sul da região de Hebron, por exemplo, foi expandido. Foram abertos poços perto de Jenin, Nablus e Tulkarm. Mais de 60 cidades da Cisjordânia receberam novos sistemas de fornecimento de água ou tiveram antigos poços ampliados pela administração israelense nos territórios.

No fim da década de 1970 e princípio da de 1980, o Oriente Médio sofreu uma das piores secas da história moderna. As águas do Rio Jordão e do Mar da Galiléia desceram a níveis críticos. A situação se agravou ainda mais no começo da década de 1990 e permanece sendo um problema no novo século.

O governo israelense restringiu, por isso, a abertura de poços na Cisjordânia. Havia poucas opções, pois a Cisjordânia e Israel compartilham o mesmo lençol freático e a drenagem de água potável poderia levar à infiltração de água salgada.

Os camponeses árabes da Cisjordânia são servidos por aproximadamente cem mananciais e 300 poços – muitos deles cavados há décadas e agora usados em excesso. As restrições à exploração excessiva de poços rasos

tinham por objetivo evitar a infiltração ou o esgotamento total por água salina. Alguns poços foram cavados para que os povoados judaicos pudessem alcançar fontes novas e profundas jamais usadas antes. Essas reservas de água, em geral, não drenam as fontes árabes, mais superficiais.

No fim de 1991, foi programada uma conferência na Turquia para discutir os problemas regionais de água. A reunião foi torpedeada pela Síria. Os sírios, jordanianos e palestinos boicotaram as conversações multilaterais em Moscou, em janeiro de 1992, que incluíam um grupo de trabalho sobre problemas hídricos.

Após os acordos de Oslo, os palestinos se mostraram mais interessados em cooperar nos assuntos relacionados à água. Na reunião do grupo de trabalho multilateral em Omã, em abril de 1994, foi aprovada uma proposta israelense para reabilitar e tornar mais eficientes os sistemas hídricos em comunidades de tamanho médio (na Cisjordânia e em Gaza, em Israel e em toda a região). Na mesma época foi criada a Autoridade Palestina para a Água, tal como previsto na Declaração de Princípios Israelense-Palestina.

Em novembro de 1994, o grupo de trabalho se reuniu na Grécia. Israelenses, jordanianos e palestinos concordaram em iniciar uma discussão sobre princípios e normas para cooperação sobre os problemas da água. Foram feitos progressos posteriores numa variedade de assuntos nas reuniões de Amã, em 1995, e da Tunísia, em 1996, mas desde então os grupos de trabalho não se reuniram mais.

Israel não reduziu a quantidade de água destinada às terras sob a jurisdição da Autoridade Palestina. Pelo contrário, examina a possibilidade de aumentá-la, apesar da quantidade reduzida de água em localidades de Israel e do compromisso, firmado no tratado de paz, de abastecer a Jordânia.

Ao contrário do que é reclamado pelos palestinos, Israel sequer determina a quantidade de água a ser fornecida aos territórios. A quantidade ficou decidida nas negociações entre as partes, com a participação dos americanos. Por consenso, a quantidade de água foi aumentada, se comparada com a situação de antes do Acordo Interino.

Da mesma maneira foi aprovada uma forma de aumentar gradativamente o fornecimento enquanto não se chega ao acordo definitivo. As negociações também conduziram a acordos que decidiram o número de poços que Israel, a Autoridade Palestina e os organismos internacionais são obrigados a cavar. Também foi decidida a cooperação nos assuntos sanitários e de meio ambiente.

Mais adiante foi decidido que a jurisdição sobre a água passaria aos palestinos durante o processo de transferência dos poderes civis e que a situação hídrica seria monitorada por equipes conjuntas. Israel tem cumprido todas as suas obrigações em conformidade com o Acordo Interino. O fornecimento

de água está conforme o acordo ou superior ao que foi estabelecido. A jurisdição sobre a água foi inteiramente transferida no prazo combinado e Israel aprovou a abertura de poços adicionais. Israel e a Autoridade Palestina fazem patrulhas conjuntas para localizar casos de roubo de água e outros problemas hídricos afins.

Na verdade, o fornecimento de água aos palestinos pouco tem a ver com Israel. Segundo a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, "a Cisjordânia e a Faixa de Gaza sofrem falta crônica de água que impede um crescimento econômico sustentado, além de causar impacto negativo no meio ambiente e na saúde dos palestinos. A pouca água disponível é usada sem eficiência". A análise acrescenta que "as fontes palestinas de suprimento de água foram sendo progressivamente poluídas como resultado do tratamento inadequado do esgoto e do bombeamento excessivo dos poços. O esgoto não tratado é despejado em vales e no Mar Mediterrâneo, piorando a qualidade do já inadequado fornecimento de água e poluindo o solo, o mar e a costa".[6]

MITO

"As deportações determinadas por Israel violam a Quarta Convenção de Genebra".

FATO

O propósito da Convenção de Genebra, aprovada em 1949, foi evitar uma repetição da política nazista de deportações em massa de civis inocentes para campos de concentração e trabalho escravo. É óbvio que Israel não faz isso. O que se faz, ocasionalmente, é expulsar um grupo de indivíduos identificados por instigar a violência contra judeus e árabes.

A própria Convenção de Genebra permite que uma potência que ocupa um território "empreenda a evacuação total ou parcial de uma área se a segurança de uma população ou razões militares imperativas assim o exigem". A Suprema Corte israelense interpretou que isso significa que Israel pode expulsar os instigadores da violência, caso necessário, para manter a ordem pública ou proteger a população de futuros atos de terror. Todos os deportados têm o direito de apelar diante dos tribunais israelenses, porém muitos palestinos preferem não fazê-lo.

> *"O regime de Israel não é um apartheid. É um caso único de democracia".*
>
> **– Mangosuthu Buthelezi,**
> **Ministro-Chefe do Interior sul-africano**[7]

MITO

"O tratamento que Israel dá aos palestinos é semelhante ao dispensado aos negros na África do Sul no tempo do apartheid".

FATO

Mesmo antes da existência oficial de Israel, os líderes judeus procuraram evitar a situação que prevalecia na África do Sul. Como David Ben-Gurion disse ao nacionalista palestino Musa Alami, em 1934:

> "Não queremos criar uma situação semelhante à existente na África do Sul, onde os brancos são os proprietários e governantes, enquanto os negros são os trabalhadores. Se não fizermos todo o tipo de trabalho, fácil e difícil, qualificado ou não, se nos convertermos em meros proprietários, então esta não será a nossa pátria".[8]

Em Israel os judeus são a maioria, porém a minoria árabe desfruta de cidadania plena e de direitos iguais. Os árabes estão representados no Knesset (Parlamento) e participam do governo e da Suprema Corte. Sob o *apartheid,* os negros sul-africanos não podiam votar e nem eram cidadãos do país onde constituíam a esmagadora maioria da população. Leis ditavam onde podiam viver, trabalhar e viajar. Na África do Sul, o governo matava os negros que protestavam contra suas políticas. Em contrapartida, Israel permite liberdade de movimento, reunião e expressão. Alguns dos mais duros críticos do governo são os árabes membros do Knesset.

A situação dos palestinos nos territórios é diferente. A segurança da nação e uma violenta insurreição nos territórios obrigaram Israel a impor restrições aos residentes árabes na Cisjordânia e na Faixa de Gaza que eram desnecessárias dentro das fronteiras de Israel pré-1967. Os palestinos dos territórios questionam habitualmente o direito de Israel existir, enquanto os negros não buscavam a destruição da África do Sul, mas do regime de *apartheid.*

Se Israel fosse dar cidadania plena aos palestinos, isso significaria que os territórios teriam sido anexados. Nenhum governo israelense esteve disposto a dar esse passo. Pelo contrário, por meio de negociações Israel concordou em oferecer aos palestinos o controle progressivo sobre seus próprios assuntos. É provável que um acordo definitivo permita que os palestinos venham a se tornar cidadãos do seu próprio Estado.

MITO

"As nações negras africanas romperam com Israel por causa da política racista em relação aos palestinos".

FATO

As nações negras africanas não romperam relações com Israel devido a alguma preocupação com o racismo; a maioria rompeu em 1973 por causa

da pressão das nações árabes produtoras de petróleo. Apenas Malawi, Lesoto e Suazilândia mantiveram laços diplomáticos plenos, enquanto alguns outros países mantiveram relações por intermédio de escritórios israelenses de representação em embaixadas estrangeiras. As relações comerciais também não foram inteiramente rompidas; muitos estudantes de nações negras africanas continuaram a estudar em Israel e especialistas israelenses permaneceram trabalhando na África.

> *"Há ainda uma outra questão que surge do desastre das nações e permanece sem solução até hoje, e cuja profunda tragédia só um judeu pode compreender. É a questão africana. É só recordar todos esses terríveis episódios do tráfico de escravos, de seres humanos que, só porque eram negros, eram roubados como gado, aprisionados, capturados e vendidos. Seus filhos cresceram em terras estranhas, objetos do desprezo e da hostilidade, porque a cor de sua pele era diferente. Não me envergonho de dizer, ainda que possa me expor ao ridículo, que assim que testemunhar a redenção dos judeus, meu povo, desejo ajudar também a redenção dos africanos".*
>
> **– Theodor Herzl**[9]

Israel tem uma longa história de relações amistosas com países da África negra. De 1957 a 1973, Israel ofereceu cursos a milhares de africanos em todas as disciplinas, inclusive agricultura, saúde pública e economia. Milhares de africanos foram para Israel completar sua formação acadêmica enquanto um número equivalente de israelenses esteve na África com o objetivo de ensinar.[10]

Golda Meir, a arquiteta da política israelense para a África, acreditava que as lições aprendidas pelos israelenses poderiam ser transferidas para os africanos, os quais, particularmente durante a década de 1950, estavam engajados no mesmo processo de construção nacional. "Assim como eles", ela disse, "nós nos livramos das leis estrangeiras; assim como eles, aprendemos por nós mesmos como reclamar a terra, melhorar a produtividade de nossas colheitas, irrigar, criar aves, viver juntos e nos defendermos". Golda Meir acreditava que Israel poderia fornecer um modelo melhor aos novos países africanos independentes porque os israelenses "foram forçados a encontrar soluções para vários tipos de problemas que países grandes, ricos e poderosos jamais encontraram".[11]

Quando a força coercitiva dos árabes produtores de petróleo diminuiu, os países da África restabeleceram relações com Israel e buscaram novos projetos de cooperação. Essa tendência ganhou importância com a continuidade das negociações de paz entre Israel e seus vizinhos árabes. Nos dias atuais, 40

países africanos mantêm laços diplomáticos com Israel e ocorrem com freqüência visitas recíprocas entre chefes de Estado e ministros de governo. Em maio de 1994, o presidente israelense Ezer Weizman compareceu à histórica posse de Nelson Mandela como o primeiro presidente negro da África do Sul.

MITO

"Israel está exterminando os palestinos como os nazistas fizeram com os judeus".

FATO

Esta é talvez a mais odiosa acusação feita pelos detratores de Israel. O objetivo dos nazistas era o extermínio sistemático de todos os judeus da Europa. Israel busca a paz com seus vizinhos palestinos. Mais de um milhão de árabes vivem como cidadãos livres e iguais em Israel. Quanto aos palestinos nos territórios, 98% vivem sob a administração civil da Autoridade Palestina. Embora Israel empregue algumas vezes medidas drásticas contra os palestinos dos territórios, a fim de proteger os cidadãos israelenses – judeus e não-judeus – da incessante campanha de terror conduzida pela Autoridade Palestina e radicais islâmicos, não há qualquer plano para perseguir, exterminar ou expulsar o povo palestino.

Em resposta a uma comparação desse tipo por um poeta que se referiu à "SS Sionista", o editor de literatura do *New Republic*, Leon Wieselter, fez a seguinte observação:

> "Visão de que o sionismo é nazismo – não há outra forma de entender a expressão "SS Sionista" – não é diferente em espécie da visão de que a lua é um queijo. Isso não está apenas espetacularmente errado, mas também é espetacularmente estúpido. Não me sentirei ofendido (o que poderia ser um discurso de auto-ódio!) em explicar pacientemente por que o Estado de Israel é diferente do Terceiro Reich, exceto para dizer que nada do que aconteceu com os palestinos sob o controle de Israel pode ser comparado responsavelmente com o que houve com os judeus sob o domínio alemão; que um número considerável de pessoas que trabalham diligentemente para encontrar paz e justiça para os palestinos e uma solução para esse conflito selvagem são israelenses, alguns deles até mesmo primeiros-ministros. Não há base decente para a causa palestina que possa justificar a expressão "SS Sionista".[12]

O absurdo da acusação também fica claro se for levada em conta a demografia dos territórios em disputa. Enquanto os detratores fazem alegações ultrajantes de que Israel comete genocídio ou limpeza étnica, a população palestina continua a crescer de forma explosiva. Em Gaza, por exemplo, a população aumentou de 731 mil em julho de 1994 para 1.225.911 em julho de 2002,

um aumento de 68%. A taxa média de crescimento foi de 3,95%, uma das mais altas do mundo. De acordo com as Nações Unidas, a população total palestina em todos os territórios em disputa (incluindo-se a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental) de 1.006.000 em 1950 passou para 1.094.000 em 1970 e atingiu 2.152.000 pessoas em 1990. Anthony Cordesman observa que o crescimento "foi resultado de melhorias em receita e serviços de saúde" feitos por Israel. Desde a intifada, a população palestina tem continuado a crescer exponencialmente, aumentando em mais de 20% de 1995 a 2000, quando alcançou 3.183.000 pessoas.[13]

MITO

"Israel é desumano com os palestinos nos territórios".

FATO

É importante lembrar que Israel propôs se retirar de 97% da Cisjordânia e de 100% da Faixa de Gaza e que foi a rejeição dessa proposta, associada ao incessante terrorismo palestino, que forçou as tropas de Israel a fazer operações nos territórios. Embora essas ações causem problemas para a população palestina, o Exército israelense continua a assegurar que a assistência humanitária seja providenciada aos palestinos necessitados. Por exemplo, durante um único período de 48 horas (5 e 6 de janeiro de 2003), o Exército coordenou as seguintes ações:

- Encaminhamento de 40 palestinos que necessitavam de cuidados médicos para hospitais, entre eles quatro pacientes da Faixa de Gaza que foram transferidos para centros de saúde em Israel. Outros 284 palestinos feridos na Cisjordânia foram igualmente transportados por ambulâncias.
- Passagem de material de construção destinado a erguer um hospital em Kalkilia. Da mesma forma, os soldados possibilitaram a passagem de ajuda humanitária para Belém.
- Coordenação da entrega de cartões de racionamento enviados por uma organização internacional para os residentes de Azoun e a distribuição de mais cartões, pela Cruz Vermelha, em Salfit.
- Passagem de produtos agrícolas e alimentos entre Muassi e Khan Yunis.
- Passagem de uma equipe da UNWRA (Agência de Auxílio e Trabalho das Nações Unidas) para ajudar na remoção de lixo.
- Permissão de entrada em Kalkilia de uma família árabe-israelense de Jerusalém Oriental para assistir ao casamento de um filho.

Mesmo durante as operações militares – como na operação para eliminar os refúgios de terroristas do acampamento de refugiados de Jenin – as forças

israelenses se desviaram da sua missão para assistir palestinos não-combatentes. No caso da operação Jenin, por exemplo, o hospital continuou funcionando com um gerador entregue, sob tiroteio, por um funcionário israelense.[14]

A melhor maneira de melhorar a situação dos palestinos nos territórios é a Autoridade Palestina aceitar os passos propostos pelo governo Bush – acabar com a violência, reformar suas instituições e eleger novos líderes. Só então as conversações de paz podem ser retomadas e os assentamentos negociados.

MITO

"Israel assassina inocentes alegando que são terroristas palestinos".

FATO

Israel nunca tem intencionalmente civis por alvo. Infelizmente os terroristas palestinos tentam propositadamente se esconder entre a população civil para abater o moral do Exército israelense. Os próprios terroristas não se preocupam com as vidas dos palestinos inocentes e não hesitam em usá-los como escudos humanos. Esse tipo de comportamento é uma violação das leis internacionais – o Artigo 51 da emenda de 1977 da Convenção de Genebra de 1949 proíbe especificamente o uso de escudos humanos:

> "A presença ou movimentação de civis não deve ser usada para tornar certos pontos ou áreas imunes a operações militares, em particular tentativas de servir de escudo de objetivos militares para proteger de ataques ou defender, favorecer e impedir operações militares.[15]

Portanto, os terroristas palestinos são, em última instância, os verdadeiros responsáveis pelas mortes e ferimentos de não-combatentes inadvertidamente atingidos por soldados de Israel.

MITO

"Israel destruiu casas no acampamento de refugiados de Rafah como parte de sua política de opressão dos palestinos".

FATO

Israel fez operações militares, incluindo a demolição de casas, no acampamento de refugiados de Rafah, num um esforço para interromper as operações palestinas de contrabando. Rafah é uma cidade na Faixa de Gaza dividida pela fronteira com o Egito. Os palestinos passaram a cavar túneis nessa área em 1982 para fazer contrabando sob a cerca na fronteira entre Israel e Egito. Desde 1994, quando Israel passou o controle da área à Autoridade Palestina, esta tem sido responsável pela segurança na área. Enquanto a Autoridade Palestina, inicialmente, trabalhou para interromper a construção de túneis,

agora ela apóia ativamente os contrabandistas. Para evitar a detecção dos túneis, os palestinos os constroem em residências.

Em 2002, as forças militares israelenses descobriram 33 túneis e, em meados de outubro de 2003, mais 36 foram encontrados. Os contrabandistas trazem cigarros, autopeças, tecidos, drogas, eletrônicos e moedas estrangeiras compradas ou roubadas no Egito para revenda na Faixa de Gaza. Uma das maiores preocupações para Israel é o tráfico de terroristas e armas como granadas impelidas por foguetes e lançadores, rifles, explosivos e munição, que são freqüentemente transportados para a Cisjordânia.

As operações israelenses de larga escala contra os túneis coincidiram com relatórios dos serviços de inteligência de que os palestinos estavam tentando contrabandear armas mais sofisticadas como foguetes Katiusha, que poderiam atingir cidades israelenses, e mísseis Stinger, que poderiam derrubar aviões civis e militares. Essas armas estão sendo compradas para dar suporte a operações terroristas de grupos como Hamas e Frente pela Libertação da Palestina (com a ajuda do Irã), assim como para armar os serviços de segurança da Autoridade Palestina.

As operações de contrabando vêm se intensificando nos últimos três anos, enquanto Israel tem bloqueado outras rotas de contrabando e os palestinos aumentam sua violenta campanha contra Israel. A razão da demolição de casas palestinas por Israel é que estas são usadas para esconder os túneis ligando Gaza e Egito. Muitos palestinos em Rafah estão empobrecidos e encontram no envolvimento com as operações de contrabando uma oportunidade para melhorar sua situação econômica, pois são bem pagos para cavar os túneis, transferir mercadorias e permitir que suas casas sejam usadas para esconder os túneis.

A Autoridade Palestina vem dando aos palestinos um incentivo ainda maior para participar do contrabando ao oferecer moradias opcionais nos arredores da cidade de Tel-Sultan para o caso de Israel demolir suas casas. Alguns palestinos chegam até mesmo a mentir sobre a construção de túneis na esperança de que o Exército coloque suas casas abaixo e eles possam receber casas novas e melhores da Autoridade Palestina.

MITO

"Yasser Arafat aplica os recursos da Autoridade Palestina na saúde e no bem-estar do seu povo".

FATO

Uma das principais razões para o sofrimento do povo palestino é o fracasso da Autoridade Palestina em alocar os bilhões de dólares em ajuda internacional que recebeu para a saúde e o bem-estar da população. A corrupção na Autoridade Palestina tem sido extensivamente documentada pelos próprios

palestinos e pelo Fundo Monetário Internacional. Um exame dos gastos mostra que grande parte do dinheiro vai mesmo para o presidente da Autoridade Palestina.

Houve meses em que o escritório de Yasser Arafat recebeu muito mais dinheiro do que os departamentos de saúde e serviços sociais somados.[15] Na primeira metade de 2003 foram alocados para o escritório de Arafat 137 milhões de shekels (US$ 31,1 milhões), enquanto o orçamento total para benefícios sociais foi de 95 milhões de shekels (US$ 20,2 milhões) e de 185 milhões de shekels (US$ 41,1 milhões) para a saúde.

Todas as partes reconhecem que a chave para a paz está em encorajar a prosperidade dentro (dos territórios) da Autoridade Palestina e melhorar as condições de vida da população palestina. Israel tem um importante papel a desempenhar nas duas áreas, mas o bem-estar da maioria dos palestinos está nas mãos da Autoridade Palestina. Suas condições de vida atuais, bem como seu futuro num país independente, depende do comprometimento de seus líderes em melhorar sua sociedade em vez de simplesmente enriquecer a si próprios.

Notas

1 *Agência Central de Estatística de Israel.*

2 *Agência Central de Estatística de Israel.*

3 Discurso na Conferência Política de AIPAC (23 de maio de 1989).

4 *Newsview* (23 de março de 1982).

5 *El-Wahda* (Abu Dhabi).

6 *Desenvolvimento dos Recursos Hídricos* – Usaid Cisjordânia e Gaza.

7 Shabtai Teveth. *Ben Gurion and the Palestinian Arabs; From Peace to War*. Londres: Oxford University Press, 1985, pág. 140.

8 *Haaretz* (23 de setembro de 2003).

9 Golda Meir. *My Life*. New York: Dell Publishing Co., 1975, pág. 308-309.

10 Moshe Decter. *To Serve, To Teach, To Leave, The Study of Israel's Development Assistance Program in Black Africa*. New York: American Jewish Congress, 1977, pág. 7-8.

11 Meir, pág. 306.

12 *The New Republic* (30 de dezembro de 2002).

13 Anthony Cordesman. *From Peace to War: Land for Peace or Settlements for War*. District of Columbia: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 15 de agosto de 2003, pág. 12-13.

14 *Jerusalem Report* (20 de dezembro de 2002).

15 *Washington Times* (20 de fevereiro de 2003).

16 Veja, por exemplo, Ministério das Finanças da Autoridade Nacional Palestina (www.mof.gov.ps), agosto de 2003.

18. Os Levantes Palestinos

MITO

"A intifada foi um levante espontâneo, resultante da revolta dos árabes com as atrocidades israelenses".

FATO

Denúncias falsas de atrocidades israelenses e instigação por parte do clero muçulmano nas mesquitas desempenharam um papel importante para o início da Intifada (traduzida popularmente como "levante", embora seu significado literal seja "sacudida"). Em 6 de dezembro de 1987, um israelense foi morto a punhaladas enquanto fazia compras em Gaza. No dia seguinte, quatro residentes do acampamento de refugiados de Jabalia foram mortos em um acidente de trânsito. Rumores de que haviam sido assassinados por israelenses, em um ato de vingança, se espalharam entre os palestinos.[1] Na manhã de 9 de dezembro estourou uma rebelião e um jovem de 17 anos que jogara um coquetel-molotov contra uma patrulha do exército foi morto por um soldado israelense.[2] Isso provocou uma onda de distúrbios na Cisjordânia, em Gaza e em Jerusalém.

MITO

"A intifada foi uma resistência passiva. Na pior das hipóteses, envolveu apenas crianças que lançavam pedras contra soldados fortemente armados".

FATO

A Intifada foi violenta desde o início. Durante os primeiros quatro anos do levante, as Forças de Defesa de Israel (FDI) registraram mais de 3.600 ataques com coquetéis-molotov, 100 com granadas de mão e 600 invasões com revólveres ou explosivos. A violência se voltou igualmente contra soldados e civis. Entre o dia 9 de dezembro de 1987 e a assinatura dos acordos de Oslo (13 de setembro de 1993), 160 israelenses foram mortos, entre eles 100 civis, além de milhares de feridos.[3]

MITO

"A cobertura da intifada pela mídia foi justa e equilibrada".

FATO

Alguns jornalistas admitiram que a cobertura da Intifada foi tendenciosa. Steven Emerson, então correspondente da CNN, disse que os repórteres americanos permitiram que os palestinos vigiassem tudo o que era filmado.

Um cinegrafista israelense que trabalhava para diversas redes americanas disse a Emerson: "Se usássemos a câmera na cena errada, estaríamos mortos". Em outros casos, as redes entregaram dezenas de filmadoras aos palestinos para que eles pudessem filmar greves, rebeliões e funerais. "Não há como garantir a autenticidade do que é filmado, nem há modo de evitar que as câmaras sejam usadas como instrumento para mobilizar uma manifestação", escreveu Emerson.[4]

Ainda que cerca de um terço de todos os palestinos assassinados em 1989 tenham sido mortos por seus irmãos árabes, apenas 12 dos mais de 150 relatos sobre a Cisjordânia documentados pelas redes americanas naquele ano se referiam ao conflito interno. Emerson escreveu que "enquanto o terror político palestino na Cisjordânia não consegue se converter em notícia, montagens grosseiras sobre a brutalidade israelense são noticiadas sem qualquer visão crítica".

Por exemplo, no início de 1988 repórteres foram chamados ao hospital El-Mokassed, em Jerusalém, para filmar um menino palestino moribundo. Seu médico palestino mostrou-o ligado aos tubos que o mantinham vivo e denunciou que ele havia sido espancado com selvageria por soldados israelenses. Em 8 de fevereiro do mesmo ano, Peter Jennings, da (rede americana) ABC, apresentou uma notícia afirmando que funcionários da ONU diziam que os israelenses haviam espancado outro palestino até a morte, nos territórios. As redes NBC e CBS também deram ampla divulgação a essas denúncias.

Entretanto, o relato não era verdadeiro. Segundo a autópsia e ficha clínica do menino, ele morreu de hemorragia cerebral após ter estado enfermo por mais de um ano. Emerson escreveu que, sobretudo, as redes americanas "têm sido cúmplices de um engano coletivo sobre o conflito na Cisjordânia".

Martin Fletcher, chefe do escritório da NBC em Tel-Aviv, reconheceu que a Intifada parecia uma reivindicação justa. Ele destacou que os palestinos manipulavam a mídia ocidental apresentando-se como Davi contra Golias, metáfora esta usada por Fletcher em um artigo de 1988.

"Todo o levante foi voltado aos meios de comunicação e, sem dúvida, se manteve graças à mídia", afirmou. Fletcher admitiu abertamente que aceitou convites de jovens palestinos para filmar ataques violentos contra residentes judeus na Cisjordânia.

"É de fato uma manipulação da mídia. E a pergunta é: quantas vezes jogamos este jogo? Fazemos isso da mesma maneira que nos voltamos para todas as oportunidades de fotografar Bush ou Reagan. Fazemos isso por que necessitamos das fotos".[5]

MITO

"A OLP não incentivou a violência da intifada".

FATO

Durante a Intifada, a OLP desempenhou um papel de liderança na orquestração da insurreição. Por exemplo, a Liderança Unificada da Intifada (UNLI – *Unified Leadership of the Intifada*), dominada pela OLP, soltava com freqüência panfletos anunciando em quais dias a violência deveria ser maior e quem seria o seu alvo.

Em 1989, a OLP declarou 13 de fevereiro como um dia de "escalada nos ataques aos 'colaboradores' e 'traidores'" que trabalhavam para a Administração Civil nos territórios. A estação de rádio Bagdá, da OLP, descrevia métodos incendiários através dos quais "os pomares e campos do inimigo sionista podem ser queimados".[6]

O *New York* Times descreveu a descoberta de um "depósito de documentos secretos detalhados demonstrando que a OLP havia contratado assassinos para matar outros palestinos e praticar 'ações militares' contra israelenses". Um documento descrevia como a OLP queria que os ataques fossem creditados a grupos fictícios para não afetar o seu diálogo com os Estados Unidos.[7]

Yasser Arafat defendeu o assassinato de árabes considerados "colaboracionistas de Israel" e delegou à liderança da Intifada autoridade para realizar as execuções. Após os assassinatos, o esquadrão da morte da OLP local enviava um documento sobre o caso para a OLP (central). "Estudamos os documentos referentes àqueles que foram executados e descobrimos que apenas dois entre 118 eram inocentes", afirmou Arafat. As vítimas inocentes foram declaradas "mártires da revolução palestina" pela OLP.[8]

Os palestinos eram apunhalados, esquartejados a machadadas, mortos a tiros, espancados e queimados com ácido. As justificativas oferecidas para os crimes variavam. Algumas vezes, ser funcionário da Administração Civil na Cisjordânia e Faixa de Gaza era razão suficiente. Em outros casos, ter contato com judeus era pena de morte certa. Em outubro de 1989, um palestino, pai de sete filhos, foi esfaqueado até a morte em Jericó após vender arranjos florais a judeus que construíam uma *Sucá* (cabana para a festa judaica de *Sucot*). Às vezes acusações de "colaboração" com Israel eram usadas como pretexto para atos de vingança pessoal. Mulheres suspeitas de comportamento "imoral" também estavam entre as vítimas.[9]

A convocações da UNLI por violência aumentaram após a rebelião no Monte do Templo em 1990, na qual 17 árabes foram mortos. Yasser Abd-Rabo – que já fora interlocutor da OLP no diálogo com os Estados Unidos – declarou que "a guerra de punhaladas com facas contra os usurpadores de Jerusalém estava apenas começando".[10]

A OLP deu continuidade a seus esforços de fomentar a violência ao longo de 1991. Em 3 de março, a UNLI emitiu comunicado clamando por um "aumento do confronto" contra as forças israelenses na Cisjordânia e Gaza. Outro panfleto da OLP, publicado em setembro, exigia a "execução" de todo aquele que vendesse propriedades a judeus em Jerusalém.[11]

Segundo o governo israelense, a FPLP sozinha realizou 122 ataques terroristas em 1991 que resultaram nos assassinatos de 18 residentes em Israel e nos territórios. Entre os crimes cometidos pela Fatah está o assassinato de um aldeão árabe de 61 anos em 4 de julho, num local próximo a Jenin; os assassinatos do sargento israelense Yoram Cohen, em setembro, e um homem morto a punhaladas e com a cabeça coberta por um saco numa rua de Gaza. Junto ao corpo foi encontrada uma nota com a inscrição "Força 17", a guarda pessoal de Arafat.[12]

Com o avanço da Intifada, o Hamas passou a disputar o controle do levante com a OLP. Em dezembro de 1992, por exemplo, o Hamas passou a atacar soldados das FDI, matando quatro soldados em diversas emboscadas ousadas.

MITO

"Os palestinos que morreram na intifada foram todos vítimas dos israelenses".

FATO

Inicialmente morreram mais palestinos em choques com tropas israelenses – em geral batalhas provocadas por ataques árabes contra soldados – do que por seus compatriotas palestinos na intrafada. Isso mudou dramaticamente no início de 1990. Naquele ano, o número de palestinos mortos em confrontos com israelenses caiu em mais da metade, enquanto o número de palestinos assassinados por compatriotas cresceu no mesmo período. Em 1991, a matança interna cresceu, com 238 palestinos (além dos 156 mortos anteriormente) mortos na intifada, mais de três vezes o número dos que morreram pelas mãos dos israelenses.[13]

Quase 200 palestinos foram assassinados por compatriotas em 1992, mais do que o dobro dos mortos em confronto com as forças de segurança israelenses. Os métodos de assassinato, conforme revelados por Steven Emerson, incluíram decapitação, mutilação, corte de orelhas e membros e derramamento de ácido no rosto da vítima.[14]

O reino do terror se tornou tão sério que alguns palestinos expressaram publicamente a sua preocupação pela desordem. A OLP passou a pedir o fim da violência, mas os assassinatos entre seus membros e rivais continuaram. Segundo o *New York Times*, quando muitos palestinos ouviam bater nas suas portas à noite, sentiam-se aliviados ao encontrar um soldado israelense em vez de um palestino mascarado esperando do lado de fora.[15]

Mesmo depois de a Intifada ter murchado, após a assinatura da Declaração de Princípios, em 1993, a guerra interna entre os palestinos continuou e persiste até os dias de hoje.

MITO

"Israel fechou as escolas na Cisjordânia durante a intifada para privar os palestinos de educação".

FATO

As oportunidades na área da educação nos territórios melhoraram muito sob o governo israelense. O número de escolas primárias e secundárias aumentou em mais de um terço entre 1967 e 1988. As mulheres foram as maiores beneficiárias deste crescimento. Por exemplo, de 1970 a 1986, a porcentagem de mulheres que não iam à escola foi reduzida em mais da metade, de 67% para 32%. Antes de 1967 não havia universidades na Cisjordânia; seis foram construídas sob a administração israelense.

Apesar da Intifada, berçários, jardins de infância e a maioria das escolas vocacionais da Cisjordânia permaneceram abertas porque nenhuma delas foi usada para instigar a violência. As escolas de Gaza também permaneceram abertas porque lá os fundamentalistas islâmicos militantes usavam mesquitas, e não escolas, para incitar seus seguidores.

Entretanto, a OLP usou muitas escolas para simular ataques contra israelenses. Conjuntos de facas, bastões e barras de ferro foram encontrados escondidos nos prédios escolares. "Escolas são o lugar natural para o início de uma manifestação", escreveu o jornalista palestino Daoud Kutab. "Na escola, manifestações e lançamento de pedras são parte de uma tradição (...) atingir um automóvel israelense significa se tornar um herói". [16]

Em 1988, Israel fechou algumas escolas secundárias e faculdades na Cisjordânia que estavam sendo usadas para orquestrar a insurreição. Após anunciar os fechamentos, Israel se propôs a reabrir qualquer escola cujo diretor garantisse que a sua utilização para educar jovens, não para estimular rebeliões. Porém os educadores, muitos deles intimidados pela liderança do levante, permaneceram calados. Assim que a violência diminuiu, Israel reabriu todas as escolas secundárias, faculdades e universidades. É interessante que quando a coalizão liderada pelos Estados Unidos atacou o Afeganistão em outubro de 2001, a Autoridade Palestina reagiu com protestos violentos na Faixa de Gaza e fechou suas universidades e escolas.[17]

MITO

"A explosão da violência no fim de 2000, chamada pelos árabes de intifada de Al-Aksa, foi provocada pela visita de Ariel Sharon ao Monte do Templo".

FATO

Segundo os porta-vozes palestinos, a violência foi causada pela profanação de um local sagrado para os muçulmanos – Haram al-Sharif (Monte do Templo) – pelo líder do partido (israelense) Likud, Ariel Sharon, e os "milhares de soldados israelenses" que o acompanhavam. A violência teria sido provocada por ataques gratuitos das forças israelenses que invadiram os territórios controlados pelos palestinos e "massacraram" civis palestinos indefesos que simplesmente jogavam pedras. Nestas condições, o único meio de deter a violência seria Israel parar de atirar e remover suas tropas das áreas palestinas.

A verdade é dramaticamente diferente.

Imad Faluji, ministro das Comunicações da Autoridade Palestina, reconheceu meses depois da visita de Sharon que a violência havia sido planejada em julho, muito antes da "provocação" de Sharon. "Este (o levante) fora planejado desde o retorno do presidente Arafat de Camp David, quando ele virou a mesa sobre o ex-presidente dos Estados Unidos e rejeitou as condições americanas".[18]

> *"A visita de Sharon não causou a 'intifada de al-Aksa'."*
>
> **– Conclusão do Relatório Mitchell**[19]

A violência começou antes da visita de Sharon ao Monte do Templo em 28 de setembro de 2000. Um dia antes, por exemplo, um soldado israelense foi morto no cruzamento de Netsarim. No dia seguinte, na cidade de Kalkilia, na Cisjordânia, um agente de polícia palestino que trabalhava com um policial israelense numa patrulha conjunta abriu fogo e matou seu colega.

A mídia oficial da Autoridade Palestina exortou os palestinos à violência. Em 29 de setembro, a Voz da Palestina, estação de rádio oficial da Autoridade Palestina, conclamou "todos os palestinos a virem e defenderem a mesquita de Al-Aksa. A Autoridade Palestina fechou suas escolas e levou estudantes palestinos em ônibus fretados até o Monte do Templo para participar de rebeliões organizadas.

Em 30 de setembro, imediatamente antes de Rosh Hashaná, o ano novo judaico, quando centenas de israelenses rezavam no Muro Ocidental (ou Muro das Lamentações), milhares de árabes passaram a lançar tijolos e pedras contra a polícia israelense e os judeus que rezavam. As rebeliões

então se espalharam para cidades e povoados por todo Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza. O ministro da Segurança Interna Shlomo Ben-Ami só deu permissão a Sharon para ir ao Monte do Templo – o lugar mais sagrado do judaísmo – após entrar em contato com o chefe de segurança palestino, Jabril Rajoub, e receber a sua garantia de que, se Sharon não entrasse nas mesquitas, não haveria problemas. A necessidade de proteger Sharon surgiu quando Rajoub disse mais tarde que a polícia palestina nada faria para evitar a violência durante a visita.

Sharon não tentou entrar nas mesquitas e sua visita de 34 minutos ao Monte do Templo ocorreu em horário normal de funcionamento, quando a área estava aberta a turistas. Cerca de 1.500 jovens palestinos gritavam slogans, numa tentativa de inflamar a situação. Outros 1.500 policiais israelenses estavam presentes no local para coibir a violência. Houve distúrbios limitados durante a visita de Sharon, na maioria apedrejamentos. Durante o resto do dia, os esses apedrejamentos continuaram no Monte do Templo e arredores, deixando 28 policiais israelenses feridos, sendo que três deles foram hospitalizados. Não há dados de palestinos feridos naquele dia. Uma violência significativa e orquestrada foi iniciada por palestinos no dia seguinte, após as orações de sexta-feira.

> *"O Corão não erra em nos advertir quanto ao ódio dos judeus e ao colocá-los no topo da lista dos inimigos do islã. Hoje em dia, os judeus colocam o mundo contra os muçulmanos e usam todo tipo de armas. Profanam o lugar mais importante para os muçulmanos depois de Meca e Medina, ameaçam o lugar para onde eles se voltam em primeiro lugar quando rezam e a terceira cidade mais sagrada depois de Meca e Medina. Eles querem erigir o seu templo neste lugar (...) Os muçulmanos estão prontos a sacrificar suas vidas e sangue para proteger a natureza islâmica de Jerusalém e de Al-Aksa!".*
>
> **– Trecho de um sermão na mesquita de Al-Aksa proferido pelo Xeique Hian Al-Adrisi (29 de setembro de 2000)[20]**

A verdadeira profanação de lugares sagrados foi perpetrada por palestinos, não por israelenses. Em outubro de 2000, uma multidão de palestinos destruiu um sítio sagrado em Nablus – a Tumba de José – destruindo e queimando livros de orações judaicos. Eles apedrejaram fiéis no Muro Ocidental e atacaram a Tumba de Raquel em Belém com bombas incendiárias e armas automáticas. Nenhum dos violentos ataques foi iniciado pelas forças de segurança israelenses, que sempre responderam à violência palestina – que foi muito além do lançamento de pedras: houve ataques maciços com armas automáticas e linchamento de soldados israelenses. A maioria dos agressores era formada por

membros dos Tanzim – a milícia particular de Arafat. Uma vez que todos os ataques foram iniciados por palestinos sob as ordens de Arafat, somente ele tem o poder de acabar com a violência. Israel e Estados Unidos têm pedido sistematicamente que ele faça isso e renove o processo de paz.

> *"As questões referentes a Jerusalém, aos refugiados e à soberania são uma só e devem ser resolvidas no campo de batalha e não em negociações. É importante preparar a sociedade palestina para o desafio do próximo passo, porque nós inevitavelmente iremos nos deparar com um confronto violento com Israel a fim de criar novos fatos no campo. Acredito que a situação no futuro irá ser mais violenta do que a Intifada".*
>
> **– Abu-Ali Mustafá, da Autoridade Palestina,**
> **(23 de julho de 2000)**[21]

MITO

"Poucos israelenses morreram no levante, enquanto milhares de palestinos inocentes foram assassinados pelas tropas israelenses".

FATO

Durante a intifada de Al-Aksa, o número de baixas palestinas tem sido maior do que as israelenses; contudo, a diferença vem diminuindo na medida em que homens-bomba palestinos têm se utilizado de bombas cada vez mais poderosas para matar grandes contingentes de israelenses em seus ataques terroristas. Em meados de fevereiro de 2003, 2.075 palestinos e 727 israelenses haviam sido mortos.

O número desproporcional de baixas palestinas é basicamente conseqüência do número de palestinos envolvidos em violência e resultado inevitável de uma milícia irregular e mal adestrada em confronto com um exército regular e bem treinado. A lamentável morte de não-combatentes se deve em grande parte ao costume dos atiradores e terroristas palestinos de usar civis como escudos humanos. Contudo, mais revelador do que os totais trágicos é a característica específica das baixas. Segundo um estudo, os não-combatentes palestinos são principalmente adolescentes e homens jovens. "Isto contradiz completamente as acusações de que Israel põe na mira, indiscriminadamente, mulheres e crianças". Segundo este estudo, "parece haver apenas uma explicação razoável para isso: que homens e jovens palestinos se envolvem em condutas que os colocam em conflito com as forças armadas israelenses". Em contrapartida, o número de mulheres e pessoas idosas entre as baixas de não-combatentes israelenses ilustra a arbitrariedade dos ataques palestinos e mostra até que ponto os terroristas matam israelenses pelo "crime" de

serem israelenses.[22] As tropas israelenses não buscam como alvos palestinos inocentes, mas os palestinos têm por alvo os civis israelenses.

MITO

"A violência é uma reação compreensível e legítima à política de Israel".

FATO

A base do processo de paz é que as diferenças sejam resolvidas por meio de negociações. Uma das condições colocadas por Israel antes de concordar em negociar com a OLP foi que a organização renunciasse ao terrorismo. Embora formalmente tenha renunciado, a OLP e outros grupos e indivíduos palestinos recorrem sistematicamente à violência desde o início do processo de Oslo, em 1993. Independentemente de Israel ter feito ou não concessões, os palestinos seguiram cometendo ataques hediondos. Em alguns casos foram cometidas atrocidades devido a um suposto maltrato; em outros casos houve esforços deliberados para sabotar as negociações. Apesar de tudo, a Autoridade Palestina, cuja força policial chega a quase 40 mil homens (mais do que o permitido nos acordos de paz) e vários serviços de inteligência, deve assumir a responsabilidade pela manutenção da paz.

Civis israelenses e soldados das FDI assassinados na "*intifada* de Al-Aksa"[23] (29 de setembro a 13 de fevereiro de 2003)

	Civis israelenses	Forças de segurança	Total
Pedras	2	0	2
Punhaladas	5	0	5
Atropelamentos	1	7	8
Linchamentos	14	2	16
Tiros	83	80	163
Tiros dirigidos	27	9	36
Tiros contra automóveis em emboscadas	53	10	63
Tiros contra cidades e povoados	13	3	16
Tiros contra instalações militares	0	25	25
Bombas	23	30	53
Homens-bomba suicidas	269	28	297
Carros-bomba	15	23	38
Morteiros	0	1	1
Outros	1	3	4
Total	**506**	**221**	**727**

MITO

"O levante de Al-Aksa ocorreu somente nos territórios em disputa, sem afetar Israel".

FATO

A violência palestina em Cisjordânia e Gaza vem tirando as vidas de grande número de civis e soldados. Além disso, terroristas que atuam em nome do levante realizam ataques hediondos dentro de Israel. A violência também provoca nos israelenses um impacto colateral em nível psicológico, militar e econômico.

Os israelenses agora devem ter cuidado ao viajar para diversas partes de Israel e dos territórios que deveriam ser seguros. Os palestinos também têm emboscado judeus em cidades como Guilo, que estão fora dos territórios. A violência tem minado seriamente a crença dos israelenses de que, caso fizessem concessões territoriais, seria possível fazer a paz com os palestinos.

O levante também afeta a preparação militar porque as tropas precisam ser retiradas do treinamento e preparo contra ameaças de nações hostis para se concentrarem em aplacar rebeliões e combater o terrorismo.

Finalmente, a violência vem tendo um impacto devastador sobre a economia israelense. Israel perdeu 2% do seu Produto Interno Bruto durante os dois primeiros anos de violência, numa base per capita, o declínio foi de 3% ao ano. O desemprego ultrapassou os 10% e 50 mil empresas foram fechadas em 2002. Somente a indústria do turismo está perdendo cerca de US$ 2 bilhões ao ano.[23]

Os israelenses não são os únicos que sofrem. A perda do turismo atinge também os palestinos. Por exemplo, o número de visitantes que normalmente visitam Belém no Natal tem sido significativamente menor do que o usual. O mesmo ocorre em outros locais de peregrinação (nos territórios) sob a Autoridade Palestina. Lojistas palestinos em lugares como a Cidade Velha (em Jerusalém) também foram afetados pela queda no turismo. A campanha de terror obrigou Israel a restringir drasticamente o número de trabalhadores palestinos que entram em Israel, afetando indivíduos que tentam ganhar a vida e sustentar suas famílias.

> *"A Autoridade Palestina converteu-se em uma entidade terrorista. Os ataques terroristas contra nós, além de realizados por grupos não-oficiais, também tem uma participação ativa de níveis oficiais".*
>
> **– Shaul Mofaz, Comandante do Estado-Maior israelense**[24]

MITO

"Israel usa força em excesso para atacar crianças que só estão arremessando pedras".

FATO

Palestinos, jovens e velhos, atacam soldados e civis israelenses com diversos tipos de armas. Quando lançam pedras, não são pedrinhas, mas pedras grandes que podem e causam ferimentos graves. Em geral, as tropas israelenses sob ataque não têm mais do que vinte soldados, enquanto são atacados por centenas de pessoas armadas com coquetéis-molotov, revólveres, fuzis de assalto, metralhadoras, granadas de mão e explosivos. Além disso, entre os atiradores de pedras há palestinos com armas de fogo, freqüentemente policiais. Diante de uma massa encolerizada e violenta, a polícia e os soldados israelenses em geral não têm outra opção que a de se defenderem atirando balas de borracha e, em situações de vida ou morte, munição viva.

O uso de armas de fogo por parte dos palestinos demonstra efetivamente que as forças israelenses têm permanecido a uma certa distância daqueles que iniciam a violência. Além disso, a ameaça de uso da força contra israelenses tem sido letal. Ambos os fatores inibem o uso de métodos tradicionais para o controle de rebeliões. Segundo as regras de conduta das tropas israelenses nos territórios, o uso de armas só está autorizado em situações de ameaça à vida – ou, sujeito a rígidas limitações, no momento de prender um indivíduo suspeito de ter cometido um delito grave contra a segurança. Em todos os casos, as atividades das FDI são reguladas por uma política de contenção, exigência de proporcionalidade e necessidade de tomar todas as medidas cabíveis para evitar prejuízos a civis inocentes.

Enquanto isso, os palestinos aumentaram os ataques violentos contra israelenses usando morteiros e mísseis antitanque contrabandeados para a Faixa de Gaza. Eles têm atirado com morteiros contra comunidades judaicas em Gaza e Israel propriamente dito, e os relatórios das FDI indicam que mísseis antitanque vêm sendo atirados contra forças israelenses em Gaza. A Autoridade Palestina também faz contrabando de armas para Gaza por mar e por túneis subterrâneos que vão até o Egito.

A posse e uso destas e outras armas pelos palestinos violam os compromissos assumidos em diversos acordos com Israel. Segundo os acordos de Oslo, as únicas armas permitidas nas áreas controladas pelos palestinos são revólveres, fuzis e metralhadoras, cujo porte deve ser de uso exclusivo dos agentes de segurança da Autoridade Palestina. A violência recente deixa claro que, além da polícia, civis palestinos e membros de milícias como os Tanzim também possuem estas armas.[25]

O número de baixas palestinas nos confrontos é lamentável, mas é importante lembrar que nenhum palestino estaria em perigo ou em risco de ser ferido se

não estivesse participando desta campanha de terror. Caso as crianças estivessem na escola ou em casa com suas famílias, em vez de estarem lançando pedras nas ruas, teriam menos do que temer – e elas atiram mais do que pedras. O vice de Yasser Arafat, Abu Mazen, revelou que as crianças são pagas para realizar ataques terroristas contra Israel. Ele declarou a um jornal jordaniano que "pelo menos 40 crianças em Rafah perderam os braços ao lançar torpedos Bangalore (cargas explosivas) e receberam cinco shekels (moeda israelense que vale por volta de US$ 1) para arremessá-los".[26]

Além disso, enquanto o número de palestinos mortos é maior, isso não minimiza a perda traumática de vidas do lado israelense. De 29 de setembro de 2000 a 10 de agosto de 2003, 818 israelenses, entre eles 572 civis, foram assassinados por palestinos. Ao contrário das afirmações palestinas de que estão lutando contra forças armadas, menos de um terço dos israelenses mortos eram soldados. Só no primeiro semestre de 2002, os palestinos realizaram 91 ataques suicidas.[27]

É importante também levar em conta o modo como a polícia dos Estados Unidos e de outras nações reage à violência em massa. Quando a polícia está sob ataque, às vezes ocorrem abusos, mas ninguém espera que fiquem quietos e permitam que suas vidas sejam postas em perigo para aliviar a pressão da opinião internacional. Na verdade, a própria Autoridade Palestina não hesita em usar de força letal contra os que protestam. Por exemplo, depois que a coalizão liderada pelos EUA atacou o Afeganistão, o Hamas organizou uma manifestação na Faixa de Gaza em que milhares de palestinos desfilaram em apoio ao suposto mentor do terrorismo Osama bin Laden. Ao tentar dissolver a manifestação, a polícia palestina matou dois manifestantes.[28]

Somente aos israelenses é negado o direito de autodefesa ou vê-la usada como arma de propaganda contra eles.

MITO

"Ao prender terroristas e confiscar armas ilegais, a Autoridade Palestina está atuando para evitar a violência".

FATO

Às vezes, a cooperação entre as forças de segurança israelenses e palestinas tem sido boa e Israel elogia publicamente a Autoridade Palestina. Contudo, quase sempre a Autoridade Palestina falha em adotar medidas adequadas para evitar ataques contra israelenses. Embora muitos terroristas sejam aprisionados, eles em geral são libertados logo em seguida e pelo menos alguns deles se envolve em ataques contra judeus. Em maio de 2001, por exemplo, Arafat libertou mais de uma dúzia de radicais islâmicos que estavam na cadeia desde uma onda de ataques com homens-bomba que matou 60 israelenses em oito sangrentos dias de 1996.[29]

Os territórios da Autoridade Palestina também estão repletos de armas ilegais, incluindo armas de fogos, granadas de mão, explosivos e morteiros. Apesar das repetidas promessas, nenhum esforço tem sido feito para recolher estas armas – pelo contrário, a Autoridade Palestina vem estocando-as ativamente. Esta é uma grave violação dos acordos assinados com Israel, o que provoca desconfiança e ameaça a segurança de Israel.

MITO

"Um menino morto a tiros enquanto seu pai tentava protegê-lo, cena exibida na TV, demonstrou que Israel não hesita em matar crianças palestinas inocentes".

FATO

Talvez a imagem mais terrível da Intifada de Al-Aksa tenha sido a cena filmada de um pai palestino tentando, sem sucesso, proteger seu filho de um tiroteio. Israel foi mundialmente condenado pela morte de Mohamed Aldura, de 12 anos, mas investigações posteriores descobriram que o menino muito provavelmente foi morto por balas palestinas.

Uma foto aérea do cruzamento de Netsarim, na Faixa de Gaza, tirada pelas FDI, onde Mohamed Aldura, de 12 anos, foi morto, mostra a localização de pai e filho, que estavam numa cobertura adjacente a uma posição palestina de tiro no cruzamento. Depois que os policiais palestinos atiraram deste local e arredores em direção a uma posição oposta, das FDI, os soldados israelenses responderam abrindo fogo contra o lugar de onde os tiros partiram. A criança palestina foi atingida e morta em meio ao fogo cruzado.

Ao contrário da crença corrente de que a filmagem do incidente foi ao vivo, esta foi de fato editada antes de ser transmitida para todo o mundo. Em meio a um número de cinegrafistas na área, apenas um palestino que trabalhava para o canal de TV France 2 registrou o tiro. O filme não editado do dia mostra uma imagem muito mais complexa do que estava ocorrendo e levantou dúvidas sobre a crença universal de que Israel havia matado o menino.

Uma investigação do incidente pelas FDI, realizada em 27 de novembro de 2000, descobriu que Aldura muito provavelmente foi morto por um policial palestino e não por fogo israelense. Esta notícia foi confirmada por uma investigação independente realizada pela alemã ARD Television, que afirmou que a filmagem da morte de Aldura foi censurada pelos palestinos para parecer como se ele tivesse sido morto pelos israelenses quando, na verdade, sua morte foi causada por uma arma de fogo palestina.[30]

Mais recentemente, James Fallows revisitou o local e descobriu que "a evidência física do tiro era absolutamente inconsistente com aqueles vindos da posição das FDI". Além disso ele cita uma série de questões não respondidas que levaram alguns a concluir que todo o incidente foi forjado. Por exemplo, Fallows pergunta:

- "Por que não há uma imagem do menino depois de ter sido atingido?
- Por que ele parece se mover no colo do pai e colocar uma mão sobre os olhos após estar supostamente morto?
- Por que há um policial palestino usando numa orelha uma insígnia como se fosse de um serviço secreto?
- Por que outro homem palestino pareceu mover seus braços e gritar para outros como se estivesse 'dirigindo' uma cena dramática?
- Por que o funeral parece – baseado no comprimento das sombras – ter ocorrido antes do horário aparente do tiroteio?
- Por que não há sangue na camisa do pai logo após eles terem sido atingidos?
- Por que uma voz que parece ser a do cinegrafista da *France 2* grita, em árabe, 'o menino está morto' antes que este fosse atingido?
- Por que as ambulâncias aparecem instantaneamente para aparentemente qualquer um, menos Aldura?" [31]

MITO

"Israel usa balas de borracha para mutilar e matar palestinos desarmados".

FATO

Balas de borracha não são ideais para apaziguar uma multidão violenta. Elas são feitas para reduzir o risco de lesões sérias, porém não podem evitá-las totalmente. Na esmagadora maioria dos casos, as balas de borracha não matam nem causam lesões graves. Em muitas circunstâncias, podem ser a única opção disponível além do tiro vivo. Crianças portando revólveres ou com a intenção de ferir ou matar seus alvos por outros meios constituem uma ameaça mortal, particularmente quando esta adquire a forma de um ataque em massa.

> *"Em comparação (com os passos concretos de Ariel Sharon para aliviar as dificuldades econômicas dos palestinos), não temos visto absolutamente qualquer resposta de Arafat aos nossos clamores para dar um fim à violência. Ele não tem feito qualquer declaração que indique ao menos que queira isso. Na verdade, ele tem pedido a continuação da Intifada: não dá ordem alguma, secreta ou de outra natureza, às suas forças, que possa trazer alguma medida de controle da situação".*
>
> **– Edgard Walker, secretário-assistente de Estado dos EUA para Assuntos do Oriente Próximo, pronunciando-se numa audiência no Congresso.**[32]

Muitas forças policiais ao redor do mundo usam balas de borracha para dispersar multidões violentas. Por exemplo, nos EUA, após a vitória do Los Angeles Lakers, nas finais da NBA de 2001, a polícia de Los Angeles usou balas de borracha para acabar com uma explosão de violência entre torcedores.[33] A polícia sentiu-se compelida a usar este método de controle de massas contra um grupo de fãs do basquete que se tornou violento ao comemorar a vitória do seu time, enquanto Israel usa o mesmo contra uma população hostil em meio a uma guerra.

MITO

"O Relatório Mitchell deixou claro que a política israelense de assentamentos é tão culpada pela ruptura do processo de paz quanto a violência palestina, e que é necessário não criar mais assentamentos".

FATO

Em novembro de 2000, o ex-senador americano George Mitchell foi indicado para chefiar um comitê a fim de investigar as causas da intifada de Al-Aksa e buscar descobrir como evitar violências futuras. O relatório do seu comitê, publicado em 30 de abril de 2001, recomendava um congelamento dos assentamentos – uma em mais de 15 medidas diferentes destinadas a criar confiança –, mas Mitchell e Warren Rudman, outro membro do comitê, apresentaram uma declaração explícita numa carta esclarecendo seu ponto-de-vista: "Queremos ir mais longe e deixar claro que de maneira alguma estamos comparando, como algo 'semelhante' ou de qualquer outro modo, o terrorismo palestino com a atividade israelense de assentamentos".

Mitchell e Rudman também contestaram idéia de que a interrupção da construção dos assentamentos e o terrorismo estariam vinculados. "O objetivo imediato deve ser o fim da violência (...) Parte dos esforços em colocar um fim à violência deve incluir uma retomada imediata da cooperação pela segurança entre o governo de Israel e a Autoridade Palestina a fim de evitar a violência e combater o terrorismo". E acrescentaram: "No que diz respeito ao terrorismo, como uma medida de construção de confiança, pedimos à Autoridade Palestina que deixe claro, através de ações concretas, perante palestinos e israelenses, que o terrorismo é inaceitável. A Autoridade Palestina deve fazer todos os esforços para evitar operações terroristas, bem como punir quem o pratica sob sua jurisdição".[34]

MITO

"O uso de caças F-16 é uma prova do excesso de força de Israel contra civis palestinos".

FATO

Como pode se determinar o uso proporcional de força militar? Quando terroristas palestinos plantam bombas em centros comerciais de Israel, matando

e mutilando dezenas de civis, seria uma resposta proporcional por parte dos israelenses colocar bombas nos centros comerciais palestinos? Ninguém em Israel acredita que este possa ser um uso legítimo da força. Portanto, Israel se vê obrigado a responder de forma controlada contra alvos específicos, num esforço para minimizar ou deter a violência palestina. No caso específico do uso dos F-16, o general-de-divisão Giora Eiland, chefe da Seção de Operações das FDI, explicou o raciocínio de Israel: "Sei que um F-16 não foi planejado para atacar alvos em cidades palestinas. Entretanto, devemos lembrar que embora usemos este tipo de aeronave, esta ainda é muito precisa. Todos os alvos foram militares (...) Foi uma decisão mais tática, simplesmente porque os alvos eram tão grandes, fortes ou sólidos que os helicópteros de combate não foram considerados suficientemente efetivos para penetrá-los ou atingi-los. Portanto, quando decidimos ou optamos por estes alvos, procuramos a melhor munição e, neste caso específico, era o F-16.[35]

Israel passou a empregar os caças depois que 88 israelenses já haviam perdido a vida – entre eles 55 civis que não morreram por acidente, mas foram atingidos deliberadamente. Nos dois meses e meio antes, palestinos haviam tentado explodir 28 bombas dentro de Israel. O ataque dos F-16 foi uma resposta direta a uma delas que explodiu em um centro comercial de Netânia em18 de maio de 2001, matando cinco israelenses.

Um mês antes de usar os F-16, o Departamento de Estado dos EUA acusou Israel de responder de maneira "excessiva e desproporcional" à violência palestina ao lançar ataques aéreos contra alvos em Gaza, apesar de o porta-voz ter admitido que a retaliação foi "precipitada por provocadores ataques palestinos com morteiros sobre Israel".[36] A posição dos EUA, neste caso, é dúbia, pois a chamada Doutrina Powell, enunciada pelo secretário de Estado Colin Powell, sustenta que "os Estados Unidos devem entrar em combate com toda a força disponível ou não entrar em absoluto".[37] Considere alguns exemplos da aplicação desta doutrina:

- O general Powell insistiu em empregar uma força esmagadora antes de ir á guerra contra o Iraque na Guerra do Golfo. As forças aliadas de mais de meio milhão de soldados demoliram o exército de Sadam Hussein a um custo menor que 200 baixas americanas, enquanto aproximadamente 35 mil iraquianos foram mortos, entre eles muitos civis.
- Powell também supervisionou a invasão do Panamá, que exigiu o emprego de 25 mil soldados e, pela primeira vez, o uso dos bombardeiros Stealth F-117. Milhares de panamenhos foram feridos e expulsos, e pelo menos 100 foram mortos. Mais tarde, ele afirmou: "Use toda a força necessária e não peça desculpas por um grande ataque, se isso for necessário. Forças decisivas encerram guerras rapidamente e, a longo prazo, poupam vidas".[38]

- Reagindo a um atentado contra o presidente Bush, em 1993, os EUA lançaram 23 mísseis Cruise contra os escritórios da inteligência iraquiana e, nesta empreitada, atingiram um bairro civil. Powell declarou que esta fora uma resposta "apropriada e proporcional".[39]
- Os Estados Unidos também usaram força total nos Bálcãs e, em 1999, bombardearam acidentalmente a embaixada chinesa em Belgrado, causando a morte de três pessoas e ferindo vinte.
- Os Estados Unidos usaram muito os aviões de caça e bombardeiros para conduzir sua guerra no Afeganistão após o 11 de setembro. Posteriormente, foram relatados numerosos incidentes nos quais morreram civis, incluindo-se o bombardeio de uma festa de casamento que matou 48 pessoas.[40]
- Os Estados Unidos não hesitam em usar uma força avassaladora contra seus adversários, mesmo quando as ameaças estão distantes e não significam um risco à existência da nação ou à segurança de seus cidadãos.

Ou seja, enquanto os objetivos militares americanos foram alcançados, ao mesmo tempo ocorreram erros e danos colaterais que levaram à perda de vidas civis.

A posição de Israel é diferente. A ameaça enfrentada é imediata, seja no tempo ou na proximidade física, e representa um perigo direto aos cidadãos israelenses. No entanto, Israel não tem utilizado todo o seu poder tal como é ditado pela Doutrina Powell. O uso da força tem sido criterioso e preciso. Naquelas instâncias em que ocorrem erros – o que é inevitável numa guerra – os incidentes são investigados.

Na verdade, Israel não teria necessidade de responder com força militar se os palestinos não atacassem seus os cidadãos e soldados.

MITO

"Arafat é incapaz de controlar os militantes palestinos".

FATO

A premissa do processo de paz era que, ao se chegar a um acordo com Yasser Arafat, a violência poderia ser controlada. Se ele é incapaz de controlar a conduta das pessoas sob sua autoridade, então os acordos têm pouco valor. Por outro lado, se ele tem o controle, então fica claro que o está usando para fomentar a violência em vez de impedi-la.

As evidências sugerem que Arafat tem controle sobre a maior parte das atividades dos palestinos na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Ele tem demonstrado habilidade para eliminar rapidamente os palestinos que desafiam seu governo prendendo-os e, em alguns casos, executando-os. Quando quer, também prende

membros de grupos terroristas, mas em geral solta-os para que possam continuar atacando Israel. Arafat tem permitido que as organizações terroristas produzam explosivos e morteiros, treinem seus membros e recrutem jovens para missões suicidas. Um dos exemplos mais claros da falta de disposição de Arafat para agir é o fato de o líder do Hamas, a organização que assume publicamente a responsabilidade por muitos atentados suicidas, não estar na cadeia. Na verdade, ele regularmente organiza manifestações públicas em Gaza.

MITO

"Israel tem se recusado a dar qualquer passo em favor da paz, e seus ataques provocaram a violência palestina, apesar dos apelos de Yasser Arafat".

FATO

Em 22 de maio de 2001, o primeiro-ministro Ariel Sharon declarou um cessar-fogo unilateral, em um esforço para acalmar a situação e na esperança de que os palestinos respondessem com o fim dos seus violentos ataques contra israelenses. Em vez disso, eles intensificaram o nível de violência dirigido contra civis israelenses. Yasser Arafat nada fez para deter ou desestimular os ataques. Mais de 70 foram registrados nos 10 dias seguintes, durante os quais Israel manteve o cessar-fogo e não revidou. A campanha do terror palestino durante o cessar-fogo israelense culminou com o atentado suicida numa discoteca de Tel-Aviv em1º de junho que matou 20 pessoas e feriu mais de 90, em sua maioria adolescentes. Diante de uma pressão internacional fortíssima gerada pelo ataque horroroso e o temor de um contra-ataque israelense, Arafat finalmente declarou um cessar-fogo, que durou pouco.

MITO

"Israel não tem qualquer justificativa para reter os impostos destinados à Autoridade Palestina".

FATO

No início de 2001, Israel decidiu reter mais de US$ 50 milhões em impostos devidos à Autoridade Palestina em resposta à continuidade da violência. Dirigentes do governo americano e de outros países pressionaram Israel para que transferisse o dinheiro por conta do aperto financeiro agudo da Autoridade Palestina e sua incapacidade para pagar a maior parte das despesas. Israel reconheceu que sua ação era severa, porém considerou-a necessária para demonstrar aos palestinos que sua falta de vontade em frear a violência tinha um custo. Israel deve usar tudo o que estiver ao seu alcance para proteger seus cidadãos e esta sanção econômica foi uma resposta mais suave do que uma militar.

Embora a ação de Israel tenha sido responsabilizada pelo estado lastimável da economia palestina, a verdade era que os países árabes suspenderam a transferência de centenas de milhões de dólares recolhidos como doações e destinados à OLP. A justificativa para isso foi a preocupação de estes fossem desviados e estimulassem ainda mais a corrupção dentro da Autoridade Palestina.[41] Por exemplo, um jornal kuwaitiano publicou que Yasser Arafat havia roubado mais de US$ 5 milhões em ajuda estrangeira destinada a palestinos carentes.[42]

Em julho de 2002, Israel concordou em transferir uma parte da renda proveniente de impostos aos palestinos como uma medida de estabelecer confiança assim que a violência palestina cessou, e chegou-se a um acordo para criar um comitê de representantes dos Estados Unidos para supervisionar a transação. Em outubro, Israel concordou em liberar fundos adicionais depois que os EUA resolveram monitorar o emprego dos fundos pela Autoridade Palestina. A partir de dezembro de 2002, Israel passou a fazer pagamentos regulares dos valores dos impostos para a Autoridade Palestina com as quantias congeladas desde os primeiros dias de violência.[43]

Estudo de caso

O então porta-voz do Conselho Legislativo Palestino e atual primeiro-ministro da AP, Ahmed Qurie, deixou de uma hora para outra a mansão de US$ 1,5 milhão construída por ele em Jericó, depois que o presidente Bush, dos EUA, falou em corrupção na Auroridade Palestina. Foi posto um aviso na porta de que a mansão havia se tornado uma instituição beneficente para os parentes de palestinos mortos em ataques terroristas.[44]

MITO

"Os palestinos atacam as forças israelenses espontaneamente, por frustração".

FATO

os palestinos se rebelam espontaneamente por uma série de razões, da frustração à ira. No entanto, quase sempre a violência palestina é premeditada e planejada tanto por células terroristas dentro da Autoridade Palestina como pelos próprios líderes da Autoridade Palestina. No verão de 2001, por exemplo, comandantes palestinos fizeram circular instruções para o confronto com tropas israelenses que incluíam a preparação de coquetéis-molotov, granadas de mão e barricadas. Preparam-se "cintos" explosivos para "centenas de jovens suicidas que desejam confrontar o avanço dos soldados". As instruções também sugeriam que se poupasse munição e tanques fossem atacados

somente com "armamento adequado", e não com armas leves. "Devem ser estabelecidas posições avançadas por combatentes que desejem sacrificar suas vidas para brecar o avanço do inimigo".[45]

> *"Israel está em guerra com um inimigo que, em sua astúcia e covardia, desiste de atacar soldados israelenses para, em vez disso, assassinar seus civis, mulheres e crianças".*
>
> **– Michael Kelly** [46]

MITO

"Os palestinos têm respeitado o cessar-fogo negociado com George Tenet, diretor da CIA".

FATO

Em junho de 2001, o diretor da CIA, George Tenet, viajou ao Oriente Médio em um esforço para consolidar um cessar-fogo entre Israel e a Autoridade Palestina e assentar as bases para uma retomada das conversações de paz. O Plano Tenet exigia que cessassem todos os atos de violência. Contudo, nas seis semanas seguintes à sua visita, os palestinos realizaram 850 ataques terroristas que causaram 94 baixas israelenses, 17 delas fatais.[47]

> *"O Presidente Arafat, da Autoridade Palestina, deve condenar este ataque terrorista horroroso, agir já para prender os responsáveis e levá-los à justiça, e adotar ações imediatas e sustentadas para evitar futuros ataques terroristas".*
>
> **– Presidente George W. Bush, depois que um homem-bomba matou 15 pessoas, entre elas 6 crianças, e feriu 90 quando se explodiu em um restaurante no centro de Jerusalém**[48]

MITO

"A política de Israel de assassinar terroristas palestinos é imoral e contraproducente".

FATO

Israel se defronta com uma situação difícil na tentativa de proteger sua população civil de palestinos dispostos a morrer para poderem matar pessoas inocentes. Uma estratégia para lidar com este problema tem sido o processo de paz. Desde 1993 Israel acreditava que a negociação era o caminho para alcançar a paz com os palestinos, mas após devolver grande parte da Cisjordânia e Faixa de Gaza e oferecer virtualmente tudo o que restava, os

palestinos rejeitaram suas concessões e optaram por usar a violência para tentar forçar Israel a capitular a todas as suas exigências.

Uma segunda estratégia para Israel é "exercitar a contenção", ou seja, não responder à violência palestina. A comunidade internacional costuma elogiar Israel quando este simplesmente dá a outra face após ataques hediondos. Enquanto recebia o elogio dos líderes do mundo, a contenção foi incapaz de atenuar a dor das vítimas ou evitar ainda mais ataques. Mais do que isso, as mesmas nações que pedem que Israel se contenha em geral reagem com violência em situações semelhantes. Por exemplo, os britânicos assassinaram nazistas após a Segunda Guerra Mundial e eliminaram terroristas do IRA na Irlanda do Norte. Quando terroristas perpetraram o ataque assassino ao World Trade Center e ao Pentágono, revelou-se que o governo Clinton tentara assassinar o terrorista saudita Osama bin Laden, em 1998, em retaliação ao seu papel nos bombardeios às embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia. O governo de George W. Bush diz que também não iria hesitar em matar bin Laden e tem atingido uma série de outros ativistas da Al-Qaeda.[49]

Em 4 de novembro de 2002, por exemplo, os Estados Unidos mataram seis supostos membros do Al-Qaeda no Iêmen com um míssil Hellfire disparado de uma base remota da CIA contra o carro em que eles viajavam.[50]

> *"Se você descobre uma organização que planejou ou esteja planejando algum tipo de ataque com um homem-bomba suicida, por exemplo, e (os israelenses) têm fortes evidências de quem são e onde se encontram, creio que fica justificada a sua tentativa de proteger-se preventivamente".*
>
> **– Dick Cheney, Vice-Presidente dos EUA**[52]

Em abril de 1986, após se convencerem de que a Líbia havia dirigido o atentado terrorista a uma discoteca em Berlim Ocidental que matou um americano e feriu outros 200, os Estados Unidos atacaram uma série de alvos líbios, inclusive a casa do presidente Muamar Kadafi, o que foi criticado mundialmente como uma tentativa de assassinato. Kadafi escapou, mas sua filha pequena foi morta e dois de seus outros filhos foram feridos. Além disso, um míssil saiu de sua trajetória e provocou baixas em um bairro civil. Reagan justificou a ação como de autodefesa contra o terrorismo líbio. "Por uma questão de autodefesa, qualquer nação que seja vítima do terrorismo tem o direito inerente de responder com a força para evitar novos atos de terror. Achei que deveríamos mostrar a Kadafi que ele iria pagar um preço por aquele tipo de conduta e que não o deixaríamos escapar disso".[52]

Recentemente, George W. Bush ordenou o "ataque" à liderança política iraquiana durante a guerra no Iraque em 2003. Israel escolheu uma terceira opção: eliminar os mentores dos ataques terroristas. Esta política vem

causando um grande debate em Israel, mas é defendida por uma ampla maioria da população (70% numa pesquisa do jornal *Haaretz* de agosto de 2001). Esta política também é apoiada pela população americana, conforme uma pesquisa da *America Middle East Information Network* (Rede de Informações da América sobre o Oriente Médio) de agosto de 2001, que descobriu que 73% dos entrevistados acreditavam que Israel tinha motivos para matar terroristas caso provasse que estes estavam planejando atentados a bomba ou outros com o objetivo de matar israelenses.[53]

O vice-chefe de Estado, general-de-divisão Moshe Yaalon, explicou esta política do seguinte modo:

> "Não há execuções sem julgamento. Não se trata de uma vingança contra quem perpetrou um ataque um mês atrás. Estamos atuando contra aqueles que estão levando o terror contra nós. Preferimos prendê-los e já detivemos mais de mil. Contudo, se não conseguimos e os palestinos não querem, então não temos outra opção a não ser nos defendermos.[54]

O governo israelense também enfrentou um processo jurídico antes de adotar o plano de ação de assassinatos seletivos. O secretário de Justiça de Israel revisou e determinou que esta política é legal conforme as leis israelense e internacional.[55]

A eliminação de terroristas traz uma série de benefícios. Em primeiro lugar, coloca um preço no terror: Os israelenses não podem mais ser atacados impunemente porque os terroristas sabem que se têm outros como alvo, eles próprios se convertem em alvos. Segundo, é um método de autodefesa: os ataques preventivos eliminam as pessoas que iriam, de outro modo, assassinar judeus. Embora seja verdade que há outros para ocupar o seu lugar, estes só o fazem sabendo que também se tornarão alvos. Terceiro, desestabiliza os terroristas, que já não podem planejar tranqüilamente uma operação; em vez disso, têm que se manter em movimento, olhando o tempo inteiro por cima dos ombros e trabalhar muito mais duro para alcançar seus objetivos.

> *"Entendo que quando se você é atacado por um terrorista, sabe quem ele é e é capaz de detectar a causa do terror, você deve responder".*
>
> **– Colin Powell, Secretário de Estado dos Estados Unidos**[56]

Obviamente esta política também tem custos. Além da condenação internacional, Israel se arrisca a revelar os informantes que costumam passar a informação necessária para encontrar os terroristas. Os soldados também precisam se envolver em operações de alto risco que eventualmente causam trágicos danos colaterais à propriedade e às pessoas.

"Penso que sempre que um povo produz homens-bomba que explodem em pontos de ônibus e restaurantes, você com certeza não pode ficar sentado e tolerar".

– Donald Rumsfeld, Secretário de Defesa dos EUA[58]

A crítica mais comum aos "assassinatos seletivos" é que não trazem qualquer benefício porque perpetuam um ciclo de violência dentro do qual os terroristas buscam vingança. Este é provavelmente o argumento menos convincente contra esta política, porque pessoas que se explodem a fim de se tornarem mártires sempre poderiam encontrar uma justificativa para suas ações. Eles estão determinados a atirar os judeus para fora do Oriente Médio e não irão parar até que o seu objetivo seja alcançado.

Estudo de caso

Um artigo do Washington Post sobre o "ciclo de morte" na Cisjordânia incluiu uma entrevista com Raed Karmi, um membro da Fatah, a facção dominante da Organização pela Libertação da Palestina de Yasser Arafat. Este começa com a observação de que Karmi, empunhando uma metralhadora M-16, está planejando integrar uma batalha contra soldados israelenses. O que não se conta é que, supostamente, apenas policiais palestinos podem estar armados. O artigo considera que as violências israelense e palestina são equivalentes neste "ciclo" porque Karmi disse que estava agindo para vingar a morte de um palestino que os israelenses assassinaram por organizar ataques terroristas. Karmi admite que participou do seqüestro e assassinato por execução de dois israelenses que estavam almoçando em um restaurante de Tulkarm. Karmi foi preso pela Autoridade Palestina, mas foi solto após quatro meses e em seguida matou outros quatro israelenses, entre eles um homem que fazia compras numa mercearia e um motorista que foi emboscado. "Irei continuar a atacar israelenses", declarou ao *Post*.[58]

MITO

"Israel assassina indiscriminadamente terroristas e civis palestinos".

FATO

É sempre uma tragédia quando civis inocentes morrem numa operação contra-terrorista. Todavia, estes não correriam riscos caso a Autoridade Palestina prendesse os terroristas, os assassinos não se escondessem entre não-combatentes e os civis se recusassem a protegê-los.

Israel não ataca áreas palestinas indiscriminadamente. Pelo contrário, as FDI têm muito cuidado em ter como alvo aqueles que planejam ataques terroristas contra civis israelenses. Embora as forças israelenses exibam um histórico de precisão nestes ataques, algumas vezes cometem erros. Enquanto os terroristas não se desculpam por seus ataques a civis, atingindo-os deliberadamente, Israel sempre investiga as razões de qualquer erro e adota as medidas necessárias para evitar que ocorram novamente. Israel não está sozinho no uso de força militar contra terroristas nem em, inadvertidamente, causar danos a pessoas que não são alvos. Por exemplo, no mesmo dia em que membros do governo americano condenavam o número de civis mortos junto ao assassinato, por Israel, do líder do braço militar do Hamas, novas informações revelavam que os Estados Unidos bombardearam um povoado no Afeganistão, numa operação dirigida contra um líder talibã que, ao invés disso, matou 48 civis afegãos presentes a uma festa de casamento. Em ambos casos, o equívoco dos serviços de inteligência exerceu um papel em falhas trágicas.

> *"Na semana passada em Gaza, multidões de crianças se divertiam e cantavam enquanto os adultos as enchiam de docinhos. Motivo da celebração: o assassinato a sangue-frio de pelo menos sete pessoas – cinco delas americanas – e a mutilação de outras 80 por uma bomba terrorista no campus da Universidade Hebraica de Jerusalém".*
>
> **– Michael Oren,** historiador [59]

MITO

"O uso que Israel faz de armas de fabricação americana em ataques de retaliação contra os palestinos é ilegal".

FATO

Os Estados Unidos têm monitorado de perto as ações israelenses. O representante John Conyers (democrata, Michigan) escreveu uma carta ao secretário de Estado Colin Powell perguntando se Israel estava violando as leis dos Estados Unidos ao usar armamentos americanos em seus ataques contra terroristas palestinos. Powell respondeu, em carta datada de 17 de agosto de 2001, que as ações de Israel não violavam as leis dos EUA. A lei em questão é o Ato de Controle de Exportação de Armas (AECA – Arms Export Control Act) que estipula que os artigos de defesa devem ser usados unicamente para fins específicos, onde se inclui a segurança interna e o direito legítimo à autodefesa. Israel tem sustentado que age em autodefesa, com o que o governo Bush concorda.[60]

MITO

"Israel massacrou refugiados no acampamento de Jenin em abril de 2002".

FATO

O secretário de Estado Colin Powell refutou de maneira concisa as alegações palestinas de que Israel era culpado de atrocidades em Jenin. "Não vejo evidências que possam sustentar a ocorrência de um massacre".[61] A opinião de Powell foi confirmada em seguida por Nações Unidas, Human Rights Watch e uma investigação da União Européia.[62]

Os palestinos alegaram repetidas vezes que havia sido cometido um massacre nos dias seguintes à batalha. O porta-voz Saeb Erekat, por exemplo, disse à CNN em17 de abril que pelo menos 500 pessoas foram massacradas e 1.600, inclusive mulheres e crianças, estavam desaparecidas. Os palestinos rapidamente voltaram atrás quando ficou claro que não poderiam apresentar qualquer evidência que sustentasse uma calúnia tão grosseira; o seu próprio comitê de monitoramento informou um saldo de 56 mortos, entre os quais 34 eram combatentes. Nenhuma mulher ou criança foi dada como desaparecida.[63]

Israel não escolheu atacar o acampamento de refugiados de Jenin arbitrariamente. Havia poucas alternativas depois que uma série de atentados suicidas aterrorizara civis israelenses nos 18 meses anteriores. As forças israelenses entraram em Jenin para desmantelar uma das principais bases terroristas.

Os próprios documentos da Autoridade Palestina chamam Jenin de "capital dos suicidas". O acampamento tem uma longa história como base de extremistas e pelo menos 28 dos ataques suicidas partiram deste ninho do terror durante a onda de violência que precedeu a ação israelense. Estes terroristas violaram o cessar-fogo proposto por Israel e prejudicaram os esforços israelenses de retomar as negociações políticas na direção de um acordo de paz definitivo.

Franco-atiradores palestinos atingiam soldados acantonados numa escola para mulheres, numa mesquita e em um edifício da UNRWA (Agência de Auxílio e Trabalho das Nações Unidas) e, em meio à retaliação e perseguição aos terroristas, alguns não-combatentes eram atingidos. Qualquer baixa civil é uma tragédia, mas algumas foram inevitáveis porque os terroristas palestinos usavam os civis como escudos. A maioria das baixas foi de atiradores.

Israel também manteve o hospital de Jenin em funcionamento. O tenente-coronel Fuad Halhal, comandante druso do órgão de coordenação distrital para as FDI, entregou pessoalmente um gerador para o hospital debaixo de fogo durante a operação militar.[64]

Embora Israel pudesse ter optado por bombardear o acampamento inteiro – que foi a estratégia empregada pelos Estados Unidos no Afeganistão – as FDI escolheram deliberadamente um caminho mais arriscado para reduzir a

probabilidade de colocar a vida de civis em perigo. Os soldados foram de casa em casa e 23 deles foram mortos em um combate com terroristas palestinos munidos de bombas, granadas, armadilhas explosivas e metralhadoras para transformar o acampamento em um campo de guerra.

As imagens na televisão também deram uma perspectiva distorcida dos danos no acampamento. Jenin não foi destruída. A operação israelense ocorreu numa área limitada do acampamento de refugiados, que por sua vez compreende uma pequena fração da cidade. A destruição ocorrida foi causada em grande parte pelas bombas palestinas. Os palestinos têm aprendido da fabricação de fatos no passado que uma denúncia falsa contra Israel recebe a atenção imediata da mídia e atrai simpatia à sua causa. As correções inevitáveis vêm em seguida a estas mentiras infames e raramente são vistas, lidas ou noticiadas.

MITO

"Israel se opôs a uma investigação pela ONU porque queria ocultar os crimes que cometeu em Jenin".

FATO

Israel não tem nada a esconder e convidou uma equipe de investigação imparcial para visitar Jenin.[65] Entretanto, a animosidade histórica dos organismos da ONU com relação a Israel levantou dúvidas sobre a lisura de seus representantes. Estas foram reforçadas quando as Nações Unidas se recusaram a incluir na equipe proposta qualquer militar ou especialista em contra-terrorismo que pudesse avaliar a ameaça terrorista que Jenin representava para Israel. Um delegado indicado para a equipe da ONU comparou antecipadamente a estrela de Davi a uma suástica.[66] A hipocrisia das Nações Unidas e outros interessados em Jenin fica evidente a partir do fato de eles nunca condenarem ou investigarem os massacres repetidos perpetrados por homens-bomba palestinos.

MITO

"Israel impede que ambulâncias transportem palestinos doentes ou feridos para hospitais".

FATO

Um dos lamentáveis resultados da violência durante a Intifada de Al-Aksa tem sido os supostos abusos israelenses contra ambulâncias palestinas do Crescente Vermelho que, segundo se alega, têm causado situações inconvenientes, complicações médicas e até mesmo a morte dos doentes transportados. Estes relatos tendem a retratar as retenções como atos deliberados de crueldade por parte dos soldados israelenses contra palestinos necessitados de atenção médica.

Estas alegações estão corretas em um ponto: as ambulâncias são retidas e verificadas nos postos de controle israelenses. Todavia, as denúncias falham ao não colocar os fatos em um contexto mais amplo. A razão pela qual as ambulâncias são retidas e verificadas se deve à ameaça que representam para Israel e seus cidadãos, pois têm sido usadas com freqüência como meio de transporte de homens-bomba e muitos dos militantes que se explodiram em Israel tiveram acesso ao país ao guiar ou viajar em ambulâncias do Crescente Vermelho. Por exemplo:

- Em outubro de 2001, Nidal Nazal, um agente do Hamas em Kalkilia, foi preso pelas FDI. Ele era motorista de ambulância do Crescente Vermelho palestino e havia informações de que explorava a sua permissão irrestrita para atuar como mensageiro entre os centros de operação do Hamas em diversas cidades da Cisjordânia.[67]

- Em janeiro de 2002, Wafa Idris se explodiu na movimentada Jaffa Street em Jerusalém, convertendo-se na primeira mulher-bomba suicida. Tal como o motorista do Crescente Vermelho palestino, e da mesma forma que Mohamed Hababa, o agente do Tanzim que a enviou para sua missão, ela partiu da Cisjordânia numa ambulância.[68]

- Em 27 de março de 2002, um membro do Tanzim que trabalhava como motorista do Crescente Vermelho foi capturado com explosivos em sua ambulância, com uma criança disfarçada de paciente e sua família. Os explosivos foram encontrados sob a maca onde a criança "enferma" estava deitada.[69]

- Em 17 de maio de 2002, foi encontrado um cinturão de explosivos numa ambulância do Crescente Vermelho palestino detida em um posto de controle próximo a Ramalá. A bomba, do mesmo tipo geralmente usado nos atentados suicidas, estava escondida sob uma maca onde estava deitada uma criança enferma. O motorista, Islam Jibril, era procurado pelas FDI e admitiu que não era a primeira vez que usava uma ambulância para transportar explosivos ou terroristas. A bomba foi removida da ambulância e detonada na presença do Comitê da Cruz Vermelha Internacional. Numa declaração publicada no mesmo dia, o comitê afirmou que "compreende as preocupações com a segurança por parte das autoridades israelenses e reconhece o seu direito de verificar as ambulâncias, desde que isso não provoque retiradas médicas indevidas". Os passageiros doentes da ambulância foram conduzidos por soldados a um hospital nos arredores.[70]

- Em 30 de junho de 2002, soldados israelenses encontraram dez supostos terroristas palestinos escondidos em duas ambulâncias em Ramalá. Eles foram presos quando os soldados detiveram os veículos para uma inspeção de rotina.[71]

As acusações contra Israel baseiam-se freqüentemente em documentos de direito internacional como a Quarta Convenção de Genebra. É verdade que esta dá uma ênfase particular à imunidade e neutralidade das ambulâncias e da equipe médica de urgência. Entretanto, concluir que Israel deve ignorar um perigo evidente e presente para seus cidadãos, caso contrário estará violando leis internacionais, é uma distorção. Os terroristas palestinos que usam ambulâncias para contrabandear explosivos para dentro de Israel é que comprometem a imunidade e neutralidade do Crescente Vermelho.

MITO

"Israel fechou três faculdades no território da Autoridade Palestina em janeiro de 2003 para punir e humilhar os palestinos".

FATO

Apesar de mais de dois anos de violência e provocação, muitas vezes vindas de faculdades na Cisjordânia, Israel não interferiu nas aulas. A esperança era de que os palestinos fixassem sua atenção nos estudos e não em atividades políticas. Infelizmente estas escolas vêm dirigindo cada vez mais suas energias para a promoção da violência do que para a educação. Israel apenas agiu contra as faculdades quando ficou claro que estas haviam se convertido em centros de incitamento e doutrinação em vez de promover a educação. Quando as forças israelenses entraram nas escolas, encontraram faixas, pôsteres, bandeiras, fitas de áudio e cadernos de jovens adornados com as fotos de homens-bomba. As salas de aula estavam repletas de pôsteres louvando o terrorismo e glorificando os homens-bomba. Fitas de áudio clamando pela destruição de Israel, confeccionadas por diferentes organizações terroristas, foram encontradas dentro das salas de aula. Estes não eram somente materiais trazidos para as escolas por estudantes, mas eram distribuídas pelas próprias faculdades.

A situação dos *campi* palestinos ilustra a dificuldade de se buscar um processo de paz enquanto jovens palestinos são ensinados, em suas escolas, a buscar o terror e a destruição de seu vizinho. Os materiais distribuídos – que também fazem parte do currículo – violam os acordos de paz que os palestinos assinaram renunciando a incitamentos desta ordem. Israel adotou estas medidas para proteger seus cidadãos, não para punir ou humilhar os palestinos. Incidentalmente, a Autoridade Palestina também fecha faculdades nos territórios quando seus dirigentes acreditam que os estudantes apresentam condutas que ameaçam a sua autoridade.

MITO

"Israel usa postos de inspeção para humilhar os palestinos".

FATO

É comum que as nações protejam suas fronteiras e estabeleçam postos de inspeção para impedir que pessoas entrem ilegalmente em seus países. Os Estados Unidos têm postos em suas fronteiras e aeroportos e, como os americanos puderam ver em 11 de setembro (de 2001), estas são precauções de segurança necessárias, embora não infalíveis.

No caso de Israel, a necessidade de postos foi criada pelos palestinos. Ao realizarem uma violenta campanha de terror contra cidadãos israelenses, eles forçam Israel a erguer barreiras que dificultem o máximo possível que terroristas entrem no país ou viajem ao longo dos territórios com o objetivo de cometer atos de violência. Os postos são inconvenientes para os palestinos inocentes, mas eles de fato evitam o terror e poupam vidas.

Por exemplo, em 2 de novembro de 2002, uma perua carregada de caixas de calças jeans foi retida em um destes postos. Os soldados verificaram as carteiras de identidade dos homens que estavam na perua e descobriram que um dos passageiros era procurado. A perua foi esvaziada e, quando os soldados abriram a última caixa, descobriram um cinto com explosivos que estava sendo enviado a um homem-bomba. Duas semanas depois, um táxi foi detido no mesmo posto. Os soldados encontraram dois computadores no bagageiro que pareciam pesados demais. Eles abriram as caixas e encontraram dois cintos com explosivos. Foi encontrada também uma sacola com um revólver.[72]

As reportagens sensacionalistas dos meios de comunicação, juntamente com a propaganda anti-Israel, sugerem que Israel está constrangendo mulheres palestinas nos postos de verificação. Infelizmente, as mulheres não podem ser ignoradas como ameaças potenciais à segurança. Policiais de fronteira de um posto de verificação ao norte de Jerusalém, por exemplo, prenderam uma mulher palestina empurrando um carrinho de bebê que continha uma pistola, dois pentes de munição e uma faca.[73]

Bens comerciais, comida, medicamentos, ambulâncias e profissionais da área da saúde continuam a circular livremente, impedidos tão somente pelos ataques contínuos. Os trabalhadores palestinos que têm empregos em Israel também podem passar pelos postos de verificação com a devida identificação; as restrições são impostas apenas quando necessárias, devido à questão da segurança.

As barreiras não existem para humilhar palestinos, mas para garantir a segurança de cidadãos israelenses. Infelizmente, toda vez que Israel relaxa esta prática retirou os postos, os terroristas palestinos tiram vantagem da oportunidade para lançar novos ataques contra israelenses inocentes.

Estudo de caso

Imagine um soldado de 19 anos de idade comandando um posto de verificação. Chega uma ambulância e dentro dela uma mulher que aparentemente está grávida. Ela parece estar tensa e seu marido está igualmente ansioso. Mas o soldado foi advertido de que havia uma ambulância que levava uma mulher grávida, mas que não estava grávida de fato. O serviço de inteligência disse que sob a maca da ambulância está escondido um terrorista procurado, vestido com um cinto de explosivos para perpetrar um atentado suicida. O dia está quente e há uma longa fila de automóveis. Seus comandantes gritam com ele pelo rádio: "Não permita que ambulâncias passem por aí, pois há um terrorista numa delas!" Para complicar a cena, um cinegrafista de um veículo noticioso está presente.

O soldado deve tomar um número incrível de decisões em um curto espaço de tempo. Ele tem apenas 19 anos e não tem treinamento médico. Ele sabe que se permitir que a ambulância siga adiante com um terrorista a bordo, morrerão inocentes e ele terá fracassado em sua missão. Por outro lado, se não houver um terrorista nesta ambulância e ele demorar a permitir que uma mulher realmente grávida chegue ao hospital, as vidas da mãe e do bebê estarão em perigo. O que você faria?

MITO

"Todas as mulheres que estão participando dos ataques suicidas são movidas unicamente pelo desejo de libertar a Palestina".

FATO

Pode ser que algumas mulheres palestinas compartilhem da ideologia doentia dos terroristas que acreditam que, explodindo homens, mulheres e crianças, irão alcançar seu objetivo político, mas muitas outras são chantageadas por homens palestinos sádico e manipuladores para realizar atentados suicidas. Mais de 20 mulheres palestinas participaram de atentados suicidas e as organizações terroristas que as recrutam fazem isso em parte porque acreditam que as mulheres irão gerar menos suspeita e os soldados israelenses serão mais reticentes em investigá-las.

Algumas mulheres foram convencidas a participar de atentados suicidas para reabilitar suas reputações em suas comunidades, onde eram malvistas ou fizeram algo que envergonhou suas famílias. A vergonha tem uma força muito grande na sociedade árabe e mulheres promíscuas, adúlteras, que engravidam foram do casamento ou têm outras condutas consideradas inadequadas podem ser isoladas ou severamente punidas (por exemplo, maridos podem matar esposas que os envergonharam nos chamados "crimes de honra").

As organizações terroristas costumam usar a chantagem emocional contra estas mulheres vulneráveis para convencê-las de que, ao realizarem um atentado suicida contra judeus, poderão resgatar a sua honra e a da família. O serviço de inteligência israelense tornou público um relatório que afirmava que ativistas da Fatah chegaram a ponto de seduzir mulheres e então, depois que elas engravidaram, usaram esta condição para chantageá-las para que cometessem crimes hediondos. O relatório citou dois casos específicos, um que envolvia uma mulher de 21 anos de Belém que se explodiu no mercado de Machané Yehuda em Jerusalém, matando seis pessoas e ferindo mais de 60, e outro em que uma mulher de 18 anos do acampamento de refugiados de Dehaishe se explodiu em um supermercado de Jerusalém, matando duas pessoas e ferindo outras 22.[74]

Estes exemplos mostram os métodos implacáveis que os terroristas palestinos usam não somente com suas vítimas, mas com seu próprio povo.

MITO

"Rachel Corrie foi assassinada por Israel enquanto protestava pacificamente contra a demolição ilegal de uma casa palestina".

FATO

A americana Rachel Corrie foi morta na Faixa de Gaza em16 de março de 2003 quando entrou numa área onde forças israelenses estavam realizando uma operação militar. O incidente ocorreu enquanto as FDI estavam retirando folhagens – colocadas ao longo da estrada de segurança próxima à fronteira entre Israel e Egito em Rafah para encobrir explosivos – e destruindo túneis usados por terroristas palestinos para contrabandear armas do Egito para Gaza. Corrie não estava se manifestando pela paz ou tentando proteger civis inocentes; ela estava interferindo numa operação militar para demolir legalmente uma casa vazia usada para ocultar um destes túneis.

Uma foto mal intencionada publicada pela Associated Press dava a impressão de que Corrie estava parada diante de uma motoniveladora e gritando para o motorista com um megafone, tentando impedir o motorista de colocar abaixo uma construção no acampamento de refugiados. Esta foto, que foi tirada por um membro da organização de Corrie, não foi obtida no momento da sua morte, mas horas antes. O fotógrafo disse que ela na verdade estava sentada e balançando os braços quando foi golpeada.[75]

A Ordem dos Advogados de Israel investigou o incidente e concluiu que o motorista da motoniveladora jamais viu ou ouviu Corrie, pois ela estava atrás dos escombros, o que obstruiu a visão do motorista, cujo campo de visão estava limitado pelas pequenas janelas blindadas de sua cabine. Uma autópsia descobriu que a causa da morte de Corrie foi uma queda dos escombros.[76]

O Departamento de Estado dos EUA advertiu os americanos para que não viajassem para Gaza e Israel deixou claro que civis que entram em áreas onde há soldados engajados em operações de antiterrorismo estão se colocando desnecessariamente em risco.

Esta não foi a primeira vez que manifestantes tentam obstruir operações israelenses e as FDI têm feito todos os esforços para evitar atingi-los. Este caso recebeu uma grande divulgação ao redor do mundo em boa medida porque foi o primeiro incidente deste tipo em que um manifestante foi morto. Na verdade, o exército advertiu Corrie e outros manifestantes do Movimento Internacional de Solidariedade (ISM – International Solidarity Movement), anti-Israel, para saírem de lá. "É possível que eles (os manifestantes) não fossem tão disciplinados quanto gostariam", admitiu Thom Saffold, fundador e organizador da ISM.[77]

A morte de civis inocentes sempre é trágica e a melhor maneira de evitar tragédias desta natureza no futuro é, primeiro de tudo, que a Autoridade Palestina coloque um fim na violência e acabe com os contrabandos que trazem enormes quantidades de armas ilegais para a Faixa de Gaza. Os ativistas interessados na paz deveriam estar protestando contra as ações palestinas. Eles têm todo o direito de expressar seus pontos de vista a respeito das políticas de Israel, mas deveriam ter o cuidado de evitar parecer que estão do lado de terroristas, ou de estarem em locais onde podem ser inadvertidamente atingidos pelo fogo cruzado de uma operação contra-terrorista ou em outra situação perigosa qualquer, ao entrarem numa área onde são conduzidas operações militares.

> *"Independentemente de como você entende a questão, a morte de Rachel Corrie no domingo é uma tragédia (...) mas não é mais trágica do que as mortes de outros jovens – alguns deles, americanos que viajaram para Israel – que morreram em atentados a bomba cometidos por terroristas palestinos. Eles também são dignos de ser lembrados neste dia. Independente do que você pensa a respeito das ações de Corrie. Se foi uma mártir ou se estava equivocada, ela pelo menos fez a sua escolha. Os terroristas palestinos não deram qualquer chance aos jovens mortos em seus atentados. Ao nosso ver, este é um outro tipo de tragédia para estes jovens americanos e suas famílias".*
>
> **– OregonLive.com.**[78]

MITO

"Os palestinos contrários ao terrorismo são respeitados e sua liberdade de expressão é permitida pela Autoridade Palestina".

FATO

Um dos principais impedimentos para se falar contra o irredentismo e terror dentro da Autoridade Palestina é a ameaça de ser assassinado. No final da primeira Intifada, no começo da década de 1990, mais palestinos foram mortos em lutas internas do que em confrontos com as forças de segurança israelenses. Desde o início do levante em setembro de 1990, os palestinos, mais uma vez, usaram da intimidação e do assassinato para tentar evitar dissidências. Em geral, aqueles que buscam a paz ou um fim para o terror são considerados "colaboracionistas" e, com sorte, são presos pela Autoridade Palestina. Os que não têm a mesma sorte são assassinados, quase sempre de maneira sádica e pública, por exemplo, sendo enforcados e pendurados em postes de iluminação em praças. Passa-se, assim, a mensagem de que aquilo é o que vai acontecer com qualquer um que ouse atravessar o caminho daqueles que buscam a destruição de Israel.

Não há dados exatos a respeito do número de palestinos mortos na guerra interna, mas um relatório de direitos humanos do Departamento de Estado americano mostrou que 250 supostos colaboracionistas foram presos e pelo menos 35 civis foram mortos somente em 2002. O grupo israelense de direitos humanos Betselem registrou 142 mortes de palestinos entre setembro de 2000 e 26 de agosto de 2003, enquanto um grupo palestino de direitos humanos afirmou que 76 foram executados e outros 22 assassinados entre setembro de 2000 e outubro de 2002. O Instituto de Política Internacional para o Contra-terrorismo registrou 303 palestinos mortos em lutas internas. Em seu relatório sobre a Autoridade Palestina para 2003, a Anistia Internacional afirmou que "muitos palestinos" foram mortos de forma misteriosa e que a Autoridade Palestina "deixou de investigar estes assassinatos e nenhum dos criminosos foi levado à Justiça".[79]

MITO

"A política de Israel de assassinar terroristas é ilegal e rejeitada até mesmo pelos israelenses como fica evidenciado pela recusa de pilotos da Força Aérea de cumpri-la".

FATO

Como foi dito anteriormente (no Mito "A política de Israel de assassinar terroristas palestinos é imoral e contraproducente", neste capítulo), Israel enfrenta a difícil questão de decidir qual a melhor maneira de proteger seus cidadãos dos ataques de terroristas. O governo israelense acredita que uma

forma de reduzir o perigo é atingir os palestinos responsáveis por estes crimes de guerra. As FDI jamais têm palestinos inocentes por alvo e podem ser citados inúmeros exemplos de casos em que pilotos retornaram à base sem atirar porque civis poderiam correr o risco de serem atingidos. Ainda assim, já houve tragédias em que palestinos inocentes foram vítimas da guerra contra o terror.

Especialmente devido ao cuidado com os inocentes e à dificuldade em atingir os terroristas que se escondem propositadamente entre civis, os israelenses discutem se os ataques a alvos específicos são a melhor estratégia. Atualmente, a população apóia esta política de forma esmagadora[80] e apenas 27 pilotos – 18 deles aposentados – assinaram uma carta declarando que não realizariam missões nos territórios. Assim como num caso anterior em que um grupo de soldados também afirmou que não iria servir, a decisão é um ato político que não cabe em qualquer força militar e não recebeu apoio popular, seja dos colegas soldados ou do público em geral.

Os pilotos têm o direito de expressar suas opiniões e expressá-las dentro do regime democrático de Israel; contudo, como outro soldados, sua obrigação enquanto estão fardados é implementar as políticas determinadas por líderes civis eleitos pelo tempo em que suas ordens forem reconhecidas como legais pelos tribunais israelenses. Tanto os tribunais de Israel como a lei internacional dão aval à atual política israelense. Enquanto isso, o debate político sobre a correção e eficácia desta política irá com certeza continuar.

MITO

"A Autoridade Palestina está cooperando com a investigação da emboscada terrorista que matou três americanos em Gaza".

FATO

Em 15 de outubro de 2003, uma poderosa bomba plantada na estrada estraçalhou um veículo blindado que fazia parte de um comboio diplomático dos EUA que viajava ao longo da Faixa de Gaza, matando três americanos e ferindo um. Após o ataque, os palestinos vieram ao local e "separavam peças entre o metal retorcido com visível prazer" e arremessaram pedras na direção de investigadores americanos que estavam presentes, forçando-os a abandonar o lugar.[81]

Numa cena que parece tirada do filme *Casablanca,* autoridades palestinas então cercaram os suspeitos de sempre e prenderam sete homens de um grupo qualquer que incluía ex-membros das forças de segurança palestinas. No entanto, funcionários americanos não acreditam que estes eram os autores do crime e uma equipe do FBI que investigava o ataque terrorista retornou aos Estados Unidos após demonstrar desânimo com a falta de cooperação por parte dos serviços de segurança palestinos.

Funcionários americanos afirmaram que a Autoridade Palestina deixou de fornecer aos investigadores do FBI acesso suficiente ao local do atentado e

permitiu que civis entrassem na cena do ataque e destruíssem as evidências. Em seguida, o governo Bush proibiu as visitas de funcionários dos EUA à Faixa de Gaza devido à falta de cooperação com a investigação.[82]

Em dezembro de 2003, após três meses de obstrução, os funcionários dos EUA informaram à Autoridade Palestina que o enviado especial John Wolf não retornaria à região até que houvesse progressos na investigação. O secretário-assistente de Estado dos EUA William Burns e outros funcionários também endereçaram um conjunto de duras mensagens ao primeiro-ministro da Autoridade Palestina, Ahmed Cureia, e outros dirigentes palestinos a respeito disso.[83]

Notas

1 *New York Times* (14 de dezembro de 1987).
2 *UPI* (9 de dezembro de 1987).
3 *Al-Hamishmar*, Betselem (6 de dezembro de 1991).
4 *Wall Street Journal* (21 de fevereiro de 1990).
5 *Near East Report* (5 de agosto de 1991).
6 *Baghdad Voice of the PLO* (12 de maio de 1989).
7 *New York Times* (24 de outubro de 1989).
8 *Al-Mussawar* (19 de janeiro de 1990).
9 *Wall Street Journal* (21 de fevereiro de 1990).
10 *Rádio Monte Carlo* (23 de outubro de 1990).
11 *Jerusalem Post* (14 de setembro de 1991).
12 *Jerusalem Report* (6 de julho e 5 de outubro de 1991).
13 *Near East Report*, *Year End Reports* (1991-1993).
14 *The New Republic* (23 de novembro de 1992).
15 *New York Times* (12 de junho de 1991).
16 Daoud Kuttab. *A Profile of the Stonethrowers*, *Journal of Palestine Studies* (primavera de 1998), pág. 15.
17 *Associated Press* (10 de outubro de 2001).
18 *Jerusalem Post* (4 de março de 2001).
19 *Conclusão do Relatório Mitchell* (4 de maio de 2001).
20 *Citado na primeira declaração do Governo de Israel no comitê de investigação sobre os fatos em Sharm el-Sheik, Ministério das Relações Exteriores de Israel* (28 de dezembro de 2000).
21 Ibid.
22 *An Engineered Tragedy: Statistical Analysis of Casualties in the Palestinian-Israeli Conflict, September 2000-June 2002*, International Policy Institute for Counter-Terrorism (junho de 2002).

[23] *Jerusalem Post* (22 de fevereiro de 2001).
[24] *Haaretz* (1 de março de 2001).
[25] *Near East Report* (5 de março de 2001).
[26] *Almazen*, Kuwait (20 de junho de 2002).
[27] *Jerusalem Report* (25 de fevereiro de 2002); *Maariv* (31 de julho de 2002); Forças de Defesa de Israel.
[28] *Jewish Telegraphic Agency* (8 de outubro de 2001).
[29] *Jerusalem Report* (21 de maio de 2001).
[30] CNN, Forças de Defesa de Israel, *Jerusalem Report* (28 de novembro de 2000); Jewish Telegraphic Agency (21 de março de 2002).
[31] James Fallows. *Who Shot Mohammed al-Dura?*, *The Atlantic Monthly* (www.theatlantic.com) (junho de 2003).
[32] *Jerusalem Report* (1 de abril de 2001).
[33] *Washington Post* (17 de junho de 2001).
[34] Carta de George Mitchell e Warren Rudman ao Diretor da Liga Anti-Difamação (LAD), Abraham Foxman (11 de maio de 2001).
[35] Comunicado do general-de-divisão Giora Eiland, chefe da Divisão de Operações das FDI, à Associação de Imprensa Estrangeira, Jerusalém (20 de maio de 2001).
[36] Comunicado do Departamento de Estado dos EUA (17 de abril de 2001).
[37] *Time* (19 de abril de 2001).
[38] Colin Powel. *My American Journey*. New York: Random House, 1995, pág. 434.
[39] *Washington Post* (28 de junho de 1993).
[40] *CNN* (16 de julho de 2002).
[41] *Haaretz* (11 de fevereiro de 2001).
[42] *Al-Watan*, Kuwait (7 de junho de 2002).
[43] *Jerusalem Post* (21 de julho de 2002 e 5 de fevereiro de 2003) e Departamento de Estado dos EUA.
[44] *Jewish Telegraphic Agency* (11 de junho de 2002).
[45] *Foreign Report* (26 de julho de 2001).
[46] *Washington Post* (15 de agosto de 2001).
[47] *Jerusalem Post* (2 de agosto de 2001).
[48] *Reuters* (9 de agosto de 2001).
[49] *Washington Post* (14 e 18 de setembro de 2001).
[50] *CNN* (4 de novembro de 2002).
[51] *Fox News* (3 de agosto de 2001).
[52] Ronald Reagan.com; *Washington Post* e outras fontes de notícias.
[53] *Jewish Telegraphic Agency* (30 de agosto de 2001).
[54] *Jerusalem Post* (10 de agosto de 2001).
[55] *Jewish Telegraphic Agency* (30 de novembro de 2001).
[56] *News Conference* (12 de setembro de 2001).
[57] *Jerusalem Post* (10 de setembro de 2001).
[58] *Washington Post* (7 de setembro de 2001).
[59] Michael Oren. *Palestinians Cheer Carnage*, *Wall Street Journal* (7 de agosto de 2002).
[60] *Jerusalem Post* (24 de agosto de 2001).

[61] *Jerusalem Post* (25 de abril de 2002).

[62] *Jerusalem Post* (28 de abril de 2002); *Forward* (28 de junho de 2002); MSNBC (31 de julho de 2002).

[63] *New York Post* (3 de maio de 2002).

[64] *Jerusalem Report* (30 de dezembro de 2002).

[65] *New York Times* (20 de abril de 2002).

[66] *Washington Post* (26 de abril de 2002).

[67] Ministério das Relações Exteriores de Israel.

[68] *Washington Post* (31 de janeiro de 2002).

[69] Ministério das Relações Exteriores de Israel.

[70] *Bomb Found in Red Crescent Ambulance*, Haaretz (12 de junho de 2002).

[71] *Jewish Telegraphic Agency* (30 de junho de 2002).

[72] *Haaretz* (28 de novembro de 2002).

[73] *Maariv* (14 de outubro de 2003).

[74] *Washington Times* (20 de fevereiro de 2003).

[75] *Blackmailing Young Women into Suicide Terrorism*, Ministério das Relações Exteriores de Israel (12 de fevereiro de 2003).

[76] *Christian Science Monitor* (2 de abril de 2003).

[77] *Jerusalem Post* (26 de junho de 2003).

[78] *Washington Post* (17 de março de 2003).

[79] *OregonLive.com* (18 de março de 2003).

[80] *Relatório sobre as Práticas em Direitos Humanos por Países 2002*. District of Columbia: Departamento de Estado dos EUA, 2003; Betselem, Anistia Internacional, janeiro/dezembro de 2002; *Jerusalem Post* (25 de agosto de 2002).

[81] Numa pesquisa de setembro de 2003, 75% dos israelenses apoiavam os assassinatos seletivos; Instituto de Pesquisa pela Paz Tami Steinmetz da Universidade de Tel-Aviv.

[82] *Boston Globe* (16 de outubro de 2003).

[83] *Haaretz* (24 de outubro de 2003); *UPI* (21 de outubro de 2003).

19. Jerusalém

MITO

"Jerusalém é uma cidade árabe".

FATO

Os judeus vivem em Jerusalém por aproximadamente dois milênios ininterruptamente e constituem a maior comunidade populacional da cidade desde 1840. Em Jerusalém está o Muro Ocidental (Muro das Lamentações) do Monte do Templo, o lugar mais sagrado do judaísmo.

Jerusalém jamais foi a capital de qualquer nação árabe. Na verdade, era um local afastado da maior parte da história árabe. Jerusalém nunca foi capital de província sob um governo muçulmano nem um centro cultural islâmico.

Para os judeus, toda a cidade é sagrada; em contrapartida, os muçulmanos veneram um lugar – o Domo da Rocha – e não a cidade. "Para um muçulmano", assinalou o escritor britânico Christopher Sykes, "há uma diferença profunda entre Jerusalém, de um lado, e Meca ou Medina, de outro. As últimas são lugares sagrados que contêm locais sagrados". Segundo ele, além do Domo da Rocha, Jerusalém não tem maior significado islâmico.[1]

A População de Jerusalém [2]

Ano	Judeus	Muçulmanos	Cristãos	Total
1844	7.120	5.000	3.390	15.510
1876	12.000	7.560	5.470	25.030
1896	28.112	8.560	8.748	45.420
1922	33.971	13.411	4.699	52.081
1931	51.222	19.894	19.335	90.451
1948	100.000	40.000	25.000	165.000
1967	195.700	54.963	12.646	263.309
1987	340.000	121.000	14.000	475.000
1990	378.200	131.800	14.400	524.400
2000	530.400	204.100	14.700	758.300

MITO

"Jerusalém não precisa ser a capital de Israel".

FATO

Desde que o Rei David fez de Jerusalém a capital de Israel, há mais de três anos, a cidade vem desempenhando um papel central na existência judaica. O Muro

Ocidental na Cidade Velha – o último remanescente do antigo Templo Sagrado judaico e o lugar mais sagrado do judaísmo – é objeto de veneração e centro das orações judaicas. Há milhares de anos os judeus rezam três vezes ao dia: "A Jerusalém, tua cidade, regressaremos com júbilo" e repetem o voto do salmista: "Se me esquecer de ti, Ó Jerusalém, que a minha mão direita perca a sua destreza".

Jerusalém "conheceu apenas dois períodos de verdadeiro esplendor e estes estão separados por dois mil anos. O esplendor ocorreu tão somente sob o governo judaico", escreveram Leon e Jill Uris no livro *Jerusalém.* "Isso é assim porque os judeus são os que mais a amam e permanecem fiéis a esse amor ao longo dos séculos da sua dispersão... É o mais longo e profundo caso de amor de toda a história".[3]

MITO

"Os árabes estavam dispostos a aceitar a internacionalização de Jerusalém. Os judeus foram contra a idéia. Devido à sua intransigência, hoje em dia Israel ocupa ilegalmente a cidade inteira".

FATO

Quando as Nações Unidas assumiram a questão palestina em 1947, recomendaram que toda Jerusalém fosse internacionalizada. O Vaticano e muitas delegações predominantemente católicas pressionaram por esse status, mas uma razão chave para a decisão da ONU foi o desejo de o bloco soviético contrariar o rei Abdula da Transjordânia e seus patronos britânicos negando ao rei o controle da cidade.

> *"Por três mil anos Jerusalém tem sido o centro da esperança e das aspirações judaicas. Nenhuma outra cidade desempenha um papel tão dominante na história, na cultura, na religião e na consciência de um povo como Jerusalém na vida dos judeus e do judaísmo. Ao longo dos séculos, Jerusalém permanece viva nos corações dos judeus de todo o mundo como foco central da história judaica, símbolo da sua antiga glória, cumprimento espiritual e renascimento moderno. Esse coração e essa alma dos judeus compõem a idéia de que, se você quiser uma única palavra para simbolizar toda a história judaica, esta palavra é Jerusalém".*
>
> **– Teddy Kollek[4]**

Após muita reflexão, a Agência Judaica concordou em aceitar a internacionalização na esperança de, em curto prazo, proteger tanto a cidade do derramamento de sangue como o novo país de conflitos. Como a resolução da partilha pedia um referendo sobre o status da cidade em dez anos e os judeus cons-

tituíam uma maioria substancial, a expectativa era que mais adiante a cidade seria incorporada a Israel. Os países árabes se opuseram à internacionalização de Jerusalém do mesmo modo como foram contra o resto do plano de partilha.[5]

Em maio de 1948, a Jordânia invadiu e ocupou Jerusalém Oriental, dividindo a cidade pela primeira vez em sua história e levando milhares de judeus – cujas famílias haviam vivido na cidade por séculos – ao exílio. O plano de partilha das Nações Unidas, inclusive a sua proposta de internacionalização de Jerusalém, foi superado pelos acontecimentos.

Após a recusa da Resolução 141 das Nações Unidas pelos países árabes – e, em 11 de dezembro de 1948, da Resolução 194, que estabelecia a Comissão de Conciliação das Nações Unidas para a Palestina – o primeiro-ministro David Ben-Gurion declarou que Israel não aceitaria mais a internacionalização de Jerusalém.

De 1948 a 1967, a cidade esteve dividida entre Israel e Jordânia. Israel fez de Jerusalém Ocidental a sua capital; a Jordânia ocupava a seção oriental. Como a Jordânia – assim como todos os países árabes da época – mantinha um estado de guerra com Israel, a cidade se converteu, essencialmente, em dois campos armados, repletos de muros de concreto e *bunkers* (abrigos antiaéreos), cercas de arame farpado, campos minados e outras fortificações militares.

Em 1967, a Jordânia ignorou o pedido de Israel para que permanecesse fora da Guerra dos Seis Dias e atacou a parte ocidental da cidade. Os jordanianos foram derrotados pelas forças israelenses e retirados de Jerusalém Oriental, permitindo que a unidade da cidade fosse restaurada. Teddy Kollek, prefeito de Jerusalém por 28 anos, chamou a reunificação da cidade de "a realização prática dos objetivos do movimento sionista".

Como Israel estava se defendendo da agressão das guerras de 1948 e 1967, o especialista em direito internacional Steven Schwebel escreveu que a reivindicação de Israel pela soberania sobre Jerusalém era melhor do que a dos seus vizinhos árabes.[7]

MITO

"A Jordânia aceitou a internacionalização".

FATO

A Jordânia se opôs à internacionalização desde o início, quando se uniu aos demais países árabes na rejeição à partilha. O delegado da Jordânia, Fawzi Pasha Malki, falou duramente perante o Comitê Político Ad Hoc das Nações Unidas, em 6 de dezembro de 1949:

> "Minha delegação não acredita que qualquer forma de internacionalização... sirva a algum propósito, já que os lugares

> sagrados sob proteção e controle de meu governo estão sãos e salvos, sem qualquer necessidade de um regime especial".[8]

Quando o Conselho de Curadoria se reuniu em Genebra, no início de 1950, para redigir uma nova lei para o governo de Jerusalém, a Jordânia negou à ONU permissão para qualquer tipo de supervisão.[9]

Naquele ano, a Jordânia anexou todo o território que ocupara a oeste do Rio Jordão, inclusive Jerusalém Oriental. Os demais países árabes não reconheceram formalmente a ação jordaniana e a Liga Árabe expulsou-a de seus quadros. Finalmente, foi firmado um acordo pelo qual os demais governos árabes concordavam em deixar toda a Cisjordânia e Jerusalém Oriental para os palestinos "sob custódia" dos jordanianos.

> *"Vocês devem permitir que os judeus tenham Jerusalém; foram eles que a fizeram famosa".*
>
> **– Winston Churchill à diplomata Evelyn Shuckburgh, 1956**

MITO

"De 1948 a 1967, a Jordânia garantiu liberdade de culto para todas as religiões em Jerusalém".

FATO

Em violação ao Acordo de Armistício de 1949, a Jordânia negou aos israelenses acesso ao Muro Ocidental e ao cemitério do Monte das Oliveiras, onde os judeus enterram seu mortos há mais de 2.500 anos. Conforme o parágrafo 8 do acordo, Jordânia e Israel concordaram em estabelecer comitês para organizar a retomada do funcionamento normal das instituições culturais e humanitárias no Monte Scopus, bem como o livre acesso à área; o uso do cemitério no Monte das Oliveiras e o livre acesso a lugares sagrados e instituições culturais.

Segundo Teddy Kollek, sob o governo jordaniano "os cristãos israelenses foram submetidos a diversas restrições durante as peregrinações periódicas a seus locais sagrados" em Jerusalém. "Apenas poucas pessoas recebiam permissão para visitar rapidamente a Cidade Velha e Belém no Natal e na Páscoa".[10]

Em 1955 e 1964, a Jordânia aprovou leis que impunham um rígido controle do governo sobre as escolas cristãs, incluindo restrições à abertura de escolas, controle estatal sobre as finanças das escolas e a indicação de professores, bem como a exigência de ensino do Corão. Em 1953 e 1965, a Jordânia adotou leis que revogavam o direito de instituições religiosas e beneficentes cristãs de adquirir propriedades em Jerusalém.

Em 1958, a polícia prendeu o patriarca armênio eleito e deportou-o da Jordânia, preparando o caminho para a eleição de um patriarca apoiado pelo

governo do rei Hussein. Em conseqüência dessas políticas repressivas, muitos cristãos emigraram de Jerusalém e seu número decaiu de 25 mil em 1949 para menos de 13 mil em junho de 1967.[11]

Essas leis discriminatórias foram abolidas por Israel após a reunificação da cidade em 1967.

MITO

"A Jordânia salvaguardou os lugares judaicos sagrados".

FATO

A Jordânia profanou locais judaicos sagrados. O rei Hussein permitiu a construção de uma rodovia até o Hotel Intercontinental que atravessava o cemitério do Monte das Oliveiras. Centenas de túmulos judaicos foram destruídos por uma estrada que poderia ser facilmente construída em outro lugar. As lápides, que honravam a memória de rabinos e sábios, foram usadas pelas empresas de engenharia da Legião Árabe Jordaniana como pavimento e latrinas de acampamentos militares (as inscrições nas pedras ainda eram visíveis quando Israel libertou a cidade).

O antigo bairro judeu da Cidade Velha foi devastado, 58 sinagogas de Jerusalém – algumas existentes há séculos – foram destruídas ou postas em ruínas e outras foram convertidas em estábulos e galinheiros. Moradias modestas foram construídas usando o Muro Ocidental como apoio.[12]

MITO

"A Jordânia esforçou-se para melhorar as condições na Jerusalém Oriental árabe. Em contrapartida, as autoridades israelenses puseram abaixo centenas de casas árabes naquela parte da cidade, deixando muitos residentes árabes sem moradia".

FATO

Assim como ocorrera sob governos islâmicos anteriores, o rei Hussein negligenciou Jerusalém. Após a ocupação da Cidade Velha em 1967, o alcance desse descuido ficou claro quando Israel descobriu que grande parte da cidade carecia até mesmo dos serviços municipais mais básicos, como abastecimento de água corrente, encanamento e eletricidade.[13] Como resultado da reunificação, esses e outros serviços municipais necessários foram estendidos até os lares e estabelecimentos comerciais árabes em Jerusalém Oriental.

As autoridades israelenses descobriram que centenas de moradores clandestinos haviam construído suas casas no bairro judeu. Os engenheiros civis israelenses retiraram as ruínas e reconstruíram o bairro, mas só depois de oferecer-lhes uma compensação ou moradia em outros lugares.

MITO

"Sob o governo de Israel, a liberdade de religião em Jerusalém foi restringida".

FATO

Após a guerra de 1967, Israel aboliu todas as leis discriminatórias promulgadas pela Jordânia e adotou suas próprias medidas para salvaguardar o acesso aos santuários religiosos: "Qualquer um que fizer algo considerado uma violação à liberdade de acesso dos membros das distintas religiões aos locais que lhes são sagrados", estipula a lei israelense, "estará sujeito à prisão por um período de cinco anos". Israel também delegou a administração dos lugares sagrados às suas respectivas autoridades religiosas. Assim, por exemplo, o Wacf muçulmano é responsável pelas mesquitas do Monte do Templo.

As irmãs de caridade do hospital São Vicente de Paulo, de Jerusalém, repudiaram os ataques à conduta israelense em Jerusalém alguns meses depois que Israel assumiu o controle da cidade: "Nosso trabalho aqui se tornou especialmente feliz e o nosso caminho agora é mais suave graças à boa vontade das autoridades israelenses... mais suave não apenas para nós, mas (o mais importante) para os árabes sob nossos cuidados.[14]

O ex-presidente Jimmy Carter reconheceu que a liberdade religiosa aumentara sob o governo israelense. Não há "qualquer dúvida" de que Israel foi mais eficiente do que Jordânia em salvaguardar o acesso aos lugares sagrados. "Hoje em dia o acesso é irrestrito", declarou Carter. "Não era assim entre 1948 e 1967".[15]

O Departamento de Estado dos EUA afirma que, embora Israel não tenha uma constituição, a lei garante liberdade de culto e o governo respeita esse direito.[16]

MITO

"Israel nega a muçulmanos e cristãos o livre acesso aos seus lugares sagrados".

FATO

Desde 1967 centenas de milhares de muçulmanos e cristãos – muitos deles provenientes de países árabes que permanecem em estado de guerra com Israel – vão a Jerusalém para visitar seus locais sagrados. Os líderes árabes estão livres para visitar Jerusalém para rezar se assim desejam, como fez o presidente egípcio, Anuar Sadat, na mesquita de Al-Aksa. Por razões de segurança, algumas vezes são impostas restrições temporárias no Monte do Templo, mas o direito de culto não está limitado e outras mesquitas permanecem acessíveis, mesmo em momentos de grande tensão.

Segundo o islã, o profeta Maomé foi transportado milagrosamente de Meca a Jerusalém e dali ascendeu ao céu. O Domo da Rocha e a mesquita de Al-Aksa, ambas construídas no século VII, identificaram Jerusalém de maneira

definitiva como o Lugar Remoto mencionado no Corão e, portanto, o lugar mais sagrado depois de Meca e Medina. Os direitos muçulmanos sobre o Monte do Templo, local dos santuários, não têm sido infringidos. Embora este seja o lugar mais sagrado para o judaísmo, Israel tem deixado o Monte do Templo sob controle das autoridades muçulmanas.

Para os cristãos, Jerusalém é o lugar onde Jesus viveu, pregou, morreu e ressuscitou. Embora a Igreja coloque uma ênfase maior na Jerusalém celestial, mais do que na terrena, os lugares mencionados no Novo Testamento como lugares do ministério de Jesus atraem peregrinos e crentes devotos há séculos. Entre esses lugares estão a Igreja do Santo Sepulcro, o Jardim Guetsêmani, o local da Última Ceia e a Via Dolorosa com suas 14 Estações da Cruz.

Os direitos das diversas igrejas cristãs de custódia dos locais sagrados cristãos em Jerusalém foi definido durante o século XIX, quando Jerusalém era parte do Império Otomano. Esses direitos, conhecidos como "o acordo para o status quo dos locais sagrados cristãos em Jerusalém", permaneceram em vigor durante o período do Mandato Britânico e ainda são mantidos até hoje em Israel.

MITO

"A política israelense estimula os ataques de judeus fanáticos contra residentes muçulmanos e cristãos bem como aos seus lugares sagrados".

FATO

As autoridades israelenses têm tentado sistematicamente impedir os fanáticos – de todas as crenças – de profanar lugares religiosos ou cometer atos de violência contra eles. Quando são incapazes de impedir a ocorrência desses atos, Israel pune com severidade os vândalos. Por exemplo, Allen Goodman, um israelense desequilibrado que em 1982 passou a atirar loucamente no Monte do Templo, foi condenado à prisão perpétua.

Em 1984, as autoridades israelenses se infiltraram num um grupo judeu que planejava perpetrar atos de violência contra locais e civis não-judeus. Os terroristas foram processados e presos.

Em 1990, os Fiéis do Monte do Templo, um grupo extremista judeu, tentou marchar até o Monte do Templo na Sucot (Festa das Cabanas) para colocar a pedra inaugural do Terceiro Templo. A polícia, temendo que esse desfile pudesse provocar a ira dos muçulmanos e exacerbar uma situação já tensa criada pela intifada e pelos acontecimentos no Golfo Pérsico, negou-lhes o direito à marcha. A decisão foi ratificada pela Suprema Corte de Israel, fato comunicado imediatamente aos líderes religiosos muçulmanos e à imprensa árabe. Apesar da ação preventiva de Israel, "líderes muçulmanos e ativistas da intifada continuaram a incitar seus fanáticos para o confronto",[17] o que levou a uma rebelião trágica na qual 17 árabes foram mortos.

Desde então Israel tem estado especialmente vigilante e faz todo o possível para evitar qualquer provocação da parte de grupos ou indivíduos que possam ameaçar a santidade dos lugares sagrados de qualquer religião.

MITO

"Israel restringe os direitos políticos dos árabes palestinos em Jerusalém".

FATO

Além da liberdade religiosa, os árabes palestinos de Jerusalém desfrutam de direitos políticos sem precedentes. Os residentes árabes tiveram a opção de receber a cidadania israelense, mas muitos preferiram conservar sua cidadania jordaniana. Além disso, independentemente de serem ou não cidadãos, os árabes de Jerusalém têm permissão para votar nas eleições municipais e para participar da administração da cidade.

MITO

"Segundo a Resolução 242 da ONU, Jerusalém Oriental é considerada território ocupado. Portanto, a sua anexação por Israel viola a resolução".

FATO

Um dos redatores da resolução das Nações Unidas foi o então embaixador dos EUA na ONU, Arthur Goldberg. Segundo Goldberg, "a Resolução 242 não se refere absolutamente a Jerusalém, e essa omissão foi deliberada... Jerusalém era um assunto à parte, desvinculado da Cisjordânia". Em vários discursos nas Nações Unidas, em 1967, Goldberg afirmou: "Já disse em muitas ocasiões que as linhas do armistício de 1948 seriam temporárias. É claro que isso se aplicava em particular a Jerusalém. Em nenhum momento nesses muitos discursos me referi a Jerusalém Oriental como um território ocupado".[18]

Depois de 1948, a Assembléia Geral da ONU aprovou três resoluções que pediam a internacionalização de Jerusalém. A questão foi abandonada até o momento em que Israel adquiriu o controle da cidade. Desde 1967, as Nações Unidas, que por 19 anos ignoraram a ocupação da cidade pela Jordânia, vêm adotando numerosas resoluções criticando Israel por alterar o status de Jerusalém.

MITO

"Jerusalém Oriental deveria fazer parte de um Estado palestino porque todos os seus residentes são árabes palestinos e nenhum judeu jamais viveu ali".

FATO

Antes de 1865 toda a população de Jerusalém vivia dentro dos muros da Cidade Velha (o que hoje em dia seria considerado parte do setor oriental).

Mais tarde a cidade passou a se expandir para além dos muros devido ao crescimento populacional, e tanto judeus como árabes passaram a construir novas áreas.

À época da partilha uma próspera comunidade judaica vivia na parte oriental de Jerusalém, uma área que incluía o bairro judeu da Cidade Velha. Essa área também compreende muitos lugares de importância para a religião judaica, como a Cidade de David, o Monte do Templo e o Muro Ocidental. Além disso, instituições importantes como a Universidade Hebraica e o Hospital Hadassa original estão no Monte Scopus, que fica em Jerusalém Oriental.

A única vez em que a parte oriental de Jerusalém foi exclusivamente árabe foi entre 1949 e 1967, e isso porque a Jordânia ocupou a área e expulsou os judeus.

MITO

"A transferência de 20 famílias para a Casa de Misericórdia St. John – no bairro cristão de Jerusalém – é um exemplo da intenção de Israel de retirar não-judeus de suas áreas na cidade".

FATO

Israel sempre respeitou os direitos de liberdade de prática de todas as religiões. A ação de mudança para a Casa de Misericórdia absolutamente não infringiu esses direitos. A construção em questão não era uma igreja ou local sagrado de qualquer espécie. Nem esses judeus nem o governo israelense tinham qualquer intenção de interferir no acesso de cristãos à Igreja do Santo Sepulcro ou a qualquer outro local sagrado na Cidade Velha.

> *"A base da nossa posição continua sendo que Jerusalém jamais deverá voltar a ser uma cidade dividida. Não aprovamos o status quo anterior a 1967; não é agora que defenderemos uma volta a isso".*
>
> **– Presidente George Bush[19]**

O governo israelense foi criticado por seu suposto papel em financiar o arrendamento. O governo mantém um amplo papel em programas de moradia por todo o país. Foi dentro dessa estrutura que foi fornecida assistência financeira à Ateret Cohanim, uma associação privada que é proprietária de muitos edifícios na Cidade Velha.

Os líderes da OLP por trás da intifada expediram uma ordem para matar um empresário armênio que vendeu o edifício às famílias judias.[20]

Um grupo que viu os esforços para explorar essa delicada situação foi a Embaixada Cristã Internacional em Jerusalém: "Assim como há árabes muçul-

manos vivendo no bairro judeu da Cidade Velha, não há por que – se há pessoas em seu bairro que querem alugar suas propriedades a judeus – eles não fixarem residência lá", declarou a embaixada. "Acreditamos que em Israel, assim como em todas as nações democráticas, cristãos, muçulmanos e judeus devem poder morar onde queiram. Negar aos judeus o direito de viver em qualquer parte de Jerusalém é absurdo".[21]

O patriarcado ortodoxo grego foi aos tribunais israelenses para apresentar uma queixa contra a Casa de Misericórdia. O fato de a igreja ter levado o assunto aos tribunais demonstra a crença no sistema de justiça de Israel. Em 1995 houve um acordo pelo qual o arrendamento da construção passou à cidade de Jerusalém.

MITO

"A polícia matou 17 fiéis árabes no Monte do Templo em 1990, num ataque gratuito".

FATO

A razão ostensiva para a rebelião de 8 de outubro de 1990, que levou à mortes de 17 árabes, foi que um grupo de fanáticos judeus conhecido como Fiéis do Monte do Templo estava tentando colocar uma pedra fundamental para a reconstrução do Templo.

O grupo havia recebido uma relutante permissão da polícia para marchar ao redor do Monte do Templo carregando bandeiras israelenses. Entretanto, ao ver uma grande multidão de muçulmanos reunidos no local, a polícia revogou a permissão. Quando estourou a rebelião, os Fiéis do Monte do Templo estavam rezando pacificamente a um quilômetro e meio dali.

Radicais árabes têm ajudado a pavimentar o caminho para a violência. Líderes da Fatah e do Hamas estavam lutando para "mobilizar a insurgência da intifada nos bairros de Jerusalém".[22] Os membros desses grupos se mobilizaram no Monte do Templo após ouvir as convocações dos xeiques para "defender" os locais sagrados do islã.

"Assim que a violência começou", publicou o *Washington Post*, "jovens palestinos atacaram a polícia com uma ferocidade e persistência sem precedentes em Jerusalém ao longo dos três anos da intifada. Fontes árabes dizem que o fervor dos jovens pode estar ligado ao que havia sido uma campanha montada por líderes palestinos de Jerusalém nas últimas semanas para aumentar o nível dos ataques, especialmente contra a polícia".

Em meio à violência constante, os manifestantes atiravam pedras na direção de peregrinos judeus, que estavam recitando tranqüilamente as orações de Sucot diante do Muro Ocidental, abaixo. Jamal Nusseibe, filho do proeminente professor palestino, admitiu que houve gente que trouxe pedras para o Monte do Templo em suas mochilas escolares.[23]

Foram publicados dois relatórios israelenses oficiais com respeito à tragédia. O primeiro foi da Comissão Zamir, indicada pelo governo, que concluiu que uma multidão rebelada lançou pedras e objetos de metal sobre a polícia a curta distância, colocando a vida dos policiais em perigo, levando-os a abrir fogo para se defender. O relatório criticou a polícia israelense por sua atuação no incidente, em particular pela falta de preparo para lidar com uma situação que ela deveria ter previsto que poderia se tornar violenta. É difícil de imaginar qualquer governo árabe publicando um relatório tão duro, com críticas públicas à atuação de sua própria força policial.

Os meios de comunicação publicaram de maneira equivocada que o segundo relatório contradizia as conclusões da Comissão Zamir. A investigação do juiz Ezra Kama confirmou Zamir em pontos-chave. Kama não concluiu que Israel "provocou" a rebelião. Entretanto, seu relatório afirma que "três mil árabes, em sua maioria jovens, atenderam ao chamado (dos pregadores muçulmanos para vir ao Monte do Templo a fim de 'defendê-lo'); que as pedras estavam preparadas de antemão; que os líderes muçulmanos sabiam que não havia permissão para que os Fiéis do Monte do Templo se aproximassem da área, e na verdade eles foram vistos deixando o local uma hora antes do início da rebelião".[24]

MITO

"Os EUA não acreditam que Jerusalém deva ser capital unificada de Israel".

FATO

Apenas dois países têm embaixadas em Jerusalém – Costa Rica e El Salvador. Entre as 180 nações com as quais os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas, Israel é a única cuja capital não é reconhecida pelo governo americano. A embaixada dos EUA, como a maioria das demais, está em Tel-Aviv, a 64 km. Todavia, os Estados Unidos mantêm um consulado em Jerusalém Oriental que atende os palestinos dos territórios e funciona independentemente da embaixada, reportando-se diretamente a Washington. Temos então a anomalia de os diplomatas americanos se recusarem a se reunir com os israelenses em sua capital porque o status de Jerusalém está em negociação, ao mesmo tempo em que mantêm contato com os palestinos na cidade.

Em 1990 o Congresso americano aprovou uma resolução declarando que "Jerusalém é e deve ser mantida como capital do Estado de Israel" e "permanecer como uma cidade indivisível na qual os direitos de todas as etnias e todos os grupos religiosos sejam protegidos". Durante a campanha presidencial de 1992, Bill Clinton afirmou: "Reconheço Jerusalém como uma cidade indivisível e capital eterna de Israel, e acredito no princípio de transferir nossa embaixada para Jerusalém". Como ele nunca reiterou essa

atitude como presidente, a política oficial dos Estados Unidos continua sendo que o status de Jerusalém é uma questão a ser negociada.

Num esforço para mudar essa política, o Congresso aprovou por ampla maioria a Lei da Embaixada de Jerusalém em 1995. Essa lei, considerada um marco, declarava que, por determinação da política oficial dos Estados Unidos, Jerusalém deveria ser reconhecida como a capital indivisível e eterna de Israel e exigia que a embaixada dos EUA em Israel fosse estabelecida em Jerusalém no máximo até maio de 1999. A lei também incluía uma brecha que basicamente facultava ao presidente ignorar a legislação caso considerasse que assim estaria agindo em nome do que fosse melhor aos interesses dos Estados Unidos. O presidente Clinton exerceu essa opção.

Durante a campanha presidencial de 2000, George W. Bush prometeu que, como presidente, "daria início ao processo de transferência do embaixador dos Estados Unidos para a cidade escolhida por Israel como sua capital".[25] Entretanto, em junho de 2001, Bush seguiu o precedente de Clinton e exerceu a opção presidencial para evitar que a embaixada fosse transferida.

Enquanto os críticos dos esforços do Congresso americano para obrigar a administração a reconhecer Jerusalém como capital de Israel insistem que essa medida prejudicaria o processo de paz, os partidários da legislação argumentam que ocorreria justamente o contrário. Eles afirmam que, ao tornar clara a opinião americana de que Jerusalém deve permanecer unificada sob a soberania israelense, as expectativas palestinas irrealistas com respeito à cidade podem se tornar mais moderadas e, desse modo, se ampliar as possibilidades de um acordo final.

MITO

"O Monte do Templo sempre foi um local muçulmano sagrado e o judaísmo não tem qualquer ligação com ele".

FATO

Durante a reunião de cúpula de Camp David em 2000, Yasser Arafat afirmou que jamais houve um templo judaico no Monte do Templo.[26] Um ano depois, Ikrima Sabri, o Mufti de Jerusalém indicado pela Autoridade Palestina, declarou à publicação alemã *Die Welt:* "Não há (sequer) o menor indício da existência de um templo judaico nesse lugar no passado. Em toda a cidade, não há uma só pedra para atestar a história judaica".

Essas opiniões são desmentidas por um livro intitulado *Um Guia Conciso para al-Haram al-Sharif,* publicado pelo Supremo Conselho Muçulmano em 1930. O Conselho, organismo muçulmano máximo de Jerusalém durante o Mandato Britânico, afirmava no guia que o local do Monte do Templo "é um dos mais antigos do mundo. Sua santidade remonta a tempos remotos. Sua identidade com o lugar do Templo de Salomão é inegável.

Segundo a crença universal, esse também é o local onde David ergueu um altar para Deus e realizou oferendas queimadas e de paz".

Numa descrição da área das Cavalariças de Salomão, convertidas em uma nova mesquita por funcionários do Wacf islâmico em 1996, o guia declara: "... pouco se sabe ao certo sobre a história antiga dessa câmara. Provavelmente remonta à construção do Templo de Salomão... Segundo (Flávio) Josefo, foi construída e usada como local de refúgio pelos judeus na época da conquista de Jerusalém por Tito, no ano 70 EC".[27]

Com mais autoridade, o Corão – livro sagrado do islã – descreve a construção do primeiro templo (34:13) e relata a destruição do primeiro e segundo templos (17:7).

A conexão do judaísmo com o Monte do Templo remonta a mais de três mil anos e está enraizada na sua tradição e na sua história. Quando Abraão amarrou seu filho Isaac sobre um altar como sacrifício a Deus, acredita-se que o fez sobre o Monte Moriá, atual Monte do Templo. O local mais sagrado do primeiro templo continha a Arca da Aliança original, e tanto o primeiro como o segundo templos foram os centros da vida religiosa e social judaica até a destruição do último pelos romanos. Após a destruição do segundo templo, o controle do Monte do Templo passou pelas mãos de inúmeros conquistadores poderosos.

O Domo da Rocha foi construído no lugar dos antigos templos durante o primeiro período do domínio muçulmano. Judeus estritamente praticantes não visitam o Monte do Templo por temerem pisar acidentalmente no local mais sagrado do Templo, que guardava a Arca da Aliança original, porque o local exato no Monte é desconhecido. Outros judeus e não-muçulmanos visitam-no com conhecimento pleno e consentimento do Wacf, respeitando horários de orações e modos de se vestir e não oferecendo qualquer ameaça à "profanação" do local.

MITO

"Israel não deve ter permissão para controlar o Monte do Templo porque nega aos muçulmanos o acesso a seus lugares sagrados".

FATO

Israel compartilha o Monte do Templo desde 1967, quando o ministro da Defesa, Moshe Dayan, após reunificar Jerusalém, permitiu que o Wacf, a autoridade islâmica, mantivesse sua autoridade civil sobre o Monte do Templo. O Wacf se encarrega de supervisionar as atividades diárias no lugar. A presença israelense na entrada do Monte do Templo garante o acesso para pessoas de todas as religiões.

As únicas vezes em que Israel impede os muçulmanos de irem ao Monte do Templo são durante períodos de grande tensão, quando a ameaça de violência exige restrições para a entrada na área. Essas medidas, adotadas para

proteger os fiéis de todas as religiões, bem como os santuários da Cidade Velha, geralmente duram um ou dois dias.

MITO

"Os palestinos têm sido cuidadosos na preservação das relíquias arqueológicas do Monte do Templo".

FATO

Embora tenha se recusado a reconhecer a soberania israelense sobre o Monte do Templo, o Wacf cooperou com os inspetores israelenses na condução dos trabalhos no sítio sagrado. Todavia, depois dos acordos de Oslo de 1993, o Wacf, que era controlado pelos jordanianos, foi substituído por representantes que se reportam à Autoridade Palestina. Após as rebeliões que acompanharam a decisão israelense de abrir uma saída a partir do túnel do Muro Ocidental, o Wacf deixou de cooperar com Israel. Em seguida o Wacf passou a impedir os inspetores israelenses de supervisionar os trabalhos no Monte, o que, acredita-se, está causando danos irreparáveis aos restos arqueológicos dos períodos do primeiro e do segundo templos.

Os arqueólogos israelenses vêm denunciando que devido a extensas obras de construção, milhares de toneladas de pedregulhos – que poderiam conter relíquias importantes – têm sido removidos do Monte e descarregados no lixo. Alguns especialistas dizem que mesmo que os artefatos não sejam destruídos, vão ficar inutilizados do ponto de vista arqueológico porque os trabalhadores palestinos da construção, ao extraírem a terra com escavadeiras, acabam misturando achados de diversos períodos.[28]

Diante da situação delicada do Monte do Templo e das tensões entre israelenses e palestinos, por causa de Jerusalém, o governo de Tel-Aviv não tem interferido nas atividades do Wacf. Enquanto isso, a destruição do passado continua.

MITO

"Ao escavar o túnel do Muro Ocidental, Israel ameaçou a integridade do Monte do Templo e da Mesquita de Al-Aksa e foi condenado por isso pelo Conselho de Segurança da ONU".

FATO

A parte mais conhecida do que ainda resta das construções de Herodes no Monte do Templo é a tradicional área de orações judaicas do Muro Ocidental, que permanece exposta acima do nível do solo ao longo de dois mil anos. A conquista da Cidade Velha na Guerra dos Seis Dias ofereceu a oportunidade de exploração ao longo da continuação do Muro Ocidental desde o lado norte da praça de orações. Longas seções do muro sul do Monte do Templo e sua

quina sudoeste ficaram expostas durante a década de 1970, o que forneceu um quadro mais claro das monumentais muralhas de Herodes que rodeavam o Monte do Templo e das grandes áreas planejadas de construção pública no lado externo.

Um túnel permite aos visitantes caminhar por dois mil anos de pedras ao longo de uma das mais antigas trilhas subterrâneas de Jerusalém, que começa na praça do Muro Ocidental e termina na Via Dolorosa. Durante anos Israel manteve a saída fechada para evitar provocar os palestinos, que já se mostravam irritados com a escavação. Isso obrigava os visitantes do túnel a regressar pelo mesmo caminho por onde haviam entrado, algumas vezes tendo que literalmente passar de lado e apertar os que passavam na direção contrária.

Em setembro de 1996, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu decidiu abrir a saída, o que foi feito tarde da noite a fim de reduzir as possibilidades de violência; entretanto, deu a impressão de estar fazendo algo clandestino. Os palestinos (e muçulmanos de toda parte) se rebelaram em reação à ação israelense, pois interpretaram-na como uma violação provocativa dos acordos de paz e parte de uma campanha israelense para arruinar os lugares muçulmanos sagrados.

O Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 1.093 depois que o representante saudita protestou contra Israel pela abertura do túnel "nas vizinhanças da mesquita de Al-Aksa". Na verdade, o túnel é um sítio arqueológico que nada tem a ver com a mesquita. A restauração do túnel do Muro Ocidental foi feita como parte de um esforço continuado por parte de Israel para revelar os principais achados arqueológicos de Jerusalém e incrementar a infra-estrutura do turismo na Cidade Velha.

> *"O movimento sionista inventou que esse era o local do templo de Salomão. Mas tudo isso é uma mentira".*
>
> **– Xeique Raed Salah,** **um líder do movimento islâmico em Israel** [29]

O túnel foi novamente escavado sob supervisão de arqueólogos e engenheiros. Nenhum local arqueológico ou religioso foi afetado por sua construção. O túnel não passa por baixo do Monte do Templo e sua restauração não ameaçou qualquer das construções ou demais estruturas da Cidade Velha. Nenhuma propriedade particular foi expropriada, condenada ou confiscada para a realização desse projeto.

Além disso, a restauração do túnel não violava o Acordo Interino entre Israel e os palestinos, já que restaurações arqueológicas em Jerusalém não são citadas nesse documento.

A polêmica finalmente chegou ao fim e hoje em dia o túnel pode ser visitado pelos turistas. Devido à abertura da saída, os turistas têm fácil acesso à Via

Dolorosa a partir da praça do Muro Ocidental, o que coincidentemente beneficia os comerciantes do bairro muçulmano quando os visitantes saem do túnel.

MITO

"A internacionalização é a melhor solução para resolver as reivindicações conflitantes sobre Jerusalém".

FATO

A aparente impossibilidade de resolução das reivindicações conflitantes quanto a Jerusalém tem levado algumas pessoas a ressuscitar a idéia de internacionalizar a cidade. Ironicamente, essa idéia teve pouco apoio ao longo dos 19 anos em que a Jordânia controlou a Cidade Velha e impediu o acesso de judeus e muçulmanos de Israel a seus locais sagrados.

O fato de Jerusalém ser disputada ou de que é importante para outros povos além dos judeus israelenses não significa que a cidade pertença a outros ou deva ser governada por algum tipo de regime internacional. Não há precedentes para um arranjo desse tipo. O que houve de mais próximo a uma cidade internacional foi a Berlim do pós-guerra, quando as quatro potências compartilharam o controle da cidade. A experiência se mostrou desastrosa.

Mesmo que Israel fosse receptivo a uma idéia desse tipo, será que haveria um grupo internacional passível de confiança para proteger as liberdades que Israel já garante? Com certeza não as Nações Unidas, que não têm demonstrado qualquer compreensão dos interesses israelenses desde a partilha. Israel só pode contar com o apoio dos Estados Unidos e é só no Conselho de Segurança das Nações Unidas que um veto americano pode proteger o país da política danosa de outras nações.

MITO

"Israel tentou incendiar a Mesquita de Al-Aksa em 1969".

FATO

A disposição dos líderes árabes de empregar calúnias na sua propaganda foi demonstrada quando o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, e outros líderes convocaram uma Guerra Santa contra Israel quando um incendiário pôs fogo na mesquita de Al-Aksa em agosto de 1969. O culpado era um turista cristão australiano, Michael Rohan, que confessou o crime. O acusado foi processado e considerado mentalmente desequilibrado.

> *"Eu seria cego para negar a ligação dos judeus com Jerusalém".*
>
> **– Sari Nusseibeh,**
> **representante da Autoridade Palestina em Jerusalém**[30]

Notas

[1] *Encounter* (fevereiro de 1968).

[2] John Oesterreicher e Anne Sinai, eds. *Jerusalem*. New York: John Day, 1974, pág. 1; Agência Central de Estatísticas de Israel; Fundação Jerusalém; Municipalidade de Jerusalém. Os dados de 2000 incluem nove mil sem religião definida.

[3] Leon e Jill Uris. *Jerusalem*. New York: Doubleday and Company, 1981, pág. 13.

[4] Teddy Kolleck. *Jerusalem*. District of Columbia: Washington Institute for Near East Policy, 1990, pág.19-20.

[5] Kollek, pág. 20-24.

[6] Sir Evelyn Shuckburgh. *Descent to Suez; Diaries 1951-56*. Londres, 1986.

[7] *American Journal of International Law* (abril de 1970), pág. 346-347.

[8] *New York Times* (7 de dezembro de 1949).

[9] *Relatório Especial do Conselho de Custódia* (14 de junho de 1950).

[10] Kollek, pág. 15.

[11] Kollek, pág. 16.

[12] Kollek, pág. 15.

[13] Meron Benvenisti. *Jerusalem, The Torn City*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1976, pág. 44, 60-61.

[14] *Catholic Herald of London* (6 de outubro de 1967).

[15] *Near East Report* (2 de abril de 1990).

[16] *Relatório Anual sobre Liberdade Religiosa Internacional 2001*. District of Columbia: Agência para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Departamento de Estado dos EUA, dezembro de 2001.

[17] Kollek, pág. 62.

[18] *New York Times* (12 de março de 1980).

[19] Carta do presidente George Bush ao prefeito de Jerusalém, Teddy Kolleck (20 de março de 1990).

[20] *Reuters (19 de abril de 1990).*

[21] Declaração da Embaixada Cristã Internacional (18 de abril de 1990).

[22] *Washington Post* (14 de outubro de 1991).

[23] *60 Minutes* (2 de dezembro de 1990).

[24] *Jerusalem Post* (17 de agosto de 1991).

[25] Discurso na Conferência de Política da AIPAC (American Israel Public Affairs Committee – Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense) (22 de maio de 2000).

[26] Entrevista con Dennis Ross. *Fox News Sunday* (21 de abril de 2002).

[27] *Jerusalem Post* (26 de janeiro de 2001).

[28] *Jewish Telegraphic Agency* (12 de fevereiro de 2001).

[29] *Jewish Telegraphic Agency* (12 de fevereiro de 2001).

[30] *Jerusalem Post* (12 de novembro de 2001).

20. A Política Americana para o Oriente Médio

MITO

"A criação de Israel foi resultado da pressão americana".

FATO

Quando as Nações Unidas assumiram a questão da Palestina. o presidente Harry Truman afirmou explicitamente que os Estados Unidos não "usariam ameaças ou pressões impróprias de qualquer ordem sobre outras delegações".[1]

Não obstante, alguma pressão houve, e os EUA desempenharam um papel importante na manutenção do apoio à resolução da partilha. Contudo, a influência dos EUA era limitada, o que ficou claro quando nações alinhadas aos Estados Unidos, como Cuba (naquela época) e Grécia votaram contra a partilha, enquanto El Salvador e Honduras se abstiveram.

Muitos membros do Governo Truman eram contra a partilha, entre eles o secretário de Defesa, James Forrestal, que acreditava que o sionismo constituía uma ameaça para os estoques de petróleo americanos e sua posição estratégica na região. O Pentágono temia que os árabes pudessem se alinhar com os soviéticos no caso de serem marginalizados pelo Ocidente. Esses opositores internos fizeram um grande esforço para inverter o apoio dos EUA ao estabelecimento de um Estado judeu.[2]

Se por um lado muito tem sido escrito sobre as táticas dos defensores da partilha, a conduta dos países árabes vem sendo ignorada há tempos. Na verdade, dentro da ONU, eles estavam fortemente engajados numa queda-de-braço com sua própria gente, tentando impedir a partilha.[3]

MITO

"Os EUA ajudaram Israel contra os árabes em 1948 devido a pressões do* lobby *judaico".

FATO

Truman apoiou o movimento sionista porque acreditava que a comunidade internacional tinha a obrigação de cumprir a promessa da Declaração Balfour e porque era o que deveria ser feito humanitariamente a fim de melhorar a situação dos judeus sobreviventes do Holocausto. Ele não acreditava que os direitos dos árabes devessem ser ou fossem conciliados. Pode-se ter uma idéia de sua opinião a partir do seu comentário sobre as negociações quanto às fronteiras do Estado judeu:

> "Toda a região aguarda por desenvolvimento, e se isso fosse feito do modo como desenvolvemos a bacia do Rio Tennessee, ela

> teria condições para acolher entre 20 e 30 milhões de pessoas ou mais. Conforme uma visão construtiva e humanitária, o que deveria ser feito de fato seria abrir a porta para esse futuro, o que também redimiria as promessas feitas à época da Primeira Guerra Mundial.[4]

O povo americano apoiou a política do presidente. Segundo pesquisas de opinião pública, 65% dos americanos apoiava a criação de um Estado judeu. Só no terceiro trimestre de 1947, 62.850 cartões postais, 1.100 cartas e 1.400 telegramas inundaram a Casa Branca, a maioria pedindo ao presidente para exercer a influência americana nas Nações Unidas.[5]

Esse apoio público obteve reflexos no Congresso, onde uma resolução que respaldava a Declaração Balfour fora adotada em 1922. Em 1944 ambos os partidos nacionais pediram a restauração de uma nação judaica e, em 1945, o Congresso adotou uma resolução semelhante.

Em vez de se render às pressões, Truman tendeu a reagir negativamente ao "*lobby* judaico". Ele se queixava constantemente de estar sendo pressionado e chegou a falar em empilhar a propaganda dos judeus e acender um fósforo sobre ela. Numa carta a Claude Pepper, Truman escreveu: "Se não fosse pela interferência injustificada dos sionistas, já teríamos equacionado o problema há um ano e meio".[6] Dificilmente essa seria a atitude de um político demasiadamente preocupado com os votos dos judeus.

MITO

"A maioria dos americanos se opõe a uma relação estreita dos EUA com Israel".

FATO

O apoio a Israel não está restrito à comunidade judaica. Americanos de todas as idades, raças e religiões simpatizam com Israel. Esse apoio tampouco é político-partidário, uma vez que a maioria dos democratas e republicanos tem favorecido Israel de maneira constante e com grande preponderância sobre os árabes.

A melhor indicação da atitude dos americanos quanto a Israel está na resposta à pergunta mais feita sobre o Oriente Médio: "Sobre a situação do Oriente Médio, você simpatiza mais com Israel ou com as nações árabes?" O Instituto Gallup é a organização que conduz a maior parte das pesquisas. O apoio a Israel em suas pesquisas tem se mantido consistentemente ao redor de 50% desde 1967.

Em 63 pesquisas Gallup desde 1967, Israel recebeu o apoio médio de 46% do povo americano contra apenas pouco mais de 12% para os países árabes e os palestinos. Os americanos nutrem uma simpatia um pouco maior pelos palestinos em relação aos países árabes, mas os resultados das pesquisas

que pedem aos entrevistados para escolherem entre Israel e os palestinos não diferem significativamente das demais pesquisas.

Algumas pessoas têm a percepção equivocada de que a simpatia por Israel já foi muito maior, mas a verdade é que antes da Guerra do Golfo houve um pico de 56%, o mesmo alcançado logo após a Guerra dos Seis Dias. Em janeiro de 1991 a simpatia por Israel alcançou um recorde de 64%, segundo o Gallup. Por outro lado, o apoio aos árabes caiu para 8%, com uma diferença recorde de 56 pontos percentuais.

A pesquisa Gallup publicada em junho de 2002 verificou que a simpatia por Israel era de 49% contra apenas 14% em favor dos palestinos, o que excede o apoio médio a Israel, embora ainda esteja abaixo do recorde de 64% de apoio durante a Guerra do Golfo.

A maioria dos entrevistados não acredita que os Estados Unidos devem tomar partido no conflito, mas aqueles que assumem um lado apóiam Israel na proporção de dez contra um (Gallup, abril de 2002). Mais de 75% dos americanos também acredita que a paz entre palestinos e israelenses é algo importante ou muito importante para os Estados Unidos.

As pesquisas também indicam que o público vê Israel como um aliado confiável dos EUA, sentimento que se tornou mais forte durante a crise do Golfo. Por exemplo, uma pesquisa do Instituto Harris Poll de 1991 verificou que 86% dos americanos considera Israel um aliado próximo ou amigável. Esse foi o nível mais alto jamais registrado numa pesquisa desse instituto. Em maio de 2002, uma pesquisa da ADL (Liga Anti-Difamação) verificou que 64% dos americanos concordava que "Israel pode ser considerado um aliado leal".

MITO

"A política dos EUA tem sido sempre hostil aos árabes".

FATO

Os árabes raramente reconhecem o papel dos Estados Unidos em ajudá-los a obter a independência. A atitude do presidente Wilson em favor da autodeterminação de todas as nações e a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial ajudaram a provocar a dissolução do Império Otomano e a estimular o movimento para a independência no mundo árabe.

Os árabes sempre afirmam que a política do Oriente Médio deveria ser imparcial, enquanto o apoio ao inimigo, Israel, coloca-os necessariamente em desvantagem. Por isso, tentam forçar os Estados Unidos a escolher entre eles e Israel. Normalmente os EUA têm se recusado em cair nessa armadilha. O fato de os Estados Unidos manterem uma estreita aliança com Israel ao mesmo tempo em que mantêm boas relações com diversos países árabes comprova que as duas coisas não são incompatíveis.

Há muito que os EUA buscam manter boas relações com os líderes árabes e, em certas épocas, estiveram em alto nível. Na década de 1930, a descoberta de petróleo levou as companhias americanas a estreitar relações com os árabes do Golfo. Na década de 1950, os objetivos estratégicos dos EUA estimularam um esforço para a formação de uma aliança de países árabes pró-Ocidente. Nações como Iraque e Líbia eram amigos dos Estados Unidos antes que alguns líderes radicais se apoderassem de seus respectivos governos. O Egito, que era hostil aos EUA sob o regime de Nasser, com Sadat passou para o campo pró-Ocidente.

Desde a Segunda Guerra Mundial os EUA têm prestado ajuda econômica e militar à região e hoje em dia é o principal parceiro de nações como Jordânia, Arábia Saudita, Marrocos, Egito e os emirados do Golfo. Embora os países árabes culpem os Estados Unidos por suas derrotas nas guerras que eles mesmos iniciaram contra Israel, a verdade é que os Estados Unidos têm dado ou oferecido ajuda para a maioria dos beligerantes em algum momento.

Numa dada ocasião parecia que os EUA haviam perdoado a agressão de um país árabe contra outro. Em 1963, por exemplo, reconheceram o regime fantoche instalado pelos egípcios no Iêmen. Em 1991, enquanto fazia a agressão de Saddam Hussein no Golfo recuar, o governo Bush fechou os olhos quando a Síria completou sua virtual anexação do Líbano.

Enquanto Israel só é capaz de contar com a ajuda dos Estados Unidos, os países árabes sempre puderam contar com uma gama de países ocidentais, bem como com a União Soviética e seus aliados.

MITO

"Os Estados Unidos apóiam Israel de maneira automática desde 1948".

FATO

Os Estados Unidos são o aliado mais próximo de Israel em toda a sua história; contudo, por muitas vezes já atuaram contra as pretensões do Estado judeu. O empenho dos EUA em equilibrar o apoio a Israel com o apaziguamento dos árabes começou em 1948, quando Truman titubeou quanto à partilha e a defender a custódia. Após a invasão de Israel pelos países árabes ao redor, os EUA mantiveram o embargo de armas, o que restringiu fortemente a capacidade dos judeus se defenderem.

> *"As nações aliadas à concorrência plena de nosso governo e de nosso povo concordam que devem ser estabelecidas na Palestina as fundações de uma nação judia".*
>
> **– Woodrow Wilson, presidente dos EUA (3 de março de 1919).**

Desde a guerra de 1948 os Estados Unidos se mostram dispostos a insistir em projetos de reassentamento de refugiados árabes, bem como são relutantes em questionar as violações árabes à Carta da ONU e às suas resoluções. Assim, por exemplo, os árabes tiveram permissão para seguir adiante com o bloqueio do Canal de Suez, boicotar Israel e cometer ações terroristas. Na verdade, os EUA costumam adotar mais atitude contra Israel nas Nações Unidas do que em seu favor e só usou seu poder de veto no Conselho de Segurança para impedir uma resolução contra Israel a partir de 1972.

Talvez o exemplo mais dramático de como a política americana pode divergir da israelense ocorreu durante a Guerra de Suez, quando o presidente Eisenhower assumiu uma dura atitude contra Grã-Bretanha, França e Israel. Após a guerra, a pressão americana forçou Israel a se retirar do território que havia conquistado. David Ben-Gurion confiou em garantias americanas dúbias, que lançaram as sementes de conflito de 1967.

Presidentes americanos adotaram ações contra Israel em diversas outras ocasiões. Em 1981, por exemplo, Ronald Reagan suspendeu um acordo de cooperação estratégica após Israel anexar as Colinas de Golã. Em outra ocasião, suspendeu a entrega de aviões de combate devido à sua insatisfação com a incursão israelense no Líbano.

Em 1991, o presidente Bush concedeu uma entrevista pedindo mais tempo para avaliar um pedido israelense de garantias de empréstimo com fins de ajudar a absorver judeus soviéticos e etíopes por discordar da política israelense de assentamentos. Ao apostar o seu prestígio nesse atraso, Bush usou uma linguagem destemperada que inflamou os ânimos e fez com que a comunidade judaica temesse por um afloramento do anti-semitismo.

Embora seja quase sempre descrito como o presidente mais pró-Israel da história, Bill Clinton também foi muitas vezes um crítico de Israel. O Governo George W. Bush tampouco hesitou em criticar Israel por ações que considerava contrárias aos interesses americanos, mas em geral é mais reservado em suas declarações públicas.

MITO

"Os EUA sempre forneceram armas para garantir a superioridade militar de Israel sobre os árabes".

FATO

Antes de 1962, os Estados Unidos proporcionaram apenas uma quantidade limitada de armas a Israel, inclusive munição e fuzis sem recuo (coice). Naquele ano, o presidente Kennedy só vendeu mísseis antiaéreos Hawk depois que a União Soviética forneceu bombardeiros de longo alcance ao Egito.

Em 1965, os EUA se converteram no principal fornecedor de armas para Israel. Isso ocorreu em parte devido ao fato de a Alemanha Ocidental, cedendo às pressões dos árabes, ter suspendido a venda de tanques ao Estado judeu. Todavia, durante quase todo o Governo Johnson a venda de armas a Israel foi equivalente a transferências do mesmo porte para os árabes. Assim, a primeira venda de tanques americanos para Israel, em 1965, foi compensada por uma venda semelhante à Jordânia.[7]

Os EUA só passaram a fornecer aviões para Israel a partir de 1966. Daí em diante, foram estabelecidos acordos secretos para fornecer os mesmos aviões ao Marrocos e à Líbia e foi vendido equipamento militar adicional para Líbano, Arábia Saudita e Tunísia.[8]

Assim como em 1948, os Estados Unidos impuseram um embargo de armas a Israel durante a Guerra dos Seis Dias, ao mesmo tempo em que os árabes continuaram a receber armas soviéticas. A atitude israelense foi ainda mais afetada pela decisão francesa de embargar a transferência de armas ao Estado judeu, encerrando efetivamente seu papel como o outro único principal fornecedor de armas para Israel.

Só quando ficou evidente que Israel não tinha outras fontes de fornecimento de armas, ao mesmo tempo em que a União Soviética não tinha interesse em limitar suas vendas para a região, é que o presidente Johnson concordou em vender aviões Phantom, que deram ao Estado judeu sua primeira vantagem qualitativa. "De agora em diante nos tornaremos o principal fornecedor de armas para Israel", afirmou o secretário assistente de Defesa, Paul Warnke, ao embaixador israelense Yitzhak Rabin, "e nos comprometeremos ainda mais intimamente com a situação de segurança de Israel e mais diretamente com a dos Estados Unidos".[9]

Daí em diante, os EUA passaram a seguir uma política graças à qual a vantagem qualitativa de Israel foi mantida. Contudo, também continuaram comprometidos em armar as nações árabes, fornecendo mísseis sofisticados, tanques e aviões a Jordânia, Marrocos, Egito, Arábia Saudita e países do Golfo. Assim, quando Israel recebeu caças F-15 em 1978, a Arábia Saudita também os recebeu (e o Egito recebeu caças F-5E). Em 1981 a Arábia Saudita recebeu pela primeira vez um sistema de armamentos que lhe deu uma vantagem qualitativa em relação a Israel: os aviões-radar AWAC.

Atualmente Israel compra equipamentos americanos de ponta, porém muitos países árabes também recebem alguns dos melhores tanques, aviões e mísseis dos EUA. A margem de vantagem qualitativa, embora permaneça intacta, sem dúvida é estreita.

MITO

"A ajuda dos EUA ao Oriente Médio é sempre unilateral, com os árabes recebendo praticamente nada".

FATO

Após a vitória de Israel em sua Guerra de Independência, os EUA responderam a um apelo por auxílio econômico para ajudar a absorver imigrantes ao aprovar um empréstimo de US$ 135 milhões pelo Banco de Importação e Exportação e pela venda de bens excedentes. Tanto nos primeiros anos do Estado de Israel como hoje em dia, o auxílio americano é visto como um meio de promoção da paz.

Em 1951, o Congresso americano aprovou uma ajuda para Israel enfrentar os encargos econômicos impostos pela chegada maciça de refugiados judeus provenientes dos campos de refugiados na Europa e dos guetos dos países árabes. Os árabes então se queixaram que os EUA os estava negligenciando, embora na época não tivessem qualquer interesse no auxílio americano ou necessidade disso. A Síria recusou ofertas de ajuda dos EUA em 1951. Iraque e Arábia Saudita, países ricos em petróleo, não precisavam da assistência econômica americana, e a Jordânia era colônia britânica até a década de 1950. Depois de 1957, quando os Estados Unidos se responsabilizaram por manter a Jordânia e retomaram o auxílio econômico ao Egito, a assistência aos países árabes disparou. Os Estados Unidos também eram de longe os maiores contribuintes da ajuda aos palestinos por meio da UNRWA (Agência de Auxílio e Trabalho das Nações Unidas), status que se mantém até os dias de hoje.

Desde a Segunda Guerra Mundial, Israel tem recebido mais ajuda direta dos Estados Unidos do que qualquer outro país, mas os montantes recebidos na primeira metade desse período foram relativamente pequenos. Entre 1949 e 1973, os EUA auxiliaram Israel com uma média de US$ 122 milhões ao ano, num total de US$ 3,1 bilhões (na verdade, mais de US$ 1 bilhão desse montante foram empréstimos para equipamento militar entre 1971 e 1973). Antes de 1971, Israel recebeu apenas US$ 227 milhões em ajuda militar, tudo na forma de empréstimos ou vendas a crédito. O volume de ajuda econômica a Israel também veio na forma de empréstimos. Em contrapartida, os países árabes receberam quase o triplo antes de 1971: US$ 4, 4 bilhões, ou US$ 170 milhões ao ano. Além disso, diferentemente de Israel, que recebe praticamente toda a sua ajuda dos Estados Unidos, as nações árabes vêm recebendo assistência de Ásia, Europa Oriental, União Soviética e Comunidade Européia.

"Nossa sociedade é iluminada pelas reflexões espirituais dos profetas hebreus. Estados Unidos e Israel têm em comum o amor pela liberdade humana e a convicção pela forma democrática de vida".

– Lyndon Johnson, presidente dos EUA, em discurso à Bnai Brith (10 de setembro de 1968).

Israel só passou a receber grandes valores em assistência a partir de 1974, após a guerra de 1973 e os montantes aumentaram drasticamente depois dos acordos de Camp David. Israel recebeu desde 1949 mais de US$ 90 bilhões em ajuda. Apesar de ser um número impressionante, tem sido erodido pela inflação.

Os países árabes que assinaram acordos com Israel também têm sido recompensados. Desde a assinatura do tratado de paz com Israel, o Egito tem sido o segundo beneficiado pela ajuda externa americana (US$ 2 bilhões em 2002; Israel recebeu US$ 2,8 bilhões). A Jordânia também tem sido beneficiária de altos níveis de ajuda desde que assinou um tratado com Israel (passando de menos de US$ 40 milhões para mais de US$ 225 milhões). Além disso, também foram perdoadas dívidas multibilionárias dessas duas nações árabes com os Estados Unidos.

Após os acordos de Oslo, os Estados Unidos também passaram a fornecer fundos aos palestinos. Atualmente, eles recebem US$ 80 milhões em ajuda humanitária por meio da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). A ajuda não é feita diretamente à Autoridade Palestina porque esta é vista como corrupta. O presidente Bush advertiu especialmente os palestinos que deveriam trocar seus líderes e aceitar reformas a fim de obter assistência futura. "Posso lhes garantir", declarou Bush, "que injetaremos dinheiro numa sociedade corrupta e sem transparência".[10]

MITO

"Os EUA sempre emprestam bilhões de dólares a Israel a fundo perdido".

FATO

As doações econômicas dos EUA a Israel terminaram em 1959. Desde então, até 1985, o auxílio consistiu principalmente de empréstimos e bens excedentes, que Israel respectivamente pagou e comprou. Israel passou a comprar armas dos Estados Unidos em 1962, mas só recebeu doações de ajuda militar após a Guerra do Yom Kippur, em 1973. Em conseqüência disso, o país endividou-se seriamente para financiar seu desenvolvimento econômico e a aquisição de armas. Naquele ano, a decisão de converter o auxílio militar em doação foi baseada na opinião majoritária do Congresso americano de

que, sem um Israel forte, a guerra no Oriente Médio seria mais provável; nesse caso, os EUA teriam que fazer frente a gastos diretos mais altos.

> *"É minha responsabilidade (em primeiro lugar) fazer com que a nossa política para Israel esteja integrada à nossa política no mundo inteiro; segundo, meu desejo é ajudar a construir na Palestina um país democrático, forte, próspero, livre e independente. Este deve ser suficientemente grande, livre e forte para tornar seu povo auto-suficiente e seguro".*
>
> **– Harry S. Truman, presidente dos EUA, em discurso de campanha no Madison Square Garden (28 de outubro de 1948).**

Por vários anos a maior parte da ajuda econômica a Israel foi destinada a quitar dívidas antigas. Em 1984, a legislação de ajuda externa incluiu a Emenda Cranston (inspirada no nome do senador que a propôs), que dizia que os EUA dariam a Israel uma assistência econômica "não menor do que" o montante que Israel deve aos Estados Unidos em serviços anuais de pagamento da dívida.

MITO

"Israel continua pedindo ajuda econômica mesmo sendo um país rico".

FATO

Desde o ano fiscal de 1987, somadas todas as doações, Israel recebeu por ano US$ 1,2 bilhão em ajuda econômica e US$ 1,8 bilhão em ajuda militar. Em 1998 Israel se ofereceu a reduzir voluntariamente reduzir sua dependência da economia americana. Conforme um acordo firmado com o governo Clinton e o Congresso americano, o pacote de ajuda econômica de US$ 1,2 bilhão será reduzido em US$ 120 milhões a cada ano, até deixar de existir em dez anos.

Metade daquilo que deixará de ser gasto em assistência econômica (US$60 milhões) será acrescentado ao pacote de ajuda militar a Israel, em reconhecimento às suas necessidades de segurança crescentes. Em 2001 Israel recebeu US$ 840 milhões em ajuda econômica e US$ 1,98 bilhão em ajuda militar. Em 2002 a ajuda econômica foi reduzida para US$ 720 milhões e a militar foi orçada em US$ 2,04 bilhões.

Israel fez essa oferta porque já não tem a mesma necessidade de assistência de outrora. Atualmente as bases da economia israelense são fortes; não obstante, o país permanece preso a dívidas antigas com os EUA que, diferente-

mente das da Jordânia e do Egito, não foram perdoadas. Além disso, Israel ainda pode fazer uso da ajuda americana. O país ainda tem um grande ônus financeiro com a absorção de dezenas de milhares de imigrantes da ex-União Soviética, um alto nível de desemprego e um número alarmante de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. A situação ficou ainda mais exacerbada devido à violência dos últimos anos, que tem devastado a indústria do turismo e todos os setores de serviços afins da economia. Mais do que isso, as concessões feitas nas negociações de paz têm exigido o desmonte de bases militares e a perda de recursos valiosos que necessitam de reposição.

MITO

"Israel se vangloria de ser a quarta nação mais forte do mundo e, por isso, não precisa da assistência militar americana".

FATO

Israel só tem tratados de paz com dois de seus vizinhos e permanece tecnicamente em guerra com o restante do mundo árabe/islâmico; e muitos países, sobretudo Iraque e Irã, são abertamente hostis. Dadas as ameaças potenciais, a manutenção de uma defesa forte por parte de Israel continua sendo uma necessidade. Israel é um país poderoso. Contudo, como indica o quadro de equilíbrio de armas (ver quadros), o país permanece inferior aos inimigos em número de homens e armamentos e, portanto, precisa confiar em sua vantagem qualitativa como garantia de que pode derrotar seus inimigos, o que só pode ser garantido com a compra constante dos armamentos mais modernos. Entretanto, tanques, mísseis e aviões novos são caros e Israel não pode bancar suas necessidades sozinho. Portanto, a ajuda americana constante é vital à sua segurança. Além disso, os inimigos de Israel têm muitos fornecedores, enquanto Israel depende quase que inteiramente dos Estados Unidos para manter sua estrutura.

MITO

"A indústria americana financia a ajuda militar a Israel".

FATO

Ao contrário da crença popular, não é verdade que os Estados Unidos simplesmente assinam cheques de bilhões de dólares e os entregam para Israel gastar como quiser. Apenas por volta de 26% (US$ 555 milhões de US$ 2,1 bilhões em 2003) do que Israel recebe em Financiamento Militar Estrangeiro (FMF – Foreign Military Financing) pode ser gasto na aquisição de equipamento militar. Os 74% remanescentes são gastos nos Estados Unidos, gerando lucros e empregos. Por meio desse programa, mais de mil companhias em 47 estados, além dos distritos de Colúmbia e Porto Rico, assinaram contratos de bilhões de dólares nos últimos anos, conforme tabela ao lado:

Valores dos pedidos de Financiamento Militar Estrangeiro por Estado[10]

Alabama	US$ 15.010.584	Minnesota	US$ 10.886.633
Arkansas	US$ 496.212	Missouri	US$ 1.927.615
Arizona	US$ 23.053.020	Mississippi	US$ 2.571.630
Califórnia	US$ 155.969.600	Montana	US$ 30.350
Carolina do Norte	US$ 38.944.632	Nebraska	US$ 3.654
Carolina do Sul	US$ 4.598.444	Nevada	US$ 1.043.287
Colorado	US$ 33.864.588	New Hampshire	US$ 17.254.145
Connecticut	US$ 510.697.156	Nova Jersey	US$ 52.750.873
Dakota do Sul	US$ 4.893.179	Nova York	US$ 110.854.412
Delaware	US$ 367.011	Novo México	US$ 55.554
Distrito de Colúmbia	US$ 3.609.508	Ohio	US$ 42.646.748
Flórida	US$ 94.222.258	Oklahoma	US$ 132.572
Geórgia	US$ 158.911.735	Oregon	US$ 5.512.292
Iowa	US$ 4.830	Pensilvânia	US$ 11.478.193
Idaho	US$ 151.977	Rhode Island	US$ 841.354
Illinois	US$ 57.492.657	Tennessee	US$ 7.752.077
Indiana	US$ 46.200.627	Texas	US$ 62.854.229
Kansas	US$ 91.328	Utah	US$ 257.378
Kentucky	US$ 1.539.095	Virgínia	US$ 28.575.976
Louisiana	US$ 145.824	Vermont	US$ 2.062.222
Massachusetts	US$ 25.080.078	Washington	US$ 3.844.029
Maryland	US$ 62.805.516	Wisconsin	US$ 6.407.070
Maine	US$ 33.201.400	West Virginia	US$ 73.746
Michigan	US$ 67.447.234	Wyoming	US$ 14.500

MITO

"As garantias de empréstimo dos EUA proporcionam a Israel bilhões de dólares dos contribuintes americanos, usados na construção de assentamentos para judeus russos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza".

FATO

Desde 1989 um milhão de judeus imigraram para Israel. A maioria, 80%, tem saído da ex-União Soviética. Israel precisa provê-los com alimento, moradia, emprego e capacitação. A tarefa ainda é mais desafiadora quando

se trata da absorção de judeus de países não-desenvolvidos como a Etiópia, quando é comum ter que ensinar tudo, desde usar a descarga até sacar dinheiro. Israel tem investido bilhões de dólares para fazer frente a estes desafios. Além disso, a comunidade judaica americana contribui com centenas de milhões de dólares por meio de diversas instituições filantrópicas.

A tarefa é tão desalentadora que Israel pediu ajuda aos Estados Unidos. Para ser ter uma idéia de perspectiva desse desafio, deve-se levar em conta que os Estados Unidos – um país de 250 milhões de habitantes e com um PIB multitrilionário – recebe 125 mil refugiados por ano. Só em 1990, 185 mil judeus imigraram para Israel.

Os Estados Unidos lideraram o Mundo Livre na ajuda para garantir a liberdade dos judeus soviéticos. O Congresso americano destinou fundos para ajudar no reassentamento de judeus soviéticos desde 1972. A partir de 1992 foram destinados US$ 80 milhões para esse propósito.

Depois que a União Soviética abriu suas fronteiras, o gotejamento de imigrantes se converteu em inundação e subiu vertiginosamente de pouco menos de 13 mil em 1989 para mais de 185 mil pessoas em 1990. Israel então solicitou um tipo diferente de ajuda. Os Estados Unidos atenderam em 1990 com a aprovação de US$ 400 milhões e garantias de empréstimos para ajudar Israel a abrigar os recém-chegados.

Garantias não são doações – nem um centavo dos fundos do governo americano é transferido para Israel. Os Estados Unidos são simplesmente consignatários dos empréstimos, o que faz com que os bancos confiem em emprestar dinheiro a Israel em condições mais favoráveis: taxas de juros mais baixas e períodos de devolução mais longos – até 30 anos em vez de cinco a sete. Essas garantias de empréstimo não afetam programas ou garantias internas dos EUA. Mais do que isso, não causam qualquer impacto aos contribuintes americanos, a menos que Israel deixasse de pagar seus empréstimos, algo que jamais aconteceu. Além do mais, grande parte do dinheiro que Israel pede emprestado é gasto nos Estados Unidos para a compra de bens americanos.

Quando ficou evidente que o fluxo de refugiados era ainda maior do que se pensava e que dezenas de milhares continuavam a chegar todos os meses, Israel percebeu que necessitava de mais ajuda e pediu mais US$ 10 bilhões em garantias aos Estados Unidos.

Em 1992, o Congresso americano autorizou o presidente a fornecer garantias de empréstimo a Israel como resultado do extraordinário esforço humanitário do país de reassentar e absorver imigrantes. Essas garantias foram dadas na forma de incrementos anuais de US$ 2 bilhões por cinco anos. Enquanto não havia custo para o governo americano, Israel pagou aos EUA parcelas anuais que alcançavam algumas centenas de milhões de dólares para cobrir custos administrativos e outros.

Segundo as normas vigentes, nenhuma ajuda externa a Israel pode ser usada além das fronteiras pré-1967. Mais do que isso, para sublinhar sua insatisfação com a política de assentamentos de Israel, o presidente foi autorizado a reduzir as garantias anuais de empréstimo no mesmo montante do valor estimado das atividades israelenses na Cisjordânia e Faixa de Gaza do ano anterior.

Assim, o Departamento de Estado determinou que Israel gastasse pouco menos de US$ 1,4 bilhão em assentamentos entre 1993 e 1996. Entretanto, o presidente estava autorizado a rescindir deduções quando os fundos colocados à disposição de Israel fossem em favor dos interesses da segurança dos Estados Unidos. O presidente Clinton usou essa opção nos últimos três anos do programa, de modo que a redução real no montante de garantias dado a Israel foi de US$ 773,8 milhões.

A verba destinada aos assentamentos tampouco tinha que ver com os novos imigrantes, porque nenhum deles foi obrigado a viver nos territórios. De fato, apenas uma porcentagem mínima optou por fazê-lo. A programa de garantia de empréstimos dos EUA foi de um sucesso retumbante em todos os sentidos. Israel usou os fundos emprestados fundamentalmente para aumentar o montante de divisas disponível ao setor empresarial do país, bem como para apoiar projetos de infra-estrutura, como estradas, pontes, redes de saneamento básico e de distribuição elétrica. As garantias também ajudaram Israel a fornecer moradia e emprego a virtualmente todos os novos imigrantes.

MITO

"Jamais se acreditou que Israel tivesse qualquer valor estratégico para os Estados Unidos".

FATO

Em 1952, o general Omar Bradley, chefe do Estado-Maior Conjunto, acreditava que o Ocidente precisava de 19 divisões para defender o Oriente Médio, das quais Israel poderia fornecer duas. Para 1955 ele também contava com apenas três países para fornecer ao Ocidente apoio aéreo em defesa do Oriente Médio: Grã-Bretanha, Turquia e Israel. A análise de Bradley foi rejeitada porque o escalão político decidiu que era mais importante para os Estados Unidos trabalhar com o Egito e, mais adiante, com o Iraque. Temia-se que a integração das forças israelenses à estratégia ocidental marginalizasse os árabes.[11]

A vitória esmagadora de Israel sobre as forças de coalizão árabes em 1967 fez com que essa atitude fosse revista. No ano seguinte os Estados Unidos venderam aviões sofisticados (jatos Phantom) a Israel pela primeira vez. Washington mudou sua política em relação ao Oriente Médio de buscar um equilíbrio de forças e passou a garantir que Israel desfrutasse de uma vantagem qualitativa sobre seus inimigos.

Israel atestou seu valor em 1970 quando os Estados Unidos pediram sua ajuda para respaldar o regime do rei Hussein. A disposição israelense de ajudar Amã e o movimento de tropas até a fronteira jordaniana persuadiram a Síria a retirar os tanques enviados à Jordânia em apoio às forças da OLP que desafiaram o rei durante o Setembro Negro.[12]

Estava claro, no início da década de 1970, que nenhum país árabe poderia ou iria contribuir com a defesa do Ocidente no Oriente Médio. O Pacto de Bagdá já há muito expirara e os regimes aliados dos Estados Unidos eram fracos se comparados às forças anti-Ocidente no Egito, na Síria e no Iraque. Mesmo após a reorientação do Egito depois de assinar seu tratado de paz com Israel, os Estados Unidos não puderam contar com qualquer governo com fins de assistência militar.

O Governo Carter passou a implementar uma forma de cooperação estratégica (cuja denominação não era essa) para tornar Israel apta a vender equipamento militar para os Estados Unidos. A disposição na integração de Israel em esforços militares conjuntos concentrados era vista pelo presidente Carter como uma maneira de recompensar o país por sua "boa conduta" nas conversações de paz com o Egito.

Embora ainda houvesse alguma relutância em formalizar esse relacionamento, a cooperação estratégica se converteu num foco importante da relação EUA-Israel quando Ronald Reagan chegou ao poder. Antes de sua eleição, Reagan havia escrito: "Só pelo pleno reconhecimento do papel crítico que o Estado de Israel desempenha em nossos cálculos estratégicos é que poderemos construir as bases para nos opor aos planos de Moscou sobre territórios e recursos vitais à nossa segurança e ao bem-estar nacional".[13]

A atitude de Reagan culminou com a assinatura, em 30 de novembro de 1981, de um memorando de entendimento sobre "cooperação estratégica". Em 29 de novembro de 1983 foi assinado um acordo criando o Grupo Conjunto Político-Militar (JPMG – *Joint Political-Military Group*) e outro para supervisionar a assistência em matéria de segurança, o Grupo Conjunto de Planejamento de Assistência em Segurança (JSAP – *Joint Security Assistance Planning Group*).

O JPMG foi desenvolvido originalmente para discutir os meios de se contrapor à ameaça apresentada pelo crescente envolvimento soviético no Oriente Médio. Entretanto, o grupo tem enfatizado mais as preocupações bilaterais sobre a proliferação de armas químicas e mísseis balísticos.

O JSAP foi criado como resposta à crise econômica israelense em meados da década de 1980. Esse organismo binacional se reúne anualmente em Washington com o objetivo de examinar pedidos israelenses, presentes e futuros, de aquisição de equipamento militar, bem como para formular planos de alocação dos créditos das vendas militares externas dos EUA à luz de avaliações correntes e das possibilidades orçamentárias dos Estados Unidos.

Em 1987, o Congresso americano designou Israel como um grande aliado fora da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Israel foi formalmente considerado um aliado, o que permitiu que suas indústrias competissem em pé de igualdade com as de países da Otan e de outros aliados dos EUA por contratos de produção de um número significativo de itens de defesa.

> *"Desde o renascimento do Estado de Israel tem havido um vínculo férreo entre aquela democracia e esta".*
>
> **– Presidente Ronald Reagan, em discurso para a *Bnai Brith*, 3 de setembro de 1980.**

Em abril de 1988, o presidente Reagan assinou outro memorando de entendimento que integrava todos os acordos anteriores, institucionalizando o relacionamento estratégico.

No fim do governo Reagan, os EUA haviam colocado equipamentos militares em Israel, faziam regularmente exercícios de treinamento conjuntos, iniciaram o desenvolvimento conjunto do míssil balístico antitático Arrow e estavam envolvidos numa gama de outros programas de cooperação militar.

A cooperação estratégica entre EUA e Israel continua a evoluir desde então. Hoje em dia esses laços estratégicos estão mais fortes do que nunca. Israel agora é um aliado de fato dos Estados Unidos.

MITO

"Os israelenses podem viver confortavelmente graças ao apoio americano e não vêem razão para reformar seu sistema econômico".

FATO

Os israelenses estão entre os que mais pagam impostos no mundo, com descontos de Imposto de Renda que alcançam até 50% – isso num país onde o ganho médio por habitante é de US$18 mil ao ano.

Durante anos os israelenses viram o seu padrão de vida declinar, em grande parte devido aos gastos extraordinários do governo com a defesa que comprometeram entre 20% e 25% do orçamento. A situação tem melhorado nos últimos anos em boa parte graças ao processo de paz, de modo que os gastos com a defesa foram reduzidos a 16% do orçamento.

Quando Israel entregou os campos petrolíferos que desenvolvera no Sinai como parte do acordo de paz com o Egito, sacrificou a oportunidade de se tornar um país auto-suficiente em energia. Em conseqüência disso, sua economia sofre com as oscilações do preço do petróleo.

Mais recentemente, com o influxo de centenas de milhares de imigrantes da ex-União Soviética e da Etiópia, os israelenses vêm aceitando voluntariamente sacrifícios ainda maiores para facilitar a absorção dos recém-chegados.

Há muito que os israelenses reconhecem a necessidade de reformar dramaticamente a sua economia. Em 1985 Israel implementou um programa de estabilização com um conjunto de características principais: grande corte nos subsídios para produtos e serviços básicos; forte desvalorização da moeda corrente, seguida de taxa de câmbio estável em relação ao dólar; controle de salários e preços e interrupção da indexação de salários e poupança à inflação; e uma política monetária para controlar o aumento do crédito por meio do aumento das taxas de juros.

O *New York Times* descreveu mais tarde os sacrifícios do povo israelense e a mensagem do programa de estabilização como "Todos dão um passo para trás – juntos".[14]

O programa de estabilização de Israel funcionou como um "pequeno milagre". A inflação caiu fortemente de um patamar de três dígitos para zero em 2000. Estabilizou-se a taxa de câmbio do shekel (a moeda israelense), as reservas em divisas foram recuperadas, aumentaram as exportações e o déficit orçamentário foi reduzido.

Hoje em dia Israel está se esforçando para ir além da estabilização por meio da implementação das mudanças estruturais necessárias ao crescimento econômico sustentado. O governo continua a cortar subsídios em alimentos e serviços públicos, até mesmo em saúde pública e educação, além de remover o controle sobre os preços, reformar a estrutura tributária e passar a privatizar companhias estatais. Embora esses sejam passos traumáticos, os israelenses reconhecem a necessidade de medidas assim tão difíceis.

Israel vem acolhendo os EUA como um parceiro participativo e tem demonstrado ser um dos poucos beneficiários da ajuda externa americana que responde positivamente às recomendações para fazer reformas importantes em sua economia.

MITO

"Israel adota medidas protecionistas que criam barreiras ao comércio americano".

FATO

Israel é um dos mercados mais abertos aos produtos americanos. Grande parte do crescimento no comércio entre EUA e Israel é resultado do Acordo de Livre Comércio (FTA – Free Trade Agreement) de 1985. O FTA oferece aos produtos americanos a oportunidade de competir em igualdade de condições com produtos europeus, que também têm livre acesso ao mercado doméstico

israelense. Esse foi o primeiro acordo do tipo a ser assinado entre os Estados Unidos e qualquer outro país.

Desde a assinatura do FTA, as exportações dos Estados Unidos para Israel já aumentaram em 234%, enquanto o volume de intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 317%, alcançando algo próximo a US$ 20 bilhões. Esse crescimento vem resultando em mais vendas e lucros para os exportadores americanos.

MITO

"A contratação de Jonathan Pollard para espionar nos EUA comprova que Israel age contra os interesses americanos".

FATO

Em novembro de 1985, o FBI prendeu Jonathan Pollard, um analista da inteligência da Marinha dos EUA, sob acusação de vender informação confidencial para Israel. Em seguida Pollard foi condenado à prisão perpétua. Sua mulher, Anne, recebeu cinco anos de prisão por colaborar com o marido. Imediatamente após a prisão de Pollard, Israel desculpou-se e explicou que a operação não havia sido autorizada. "É política de Israel se abster de qualquer atividade de inteligência relacionada aos Estados Unidos", declarou um membro do governo, "em vista de uma estreita e especial relação de amizade" entre os dois países. O primeiro-ministro Shimon Peres declarou: "Espionar os Estados Unidos está em total contradição com a nossa política".[15]

Estados Unidos e Israel trabalharam em conjunto para investigar o caso Pollard. O inquérito israelense revelou que ele não estava trabalhando para a inteligência militar israelense ou para o Mossad (serviço secreto), mas para uma pequena unidade de inteligência científica independente. Foi Pollard quem iniciou o contato com os israelenses.

Um subcomitê do Comitê de Defesa e Assuntos Externos do Knesset sobre Serviços de Inteligência e Segurança concluiu: "Sem dúvida alguma... os escalões operacionais (ou seja, a Unidade de Ligação Científica chefiada por Rafael Eitan) decidiram recrutar e usar Pollard sem qualquer verificação ou consulta ao escalão político e tampouco receberam qualquer aprovação direta ou indireta". O comitê do Knesset censurou o governo por não ter monitorado a unidade científica da maneira adequada.

Conforme havia prometido ao governo americano, a unidade de espionagem que usou Pollard foi desmantelada, seus diretores punidos e os documentos roubados devolvidos.[16]

O último ponto foi decisivo para o caso do Departamento de Justiça dos EUA contra Pollard. Pollard negou que espionava "contra" os Estados Unidos. Ele afirmou que forneceu informações que considerava vitais à segurança de

Israel e que estavam sendo retidas pelo Pentágono. Isso incluía dados sobre carregamentos de armas soviéticas para a Síria, armas químicas iraquianas e sírias, o projeto paquistanês da bomba atômica e os sistemas líbios de defesa aérea.[17]

Pollard foi condenado por espionagem. Sua sentença à prisão perpétua foi a mais severa jamais imposta por espionagem de um aliado, bem como muito maior do que a condenação comum por espionagem para a União Soviética e outros inimigos dos Estados Unidos.[18]

Embora a princípio Israel tenha se esquivado, o Governo Benjamin Netanyahu admitiu que Pollard trabalhara para a inteligência israelense e recebera cidadania israelense. Netanyahu pediu clemência para Pollard durante as conversações de paz para o Oriente Médio em Wye Plantation, Maryland, em 1998. Desde então, membros do governo israelense têm feito apelos em favor de Pollard.

Os partidários de Pollard nos Estados Unidos também solicitam de tempos em tempos para que ele seja perdoado. Alega-se que o presidente Clinton considerou a possibilidade de perdoá-lo, mas funcionários da agência de inteligência e defesa foram radicalmente contra a idéia. No fim do governo Clinton, o assunto voltou à tona novamente e o senador Richard Shelby (Republicano–Alabama), presidente do Comitê Seleto sobre Inteligência, ao lado da maioria dos senadores, argumentou contra o perdão. "O senhor Pollard é um espião condenado que colocou nossa segurança nacional em risco e a vida dos funcionários do nosso serviço de inteligência em perigo", afirmou Shelby. "Não há maneira enérgica o suficiente para expressar minha crença de que o senhor Pollard deve cumprir cada minuto de sua sentença...".[19]

Em novembro de 2003, um juiz federal rejeitou os pedidos em favor de Pollard para que fosse revista a sua sentença de prisão perpétua e que se relessem documentos governamentais confidenciais que, segundo Pollard, provariam que sua espionagem não era assim tão danosa quanto denunciaram seus perseguidores. O juiz afirmou que Pollard esperara demais – mais de uma década após a imputação da pena – para se contrapor à sua sentença e considerou que seus advogados não ofereceram uma justificativa convincente para que os documentos confidenciais dos serviços de inteligência fossem abertos.[20]

MITO

"Israel enganou os EUA quando vendeu armas ao Irã em troca de reféns e ajudou a desviar verbas para os Contras".

FATO

De acordo com o Relatório dos Comitês de Investigação do Congresso para o Caso Irã-Contras, publicado em novembro de 1987, a venda de armas

americanas para o Irã por meio de Israel teve início no verão de 1985, após receber a aprovação do presidente Reagan. O relatório mostra que o envolvimento de Israel foi estimulado por ofertas distintas, em 1985, do negociador de armas iraniano Manucher Ghorbanifar e do consultor Michael Ledeen, do Conselho de Segurança Nacional (NSC – National Security Council), que trabalhava para o Conselheiro de Segurança Nacional Robert McFarlane. Quando Ledeen pediu auxílio ao primeiro-ministro Shimon Peres, o líder israelense concordou em vender armas ao Irã em benefício dos EUA, desde que a venda contasse com a aprovação americana em alto-nível.[21]

O relatório conta que, antes de participar, os israelenses exigiram "um consentimento claro, expresso e coeso do governo dos Estados Unidos". McFarlane contou ao comitê do Congresso que recebeu a aprovação do presidente Reagan em julho de 1985. Em agosto Reagan novamente autorizou verbalmente a primeira venda de armamentos ao Irã, apesar das objeções do secretário de Defesa, Caspar Weinberger, e do secretário de Estado, George Shultz.[22] Devido a esse acordo, o reverendo Benjamin Weir, mantido cativo no Líbano por 16 meses, foi libertado.

Quando foi proposto um carregamento de mísseis Hawk em novembro daquele ano, o então ministro da Defesa israelense, Yitzhak Rabin, voltou a exigir uma aprovação específica dos Estados Unidos. Segundo McFarlane, o presidente concordou.

Em dezembro de 1985, o presidente decidiu que as vendas futuras aos iranianos seriam feitas diretamente pelos Estados Unidos. Segundo o relatório dos comitês, o assessor do Conselho de Segurança Nacional tenente-coronel Oliver North usou pela primeira vez o dinheiro da operação com o Irã para sustentar a resistência nicaragüense em novembro de 1985. Contudo, mais tarde se verificou que o desvio de fundos para os Contras lhe fora proposto por Ghorbanifar durante um encontro em janeiro de 1986.

O bilionário negociador saudita de petróleo e armamentos Adnan Khashoggi afirmou em entrevista para a rede de televisão americana ABC em 11 de dezembro de 1986 que adiantara US$1 milhão para ajudar a financiar o primeiro carregamento de armas do escândalo Irã-Contras e acrescentara US$4 milhões para o segundo carregamento. Segundo o comitê especial de investigação presidido pelo ex-senador John Tower, um dirigente estrangeiro (supostamente o rei Fahd, da Arábia Saudita) doou de US$ 1 milhão a US$2 milhões de julho de 1984 a abril de 1985 para cobrir o financiamento aos Contras. A Arábia Saudita negou que prestara auxílio aos rebeldes nicaragüenses, mas o *New York Times* publicou que a contribuição pode ter feito parte de um acordo secreto, em 1981, entre Riad e Washington "para grupos de resistência anticomunistas próximos aos sofisticados aviões-radar americanos Awacs, segundo funcionários dos Estados Unidos e outros cientes do acordo".[23]

O Comitê do Congresso Bicameral (composto pela Câmara e pelo Senado) elogiou o governo israelense por fornecer uma cronologia detalhada dos eventos com base em documentos e entrevistas relevantes com participantes-chave dessa operação. Esse relatório também corroborou a conclusão da Comissão Tower: "Aqueles que decidem nos Estados Unidos tomaram suas próprias decisões e devem arcar com a responsabilidade pelas conseqüências".[24]

MITO

"A dependência americana do petróleo árabe vem decrescendo".

FATO

Em 1973, o embargo do petróleo árabe significou um importante golpe para a economia dos Estados Unidos. Combinado aos aumentos seguidos dos preços da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e a uma crescente dependência americana do petróleo estrangeiro, isso provocou a recessão do início da década de 1970.

O petróleo estrangeiro respondia por 35% da demanda total dos EUA em 1973. Em 2001 a porcentagem subiu para 53%, com a Opep respondendo por 45% das importações americanas. Arábia Saudita, que ocupava o terceiro lugar, Iraque, o sexto, e Kuwait, o décimo segundo, estavam entre os 20 maiores fornecedores de petróleo e derivados aos Estados Unidos. Só os países do Golfo Pérsico respondem por 29% das importações de petróleo americanas.[25]

A dependência crescente do petróleo importado também tem tornado a economia americana ainda mais vulnerável às oscilações nos preços, assim como ocorreu em 1979, 1981, 1982, 1990 e 2000. Os aumentos no preço do petróleo também permitiram que os produtores árabes gerassem rendas enormes à custa dos consumidores americanos. Os lucros provenientes subsidiam grandes compras de armamentos e programas de armamentos não-convencionais como o do Iraque.

A dependência americana do petróleo árabe ocasionalmente traz à tona o fantasma de uma nova tentativa de chantagear os Estados Unidos para que abandonem seu apoio a Israel. Em abril de 2002, por exemplo, o Iraque suspendeu os embarques de petróleo por um mês em protesto à operação israelense de expulsar terroristas da Cisjordânia. Nenhum outro produtor árabe seguiu o exemplo. A ação iraquiana teve pouco impacto sobre o mercado de petróleo e nenhum efeito político.

A boa notícia para os Estados Unidos é que três dos quatro principais fornecedores de petróleo para o país hoje em dia – Canadá, Venezuela e México – são mais confiáveis e melhores aliados do que os países do Golfo Pérsico.

MITO

"As grandes companhias petrolíferas americanas nunca tomam partido no conflito árabe-israelense".

FATO

O presidente Anuar Sadat, do Egito, persuadiu o falecido rei saudita Faisal a ameaçar reter o petróleo para o Ocidente a fim de explorar politicamente a dependência crescente de petróleo árabe por parte do mundo ocidental industrializado. A tática funcionou: em seguida, as principais companhias petrolíferas americanas respaldaram publicamente a causa árabe e, nos bastidores, passaram a trabalhar para enfraquecer o apoio dos EUA a Israel.[26]

Conforme um relatório de 1974 do subcomitê de Relações Exteriores do Senado para Corporações Multinacionais, o consórcio Aramco – formado por Exxon, Mobil, Texaco e Socal – tentou bloquear a ponte-aérea de emergência EUA-Israel durante a guerra de 1973. As companhias também cooperaram estreitamente com a Arábia Saudita ao negar petróleo e combustível à Marinha dos EUA.[27]

Em outras ocasiões, as principais empresas petrolíferas defenderam as atitudes dos países árabes, em particular da Arábia Saudita. Formaram um *lobby* vigoroso no Congresso americano em favor da venda dos aviões F-15 em 1978 e Awacs em 1981. Em conjunto com agentes estrangeiros sauditas, recrutaram muitas outras empresas americanas poderosas para o *lobby* em favor dos sauditas.[28]

A Arábia Saudita tem um *lobby* poderoso nos Estados Unidos porque centenas das maiores corporações do país fazem negócios bilionários com o Reino. "E cada uma dessas corporações", destacou Hoag Levins, "tinha centenas de intermediários e vendedores que dependiam igualmente da simpatia dos líderes muçulmanos cujos países agora representam, coletivamente, o mercado de produto único mais rico do mundo".[29]

Os sauditas atacam com freqüência aquilo que chamam de a influência excessiva dos partidários de Israel nos Estados Unidos, mas o jornalista investigativo Steve Emerson revira essa atitude de pernas para o ar. Após destrinchar muitas das conexões entre a Arábia Saudita e empresas americanas, universidades, lobistas e ex-altos membros do governo americano, ele concluiu:

> "A amplitude e o alcance do impacto dos petrodólares estão além de qualquer reparação legal. Com tantas corporações, instituições e indivíduos sedentos por – e recebendo – dinheiro proveniente do petróleo, a influência dos petrodólares é onipresente na sociedade americana. O resultado disso é o aparecimento de um apoio amplo e espontâneo de instituições americanas – das universidades ao Congresso – às políticas da Arábia Saudita e

demais produtores de petróleo árabes. A proliferação de tratos bem amarrados tem feito com que interesses particulares se confundam com interesses nacionais. Jamais houve antes na história dos Estados Unidos uma potência econômica estrangeira tão bem-sucedida como a Arábia Saudita em alcançar e cultivar partidários poderosos por todo o país. Os sauditas descobriram essa fraqueza americana muito peculiar, o amor ao dinheiro, e a conexão com os petrodólares espalhou-se por todos os Estados Unidos.[30]

MITO

"EUA e Israel nada têm em comum".

FATO

A relação entre EUA e Israel está baseada nos pilares gêmeos de valores compartilhados e interesses mútuos. Dada essa comunhão de interesses e crenças, não deve surpreender que o apoio a Israel seja um dos valores de política externa mais pronunciados e consistentes do povo americano.

Embora Israel esteja localizado geograficamente numa região relativamente não-desenvolvida e mais próxima do Terceiro Mundo do que do Ocidente, o país emergiu em menos de meio século como uma nação desenvolvida com as características da sociedade ocidental. Isso pode ser atribuído em parte ao fato de uma grande porcentagem da população ser proveniente da Europa e da América do Norte, trazendo consigo as normas políticas e culturais do Ocidente, e parcialmente em função da herança judaico-cristã em comum.

Ao mesmo tempo Israel é uma sociedade multicultural com pessoas procedentes de mais de cem nações. Hoje em dia quase metade de todos os israelenses são judeus orientais cujas origens remontam às antigas comunidades judaicas dos países islâmicos da África do Norte e Oriente Médio.

Embora vivam numa região caracterizada por autocracias, os israelenses estão comprometidos com a democracia de maneira tão apaixonada quanto os americanos. Todos os cidadãos de Israel, independentemente de raça, religião ou sexo, têm igualdade garantida perante a lei e plenos direitos democráticos. As liberdades de expressão, associação e imprensa estão incorporadas nas leis e nas tradições do país. O Judiciário independente de Israel sustenta esses direitos com vigor.

O sistema político é diferente do americano – Israel é uma democracia parlamentar –; não obstante, está baseada em eleições livres e com partidos divergentes. Embora não tenha uma constituição formal, há leis básicas que estabelecem garantias legais semelhantes.

Há muito tempo que os americanos vêem os israelenses com admiração, ao menos em parte por se reconhecerem no espírito de pioneirismo e de luta

pela independência. Assim como os Estados Unidos, Israel também é uma nação de imigrantes. Apesar do fardo de gastar 20% do orçamento em defesa, tem mantido uma taxa de crescimento econômico extraordinária pela maior parte da sua história, bem como obtendo êxito em conseguir trabalho para a maioria dos novos imigrantes. Assim como nos Estados Unidos, em Israel os imigrantes buscam construir uma vida melhor para eles e seus filhos. Alguns vieram de sociedades relativamente não-desenvolvidas, como Etiópia ou Iêmen, e chegaram virtualmente sem bens, educação ou capacitação e tornaram-se contribuintes produtivos para a sociedade israelense.

Os israelenses também compartilham com os americanos a paixão pela educação e estão entre os povos com o nível mais alto de formação educacional do mundo.

Desde o início Israel teve uma economia mista que combina capitalismo com socialismo, a exemplo do modelo britânico. As dificuldades econômicas que o país já viveu – em boa parte após a Guerra do Yom Kippur em 1973, devido ao aumento dos preços do petróleo e à necessidade de gastar uma parcela desproporcional do seu PIB em defesa – têm levado a um movimento gradual em direção a um sistema de livre-mercado análogo ao dos Estados Unidos, que tem sido um parceiro nesse avanço.

Na década de 1980 a atenção se concentrou cada vez mais num dos pilares da relação: os interesses compartilhados, devido às ameaças à região e porque os meios de cooperação estratégica são conseguidos mais facilmente por meio de iniciativas legislativas. Apesar do fim da Guerra Fria, Israel continua desempenhando um papel nos esforços conjuntos para proteger os interesses dos EUA, o que inclui uma cooperação estreita na guerra contra o terror. A cooperação estratégica tem progredido a ponto de existir agora uma aliança de fato. A marca que distingue essa relação é consistência e confiança: os Estados Unidos sabem que podem contar com Israel.

Embora seja mais difícil planejar programas que capitalizem os valores compartilhados entre as duas nações do que seus interesses na área de segurança, esses programas existem. Na verdade, estas Iniciativas de Valores Compartilhados cobrem uma gama extensa de áreas tais como meio ambiente, energia, espaço, educação, segurança ocupacional e saúde. Perto de 400 instituições americanas em 47 estados, mais o Distrito de Colúmbia e Porto Rico, recebem fundos provenientes de programas binacionais com Israel. Relações pouco conhecidas como o Acordo de Livre Comércio, o Programa de Cooperação em Pesquisa de Desenvolvimento, o Programa de Cooperação Regional para o Oriente Médio e diversos memorandos de entendimento com virtualmente todas as agências governamentais dos Estados Unidos demonstram a profundidade dessa relação singular.

Provavelmente ainda mais importantes são os extensos laços entre Israel e cada um dos 50 estados dos EUA, além do Distrito de Colúmbia.

MITO

"Os terroristas atacaram o World Trade Center e o Pentágono no 11 de setembro por causa do apoio dos EUA a Israel".

FATO

Os ataques hediondos contra os Estados Unidos foram cometidos por muçulmanos fanáticos que tinham um conjunto de motivações para esse e outros ataques terroristas. Eles têm uma interpretação pervertida do islã e acreditam que devem atacar infiéis, em particular americanos e judeus, que não compartilham de suas crenças. Opõem-se à cultura ocidental e à democracia, bem como são contra qualquer presença dos EUA em nações muçulmanas. Ele se irritam particularmente com a existência de bases militares americanas na Arábia Saudita e em outras regiões do Golfo Pérsico. Isso seria assim mesmo sem a política americana com relação ao conflito israelense-palestino. Todavia, o fato de os Estados Unidos serem aliados de Israel é uma justificativa a mais para seu fanatismo.

Ataques anteriores a alvos americanos, como ao navio USS Cole e às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia foram perpetrados por terroristas suicidas cuja fúria contra os Estados Unidos tinha pouco ou nada a ver com Israel.

> *"Osama bin Laden fez suas explosões e depois passou a falar sobre os palestinos. Ele jamais havia falado deles antes".*
>
> **– Presidente egípcio Hosni Mubarak**[31]

Osama bin Laden declarou que estava atuando em favor dos palestinos e que a sua ira contra os Estados Unidos formou-se devido ao apoio americano a Israel. Essa era uma invenção pela da qual bin Laden pretendia claramente atrair o apoio do público árabe e justificar seus atos terroristas. O fato é que a antipatia de bin Laden com relação aos Estados Unidos jamais esteve relacionada ao conflito árabe-israelense. Embora muitos árabes tenham sido enganados pelo esforço explícito de bin Laden em arrastar Israel para sua guerra, Abd Al-Hamid Al-Ansari, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Qatar, foi crítico: "Em sua hipocrisia, muitos dos intelectuais (árabes) vincularam o 11 de setembro ao problema palestino – o que contradiz inteiramente sete anos de literatura sobre a Al-Qaeda, que jamais teve qualquer ligação com a Palestina".[32]

O próprio Yasser Arafat declarou ao *Sunday Times* de Londres que bin Laden deveria parar de se esconder por trás da causa palestina. Bin Laden "nunca nos ajudou, ele estava atuando numa área completamente diferente e contra os nossos interesses", afirmou Arafat.[33]

Embora a agenda da Al-Qaeda não inclua a causa palestina, a organização passou a ter um papel mais ativo no terror contra alvos israelenses, a começar pelo atentado a bomba em 28 de novembro de 2002 a um hotel de propriedade de um israelense no Quênia, que matou três israelenses e 11 quenianos, e uma tentativa de derrubar um avião israelense com um míssil quando partia do Quênia no mesmo dia.[34]

MITO

"O seqüestro de quatro aviões no 11 de setembro de 2001 foi um ato de terror sem precedentes".

FATO

A dimensão do massacre e da destruição do 11 de setembro certamente não tem precedentes, assim como o uso de aviões civis como bombas. Todavia, os seqüestros coordenados não foram novidade. Em 6 de setembro de 1970 membros da Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP) seqüestraram três aviões (Swissair, TWA e Pan Am) com mais de 400 passageiros em vôos para Nova York. Houve a intenção de capturar um quarto avião, um vôo da companhia aérea israelense El Al, mas os agentes da segurança israelense frustraram o seqüestro em pleno ar e mataram um dos dois terroristas quando tentavam invadir a cabine de comando. No dia 9, um avião da BOAC (empresa britânica de aviação comercial) também foi seqüestrado pela PFLP.[35]

As Nações Unidas não condenaram os seqüestros. Uma resolução do Conselho de Segurança expressou tão somente uma grave preocupação e nem levou o assunto a votação.

Em vez de lançar seus aviões contra edifícios, os terroristas pousaram-nos em aeroportos (três na Jordânia e um no Egito). Os quatro aviões seqüestrados foram explodidos em terra – após a retirada dos passageiros – em 12 de setembro. Mais de três dúzias de americanos estavam entre os passageiros que foram mantidos como reféns na Jordânia enquanto os terroristas tentavam chantagear os governos ocidentais e Israel para trocá-los por terroristas palestinos presos. Em 14 de setembro, após libertarem 55 reféns, os terroristas declararam que todos os americanos seriam tratados como israelenses. Criou-se um tenso impasse. Finalmente, sete terroristas foram soltos por Grã-Bretanha, Alemanha e Suíça em troca dos reféns.[36]

Após os seqüestros, membros do Congresso americano, chocados, pediram uma ação imediata e enérgica por parte dos Estados Unidos e da comunidade internacional. Eles insistiram numa adoção rápida de medidas voltadas para o impedimento da pirataria aérea, punição dos seus perpetradores e atribuição de responsabilidade às nações que lhes dessem guarida.[37] Após 31 anos, virtualmente nada foi feito.

A FPLP como organização e alguns dos responsáveis por esses seqüestros estão sãos e salvos, mantidos por Síria, Autoridade Palestina e outros. Na verdade, Leila Khaled, que tentou seqüestrar o avião da El Al, estava para entrar nos territórios para participar dos encontros do Conselho Nacional Palestino em 1996, mas ainda se recusava a renunciar ao terrorismo. Hoje em dia imagina-se que esteja vivendo em Amã.

"A única e maior 'causa' do extremismo e do terrorismo islâmicos não é Israel, nem a política americana no Iraque, mas os próprios governos que agora pretendem apoiar os Estados Unidos ao mesmo tempo em que aconselham (os EUA) a pressionar Ariel Sharon e descartar Saddam Hussein. O Egito é o maior exemplo. Seu regime autocrático, estabelecido há meio século sob a bandeira do nacionalismo e do socialismo árabes, está politicamente exaurido e moralmente falido. O senhor Mubarak, que só conteve os extremistas islâmicos mediante torturas e massacres, não tem um programa político moderno nem uma visão de progresso para oferecer ao seu povo como alternativa à vitimologia muçulmana de Osama bin Laden. Aqueles egípcios que tentam promover um programa dessa ordem... são encarcerados injustamente. Por outro lado, o senhor Mubarak faz autopromoção à custa de US$ 2 bilhões ao ano em ajuda americana, ao mesmo tempo em que permite e até mesmo estimula que líderes religiosos e a mídia controlados pelo Estado promovam a propaganda antiocidental, antimoderna e antijudaica dos extremistas islâmicos. A polícia serve aos seus interesses ao desviar a atenção da frustração popular com a falta de liberdade política ou desenvolvimento econômico no Egito. Isso também explica por que tantos recrutados de Osama bin Laden são egípcios".

– *Washington Post*, editorial[38]

MITO

"Grupos como Hezbolá, Jihad Islâmica, Hamas e FPLP deveriam ficar fora da guerra dos EUA contra o terrorismo porque são combatentes pela liberdade".

FATO

Quando os Estados Unidos declararam guerra aos terroristas e às nações que lhes deram guarida logo após o 11 de setembro, os países árabes e seus simpatizantes argumentaram que muitas das organizações que se envolviam em ações violentas contra americanos e israelenses não deveriam ser convertidas em alvos da nova guerra americana porque eram "combatentes pela liberdade",

e não terroristas. Isso vem sendo repetido pelos próprios terroristas, que afirmam que suas ações são formas legítimas de resistência à ocupação israelense.

Esse argumento está profundamente equivocado. Primeiro, os inimigos de Israel racionalizam qualquer ataque como legítimo devido aos pecados reais e imaginados cometidos pelos judeus desde o início do século XX. Conseqüentemente, o bloco árabe e seus aliados nas Nações Unidas têm tido êxito em bloquear toda condenação a ataques terroristas contra Israel e, em vez disso, em geral defendem resoluções criticando as retaliações de Israel.

Segundo, em nenhum outro lugar do mundo o assassinato de homens, mulheres e crianças inocentes é considerado uma "forma legítima de resistência". A longa lista de crimes hediondos inclui franco-atiradores que atiram em bebês, homens-bomba que se explodem em pizzarias e discotecas, seqüestradores que capturam e matam reféns e indivíduos que se infiltram para assassinar atletas olímpicos.

Hezbolá, Jihad Islâmica, Hamas, FPLP e uma série de outras organizações, em sua maioria palestinas, dedicam-se a essas atividades há décadas e raramente são condenadas ou levadas à Justiça. Todas podem ser classificadas como grupos terroristas segundo a própria definição do governo americano: "Terrorismo é o uso ilegal de força ou violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou qualquer outro segmento desta, com o propósito de alcançar objetivos políticos ou sociais".[39] Por isso devem ser alvo dos esforços dos EUA para cortar suas fontes econômicas, destituir seus líderes e levá-los à Justiça.

> *"Não se pode dizer que há bons e maus terroristas".*
>
> **– Condoleezza Rice,**
> **assessora de segurança nacional dos EUA.**[40]

No caso dos grupos palestinos não há mistério sobre quem são seus líderes, de onde vêm suas receitas e quais nações os protegem. Organizações beneficentes americanas têm sido associadas ao apoio econômico de alguns desses grupos e Arábia Saudita, Síria, Líbano, Iraque, Irã e Autoridade Palestina protegem e/ou lhes dão apoio financeiro e logístico.

MITO

"O Mossad, serviço secreto de Israel, bombardeou o World Trade Center a fim de provocar o ódio americano contra os árabes."

FATO

O ministro da Defesa sírio, Mustafá Tlas, disse a uma delegação da Grã-Bretanha que Israel era responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001

contra os Estados Unidos, afirmando que o Mossad advertiu milhares de trabalhadores judeus para que não fossem trabalhar aquele dia no World Trade Center. Ele foi o dirigente árabe de mais alto escalão a expressar publicamente uma visão que foi sabidamente espalhada pelo mundo árabe: que os ataques eram parte de uma conspiração judaica para provocar uma retaliação dos EUA contra os árabes e voltar a opinião pública americana contra os muçulmanos. Uma pesquisa publicada no jornal libanês *An Nahar,* por exemplo, apurou que 31% dos entrevistados acreditavam que Israel era responsável pelos seqüestros, enquanto apenas 27% culpavam Osama bin Laden. Uma pesquisa da revista americana *Newsweek* descobriu que um grande número de egípcios acreditava que os judeus eram responsáveis pelos atentados ao World Trade Center.[41]

Essa teoria conspiratória também circula por entre os líderes muçulmanos americanos. O imã Mohamed Asi, do Centro Islâmico de Washington, afirmou que dirigentes do governo israelense decidiram lançar o ataque depois que os Estados Unidos rejeitaram seu pedido para acabar com a intifada palestina. "Se não estivermos em segurança, tampouco vocês estarão", seria o pensamento israelense após a negativa dos Estados Unidos, segundo Asi.[42]

Nenhuma autoridade americana sugeriu nem se produziu qualquer evidência que indicasse que algum israelense ou judeu teria tido algum papel nos ataques terroristas. Essas teorias conspiratórias são um completo absurdo e refletem como muita gente no mundo árabe está predisposta a aceitar fabricações anti-semitas e a mitologia do poder judaico; podem também refletir uma recusa a acreditar que muçulmanos poderiam ser responsáveis por tais atrocidades e uma esperança de que poderiam colocar a culpa nos judeus.

> *"... Existem responsabilidades que têm a ver com o representante do povo palestino. Essas vêm a ser estar certo de que se faz tudo o que estiver ao seu alcance para diminuir o nível de violência, remover os terroristas e prendê-los, assegurar que a situação da segurança nos territórios palestinos – a Área A, por exemplo – faça com que o terror não floresça. Essas são responsabilidades que pedimos para o presidente Arafat adotar com seriedade. Não achamos que já foi feito o suficiente a esse respeito. .Vocês não podem nos ajudar com a Al-Qaeda e apoiar o Hezbolá ou o Hamas. Isso é inaceitável".*
>
> **– Condoleezza Rice,**
> **assessora de segurança nacional dos EUA.**[43]

MITO

"Mohamad Ata, um dos terroristas que destruíram o World Trade Center, explodiu um ônibus em Israel em 1986. Naquela época, Israel prendeu, julgou, condenou e encarcerou Ata, mas foi persuadido pelos EUA a libertá-lo como parte do acordo de paz de Oslo".

FATO

A internet é uma inovação maravilhosa, mas uma das suas características problemáticas é que permite que falsos rumores se espalhem rapidamente ao redor do mundo. A história de que Ata, sabidamente um dos mentores por trás dos atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, teria sido solto de uma prisão israelense em resposta à pressão americana e então premiado os EUA com um vôo de encontro ao World Trade Center é um desses rumores mentirosos que ganham vida própria. A origem desse boato não está clara e a resposta é lenta ao chegar, mas agora se sabe que aparentemente deriva de uma confusão com outra pessoa de nome semelhante.

Em 1990 os Estados Unidos extraditaram o palestino Mahmoud Abed Ata para ser julgado por um ataque com arma de fogo, em abril de 1986, contra um ônibus israelense em Samaria, matando o motorista. Abed Ata foi ligado ao grupo terrorista de Abu Nidal e fugiu para a Venezuela após o assassinato, mas foi deportado para os Estados Unidos. Ele também obteve cidadania americana e travou uma batalha judicial de três anos para evitar a extradição, mas perdeu e foi deportado para Israel em 2 de novembro de 1990. Abed Ata foi finalmente libertado depois que a Suprema Corte determinou que havia falhas no processo de extradição. Hoje em dia seu destino é desconhecido.

O terrorista suspeito do atentado de 11 de setembro, Muhamad Ata, era egípcio e nada tem a ver com Abed Ata.[44]

MITO

"As universidades americanas deveriam boicotar empresas que fazem negócios com Israel a fim de forçar o fim da ocupação e da violação dos direitos humanos".

FATO

A palavra "paz" não aparece nas petições de boicote, deixando claro que a intenção não é solucionar o conflito, mas deslegitimizar Israel. Seus defensores culpam Israel pela inexistência de paz e exigem que faça concessões unilaterais sem exigir nada dos palestinos, nem mesmo o fim do terrorismo. Aqueles que defendem o boicote também ignoram os esforços de Israel durante o processo de paz de Oslo, bem como nas reuniões de cúpula com o presidente Clinton, cujos objetivos de alcançar compromissos históricos com os palestinos poderiam ter levado à criação de um Estado palestino.

A campanha de boicote contra a África do Sul foi dirigida especificamente às empresas que usavam as leis racistas do país em seu favor. Em Israel essas leis racistas inexistem; mais do que isso, as empresas que fazem negócios ali assumem os mesmos critérios de igualdade de direitos trabalhistas aplicados nos Estados Unidos.

O presidente da Universidade de Harvard, Lawrence Summers, considerou esses esforços boicote anti-semita. "Opiniões profundamente anti-Israel estão recebendo apoio crescente em comunidades intelectuais progressistas", afirmou Summers. "Pessoas sérias e eruditas estão defendendo e agindo de maneira anti-semita em seus efeitos, se não em suas intenções".[45]

A paz no Oriente Médio só virá a partir de negociações diretas entre as partes, depois que os países árabes reconhecerem o direito de Israel à existência e os palestinos e outros árabes deixarem de apoiar o terror. As universidades americanas não podem ajudar mediante campanhas de boicote equivocadas que acusam Israel injustamente de ser a fonte do conflito na região. Os proponentes do boicote esperam manchar Israel associando-o à África do Sul do *apartheid,* uma comparação ofensiva que ignora o fato de que todos os cidadãos israelenses são iguais perante a lei.

MITO

"Aqueles que defendem Israel tentam silenciar os críticos rotulando-os de anti-semitas".

FATO

Criticar Israel não faz de alguém necessariamente um anti-semita. O fator determinante é a intenção do comentarista. Críticos legítimos aceitam o direito de Israel à existência, enquanto os anti-semitas não. Estes usam dois pesos e duas medidas na crítica a Israel. Por exemplo, negam-lhe o direito de lutar por suas reivindicações legítimas enquanto estimulam os palestinos a fazê-lo. Os anti-semitas negam a Israel o direito de autodefesa e ignoram as vítimas entre os judeus, ao mesmo tempo em que culpam o país por perseguir seus assassinos.

Os anti-semitas raramente ou nunca fazem declarações positivas sobre Israel. Eles descrevem os israelenses com termos pejorativos e com um discurso de ódio, sugerindo, por exemplo, que eles são "racistas" ou "nazistas".[46]

Não existe qualquer campanha para evitar que as pessoas expressem opiniões negativas a respeito da política israelense. De fato, os críticos mais mordazes de Israel são os próprios israelenses, que todos os dias usam sua liberdade de expressão para manifestar suas preocupações. Uma leitura em qualquer jornal diário israelense revelará um grande número de artigos que questionam as decisões políticas de um determinado governo. Em contrapartida, os anti-semitas não compartilham do desejo dos israelenses de tornar a sua sociedade melhor; seu objetivo é negar a legitimidade do país a curto-prazo e destruí-lo a longo prazo. Não há nada que Israel possa fazer para satisfazer esses críticos.

Notas

[1] *Relações Exteriores dos Estados Unidos 1947*. District of Columbia: GPO, 1948, pág.1.173-4, 1.198-9, 1.248, 1.284.

[2] Mitchell Bard. *The Water's Edge and Beyond*. New Jersey: Transaction Publishers, 1991, pág. 132.

[3] *Relações Exteriores dos Estados Unidos 1947*, pág. 1.313.

[4] Harry Truman. *Years of Trial and Hope*, vol. 2. New York: Doubleday, 1956, pág.156.

[5] John Snetsinger. *Truman: The Jewish Vote and the Creation of Israel*. California: Hoover Institution Press, 1974, pág. 9-10; David Schoenbaum. *The United States and the Birth of Israel*, *Wiener Library Bulletin* (1978), pág.144n.

[6] Peter Grose. *Israel in the Mind of America*. New York: Alfred A. Knopf, 1983, pág.217; Michael Cohen. *Truman, The Holocaust and the Establishment of the State of Israel*, Jerusalem Quarterly (primavera de 1982), pág.85.

[7] Memorando de conversação sobre os diálogos Harriman-Eshkol (25 de fevereiro de 1965); memorando de conversação entre o embaixador Avraham Harman e W. Averill Harriman, embaixador viajante (15 de março de 1965), LBJ Library; Yitzhak Rabin. *The Rabin Memoirs*. Massachusetts: Little Brown and Company, 1979, pág. 65-66.

[8] Robert Trice. *Domestic Political Interest and American Policy in the Middle East: Pro-Israel, Pro-Arab and Corporate Non-Governmental Actors and the Making of American Policy, 1966-1971*. Dissertação de doutorado inédita, Universidade de Wisconsin-Madison, 1974, pág. 226-230.

[9] Memorando de conversação entre Yitzhak Rabin et al e Paul Warnke et al. (4 de novembro de 1968), LBJ Library.

[10] *Jerusalem Post* (27 de junho de 2002).

[11] Dore Gold. *America, The Gulf and Israel*. Colorado: Westview Press, 1988, pág. 84.

[12] Discurso de Yitzhak Rabin na conferência "Estratégia e Defesa no Mediterrâneo Oriental", promovida pelo Washington Institute for Near East Policy and Israel Military Correspondents Association, Jerusalém (9 a 11 de julho de 1986).

[13] Ronald Reagan. *Recognizing the Israeli Asset*, *Washington Post* (15 de agosto de 1979).

[14] *New York Times* (9 de agosto de 1987).

[15] Wolf Blitzer. *Territory of Lies*. New York: Harper & Row, 1989, pág. 201.

[16] *New York Times* (2 e 21 de dezembro de 1985).

[17] Blitzer, pág. 166-71.

[18] Alan Dershowitz. *Chutzpah*. Massachusetts: Little Brown & Co., 1991, pág. 289-312.

[19] *Washington Post* (23 de dezembro de 2000).

[20] *Washington Post* (14 de novembro de 2003).

[21] Boa parte dessa informação foi verificada por intermédio da revelação de fitas com conversas envolvendo figuras-chave do escândalo, *Nightline* (2 de outubro de 1991).

[22] *Relatório dos Comitês de Investigação do Congresso para o Caso Irã-Contras*. District of Columbia: GPO, 1987, pág. 164-176.

[23] *New York Times* (4 de fevereiro de 1987).

[24] *The Tower Comission Report*. New York: Bantam Boooks and Time Books, 1987, pág. 84.

[25] Energy Information Administration (http://www.eia.doe.gov/).

[26] *Al-Musawwar* (19 de janeiro de 1990).

[27] Steven Emerson. *The Aramco Connection, The New Republic (*19 de maio de 1982), pág. 11-16; Russell Howe e Sarah Trott. *The Power Peddlers.* New York: Doubleday,1977, pág. 342-343; Liga Anti-Difamação. *The US-Saudi Relationship.* New York: ADL, 1980, pág. 6.

[28] Steven Emerson. *The American House of Saud.* New York: Franklin Watts, 1985, pág. 36-37; Steven Spiegel. *The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East Policy from Truman to Reagan.* Illinois: University of Chicago Press, 1985, pág. 258-59; Anthony Sampson. *The Seven Sisters.* New York: Viking Press, 1975, pág. 248-50; Hoag Evins. *Arab Reach: the Secret War Against Israel.* New York: Doubleday, 1983, pág. 51.

[29] Steven Emerson. *The Petrodollar Connection*, *The New Republic* (17 de fevereiro de 1982), pág. 18-25; Emerson (85), pág. 177-213.

[30] *Levins, pág.19.*

[31] Emerson (85), pág. 413.

[32] *Newsweek* (29 de outubro de 2001).

[33] *Al-Raya* (Qatar) (6 de janeiro de 2002).

[34] Henry Kissinger. *The White House Years* (Massachusetts: Little Brown & Co., 1979, pág. 600-617.

[35] *Washington Post* (16 de dezembro de 2002).

[36] *CNN* (3 de dezembro de 2002).

[37] *Guardian Unlimited* (1 de janeiro de 2001).

[38] *Near East Report* (16 de setembro de 1970).

[39] *Washington Post*, editorial (11 de outubro de 2001).

[40] *Jerusalem Post* (17 de outubro de 2001).

[41] *Washington Post* (13 de setembro de 2001).

[42] *Jerusalem Post* (9 de novembro de 2001).

[43] *Jerusalem Post* (19 de outubro de 2001); pesquisa da *Newsweek* mencionada em *Protocols*, The New Republic Online (30 de outubro de 2001).

[44] Jewish Telegraphic Agency (2 de novembro de 2001).

[45] *Jerusalem Post* (8 de novembro de 2001);

[46] Discurso para fiéis do serviço religioso matutino, Memorial Church, Cambridge, Massachusetts (17 de setembro de 2002), Office of the President, Harvard University.

21. O Processo de Paz

MITO

"Anuar Sadat merece todo o crédito pelo tratado de paz egípcio-israelense".

FATO

O movimento em direção à paz não começou com a visita do presidente do Egito, Anuar Sadat, a Jerusalém em novembro de 1977. Sua visita foi inquestionavelmente um corajoso ato de uma estadista, porém só ocorreu após mais de meio século de esforços para se negociar a paz com os árabes por parte de líderes sionistas e israelenses.

"Para Israel equacionar o drama", afirmou o ex-embaixador israelense nos EUA Simcha Dinitz, "teríamos que declarar guerra ao Egito, manter relações beligerantes durante anos, recusarmo-nos a falar com eles, exigir a sua aniquilação, sugerir arremessá-los ao mar, fazer ações militares e terroristas contra eles, declarar boicotes econômicos, fechar o Estreito de Tirã para seus navios e o Canal de Suez ao seu tráfego e dizer que são párias da humanidade. Então o senhor Begin iria ao Cairo e sua viagem seria igualmente dramática. Obviamente não podemos fazer isso porque nossa política sempre foi a de negociar".[1]

Entretanto, o primeiro-ministro de Israel, Menahem Begin, provou que, assim como Sadat, estava disposto a ir muito além para alcançar a paz. Embora tenha se defrontado com uma intensa oposição dentro do Likud, seu partido, congelou os assentamentos na Cisjordânia para facilitar as negociações. Apesar da inclinação do Governo Carter em favor do Egito durante as conversações, permaneceu determinado a continuar o processo de paz. No fim, concordou em devolver área estrategicamente crítica do Sinai ao Egito – 91% do território conquistado por Israel durante a Guerra dos Seis Dias – em troca da promessa de Sadat de fazer a paz. Em reconhecimento à sua disposição de se unir a Sadat para estabelecer compromissos em nome da paz, Begin compartilhou o Prêmio Nobel da Paz de 1978 com o presidente do Egito.

MITO

"O Egito fez todas as concessões pela paz".

FATO

Israel fez concessões concretas ao Egito em troca tão somente de promessas. Israel – que foi alvo constante de bloqueios marítimos, invasões militares e ataques terroristas desde aquela área – fez muito mais sacrifícios econômicos e estratégicos do que o Egito ao entregar o Sinai para a normalização das relações. Embora tenha recebido ajuda adicional dos Estados Unidos pela retirada, Israel abriu mão de muito do seu profundo avanço estratégico no

Sinai ao devolvê-lo para um vizinho que o usou constantemente como área de lançamento de ataques. Israel também renunciou ao controle direto de suas rotas de navegação de entrada e saída de Eilat, 1.600 km de rodovias, casas, fábricas, hotéis, infra-estrutura de saúde e povoados agrícolas.

Pelo fato de o Egito ter insistido para que os civis judeus deixassem o Sinai, sete mil israelenses foram retirados de seus lares e negócios para os quais investiram anos construindo no deserto. Foi uma experiência física e emocional traumática, particularmente para os moradores de lamit, removidos de seus lares à força por soldados israelenses.

Israel perdeu também estações eletrônicas de alarme situadas no alto das montanhas do Sinai, que forneciam dados sobre movimentação militar no lado ocidental do Canal de Suez, bem como das áreas próximas ao Golfo de Suez e ao Golfo de Eilat, que eram vitais à defesa diante de um ataque vindo do Leste. Após a retirada, Israel teve que realocar mais de 170 instalações militares, campos de pouso e bases do Exército.

Ao entregar o Sinai ao Egito, Israel pode ter aberto mão da sua única chance de se tornar independente em energia. O campo de petróleo de Alma, no sul do Sinai, descoberto e desenvolvido por Israel, foi transferido para o Egito em novembro de 1979. Quando Israel o cedeu, era a maior fonte individual de energia do país, suprindo metade das suas necessidades. Israel, que estimou o valor das reservas inexploradas do campo de Alma em US$ 100 bilhões, havia projetado que seu desenvolvimento continuado tornaria o país auto-suficiente em energia por volta de 1990.

Israel também concordou em encerrar o governo militar na Cisjordânia e em Gaza, retirar suas tropas de certas partes dos territórios e trabalhar pela autonomia palestina. O governo Begin fez isso, apesar de nenhum árabe palestino disposto a reconhecer Israel ter saído em defesa dos residentes dos territórios.

Em 1988, o Estado judeu entregou ao Egito o balneário de Taba, construído numa região desértica estéril próxima a Eilat. O status de Taba não foi solucionado pelos Acordos de Camp David. Israel devolveu o povoado ao Egito depois que uma comissão de arbitragem internacional legislou em favor do Cairo em 29 de setembro de 1988.

MITO

"Em Camp David, durante o governo Carter, Israel concordou em interromper a construção de assentamentos por cinco anos. Em meses, já havia violado os acordos ao estabelecer novos assentamentos na Cisjordânia".

FATO

O período de cinco anos acertado em Camp David foi o tempo estipulado para o governo autônomo palestino nos territórios. A moratória israelense para a

construção de assentamentos na Cisjordânia, com a Begin concordou, foi de apenas três meses. O primeiro-ministro cumpriu o acordo.

A atitude de Israel nesse assunto obteve apoio de uma fonte inesperada, Sadat, que afirmou: "Concordamos em congelar o estabelecimento de assentamentos pelos próximos três meses, tempo necessário, segundo nossas estimativas, para assinar o tratado de paz".[2]

MITO

"A questão palestina é o motivo principal do conflito árabe-israelense".

FATO

Na realidade, a questão árabe-palestina é resultado do conflito, que se origina na falta de disposição árabe de aceitar um Estado judeu no Oriente Médio. Se os governos árabes não tivessem ido à guerra em 1948 para impedir o plano de partilha da ONU, um Estado palestino na Cisjordânia, na Galiléia e em Neguev estaria comemorando o 54º aniversário de independência. Caso os países árabes não tivessem apoiado o terrorismo contra civis israelenses e provocado mais seis guerras árabe-israelenses subseqüentes, o conflito poderia ter sido encerrado há muito tempo e o problema palestino solucionado.

Entre 1948 e 1967, Cisjordânia e Gaza estavam sob governo árabe e não havia qualquer assentamento judeu lá, mas os árabes nunca estabeleceram um Estado palestino. Em vez disso, Gaza foi ocupada pelo Egito e a Cisjordânia pela Jordânia. Não se ouviu qualquer exigência por um Estado independente na Cisjordânia e em Gaza até que Israel assumisse o controle sobre essas áreas na Guerra dos Seis Dias.

Os países árabes sempre tiveram em suas mãos a chave para resolver o problema palestino. Os refugiados palestinos já poderiam ter sido reassentados há muito tempo entre o seu povo nas terras árabes, que se estendem por mais de 13 milhões de quilômetros quadrados. Essas nações têm terra e dinheiro para reabilitar os refugiados palestinos; Israel, com o equivalente a uma fração da terra e da riqueza árabes, absorveu 820 mil judeus expulsos dos países árabes na década de 50. A recusa árabe a fazer o mesmo pelos palestinos demonstra que eles estão mais interessados em usá-los como uma arma política contra Israel do que em resolver verdadeiramente o problema.

MITO

"Se o problema palestino estivesse solucionado, o Oriente Médio estaria em paz".

FATO

O problema palestino é tão somente um dentre outras ferrenhas disputas étnicas, religiosas e nacionalistas que infestam a região. Eis aqui apenas

uma lista parcial de outros conflitos desde o fim do século XX: a Guerra do Golfo de 1991; a Guerra Irã-Iraque; a Guerra Civil Libanesa; a interferência da Líbia no Chade; a Guerra Civil Sudanesa; o conflito Síria-Iraque, e a guerra entre a Frente Polisário (movimento separatista saariano) e o Marrocos.

"Quase todas as fronteiras naquela parte do mundo, da Líbia ao Paquistão, da Turquia ao Iêmen, estão ou indefinidas ou em disputa", afirmou o erudito Daniel Pipes. "Entretanto, os americanos tendem a conhecer apenas os problemas das fronteiras de Israel e não percebem que essas se enquadram num modelo recorrente por todo o Oriente Médio".[3]

Se o problema palestino estivesse solucionado, teria um impacto insignificante nas diversas rivalidades entre os árabes, que provocaram numerosas guerras na região. Isso tampouco eliminaria a oposição árabe a Israel. A Síria, por exemplo, tem uma disputa territorial com Israel que não tem relação com os palestinos. Outros países, como Irã e Iraque, mantêm um estado de guerra com Israel apesar de não terem disputas territoriais.

MITO

"Um Estado palestino secular e democrático na Cisjordânia e Faixa de Gaza é a solução para o conflito".

FATO

Não existe algo como um Estado secular ou democrático no mundo árabe. O Islã é a religião oficial de Estado em praticamente toda nação árabe. O único lugar onde é feita menção a um "Estado palestino secular e democrático" é no Ocidente, onde o slogan é usado para gerar simpatia.

> *"Israel é um tumor maligno na região que deve ser extirpado e erradicado".*
>
> **– Declaração do aiatolá iraniano Ali Khamenei ao comando das Forças Armadas em 31 de julho de 1991.**

A OLP jamais foi democrática. A sua liderança é determinada por balas, não por votos. A representação é determinada pelo tamanho de cada milícia. Os oponentes não são excluídos do poder; são assassinados. Além disso, se isso conta, a OLP tem se tornado menos secular nos últimos anos, em parte devido à influência crescente de grupos islâmicos como o Hamas, que jamais concordariam com um Estado desse tipo.

Em 1947 os árabes rejeitaram o plano de partilha da ONU que teria criado um Estado palestino. Entre 1948 e 1967, quando Cisjordânia e Gaza eram governadas pelos árabes, nem se pensou na formação de um Estado assim. Portanto, é irônico que os árabes exijam que Israel faça pela Cisjordânia e por Gaza o que não quiseram fazer quando ocuparam a área.

Embora Israel já tenha sido contra a criação de um Estado palestino, hoje em dia os israelenses reconhecem que virá como resultado de negociações e que a Autoridade Palestina já é um Estado em tudo, menos no nome. Israel se sentiria mais confortável com um vizinho democrático, mas não impôs quaisquer condições sobre o tipo de governo que os palestinos devem adotar nos territórios que controlam.

Se os palestinos se contentassem com um Estado na Cisjordânia e em Gaza, as perspectivas para um acrodo definitivo seriam muito boas; contudo, têm sustentado reiteradamente que querem muito mais. Antes dos acordos de Oslo, os palestinos desejavam Israel inteiro, mas depois reconheceram o direito de Israel à existência (embora sua retórica em geral sugira o sonho de retornar aos seus lares em Iafo, Haifa e em qualquer lugar que não esteja morto). Além disso, hoje em dia eles querem, além de Cisjordânia e de Gaza, também Jerusalém, exigindo que seja sua capital.

MITO

"Um Estado palestino não vai oferecer perigo a Israel".

FATO

Embora aceitem a criação de um Estado palestino e tenham esperança numa coexistência pacífica, os israelenses ainda vêem neste uma ameaça à sua segurança. Apesar da devolução de boa parte da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e da permissão para que os palestinos tenham o seu próprio governo, o terrorismo contra os israelenses continua. Até agora, as concessões por parte de Israel têm sido insuficientes para levar Yasser Arafat a acabar com a violência. Ao contrário de tranqüilizar os israelenses, as concessões os fizeram mais relutantes em abrir mão de mais território para um Estado palestino.

> *"Israel quer dar aos palestinos o que ninguém mais lhes deu: um Estado. Nem turcos, nem britânicos, nem egípcios, nem jordanianos lhes deram essa possibilidade... o que Israel inteiro pede é que Arafat se comprometa a deter o terror e a viver em paz".*
>
> **– Primeiro-ministro Ariel Sharon[4]**

Os israelenses temem também que um Estado palestino venha a ser dominado por extremistas islâmicos e sirva como uma área de passagem para terroristas. Entretanto, o maior perigo é que um Estado palestino possa servir, numa guerra futura, como base avançada para nações árabes que se recusem a fazer a paz com Israel.

"Em mãos israelenses, a Cisjordânia representa uma tremenda vantagem defensiva cuja posse impede os adversários árabes até mesmo de considerar a possibilidade de atacar por meio de uma 'frente oriental'", conforme

observação do Instituto de Estudos Estratégicos e Políticos Avançados. Hoje em dia, uma coalizão árabe que atacasse a partir do leste do Jordão "enfrentaria condições de combate muito difíceis" porque "teria que lutar ladeira acima, desde o ponto mais baixo da face da Terra: o Mar Morto e o Vale do Rio Jordão, que se estende abaixo dele". A cadeia montanhosa da Cisjordânia constitui "a principal linha de defesa contra os exércitos árabes vindos do leste".[5]

MITO

"Israel não tem o direito de ocupar a Cisjordânia. Os assentamentos israelenses são ilegais, um obstáculo para a paz".

FATO

Diversas autoridades debatem a acusação de que os assentamentos são ilegais. O especialista em direito legal Stephen Schwebel observa que um país que age em autodefesa pode apreender e ocupar território quando isso for necessário para se proteger. Schwebel também destaca que um Estado pode requerer, como condição para sua retirada, medidas de segurança projetadas para garantir que seus cidadãos não sejam novamente ameaçados a partir daquele território.[6]

Segundo Eugene Rostow, secretário assistente de Estado para Assuntos Políticos do Governo Johnson, a Resolução 242 dá a Israel o direito legal de estar na Cisjordânia. A resolução "permite que Israel administre os territórios" que conquistou em 1967 "até que se alcance 'uma paz justa e duradoura' no Oriente Médio", escreveu Rostow. Durante o debate sobre a resolução, ele acrescentou: "Orador após orador deixou claro que Israel não deve ser forçado a recuar para as frágeis e vulneráveis (1947) Linhas de Demarcação de Armistício".[7]

Os assentamentos jamais foram um obstáculo para a paz. Entre 1949 e 1967, quando os judeus estavam proibidos de viver na Cisjordânia, os árabes se recusaram a fazer a paz com Israel. Entre 1967 e 1977, o Partido Trabalhista estabeleceu apenas alguns assentamentos estratégicos nos territórios, enquanto os árabes não demonstravam qualquer interesse em fazer a paz com Israel.

Em 1977, meses depois que um governo do Likud comprometido com uma grande atividade de assentamento chegou ao poder, Sadat foi a Jerusalém. Um ano depois, Israel congelou os assentamentos na esperança de que esse gesto fosse incitar outros árabes a se unir ao processo de paz de Camp David. Nenhum deles o fez.

Em 1994 a Jordânia assinou um acordo de paz com Israel e os assentamentos não estavam na pauta, apesar de o número de judeus vivendo nos territórios estar aumentando. A atividade de assentamento pode vir a ser um estímulo para a paz, pois força os palestinos e demais árabes a reconsiderar a sua opinião de que o tempo está do lado deles. Sempre são feitas referências a

escritos árabes relatando que levou um determinado tempo para a expulsão dos Cruzados e que o mesmo pode ser aplicado aos sionistas. O crescimento da população judaica nos territórios forçou os árabes a questionar esse dogma. "Os palestinos agora se dão conta", afirmou o prefeito de Belém, Elias Freij, "que o tempo está a favor de Israel, que pode construir assentamentos e criar fatos, e que a única saída para esse dilema está em negociações diretas".[8]

Conseqüentemente, os árabes foram a Madrid e a Washington para conversações de paz apesar da continuidade das atividades de assentamento. E todos os acordos assinados com os palestinos como parte do "processo de Oslo" têm sido negociados sem qualquer mudança na política israelense de assentamento.

MITO

"Os assentamentos judeus em povoados predominantemente árabes são uma provocação de Israel e um obstáculo à solução territorial".

FATO

Com efeito, aproximadamente 90% dos colonos vive nos subúrbios das maiores cidades israelenses, como Tel-Aviv e Jerusalém. Estas são áreas que virtualmente toda a população israelense acredita que Israel deve reter a fim de garantir sua segurança.

Preocupações estratégicas têm levado tanto os governos do Partido Trabalhista como do Likud a estabelecer assentamentos. O objetivo é assegurar uma maioria judaica em regiões estratégicas da Cisjordânia, como o corredor Tel-Aviv-Jerusalém, que já foi cena de duros combates em diversas guerras árabe-israelenses. Além disso, quando as conversações de paz entre árabes e israelenses no fim de 1991 começaram, mais de 80% da Cisjordânia não tinha assentamentos ou apenas alguns pouco povoados.[9]

Hoje em dia 175 mil judeus vivem em 150 comunidades na Cisjordânia. A imensa maioria desses assentamentos tem menos do que mil cidadãos. Analistas têm destacado que entre 70% e 80% dos judeus poderiam ser instalados dentro das fronteiras de Israel com pequenas modificações na Linha Verde (a fronteira não-oficial após 1967).

MITO

"Israel deve acabar com seus assentamentos antes de um acordo de paz com os palestinos".

FATO

A tese de muitos críticos dos assentamentos é que seria melhor para a paz se a Cisjordânia estivesse Judenrein (livre de judeus). Essa idéia poderia ser considerada anti-semita se os judeus fossem impedidos de viver em Nova

York, Paris ou Londres; impedi-los de viver na Cisjordânia, o berço da civilização judaica, não seria menos censurável.

Qualquer acordo de paz deve inevitavelmente permitir que judeus vivam na Cisjordânia – assim como há árabes vivendo hoje em dia em Israel. Não se pode esperar que algum governo israelense repita o tipo de política instituído pelos britânicos, no qual grandes áreas da Palestina foram declaradas proibidas a judeus.

MITO

"Israel não reconhece as reivindicações palestinas em relação a Jerusalém".

FATO

Jerusalém nunca foi capital de qualquer entidade árabe. Os palestinos não têm qualquer relação especial com a cidade, simplesmente a exigem como sua capital. Israel reconhece que há nela uma grande população palestina, que a cidade é importante para os muçulmanos e que fazer concessões sobre a soberania da cidade poderia ajudar a solucionar o conflito com os palestinos. O problema é que eles não têm demonstrado qualquer reconhecimento recíproco da maioria judaica na cidade, do significado de Jerusalém para o povo judeu ou do fato de esta já ser a capital do país.

A Declaração de Princípios israelense-palestina assinada em 1993 deixa em aberto o status de Jerusalém. O artigo 5 diz apenas que a cidade é um dos pontos a serem discutidos nas negociações do status permanente. As minutas do acordo também mencionam Jerusalém, estipulando que a jurisdição do Conselho Palestino não se estende à cidade. O primeiro-ministro Yitzhak Rabin afirmou que Jerusalém "não será incluída em esfera alguma das prerrogativas de qualquer organismo que dirija os assuntos palestinos nos territórios. Jerusalém permanecerá sob soberania israelense".

O acordo também afirma que o status final estará baseado nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que não mencionam Jerusalém.

Além de aceitar discutir sobre Jerusalém durante o período final de negociações, Israel nada mais concedeu no tocante ao status da cidade durante o período interino. O país se dá ao direito de construir em qualquer lugar que queira na cidade e continua a exercer a soberania sobre Jerusalém como um todo. Nenhum aspecto dos acordos concluídos entre Israel e a Autoridade Palestina até agora traz qualquer mudança nessas condições. As duas partes concordaram com uma autonomia interina para os palestinos, a criação de uma Autoridade Palestina, a eleição de um Conselho Palestino e a retirada das forças militares israelenses da Cisjordânia e de Gaza. Todavia, Jerusalém foi especificamente excluída de todos esses acordos. Também foi

decidido que durante o período interino o Conselho Palestino não teria qualquer jurisdição sobre assuntos a serem determinados nas negociações sobre o status final, o que inclui Jerusalém. Houve um acordo explícito de que o governo da Autoridade Palestina se estenderia apenas sobre aquelas partes da Cisjordânia e de Gaza que fossem transferidas à sua jurisdição, excluindo-se as áreas a serem discutidas nas negociações do status permanente, o que inclui Jerusalém e os assentamentos israelenses.

A maioria esmagadora dos israelenses se opõe a qualquer divisão de Jerusalém. Apesar disso, têm sido feitos esforços para se encontrar alguma fórmula que possa satisfazer os interesses palestinos. Por exemplo, enquanto o Partido Trabalhista esteve no poder com Yitzhak Rabin e Shimon Peres, o membro do Knesset Yossi Beilin afirmou ter chegado a uma tentativa de acordo que permitiria que os palestinos considerassem a cidade como sua capital sem sacrificar a soberania israelense sobre ela. A idéia de Beilin era permitir que os palestinos estabelecessem a sua capital em Abu Dis, um subúrbio de Jerusalém na Cisjordânia.

O primeiro-ministro Ehud Barak ofereceu concessões dramáticas que permitiriam que os bairros árabes de Jerusalém Oriental se convertessem na capital de um Estado palestino e daria aos palestinos o controle dos lugares muçulmanos sagrados no Monte do Templo. Essas idéias foram discutidas na reunião de cúpula da Casa Branca em dezembro de 2000 e rejeitadas por Yasser Arafat.

> *"Qualquer um que renuncia a uma só polegada de Jerusalém não é árabe nem muçulmano".*
>
> **– Yasser Arafat[10]**

As propostas de Barak eram controversas. A divisão da soberania sobre a Cidade Velha, por exemplo, incorria em complicações práticas, criadas pela natureza labiríntica da cidade e pelo entrelaçamento entre os bairros muçulmano, judeu, cristão e armênio.

Em fevereiro de 2001 Ariel Sharon concorreu ao cargo de primeiro-ministro contra Barak – e foi eleito por maioria esmagadora – com uma plataforma que repudiava especificamente as concessões que seu oponente oferecera sobre Jerusalém. A perspectiva de um acordo depende agora em grande parte de se os palestinos reconhecerão os direitos judaicos sobre Jerusalém e se oferecerão suas próprias concessões.

MITO

"Qualquer acordo sobre Jerusalém deverá exigir que Israel abra mão da soberania sobre o Monte do Templo".

FATO

A conexão judaica com o Monte do Templo remonta a mais de três mil anos e está arraigada à sua tradição e à sua história. Quando Abrahão colocou seu filho Isaac sobre um altar como um sacrifício a Deus, ele o fez no topo do Monte Moriá, atual Monte do Templo. Este também é o local do primeiro e do segundo templos. O local mais santo do primeiro templo continha a Arca da Aliança original e tanto o pimeiro como o segundo templos foram centros da vida judaica religiosa e social até a destruição do segundo templo pelos romanos, após a qual o controle do Monte do Templo passou pelas mãos de vários conquistadores.

Foi durante o período inicial do controle muçulmano que o Domo da Rocha, com sua cúpula de ouro, foi construído no local dos antigos Templos. Israel tem compartilhado o Monte do Templo desde 1967, quando o ministro da Defesa, Moshe Dayan, após a reunificação de Jerusalém, permitiu que a autoridade islâmica, o Wacf, continuasse com sua autoridade civil sobre o Monte do Templo. O Wacf supervisiona todas as atividades diárias lá. A presença israelense na entrada do Monte do Templo é necessária para garantir o acesso de pessoas de todas as religiões.

> *"Convoco os muçulmanos a lançar uma jihad e a usar tudo o que puderem para restaurar a Palestina muçulmana e a sagrada mesquita de Al-Aksa dos usurpadores e agressores sionistas. Os muçulmanos devem estar unidos no confronto com os judeus e com aqueles que os apóiam".*
>
> **– Rei Fahd, da Arábia Saudita**[11]

O primeiro-ministro Ehud Barak levantou a possibilidade de algumas concessões com respeito ao controle do Monte do Templo, mas elas foram rejeitadas pelos palestinos e repudiadas em seguida pelo eleitorado israelense, quando Sharon foi eleito para suceder Barak. Entregar a soberania sobre o Monte do Templo literalmente colocaria árabes potencialmente hostis sobre as cabeças dos judeus que fazem suas orações em seu local mais sagrado.

MITO

"Todos os refugiados palestinos têm o direito de retornar aos seus lares; isso é um pré-requisito para um acordo final".

FATO

Após a guerra de 1948, menos de 650 mil palestinos (e provavelmente muito menos) eram refugiados. Hoje em dia, esse número inchou para 3,9 milhões. Será que Israel tem alguma obrigação de aceitar todos eles? Onde iriam viver?

A população israelense na atualidade é de seis milhões. Se todo palestino tivesse permissão para se mudar para Israel, a população se aproximaria de 10 milhões e mais de 40% seriam árabes. Dado que a taxa de natalidade dos árabes é significativamente mais alta, os judeus logo se converteriam em minoria no seu próprio país, a mesma situação que lutaram para evitar em 1948 e que a ONU rejeitou explicitamente ao decidir pela partilha da Palestina.

Israel tem buscado reiteradamente encontrar uma solução para o problema dos refugiados. David Ben-Gurion já havia afirmado em 1º de agosto de 1948 que o problema dos refugiados faria parte do acordo geral "quando os países árabes estivessem prontos para concluir um tratado de paz".[12]

O perigo intrínseco de repatriação de árabes que se opõem à sua existência não impediu Israel de permitir que alguns refugiados retornassem e ofereceu um número substancial como condição para assinar um tratado de paz. Em 1949 Israel se ofereceu a permitir que famílias que haviam sido separadas durante a guerra retornassem e concordou em repatriar cem mil refugiados.[13]

Os árabes rejeitaram todas as propostas israelenses. Eles não estão dispostos a fazer nada que possa ser interpretado como um reconhecimento de Israel. Eles queriam que a repatriação fosse uma pré-condição para a retomada das negociações, o que foi rejeitado por Israel. O resultado foi o confinamento dos refugiados em acampamentos.

As Nações Unidas trouxeram à tona o problema dos refugiados e adotaram a Resolução 194 em 11 de dezembro de 1948, que declara: "Os refugiados que desejarem retornar aos seus lares e viver em paz com seus vizinhos devem receber permissão para isso o mais breve possível; deverá ser paga uma compensação pelas propriedades daqueles que optarem por não retornar e por perdas e danos à propriedade conforme os princípios da legislação internacional ou o equivalente por parte dos governos e autoridades responsáveis. A Comissão de Reconciliação instrui a facilitar a repatriação, o *reassentamento* e a realibilitação social e econômica dos refugiados, bem como o pagamento de compensações..." (Ênfases acrescentadas pelo autor.)

As palavras enfatizadas demonstram que as Nações Unidas reconhecem que não se pode esperar que Israel repatrie uma população hostil que possa colocar a sua segurança em risco. A solução para o problema, como todos os

problemas anteriores com refugiados, deveria exigir que pelo menos alguns palestinos fossem reassentados em terras árabes.

Os árabes exigiam que as Nações Unidas afirmassem o "direito" dos palestinos de retornar às suas casas, e não estavam dispostos a aceitar nada menos do que isso depois que a sua derrota tornou-se óbvia. Daí eles reinterpretaram a Resolução 194 como se garantisse aos refugiados o direito absoluto à repatriação e desde então passaram a exigir que Israel aceitasse essa interpretação.

As atuais conversações de paz estão baseadas na resolução 242 das Nações Unidas. Os palestinos não são mencionados em lugar algum dessa resolução. Há apenas uma alusão a eles na segunda cláusula do segundo artigo, que pede por "uma solução justa para o problema dos refugiados". O uso do termo genérico refugiados foi um reconhecimento deliberado de que dois problemas relativos aos refugiados eram produtos do conflito – um árabe e outro judaico. Além do mais, a maioria dos palestinos vive hoje na Palestina histórica, cuja área inclui Autoridade Palestina e Jordânia. No entanto, quando os palestinos falam no direito ao retorno, não se referem apenas à Palestina, mas exatamente às casas em que moravam antes de 1948. Estas ou não existem mais ou estão habitadas.

Até mesmo líderes palestinos respeitados começam a reconhecer que é um erro insistir para que milhões de refugiados retornem a Israel. O representante palestino em Jerusalém, Sari Nusseibeh, por exemplo, afirmou que os refugiados deveriam ser reassentados num futuro Estado palestino, "não de um modo que venha a prejudicar a existência do Estado de Israel como um país predominantemente judeu. Do contrário, o que significa uma solução de dois Estados?" [14]

No contexto de um acordo de paz, poderia se esperar que Israel aceitasse alguns refugiados, assim como Ben-Gurion disse que faria há mais de 50 anos. Se e quando um Estado palestino for criado, muitos dos refugiados terão permissão para se mudar para lá, ainda que seja difícil imaginar como o território previsto para este Estado poderá acomodar tanta gente, além de a liderança palestina não expressar maior interesse em absorvê-los.

Paradoxalmente, justamente quando os negociadores da Autoridade Palestina exigem o direito dos refugiados ao retorno, dezenas de milhares de palestinos estão deixando a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Na primeira metade de 2002, um número estimado em 80 mil palestinos partiu e 50 mil tentaram entrar na Jordânia. Dessa vez eles não podem repetir suas velhas acusações de que estão sendo expulsos. Esses palestinos estão fugindo, como fez a maioria em 1947-1948, porque não querem permanecer em meio a um conflito e seus laços com a terra são tênues.

Os jordanianos têm aceitado com relutância um punhado desses novos "refugiados" e só depois de eles depositarem mil dinares (US$ 1.400) como

garantia de que não ficarão no reino. "Temos primeiro um dever com a Jordânia e depois com a Palestina de bloquear a transferência gradual e assim evitar que um Estado palestino seja realocado fora da Palestina, especificamente na Jordânia", escreveu o colunista jordaniano Fahed Fanek.[15]

MITO

"A paz com a Síria só foi impedida pela recusa obstinada de Israel em se retirar das Colinas de Golã".

FATO

Para Israel, ceder o Golã para uma Síria hostil poderia colocar em perigo o seu sistema de alarme contra ataques-surpresa. Israel construiu sistemas de radar sobre o Monte Hermon, o ponto mais alto da região. Caso se retirasse do Golã e tivesse que deslocar essas benfeitorias para terras mais baixas na Galiléia, elas perderiam muito da sua eficácia estratégica.

> *"Se houvesse um Estado palestino, por que seus líderes iriam querer que seus potenciais cidadãos fossem repatriados em outro país? Da perspectiva do estabelecimento de uma nação, não faz sentido. Na verdade, os debates iniciais sobre a repatriação ocorreram numa época em que não havia a esperança de um Estado palestino. Com a possibilidade do seu surgimento, os palestinos devem decidir se querem se ver como um Estado legítimo ou se lhes é mais importante manter o seu status, tal como eles mesmos o definem, de refugiados oprimidos e apátridas. De fato, eles não podem ser as duas coisas".*
>
> **– Fredelle Spiegel[15]**

Um acordo possível poderia ser uma retirada israelense parcial ao longo das linhas de armistício de 1974 com a Síria. Outro seria uma retirada completa, com o Golã sendo convertido em zona desmilitarizada.

Após perder a eleição de 1999, Benjamin Netanyahu confirmou que havia iniciado conversações secretas com o presidente da Síria, Hafez Assad, com o objetivo de se retirar do Golã e manter uma estação estratégica de alarme no Monte Hermon. Publicamente, Assad continuava insistindo numa retirada total incondicional e não demonstrou qualquer disposição de ir além de um acordo muito mais limitado de "não-beligerância" em vez do tratado de paz exigido por Israel.

A eleição de Ehud Barak estimulou uma nova movimentação no processo de paz, com negociações intensivas feitas nos Estados Unidos em janeiro de 2000 entre Barak e o primeiro-ministro sírio, Farouk al-Sharaa. Essas

conversações suscitaram uma nova esperança para a conclusão de um tratado de paz, mas não frutificaram. Hafez Assad morreu em junho de 2000 e não houve mais negociações depois que seu filho e sucessor, Bashar, concentrou-se em consolidar seu poder. Retoricamente, Bashar não fez qualquer mudança na atitude da Síria com relação ao Golã. Israel tem deixado claro que está preparado para estabelecer um acordo sobre o Golã e fazer concessões territoriais significativas. O único obstáculo é a falta de disposição de Bahar de aceitar a paz com Israel.

MITO

"A ocupação continuada do território libanês por Israel é o único impedimento para a conclusão de um tratado de paz".

FATO

Israel jamais teve qualquer intenção hostil com relação ao Líbano, mas tem sido forçado a lutar em virtude das condições caóticas no sul do país, que permite que terroristas antes da OLP e agora do Hezbolá ameacem cidadãos residentes no norte de Israel. Em 1983, Israel assinou um tratado de paz com o Líbano, mas a Síria obrigou o presidente Amin Gemayel a voltar atrás.

> *"Mais do que compor a nossa pátria árabe, a Palestina é parte fundamental do sul da Síria".*
>
> **– Presidente sírio Hafez Assad[16]**

Israel retirou todas as suas tropas do sul do Líbano em 24 de maio de 2000, de maneira coordenada com as Nações Unidas, segundo a qual constituiu-se no cumprimento das obrigações israelenses de acordo com a Resolução 425 do Conselho de Segurança. Contudo, o Hezbolá e o governo libanês insistem que Israel ainda ocupa território libanês num trecho praticamente desabitado conhecido como Fazendas de Shebaa. Essa reivindicação serve de pretexto para que o Hezbolá continue seus ataques contra Israel. Os israelenses sustentam, no entanto, que essa área foi capturada da Síria.

Dado o controle de fato sobre o Líbano, a Líbia não permitirá que o governo libanês negocie a paz com Israel até que suas reivindicações sobre as Colinas de Golã sejam atendidas. Uma vez que Israel e Síria cheguemm a um acordo, a expectativa é que o Líbano faça o mesmo em seguida.

MITO

"Depois dos acordos de Oslo, os palestinos passaram a ensinar a seus filhos que é possível a coexistência com os judeus israelenses".

FATO

Ao invés de usar a educação para promover a paz com seus vizinhos judeus, os palestinos têm doutrinado seus filhos diligentemente com estereótipos anti-semitas, propaganda antiisraelense e outros materiais produzidos mais para a promoção da hostilidade e da intolerância do que para a coexistência. Por exemplo, um programa infantil palestino de televisão intitulado "Clube das Crianças" faz uso de uma fórmula ao estilo de "Vila Sésamo", com interação entre crianças, bonecos e personagens fictícios, para estimular o ódio e a perpetração da violência contra aos judeus pela jihad (guerra santa). Numa canção, crianças pequenas aparecem cantando o desejo de se tornarem "guerreiros suicidas" e levantarem armas de fogo contra israelenses. Outra canção apresenta crianças cantando o seguinte refrão: "Quando andar por Jerusalém, vou me tornar um homem-bomba". As crianças do programa também dizem: "Faremos valer nossas reivindicações com pedras e balas (de armas de fogo)" e convocam para uma "jihad contra Israel".

Os palestinos também convocam seus jovens para integrar a batalha contra Israel em comerciais veiculados na televisão palestina, que dizem às crianças para deixar seus brinquedos, pegar pedras e lutar contra Israel. Num comercial, os atores recriam o incidente em que um menino foi morto no fogo cruzado de um confronto entre israelenses e palestinos. Em seguida, o garoto aparece no Paraíso, conclamando as demais crianças a segui-lo.[17]

Mensagens semelhantes podem ser encontradas nos livros escolares palestinos, muitos deles preparados pelo Ministério da Educação palestino. O livro escolar da 5ª série *Muqarar al-Tilawa Wa'ahkam Al-Tajwid* descreve os judeus como covardes para quem Alá reserva o fogo do inferno.

Num texto para alunos da 8ª série, *Al-Mutala'ah Wa'alnussus al-Adabia*, os israelenses são descritos como os carniceiros de Jerusalém. Relatos que glorificam aqueles que lançam pedras contra soldados são encontrados em diversos materiais escolares. Um texto para alunos da 9ª série, *Al-Mutala'ah Wa'alnussus al-Adabia*, é referente à bactéria do sionismo, que deve ser erradicada da nação árabe.

Os livros escolares mais recentes são menos enfáticos, mas ainda assim problemáticos. Por exemplo, descrevem a nação palestina como constituída de muçulmanos e cristãos, sem fazer qualquer menção aos judeus ou às antigas comunidades judaicas centenárias da Palestina que precederam o sionismo. Tampouco mencionam o Estado de Israel, ainda que muitos problemas da sociedade palestina seja atribuídos ao conflito árabe-israelense.

As referências aos judeus em geral são estereotipadas e quase sempre apresentadas de maneira negativa devido à sua oposição a Maomé e à recusa a se converter ao Islã. Uma aula de arquitetura descreve mesquitas e igrejas famosas, mas não faz menção aos lugares judaicos sagrados.[18] Um estudo recente conclui:

> "Apesar da redução evidente nas referências anti-semitas, se comparadas com os antigos livros escolares, a história do relacionamento entre muçulmanos, cristãos e judeus nos novos livros reforça estereótipos clássicos dos judeus nas culturas muçulmana e cristã. A relação entre os acontecimentos correntes e as antigas disputas que remontam à época de Jesus ou de Maomé implica que, na verdade, nada mudou.

O processo pedagógico não se encerra na escola. Acampamentos de verão ensinam como as crianças palestinas devem resistir aos israelenses e que a maior glória é se tornar um mártir. Os acampados fazem seqüestros simulados e aprendem como degolar israelenses. Quatro "Acampamentos do Paraíso" dirigidos pela Jihad Islâmica na Faixa de Gaza dão treinamento militar a crianças entre 8 e 12 anos e encorajam-nas a se tornar homens-bomba. A BBC filmou crianças marchando em formação e praticando artes marciais.[19]

> *"Temos encontrado livros com passagens tão anti-semitas que, se fossem publicadas na Europa, seus editores seriam processados por racismo".*
>
> **– François Zimeray,**
> **advogado francês e membro do Parlamento Europeu[20]**

As autoridades palestinas também tentam convencer as crianças de que Israel está disposto a assassiná-los com todo tipo de métodos tortuosos. Por exemplo, o jornal diário palestino *Al Hayat Jadida* publicou que um avião israelense estava lançando balas envenenadas sobre escolas primárias e secundárias na Faixa de Gaza.[21]

Esses ensinamentos violam o conteúdo e o espírito dos acordos de paz.

> *"Ensinamos às crianças que os homens-bomba atemorizam os israelenses e que podemos fazer isso... Ensinamos que depois que uma pessoa se converte em um homem-bomba, ela alcança o mais elevado nível do paraíso".*
>
> **– Conselheiro palestino de um "Acampamento do Paraíso",** em entrevista para um repórter da BBC [22]

MITO

"Os livros escolares israelenses não ensinam as crianças a coexistirem com árabes e muçulmanos e negam a existência dos palestinos".

FATO

A melhor esperança para o futuro é que crianças israelenses e árabes cresçam com uma maior compreensão e tolerância mútuas. Infelizmente, os livros escolares dos países árabes, e da Autoridade Palestina em particular, não promovem a coexistência. Em contrapartida, os livros israelenses são voltados para a paz e a tolerância. Os palestinos são aceitos como tal. A cultura islâmica e árabe é tratada com respeito. Os lugares sagrados islâmicos são abordados juntamente com os judaicos. Os estereótipos são evitados a fim de se educar as crianças contra o preconceito.

Além disso, o conflito árabe-israelense é descrito como um fato atual entre duas entidades nacionais sobre o mesmo território, em que são apresentados ambos os lados. O conteúdo dos tratados de paz que Israel assinou com Egito e Jordânia é detalhado juntamente com suas implicações. Os acordos com os palestinos também são discutidos e o Atlas usado nas escolas israelenses inclui a Autoridade Palestina.[23]

MITO

"O Acordo Interino previa a criação de uma força policial palestina e foi isso que a Autoridade Palestina fez".

FATO

Israel estava receoso de permitir que a Autoridade Palestina criasse uma força policial devido à ameaça que palestinos armados poderiam significar à segurança israelense. Contudo, Israel compreendeu que os palestinos precisavam de um meio de manter a ordem e, então, o Acordo Interino autorizou que até 12 mil policiais fossem instalados na Cisjordânia e até 18 mil na Faixa de Gaza.

Entretanto, contrariamente ao acordo, os palestinos criaram uma força policial muito maior (a Autoridade Palestina apresentou uma lista com 39.899 nomes) bem como uma série de organizações de segurança, em sua maioria concebidas mais para garantir o controle político de Yasser Arafat do que para a manutenção da ordem pública.

Israel provavelmente teria sido condescendente com a violação do limite estabelecido no acordo quanto ao número de policiais se tivessem cumprido com a sua responsabilidade de manter a ordem. No entanto, levando-se em conta a violência que persistiu entre 2001 e 2002, fica claro que a polícia não está cumprindo sua função. Pior, em muitos casos tem participado dos ataques contra israelenses.

O presidente George Bush observou que "as autoridades palestinas estão estimulando, e não se opondo, ao terrorismo" e deixou claro que "os Estados Unidos não apoiarão o estabelecimento de um Estado palestino até que seus líderes se comprometam com um combate constante aos terroristas e o desmantelamento de sua infra-estrutura". Ele acrescentou que era necessário "um esforço com supervisão externa para reconstruir e reformar os serviços de segurança palestinos. O sistema de segurança deve ter transparência de autoridade e responsabilidade e uma linha de comando unificada".[24]

MITO

"Os palestinos estão cumprindo o seu compromisso de prender e perseguir terroristas".

FATO

Israel considerava a obrigação palestina de impedir o terror como crucial para proporcionar a segurança que seus cidadãos necessitavam e então fazer concessões territoriais. Os palestinos costumam prender, de tempos em tempos, alguns suspeitos de serem terroristas; no entanto, têm uma porta giratória pela qual a maioria deles acaba sendo solta em seguida. No período compreendido entre o rompimento das negociações de Camp David em 25 de julho de 2000 e o início da violência no fim de setembro do mesmo ano, mais de 50 membros dos movimentos Hamas, Jihad Islâmica e Frente Popular pela Libertação da Palestina foram soltos.

Como um exemplo do fracasso das ações contra os terroristas, o chefe do Hamas, Sheik Ahmed Yassin, só veio a ser preso no fim de junho de 2002, e então foi colocado apenas em prisão domiciliar. Pouco depois, assistiu a uma manifestação na Faixa de Gaza. (25) Apesar de liderar a organização com mais responsabilidade pela campanha de atentados com homens-bomba contra civis israelenses, Yassin ainda não está na cadeia. O tratamento que a Autoridade Palestina dá aos suspeitos de terrorismo contra Israel contrasta com o modo com aquele dispensado aos acusados de colaborar com Israel ou que ameaçam a dominação política de Yasser Arafat. Palestinos que cometem "crimes" contra o povo palestino são regularmente presos e, muitas vezes, executados sumariamente.[26]

A libertação injustificada daqueles acusados de violência contra Israel passa à população palestina a mensagem de que o terrorismo é aceitável, bem como permite também que os próprios terroristas continuem a sua campanha de violência contra Israel.

MITO

"O uso da violência pelos palestinos se justifica porque o processo de paz não lhes tem permitido alcançar suas aspirações nacionais".

FATO

A premissa do início do processo de paz de Oslo era que as disputas seriam resolvidas por conversações, e não a tiros. Os palestinos jamais aceitaram este que é o mais fundamental princípio de coexistência. A resposta às queixas de que Israel não se retira o bastante ou com a rapidez desejada deveria ser mais negociações, mais medidas de construção de confiança e mais demonstrações de desejo de viver juntos sem o uso da violência.

Para entender por que o processo de Oslo não obteve êxito e por que palestinos e israelenses não estão vivendo lado a lado em paz, é útil olhar para o primeiro processo de paz árabe-israelense que funcionou, as negociações egípcio-israelenses. Embora o acordo de paz tenha sido tramado em intensas negociações em Camp David, a rota para a paz foi longa e tortuosa, levando anos para ser cruzada. Entretanto, o que o viabilizou foi o compromisso de ambas as nações de fazer a paz e as ações que fizeram para isso.

> *"Nós não iremos prender os filhos de nosso povo a fim de apaziguar Israel. Nossa gente pode ficar tranqüila e certa de que isso não ocorrerá".*
>
> **– Jebril Rajoub, chefe de Segurança Preventiva da Autoridade Palestina na Cisjordânia[27]**

O Egito manteve um estado de guerra com Israel por mais de 25 anos antes que Anuar Sadat conversasse seriamente sobre a paz. Conflitos sangrentos foram deflagrados em 1948, 1956, 1967, 1968-70 e 1973. A ira, o rancor e a desconfiança produzidos num quarto de século não se dissiparam numa noite. O processo começou após a guerra de 1973, quando Henry Kissinger intermediou a negociação de um acordo de interrupção das hostilidades em que ambas as partes fizeram concessões significativas.

O Egito havia exigido que Israel fizesse uma retirada substancial do Sinai e se comprometesse a abandonar todas as suas conquistas territoriais de 1967, mas Israel entregou apenas uma parte mínima do Sinai. Em vez de recorrer à violência, os egípcios continuaram negociando.

O primeiro acordo foi assinado em janeiro de 1974 e levou um ano e meio para se alcançar um segundo acordo. Não foi fácil. Israel foi criticado por sua "inflexibilidade" e os egípcios não eram menos difíceis. Sadat concordou em limitar a propaganda antiisraelense na imprensa egípcia e a encerrar a partici-

pação de seu país no boicote árabe. Yitzhak Rabin também fez difíceis concessões territoriais, entregando campos de petróleo e duas passagens críticas do Sinai. Depois do "Sinai 2", o Egito ainda não havia recuperado todo o seu território. Sadat estava insatisfeito e era ridicularizado pelos demais árabes por ter ido tão longe nas negociações de paz com Israel. Apesar de tudo, não recorreu à violência nem libertou os fedayin, como Nasser havia feito nos anos 50. Em vez disso, continuou a conversar.

Mais três anos se passaram antes que os Acordos de Camp David fossem assinados e outros seis meses antes de ser negociado o tratado de paz definitivo. Cinco anos foram necessários para a solução de problemas que eram tão complexos como os do impasse atual.

Em troca de suas concessões concretas, Israel recebeu a promessa de um novo futuro de relações pacíficas. O país pôde correr esse risco porque o Egito havia demonstrado, nos cinco anos anteriores, que resolveria suas disputas com Israel por vias pacíficas e que já não aspirava a destruir seu vizinho.

O Egito ainda não estava completamente satisfeito. Sadat queria uma pequena faixa de terreno do Sinai retida por Israel. Outros nove anos se passaram antes que uma arbitragem internacional levasse Israel a abrir mão de Taba. Em vez de usar essa disputa como pretexto para a violação do tratado de paz, o Egito negociou.

MITO

"Israel tem excesso de água e a recusa a compartilhá-la com seus vizinhos poderá provocar a próxima guerra".

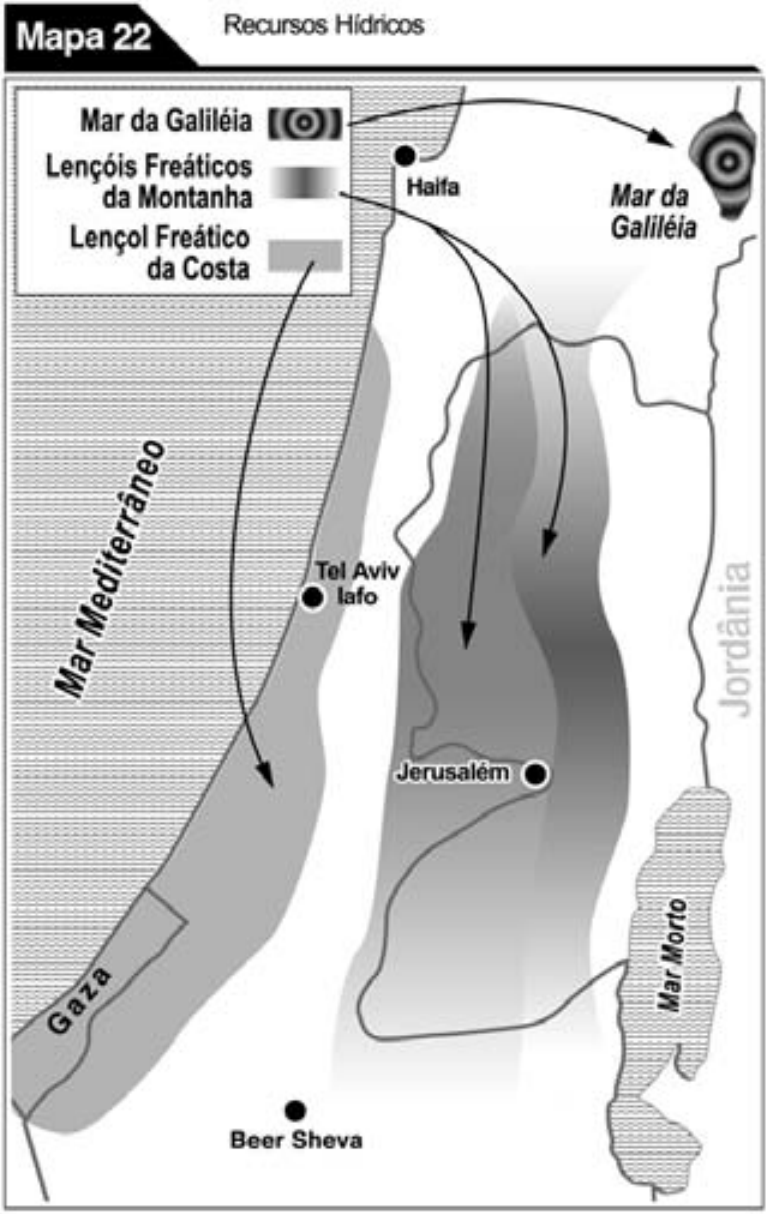
FATO

O fornecimento de água é um assunto de vida e morte, de guerra e paz para os povos do Oriente Médio. Uma manchete do jornal israelense *Jerusalem Post* apresentou em poucas palavras a ameaça à segurança de Israel: "A mão que controla a torneira governa o país".[28]

O rei Hussein afirmou em 1990 que um assunto que poderia levar a Jordânia novamente à guerra é a água; logo, não é de se surpreender que um acordo sobre o fornecimento de água fosse crítico à negociação de um tratado de paz com Israel. Atualmente a Jordânia recebe uma cota anual de água de Israel.[29]

Israel vem tendo um déficit de água crescente já há alguns anos. Em poucas palavras, a quantidade de água consumida é maior do que a água coletada das chuvas. Num ano de seca a situação piora, pois o montante de água corrente nos rios e mananciais diminui significativamente.

A situação está a cada ano mais perigosa, enquanto a população da região continua a crescer de maneira exponencial, dezenas de milhares de imigrantes chegam a Israel, as disputas políticas sobre as fontes de água existentes se


Mapa 22
Recursos Hídricos
Mar da Galiléia
Lençóis Freáticos da Montanha
Lençol Freático da Costa
Haifa
Mar da Galiléia
Mar Mediterrâneo
Tel Aviv Iafo
Jordânia
Jerusalém
Mar Morto
Gaza
Beer Sheva

tornam mais pronunciadas e Israel e os palestinos negociam direitos sobre a água da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

> *"Se os israelenses podem assumir compromissos e vocês não podem, eu deveria voltar para casa. Vocês estão aqui há 14 dias e disseram não para tudo. Essas coisas terão conseqüências. O fracasso vai encerrar o processo de paz..."*.
>
> **– Presidente Bill Clinton a Yasser Arafat [30]**

Israel tem três fontes de água principais: os lençóis freáticos da costa e da montanha e o Lago Kineret (Mar da Galiléia). Cada um deles fornece 25% do consumo total e 20% vêm de lençóis freáticos menores. Os 5% restantes derivam do projeto Shafdan, que recicla o esgoto da área metropolitana de Tel-Aviv.

A qualidade da água do lençol freático costeiro vem se deteriorando devido ao bombeamento excessivo e à contaminação por esgoto. O Lago Kineret depende de um delicado equilíbrio no nível das águas. Se o nível está muito baixo, ocorre infiltração de água salina de mananciais vizinhos; muito alto, pode provocar inundações. O lençol freático das montanhas apresenta as melhores condições, mas em contrapartida é o mais disputado politicamente. Antes de 1967, Israel usava 95% dessa água e os árabes apenas 5%. Desde então, o uso por parte dos árabes mais do que triplicou, mas os palestinos ainda querem que essas proporções sejam invertidas, argumentando que, como o lençol freático está debaixo da Cisjordânia, deve ficar sob controle da Autoridade Palestina. Os palestinos sustentam que Israel está "roubando" a água deles, mas Israel quer manter o controle sobre a maior parte da água.

> *"À época do Velho Testamento, havia duas maneiras de resolver as disputas por água, que sempre foram escassas em nossa região. A primeira era lutar por ela. A outra maneira era colocar conjuntamente, sobre a boca da fonte, uma pedra tão grande que eram precisos cinco pastores para levantá-la, criando a necessidade de cooperação".*
>
> **– Yaacov Tzur, ex-ministro da Agricultura israelense**

A questão da água afeta claramente a economia e a segurança de Israel. Um perigo, por exemplo, é que o bombeamento de água da Cisjordânia pelos palestinos possa crescer a um nível que elimine completamente o bombeamento por Israel. Os palestinos também reivindicam o direito de expandir o seu setor agrícola usando as mesmas fontes de água limitadas que a Controladoria de Estado de Israel declarou serem inadequadas para a expansão da produção agrícola israelense. Apesar disso, as autoridades palestinas de recursos

hídricos dizem que pelo menos 50% da água para consumo doméstico é desperdiçada devido a sistemas de fornecimento velhos e ineficientes. O dilema da Autoridade Palestina em Gaza é ainda pior: o único lençol freático está virtualmente sem condições de uso devido à contaminação e à salinidade.

A quantidade de água a ser fornecida aos territórios por Israel foi determinada em negociações entre as duas partes e Israel vem cumprindo todas as suas obrigações conforme o Acordo Interino.

Como resposta à ameaça ao fornecimento de água causada pela "intifada de Al-Aksa", funcionarios de recursos hídricos palestinos e israelenses emitiram uma declaração conjunta em janeiro de 2001 opondo-se a qualquer dano à infra-estrutura de água e esgoto e expressando o desejo de garantir o fornecimento de água às aldeias, povoados e cidades palestinas e israelenses na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.[31]

Israel poderia garantir o futuro do seu fornecimento de água se mantivesse o controle sobre três regiões que compreendem 20% da Cisjordânia; todavia, as pressões da comunidade internacional e a dinâmica do processo de paz podem obrigar Israel a ceder alguns ou todos esses territórios.

A água também é tema de negociações com os sírios. A Síria exige a devolução integral das Colinas de Golã em troca da paz com Israel. Segundo o especialista em recursos hídricos Joyce Starr, um governo israelense que concedesse territórios no Golã sem um fornecimento garantido das águas de Yarmuk ou de outra fonte alternativa de água estaria expondo a nação em um "grave risco".[32]

> *"Israel não tem direito nem a uma única gota d´água desta região".*
>
> **– Farouq al-Sharaa,** ministro das Relações Exteriores da Síria[33]

Israel está dando passos para melhorar a questão da água por meio do início da construção de importantes usinas de dessalinização que estão programadas para fornecer, até 2006, 25% das necessidades de Israel. Também foi estabelecido um acordo que permitirá a Israel importar água da Turquia. Israel se ofereceu para construir uma usina de dessalinização em Hadera para os palestinos da Cisjordânia, que rejeitaram a idéia.

MITO

"O Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) defende a harmonia e a reconciliação entre muçulmanos e judeus".

FATO

O Hamas se opõe absolutamente à existência de Israel. Sua plataforma declara que "não há solução para a questão palestina a não ser por intermédio

da Jihád (guerra santa)". O grupo adverte que qualquer muçulmano que abandona "o círculo de luta com o sionismo" é culpado de "alta traição". A plataforma do Hamas pede a criação de uma república islâmica na Palestina no lugar de Israel, afirmando que os muçulmanos devem "levantar a bandeira de Alá sobre cada polegada da Palestina".[34]

MITO

"Israel devolveu o Sinai a fim de alcançar a paz com o Egito; retirou-se da fronteira internacional com o Líbano e se propôs a sair das Colinas de Golã num acordo de paz com a Síria; portanto, Israel deve se retirar da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para fazer a paz com os palestinos".

FATO

Israel não tem obrigação, legal ou outra qualquer, de se retirar inteiramente da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Além disso, esses territórios são muito diferentes dos demais que foram objeto de negociação. Israel não tinha direito ao Sinai nem à zona de segurança no Líbano. Esses territórios foram mantidos como medidas de defesa a fim de proteger Israel, depois que foram usados por forças hostis para fazer ataques. No caso do Sinai, mesmo após a retirada, diversas medidas de segurança entraram em vigor, inclusive a introdução de observadores americanos para monitorar o cumprimento dos termos do tratado de paz. Israel não ofereceu formalmente uma retirada de todo o Golã, ainda que tenha dado indícios de devolver a maior parte ou a totalidade do território em troca da paz com a Síria. Esse acordo também incluiria as condições para monitorar o seu cumprimento e para a manutenção da segurança de Israel.

A situação na Cisjordânia e na Faixa de Gaza é muito diferente. Diferentemente do Sinai, por exemplo, não teria como existir uma zona de contenção para separar forças palestinas hostis no caso de Israel se retirar completamente dos territórios. Qualquer governo israelense e a maioria dos observadores imparciais concordam que a segurança de Israel requer uma presença do Vale do Jordão. Além disso, Israel tem uma ligação histórica com Judéia e Samaria que, há séculos, servem de lares para os judeus e têm importante significado religioso para o povo de Israel. Finalmente, Egito, Líbano e Síria poderiam argumentar com legitimidade que os territórios em disputa lhes pertencia; isso não é verdade no que diz respeito aos palestinos. A Cisjordânia nunca fez parte de qualquer país e a reivindicação dos palestinos ao território não é melhor do que a de Israel.

Israel tem reconhecido que será necessário se retirar de partes da Cisjordânia e Faixa de Gaza para chegar a um acordo de paz com os palestinos e já tem se retirado de grandes áreas de ambos, mas suas necessidades de segurança são tais que não é possível sair de 100% dessas terras.

MITO

"Jamais foi oferecido aos palestinos um Estado próprio".

FATO

Na verdade, os palestinos já tiveram inúmeras oportunidades para criar um Estado independente, mas recusaram reiteradamente as ofertas:

- Em 1937, a Comissão Peel propôs a partilha da Palestina e a criação de um Estado árabe.
- Em 1939, o Livro Branco britânico propôs a criação de um Estado árabe somente, mas os árabes rejeitaram o plano.
- Em 1947, as Nações Unidas teriam criado um Estado árabe ainda maior como parte do seu plano de partilha.
- Israel não controlou a Cisjordânia entre 1948 e 1967. Os palestinos poderiam ter exigido dos jordanianos um Estado independente.
- Em 1979, as negociações de paz entre Egito e Israel ofereceram autonomia aos palestinos, o que com quase toda certeza teria levado à independência plena.
- O processo de Oslo, iniciado em 1993, estava levando à criação de um Estado palestino antes de os palestinos violarem seus compromissos e anularem os acordos.
- Em 2000, o primeiro-ministro Barak se ofereceu para criar um Estado palestino, mas Arafat rejeitou o trato.

Têm sido apresentadas muitas razões para justificar por que os palestinos, nas palavras de Abba Eban, "nunca perderam uma oportunidade de perder uma oportunidade". O historiador Benny Morris considera que os palestinos têm razões religiosas, históricas e práticas para se opor a um acordo com Israel. Ele diz que "Arafat e sua geração não podem abrir mão do sonho da grande terra de Israel para os árabes. ...(Isso é verdade porque) essa é uma terra sagrada. Dar al-Islam (o mundo do Islã) já esteve em poder dos muçulmanos e é inconcebível (para eles) que infiéis como nós (os israelenses) a recebamos". Os palestinos também acreditam que o tempo está ao seu lado. "Eles acham que a demografia vai derrotar os judeus em cem ou 200 anos, assim como foi com os Cruzados". Os palestinos também esperam que os árabes adquiram armas nucleares que lhes permitam derrotar Israel. "Por que eles deveriam aceitar um compromisso que hoje em dia consideram injusto?" [35]

MITO

"Yasser Arafat rejeitou as propostas de Ehud Barak em Camp David e na Casa Branca em 2000 porque não foi oferecido aos palesitinos um Estado viável. A Palestina não teria acesso à água e ao controle de seus lugares sagrados e seria dividida em cantões cercados por israelenses. Israel também manteria o controle de Jerusalém e negaria aos refugiados o direito ao retorno".

FATO

O primeiro-ministro israelense Ehud Barak se propôs a sair de 97% da Cisjordânia e de 100% da Faixa de Gaza. Além disso, concordou em desmontar 63 assentamentos isolados. Em troca da anexação de 5% da Cisjordânia, Israel aumentaria em um terço a extensão do território de Gaza.

> *"Barak fez uma proposta que era tão viável como ninguém poderia imaginar, e Arafat recusou-a. Se você tem um país que é minúsculo e você pode ver três lados dele do topo do edifício de um hotel, deve ter cuidado com aquilo que dá e com que você recebe".*
>
> – **Donald Rumsfeld,** Secretário de Defesa dos Estados Unidos[36]

Barak também fez concessões antes consideradas inimagináveis sobre Jerusalém, concordando em converter os bairros árabes na capital do novo Estado. Os palestinos manteriam o controle sobre seus lugares sagrados e teriam "soberania religiosa" sobre o Monte do Templo.

Segundo o negociador de paz da ONU Dennis Ross, Israel propôs criar um Estado palestino contíguo, e não uma série de cantões. Mesmo no caso da Faixa de Gaza, que deveria ficar fisicamente separada da Cisjordânia a menos que Israel tivesse que ser segmentada em partes descontinuadas, foi proposta uma solução pela qual uma rodovia de superfície uniria as duas partes do Estado palestino sem qualquer posto de verificação ou interferência israelense.

A proposta também abordava a questão dos refugiados, garantindo-lhes o direito de retorno ao Estado palestino e reparações de um fundo internacional de US$ 30 bilhões a ser arrecadado para essa finalidade.

Israel também concordou em estender aos palestinos o acesso à água dessalinizada em seu território.

Foi pedido a Arafat que concordasse com a soberania israelense sobre as partes do Muro Ocidental (ou Muro das Lamentações) que tinham significado religioso para os judeus (ou seja, não sobre a totalidade do Monte do Templo) e três estações de alarme no Vale do Jordão, de onde Israel se retiraria após seis anos. Entretanto, o mais importante é que se esperava que Arafat concordasse

com o fim do conflito ao término das negociações. Esse foi o verdadeiro rompimento do acordo. Arafat não estava disposto a encerrar o conflito. "Para ele, acabar com o conflito é acabar consigo mesmo", afirmou Ross.[37]

A posição que prevaleceu nas negociações em Camp David e na Casa Branca – que Israel ofereceu concessões generosas e Yasser Arafat recusou para dar lugar à intifada que começou em setembro de 2000 – se manteve por mais de um ano. Para se contrapor à percepção de que Arafat era um obstáculo à paz, os palestinos e seus partidários logo passaram a apresentar uma série de desculpas do motivo pelo qual Arafat se negou a aceitar uma proposta que teria estabelecido um Estado palestino. A verdade é que se os palestinos estavam instisfeitos com alguma parte da proposta israelense, tudo o que precisavam fazer era apresentar uma contraproposta, algo que nunca fizeram.

> *"O primeiro-ministro Ehud Barak estava preparado para tomar decisões; Arafat não. Acredito que ele seja capaz de dar início ao processo, mas não de concluí-lo".*
>
> **– Dennis Ross, mediador dos Estados Unidos, sobre o fracasso do encontro de cúpula de Camp David[38]**

MITO

"Os membros da Liga Árabe assinaram um pacto antiterror e se opuseram a toda forma de terrorismo".

FATO

A Liga Árabe, uma instituição moribunda que em geral se reúne apenas quando sente que precisa criticar Israel duramente em público, apareceu nas manchetes de 22 de abril de 1998 ao adotar o primeiro acordo árabe contra o terrorismo. Este conclama todos os países árabes a negar refúgio, treinamento e auxílio econômico ou militar a grupos que lancem ataques contra outras nações árabes. Afirma que o ataque a regimes governamentais árabes ou às famílias dos governantes deve ser considerado terrorismo e que o Islã rejeita "todas as formas de violência e terror". Os signatários também prometeram trocar informações sobre grupos terroristas.

Em geral, os países e organizações árabes definem o terrorismo de tal modo que os grupos que atacam Israel ficam excluídos. O acordo equivale e excluir os "movimentos de resistência" porque os esforços para a obtenção da "libertação e autodeterminação" não são considerados terrorismo pela Liga (a menos que seja um esforço de libertação dirigido a um governo árabe).

Não surpreende que Síria e Líbano foram os países que sustentaram que indivíduos que "resistissem à ocupação" no sul do Líbano, nas Colinas de

Golã e na Cisjordânia não deveriam ser considerados terroristas. Para os membros da Liga Árabe, o objetivo da "libertação nacional" justifica os ataques contra civis, incluindo mulheres e crianças.

O acordo não significou uma mudança na moralidade árabe ou uma preocupação recém-descoberta com relação ao terrorismo. Foi simplesmente um ato de autopreservação feito por autocratas que reconheciam que Israel não constituía para eles uma ameaça tão grande quanto seus próprios cidadãos desafetos.

Enquanto isso, Autoridade Palestina, Líbano, Síria, Líbia, Iraque e Irã continuam a sustentar, organizar e acolher organizações terroristas, juntamente com atos hediondos cometidos por terroristas árabes contra homens, mulheres e crianças inocentes em Israel e em qualquer outro lugar ao redor do mundo.

Em sua última conversa com Clinton, Arafat disse que o presidente era um "grande homem". Clinton respondeu: "Ao inferno quem eu sou. Sou um fracasso colossal, graças a você." [39]

MITO

"Israel ocupou ilegalmente o Complexo do Distrito de Governo e os escritórios palestinos na Casa do Oriente, bem como reocupou territórios em Jerusalém que haviam sido entregues aos palestinos".

FATO

Após uma série de ataques terroristas, incluindo a detonação de uma bomba numa pizzaria de Jerusalém que matou 15 pessoas e feriu mais de 130 – crianças homens e mulheres –, Israel adotou uma série de medidas defensivas na área de Jerusalém.

Uma dessas medidas foi ocupar o Complexo do Distrito de Governo e vários edifícios adjacentes que estavam sendo usados pelas forças de segurança palestina para organizar e instigar atividades terroristas. Uma segunda medida foi fechar os escritórios da Autoridade Palestina na Casa do Oriente em Jerusalém. Esta foi particularmente polêmica porque a Casa do Oriente havia se convertido num popular ponto de encontro entre jornalistas e palestinos que a viam como sua capital não-oficial, onde freqüentemente agendavam reuniões com dignitários estrangeiros.

Conforme os acordos entre israelenses e palestinos, as responsabilidades pela segurança em Jerusalém são de domínio exclusivo de Israel (Acordo Interino). Além de atuar conforme o bem-estabelecido princípio de autodefesa segundo o direito internacional, as ações de Israel são consistentes com os termos dos acordos israelense-palestinos. Ao usar essas áreas como bases para instigar o terror, os palestinos violaram seu compromisso de combater o

terrorismo e a violência (Acordo Interino, Anexo 1, Artigo 4.1.f) e de implementar uma política de tolerância zero (Memorando de Wye River 2.A.1). Além disso, violaram a promessa de "renunciar ao uso do terrorismo e outros atos de violência" (carta de Yasser Arafat a Yitzhak Rabin. Ver Apêndices) que foi a base para todo o processo de Oslo. Finalmente, a decisão dos líderes palestinos de rejeitar as negociações e adotar uma estratégia de terrorismo despreza a primeira recomendação do Relatório da Comissão Mitchell, que conclama as partes a "implementar imediatamente a interrupção incondicional da violência".

Os palestinos talvez estejam furiosos porque não podem desenvolver atividades políticas na Casa do Oriente, mas a verdade é que, em primeiro lugar, os acordos com Israel os impediram de fazê-lo. O Acordo Interino estabelece que todos os escritórios da Autoridade Palestina só podem ficar em áreas sob jurisdição territorial palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (Acordo Interino 1.7). Além do mais, as freqüentes reuniões feitas na Casa do Oriente entre membros da Autoridade Palestina e diplomatas estrangeiros violavam a proibição geral sobre o exercício de relações exteriores contida no Artigo 9 do Acordo Interino.

Israel concordou em permitir que os palestinos estabelecessem instituições econômicas, sociais, educacionais e culturais para atender às necessidades da população de Jerusalém; no entanto, nenhuma atividade política está permitida em qualquer dos acordos assinados pelas duas partes – e, obviamente, não se pode esperar que Israel permita operações terroristas em sua capital.

MITO

"Os palestinos se uniram ao resto do mundo na condenação aos ataques terroristas do 11 de setembro nos EUA".

FATO

Tendo aprendido a lição de se desvincular – e ao povo palestino – de Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo, Yasser Arafat condenou o ataque contra os Estados Unidos. Contudo, os palestinos na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos campos de refugiados no Líbano festejaram os ataques. Numa passeata em Gaza, por exemplo, manifestantes carregavam cartazes de apoio ao terrorista saudita Osama bin Laden. Depois que a coalizão dos EUA atacou o Afeganistão, o Hamas organizou passeata em Gaza na qual milhares de palestinos marcharam em apoio a bin Laden. Entre os que comemoravam nesses eventos estavam membros da força policial da Autoridade Palestina, que disparavam suas armas ao ar. Outros cantavam: "Deus é grande" enquanto distribuíam doces.

MITO

"A Autoridade Palestina apreendeu armas ilegais e cumpriu outras obrigações, conforme os acordos de Oslo, a fim de restringir a posse de armas à força policial autorizada".

FATO

Conforme o Acordo Interino assinado por Israel e os palestinos, "nenhuma organização, grupo ou indivíduo na Cisjordânia e na Faixa de Gaza pode fabricar, vender, adquirir, possuir, importar ou introduzir de alguma outra forma, na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza, armas de fogo, munição, armamentos, explosivos, pólvora ou qualquer outro equipamento afim", exceto a polícia palestina. O anexo do acordo ainda especifica que a polícia só tem permissão de usar um número limitado de pistolas, rifles e metralhadoras e que todas as armas devem ser registradas.

> *"[Os Estados Unidos] devem pressionar [Yasser Arafat] a fazer o que ele está pedindo dos outros governos – romper, de uma vez por todas, as ligações com grupos extremistas islâmicos compromissados com o terrorismo. A menos que o senhor Arafat dê esse passo – a menos que prenda os envolvidos nesses atos na Cisjordânia e Faixa de Gaz – a violência não terminará e as negociações não progredirão; ele nunca vai recuperar a credibilidade como um parceiro nas negociações com Israel".*
>
> **– Editorial do *Washington Post*** [40]

Durante a intifada de Al-Aksa ficou claro que os palestinos abandonaram qualquer pretensão de cumprir o que Israel via como um requisito de segurança crucial dos acordos de Oslo. Foram formadas milícias que, segundo os acordos de paz, não têm permissão para existir ou possuir armas, mas usam fuzis, metralhadoras, morteiros, granadas e outros explosivos para lançar ataques terroristas contra Israel. Cada vez que é apresentada uma foto de um palestino portando uma arma – e eles aparecem o tempo inteiro na imprensa – é uma evidência de que os palestinos vêm quebrando suas promessas.

Em junho, quando concordaram com o Plano Tenet de Cessar-Fogo, os palestinos se comprometeram novamente a "fazer um esforço conjunto para localizar e confiscar armamentos ilegais, incluindo morteiros, foguetes e explosivos" e "impedir o contrabando e produção ilegal de armamentos". Não fizeram nem uma coisa nem outra, o que constitui uma grave violação do acordo assinado pelos palestinos, uma vez que provoca desconfiança e ameaça a segurança israelense.

MITO

"Os terroristas palestinos só atacam israelenses; eles nunca se voltam contra americanos".

FATO

A OLP tem uma longa história de violência brutal contra civis inocentes de diversas nações, incluindo os Estados Unidos. Embora os grupos terroristas muçulmanos palestinos sejam um fenômeno mais recente, tampouco pouparam americanos. Eis alguns exemplos de incidentes terroristas palestinos envolvendo cidadãos americanos:

- Mais de três dúzias de americanos estavam entre os passageiros mantidos como reféns quando a Frente Popular pela Libertação da Palestina seqüestrou quatro aviões em setembro de 1970.
- Em 1972, a OLP tentou enviar cartas-bomba ao presidente Nixon, ao ex- secretário de Estado William Rogers e ao secretário de Defesa, Melvin Laird.
- Em 2 de março de 1973, membros da OLP assassinaram o embaixador dos EUA no Sudão, Cleo Noel, e o *chargé d´affaires* (encarregado de negócios) George Moore. Os assassinos foram capturados pelo Sudão e admitiram que receberam ordens diretamente da OLP. Os membros do serviço de inteligência também acreditavam ter evidências que vinculavam Yasser Arafat diretamente aos assassinatos, mas suprimiram isso por razões desconhecidas. Todos os terroristas foram soltos.[41]
- Em 11 de março de 1978, terroristas da OLP desembarcaram na costa de Israel e assassinaram um fotógrafo americano que caminhava pela praia. Os terroristas então tomaram de assalto um ônibus que passava pela estrada costeira, atirando e arremessando granadas sobre os transeuntes da janela do ônibus. Quando as tropas israelenses conseguiram parar esse veículo mortal, 34 civis estavam mortos e 82 feridos.
- Em outubro de 1985, um esquadrão terrorista da FLP 9Frente de Libertação da Palestina) comandado por Abul Abas, seqüestrou o transatlântico *Achille Lauro*. Leon Klinghoffer, um passageiro americano que viajava em cadeira de rodas, foi assassinado.
- Em março de 1988, a Fatah de Arafat declarou que havia tentado assassinar o secretário de Estado, George Shultz, ao colocar um carro-bomba próximo ao seu hotel em Jerusalém.[42]
- Em 9 de abril de 1995, um homem-bomba explodiu um ônibus israelense e matou oito pessoas, entre elas a estudante de 20 anos Alisa Flatow, da Brandeis University.
- Em 9 de agosto de 2001, Shoshana Yehudit Greenbaum, de 31 anos, estava entre as 15 pessoas assassinadas num atentado suicida na

pizzaria Sbarro, no Centro de Jerusalém. O Hamas e a Jihád Islâmica assumiram a responsabilidade pelo ataque.

- Em 31 de julho de 2002, explodiu uma bomba na cafeteria da Universidade Hebraica de Jerusalém, matando sete pessoas e ferindo 80. Havia cnco americanos entre os mortos.
- Em 11 de junho de 2003, a explosão de um ônibus em Jerusalém matou um americano e feriu a filha do senador Robert Singer, do Estado de New Jersey.
- Em 20 de junho de 2003, um ataque a tiros contra um automóvel que viajava pela Cisjordânia matou Tzvi Goldstein, de 47 anos, e feriu seu pai, sua mãe e sua mulher.
- Em 19 de agosto de 2003, um homem-bomba matou cinco americanos, inclusive um bebê de 3 meses, uma criança de 3 anos e outra de 9 anos, além de ferir uma menina de 11 anos, também americana, em um ônibus de Jerusalém.
- Em 15 de outubro de 2003, terroristas palestinos emboscaram um comboio americano na Faixa de Gaza, matando trê cidadãos americanos contratados da Embaixada dos EUA.

"O atentado de ontem (9 de agosto de 2001) a uma pizzaria lotada no centro de Jerusalém, que matou pelo menos 14 pessoas e feriu por volta de cem, foi uma atrocidade de tal ordem que deve ser distinguida de qualquer outra coisa que ocorre no conflito palestino-israelense... o ataque deliberado a civis, incluindo crianças... é simplesmente uma selvageria pela qual não se pode esperar que qualquer país tenha razões para tolerar. A determinação de Israel de responder na noite passada foi inteiramente legítima. Os líderes palestinos não deveriam ter qualquer dificuldade de condenar de modo inequívoco o atentado ao restaurante. Contudo, sua resposta foi mais do que equivocada. Yasser Arafat externou uma declaração muito fraca, condenando o atentado e 'todos os atos que causam danos a civis'. Seus dirigentes deixaram claro que não condenam os grupos palestinos que reivindicam a responsabilidade pelo atentado... Essa celebração do assassinato, juntamente com a tentativa perversa de lançar a responsabilidade pelo ataque sobre Sharon, acrescenta uma nova medida de insulto aos graves danos infligidos pelo próprio atentado. Foi Arafat quem libertou dúzias de militantes islâmicos da custódia e se recusou a prendê-los desde então. O ataque terrorista foi uma conseqüência totalmente previsível. Foi também Arafat quem falhou sistematicamente em fazer baixar

a violência e parar com o incitamento oficial contra Israel. A Autoridade Palestina, após atiçar a ira palestina e jogar um processo político viável ao mar, não pode agora se eximir da culpa de ataques mortais por grupos que ele sabidamente protege. Quanto a essa tragédia, Israel não tem qualquer estratégia atraente à sua escolha. Há cada vez menos razões para se esperar que Arafat possa ser um parceiro viável e sério para as negociações... as declarações de cessar-fogo se mostraram sem valor, assim como os compromissos de restabelecer a cooperação na área de segurança e de controle do terrorismo. Sob absolutamente quaisquer circunstâncias, o caminho óbvio seria encerrar as negociações. Mas o que viria daí em diante?..."

– Editorial do *Washington Post* [43]

MITO

"A causa do atual conflito é a oposição de Israel à criação de um Estado palestino".

FATO

Durante muitos anos, o consenso em Israel era que a criação de um Estado palestino representaria um grave risco à segurança de Israel. Esses temores estavam bem fundamentados, dado o prolongado comprometimento palestino com a destruição de Israel e a adoção posterior de um plano em fases pelo qual os palestinos expressaram seu desejo obstinado de começar com um pequeno Estado em curto prazo e usá-lo como base para alcançar sua meta de longo prazo, qual seja, ocupar o lugar de Israel (veja, por exemplo, a declaração de Faisal Husseini em junho de 2001).

Os israelenses ainda acreditam que um Estado palestino representará uma ameaça, vide especialmente o contrabando ilegal de armas para a Autoridade Palestina; contudo, tem ocorrido uma mudança radical de opinião e até mesmo os israelenses mais "direitistas" agora levam em consideração a possibilidade de os palestinos estabelecerem um Estado e estão preparados para aceitar os riscos envolvidos em troca da paz.

MITO

"A Autoridade Palestina está honrando seus compromissos e impedindo o contrabando de armas para as áreas sob seu controle".

FATO

Em 3 de janeiro de 2002, comandos das Forças de Defesa de Israel capturaram o Karine-A, um navio-cargueiro de quatro mil toneladas carregado com 50

toneladas em armamentos de fabricação iraniana e russa, incluindo mísseis de longo alcance Katyusha, mísseis antitanque LAW e Sagger, morteiros de longo alcance, minas, fuzis de tiro a longa distância, munição e mais de duas toneladas de explosivos de alta-potência.

> *"No fim (nós e os palestinos) alcançaremos uma solução em que haverá um Estado palestino, mas tem que ser por meio de um acordo e desmilitarizado".*
>
> **– Primeiro-ministro Ariel Sharon**[44]

Apesar dos desmentidos de Yasser Arafat, Omar Akawi, oficial naval da Autoridade Palestina que capitaneou e operou o navio de propriedade palestina, admitiu que a operação de contrabando fora ordenada pela Autoridade Palestina: "Sou um oficial da marinha, funcionário da Autoridade Palestina. Recebo meu salário deles e tenho que cumprir ordens".[45]

O governo Bush também considerou os desmentidos pouco convincentes. "As informações que estamos recebendo e colhendo por conta própria", afirmou o secretário de Estado, Colin Powell, "deixam claro que há conexões com a Autoridade Palestina".[46]

Akawi afirmou que as armas estavam destinadas aos palestinos da Faixa de Gaza. O plano havia sido passar o navio pelo Canal de Suez e em seguida transferir as armas para três barcos menores nas proximidades do porto egípcio de Alexandria que, por sua vez, as levaria até um ponto afastado da costa de Gaza, onde seriam jogadas ao mar embaladas em contêineres especiais à prova d´água, permitindo que o arsenal flutuasse intacto fosse recolhido por oficiais da marinha palestina disfarçados de pescadores.[47]

A operação de contrabando violava os termos dos acordos de Oslo assinados pelos palestinos e representava uma séria escalada na já tensa situação. A quantidade e a qualidade das armas do carregamento, que excedia o que os palestinos já haviam contrabandeado por meio de túneis na Faixa de Gaza e em outros lugares, também reforçaram as preocupações israelenses acerca das intenções palestinas, bem como a ameaça que um futuro Estado palestino poderia representar.

MITO

"Centenas de soldados israelenses estão se recusando a servir nos territórios. Isto prova que a política de Israel é injusta".

FATO

Até agora, por volta de 400 israelenses reservistas (0,08% de 445 mil) assinaram uma petição declarando que não mais servirão nos territórios.

Eles receberam muita publicidade porque um soldado israelense se recusar a servir o seu país é algo completamente inusitado. O que não atraiu a atenção da mídia foi a reação da maioria dos israelenses à convocação para servir na Operação Escudo de Defesa. A resposta foi superior a 100%. Israelenses que não estavam obrigados a servir devido à idade avançada, a deficiências ou por terem sido dispensados do serviço militar se apresentaram como voluntários para ir aos territórios.

Numa democracia como Israel, as pessoas podem protestar contra as políticas do seu governo, mas os clamores de uma minoria não pesam mais do que os da maioria. De fato, uma pesquisa da Universidade de Tel-Aviv mostrou que 61,5% dos israelenses se oponhuma fortemente e 17,6% se opunham consideravelmente à recusa dos ativistas a servir. Significa que algo próximo de 80% da população rejeitou o argumento dos *refuseniks*; apenas 15% lhes deram total apoio. Acrescente-se a isso que foi publicada uma contrapetição nos jornais israelenses assinada por mais de mil reservistas que se diziam "surpresos e envergonhados" pela carta original, escrita por um grupo ao qual chamaram de *draft dodgers* (uma corja de aproveitadores). Além disso, mais de 4.500 reservistas se apresentaram voluntariamente para serviço adicional.[48]

Os soldados levantaram importantes questões a respeito do tratamento dispensado aos palestinos por parte de militares que estão sendo levadas muito a sério pela população e pelo governo israelenses; todavia, mais do que simples atos de consciência, suas ações também eram politicamente motivadas. Shlomo Gazit, ex-chefe da inteligência militar israelense e simpatizante dos objetivos políticos dos soldados refuseniks, escreveu um apelo apaixonado para que encerrassem o protesto, destacando tanto que a segurança israelense depende da lealdade absoluta dos soldados aos dirigentes eleitos da nação quanto a natureza apolítica do sistema de segurança. Gazit enfatiza que soldados não podem decidir quais ordens desejam cumprir e afirmou que se os princípios dos refuseniks fossem adotados, podreiam descobrir que muitos outros soldados assumiriam uma atitude exatamente oposta e, digamos, se recusariam a cumprir ordens para evacuar os assentamentos ou se retirar dos territórios. Conforme ele afirma, os soldados podem levar suas missões adiante sem abrir mão da sua humanidade e podem recusar ordens ilegais.[49]

Além disso, a sociedade democrática de Israel oferece aos soldados outras saídas para concretizar sua agenda política, como criar um movimento político ou usar um já existente para mudar a política israelense. Outra opção é levar suas queixas ao Judiciário. Oito dos reservistas israelenses fizeram exatamente isso e foram ouvidos pela Suprema Corte de Israel. Em dezembro de 2002, a corte determinou que os reservistas não poderiam escolher suas designações e declarou que permitir isso poderia levar a uma situação em que cada unidade do Exército operasse de acordo com o seu próprio código moral.[50]

MITO

"Está sendo construída uma cerca para separar Israel da Autoridade Palestina, que não resolverá problema algum e levará à criação racista de um gueto palestino".

FATO

Ao longo de boa parte da fronteira que separa Israel da Cisjordânia não há qualquer tipo de barreira ou algumas facilmente evitadas. Em resposta a dúzias de ataques de homens-bomba e ataques terroristas diários contra seus civis, Israel decidiu construir uma cerca de segurança próximo à Linha Verde, a fim de impedir que os terroristas se infiltrassem em Israel.

Uma grande maioria de israelenses apóia a construção da cerca de segurança. Aqueles que vivem ao longo da Linha Verde, judeus e árabes, são a favor da cerca para impedir a entrada de ladrões e de vândalos, bem como terroristas. Construir uma barreira por motivos de segurança não é algo injustificado ou incomum. Muitas nações têm cercas para proteger suas fronteiras e Israel já as tem ao longo das fronteiras com Líbano, Síria e Jordânia. Portanto, construir uma barreira para separar Israel da Autoridade Palestina não é uma novidade.

Até mesmo israelenses que não são entusiastas do estabelecimento de um Estado palestino argumentam que a cerca é necessária para reduzir o número de ataques terroristas. O chefe do Shin Bêt, Avi Dichter, por exemplo, tem dito que uma barreira física pode ser uma contenção e cita o exemplo da cerca construída para separar Israel da Faixa de Gaza.[51] Desde sua construção, nem um único homem-bomba ultrapassou a barreira, enquanto aproximadamente 250 vieram da Cisjordânia durante o segundo levante palestino.

Não se imagina que a cerca seja intransponível. É possível que alguns terroristas consigam ultrapassá-la; todavia, o obstáculo sem dúvida alguma tornará as incursões muito mais difíceis e, assim, minimizará o número de ataques.

A cerca está planejada para servir apenas como uma barreira de segurança, não uma fronteira política, e Israel está fazendo todo o possível para minimizar o impacto negativo sobre os palestinos que vivem na área da construção.

Um número crescente de israelenses tem chegado à conclusão de que a melhor solução para o conflito com os palestinos é a separação. Uma vez que a cerca esteja concluída, Israel poderá se decidir a recuar. Como Israel tem como fazer uma ação unilateral, a cerca não precisa demarcar uma fronteira definitiva. Os palestinos poderiam negociar um acordo pelo qual a cerca possa vir a ser removida ou demolida. Se eles quiserem viver em paz com Israel, pessoas e bens poderão ir e vir livremente; no entanto, se permanecerem comprometidos com a violência e sem disposição para coexistir com seus vizinhos israelenses, a barreira poderá ser fechada.

Os palestinos se queixam de que a cerca cria um "fato consumado", mas se espera que a maior parte da área incorporada faça parte de Israel em qualquer acordo de paz com os palestinos. Os negociadores israelenses sempre visualizam a futura fronteira como era em 1967, com modificações que minimizem o risco de segurança e maximizem o número de judeus vivendo dentro de Israel. Quando os palestinos interromperem a violência e negociarem de boa fé, poderá ser possível remover a cerca, movê-la ou abrir uma passagem que ofereça liberdade de movimento. A cerca pode estimular os palestinos a agir neste sentido porque vem mostrando que o apoio ao terrorismo tem um preço.

Embora os palestinos tenham dado alguns passos positivos para implementar o "mapa do caminho" para a paz, Israel ainda precisa ser precavido no caso de o processo vacilar ou se a Autoridade Palestina não for bem-sucedida em acabar com o terrorismo. Terminar a cerca é uma das salvaguardas mais vitais.

A denúncia dos palestinos de que a cerca terá o efeito de criar um gueto não faz sentido. O primeiro-ministro Sharon aceitou o estabelecimento de um estado palestrino contíguo do lado deles da barreira. Assim que a barreira estiver concluída, Israel terá que decidir se vai permitir que judeus permaneçam em comunidades do lado "errado" da cerca (onde eles não poderão se beneficiar da segurança que ela pode lhes oferecer), se oferecerá compensações para se mudarem ou se vai retirá-los à força para o lado israelense.

A expectativa é que a cerca de segurança se estenda por aproximadamente 320 km. Ela percorrerá o lado oriental da fronteira pré-1967 e incorporará as maiores cidades israelenses da Cisjordânia. Atualmente, aproximadamente 137 km foram concluídos.

Como parte do Plano de Defesa de Jerusalém, a construção também já se estendeu ao redor de três partes de Jerusalém, que vem sendo o alvo mais freqüente dos homens-bomba. Quando concluída, a extensão dessa seção da cerca percorrerá 50 km ao redor das fronteiras municipais.

MITO

"A demolição de lares palestinos é um exemplo dos métodos bárbaros da opressão israelense".

FATO

A decisão de Israel de demolir casas palestinas não é arbitrária. O Exército em geral decide adotar essa medida drástica apenas depois de uma extrema provocação e a fim de garantir a segurança de soldados e de civis. No caso particular dos lares palestinos da Faixa de Gaza, eles vêm sendo usados como fábricas de bombas, para oferecer cobertura a franco-atiradores e ocultar túneis usados para contrabendear armas do Egito. O objetivo da demolição das casas também é mostrar que, além de levar destruição às suas vítimas,

os terroristas a trazem às suas próprias famílias e comunidades. A esperança é que, antes de se envolver com o terrorismo, um palestino pense duas vezes sobre as conseqüências. De fato, as Forças de Defesa de Israel consideraram a demolição de casas como uma contenção efetiva e essa política tem levado os pais a se voltarem para seus filhos antes que os jovens participem de ataques terroristas que possam levar á destruição do lar da família.[52]

Algumas vezes, as casas também são demolidas quando construídas ilegalmente, sem aprovação do governo ou das permissões apropriadas. Essa prática não se aplica apenas aos palestinos; na verdade, quando construídas ilegalmente, as casas judaicas são igualmente demolidas. Por exemplo, os esforços de colonos judeus de criar postos avançados ou expandir assentamentos existentes de maneira ilegal resultam em geral na demolição das construções.[53]

MITO

"Os palestinos têm abandonado o seu sonho de destruir Israel e aceitaram o estabelecimento de um Estado em parte da Cisjordânia e da Faixa de Gaza que vai coexistir pacificamente com Israel".

FATO

A Autoridade Palestina tem deixado claro seu objetivo territorial em seus livros escolares, no modo como Yasser Arafat veste sua *kefía* (na forma da Palestina) e nos emblemas de suas organizações (veja o da OLP, por exemplo). A expressão mais dramática desse objetivo é o mapa da Palestina publicado no web site oficial, que apresenta a Palestina abarcando a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e todo Israel.[54]

Os israelenses têm expressado sua disposição de viver em paz com um Estado palestino ao lado de Israel. No entanto, assim como está expressamente indicado no mapa, os palestinos continuam a sonhar com um Estado palestino no lugar de Israel.

MITO

"O plano de paz da Liga Árabe de 2002 representa uma mudança de visão, na qual, pela primeira vez, os árabes estão abandonando suas exigências radicais".

FATO

O príncipe coroado saudita Abdula apresentou um projeto de paz que foi em seguida revisado e adotado pela Liga Árabe como uma iniciativa de paz que oferecia a Israel "relações normais" em troca de um recuo para as fronteiras de 1967 e de uma solução para o problema dos refugiados palestinos. De fato, a "nova" iniciativa não é mais do que uma reapresentação da interpretação árabe da Resolução 242 das Nações Unidas. O problema é que não

Map 23 Mapa Oficial da Palestina divulgado pela Autoridade Palestina

especifica o que o plano de paz exige de Israel. A resolução pede que Israel se retire dos territórios ocupados durante a guerra e não de "todos" os territórios em troca da paz. Na verdade, os delegados fizeram um *lobby* para que a palavra "todos" fosse incluída na resolução, idéia rejeitada. Além disso, a Resolução 242 também afirma que cada Estado tem o direito de viver dentro de "fronteiras seguras e reconhecidas", o que todos os analistas militares interpretaram como as fronteiras de 1967 com modificações que garantam a segurança de Israel. A propósito, a resolução não diz que uma coisa vem antes de outra, mas que esses princípios têm igual importância. Israel não tem qualquer obrigação de se retirar antes que os árabes concordem em viver em paz.

O plano árabe pede que Israel se retire das Colinas de Golã. O governo israelense ofereceu se retirar da maior parte, se não de todo o Golã, em troca de um acordo de paz; contudo, o presidente sírio, Bashar Assad, não tem se mostrado disposto a negociar de forma alguma com Israel.

A exigência de que Israel se retire dos "territórios libaneses que permanecem ocupados no sul do Líbano", mais do que ingênua, contradiz a conclusão das Nações Unidas de que Israel cumpriu inteiramente a sua obrigação de se retirar do território libanês.

A iniciativa árabe também pede uma solução justa para o problema dos refugiados palestinos com base na Resolução 194 da Assembléia Geral das Nações Unidas, que não é de cumprimento obrigatório. Atualmente a UNRWA (Agência de Auxílio e Trabalho das Nações Unidas) afirma que existem 3,9 milhões de refugiados palestinos. A população atual de Israel é de seis milhões, cinco milhões dos quais são judeus. Caso todos os palestinos retornassem, a população chegaria a dez milhões e a proporção entre judeus e palestinos estaria próxima de 50-50. Dada a maior taxa de natalidade árabe, Israel logo deixaria de ser um Estado judeu e se tornaria de fato um segundo Estado palestino (juntamente com aquele que, imagina-se, venha a ser criado na Cisjordânia e na Faixa de Gaza). Essa fórmula suicida tem sido rejeitada por Israel desde o fim da guerra de 1948 e hoje em dia é totalmente inaceitável para os israelenses.

Israel concorda em permitir que alguns refugiados palestinos retornem por razões humanitárias e como parte de um plano de reunificação familiar. Milhares têm regressado com base nisso. Israel expressou reiteradamente sua disposição de aceitar até cem mil como parte de uma solução para a questão. Com efeito, um comunicado do governo declarou que Israel já aceitou 140 mil refugiados desde o Acordo de Oslo de 1993.[55]

O tema dos refugiados não fez parte da proposta original de Abdula e foi acrescido à reunião de cúpula sob pressão de outras delegações. É importante notar também que a Resolução 242 nada diz sobre os palestinos e a referência aos refugiados também pode ser aplicada aos judeus que fugiram e foram

removidos de seus lares nos países árabes. Outra modificação na visão apresentada anteriormente por Abdula foi a retirada da promessa de uma normalização integral das relações com Israel, substituída por uma garantia ainda mais vaga de "relações normais".

> *"Algumas pessoas têm clamado, como solução única e simples, por um retorno imediato à situação tal como era em 4 de junho... isso não é uma prescrição para a paz, mas para a retomada das hostilidades".*
>
> **– Lyndon Johnson, presidente dos EUA, em discurso em 19 de junho de 1967**

A exigência árabe para que Israel aceite o estabelecimento de um Estado palestino na Cisjordânia e na Faixa de Gaza com Jerusalém Oriental como sua capital tem feito parte das negociações desde Oslo. Os líderes israelenses, inclusive Sharon, têm aceitado a idéia de criar um Estado palestino em parte desses territórios e Israel tem até mesmo oferecido possibilidades de acordo quanto ao status de Jerusalém, mas os palestinos rejeitaram todas.

Também é digno de nota que a maioria das nações da Liga Árabe não tem razões para não estar em paz com Israel atualmente. Israel não retém parte alguma de seus territórios e está mais do que disposto a fazer a paz com os membros da Liga. Vários membros desta já haviam começado a normalizar relações com Israel antes do último estouro de violência, cujo principal crítico foi a Arábia Saudita.

Para que o plano tenha alguma chance de servir como ponto de partida para as negociações, os sauditas e outros membros da Liga Árabe teriam que estar preparados para negociar diretamente com Israel. O primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon, disse até que iria à reunião de cúpula da Liga Árabe para discutir o plano, mas não foi convidado. Os sauditas também foram convidados para ir a Jerusalém a fim de discutir sua proposta, mas também rejeitaram essa idéia.

> *"Um relatório confidencial da inteligência americana, obtido de uma pesquisa da inteligência saudita em meados de outubro (de 2001) com sauditas com educação formal entre 25 e 41 anos, concluiu que 95% deles apoiavam a causa do senhor bin Laden".*
>
> ***– New York Times*[56]**

MITO

"Os líderes árabes têm condenado os atentados com homens-bomba e outros atos de terrorismo desde o 11 de setembro e pediram ao presidente Bush que tomasse medidas a fim de combater o terrorismo".

FATO

Em abril de 2002, o presidente Bush conclamou os países árabes a "fazer todo o possível para deter as atividades terroristas, bloquear o finaciamento ao terrorismo e acabar com a incitação à violência na mídia estatal". Ele também os instou a denunciar publicamente os atentados suicidas e a usar sua influência sobre a Autoridade Palestina e outros grupos para frear a violência.[57] Além de rejeitar o pedido do presidente, os líderes árabes fizeram exatamente o contrário. Por exemplo, o presidente iraquiano, Saddam Hussein, prometeu publicamente pagar US$ 25 mil às famílias dos homens-bomba. A Arábia Saudita promoveu uma campanha em favor do terror com o objetivo de arrecadar milhões de dólares para os "mártires", sendo que os dois maiores contribuintes foram o rei Fahd e o príncipe coroado Abdula, saudado como o arquiteto da última iniciativa de paz da Liga Árabe.[58] Portanto, tanto radicais como o Iraque como "moderados" como a Arábia Saudita estão sustentando o terrorismo, além do patrocínio mais amplo do terror por parte desses e de outros países, inclusive o Irã.

Em 2 de abril, a reunião dos 57 membros da Organização da Conferência Islâmica na Malásia rejeitou qualquer vínculo entre os ataques palestinos e o terrorismo, recusando-se até mesmo a definir o que é terrorismo. O primeiro-ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, pediu que o grupo classificasse todos os ataques a civis, inclusive os cometidos pelos homens-bomba, como terrorismo, mas a Conferência não o faria.[59]

Talvez o melhor exemplo da recusa árabe a condenar o terrorismo tenha vindo do rei Abdula da Jordânia, tido geralmente como o líder árabe mais moderado e o aliado mais próximo dos Estados Unidos. Em entrevista à CNN, Christiane Amanpour pediu de diversas maneiras a Abdula que fizesse uma delcaração simples condenando os atentados suicidas contra Israel e ele reiteradamente se desviou da questão.[60]

Enquanto os países árabes continuarem a apoiar o terrorismo, Israel permanecerá em perigo e sobra pouca esperança para a paz ou a estabilidade regional. Além disso, a política árabe legitima o uso do terror não somente contra Israel, mas também contra outras nações, inclusive os Estados Unidos.

MITO

"Israel está fazendo comparações maldosas entre a resistência palestina e os ataques do 11 de setembro nos EUA na esperança de angariar simpatia para sua política".

FATO

Israel e Estados Unidos são aliados na guerra contra o terrorismo. Ambos enfrentam uma ameaça comum por parte de grupos radicais islâmicos e ideológicos que querem destruí-los por aquilo que representam: liberdade, democracia, modernidade e valores judaico-cristãos. Os palestinos não estão empenhados na resistência, mas sim no assassinato a sangue-frio. Nenhuma desculpa justifica o assassinato de inocentes. Isso é terrorismo.

É verdade que os ataques terroristas em Israel e nos Estados Unidos não são completamente análogos. O dia 11 de setembro foi terrível, porém foi apenas um entre um punhado de ocasiões em que os americanos foram vítimas do terror. Os israelenses se defrontam com ameaças às suas vidas diariamente. Os americanos estão tendo que aprender a viver com novas precauções nos aeroportos, um inconveniente relativamente menor. Os israelenses têm de se precaver de pessoas e pacotes em todos os lugares. Felizmente os americanos ainda não têm que pensar duas vezes antes de enviar seus filhos para brincar fora, antes de irem às compras num shopping-center ou de desfrutar de uma noite num restaurante. Os israelenses agora devem se preocupar constantemente com a segurança de seus filhos e arriscam a vida indo a discotecas, pizzarias e mercearias. Para a maioria dos americanos, o shabát é um tempo de oração, reflexão, descanso e lazer. Para os israelenses, o shabát tem sido freqüentemente marcado pelo assassinato e pela mutilação por parte dos homens-bomba palestinos. Após o massacre de Pêssach (a Páscoa judaica) em março de 2002, no qual 29 pessoas foram assassinadas durante o seu Sêder (serviço religioso em família), os israelenses não podem sequer desfrutar de suas comemorações religiosas.

Às vezes é difícil para os americanos compreender a magnitude do impacto de um ataque terrorista que mata "apenas" 29 pessoas, mas num país tão pequeno como Israel esse número é devastador e é provável que muitos israelenses conheçam as vítimas pessoalmente. Com efeito, um estudo descobriu que um terço dos israelenses entre 14 e 18 anos conhece alguém que foi assassinado ou ferido num ataque terrorista.

> *"Não se pode negociar com terroristas porque a sua única resposta para o cumprimento de suas exigências é a chantagem.. (Israel) não pode negociar com pessoas que matam civis por razões políticas... Qualquer líder político que tolera o terrorismo como um instrumento legítimo para sua campanha política é um terrorista".*
>
> **– Milos Zeman, primeiro-ministro checo**[61]

Proporcionalmente, a morte de 20 israelenses equivale aproximadamente a mil americanos, de maneira que, da perspectiva dos israelenses, eles vivem praticamente um 11 de setembro por semana. Isso sem contar todos os ataques frustrados. Dezenas de atentados têm sido evitados pela polícia e por homens e mulheres corajosos que muitas vezes literalmente colocaram seus corpos entre os homens-bomba e as vítimas pretendidas. Também é importante ressaltar que enquanto a maioria dos inimigos dos Estados Unidos está a milhares de quilômetros de distância, os terroristas que ameaçam Israel estão literalmente às suas portas.

MITO

"Os palestinos se tornaram terroristas por desespero".

FATO

Muitos palestinos se encontram em situação lamentável e freqüentemente bastante grave. Muitos vivem na pobreza, não vêem esperança no futuro e estão descontentes com a maneira como são tratados pelos israelenses. Nada disso justifica o envolvimento com o terrorismo. Na verdade, muitos dos terroristas não são pobres nem desesperados. Por exemplo, Osama bin Laden, o terrorista mais procurado do mundo, é um milionário saudita.

Quando perguntado a respeito de dois homens-bomba palestinos que se explodiram num mercado de rua em Jerusalém, matando dez pessoas entre 14 e 21 anos, o primo de um deles afirmou: "Esses dois não tinham qualquer privação".[62]

> *"... qualquer cultura que se orgulha de ter na próxima geração um suprimento pronto de armamento barato já perdeu o seu futuro. Qualquer líder que cultiva ou justifica o suicídio como seu plano de guerra perdeu toda a sua estatura moral. O que podemos dizer de sociedades que praticam o sacrifício humano?".*
>
> **– Colunista Ellen Goodman[63]**

Um relatório da Agência Nacional de Pesquisa Econômica concluiu que "em grande medida as condições econômicas e a educação não estão relacionadas à participação e ao apoio ao terrorismo". Os pesquisadores afirmaram que a última explosão de violência na região não pode ser justificada pela deterioração das condições econômicas, pois não há qualquer conexão entre o terrorismo e a depressão econômica. Além disso, os autores descobriram que o apoio às ações violentas contra Israel, inclusive os atentados suicidas, não varia muito segundo a condição social.[64]

A Anistia Internacional publicou um estudo que condenava todos os ataques de palestinos contra civis israelenses e afirmava que nenhuma ação

israelense os justificava. Segundo o estudo, "os ataques contra civis por parte de grupos palestinos armados são generalizados, sistemáticos e seguem uma política explícita de ataque a civis. Portanto, conforme a lei internacional constituem crimes contra a humanidade".[65]

> *"O uso de homens-bomba é inteiramente inaceitável. Nada pode justificar isso".*
>
> **– Representação Especial das Nações Unidas para a proteção das crianças no cconflito armado, sob comando do secretário-geral Olara Otunnu[66]**

O terrorismo não é culpa de Israel, não é resultado da "ocupação" e certamente não é a única resposta ao alcance do descontentamento palestino. Os palestinos têm uma opção para melhorar sua situação, a negociação, que tampouco é a única opção. Eles também poderiam escolher o caminho da não-violência seguido por Martin Luther King ou Mahatma Gandhi. Infelizmente, preferiram manter uma guerra de terror em vez de um processo de paz. Israel já mostrou mais de uma vez disposição de trocar terra por paz, mas não pode jamais ceder terra devido ao terror.

MITO

"Os ataques palestinos contra civis israelenses não são terrorismo, mas sim parte de uma luta armada legítima".

FATO

A Anistia Internacional descartou sucintamente esse argumento falacioso em seu relatório sobre o terrorismo palestino:

> "... Os ataques contra civis não são permitidos sob qualquer norma de lei internacionalmente reconhecida, sejam cometidos no contexto de uma luta armada contra uma ocupação militar ou em qualquer outro. Além de ser considerados como assassinato conforme os princípios gerais do Direito em qualquer sistema legal nacional, são contrários aos princípios fundamentais de humanidade refletidos na legislação humanitária internacional. Da maneira como são cometidos em Israel e nos territórios ocupados, também constituem crimes contra a humanidade".[67]

MITO

"Ariel Sharon deixa claro que não quer a paz e enquanto for primeiro-ministro nenhum acordo é possível".

FATO

Ariel Sharon tem sido demonizado pelos árabes e caricaturizado pela mídia, que insiste com freqüência em se referir a ele como o primeiro-ministro "direitista" ou "linha-dura", apelativos raramente acrescidos a qualquer outro líder estrangeiro. Sharon tem passado a maior parte de sua vida como um soldado e dirigente político que busca trazer a paz à sua nação.

Foi Ariel Sharon quem deu ao primeiro-ministro Menahem Begin o respaldo decisivo que tornou possível o tratado de paz entre Egito e Israel. Num momento crucial em Camp David, as negociações estavam a ponto de entrar em colapso devido à insistência do presidente egípcio, Anuar Sadat, de que todos os assentamentos israelenses no Sinai fossem desmontados. Begin chamou Sharon e lhe perguntou se deveria abrir mão dos assentamentos; Sharon não apenas o aconselhou a fazê-lo, como em última instância foi quem implementou a decisão de remover os colonos, alguns deles à força.[68]

Os pontos de vista de Sharon evoluíram ao longo do tempo. Embora antes fosse ferozmente contra a criação de um Estado palestino, como primeiro-ministro tem endossado a idéia, em oposição a alguns membros de seu próprio partido. Desde que tomou posse, vem se oferecendo reiteradamente para negociar com os palestinos com a única condição de que renunciem à violência. Ele pediu tão somente sete dias de paz – uma exigência que alguns consideraram onerosa, apesar do fato de os palestinos terem prometido em Oslo oito anos de paz – e depois retirou até essa exigência. Quando o fez, os palestinos responderam a sua atitude com o massacre da Páscoa, o atentado suicida em meio a uma cerimônia religiosa num hotel de Netânia onde 29 pessoas foram mortas.

Mais tarde, Sharon propôs uma conferência de paz, idéia endossada pelo governo Bush. Mesmo quando o príncipe saudita coroado Abdula propôs uma iniciativa de paz repleta de condições que o saudita sabia que Israel jamais poderia aceitar, Sharon não rejeitou o plano e pediu negociações diretas para discuti-lo. Agora Sharon concordou em negociar com os palestinos conforme a fórmula do "mapa do caminho" proposta por Estados Unidos, Rússia, União Européia e ONU, apesar de sérias reservas sobre muitos dos seus pontos.

Se os árabes duvidam do comprometimento de Sharon com a paz, tudo o que precisam fazer é colocá-lo à prova: acabar com a violência e abrir negociações. Enquanto os palestinos mantêm seus ataques terroristas, nenhum primeiro-ministro israelense pode lhes oferecer concessões.

MITO

"A presença de Israel na Cisjordânia é a causa do terrorismo".

FATO

Se Israel se retirarasse da Cisjordânia amanhã, isso não acabaria com o terrorismo. Grupos islâmicos radicais como Hamas e Jihád Islâmica se opõem à existência de um Estado judeu em qualquer lugar considerado por eles como o coração do mundo árabe. Estes e outros grupos terroristas jamais afirmaram estar preparados para viver em paz no caso de Israel se retirar de qualquer lugar até os limites do Mar Mediterrâneo.

Muito antes de 1967, ano em que Israel capturou a Cisjordânia, os árabes usaram de violência para tentar, primeiro, impedir o estabelecimento de um Estado judeu e então destruir Israel. As rebeliões antijudaicas começaram na década de 1920 e foram sistematicamente instigadas durante os anos do Mandato Britânico, num esforço para ou expulsar os judeus ou convencer os britânicos a voltar atrás na promessa de criar uma pátria judaica. Esss foram as primeiras "intifadas" e se caracterizavam pelo assassinato de inocentes a sangue-frio.

> *"Manter 3,5 milhões de pessoas sob ocupação é ruim para nós e para eles... Quero dizer claramente que cheguei à conclusão de que temos que alcançar um acordo (de paz)".*
>
> **– Primeiro-ministro Ariel Sharon**[69]

Depois que Israel fez com que as nações árabes recuassem em 1948, o presidente egípcio,Gamal Abdel Nasser, lançou terroristas palestinos contra Israel e provocou a Guerra dos Seis Dias. Em 1964, enquanto a Jordânia controlava a Cisjordânia, a Liga Árabe criou a Organização para a Libertação da Palestina como um instrumento terrorista para lutar contra Israel. A história vem demonstrando que os radicais árabes estão preparados para usar o terror para destruir Israel independentemente de suas fronteiras.

> *"Os palestinos não podem obter um Estado pelo uso da violência".*
>
> **– Secretário de Estado Colin Powell** [70]

MITO

"Os palestinos vivem sob o controle opressivo das autoridades militares israelenses".

FATO

Israel negociou com os palestinos em Oslo e depois disso porque seu povo deseja a paz, desesperadamente, e não querem controlar as vidas dos palestinos. Após retirar-se da maior parte da Faixa de Gaza e de mais de 40% da Cisjordânia, 98% da população palestina ficaram sob jurisdição da Autoridade Palestina. A maior parte dos seus assuntos agora é controlada pelo regime de Yasser Arafat. Se o for segundo a orientação de Israel, as negociações farão com que a Autoridade Palestina assuma pleno controle sobre as vidas de todos os palestinos que vivem onde poderá existir um Estado palestino.

Nesse meio tempo, os israelenses ainda intervirão nas vidas dos palestinos. Pelo fato de os líderes palestinos terem optado pela trilha da violência, em vez de negociações, Israel ainda controla parte dos territórios em disputa e precisa recorrer a postos de controle, toques de recolher e outras medidas de segurança para proteger a população civil israelense dos terroristas. Esses passos certamente causam dificuldades e frustração, mas serão desnecessários no caso de a Autoridade Palestina parar com o terror.

MITO

"Yasser Arafat condena o terrorismo e líderes palestinos moderados assinaram uma declaração pública afirmando que os ataques terroristas contra Israel são imorais".

FATO

É triste notar que agora, quando condenam ataques terroristas hediondos contra judeus inocentes, os palestinos são cobertos de elogios. Todavia, não se propõem a apresentar declarações inequívocas contra o terrorismo. Yasser Arafat costuma apresentar formulações precisas, automaticamente, após cada agressão terrorista, nas quais condena o ataque contra israelenses; entretanto, sempre equilibra a declaração com alguma crítica a Israel. Assim, por exemplo, a Autoridade Palestina condenou a explosão terrorista em 31 de julho de 2002 na cafeteria da Universidade Hebraica (de Jerusalém) que matou sete pessoas, entre elas cinco americanos, mas afirmou que Ariel Sharon era responsável pelo "ciclo de terror".[71]

Após uma declaração igualmente equivocada depois do atentado a uma pizzaria israelense, o *Washington Post* afirmou em editorial que os líderes palestinos não deveriam ter qualquer dificuldade de condenar o atentado de maneira inequívoca, porém sua resposta foi "mais do que equivocada... Essa celebração do assassinato, juntamente com a tentativa perversa de lançar a

responsabilidade pelo ataque sobre Sharon, acrescenta uma nova medida de insulto aos graves danos infligidos pelo próprio atentado".[72]

Depois que os Estados Unidos passaram a pressionar os palestinos para depor Arafat e fazer mais para deter o terror, um grupo de intelectuais palestinos, entre eles porta-vozes conhecidos como Sari Nusseibeh e Hanan Ashrawi, recebeu publicidade por assinar a primeira queixa pública sobre as "operações militares" palestinas. Em 19 de junho de 2002, um dia depois que um atentado suicida a um ônibus matou 19 civis israelenses, 55 palestinos assinaram um anúncio de página inteira no jornal *Al-Quds* que pedia às pessoas que atacavam civis dentro de Israel reconsiderassem sua estratégia.

Os signatários não condenaram os ataques contra judeus nos territórios. Aparentemente, uma mulher ou criança se converte em alvo possível no caso de estar com um pé além da fronteira de 1967. Ainda nessa declaração, os corajosos intelectuais sugeriram que o problema era que os ataques terroristas dão a Sharon um pretexto para continuar com sua "guerra de agressão". Conforme a observação de Stuart Schoffman, colunista do *Jerusalem Report*, eles não se atreveriam a dizer que "explodir ônibus, além de simplesmente contraproducente, é imoral".[73]

A propósito, os intelectuais não se sentiram suficientemente fortes sobre a questão para pagar o anúncio do próprio bolso. Ele foi bancado por fontes da União Européia.[74]

> *"Ouço os gritos de regozijo quando um homem-bomba completa sua horrenda tarefa. Vejo a alegria – em parte contida, em parte aberta – que irrompe em meio ao desespero quando um shahid ('mártir') é bem-sucedido em elevar a sua alma alquebrada ao paraíso e deixa trás de si uma trilha de órfãos e viúvas israelenses. Conheço suas queixas, de que vocês não têm helicópteros ou caças e que, portanto, os homens-bomba são sua arma estratégica. Essa é a sua verdade. Bem, eis a minha verdade: o homem-bomba oferece a si próprio e a mim como sacrifícios para um falso deus. O verdadeiro Deus odeia matanças. Os homens-bomba nada deixam além de feridas e cicatrizes. Ninguém no mundo inteiro, nem mesmo os maiores partidários da causa palestina, aceita a arma do suicídio. Essa é uma arma de monstros, não de combatentes livres; e até que os cuspam fora e aos seus facilitadores do seu meio, vocês não me terão nem a mais ninguém como parceiro".*
>
> **– Avraham Burg**[75]

MITO

"A Arábia Saudita é uma força pela paz e pela moderação que não patrocina o terror".

FATO

"Os sauditas estão ativos em todos os níveis da cadeia do terror, dos planejadores aos financiadores, do oficial ao soldado raso, do ideológico ao líder entusiasta", afirmou Laurent Murawiec, analista da Rand Corporation (instituição americana dedicada à pesquisa em estratégia militar e tecnologia nos setores público e privado ao redor do mundo) numa reunião secreta com importante conselho consultivo do Pentágono.

"A Arábia Saudita", acrescentou, "apóia nossos inimigos e ataca nossos aliados".[76]

A evidência mais dramática do envolvimento saudita com o terror é o fato de que 15 entre 19 terroristas do 11 de setembro eram da Arábia Saudita. Apesar disso, o governo saudita se recusou a cooperar com a investigação dos ataques pelos Estados Unidos e rejeitou as exigências americanas de interromper o fluxo de dinheiro por meio de organizações beneficentes para grupos terroristas. Muitas dessas instituições estão baseadas nos Estados Unidos e estão sendo investigadas pelo Departamento do Tesouro.

O apoio saudita ao terrorismo e ao Al-Qaeda, em particular, não se restringe aos extremistas do reino. Um relatório confidencial da inteligência americana revelou que uma pesquisa de outubro de 2001 com sauditas com educação formal entre 25 e 41 anos descobriu que 95% dos consultados apoiava a causa de Osama bin Laden.[77] Conforme um relatório das Nações Unidas, "o Al-Qaeda pode ter recebido de US$ 300 milhões a US$ 500 milhões nos últimos dez anos de ricos empresários e banqueiros cujas fortunas representam 20% do PNB saudita, por intermédio de uma rede de instituições beneficentes e companhias de fachada".[78]

Os sauditas estão fortemente envolvidos com o apoio ao terror palestino. Eles foram o maior sustentáculo financeiro do Hamas durante a década de 90, provendo provavelmente US$ 10 milhões por ano. Numa carta ao governador de Riad, um dos mais altos assessores de Arafat, Abu Mazen, chegou a se queixar de que o dinheiro saudita não estava chegando aos "mártires", mas indo diretaente para o Hamas.[79]

Em 11 de abril de 2002, os sauditas promoveram uma campanha de arrecadação de verbas para o terror que levantou mais de US$ 100 milhões para as famílias dos "mártires" palestinos, entre elas as dos homens-bomba;[80] e durante a Operação Escudo de Defesa os israelenses encontraram muitos documentos que vinculavam os sauditas ao terror. Um, por exemplo, detalhava cada uma das doações em dinheiro, detalhando as circunstâncias da morte

dos palestinos cujas famílias recebiam assistência e deixando claro que as doações eram pelos atentados suicidas. A informação vinha do Comitê Saudita para Auxílio à Intifada de Al-Quds, encabeçada pelo ministro saudita do Interior, príncipe Nayef bin 'Abd al-Aziz.

MITO

"Yasser Arafat é o líder democraticamente eleito do povo palestino e Israel deve negociar com ele".

FATO

Os palestinos têm o direito de eleger seus próprios líderes, mas tanto Israel como os Estados Unidos também têm o direito de decidir quais líderes estão aptos a reconhecer e com quem estão dispostos a negociar. Não se pode esperar que Israel negocie com alguém que conduza uma campanha de terror contra seus cidadãos. Todo líder árabe que reconheceu Israel e se dispôs a fazer a paz obteve território e paz.

A Autoridade Palestina é uma ditadura corrupta liderada por um terrorista que foi "eleito" numa eleição fraudulenta em 1996, cujo período imagina-se que tenha sido concluído já há muito tempo. Ele se aferra ao poder por meio de intimidação e violência. Apenas eleições democráticas de verdade, monitoradas por observadores internacionais e com múltiplos candidatos, podem apresentar um líder representativo aos palestinos. Quando estes elegerem democraticamente um líder que esteja disposto a reconhecer o direito de Israel à existência, acabar com a violência e negociar a paz encontrarão em Israel um parceiro ávido e disposto.

Como a única democracia da região, que permite o voto das mulheres e até mesmo que árabes israelenses pró-OLP atuem no seu Parlamento, Israel respeita os líderes eleitos democraticamente. Os israelenses, assim como os americanos, acreditam que democracias não fazem guerra entre si; portanto, é do interesse de Israel ver que os palestinos desenvolvam instituições democráticas. Contudo, até este momento da história dos palestinos os líderes são determinados por balas, não por votos.

MITO

"Israel impede a Autoridade Palestina de fazer eleições".

FATO

Uma das reformas-chave pedidas pelos Estados Unidos e outros países da comunidade internacional era a eleição democrática de um lder palestino, na esperança de que Yasser Arafat fosse substituído por alguém disposto a negociar a paz com Israel. Foi tão apenas em resposta a essa pressão que Arafat concordou, no verão de 2002, em marcar eleições para janeiro de 2003. Deveria ter sido feita no dia 20, mas foi cancelada por Arafat.

Esperava-se que Arafat, que havia se tornado presidente da Autoridade Palestina depois de uma eleição fraudulenta em 1996, atuaria por três anos, após o que seriam feitas novas eleições. Entretanto, ele impediu qualquer votação até que, em junho de 2002, o presidente Bush pediu por um novo líder, democraticamente eleito. Depois disso Arafat anunciou a intenção de fazer eleições, mas em seguida passou a apresentar desculpas pelas quais elas não podiam ser feitas. Durante meses, ele tentou sistematicamente desviar-se das críticas ao seu governo autocrático e aos seus esforços com o fim de impedir as eleições responsabilizando Israel. Arafat declarou que as operações militares israelenses impediam a realização das eleições; no entanto, as ações israelenses foram necessárias devido ao fracasso de Arafat em frear o terror, tal como prometera nos acordos de Oslo. Além disso, Israel nada fez para impedir a realização de eleições pelos palestinos e apóia com entusiasmo um processo democrático que eleja um líder confiável e representativo para a Autoridade Palestina.

Uma sugestão para a reforma da Autoridade Palestina era tornar a atuação do presidente mais cerimoniosa, tal como é em Israel, e criar o cargo de primeiro-ministro como o chefe nominal do governo. Quando Mahmoud Abas (Abu Mazen), membro do comitê executivo da OLP, tentou obter apoio para sua proposta, pela qual seria a opção mais próxima para assumir a maior parte dos poderes de Arafat, foi obrigado a fugir para a Jordânia após receber ameaças de morte.[80] Em seguida, a idéia de ter um primeiro-ministro foi descartada.

Nos meses que precederam as planejadas eleições de janeiro, não houve campanha ou candidatos ao cargo. Apenas um palestino teve a coragem de anunciar publicamente seus planos para concorrer à Presidência contra Arafat, um professor desconhecido de nome Abdel Sattar Kassem. Assim que as eleições foram marcadas, Kassem se queixou de que estava sendo perseguido pelas forças de segurança palestinas e que estava sendo feita uma campanha de intimidação contra a mídia local a fim de impedir a publicação de entrevistas com ele.[81]

Enquanto Arafat persistir com seu governo despótico, impedindo qualquer reforma da estrututra governamental da Autoridade Palestina e obstruindo campanhas e eleições democráticas, fica difícil de se imaginar como um líder representativo pode emergir para negociar com Israel em favor dos palestinos.

MITO

"A maioria dos palestinos não apóia o terror, mas é incapaz de deter os militantes".

FATO

As pesquisas de opinião pública feitas por palestinos com a Autoridade Palestina têm apresentando consistentemente um amplo apoio à violência contra israelenses. Em dezembro de 2002, por exemplo, 63% dos palestinos

disseram que apoiavam os ataques suicidas contra civis israelenses. Mais de 80% defenderam a continuidade do levante e um número expressivo (47%) afirmou que o objetivo era libertar toda a Palestina histórica.[82]

Apesar do sofrimento causado pelo fracasso de seus líderes e da resposta necessária de Israel às atrocidades terroristas contra seus cidadãos, a população palestina em geral não tem pedido pelo fim da violência. Nada surgiu equivalente ao movimento israelense Paz Agora.

Além disso, é possível que, individualmente, os palestinos digam não ao terror. Quando um recrutador de homens-bomba telefonou à mulher do líder do Hamas, Abdel Aziz al-Rantisi, para perguntar-lhe se o filho dela estava disponível para uma operação, ela desligou o telefone.[83]

Em outros países, inclusive Israel (onde ajudaram a incitar a retirada do Líbano), as mães em geral estimulam mudanças positivas. Quando um número suficiente de mães palestinas se levantar diante dos recrutadores de terroristas e seus líderes, e disser que não mais permitirão que seus filhos sejam usados como bombas e buchas de canhão, as perspectivas de paz aumentarão. Enquanto preferirem que seus filhos sejam mártires em vez de doutores, homens-bomba em vez de acadêmicos e assassinos em vez de advogados, a violência continuará e os jovens palestinos continuarão a morrer sem necessidade.

MITO

"A Autoridade Palestina está falida e o povo está passando fome porque o mundo não se preocupa com a difícil situação dos palestinos".

FATO

Assim como os refugiados palestinos têm recebido atenção internacional por décadas e recebido montantes de assistência desproporcionais do mundo inteiro, os palestinos que vivem sob a Autoridade Palestina também vêm recebendo muito mais apoio financeiro internacional do que outros povos em sofrimento. No fim de 2001 os palestinos haviam recebido US$ 4 bilhões (o montante hoje está próximo de US$ 5,5 bilhões) desde Oslo. Isso equivale a US$ 1.330 por palestino. Comparativamente, o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial forneceu US$ 272 por europeu (em valores atuais).[84]

> *"Nunca fomos diferentes do Hamas. O Hamas é um movimento nacional. Estrategicamente, não há diferença entre nós".*
>
> **– Farouk Kadoumi,**
>
> **chefe do Departamento de Política da OLP [85]**

O violento levante e o terrorismo têm levado a um aumento no apoio aos palestinos. Em 1999, doadores internacionais repassaram US$ 482 milhões, montante que saltou para US$ 929 milhões em 2001. Esses valores não incluem os bilhões de dólares em ativos que se acredita que a OLP acumulou ao longo dos anos poe meio do tráfico de drogas, da vendas ilegais de armas, da lavagem de dinheiro, das fraudes, das extorsões e dos investimentos ilegais.

Ninguém discute que a situação econômica na Autoridade Palestina é difícil, mas os palestinos não são absolutamente o único povo que sofre no mundo. De fato, há em muitos países povos muito mais pobres do que eles. A Etiópia, por exemplo, recebe o mesmo montante em ajuda que a Autoridade Palestina, mas sua população é 20 vezes maior. Até mesmo outros árabes estão em situação pior do que os palestinos, e ainda recebem pouco ou nenhum auxílio financeiro estrangeiro. Em 2000, o ganho per capita de um palestino da Cisjordânia era mais alto do que o dos árabes de países com receitas medianas como Argélia e Egito, e muito mais alto do que no Marrocos e na Síria. Em 2000, o auxílio per capita para os palestinos era de US$ 214, de longe o mais alto do mundo, com a Bósnia num distante segundo lugar com US$ 185. Mesmo levando-se em conta o declínio nas receitas palestinas nos últimos dois anos, eles ainda podem ser considerados como classe média-baixa entre os árabes.[86]

O problema da Autoridade Palestina não é ausência de fundos, mas de responsabilidade. Em vez de ir para alimentação, moradia e emprego de palestinos, quantidades significativas de auxílio são sugadas por Yasser Arafat e outros dirigentes da Autoridade Palestina. Precisa-se apenas perguntar por que os campos de refugiados continuam a existir dentro da Autoridade Palestina. Com US$ 4 bilhões, será que a Autoridade Palestina não seria capaz de construir pelo menos uma casa para uma família de refugiados?

Em 1996 desapareceram US$ 326 milhões da Autoridade Palestina e o Conselho Legislativo Palestino estabeleceu uma comissão para investigar a perda. Um relatório concluiu que 40% da receita de US$ 800 milhões da Autoridade Palestina havia se perdido por meio de corrupção e má-administração. O inspetor da Autoridade Palestina escreveu: "O quadro geral é o de um governo ao estilo da Máfia, onde o objetivo principal de exercício do cargo público é enriquecer rapidamente".[87]

Em 2000 os países árabes garantiram US$ 1 bilhão de ajuda à Autoridade Palestina, mas estipularam que "o presidente Arafat apresente uma completa transparência dos fundos". Arafat se recusou e os líderes árabes cancelaram os fundos "por medo de que o dinheiro fosse parar em bolsos errados". E por uma boa razão. Em 5 de junho de 2002 o jornal diário kuwaitiano *Al-Watan* publicou documentos demonstrando que Arafat havia depositado US$ 5,1 milhões de fundos de auxílio árabes em sua conta pessoal para sustentar sua mulher e sua filha, que vivem em Paris e na Suíça.[88]

Apesar das suas preocupações, desde abril de 2001 os governos árabes vêm transferindo US$ 45 milhões por mês para a Autoridade Palestina e a União Européia tem contribuído com US$ 10 milhões mensais. Os problemas que se apresentam ao povo palestino e à economia da Autoridade Palestina não são devidos à falta de fundos ou de interesse internacional, mas resultado direto da corrupção e da irresponsabilidade e o uso de fundos doados para propósitos outros que os pretendidos pelos doadores.

MITO

"Os grupos terroristas palestinos concordaram com um cessar-fogo até que Israel lançou ataques contra eles".

FATO

Israel não teria razões para fazer qualquer operação militar nas áreas controladas pelos palestinos se a Autoridade Palestina cumprisse a sua obrigação de impedir os ataques terroristas contra israelenses. Se os terroristas concordassem com um cessar-fogo e parassem com todos os seus ataques, a perspectiva de retomada das negociações seria maior e a necessidade de medidas israelenses de combate ao terror seria reduzida. Infelizmente os terroristas jamais concordaram com qualquer cessar-fogo. Pelo contrário, toda vez que grupos supostamente discutem o encerramento de suas atividades, a sugestão é rejeitada. De fato, os terroristas em geral negam até ter examinado a idéia. O Hamas e a Jihád Islâmica, por exemplo, rejeitaram uma proposta feita sob os auspícios do Egito em janeiro de 2003.

"Nossa posição é clara: não pode existir cessar-fogo com Israel", declarou um alto dirigente do Hamas ao jornal israelense *Jerusalem Post*. Algumas semanas depois, quando um dirigente palestino afirmou que a liderança aceitara uma trégua de um ano, FPLP. Jihád Islâmica, Brigada dos Mártires de Al-Aksa e Hamas anunciaram que não tinham intenção de encerrar a violência e planejavam intensificar seus ataques.[89]

Até mesmo a declaração da Autoridade Palestina de que apresentara um cessar-fogo foi contrariada pelo segundo na hierarquia depois de Yasser Arafat, Abu Mazen, que afirmou que o acordo de congelar as operações militares era condicionado ao fim das operações de Israel, que teria de recuar para suas posições de setembro de 2000 e deixar de prender terroristas. "Não podemos dizer, todavia, que estamos desistindo da luta armada", Abu Mazen afirmou numa entrevista. "Temos o direito de nos opor. A Intifada deve continuar. O povo palestino tem o direito de se opor usando todos os meios à sua disposição para proteger sua existência".[90]

Os terroristas não podem ser persuadidos a encerrar sua campanha violenta por meio de negociações. Eles só vão parar quando a Autoridade Palestina prender os membros dos grupos terroristas, desarmá-los e impedi-los de

atacar israelenses. Enquanto a Autoridade Palestina se recusar a cumprir aquilo com o que se comprometeu nos acordos de Oslo, Israel terá necessidade de tomar as medidas devidas para proteger seus cidadãos.

MITO

"Os palestinos não precisam de propaganda porque a conduta israelense deixa clara a sua barbárie".

FATO

Os palestinos e outros líderes árabes costumam usar os meios de divulgação da mídia para espalhar difamações ultrajantes contra Israel e os judeus com o objetivo de inflamar suas populações. Os palestinos têm se tornado mestres da técnica aperfeiçoada por Adolf Hitler, conhecida como a "grande mentira". Assim como Hitler explicou em sua obra *Mein Kampf* (Minha luta):

> "A medida de uma mentira é fato determinante para que esta obtenha credibilidade, pois nas profundezas de seus corações as grandes massas de uma nação são enganadas com mais facilidade do que por meio de algo consciente e intencionalmente mau. A simplicidade primitiva de suas mentes converte-os em vítimas mais fáceis de uma grande mentira do que de uma pequena, pois eles mesmos em geral contam pequenas mentiras enquanto se sentem envergonhados de contar as grandes".

Um exemplo de grande mentira palestina ocorreu em 11 de março de 1997, quando o representante palestino nas Nações Unidas declarou que o governo isralense havia injetado o vírus HIV em 300 crianças palestinas.[91]

Mais recentemente, eles declararam em 2002 que Israel estava arremessando de helicóteros balas envenenadas sobre as escolas a fim de matar crianças. Essa mentira surgiu novamente em 2003, com a calúnia de que Israel estava fabricando "bombas e minas na forma de brinquedos" e arremessando-as de aviões nos territórios palestinos de modo a que as crianças venham a brincar com elas e sejam explodidas.[92]

Os palestinos também tentam regularmente inflamar o mundo muçulmano com falsas declarações de que os judeus vão explodir o Monte do Templo ou a mesquita de Al-Aksa. Por exemplo, em 29 de setembro de 2000, a estação de rádio oficial da Autoridade Palestina, Voz da Palestina, conclamou "todos os palestinos a virem e defenderem a mesquita de Al-Aksa". Isso foi um dia após a visita de Ariel Sharon ao Monte do Templo e as rebeliões subseqüentes que marcaram início não-oficial do último levante.

Mais recentemente, a emissora de TV da Autoridade Palestina, Mensagem para o Mundo, anunciou: "Os criminosos sionistas estão planejando destruir a mesquita de Al-Aksa para encontrar o templo sagrado que afirmam, falsamente, ficar sob a mesquita".[93]

Uma das mentiras mais ultrajantes que circularam por todo o Oriente Médio foi que quatro mil israelenses não foram trabalhar no 11 de setembro ou disseram que estavam doentes porque sabiam que haveria um ataque. Também foi dito que Israel e o Mossad foram os responsáveis pelas atrocidades. É óbvio que isso também era uma mentira, mas é o tipo de teoria conspiratória que recebe ampla credibilidade pelos árabes que consideram a farsa *Os Protocolos dos Sábios de Sion* como algo real.

MITO

"Israel e os palestinos quase selaram a paz em 2001, mas a eleição de Ariel Sharon torpedeou o acordo".

FATO

Mesmo depois que Yasser Arafat rejeitou a oferta sem precedentes de Ehud Barak de criar um Estado palestino em 97% da Cisjordânia, membros do governo israelense ainda consideravam possível estabelecer um acordo de paz com os palestinos. Na esperança de um avanço antes da eleição israelense já agendada e do fim do mandato do presidente Clinton, Israel enviou uma delegação com alguns dos seus mais dirigentes mais pacifistas – todos favoráveis a uma solução de dois Estados – à cidade portuária de Taba, no Egito, em janeiro de 2001. Os israelenses acreditavam que mesmo que Arafat nunca tivesse oferecido nem uma contraproposta a Barak, eles poderiam induzir uma delegação palestina sem o presidente da OLP a fazer compromissos sufiucientes para pelos menos estreitar a distância entre a proposta de Barak e as exigências maximalistas de Arafat.

Entretanto, os israelenses descobriram que os palestinos não pretendiam negociar com base na proposta de Barak. Em vez disso, retiraram muitas das concessões que já haviam oferecido. Por exemplo, em Camp David os palestinos concordaram que Israel poderia reter dois blocos de assentamentos que incorporariam a maioria dos judeus dentro de Israel e permitiriam uma contigüidade. Em Taba os palestinos pediram a evacuação de 130 dos 146 assentamentos e se recusaram a aceitar a criação dos blocos de assentamentos. De fato, enquanto eles agora declaravam falsamente que, em Camp David, Barak havia lhes oferecido apenas cantões em vez de um Estado contíguo, na verdade foram os palestinos em Taba que quiseram criar bantustões judaicos isolados que dependeriam de atalhos para acessar as rodovias.

Além de outras discordâncias acerca dos assentamentos, muitas das quais representaram um recuo de atitudes palestinas anteriores, as partes permaneceram profundamente divididas quanto ao status de Jerusalém. Barak havia oferecido aos palestinos o estabelecimento da sua capital nas partes predominantemente árabes de Jerusalém Oriental e uma soberania compartilhada sobre o Monte do Templo. Arafat insistiu no controle completo dos palestinos sobre o local sagrado e negou aos judeus qualquer conexão

com este. Em Taba os palestinos também se recusaram a reconhecer que a área era sagrada pra os judeus e insistiram no controle da maior parte – senão toda – da área do Muro Ocidental.

Sobre o terceiro tema-chave sobre o status definitivo, não houve qualquer acordo. Os palestinos recusaram as propostas israelenses sobre número de refugiados que seria permitido em Israel ou sobre o valor das compensações que seriam pagas para os demais.

Apesar de uma declaração conjunta positiva no fim das negociações, a verdade é que não houve qualquer acordo em Taba e, segundo os próprios palestinos, as partes deixaram em aberto as conversações sobre os temas que haviam sido discutidos em Camp David. Abu Alá, um dos principais negociadores palestinos, declarou ao jornal *Al-Ayyam* depois das conversações que "jamais houve antes uma lacuna mais clara entre as posições de ambas as partes".[94]

MITO

"A tentativa israelense de assassinar um líder do Hamas teve como objetivo impedir o processo de paz baseado no Mapa do Caminho".

FATO

Logo na primeira semana após aceitar o Mapa do Caminho, Israel passou a implementar 75% das obrigações que lhe foram exigidas na primeira fase do plano. O primeiro-ministro Sharon deixou claro que estava comprometido com a implementação do acordo e fez o que falava: permitiu que trabalhadores palestinos dos territórios entrassem em Israel, retirando-se das cidades sob a Autoridade Palestina onde as forças de segurança palestinas exerciam seu controle; desmobilizou postos avançados não-autorizados; libertou prisioneiros; levantou o fechamento geral sobre os territórios; e aumentou a transferência de bens.

> *"O que importa é que a Autoridade Palestina atue imediatamente para desarmar e desmantelar aqueles grupos que se opõem a uma solução de dois Estados e que empregam terror e violência a fim de alcançar seus objetivos. Se os palestinos declararem um cessar-fogo, isso deverá ser acompanhado por medidas que desarmem e desmantelem os terroristas e a infra-estrutura do terror".*
>
> **– Comunicado da Casa Branca**[95]

A obrigação mais importante que os palestinos deveriam cumprir na primeira fase era cessar a violência, desmantelar a infra-estrutura terrorista e desarmar

os militantes. Além de não fazer qualquer esforço para cumprir esse pré-requisitos para a paz, o primeiro-ministro palestino, Mahmoud Abas, disse explicitamente que não agiria contra o Hamas, que rejeitara o Mapa do Caminho, e afirmou que se juntaria aos demais terroristas palestinos para continuar sua campanha para destruir Israel.[96]

O Hamas é o equivalente palestino do Al-Qaeda. Seu pacto deixa claro que jamais aceitará a existência de um Estado Judeu onde considera ser o coração do mundo muçulmano. O homem que Israel tentou matar, Abd al-Aziz Rantissi, é um líder-sênior do Hamas e reclama orgulhosamente o "crédito" por 72 atentados com homens-bomba que assassinaram 227 israelenses e feriram 1.393 desde setembro de 2000.

Em vez de perguntar por que Israel tentou matar um terrorista declarado, a questão pertinente é: por que Rantissi não está na prisão? Yasser Arafat prometeu nos acordos de Oslo lutar contra o terror e, não obstante, nada fez contra o Hamas. Abas prometeu a retomada de um comprometimento para cessar a violência, mas não fez mais do que Arafat e tentou, sem êxito, cooptar o Hamas em vez de desmantelá-lo.

Os Estados Unidos entendem que a luta de Israel contra o Hamas é parte de uma guerra mais ampla contra o terror; afinal de contas, o Hamas está na lista de organizações terroristas dos EUA e foi responsabilizado por ataques contra americanos. Apesar de os dirigentes americanos poderem estar descontentes com o *timing* das ações de Israel, eles não podem se opor ao princípio de atacar líderes terroristas, pois apenas alguns meses antes eles assassinaram um grupo de ativistas do Al-Qaeda atirando um míssil sobre o seu veículo.

O Mapa do Caminho oferece uma rota para a paz para israelenses e palestinos, mas não se pode esperar que Israel abra mão do seu direito de autodefesa. O país certamente não pode interromper as ações contra o terror enquanto os palestinos deixarem de se submeter às suas obrigações de cessar o terror.

MITO

"O Movimento de Solidariedade Internacional (ISM) é uma organização de direitos humanos pacífica que se opõe ao terrorismo e apóia uma solução de dois Estados".

FATO

O Movimento de Solidariedade Internacional (ISM) acolheu terroristas conhecidos e defendeu abertamente a violência e a destruição de Israel. Numa entrevista coletiva foi pedido que Raphael Cohen, porta-voz do ISM, definisse o que é ocupação. Sua resposta: "A presença sionista na Palestina".[97] Quando provocado a expressar sua visão da paz, respondeu: "A solução de um Estado", o que queria dizer um estado palestino no lugar de Israel.

No site do ISM existe o diretório *traveltopalestine* (Viaje para a Palestina). O site localiza o Aeroporto Ben-Gurion na Palestina e inclui um conjunto de informações para voluntários que se configura como um guia nacional para a Palestina. Esse guia afirma que a dimensão territorial da Palestina é de 26.323 km², a dimensão de todo o Estado de Israel, mais Cisjordânia e Gaza. O guia nacional descreve a extensão das fronteiras geográficas da Palestina da Jordânia ao Mar Mediterrâneo e do Líbano a Acaba; ou seja, incorpora novamente todo Israel.[98]

O ISM não esconde o seu incitamento à violência. Seu site declara o reconhecimento "do direito palestino a resistir à violência e à ocupação israelenses por meio da luta armada legítima". Cohen admite que, em 25 de abril de 2003, recebeu um grupo de 15 pessoas em seu apartamento. Nesse grupo estavam Asif Mohamad Hanif e Omar Khan Sharif, de nacionalidade britânica, que participaram em seguida de diversas atividades planejadas pelo ISM. Cinco dias depois, ambos cometeram um atentado suicida num popular pub próximo à embaixada americana em Tel-Aviv freqüentado pelo pessoal da embaixada. Hanif e Sharif entraram em Israel na condição de "ativistas pela paz" e em "turismo alternativo" – talvez uma referência ao movimento precursor do ISM, Grupo Turista Alternativo.[99]

O ISM nega a responsabilidade pelas ações dos homens-bomba britânicos. Em 27 de março de 2003 o ISM foi pego dando guarida ao terrorista da Jihád Islâmica Shadi Sukiya. Ele foi preso pelas Forças de Defesa de Israel (FDI) no escritório da ISM, onde também foi encontrado um revólver depois que dois ativistas estrangeiros do ISM, incluindo a americana Susan Barclay, ajudaram a escondê-lo. Susan tentou impedir os soldados das FDI de entrar nos escritórios da ISM sabendo que Sukiya estava lá.[100] Além disso, a ativista do ISM Rachel Corrie protegeu uma casa usada para contrabandear armas para grupos terroristas. Também foi relatado que membros do grupo forneceram informações a facções palestinas armadas sobre a movimentação de tropas israelenses. O site do ISM também tem links para sites dedicados à libertação do terrorista da Fatah MNarwan Barghouti, bem como apresenta fotos de crianças palestinas atirando pedras num veículo das FDI.

O site do ISM instrui seus voluntários sobre como evitar as verificações de segurança israelenses. Por exemplo, é dito a seus membros para que mintam sobre sua filiação ao ISM e sua intenção de visitar os territórios. O ISM também orienta seus membros a ficar em contato com ativistas locais, o que inclui líderes de organizações terroristas como Hamas, Fatah e Jihád Islâmica, que considera como "grupos de resistência".

Apesar de o ISM afirmar ser uma organização humanitária dedicada aos princípios da resistência não-violenta, não tem demonstrado qualquer interesse na paz para os israelenses. No mínimo o ISM tem agido como um apologista do terrorismo e, às vezes, auxilia militantes ativamente. O ISM é uma organização

pró-palestina mantida e sustentada por palestinos, bem como oposta à solução de dois Estados imaginada pelas partes realmente interessadas na paz.

MITO

"O Mapa do Caminho exige a libertação dos palestinos das prisões israelenses".

FATO

Não há uma só palavra no texto do Mapa do Caminho referente à libertação de prisioneiros palestinos. Hamas e Jihád Islâmica exigiram que Israel libertasse prisioneiros em seu acordo denominado hudna com a Autoridade Palestina. Israel não fazia parte desse acordo. A primeira sentença contida na Fase 1 do Mapa do Caminho diz: "Na Fase 1, os palestinos empreenderão imediatamente uma interrupção incondicional da violência".

Apesar do fato de Israel não ter qualquer obrigação legal de libertar prisioneiros palestinos, o governo libertou uma série deles e concordou em libertar mais algumas centenas, muitos deles intimamente ligados a organizações terroristas ou que cometeram ataques terroristas contra Israel. O primeiro-ministro Ariel Sharon tem concordado em libertar prisioneiros palestinos como uma medida de construção de confiança e um modo de reforçar a posição de Mahmoud Abas aos olhos dos palestinos. Estes podem estar insatisfeitos com o número de prisioneiros libertados ou com as pessoas especificamente soltas, mas há decisões que o governo israelense precisa tomar conforme a sua própria segurança, bem como exigências políticas, e não há razões para esperar que prisioneiros considerados culpados por crimes sejam automaticamente postos em liberdade simplesmente porque os palestinos querem. É particularmente compreensível que Israel se recuse a libertar prisioneiros com "sangue nas mãos" por terem assassinado ou ferido israelenses.

Até mesmo um número limitado de libertação de prisioneiros representa um risco que Israel corre em nome da paz. No passado, prisioneiros libertados voltaram ao terrorismo e cometeram novos crimes contra israelenses. Este será um importante teste do comprometimento da Autoridade Palestina com a paz e da sua autoridade, para garantir que pessoas libertadas por Israel não provoquem mais violência.

MITO

"Grupos terroristas palestinos concordaram com um cessar-fogo para que houvesse um avanço no processo de paz vislumbrado pelo Mapa do Caminho".

FATO

Em junho de 2003 Jihád Islâmica e Hamas concordaram com uma hudna (trégua) em resposta às exigências do primeiro-ministro da Autoridade

Palestina, Mahmoud Abas, de cessar seus ataques contra Israel, de maneira que ele pudesse cumprir suas obrigações com o Mapa do Caminho para o Oriente Médio. O acordo foi interpretado pela mídia ocidental como uma declaração de cessar-fogo, que foi saudada como um passo adiante no processo de paz. Embora qualquer interrupção da violência contra civis israelenses seja bem-vinda, é importante entender que, no contexto muçulmano, o significado daquilo que os terroristas concordaram é muito diferente do aspecto benigno que foi retratado.

A mídia e alguns líderes políticos retratam a hudna como uma trégua ou cessar-fogo projetado para trazer a paz. Embora o termo hudna se refira a uma interrupção parcial das hostilidades, tem sido usado historicamente como uma tática que permite que a parte que a declara se reorganize enquanto engana o inimigo, fazendo-o baixar a guarda. Quando a hudna expira, a parte que a declarou está mais forte e o inimigo mais fraco. O termo vem do relato da conquista muçulmana de Meca. Em vez de uma vitória rápida, Maomé fez um tratado de dez anos com a tribo Kuraysh. Em 628 AEC, decorridos dois anos do tratado, Maomé e suas forças concluíram que os Kuraysh estavam muito fracos para resistir. Os muçulmanos quebraram o tratado e conquistaram toda a cidade de Meca sem oposição.

A hudna atual não é uma forma de compromisso, mas sim um instrumento tático para obter vantagem militar. O Hamas utilizou-a pelo menos 10 vezes em 10 anos.[101]

> *"O fato é que o povo palestino precisa de uma liderança que se comprometa a combater o terrorismo. Arafat nunca foi essa liderança".*
>
> **– Condoleeza Rice, assessora de Segurança Nacional**[102]

A hudna declarada pelas organizações terroristas islâmicas não foi diferente. O contrato do Hamas rejeita abertamente a noção de uma solução pacífica para o conflito árabe-israelense e o grupo não de atitude. Pelo contrário, os porta-vozes do Hamas afirmaram que não deporiam armas, continuariam a resistir à "ocupação ilegal" e acreditavam que o surgimento da violência, depois de algumas semanas ou meses de silêncio, "reafirmaria a crença palestina de que a intifada é a sua única opção".[103] Até mesmo a própria declaração da hudna afirmou "o legítimo direito de resistir à ocupação como uma opção estratégica até o fim da ocupação sionista da nossa pátria e até alcançarmos os nossos direitos nacionais". O Hamas defende a tese de que Israel inteiro é território ocupado.[104] É por isso que o secretário de Estado, Colin Powell, chamou o Hamas de um "inimigo da paz" pouco antes da declaração da hudna e afirmou que "toda a comunidade internacional deve se expressar duramente contra as atividades do Hamas".[105]

Nem todos os grupos terroristas palestinos concordaram sequer com a hudna e a violência continuou após o suposto cessar-fogo. A inteligência israelense encontrou evidências de que os palestinos exploraram a hudna para reorganizar suas forças. Eles recrutaram homens-bomba, aumentaram a produção dos foguetes Kassam e buscaram estender seu alcance. Se os grupos terroristas palestinos foram sinceros ou não em sua declaração de cessar-fogo, foi irrelevante para o cumprimento das obrigações dos palestinos com relação ao Mapa do Caminho. Este exigia explicitamente que Abas fizesse mais do que apenas obter a interrupção das hostilidades; ele estava obrigado a desarmar os terroristas e a desmantelar a infra-estrutura terrorista, mas nada fez e, em algumas semanas, os grupos terroristas já haviam retomado abertamente a sua guerra.

MITO

"Exige-se dos palestinos que aceitem apenas 22% da Palestina para o seu Estado, enquanto Israel fica com 78%".

FATO

O governo de Israel concorda com uma solução de dois Estados para o conflito com os palestinos. Assim que Israel aceitou entregar a independência aos palestinos, eles afirmam que querem, mas passaram a se queixar da dimensão do Estado que lhes estava sendo oferecido. Muitos "moderados" como Hanan Ashrawi, que dizem querer coexistir com Israel, adotaram o refrão de que Israel não está fazendo qualquer favor aos palestinos ao oferecer-lhes um Estado nos territórios ocupados porque está lhes pedindo para aceitar apenas 22% da Palestina, enquanto Israel fica com 78%. Esde é um ponto bastante convincente para mostrar a injustiça do compromisso com os palestinos e sugerir que as aberturas de Israel para a paz são mesquinhas; ou seja, a menos que se conheça a história da Palestina e se reconheça que a verdade é exatamente o contrário disso.

> *"Lembro àqueles que têm o foco no Mapa do Caminho que a primeira coisa que este diz é que deve haver segurança para que a paz avance, deve haver um esforço coletivo para combater o terror. O senhor Arafat falhou neste esforço".*
>
> **– Presidente George W. Bush**[106]

A Palestina histórica incluía, além de Israel e da Cisjordânia, toda a Jordânia moderna. É Israel, incluindo os territórios ocupados, que representa apenas 22% da Palestina. Caso Israel se retirasse completamente da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, passaria a ter apenas 18%. Da perspectiva de Israel, são os sionistas que fizeram um verdadeiro sacrifício ao abrir mão de 82% da Terra

de Israel. De fato, ao aceitar a resolução da ONU quanto à partilha, eles se dispuseram a aceitar apenas 12% da Terra de Israel histórica antes que os árabes atacassem e tentassem destruir o nascente Estado de Israel. Enquanto isso, dos nove milhões de palestinos ao redor do mundo, 75% vivem na Palestina histórica.

MITO

"A cerca de segurança de Israel equivale ao Muro de Berlim".

FATO

Embora os críticos tenham buscado retratar a cerca de segurança como uma espécie de Muro de Berlim, a comparação é descabida. Primeiro, diferentemente daquele, a cerca não separa um povo – alemães de alemães – nem nega liberdade àqueles de um dos lados. A cerca de segurança de Israel separa dois povos – israelenses e palestinos – oferecendo liberdade e segurança a ambos.

Segundo, enquanto os israelenses estão totalmente preparados para viver com os palestinos e 20% da população de Israel é de fato árabe, são os palestinos que dizem não querer viver com qualquer judeu e pedem que a Cisjordânia seja *judenrein* (livre de judeus).

Terceiro, a cerca não está sendo construída para impedir que cidadãos de um Estado escapem; ela está projetada tão somente para deixar os terroristas fora de Israel.

Finalmente, dos 240 km programados para ser construídos, apenas uma fração mínima (8 km) tem de fato muros com nove metros de altura, que estão sendo erguidos em três áreas com o objetivo de impedir que franco-atiradores palestinos dos berços terroristas de Kalkília e Tul Karm atirem em carros, como têm feito nos últimos três anos ao longo da Rodovia Trans-Israel, uma das principais estradas do país. O muro também ocupa menos espaço do que outras barreiras – apenas dois metros – e não causou um impacto maior na área em que foi erguido.

A maior parte da barreira será formada de um tipo de cerca de arame farpado semelhante àquelas usadas ao longo de todos os Estados Unidos, combinada com sensores subterrâneos e de longo alcance, veículos não-tripulados com antenas, trincheiras, minas terrestres e pistas policiadas. Os postos de verificação com guardas vão se constituir na única forma de ir e vir por meio da cerca. A barreira terá 50 metros na maioria dos lugares.

Israel não queria construir uma cerca e resistiu a isso por mais de 35 anos. Se há culpados por sua construção, são o Hamas, a Jihád Islâmica e demais grupos terroristas palestinos. Talvez a construção da cerca de segurança possa ajudar a estimular os palestinos a agir contra os terroristas, porque que a barreira lhes mostrou que há um preço a ser pago por se patrocinar o terrorismo.

MITO

"A Autoridade Palestina é incapaz de desmantelar o Hamas e a Jihád Islâmica porque os grupos terroristas são muito poderosos e populares".

FATO

A mídia tem ajudado a criar a percepção equivocada de que a Autoridade Palestina não pode desmantelar a rede terrorista em seu meio devido ao poderio e à popularidade dos grupos terroristas palestinos islâmicos. O Hamas e a Jihád Islâmica não são grandes forças armadas. Juntos, os quadros armados de ambas as organizações totalizam menos de mil homens. Em comparação, a Autoridade Palestina tem 35 mil homens distribuídos em forças policiais, de inteligência e segurança.[107] Além de a Autoridade Palestina dispor de uma superioridade avassaladora em homens e poder de fogo, também tem serviços de inteligência capazes de encontrar a maioria dos terroristas, senão todos.

É verdade que os grupos islâmicos vêm alcançando uma certa popularidade, mas pesquisas mostram que, juntos, eles apoiados apenas por 25% da população palestina. A Autoridade Palestina não é uma democracia, portanto seus líderes não baseiam suas decisões na opinião pública. Os dados mostram que nada a impede de agir por simpatia pelas facções radicais.

A Autoridade Palestina poderia seguir o exemplo do governo jordaniano, que não permite que o Hamas estabeleça uma base no seu reino. O rei Abdula fechou os escritórios deles em Amã, bem como o seu jornal diário, e prendeu e deportou numerosos membros da organização.[108]

Os palestinos se comprometeram a cessar o terrorismo em 1993 e têm prometido isso repetidas vezes desde então, incluindo o seu consentimento com o Mapa do Caminho em 2003. Eles ainda não cumpriram a exigência fundamental para a paz. Nenhum progresso em direção a um Estado palestino pode ser feito até que cesse a violência e a Autoridade Palestina não pode usar a desculpa de que lhe faltam os meios para colocar um fim nas atividades violentas de uma ínfima minoria do povo palestino.

MITO

"Libertar prisioneiros palestinos é uma boa maneira de criar confiança para o processo de paz sem colocar em risco a segurança de Israel".

FATO

Por diversas vezes Israel tem libertado prisioneiros palestinos de suas cadeias porque os palestinos têm feito disso uma questão importante e afirmam que assim pode-se criar confiança para o processo de paz. Todavia, é difícil atualmente encontrar evidências de que a libertação desses prisioneiros tenha

feito algo para melhorar as perspectivas de paz. A concessão israelense não tornou a conduta palestina mais moderada ou incitou a Autoridade Palestina a cumprir suas obrigações relativas ao Mapa do Caminho de desmantelar redes terroristas e confiscar armas ilegais.

Israel está naturalmente relutante em libertar prisioneiros, pois estão na cadeia por uma boa razão: cometeram crimes, em geral violentos. Além disso, quando Israel toma essas atitudes políticas e humanitários, os criminosos quase sempre retomam suas atividades terroristas. No verão de 2003, por exemplo, Ariel Sharon atendeu aos apelos dos palestinos e da comunidade internacional para libertar prisioneiros como uma forma de ajudar a sustentar a estatura do então primeiro-ministro Mahmoud Abas. Embora o Mapa do Caminho nada diga sobre o assunto, Sharon libertou 350 palestinos. Pouco depois, dois dos ex-prisioneiros, sob o comando de um terceiro, cometeram atentados suicidas como homens-bomba no Café Hillel em Jerusalém e na base militar de Tserifín, matando 15 civis e soldados e ferindo mais de 80.[109] Libertar prisioneiros é outro exemplo de um dos grandes riscos que Israel costuma correr em nome da paz.

MITO

"Os períodos de tranqüilidade são resultado do endurecimento da Autoridade Palestina sobre os terroristas e poderiam continuar se não fossem as ações militares israelenses".

FATO

Qualquer período de tranqüilidade para os cidadãos de Israel e para a maioria dos palestinos é bem-vindo. Contudo, é um sinal do quanto a situação vem se deteriorando, porque toda trégua de ataques terroristas é considerada notável. A norma deveria ser a paz.

> *"Por mais dura que seja a estratégia de Israel, esta tem feito, no que diz respeito às grandes questões, concessões espantosas toda vez que houve uma oportunidade para a paz. Fizeram-no com Rabin, Barak e fariam isso com Sharon ou qualquer outro".*
>
> **– Henry Kissinger**[110]

Infelizmente, o fato de que não ocorra um grande ataque terrorista não significa que a violência tenha cessado ou que a Autoridade Palestina está impedindo ataques contra israelenses. A principal razão para os períodos de relativa calma é a vigilância das forças de segurança de Israel. Caso Israel não aplicasse suas medidas de contra-terrorismo, o resultado não seria o prolongamento da paz, mas a permissão para que os terroristas reconstruíssem sua infra-estrutura e montassem operações que, de outra forma, poderiam ser frustadas.

No período de seis semanas entre outubro e meados de novembro de 2003, por exemplo, nenhum ataque terrorista "maior" ocorreu. Entretanto, no mesmo período, 14 israelenses foram mortos por terroristas, 14 atentados por homens-bomba foram frustrados e o número de alertas de ataques terroristas aumentou de 30 para 50 por dia.[111]

Israel deve continuar a aplicar medidas de segurança para garantir a sua segurança. Quando a Autoridade Palestina der os passos que prometeu ao aceitar o Mapa do Caminho, desmantelar a infra-estrutura do terror e desarmar os terroristas, a ameaça da violência diminuirá e a necessidade de ações militares israelenses será reduzida.

Notas

1 Discurso na Conferência de Política do AIPAC (Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense) (8 de maio de 1978).

2 Agência de Notícias do Oriente Médio (20 de setembro de 1978).

3 Daniel Pipes. *The Long Shadow: Culture and Politics in the Middle East*. (New Jersey: Transaction Publishers, 1989, pág. 273-274.

4 Reuters (24 de setembro de 2001).

5 Michael Widlanski. *Can Israel Survive A Palestinian State?* Jerusalém: Institute for Advanced Strategic and Political Studies, 1990, pág. 10, 35.

6 *American Journal of International Law* (abril de 1970), pág. 345-46.

7 *New Republic* (21 de outubro de 1991), pág. 14.

8 *Washington Post* (1 de novembro de 1991).

9 *Jerusalem Post* (22 de outubro 22, 1991).

10 *Voice of Palestine*, Algiers (2 de setembro de 1993).

11 *Saudi Press Agency* (15 de julho de 1986).

12 Howard Sachar. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to Our Time*. New York: Alfred A. Knopf, 1979, pág. 335.

13 Terence Prittie. *Middle East Refugees*, em Michael Curtis et al. *The Palestinians*. New Jersey: Transaction Books, 1975, pág. 66-67.

14 *Associated Press* (22 de outubro de 2001).

15 *Jerusalem Report* (26 de março de 2001).

16 *Jerusalem Post* (26 de agosto de 2002).

17 *Rádio Damasco* (8 de março de 1974).

18 *NBC News e MSNBC* (8 de maio de 2001).

19 *Jerusalem Post* (16 de outubro de 2001).

20 Lee Hockstader. *At Arab, Israeli Schools, Hatred Is Common Bond*, *Washington Post* (5 de setembro de 2001).

21 *Jerusalem Post* (23 de maio de 2001).

22 *Near East Report* (25 de junho de 2001); *Jerusalem Post* (20 de julho de 2001).

[23] *Jerusalem Post* (20 de julho de 2001).
[24] *Palestra de Yohanan Manor* (7 de março de 2002).
[25] *Washington Post* (25 de junho de 2002).
[26] *Jerusalem Post* (29 de junho de 2002).
[27] *CNN* (13 de janeiro de 2001); *AP* (31 de julho de 2001).
[28] *Islamic Association for Palestine* (9 de junho de 2001).
[29] *Washington Post* (18 de julho de 2001) citando um artigo de Robert Malley e Hussein Agha no *New York Review of Books* em que mencionam o presidente na reunião de cúpula de Camp David em julho de 2000.
[30] *Jerusalem Post* (16 de julho de 1994).
[31] *Washington Times* (30 de julho de 1990).
[32] Israeli-Palestinian Joint Water Committee, *Joint Declaration for Keeping the Water Infrastructure Out of the Cycle of Violence* (31 de janeiro de 2001).
[33] *Middleast Mirror* (7 de outubro de 1991).
[34] *Washington Post* (10 de setembro de 1995).
[35] Pacto do Hamas.
[36] *Y ediot Aharonot* (23 de novembro de 2001).
[37] *Yediot Aharonot* (7 de agosto de 2002).
[38] *Maariv* (6 de abril de 2001); Entrevista com Dennis Ross, *Fox News Sunday* (21 de abril de 2002); Presidente Bill Clinton, entrevista coletiva (25 de julho de 2000); *Camp David: An Exchange*, *The New York Review of Books* (20 de setembro de 2001); Fred Barnes. *Myths of the Intifada*, *The Daily Standard* (25 de abril de 2002).
[39] *Jerusalem Post* (9 de agosto de 2001).
[40] *MSNBC* (26 de março de 2002).
[42] *Associated Press* e *Jerusalem Post* (13 de setembro de 2001); IMRA (13-14 de setembro de 2001); Jewish Telegraphic Agency (20 de setembro de 2001).
[43] *Jewish Telegraphic Agency* (8 de outubro de 2001); *Jerusalem Post* (10 de outubro de 2001).
[44] *Washington Post* (10 de outubro de 2001).
[45] Neil Livingstone e David Halevy. *Inside the PLO*. Readers Digest Press, 1990, pág. 276-288.
[46] *Chicago Tribune* (5 de maio de 1988).
[47] *Washington Post* (10 de agosto de 2001).
[48] *Reuters* (11 de novembro de 2001).
[49] *Fox News* (8 de janeiro de 2002).
[50] *USA Today* (10 de janeiro de 2002).
[51] *Associated Press* (8 de janeiro de 2002); Michael Kelly. *Red-Handed and Unrepentant*, MSNBC (10 de janeiro de 2002).
[52] *The Jewish Week* (8 de fevereiro de 2002); *Jerusalem Post* (5 de abril de 2002).
[53] *Washington Jewish Week* (14 de fevereiro de 2002).
[54] *Jewish Telegraphic Agency* (30 de dezembro de 2002).
[55] *Haaretz* (13 de fevereiro de 2002).
[56] *Haaretz* (28 de dezembro de 2002).
[57] *Jerusalem Post* (23 de novembro de 2001 e 30 de junho de 2002).

[58] Autoridade Palestina. Note que o site muitas vezes está fora do ar e às vezes o material é movido ou reclassificado como "história", o que só poderia estar preciso se a Jordânia também estivesse incluída como parte da Palestina histórica.
[59] *Jewish Telegraphic Agency* (6 de fevereiro de 2002).
[60] *New York Times* (27 de janeiro de 2002).
[61] Comunicado de Imprensa da Casa Branca (11 de abril de 2002).
[62] *Washington Post* (2 e 12 de abril de 2002).
[63] *Associated Press* (2 de abril de 2002).
[64] *Jerusalem Post* (18 de fevereiro de 2002).
[65] *Washington Post* (6 de abril de 2002).
[66] *CNN* (11 de abril de 2002).
[67] *Jerusalem Post* (15 de janeiro de 2003).
[68] *Washington Post* (5 de dezembro de 2001).
[69] Jitka Maleckova e Alan Kreuger. *Education, Poverty, Political Violence and Terrorism: Is There a Causal Connection?* (julho de 2002), citado no *Daily Star*, Líbano (6 de agosto de 2002).
[70] *Without Distinction - Attacks on Civilians by Palestinian Armed Groups*, Anistia Internacional (11 de julho de 2002).
[71] *Without Distinction - Attacks on Civilians by Palestinian Armed Groups*, Anistia Internacional (11 de julho de 2002).
[72] Steven Spiegel. *The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East Policy from Truman to Reagan*. Illinois: University of Chicago Press, 1986, pág. 358; Ariel Sharon. *Warrior*. New Yoek: Touchstone Books, 2001, pág. 400-401.
[73] *Associated Press* (26 de maio de 2003).
[74] *Associated Press* (31 de janeiro de 2003).
[75] *New York Times* (1 de agosto de 2002).
[76] *Washington Post* (10 de agosto de 2001).
[77] *Jerusalem Report* (15 de julho de 2002), pág. 51.
[78] Avraham Burg. *A Letter to My Palestinian Friends*, *Forward* (26 de setembro de 2003).
[79] *Washington Post* (6 de agosto de 2001).
[80] *New York Times* (27 de janeiro de 2002).
[81] *Gulf News* (28 de dezembro de 2002).
[82] Kenneth Timmerman. *Hamás' Friends*, *Australia/Israel Review* (junho de 2002), pág. 13.
[83] *Washington Post* (2 e 12 de abril de 2002).
[84] *Jerusalem Post* (26 de setembro de 2002).
[85] *Jewish Telegraphic Agency* (22 de janeiro de 2003).
[86] *Jerusalem Media & Communication Centre*.
[87] *Rádio Israel* (1 de agosto de 2002).
[88] *Kul Al-Arab* (3 de janeiro de 2003).
[89] *Jerusalem Post* (9 de agosto de 2002).
[90] *Jerusalem Post* (9 de agosto de 2002).
[91] Rachel Ehrenfeld. *And a Thief, Too - Yasser Arafat Takes What He Likes*, *National Review* (29 de julho de 2002).
[92] Ehrenfeld.

[93] *Jerusalem Post* (19 de janeiro e 22 de fevereiro de 2003).
[94] *Alsharak Alawast* (3 de março de 2003).
[95] Morris Abram. *Israel Under Attack: Anti-Semitism in the United Nations*, *The Earth Times* (16-31 de dezembro de 1997).
[96] *TV da Autoridade Palestina* (3 de março de 2003).
[97] *TV da Autoridade Palestina* (3 de março de 2003).
[98] David Makovsky. *Taba Mythchief*, *The National Interest* (26 de fevereiro de 2003).
[99] Ari Fleischer, comunicado da Casa Branca (30 de maio de 2003).
[100] *CNN* (6-7 de junho de 2003).
[101] David Bedein. *Support Unit for Terror*, *Jerusalem Post* (25 de junho de 2003).
[102] *Movimento de Solidariedade Internacional* (www.palsolidarity.org).
[103] Andrew Friedman. *The 'Neutral' Partisans*, *The Review* (julho de 2003).
[104] Leslie Susser. Israel: *The IDF vs. the ISM*, *Jerusalem Report* (13 de junho de 2003); *Senior Islamic Jihad Terrorist Arrested While Hiding in the Offices of the International Solidarity Movement in Jenin*, Ministério das Relações Exteriores de Israel (27 de março de 2003).
[105] *Jerusalem Post* (31 de maio de 2003).
[106] *Palestine Chronicle* (6 de julho de 2003); Embaixada de Israel (EUA) (27 de junho de 2003).
[107] *Washington Institute for Near East Policy* (2 de junho de 2003).
[108] *Jerusalem Post* (17 de julho de 2003); *Haaretz* (7 e 14 de julho de 2003); *Rádio Israel*, (10 de julho de 2003).
[109] IMRA.
[110] *Departamento de Estado* (20 de junho de 2003).
[111] *Washington Post* (19 de setembro de 2003).

22. Os Assentamentos

MITO

"Israel não tem direito de estar na Cisjordânia. Os assentamentos israelenses são ilegais".

FATO

Os judeus têm vivido na Judéia e na Samaria – Cisjordânia – desde os tempos antigos. O único período em que foram proibidos de viver nos territórios nas últimas décadas foi durante o governo da Jordânia, entre 1948 e 1967. Essa proibição era contrária ao Mandato para a Palestina adotado pela Liga das Nações, que adotou medidas para o estabelecimento de um Estado judeu e estimulou especificamente "um pleno assentamento de judeus no país".

Numerosas autoridades legais debatem a acusação de que os assentamentos são ilegais. O especialista em direito internacional Stephen Schwebel destaca que um país, ao atuar em autodefesa, pode conquistar e ocupar territórios quando isso for necessário à sua proteção. Schwebel observa também que um país pode exigir, como condição para sua retirada, medidas de segurança concebidas para garantir que seus cidadãos não sejam ameaçados novamente a partir daquele território.[1]

Segundo Eugene Rostow, subsecretário de Estado para Assuntos Políticos do Governo Johnson, a Resolução 242 dá a Israel o direito legal de estar na Cisjordânia. A resolução "permite que Israel administre os territórios" que conquistou em 1967 "até que se alcance 'uma paz justa e duradoura no Oriente Médio'", escreveu Rostow.[2]

MITO

"Os assentamentos são um obstáculo à paz".

FATO

Os assentamentos nunca foram um obstáculo para a paz.

- De 1949 a 1967, quando os judeus estavam proibidos de viver na Cisjordânia, os árabes se recusaram a fazer a paz com Israel.
- Entre 1967 e 1977 o Partido Trabalhista estabeleceu apenas alguns assentamentos estratégicos nos territórios; não obstante, os árabes não se dispuseram a negociar a paz com Israel.
- Em 1977, meses depois que um governo do partido Likud comprometido em aumentar a atividade de assentamento chegou ao poder, o presidente egípcio, Anuar Sadat, foi a Jerusalém e assinou um acordo de paz com Israel. A propósito, os assentamentos judaicos no Sinai foram desmontados como parte do acordo com o Egito.

- Um ano depois, Israel congelou a construção de assentamentos por três meses na esperança de que essa atitude incitasse outros árabes a se unir ao processo de paz de Camp David. Todavia, ninguém o fez.
- Em 1994 a Jordânia assinou um acordo de paz com Israel e os assentamentos não entraram em pauta, apesar do crescimento no número de judeus vivendo nos territórios.
- Entre junho de 1992 e junho de 1996, sob governos trabalhistas, a população judaica nos territórios cresceu 50%. Esse rápido crescimento não impediu que os palestinos assinassem os acordos de Oslo, em setembro de 1993, ou o Acordo de Oslo 2, em setembro de 1995.
- Em 2000, o primeiro-ministro Ehud Barak propôs o desmonte de dezenas de assentamentos, mas mesmo assim os palestinos não concordaram em encerrar o conflito.

A atividade dos assentamentos pode vir a ser um estímulo para a paz, pois força os palestinos e demais árabes a reconsiderar a sua opinião de que o tempo está do lado deles. Sempre foram feitas referências a escritos árabes relatando que levou um determinado tempo para a expulsão dos Cruzados e que o mesmo pode ser aplicado aos sionistas. O crescimento da população judaica nos territórios obrigou os árabes a questionar esse dogma. "Os palestinos agora se dão conta", afirmou o prefeito de Belém, Elias Freij, "de que o tempo está a favor de Israel, que pode construir assentamentos e criar fatos, e que a única saída para esse dilema está em negociações diretas".[3]

Entretanto, muitos israelenses demonstram reservas quanto à expansão dos assentamentos. Alguns os consideram provocativos, outros temem que os colonos estejam particularmente vulneráveis e sejam alvos de ataques terroristas palestinos constantes. Para defendê-los é necessário mobilizar um grande número de soldados que poderiam estar treinando e se preparando para um possível conflito futuro contra algum exército árabe.

Alguns israelenses também criticam o montante de dinheiro destinado às comunidades além da Linha Verde e a concessão de subsídios especiais para tornar a moradia nesses lugares mais acessível. Outros ainda acreditam que os colonos proporcionam uma primeira linha de defesa e desenvolvem uma terra que, com todo direito, pertence a Israel.

A disposição dos assentamentos é uma questão para as negociações sobre o status final. A pergunta sobre onde ficará a fronteira definitiva entre Israel e uma entidade palestina provavelmente será influenciada pela distribuição desses povoados judeus. Israel quer incorporar o maior número possível de colonos dentro de suas fronteiras, enquanto os palestinos querem expulsar todos os judeus do território controlado por eles.

Se Israel recuasse para as fronteiras de 1967 de modo unilateral ou como parte de um acordo político, muitos colonos enfrentariam uma das seguintes opções: permanência nos territórios, expulsão de seus lares ou reassentamento voluntário em Israel. O impedimento para a paz não é a existência desates assentamentos, mas a falta de disposição dos palestinos de aceitar um Estado ao lado de Israel em vez de um no lugar deste.

MITO

"A Convenção de Genebra proíbe assentamentos judaicos nos territórios ocupados".

FATO

A Quarta Convenção de Genebra proíbe a transferência forçada de pessoas de um país para o território de outro que tenha sido ocupado como resultado de uma guerra. A intenção foi garantir que populações locais que estivessem sob ocupação não fossem obrigadas a se mudar. Isso não é absolutamente pertinente à questão dos assentamentos. Os judeus não estão sendo obrigados a ir para a Cisjordânia ou a Faixa de Gaza; pelo contrário, estão se mudando voluntariamente para lugares onde eles ou seus antepassados já viveram antes de serem expulsos por outros. Além disso, aqueles territórios nunca pertenceram legalmente à Jordânia ou ao Egito e, certamente, não aos palestinos, que jamais foram uma autoridade soberana em qualquer parte da Palestina. "O direito judaico ao assentamento na área equivale, em todos os sentidos, ao da população local em viver ali", segundo o professor Eugene Rostow, ex-subsecretário de Estado para Assuntos Políticos.[4]

Além do mais, em matéria de política Israel não expropria terrenos particulares para o estabelecimento dos assentamentos. A construção de casas só é permitida em terras particulares depois de se determinar que nenhum direito privado será violado. Os assentamentos tampouco deslocam os árabes residentes nos territórios. A mídia às vezes dá a impressão de que, para cada judeu que se muda para a Cisjordânia, várias centenas de palestinos são obrigados a sair. A verdade é que a vasta maioria dos assentamentos foi levantada em áreas desabitadas e mesmo os poucos estabelecidos dentro ou nos arredores de povoados árabes não forçaram qualquer palestino a sair.

> *"Os assentamentos em diversas partes da assim chamada área ocupada... resultaram de uma guerra vencida por eles (os israelenses)".*
>
> **– Donald Rumsfeld, secretário de Defesa dos EUA**[5]

MITO

"Israel está, de maneira provocativa, assentando judeus em povoados árabes, e tornando impossíveis os acordos territoriais".

FATO

No total, a área dos assentamentos ocupa menos de 2% dos territórios em disputa. Estima-se que 80% dos colonos vivem de fato em subúrbios das principais cidades israelenses, como Jerusalém e Tel-Aviv. Essas são áreas que, virtualmente, toda a população judaica acredita que devam ser conservadas por Israel a fim de garantir sua segurança, e até mesmo o presidente Bill Clinton considerou, em dezembro de 2000, que deveriam permanecer sob permanente soberania israelense.[6]

Preocupações estratégicas têm levado tanto governos trabalhistas quanto do Likud a continuar com a política de assentamentos. O objetivo é garantir uma maioria judaica em regiões estratégicas da Cisjordânia, como o corredor Tel-Aviv-Jerusalém, cenário de intensos combates em várias guerras árabe-israelenses.

Além disso, quando as conversações de paz começaram no fim de 1991, mais de 80% da Cisjordânia não continha assentamentos ou só alguns poucos habitados.[7]

Hoje em dia 225 mil judeus vivem em 150 comunidades na Cisjordânia. A imensa maioria desses assentamentos conta com menos de mil moradores. Analistas afirmam que 80% desses judeus poderiam ficar dentro das fronteiras de Israel com pequenas modificações na Linha Verde.

MITO

"Israel deve desmontar todos os assentamentos antes que um acordo de paz final com os palestinos possa ser alcançado".

FATO

A tese de muitos críticos dos assentamentos é que seria melhor para a paz se a Cisjordânia fosse Judenrein (livre de judeus). Essa idéia poderia ser considerada anti-semita se os judeus fossem impedidos de viver em Nova York, Paris ou Londres; impedi-los de viver na Cisjordânia, o berço da civilização judaica, não seria menos censurável.

Qualquer acordo de paz deve inevitavelmente permitir que judeus que prefiram viver fora do Estado de Israel e sob a Autoridade Palestina vivam na Cisjordânia – assim como há árabes vivendo hoje em Israel. Não pode se esperar que algum governo israelense repita o tipo de política instituído pelos britânicos, no qual grandes áreas da Palestina foram declaradas proibidas a judeus.

MITO

"Em Camp David, durante a presidência de Jimmy Carter, Israel concordou em suspender a construção de assentamentos por cinco anos. Em meses, já havia violado os acordos ao estabelecer novos assentamentos na Cisjordânia".

FATO

O período de cinco anos acertado em Camp David foi o tempo estipulado para o governo autônomo palestino nos territórios. A moratória israelense para a construção de assentamentos na Cisjordânia, com a qual concordou o primeiro-ministro Menahem Begin, foi de apenas três meses. Begin cumpriu o acordo.

A atitude de Israel nesse assunto obteve apoio de uma fonte inesperada: o presidente egípcio, Anuar Sadat, que afirmou: "Concordamos em congelar o estabelecimento de assentamentos pelos próximos três meses, tempo necessário, segundo nossas estimativas, para assinarmos o tratado de paz".[8]

Os palestinos rejeitaram os acordos de Camp David e, assim sendo, suas cláusulas jamais foram implementadas. Caso eles tivessem aceitado as condições oferecidas por Begin, é muito provável que a autoridade autônoma já tivesse se convertido há muito tempo no Estado que os palestinos dizem que desejam.

MITO

"As garantias de empréstimo dos EUA proporcionam a Israel bilhões de dólares dos contribuintes americanos usados na construção de assentamentos para judeus russos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza".

FATO

Desde 1989, aproximadamente um milhão de judeus emigrou para Israel. A maioria, 80%, vem da ex-União Soviética. Israel precisa provê-los com alimento, moradia, emprego e profissionalização. Essa tarefa ainda é mais desafiadora quando se trata da absorção de judeus de países subdesenvolvidos como a Etiópia, quando é comum ter que ensinar tudo, desde usar a descarga a sacar dinheiro no banco. Para fazer frente a esses desafios, Israel tem investido bilhões de dólares. Além disso, a comunidade judaica americana contribui com centenas de milhões de dólares por intermédio de diversas instituições filantrópicas.

Apesar de tudo isso, a tarefa é tão desalentadora que Israel pediu ajuda aos Estados Unidos. Para ser ter uma idéia de perspectiva desse desafio, deve-se levar em conta que os Estados Unidos – um país de 250 milhões de habitantes e com um PNB multitrilionário – recebe 125 mil refugiados por ano. Só em 1990, 200 mil judeus emigraram para Israel.

Os Estados Unidos lideraram o Mundo Livre quanto à ajuda para garantir a liberdade dos judeus soviéticos. O Congresso americano destinou fundos para ajudar no reassentamento de judeus soviéticos desde 1972. A partir de 1992 foram destinados US$ 80 milhões para esse propósito. Depois que a União Soviética abriu suas fronteiras, o gotejamento de imigrantes se converteu em inundação e subiu vertiginosamente de pouco menos de 13 mil pessoas em 1989 para mais de 185 mil em 1990. Israel então solicitou um tipo diferente de ajuda. Os Estados Unidos atenderam em 1990 com a aprovação de US$ 400 milhões e garantias de empréstimos para ajudar Israel a oferecer moradia aos recém-chegados.

Garantias não são doações – nem um centavo dos fundos do governo americano é transferido para Israel. Os Estados Unidos são simplesmente consignatários dos empréstimos, o que faz com que os bancos tenham confiança em emprestar dinheiro a Israel em condições mais favoráveis: taxas de juros mais baixas e períodos de devolução mais longos – até 30 anos em vez de cinco a sete. Essas garantias de empréstimo não afetam programas ou garantias internas dos EUA. Mais do que isso, não causam qualquer impacto aos contribuintes americanos, a menos que Israel deixasse de pagar seus empréstimos, algo que jamais aconteceu. Além do mais, grande parte do dinheiro que Israel pede emprestado é gasto nos Estados Unidos para a compra de bens americanos.

Quando ficou evidente que o fluxo de refugiados era ainda maior do que se pensava e que dezenas de milhares continuavam a chegar todos os meses, Israel percebeu que necessitava de mais ajuda e pediu mais US$ 10 bilhões em garantias aos Estados Unidos.

Em 1992, o Congresso americano autorizou o presidente a fornecer garantias de empréstimo a Israel como resultado do extraordinário esforço humanitário de reassentar e absorver imigrantes. Essas garantias foram oferecidas na forma de incrementos anuais de US$ 2 bilhões por cinco anos. Enquanto não havia custo para o governo americano, Israel pagou aos EUA parcelas anuais que alcançavam algumas centenas de milhões de dólares para cobrir custos administrativos e outros.

Segundo as normas vigentes, nenhuma ajuda externa a Israel pode ser usada além das fronteiras de Israel pré-1967. Mais do que isso, para sublinhar sua insatisfação com a política de assentamentos de Israel, o presidente foi autorizado a reduzir as garantias anuais de empréstimo no mesmo montante do valor estimado das atividades israelenses na Cisjordânia e na Faixa de Gaza do ano anterior.

Assim, o Departamento de Estado determinou que Israel gastasse pouco menos de US$ 1,4 bilhão em assentamentos entre 1993 e 1996. Entretanto, o presidente estava autorizado a rescindir deduções quando os fundos postos

à disposição de Israel fossem em favor dos interesses da segurança dos Estados Unidos. O presidente Bill Clinton fez uso dessa opção nos últimos três anos do programa, de modo que a redução real no montante de garantias oferecido para Israel foi de US$ 773,8 milhões.

A verba destinada aos assentamentos tampouco tinha que ver com os novos imigrantes, posto que nenhum deles foi obrigado a viver nos territórios. De fato, apenas uma porcentagem mínima optou voluntariamente por fazê-lo.

A programa de garantia de empréstimos dos EUA foi de um sucesso retumbante em todos os sentidos. Israel usou os fundos emprestados fundamentalmente para aumentar o montante de divisas disponível para o setor empresarial, país bem como para apoiar projetos de infra-estrutura como estradas, pontes, redes de saneamento básico e usinas de eletricidade. As garantias também ajudaram Israel a fornecer moradia e emprego a virtualmente todos os novos imigrantes. O desemprego entre eles, que alcançou 35%, caiu para 6%, praticamente a mesma porcentagem do restante da população.

Além de contribuir para o êxito de Israel na absorção de imigrantes com manutenção de crescimento econômico, o programa de garantia de empréstimos enviou uma forte mensagem os mercados internacionais de capital privado quanto à confiança que os EUA depositam na capacidade israelense de suportar esse potencial fardo econômico. Conseqüentemente, a classificação da capacidade de obtenção de crédito por parte de Israel foi elevada e o país pode emprestar centenas de milhões de dólares nos mercados financeiros internacionais por conta própria.

MITO

"Israel não tem direito de construir casas em Har Chomá porque faz parte da Jerusalém Oriental árabe e ainda será outro projeto de assentamento que vai impedir a paz".

FATO

Construir em Har Chomá representa a última fase de um plano municipal de moradias mais amplo para a cidade de Jerusalém que começou em 1968. Toda a área de Har Chomá tem menos do que 460 acres. Quando o projeto começou, a área estava inteiramente deserta e longe de qualquer população árabe.

A decisão de ir adiante com a construção de Har Chomá foi tomada pelo então primeiro-ministro trabalhista, Shimon Peres, em 1996; a construção não continuou porque o assunto foi levado aos tribunais israelenses. A Suprema Corte israelense rejeitou as apelações de proprietários judeus e árabes e aprovou a expropriação da terra para o projeto. A expropriações foram feitas com base no princípio legislativo fundamental comum de domínio

eminente, o que permite aos governos expropriar terra de proprietários particulares para fins de uso público. A maior parte da terra – 75% – foi expropriada de judeus.

O plano de construção foi aprovado pelo governo Netanyahu depois que a Corte determinou que havia uma grave falta de moradia para árabes e judeus em Jerusalém. Quando estiver pronto, o projeto contará com 6.500 unidades habitacionais, além de escolas, parques, edifícios públicos e comerciais e zonas industriais. Um plano de construção de 3.015 unidades habitacionais em dez bairros árabes de Jerusalém será implementado ao mesmo tempo que o projeto de Har Chomá.

> *"Acredito que devemos anexar o bairro de Har Chomá, contra o qual o meu movimento travou uma campanha estúpida. Har Chomá é territorialmente contíguo ao estado de Israel. Dizer que Har Chomá atrapalha a contigüidade do território palestino e fazer dele uma possível causa para a guerra é bobagem, uma estupidez".*
>
> **– Amiram Goldblum,** líder do movimento pacifista Paz Agora[9]

Nenhum dos acordos assinados entre palestinos e israelenses impede a construção em Jerusalém. Ambos os primeiros-ministros Yitzhak Rabin e Shimon Peres deixaram claro que não tinham intenção de frear a construção em Jerusalém e jamais diminuíram o ritmo das construções na capital. Lados diferentes do espectro político israelense, incluindo muitos líderes do Partido Trabalhista, pediram ao governo Netanyahu para prosseguir com o projeto Har Chomá.

Os palestinos também reclamam que Har Chomá vai isolá-los da Cisjordânia ou limitar o seu acesso a Jerusalém. Entretanto, quando Har Chomá estiver concluído, permanecerão áreas consideráveis de continuidade territorial entre os bairros árabes de Jerusalém Oriental e as áreas palestinas da Cisjordânia. Os palestinos também terão o mesmo acesso a Jerusalém do qual já desfrutam atualmente.

MITO

"Qualquer um que defenda os assentamentos está justificando a ocupação da terra palestina".

FATO

Ao mesmo tempo em que defende vigorosamente seu direito aos territórios, o governo israelense também reconhece o direito legítimo dos palestinos à região e que um acordo pode ser alcançado mediante negociações.

Politicamente, Cisjordânia e Faixa de Gaza são consideradas, na melhor das hipóteses, territórios sobre os quais há direitos em disputa que devem ser resolvidos em negociações de um processo de paz. Israel tem direitos válidos à posse desses territórios, baseados tanto na sua conexão histórica e religiosa com a terra e em suas reconhecidas necessidades de segurança como também no fato de que o território não estava sob a soberania de qualquer país e passou ao domínio israelense numa guerra de autodefesa que lhe foi imposta. Ao mesmo tempo, Israel reconhece que os palestinos têm direitos legítimos sobre a área. Certamente o próprio fato de as partes concordarem em conduzir negociações sobre os assentamentos indica que concebem a possibilidade de um acordo a respeito.[10]

Na verdade, durante as negociações em Camp David e na Casa Branca em 2000, foi divulgado que o primeiro-ministro Ehud Barak se oferecera para desmontar 63 assentamentos.[11] Os palestinos rejeitaram a proposta.

MITO

"Os acordos de paz assinados entre Israel e os palestinos proíbem a criação de assentamentos".

FATO

Nem a Declaração de Princípios de 13 de setembro de 1993 nem o Acordo Interino contêm qualquer cláusula proibindo ou restringindo o estabelecimento ou a expansão de comunidades judaicas na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza. Uma das cláusulas proíbe a mudança no status dos territórios com o único objetivo de assegurar que nenhuma das partes tome medidas unilaterais para alterar o status legal das áreas (tais como anexação ou declaração de independência).

MITO

"A Cruz Vermelha declarou que os assentamentos israelenses são crimes de guerra".

FATO

O representante em Jerusalém do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC – International Committee of The Red Cross), Rene Kosimik, afirmou em 17 de maio de 2001: "A instalação de uma população das forças de ocupação num território é considerada ilegal, uma infração grave. Em princípio, é um crime de guerra". O representante Eliot Engels protestou ao presidente da ICRC, Jacob Kellenberger, que respondeu: "A expressão 'crime de guerra' não foi usada pela ICRC com relação aos assentamentos israelenses nos territórios ocupados no passado, nem será mais usada no contexto presente". E acrescentou: "A referência feita a isso em 17 de maio foi inadequada e não vai se repetir".[12]

"Se a construção de assentamentos está concentrada agora em áreas que os próprios palestinos reconhecem que continuarão sendo parte de Israel em qualquer futuro acordo de paz, por que insistir obsessivamente que esses assentamentos são um obstáculo à paz"?

– Yossi Klein Halevi[13]

Notas

1 *American Journal of International Law* (abril de 1970), pág. 345-46.

2 *New Republic* (21 de outubro de 1991), pág. 14.

3 *Washington Post* (1 de novembro de 1991).

4 *American Journal of International Law* (1990, Vol. 84), pág.72.

5 *USA Today* (7 de agosto de 2002).

6 *Haaretz* (13 de setembro de 2001).

7 *Jerusalem Post* (22 de outubro de 1991).

8 *Iton Yerushalaym* (8 de junho de 2000).

9 Carta de George Mitchell e Warren Rudman para o diretor da Liga Anti-Difamação, Abraham Foxman (11 de maio de 2001).

10 *Israeli Settlements and International Law* (maio de 2001). Ministério das Relações Exteriores de Israel.

11 Presença Internacional Temporária em Hebron (http://www.tiph.org/).

12 *Jerusalem Post* (24 de maio de 2001).

13 *Los Angeles Times* (20 de junho de 2001).

23. O Equilíbrio Bélico

MITO

"A ameaça de Israel e a retirada da oferta americana de construir a Represa de Assuã levaram o Egito a comprar armas da União Soviética em 1955, o que deu início à corrida armamentista no Oriente Médio".

FATO

Em 1955, o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, se voltou, irado, para a União Soviética porque os Estados Unidos haviam armado o Iraque, odiado rival do Egito, e promoveram o Pacto de Bagdá. Nasser se opôs a esse acordo, como faria com qualquer aliança de defesa com o Ocidente.

O Egito passou a receber armas do bloco soviético em 1955. Os Estados Unidos, esperando manter um certo grau de influência sobre o Egito e para induzir Nasser a reduzir suas aquisições em armamentos, se propuseram a construir a represa de Assuã. No entanto, Nasser aumentou seus pedidos de armas e fez pouco caso das iniciativas de paz dos Estados Unidos. O Egito havia adotado uma política de "neutralidade", o que significava que Nasser pretendia, se pudesse, obter ajuda tanto do bloco oriental como do ocidental e, ao mesmo tempo, continuar livre para atacar o Ocidente e auxiliar os soviéticos a aumentar sua influência nos mundos árabe e afro-asiático. Como resultado dessas ações e com a crescente hostilidade de Nasser com relação ao Ocidente, os Estados Unidos retiraram a oferta de Assuã. O Egito então nacionalizou o Canal de Suez.

Imediatamente após Nasser ter adquirido armamentos em 1955, Israel apelou aos Estados Unidos – não para receber uma doação em armas, mas pelo direito de comprá-las. Os Estados Unidos reconheceram a necessidade de manter um equilíbrio bélico, mas remeteu Israel à França e a outros fornecedores europeus. Os Estados Unidos só concordaram em vender a Israel o seu primeiro sistema de importância, os mísseis antiaéreos Hawk, após 1962.

MITO

"Os países árabes têm tido que acompanhar o ritmo da corrida armamentista iniciada por Israel".

FATO

Na maioria das vezes a verdade é justamente o contrário. O Egito recebeu o bombardeiro soviético IL-28 em 1955. Só em 1958 a França forneceu a Israel um esquadrão de bombardeiros táticos bimotores Sud Vautour equivalente. Em 1957 o Egito adquiriu aviões de combate Mig-17. Israel recebeu os equivalentes Super Mystere em 1959. O Egito tinha submarinos em 1957,

Israel em 1959. Depois que os egípcios adquiriram os Mig-21, os israelenses encomendaram o interceptor caça-bombardeiros supersônico Dassault Mirage.

O Egito recebeu mísseis terra-ar SA-2 dois anos antes de Israel obter os mísseis Hawk dos Estados Unidos. Mais tarde, Washington concordou com relutância em vender tanques Patton a Israel.

Apesar de ter fornecido armamentos em troca de algodão a preços irrisórios e com pagamento a longo prazo, a dívida do Egito com a URSS em 1971 era estimada em US$ 11 bilhões.[1] Israel teve que pagar muito mais, e com juros, por armamentos equivalentes.

Mesmo quando os Estados Unidos passaram a vender armas para Israel na década de 60, mantiveram uma política de equilíbrio, fazendo vendas semelhantes aos países árabes. Em 1965, por exemplo, a primeira venda importante de tanques a Israel foi balanceada com outra à Jordânia. Um ano depois, quando Israel recebeu Skyhawks, os Estados Unidos forneceram aviões a Marrocos e à Líbia, bem como equipamentos militares adicionais a Líbano, Arábia Saudita e Tunísia.[2]

Foi apenas após 1968, quando o governo Johnson vendeu a Israel aviões Phantom, que os EUA mudaram a política de fornecimento de armamentos, passando a enfatizar a manutenção da vantagem qualitativa do Estado judeu. Entretanto, desde então os Estados Unidos têm vendido regularmente aos adversários de Israel armamentos sofisticados (por exemplo, caças F-15 e Awacs e mísseis Stinger), o que tem diminuído essa vantagem.

MITO

"Israel é militarmente superior aos seus vizinhos árabes em todas as áreas e tem meios próprios de manter essa vantagem".

FATO

A margem de vantagem qualitativa de Israel tem declinado ao mesmo tempo em que os países árabes e muçulmanos adquirem armas convencionais e não-convencionais cada vez mais sofisticadas. De fato, apesar das suas garantias em contrário, os Estados Unidos estão permitindo que a vantagem qualitativa de Israel se dissipe. Em alguns casos, o motivo dessa erosão é o fornecimento de armas americanas aos árabes. O exército permanente de Israel é menor do que os do Egito, do Iraque, do Irã e da Síria. Mesmo contando com os reservistas, Israel é superado pelos três primeiros. Além disso, é provável que Israel tenha que se defrontar com uma combinação de inimigos, assim como ocorreu em cada uma de suas guerras anteriores; em conjunto, virtualmente qualquer combinação de prováveis oponentes seria superior em homens, tanques e aviões.

Durante a década de 90, os países árabes e o Irã importaram mais de US$ 180 bilhões em armas das mais sofisticadas e em infra-estrutura militar

disponível tanto do bloco ocidental como do oriental e continuam investindo US$ 30 bilhões ao ano em suas forças armadas. Vários dos maiores importadores de armamentos do mundo são nações árabes em estado de guerra com Israel: Iraque, Síria, Arábia Saudita e Líbia. Enquanto Israel investe US$ 9 bilhões em defesa, só a Arábia Saudita investe mais de US$ 20 bilhões.[3]

Além da quantidade de armamentos convencionais, esses países também compram e produzem números crescentes de armas não-convencionais. A acumulação de armas químicas e biológicas, combinada à busca de obtenção de capacidade nuclear, torna a posição estratégica de Israel mais precária. Da mesma forma, além da ameaça à segurança, essa acumulação maciça de armamentos exige que Israel invista um sexto do seu PIB em defesa. Todavia, até mesmo esse elevado nível de investimento é insuficiente para fazer frente à ameaça árabe, posto que restrições orçamentárias têm forçado Israel a fazer cortes substanciais em sua verba destinada à defesa. As vendas de armamentos aos árabes aumentaram sensivelmente o custo de Israel para manter a sua própria defesa, exacerbando a tensão sobre a economia israelense.

MITO

"A derrota do Iraque na Guerra do Golfo garante que, num futuro conflito, Israel venha a se enfrentar apenas com a Síria. Qualquer outra intervenção árabe tem pouca importância".

FATO

Israel não tem outra opção além de basear seu planejamento de defesa nas capacidades árabes atuais. Se a história ensina algo, um futuro conflito árabe-israelense será resultado de uma aliança de países árabes associados, mesmo que temporariamente, com o objetivo de lançar um ataque contra Israel. Os árabes tradicionalmente colocam suas diferenças de lado em tempos de conflito com o Estado judeu.

Ainda sozinha, a Síria significaria uma séria ameaça a Israel. Damasco recebeu mais de US$ 2 bilhões dos países do Golfo por conta da crise nessa região, dos quais grande parte foi investida em armamentos novos e modernos para levar adiante a missão de Hafez Assad de alcançar a "paridade estratégica" com Israel. Hoje em dia a Síria tem mais tanques que Israel e praticamente o mesmo número de tropas e de aviões. A Síria também vem adquirindo mísseis de longo alcance da Coréia do Norte, além de armas biológicas e químicas. A Síria tem capacidade de lançar um ataque imediato contra instalações-chave israelenses, incluindo bases aéreas e pontos de mobilização de tropas.

O Iraque continua sendo uma preocupação a longo prazo para a segurança de Israel. Sadam ainda tem 2.400 tanques e 300 aviões de combate. Parte do arsenal químico, dos materiais nucleares, das instalações e dos lançadores móveis de mísseis balísticos do Iraque sobreviveu intacta à Guerra do Golfo e não foi detetada pelos inspetores das Nações Unidas. O Serviço de Inteli-

gência da Alemanha emitiu um comunicado dizendo que o Iraque poderia ter uma bomba em três anos e estava desenvolvendo um míssil balístico de longo alcance que poderia ameaçar a Europa até 2005. Indicou também que o Iraque está fazendo um grande esforço para produzir armas químicas e pode ter retomado a produção de armas biológicas.[5]

Apesar do seu arsenal maciço de armamentos fornecido pelos soviéticos, a Líbia tinha, até recentemente, uma capacidade apenas limitada de atacar Israel diretamente. O serviço de inteligência dos EUA descobriu que uma segunda indústria química líbia estava sendo construída clandestinamente, além da instalação de Rabta, já em funcionamento. Estima-se que esta já tenha produzido cem toneladas de agentes químicos. A Líbia também patrocina o terrorismo. Foi responsável pelo atentado ao vôo 103 da Pan Am em 1988 que resultou na morte de mais de 200 americanos.

A Arábia Saudita e os países do Golfo continuam a comprar armas em larga escala, a fim de alcançar uma capacidade militar muito além de suas próprias necessidades de defesa. Embora seja improvável que esses países ataquem Israel, eles podem fornecer armas – como já fizeram– a uma futura coalizão árabe que venha a atacar o Estado judeu.

Embora o Egito continue formalmente em paz com Israel e honrando os compromissos firmados em Camp David, o Cairo, não obstante, amealhou uma capacidade militar ofensiva substancial nos últimos anos. Os prudentes estrategistas militares israelenses não têm outra coisa a fazer além de monitorar cuidadosamente o acúmulo do arsenal egípcio para o caso de a situação regional ter uma dramática reviravolta para pior. Se o atual regime no Cairo fosse derrubado, a perspectiva da manutenção de relações estáveis com Israel diminuiria substancialmente. Apesar do seu status de aliado dos Estados Unidos, o Egito tem comprado mísseis Scud da Coréia do Norte e imagina-se que tenha armas químicas. Exército, Marinha e Aeronáutica têm atualmente uma ampla variedade dos mais sofisticados armamentos ocidentais, muitos idênticos às próprias armas de Israel.

MITO

"A venda de armas dos EUA para a Arábia Saudita vem reduzindo a necessidade de tropas americanas para defender o Golfo Pérsico. Essas armas não representam uma ameaça a Israel".

FATO

As Forças Armadas sauditas são incapazes, do ponto de vista estrutural, de defender o país. Apesar da aquisição de mais de US$ 50 bilhões em armas e serviços militares dos EUA na década que precedeu a Guerra do Golfo,[6] os sauditas não fizeram frente à ameaça iraquiana. Se Saddam Hussein tivesse dado seguimento ao seu ataque-relâmpago à Arábia Saudita antes da chegada

das forças americanas em agosto de 1990, grande parte do armamento que os EUA venderam a Riad ao longo dos anos estaria agora nas mãos dos iraquianos.

Ainda que todas as vendas de armas dos EUA para os sauditas tivessem sido aprovadas pelo Congresso sem restrição ou modificação, há dúvidas se a conduta militar ou o processo de tomada de decisões em Riad teria sido diferente.

Membros do governo dos EUA argumentam com freqüência que os sauditas precisam de armas avançadas para se defrontar com as ameaças à sua segurança por parte de países tão poderosos como a antiga União Soviética, sustentando que essas não ofereceriam perigo a Israel.

Os Estados Unidos não podem entregar enormes quantidades de aviões e mísseis às Forças Armadas sauditas se forem incapazes de assegurar que não serão usadas contra Israel. O "cenário do Irã" – ou seja, a possibilidade de a monarquia ser derrubada e um regime mais hostil assumir o controle do arsenal saudita – tampouco pode ser descartado.

Nas guerras anteriores entre árabes e israelenses, os sauditas nunca contaram com um arsenal moderno suficientemente grande para fazer da sua participação na coalizão árabe contra Israel algo que causasse preocupação de fato. A acumulação de armas pelos sauditas desde a guerra de 1973 altera essa equação. O reino poderia ser pressionado pelos demais parceiros da frente oriental a participar de uma ofensiva contra Israel justamente por causa disso.

MITO

"Israel se recusa a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear para ocultar o seu arsenal atômico e, assim, ameaçar seus vizinhos".

FATO

Embora não tenha reconhecido formalmente que tem um arsenal nuclear, vem sendo amplamente divulgado que Israel é membro do clube nuclear há muitos anos. A sua decisão de não assinar o Tratado de Não-Proliferação (TNP) está baseada, em grande parte, no critério de que o tratado pouco fez para evitar a proliferação nuclear na região. O Iraque é um signatário do TNP e, contudo, foi capaz de amealhar uma grande quantidade de material nuclear sem o conhecimento da Agência Internacional de Energia Atômica.

Israel tem pedido a criação de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio e já declarou muitas vezes que não será o primeiro Estado a introduzir armas nucleares na região. Simultaneamente, numerosos países do Oriente Médio estão tentando construir seus próprios arsenais não-convencionais. Além do Iraque, que se acredita possuir os materiais para produzir uma bomba, sabe-se que Argélia, Síria, Egito e Irã têm em marcha programas secretos com a finalidade de desenvolver uma arma atômica.

MITO

"Enquanto Israel se recusar a abrir mão das suas armas nucleares, o controle de armamentos no Oriente Médio será impossível".

FATO

A suposta barreira nuclear de Israel é um último recurso necessário para compensar o grande desequilíbrio em armas convencionais, armamentos químicos e mísseis balísticos em poder dos árabes. Israel não tem qualquer motivação para atacar unilateralmente seus vizinhos com armas nucleares, ao passo que os árabes – como mostra a história – têm ao mesmo tempo capacidade e motivação para se unir numa guerra contra o Estado judeu. Por isso, o controle de armamentos deve começar pela redução da capacidade militar ofensiva dos árabes, cujas propostas de "controle de armamentos" se reduzem essencialmente a exigir que Israel abra mão de suas armas nucleares sem oferecer algo significativo em contrapartida.

> *"Gostaria que Israel não precisasse ter armas defensivas de destruição em massa ou uma das mais poderosas forças de defesa da região. Gostaria que o mundo não tivesse levado o Estado Judeu a deslocar seus limitados recursos de suas universidades para suas Forças Armadas, mas a sobrevivência vem em primeiro lugar e o poder militar de Israel é a chave para isso. Qualquer um que acredite que a sobrevivência pode ser assegurada pela superioridade moral deve recordar o Gueto de Varsóvia e as câmaras de gás de Treblinka".*
>
> **– Alan Dershowitz**[7]

Notas

1. Adeed Dawisha e Karen Dawisha, eds. *The Soviet Union in the Middle East, Policies and Perspectives*. New York: Holmes and Meier, 1982, pág. 8, 11,15.
2. Mitchell Bard. *The Water's Edge And Beyond*. New Jersey: Transaction Publishers, 1991, pág. 194-209.
3. Adaptado por Anthony Cordesman da Agência Americana para Controle de Armas e Desarmamento, World Military Expenditures and Arms Transfers. District of Columbia: GPO); Cordesman, para o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Military Balance; Shai Feldman e Yiftah Shapir, eds. *The Middle East Military Balance*. Cambridge: MIT Press, 2001.
4. *Jerusalem Post* (29 de janeiro de 2001).
5. *Jerusalem Post* (25 de fevereiro de 2001).
6. Agência Americana para Controle de Armas e Desarmamento; Relatório da Agência de Assistência para Segurança de Defesa; World Military Expenditures and Arms Transfers.
7. Alan Dershowitz. *Chutzpah*. Massachusetts: Little Brown and Co., 1991, pág. 249.

24. A Mídia

MITO

"A cobertura de Israel pela imprensa é proporcional à sua importância no plano internacional".

FATO

É difícil justificar a cobertura que a imprensa dá a Israel tomando como base a importância da nação no panorama mundial ou em relação aos interesses americanos. Como um país do tamanho de New Jersey consegue mais atenção da imprensa do que nações como Rússia, China e Grã-Bretanha?

Israel provavelmente tem o maior quociente de fama per capita do mundo. Os americanos sabem mais sobre política israelense do que sobre qualquer outro país estrangeiro. A maioria dos líderes de Israel, por exemplo, são figuras mais familiares nos Estados Unidos do que nos vizinhos Canadá e México. Além disso, uma alta porcentagem de americanos está a par do conflito árabe-israelense.

Uma razão para que os americanos estejam tão inteirados sobre Israel é a extensão da cobertura da imprensa. As organizações noticiosas americanas em geral têm mais correspondentes em Israel do que em qualquer outro país, exceto a Grã-Bretanha.

MITO

"Israel recebe tanta atenção porque é o único país do Oriente Médio que interessa aos EUA".

FATO

O Oriente Médio é importante para os Estados Unidos (e para o mundo ocidental) fundamentalmente por seus recursos petrolíferos. Os acontecimentos que podem ameaçar a produção e o comércio de petróleo afetam interesses americanos vitais. Os Estados Unidos também têm interesse em apoiar os regimes amigos na região. A atenção da imprensa está assegurada porque o Oriente Médio é cenário de repetidas conflagrações que, direta ou indiretamente, afetam interesses americanos.

Acontecimentos em países como Jordânia, Líbano e Irã têm exigido a intervenção de tropas americanas e nada concentra mais a atenção do público do que vidas americanas em perigo no exterior. Os Estados Unidos estiveram profundamente envolvidos em cada uma das guerras árabe-israelenses, mas também tiveram suas próprias guerras, com maior destaque para a Guerra do Golfo contra o Iraque.

Por outro lado, os americanos não se preocupam com guerras fratricidas de povos que vivem em países remotos quando os combates parecem não

afetar os interesses dos Estados Unidos. Isso é verdade quanto à África, à América Latina e até mesmo aos Balcãs. Da mesma forma, as guerras entre árabes não geram o mesmo tipo de interesse que os problemas de Israel. Entretanto, a disputa entre palestinos e israelenses – dois povos lutando por uma mesma terra – é um caso particularmente obrigatório, ainda mais pelo fato de estar localizado na Terra Santa.

Outra explicação para a cobertura noticiosa desproporcional que Israel recebe em relação aos países árabes é que poucos correspondentes têm conhecimento da história do Oriente Médio ou falam as línguas regionais. Os jornalistas estão mais familiarizados com a cultura majoritariamente ocidental de Israel do que com a das sociedades muçulmanas, que lhes são mais estranhas.

> *"Israel é o único país do Oriente Médio onde um correspondente pode encontrar uma namorada".*
>
> **– S. Abdala Schleifer**[1]

MITO

"A cobertura do mundo árabe pela mídia ocidental é igual à de Israel".

FATO

A comunidade jornalística considera o mundo árabe-muçulmano como o "arco do silêncio".[2] A mídia nesses países é estritamente controlada por governos totalitários. Em comparação, Israel é uma democracia com uma imprensa das mais independentes do mundo.

O acesso limitado é quase sempre usado como uma justificativa para o fracasso da mídia em cobrir as notícias da região. Esse foi o caso, por exemplo, durante a guerra Irã-Iraque – um dos conflitos mais sangrentos das últimas quatro décadas. Além disso, dados os recursos de investigação dos jornalistas americanos, é assombroso como é dada cobertura tão pequena até mesmo para os regimes mais autoritários.

MITO

"A mídia faz uma cobertura objetiva do mundo árabe".

FATO

Quando os jornalistas recebem permissão para ultrapassar o véu de segredo, o preço pelo acesso a ditadores e terroristas em geral é alto. Os repórteres são muitas vezes intimidados ou chantageados. No Líbano da década de 80, por exemplo, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) fez com que os

repórteres obedecessem as suas ordens como preço para obter entrevistas e proteção. Durante a "intifada de Al-Aksa", os jornalistas israelenses foram advertidos para que não fossem até o território sob controle da Autoridade Palestina e alguns receberam ameaças por telefone após publicarem artigos críticos sobre os líderes da organização.[3]

Quando lhe foi pedido que comentasse sobre o que muitos telespectadores consideravam como preconceito da CNN contra Israel, Reese Schonfeld, o primeiro presidente da rede, explicou: "Quando os vejo no ar, me parece que estão sendo muito cuidadosos com a sensibilidade dos árabes". Schonfeld sugeriu que a cobertura era parcial porque a CNN não queria colocar em risco o acesso especial que tem no mundo árabe.[4]

Nos países árabes, os jornalistas em geral são acompanhados para verem o que o ditador quer que vejam, ou são vigiados. Os cidadãos são advertidos pelas agências de segurança – às vezes diretamente, às vezes de maneira mais sutil – para serem cuidadosos com o que dizem aos visitantes.

No caso das reportagens sobre a Autoridade Palestina, a mídia ocidental depende muito dos assistentes palestinos que acompanham os correspondentes nos territórios. Além disso, os palestinos em geral fornecem as notícias que são transmitidas em todo o mundo. "Segundo minhas estimativas", escreveu o jornalista Ehud Yaari, "mais de 95% das imagens transmitidas todas as noites via satélite aos diversos canais estrangeiros e israelenses são fornecidas por equipes de filmagem palestinas. As duas principais agências no mercado de telenotícias, APTN e rede de TV Reuters, contam com toda uma rede de correspondentes e freelancers palestinos por todos os territórios para fornecer a cobertura dos acontecimentos ao vivo. Essas equipes obviamente se identificam emocional e politicamente com a intifada e, na melhor das hipóteses, simplesmente não se atrevem a filmar algo que possa comprometer a Autoridade Palestina. Assim, as câmaras são colocadas de maneira a mostrar uma visão distorcida das ações do exército israelense, nunca enfocam os atiradores palestinos e, com muito cuidado, produzem um tipo muito específico de primeiro plano da situação".[5]

Um incidente particularmente atroz ocorreu em outubro de 2000, quando dois reservistas israelenses que estavam fora de combate foram linchados por uma multidão de palestinos em Ramala. Segundo os jornalistas presentes à cena, a polícia palestina tentou impedir os jornalistas estrangeiros de filmar o incidente. Uma equipe italiana de televisão conseguiu filmar parte do ataque e essas imagens chocantes acabaram gerando manchetes em todo o mundo. Uma agência de notícias italiana rival adotou outra linha de conduta e fez um anúncio no principal jornal da Autoridade Palestina, *Al Hayat-Al-Jadidah,* no qual explicava que nada tinha a ver com a filmagem do incidente:

> "Queridos amigos da Palestina. Nós os felicitamos e acreditamos que é nosso dever dar-lhes a conhecer a situação dos acontecimentos que ocorreram em 12 de outubro em Ramala. Uma das estações de televisão privadas que compete conosco (e não a estação oficial de televisão italiana RTI) filmou os acontecimentos. Mais tarde a Rede de Televisão Israelense transmitiu as imagens como se adquiridas de uma das estações italianas; e assim, se criou a impressão pública de que nós (RTI) as fizemos.
>
> Enfatizamos a todos vocês que não foi assim que as coisas aconteceram porque sempre respeitamos (e continuaremos respeitando) os procedimentos jornalísticos com a Autoridade Palestina para atuarmos na Palestina e confiamos na precisão de nosso trabalho.
>
> Agradecemo-lhes a confiança e podem estar certos de que esse não é o nosso modo de atuar (queremos dizer que não trabalhamos como as demais estações de televisão). Não fazemos (e não faremos) tal coisa. Por favor, aceitem nossas estimas.
>
> *Ricardo Christiano*,
> Representante da estação oficial italiana na Palestina".[6]

Uma agência de notícias que se desvia da linha pró-palestina é imediatamente atacada. Em novembro de 2000, por exemplo, a União dos Jornalistas Palestinos se queixou de que a Associated Press estava apresentando uma falsa impressão da "intifada de Al-Aksa". Eles consideraram isso um crime deliberado contra o povo palestino e disseram que servia à atitude israelense. A União ameaçou adotar todas as medidas necessárias contra os funcionários da Associated Press, assim como contra seus escritórios localizados na Autoridade Palestina caso a agência continuasse a prejudicar os interesses palestinos.[7]

MITO

"Os jornalistas que cobrem o Oriente Médio são motivados pela busca da verdade".

FATO

Não será surpresa saber que jornalistas destacados para o Oriente Médio compartilham com seus colegas que noticiam assuntos domésticos um interesse pelo sensacionalismo. Os exemplos mais notórios vêm de repórteres de televisão cujo afã em dar prioridade às imagens em detrimento do conteúdo estimula o tratamento superficial dos fatos. Por exemplo, quando foi perguntado a um correspondente da NBC em Israel por que os repórteres se voltavam para manifestações palestinas na Cisjordânia que tinham ciência de serem montadas, ele respondeu: "Agimos assim porque necessitamos das imagens".[8]

As redes não conseguem imagens de sociedades fechadas como Síria, Arábia Saudita, Irã ou Líbia dignas de serem noticiadas.

Israel em geral se defronta com a situação impossível de tentar contrapor as imagens com palavras. "Quando um tanque entra em Ramala, isso não fica bem na TV", explica Gideon Meir, do Ministério das Relações Exteriores de Israel. "É claro que podemos explicar por que estamos ali, e é isso que fazemos. Contudo, são palavras. Temos que combater imagens com palavras".[9]

A dimensão do problema com o qual Israel se defronta fica claro na fala de Tami Allen-Frost, vice-presidente da Foreign Press Association e produtor do noticiário britânico ITN: "A imagem mais forte que fica na mente é a de um tanque em uma cidade" e que "há mais acontecimentos em conjunto na Cisjordânia do que homens-bomba. No fim, o que permanece em você é a quantidade".[10]

> *"Estávamos filmando o início da manifestação. De repente uma caminhonete entrou apressadamente. Dentro dela havia militantes da Fatah. Eles deram suas ordens e, inclusive, distribuíram coquetéis Molotov. Estávamos filmando, mas vocês jamais verão essas imagens. Em alguns segundos, todos esses jovens nos rodearam, nos ameaçaram e então nos levaram à delegacia de polícia. Ali nos identificamos, mas fomos obrigados a apagar todas as imagens comprometedoras. A polícia palestina acalmou a situação, porém censurou nossas imagens. Agora temos a prova de que essas manifestações não são espontâneas. Todas as ordens vinham da hierarquia palestina".*
>
> **– Jean Pierre Martin**[11]

MITO

"A mídia faz com que Israel não sofra maiores conseqüências devido à sua aliança com os EUA".

FATO

Os americanos tendem a ter uma dupla expectativa com relação aos judeus, esperando mais deles do que de outros povos. Isso se deve em parte às elevadas expectativas que os judeus têm de si mesmos quanto à sua missão de ser a "luz entre as nações". Portanto, quando os israelenses fazem algo ruim, quase sempre atraem a atenção, enquanto dos árabes se espera menos. Por exemplo, quando Israel expulsou quatro palestinos, virou manchete; porém quando o Kwait deportou centenas de milhares, não chamou a atenção. Da mesma maneira, a morte de um palestino na Cisjordânia recebeu muito mais cobertura que milhares de árabes mortos na Argélia. Num dia em que

Israel mereceu uma manchete de destaque por matar quatro terroristas, um relato na página A19 do *Washington Post* escondia no 12° parágrafo a notícia de que mais de 80 pessoas haviam sido violentamente assassinadas durante uma reunião de cúpula entre Paquistão e Índia.[12] Certa ou errada, a atitude do público e da imprensa é que os judeus devem se conduzir de outro modo.

MITO

"Israel não recebe a atenção devida porque não é um dos aliados dos EUA".

FATO

Israel desfruta de um relacionamento singular com os Estados Unidos, que vem de meados do século XX, quando o Congresso americano endossou a criação de um Estado judeu na Palestina. O presidente dos EUA na época, Harry Truman, em geral é considerado o parteiro do nascimento do Estado e o apoio econômico, diplomático e militar dos Estados Unidos tem sido crucial para o desenvolvimento e a sobrevivência de Israel.

Os americanos sentem que têm um laço familiar com Israel pelos valores compartilhados por ambos – democracia, amor à liberdade e compromisso com a educação – que se traduzem numa ampla proximidade no relacionamento entre os respectivos povos e governos. A população americana é fascinada por este Povo do Livro, que perambulou de país em país ao longo dos séculos, sofreu grandes perseguições, retornou à sua pátria, construiu uma próspera sociedade de tecnologia avançada, combateu e derrotou inimigos com uma superioridade esmagadora. Os americanos admiram o espírito de pioneirismo dos primeiros judeus que se instalaram na Palestina e criaram os *kibutzim*, em parte porque enxergam neles a sua própria história. Eles também gostam dos menos favorecidos, algo que os judeus continuam a ser apesar de Israel ter se transformado numa potência militar.

Na medida em que Israel se torna militarmente mais poderoso, também se converte num aliado estratégico que desfruta do status especial de Aliado Principal da OTAN não-filiado.

MITO

"Israel obtém uma cobertura favorável porque os judeus americanos controlam a mídia e exercem uma influência política desproporcional".

FATO

Se os judeus controlassem a mídia, seria improvável que se ouvissem judeus queixando-se tanto da atitude anti-Israel por parte da imprensa. É verdade que a atenção dispensada a Israel está relacionada ao fato de a maior população judaica do mundo estar nos Estados Unidos e que Israel interessa

muito aos judeus americanos. Um grande número de judeus ocupa, sim, posições importantes nos meios de comunicação (ainda que de modo algum controlem a imprensa como sustentam os anti-semitas) e a população judaica está concentrada em importantes mercados dos meios de comunicação como Nova York e Los Angeles. Portanto, não é de se surpreender que os holofotes estejam voltados para Israel.

Politicamente, os judeus dispõem de uma força desproporcional nos Estados Unidos e a usam para defender decisões políticas que fortaleçam o relacionamento entre Estados Unidos e Israel; contudo, não há evidências de que isso se traduza numa cobertura jornalística favorável a Israel. É possível argumentar que forças pró-árabes, como a indústria petroquímica, têm tanta ou maior influência sobre a mídia e estimulam uma atitude anti-Israel.

MITO

"Dirigentes árabes dizem a mesma coisa aos jornalistas ocidentais e à sua gente".

FATO

Os dirigentes árabes freqüentemente expressam seus pontos de vista em inglês de maneira diferente do modo como o fazem em árabe. Em sua língua materna expressam seus verdadeiros sentimentos e opiniões aos seus partidários; no entanto, para consumo externo aprenderam a falar em tom moderado e, em geral, apresentam pontos de vista muito diferentes quando falam em inglês para públicos ocidentais. Há muito tempo que os propagandistas árabes se tornaram mais sofisticados com respeito à forma de apresentar seus casos. Eles agora aparecem regularmente nos noticiários das redes de televisão americana, são citados na imprensa escrita e parecem pessoas razoáveis com reivindicações legítimas. Não obstante, o que muitas dessas mesmas pessoas dizem em árabe é quase sempre muito menos moderado e razoável. Como os israelenses são capazes de traduzir prontamente o que se diz em árabe, eles estão muito conscientes da opinião de seus inimigos. Todavia, os americanos e demais pessoas de fala inglesa podem ser facilmente enganados pela apresentação habilidosa de um propagandista árabe.

Para dar apenas um exemplo, o negociador de paz palestino Saeb Erekat é citado com freqüência pela mídia ocidental. Após o assassinato brutal de dois adolescentes israelenses em 9 de maio de 2002, pediram-lhe uma reação. O *Washington Post* publicou sua resposta:

> "Saeb Erekat, um dirigente palestino, afirmou em inglês para uma conferência de imprensa que matar civis é um crime, seja da parte palestina ou israelense". O comentário não foi publicado em árabe nos meios de comunicação palestinos.[13]

O aspecto inusitado desse caso foi que o *Post* publicou o fato de o comentário de Erekat ser desconhecido da imprensa palestina.

Ao longo dos anos, Yasser Arafat tem dito reiteradamente uma coisa em inglês para a mídia ocidental e outra coisa completamente diferente à imprensa árabe, em sua língua materna. Esse é o motivo pelo qual o governo Bush insistiu para que ele repetisse em árabe o que havia dito em inglês, em particular condenações a ataques terroristas e pedidos para cessar a violência.

MITO

"Os jornalistas estão bem informados sobre a história do Oriente Médio e, portanto, podem situar os acontecimentos atuais no contexto adequado".

FATO

Um dos motivos da compreensão equivocada a respeito do Oriente Médio e da atitude tendenciosa nas reportagens dos meios de comunicação é a ignorância dos jornalistas acerca da região. Poucos repórteres falam hebraico ou árabe, de maneira que têm pouco ou nenhum acesso às fontes originais. Eles freqüentemente reproduzem artigos que lêem em publicações de língua inglesa da região em vez de relatar com independência. Quando tentam situar os acontecimentos num contexto histórico, em geral registram os fatos de maneira distorcida e criam uma sensação de falta de precisão e de desorientação. Para citar um exemplo, durante o relato da história dos lugares sagrados de Jerusalém, Garick Utley, da CNN, afirmou que os judeus podiam rezar no Muro Ocidental durante o governo jordaniano, entre 1948 e 1967.[14] Na verdade, os judeus eram impedidos de visitar o seu santuário mais sagrado. Esse é um ponto histórico decisivo que ajuda a explicar a atitude de Israel em relação a Jerusalém.

MITO

"A mídia entende o perigo que os palestinos representam para o cidadão israelense comum".

FATO

Durante a intifada era comum a mídia retratar a batalha em termos de David contra Golias, idéia reforçada por imagens de crianças lançando pedras contra soldados fortemente armados. Na verdade a situação era bem diferente, como o jornalista americano Sidney Zion descobriu durante uma visita a Belém em agosto de 1988. Zion quase foi atingido por uma pedra enquanto viajava em um táxi. "Foi muito bom que a pedra não me atingiu", afirmou. "Não a vi chegando e não teria vivido para ver o próximo segundo se o motorista estivesse um quilômetro mais rápido. Felizmente ninguém estava no assento, mas ficou claro que os árabes não estavam atirando a esmo".

Zion – que escreve sobre o Oriente Médio há mais de 20 anos – disse que as reportagens da mídia americana o haviam levado a crer que "os atiradores de pedras miravam o exército israelense, e não táxis. Você já viu algo assim na TV? Leu algo diferente nos jornais? Os meninos lançam pedras nos soldados israelenses, é só o que se vê". "Simplesmente não me ocorreu que os jornalistas americanos estivessem suprimindo notícias que incorressem em perigo de morte. Foi só mais tarde que descobri que o que nos aconteceu estava longe de ser um fato isolado", escreveu Zion. "Qualquer dia desses, na Cisjordânia, os civis israelenses podem sofrer lesões cerebrais causadas por esses amáveis jovenzinhos árabes e suas pedras".[15]

A intifada de Al-Aksa tem apresentado muitas das mesmas imagens do primeiro levante e os meios de comunicação continuam a distorcer o impacto sobre os israelenses da maneira descrita por Zion.

MITO

"A cobertura da intifada foi justa e equilibrada".

FATO

Alguns inocentes membros da imprensa admitiram que a cobertura da intifada foi tendenciosa. Segundo Steven Emerson, então correspondente da CNN, os repórteres americanos permitiram que os palestinos controlassem o que era filmado. Um cinegrafista israelense que trabalhava para diversas redes americanas disse a Emerson que "se focássemos a câmara na cena errada, estaríamos mortos". Em outros casos, as redes entregaram dezenas de filmadoras aos palestinos para pudessem fazer tomadas de greves, rebeliões e funerais. "Não há qualquer modo de garantir a autenticidade do que é filmado, nem há modo de evitar que as câmaras sejam usadas como instrumento para mobilizar uma manifestação", escreveu Emerson.[16]

Ainda que quase um terço de todos os palestinos assassinados em 1989 tenham sido mortos por seus irmãos árabes, apenas 12 dos mais de 150 relatos sobre a Cisjordânia documentados pelas redes americanas naquele ano se referiam ao conflito interno. Emerson destacou que "enquanto o terror político palestino na Cisjordânia não consegue se converter em notícia, fabricações grosseiras sobre a brutalidade israelense são noticiadas sem qualquer visão crítica".

Por exemplo, no princípio de 1988 repórteres foram chamados ao hospital el-Mokassed em Jerusalém para filmar um menino palestino moribundo. Seu médico, palestino, mostrou-o ligado aos tubos que o mantinham vivo e denunciou que o menino havia sido espancado selvagemente por tropas israelenses. Em 8 de fevereiro do mesmo ano, Peter Jennings, da rede americana ABC, apresentou uma notícia afirmando que funcionários da ONU "diziam que os israelenses haviam espancado outro palestino até a morte, nos territórios".

As redes NBC e CBS também deram ampla divulgação a essas denúncias. Entretanto, o relato não era verdadeiro. Segundo a necropsia e a ficha clínica do menino, ele morreu de hemorragia cerebral após ter estado enfermo por mais de um ano. Emerson escreveu que, sobretudo, as redes americanas "têm sido cúmplices de um engano coletivo sobre o conflito na Cisjordânia".

Martin Fletcher, chefe do escritório da NBC em Tel-Aviv, reconheceu que a intifada parecia ser uma reivindicação justa. Ele destacou que os palestinos manipulavam a mídia ocidental apresentando-se como o David contra o Golias israelense, metáfora usada por Fletcher num artigo de 1988. "Todo o levante foi voltado para os meios de comunicação e, sem dúvida, se manteve graças à mídia", afirmou. Fletcher admitiu abertamente que aceitou convites de jovens palestinos para filmar ataques violentos contra residentes judeus na Cisjordânia. "É de fato uma questão de manipulação da mídia. E a pergunta é: Quanto jogamos este jogo? Fazemos isso da mesma maneira que nos voltamos para todas as oportunidades de fotografarmos Bush ou Reagan. Fazemos isso porque necessitamos das fotos".[17]

Estudo de caso

Um artigo do *Washington Post* sobre o "ciclo da morte" na Cisjordânia incluía uma entrevista com Raed Karmi, um dirigente da Fatah. A reportagem começa com a observação de que Karmi está saindo apressado para unir-se a uma batalha contra soldados israelenses e agarra uma metralhadora de ataque M-16. O que a reportagem deixa de mencionar é que se supõe que apenas a polícia palestina esteja armada. A reportagem implica que a violência israelense e palestina neste ciclo se equivalem porque Karmi disse que estava vingando a morte de um palestino assassinado pelos israelenses por organizar ataques terroristas. Karmi admite que participou no seqüestro e assassinato por execução de dois israelenses que estavam almoçando num restaurante de Tulkarm. Ele foi preso pela Autoridade Palestina, mas liberado quatro meses depois. Em seguida matou mais quatro israelenses, incluindo um homem que comprava mantimentos e um motorista atacado numa emboscada. "Continuarei atacando israelenses", declarou ao *Post*.[18]

MITO

"Os israelenses não podem negar a verdade das imagens que mostram seus abusos".

FATO

Uma imagem pode valer por mil palavras, mas às vezes esta e as palavras usadas para descrevê-la estão distorcidas e mal-intencionadas. Não há dúvida de

que fotógrafos e equipes de televisão buscam os quadros mais dramáticos que possam encontrar, quase sempre mostrando brutais Golias israelenses maltratando os sofredores Davids palestinos, porém freqüentemente fora de contexto.

Num exemplo clássico, a Associated Press fez circular pelo mundo uma foto impressionante. A imagem dramática apareceu no *New York Times*[19] e provocou uma repulsa internacional devido à legenda que dizia: "Um policial israelense e um palestino no Monte do Templo". Tirada num tempo em que os palestinos haviam se amotinado logo após a controversa visita de Ariel Sharon à mesquita de Al-Aksa, a foto parecia ser um caso nítido da brutalidade israelense. Entretanto, soube-se depois que o ângulo era impreciso e a foto na verdade mostrava o incidente de tal modo que praticamente induziu a uma impressão exatamente oposta ao que deveria ter sido noticiado corretamente.

Na verdade a vítima não era um palestino espancado por um soldado israelense; era um policial protegendo um estudante judeu americano, Tuvia Grossman, que viajava num táxi quando foi apedrejado por palestinos. Grossman foi retirado do táxi, espancado e apunhalado. Ele escapou e fugiu em direção ao policial israelense. Foi neste momento que o fotógrafo tirou a foto.

Além de ter se equivocado quanto à vítima, a Associated Press informou, de maneira inexata, que a foto havia sido tirada no Monte do Templo. Quando foi alertada dos erros, emitiu uma série de correções, muitas delas ainda não apresentando corretamente o ocorrido. Como é comum nos casos em que a mídia comete um erro, o dano já está feito. Muitos meios que publicaram a foto não fizeram o mesmo com as correções. Outros publicaram correções que não chegaram nem perto do destaque dado à publicação inicial.

Outro exemplo de como fotos podem ser ao mesmo tempo dramáticas e enganosas é a fotografia da Reuters que mostrava um jovem palestino sendo arrastado por um policial israelense em 6 de abril de 2001. O jovem está obviamente aterrorizado e urinou nas calças. Mais uma vez a foto obteve uma divulgação mundial e reforçou a já difundida imagem dos israelenses como ocupantes brutais que abusam de crianças inocentes.

Nesse caso é o contexto é que é enganoso. Outro fotógrafo da Reuters obteve a imagem acima imediatamente antes, mostrando o mesmo menino participando de uma rebelião contra soldados israelenses. Poucos meios de comunicação a publicaram.

MITO

"A imprensa não perdoa terroristas".

FATO

Pelo contrário, a mídia habitualmente aceita e repete os chavões dos terroristas e seus porta-vozes no que diz respeito às suas pautas. A imprensa aceita com credulidade os argumentos de que ataques contra civis inocentes são atos de

"combatentes pela liberdade". Nos últimos anos algumas organizações noticiosas vêm desenvolvendo uma resistência ao uso do termo terrorista e substituíram-no por eufemismos como militante, pois não querem ser vistos como parciais ou emitindo julgamentos sobre eles.

Por exemplo, após um homem-bomba palestino explodir uma pizzaria no Centro de Jerusalém em 9 de agosto de 2001, matando 15 pessoas, o atacante foi descrito como um militante (*Los Angeles Times*, *Chicago Tribune*, *NBC Nightly News*) e como homem-bomba (*New York Times*, *USA Today*). A ABC News não usou a palavra terrorista. Em contrapartida, todos os meios de comunicação chamaram o ataque do 11 de setembro nos Estados Unidos de ataque terrorista.

Clifford May, da Middle East Information Network (Rede de Informação do Oriente Médio), destacou o absurdo da cobertura da mídia, "Nenhum jornal escreveria "Militantes atacaram ontem o World Trade Center" nem diria "Eles podem se considerar combatentes pela liberdade, e quem somos nós para julgar? Somos jornalistas'".[20]

Além de perdoar os terroristas, a mídia às vezes retrata as vítimas do terror como equivalentes aos próprios terroristas. Por exemplo, às vezes na mesma página há fotos que mostram vítimas israelenses ao lado de outras com israelenses capturando terroristas, dando a entender, por exemplo, que o palestino algemado e com os olhos vendados por um soldado é tão vítima quanto a mulher aterrorizada sendo resgatada da cena de um atentado suicida.

Num dos exemplos mais notáveis, após um atentado suicida em Petah Tikva em 27 de maio de 2002, a CNN entrevistou a mãe do homem-bomba, Jihad Titi. Os pais de uma menininha de 15 meses morta no ataque, Chen e Lior Keinan, também foram entrevistados. A entrevista com os Keinan não apareceu na CNN Internacional em Israel nem em lugar algum do mundo até horas depois que a entrevista com a mãe de Titi havia sido transmitida diversas vezes.

Isso foi demais até mesmo para a CNN, que mais tarde anunciou uma mudança de conduta pela qual não mais "transmitiria declarações feitas por homens-bomba ou suas famílias, a menos que exista uma razão extraordinária que a obrigue a fazer isso".[21]

MITO

"A Autoridade Palestina não impõe restrições a jornalistas estrangeiros".

FATO

Um caso típico da idéia que a Autoridade Palestina tem de liberdade de imprensa ocorreu logo após os ataques terroristas do 11 de setembro contra os Estados Unidos. Um cinegrafista da Associated Press filmou palestinos numa

manifestação em Nablus celebrando os ataques terroristas; em seguida ele foi chamado para ir a um escritório de segurança da Autoridade Palestina onde disseram que o material não poderia ser transmitido. O Tanzim (milícia da Fatah) de Yasser Arafat também o chamou para ameaçá-lo de morte caso transmitisse o filme. Um fotógrafo da AP que também estava presente no local da manifestação foi advertido para que não tirasse fotos e acatou a advertência.

Vários dirigentes da Autoridade Palestina disseram à Associated Press em Jerusalém que não transmitisse a fita de vídeo. Ahmed Abdel Rahman, secretário do gabinete de Arafat, afirmou que a Autoridade Palestina "não poderia garantir a vida" do cinegrafista caso o filme fosse transmitido.[22] Rahman solicitou que o material não fosse transmitido, a Associated Press cedeu à chantagem e se recusou a divulgar o material.

Mais de uma semana depois, a Autoridade Palestina devolveu uma fita de vídeo confiscada da Associated Press que exibia uma manifestação na Faixa de Gaza na qual alguns participantes levavam cartazes de apoio ao terrorista saudita Osama bin Laden. Segundo um dirigente da Autoridade Palestina, duas partes distintas da fita de seis minutos que incluíam "elementos-chave" foram apagadas pelos palestinos.[23]

A Associação de Imprensa Estrangeira (FPA – Foreign Press Association) em Israel expressou sua "profunda preocupação com o constrangimento imposto aos jornalistas por parte da Autoridade Palestina quando forças policiais e homens armados tentaram evitar a cobertura, por meio de fotos e vídeos, de uma manifestação ocorrida numa terça-feira em Nablus em que centenas de palestinos celebravam os ataques terroristas em Nova York e Washington". A FPA também condenou as ameaças contra cinegrafistas e "a atitude dos dirigentes palestinos, que não fizeram qualquer esforço para se contrapor às ameaças, controlar a situação ou garantir a segurança dos jornalistas e a liberdade de imprensa".

A Rádio Israel noticiou em 14 de setembro de 2001 que a Autoridade Palestina havia confiscado, nesse dia, os filmes de fotógrafos de várias agências internacionais de notícias (incluindo as árabes) que estavam cobrindo as celebrações dos ataques contra os Estados Unidos convocadas pelo Hamas em cidades por toda a Cisjordânia e Gaza. Os manifestantes agitavam fotos de Osama bin Laden.[24] Exatamente os mesmos noticiários e redes que transmitiram as imagens produzidas pela Autoridade Palestina (Arafat doando sangue, estudantes palestinos guardando um momento de silêncio, cartazes de apoio aos Estados Unidos) deixaram de transmitir as notícias em que a Autoridade Palestina apelava para o terror e a intimidação para impedir a transmissão de reportagens desfavoráveis.

Em outubro de 2001, depois que os Estados Unidos lançaram ataques contra o Afeganistão, os palestinos que apoiavam Osama bin Laden fizeram manifes-

tações na Faixa de Gaza brutalmente reprimidas pela polícia palestina. A AP adotou medidas para evitar qualquer cobertura jornalística dessa ou das rebeliões que se seguiram. A organização Repórteres sem Fronteiras, com sede em Paris, emitiu um protesto mordaz contra a Autoridade Palestina. "Tememos que a Autoridade Palestina se aproveite da atenção dispensada pela mídia internacional à réplica americana para restringir cada vez mais o direito à livre informação", afirmou o secretário-geral Robert Menard. A organização protestou também contra as ordens palestinas para que não fossem transmitidas greves gerais, atividades nacionalistas, manifestações ou outras notícias sem permissão da Autoridade Palestina. A meta de um bloqueio total à imprensa foi expressa por um dirigente palestino anônimo: "Nóão queremos algo que possa prejudicar a nossa imagem".[25]

Em agosto de 2002, a União de Jornalistas Palestinos proibiu os jornalistas de fotografar crianças palestinas portando armas ou integrando atividades de organizações terroristas porque as fotos feriam a imagem dos palestinos. A proibição veio depois que foram publicadas inúmeras fotos em que apareciam crianças carregando armas e vestidas como homens-bomba. Pouco antes da intervenção do sindicato, seis crianças haviam sido fotografadas carregando metralhadoras M-16 e Kalashnikov durante uma manifestação pró-Iraque na Faixa de Gaza. O Sindicato dos Jornalistas Palestinos emitiu uma proibição semelhante que incluía fotografar homens mascarados. A Associação de Imprensa Estrangeira expressou "profunda preocupação" pelo esforço de censurar a cobertura e pelas ameaças de sanções contra jornalistas que desobedecessem a proibição.[26]

Jornalistas dos países árabes também são submetidos à censura. Em janeiro de 2003, por exemplo, o Serviço de Inteligência Geral da Autoridade Palestina prendeu um correspondente da televisão Al-Jazira. O jornalista foi acusado de prejudicar os interesses nacionais do povo palestino ao publicar que a Fatah havia assumido a responsabilidade por um duplo ataque suicida em Tel-Aviv.

MITO

"A Al-Jazira é a 'CNN árabe', que fornece ao mundo árabe uma fonte de notícias objetiva".

FATO

A Al-Jazira é uma rede de televisão de língua árabe com sede no Qatar que conta com uma grande audiência em todo o mundo árabe. A rede passou a transmitir em 1996 como um projeto querido do emir do Qatar, xeique Hamad bin-Califa al-Tani, e adquiriu proeminência durante a guerra dos Estados Unidos no Afeganistão, por seus contatos constantes com os dirigentes do regime Talibã e com Osama bin Laden. Ao transmitir uma variedade de pontos de vista, inclusive de dirigentes do governo Bush, a rede buscou criar a impressão de que é uma fonte noticiosa objetiva para o mundo árabe. Na

verdade, a Al-Jazira tem uma longa história como agência de propaganda das atitudes extremistas no mundo árabe. Um erudito muçulmano culpou a rede por incitar as massas árabes contra o Ocidente e por converter bin Laden e seus assistentes em celebridades. "Há uma diferença entre dar a diferentes opiniões uma oportunidade de serem ouvidas e deixar a tela da televisão aberta para que assassinos armados divulguem suas idéias", afirmou o doutor Abd Al-Hamid Al-Ansari, decano de direito da Universidade do Qatar.[27]

Numa entrevista ao *60 Minutes* (programa de entrevistas da rádio e da televisão americana) um correspondente da Al-Jazira foi perguntado a respeito do problema palestino. Ele se referiu aos palestinos mortos como mártires. Quando Ed Bradley destacou que os israelenses os chamam de terroristas, ele respondeu: "Isso é um problema deles. É um ponto de vista". Quando o repórter foi perguntado sobre como chama os israelenses assassinados por palestinos, respondeu: "Os chamamos assim: um israelense assassinado por palestinos".

Bradley acrescentou que a cobertura da intifada pela *Al-Jazira* "tinha o crédito de incitar manifestações pró-palestinas em todo o Oriente Médio".[28]

MITO

"A mídia investiga cuidadosamente as reivindicações palestinas antes de publicá-las".

FATO

Os palestinos aprenderam que podem disseminar praticamente qualquer informação para a mídia que será publicada ou transmitida em algum lugar. Uma vez recebida por um meio de comunicação, essa atitude será inevitavelmente repetida pelos demais. Rapidamente a desinformação ganha aparência de fato e, apesar de Israel poder apresentar as provas que corrigem as imprecisões do que está sendo veiculado, normalmente o dano já está feito. Uma vez que uma imagem ou impressão está na mente de alguém, é muito difícil, senão impossível, apagá-la.

Costuma-se dizer que há três tipos de mentiras: mentiras, mentiras mal-intencionadas e estatísticas. Um carro-chefe da propaganda palestina tem sido distribuir falsas estatísticas num esforço para fazer com que as ações israelenses pareçam monstruosas. Por exemplo, se um incidente envolve alguma morte ou destruição, eles podem exagerar grosseiramente os números e então uma mídia crédula repetirá os dados fabricados até que sejam aceitos por todos como precisos. Isso ocorreu, por exemplo, durante a Guerra do Líbano, quando o irmão de Yasser Arafat disse que as operações de Israel haviam deixado 600 mil libaneses desabrigados. Ele inflou os números, que foram repetidos pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha e divulgados pelos meios de comunicação. Quando a Cruz Vermelha repudiou esses

números, já era tarde demais para modificar a impressão de que a operação militar israelense, ao se defender dos ataques terroristas na sua fronteira-norte, havia criado um problema de refugiados desnecessário.[29]

Isso aconteceu mais uma vez após a operação de Israel em Jenin em abril de 2002, quando o porta-voz palestino Saeb Erekat disse à CNN no dia 17 que pelo menos 500 pessoas foram massacradas e 1.600, inclunindo mulheres e crianças, estavam desaparecidas. Erekat não pôde apresentar qualquer prova da sua acusação e, na verdade, o próprio comitê palestino de revisão dos fatos divulgou que foram 56 mortos, dos quais 34 eram combatentes. Nenhuma mulher ou criança foi dada como desaparecida.[30]

O que talvez seja mais ultrajante que a repetição da mentira de Erekat é que os meios de comunicação continuam a tratá-lo como um porta-voz legítimo, permitindo-lhe que dissemine desinformação com regularidade. Caso se soubesse que um dirigente americano mentiu alguma vez para a imprensa, ele perderia toda a credibilidade e teria pouca ou nenhuma chance de continuar expressando suas opiniões em qualquer circunstância.

MITO

"A mídia trata os ataques terroristas contra Israel do mesmo modo como trata os ataques contra outras nações".

FATO

Os ataques terroristas contra cidadãos israelenses em geral são tratados pelos meios de comunicação de uma maneira inteiramente diferente em comparação com atrocidades semelhantes contra outras nacionalidades. Muitas agências de notícias relutam em considerar os ataques contra judeus como terroristas e freqüentemente emprestam termos mais benignos aos assassinos, tais como "homens armados" ou "militantes". Por exemplo, quando, em 4 de outubro de 2003, uma mulher palestina caminhava num restaurante lotado à beira da praia em Haifa e detonou uma bomba que matou 21 pessoas, entre elas quatro crianças, a agência de notícias Reuters afirmou que ela havia perpetrado um ataque em retaliação a ações do Exército israelense ocorridas anteriormente e que o atentado demonstrava que os dirigentes palestinos haviam fracassado em "controlar os militantes".[31]

Um dos melhores exemplos de como a imprensa às vezes faz distinção a respeito de ataques terroristas contra outras nações é uma lista dos "ataques terroristas recentes ao redor do mundo" distribuída em novembro de 2003 pela Associated Press, provavelmente o mais influente serviço noticioso do mundo. A lista cita 15 incidentes terroristas durante um período de cinco anos, entre agosto de 1998 e agosto de 2003. Nesse período, mais de 800 israelenses foram assassinados em ataques terroristas, mas nenhuma das ocorrências em Israel faz parte da lista.[32]

Do mesmo modo, quando a Associated Press publicou o seu anuário *O Mundo em Fotos 2003*, seis das 130 fotografias selecionadas estavam relacionadas ao sofrimento humano no conflito entre israelenses e palestinos. Todas as seis eram de palestinos.

> *"Por qualquer lógica, militantes engajados numa guerra não explodem bebês".*
>
> **– Tom Fiedler, editor executivo do *Miami Herald*** [33]

Notas

1 Daniel Pipes. *The Long Shadow: Culture and Politics in the Middle East.* New Jersey: Transaction Publishers, 1990, pág. 278.
2 Pipes, pág. 278.
3 *Jerusalem Repor* (7 de maio de 1991).
4 *New York Jewish Week* (31 de agosto de 2001).
5 *Jerusalem Report* (7 de maio de 1991).
6 *Al Hayat-Al-Jadidah* (16 de outubro de 2001).
7 *Al Hayat-Al-Jadidah* (2 de novembro de 2001).
8 *Near East Report* (5 de agosto de 1991).
9 *Jerusalem Report* (22 de abril de 2002).
10 *Jerusalem Report* (22 de abril de 2002).
11 Comunicado fornecido por Jean Pierre Martin em 5 de outubro de 2000, um dia depois que sua equipe de televisão belga da *RTL-TV1* filmou na área de Ramala.
12 *Washington Post* (10 de maio de 2001).
13 *CNN* (10 de outubro de 2000).
14 *Al-Hamishmar* (6 de dezembro de 1991).
15 Sidney Zion. *Intifada Blues, Penthouse* (março de 1990), pág. 56, 63.
16 *Wall Street Journal* (21 de fevereiro de 1990).
17 *Washington Post* (7 de setembro de 2001).
18 *New York Times* (30 de setembro de 2000).
19 *Washington Post* (13 de setembro de 2001).
20 *Washington Post* (13 de setembro de 2001).
21 *Forward* (28 de junho de 2002).
22 *Associated Press* (12 de setembro de 2001).
23 *Jewish Telegraphic Agency* (20 de setembro de 2001).

[24] *Associated Press* e *Jerusalem Post* (13 de setembro de 2001); *IMRA* (13-14 de setembro de 2001); *Jewish Telegraphic Agency* (20 de setembro de 2001).

[25] *Jerusalem Post* (10 de outubro de 2001).

[26] *Jerusalem Post* (26 de agosto de 2002).

[27] *Al-Raya* (Qatar) (6 de janeiro de 2002).

[28] *60 Minutes, Inside Al Jazzeera* (10 de outubro de 2001).

[29] *Washington Post* (25 de junho de 1982).

[30] *New York Post* (3 de maio de 2002).

[31] Tom Fiedler. *Handle With Care: Words Like 'Conflict,' 'Terrorist'*, Miami Herald (4 de janeiro de 2004).

[32] *Worldnet Daily* (24 de novembro de 2003).

[33] Tom Fiedler. *Handle With Care: Words Like 'Conflict,' 'Terrorist'*, Miami Herald (4 de janeiro de 2004).

25. As Atitudes Árabes/Muçulmanas em Relação a Israel

O desejo de relações pacíficas entre judeus e árabes às vezes leva as pessoas a passar por cima das declarações públicas dos dirigentes árabes e de publicações em geral incendiárias e, muitas vezes, totalmente anti-semitas. Freqüentemente, quando se dirigem a audiências no Ocidente, adotam um tom mais moderado; contudo, o orador expressa, em árabe, opiniões mais precisas e sinceras aos seus correligionários. O que vem abaixo é apenas uma mínima amostra de algumas das observações que têm sido feitas a respeito de Israel e dos judeus. Elas foram incluídas aqui porque demonstram o grau de hostilidade e as verdadeiras crenças de muitos árabes e muçulmanos. Naturalmente, nem todos os árabes e muçulmanos compartilham dessas opiniões, mas os exemplos, longe de ser aleatórios, são crenças sustentadas por dirigentes importantes e disseminadas por boa parte dos meios de comunicação. Outro motivo para a sua inclusão aqui é que o Holocausto ensina que pessoas bem-intencionadas em geral custam a acreditar que aqueles que ameaçam com o mal vão de fato concretizar suas intenções malévolas.

O Anti-Semitismo

"Eles (os judeus) tentam matar o princípio das religiões com a mesma mentalidade com que traíram Jesus Cristo e da mesma maneira com que tentaram trair e matar o Profeta Maomé".

– Presidente da Síria, Bashar Assad, na cerimônia de recepção do Papa em 5 de maio de 2001. (Canadian Broadcasting Corporation, 6 de maio de 2001)

"O Corão não se equivoca em nos advertir com relação ao ódio dos judeus e colocá-los no topo da lista dos inimigos do Islã. Hoje em dia eles jogam o mundo contra os muçulmanos e usam toda sorte de armas. Saqueiam o lugar mais prezado pelos muçulmanos depois de Meca e Medina e ameaçam o local para onde os muçulmanos primeiro se voltam quando oram e a terceira cidade mais sagrada depois de Meca e Medina. Eles querem erigir o seu templo neste lugar... os muçulmanos estão preparados para sacrificar suas vidas e sangue para proteger a natureza islâmica de Jerusalém e Al-Aksa!".

– Xeique Hian Al-Adrisi. Discurso na Mesquita de Al-Aksa, 29 de setembro de 2000

"Judeus são judeus; sejam do Partido Trabalhista ou do Likud, judeus são judeus. Eles não têm moderados nem defensores da paz. São todos mentirosos. São os únicos que devem ser degolados e assassinados. Assim como disse Alá, o Todo-Poderoso: 'Combata-os'. Alá irá torturá-los através de vocês, irá humilhá-los e ajudará vocês a vencê-los, e aliviará as mentes dos crentes... Nosso povo deve se unir numa trincheira e receber armamentos dos líderes palestinos para confrontar os judeus... Não tenham misericórdia deles, não importa onde estejam, em qualquer país. Combata-os, onde quer que você esteja. Sempre que encontrá-los, mate-os. Onde quer que você esteja, mate aqueles judeus e os americanos que são como eles – e aqueles que estão ao lado deles – todos eles estão numa mesma trincheira, contra os árabes e os muçulmanos – porque aqui estabeleceram Israel, no coração palpitante do mundo árabe, na Palestina. Eles criaram Israel com o objetivo de ser o posto avançado da sua civilização e a vanguarda do seu exército, e para ser a espada do Ocidente e dos Cruzados, colocada sobre os pescoços dos monoteístas muçulmanos, os muçulmanos desta terra. Eles quiseram que os judeus fossem a sua ponta de lança..."

– Ahmad Abu-Halabia, membro do Conselho da Fatua, nomeado pela Autoridade Palestina, e ex-reitor interino da Universidade Islâmica de Gaza, em discurso na mesquita Zayd bin Sultan Nahyan, em Gaza, em 13 de outubro de 2000, no dia seguinte ao linchamento de reservistas israelenses em Ramala, transmitido ao vivo pela televisão palestina.

"Agradecemos a Hitler, de abençoada memória, que, em favor dos palestinos, se vingou de antemão dos crimes mais vis sobre a face da Terra. No entanto, temos uma queixa contra ele, pois sua vingança contra eles não foi suficiente".

– Ahmad Ragab, colunista do *Al-Akhbar* (Egito), 18 de abril de 2001.

"Todas as armas devem estar apontadas para os judeus, inimigos de Alá... a quem o Corão descreve como macacos e porcos, adoradores do bezerro e de ídolos. Alá fará com que o muçulmano prevaleça sobre o judeu. Iremos explodi-los em Hadera, Tel-Aviv e Netânia em honra de Alá contra essa corja... Entraremos em Jerusalém, Iafo, Haifa e Ashkelon como conquistadores...

abençoamos todos aqueles que educam seus filhos para a jihád e o martírio. Bendito seja aquele que dispara uma bala na cabeça de um judeu".

– Sermão transmitido pela televisão da Autoridade Palestina, 3 de agosto de 2001.

"Todos os sinais provam inequivocamente que o conflito entre judeus e muçulmanos é eterno, mesmo que seja interrompido por pequenos intervalos... este é semelhante ao conflito entre o homem e Satã... O destino da nação muçulmana – além de ser o destino de todas as nações do mundo – é ser atormentado por essa nação (os judeus). O destino do povo palestino é combater os judeus em nome dos povos árabes, islâmicos e do mundo inteiro".

– Al-Hayat Al-Jadida, citado no *The New Republic Online*, 30 de outubro de 2001.

"Ó Deus, em sua tirania os judeus têm transgredido todos os limites. Ó, Deus, sacuda o chão sob seus pés, derrama tortura sobre eles e destrua-os".

– Xeique Abd-al-Bari al-Thubayt, sermão na Mesquita Sagrada de Medina transmitido pela televisão oficial saudita, 7 de junho de 2002.

"Sabe-se, desde a alvorada da história, desde o tempo em que Alá a criou, que a nação judaica vive pela intriga e pela falácia".

– Imud Falouji, ministro das Comunicações da Autoridade Palestina, Televisão Palestina, 8 de agosto de 2002.

"Sabemos que os judeus manipularam os incidentes do 11 de setembro que voltaram a opinião pública americana contra árabes e muçulmanos... Ainda nos perguntamos: quem se beneficia dos ataques do 11 de setembro? Penso que eles (os judeus) são os protagonistas desses ataques".

– Príncipe Nayef, ministro do Interior saudita, em Assyasah (Kuwait). Tradução a partir da revista saudita *Ain-Al-Yaqin*, 29 de novembro de 2002.

"Eles foram bem-sucedidos em obter o controle da maioria dos países mais poderosos e eles – uma comunidade minúscula – tornaram-se uma potência mundial. Todavia, 1,3 bilhões de muçulmanos não devem ser derrotados por uns poucos milhões de judeus. Deve ser encontrada uma saída... Os europeus mataram seis milhões de 12 milhões de judeus, mas hoje em dia eles detêm o controle do mundo por meio de seus procuradores. Eles fazem com que outros lutem e morram por eles... Se estamos fracos, ninguém vai nos apoiar. Os israelenses só respeitam os fortes e, por isso, devemos estar todos unidos".

– Mahatir Mohamad, primeiro-ministro da Malásia, na abertura da reunião de cúpula da Organização dos Estados Islâmicos, 16 de outubro de 2003.

Libelo de Sangue

"O Talmud afirma que se um judeu não beber todos os anos o sangue de um homem não-judeu, será condenado pela eternidade".

– Marouf al-Dawalibi, delegado da Arábia Saudita na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Conferência sobre Tolerância Religiosa, 5 de dezembro de 1984.

"Durante essa festividade (Purim) o judeu deve preparar pastéis singulares cujo recheio, além de custoso e raro, absolutamente não pode ser encontrado nos mercados locais e internacionais... o povo judeu deve obter sangue humano para que seus clérigos possam preparar os pastéis típicos deste feriado religioso... Antes de entrar em detalhes, gostaria de esclarecer que o derramamento de sangue humano com o objetivo de preparar pastéis para as suas festividades é fato bem estabelecido histórica e legalmente ao longo dos tempos. Essa foi uma das principais razões para a perseguição e o exílio que sofreram na Europa e Ásia em épocas diversas... durante a festividade, os judeus usam máscaras e fantasias carnavalescas e extrapolam no consumo de bebidas alcoólicas, na prostituição e no adultério...".

– Umayma Ahmad al-Jalahma, da Universidade Rei Faisal. Publicado no *Al-Riyadh*, jornal diário do governo saudita, 10 de março de 2002.

"Os cristãos da Europa demonstraram hostilidade em relação aos judeus quando se soube que seus rabinos caçavam com astúcia qualquer um que caminhasse sozinho, atraindo-o para entrar na sua casa de adoração. Então lhe tiravam o sangue para usá-lo em alimentos assados para os seus feriados religiosos, como parte do seu ritual".

– Muhamad bin S'ad Al-Shwey'ir Shwey'ir.
***Al-Jazira* (Arábia Saudita), 6 de setembro de 2002.**

A fabricação de Abusos

"Os médicos israelenses usam pacientes palestinos para medicamentos experimentais e para treinar novos médicos".

– Riyad Al-Za'anun, ministro da Saúde da Autoridade Palestina.
***Al-Ayam*, 25 de julho de 1998.**

"Israel faz uma política explícita de aniquilação de nosso povo e de destruição de nossa economia nacional pela introdução ilegal de alimentos estragados... impróprios para consumo humano, dentro dos territórios da AP... Israel não mudou sua estratégia, cujo objetivo é matar e destruir nosso povo, mas passou a contar com outros meios além das bombas, mísseis e aviões. Essas medidas são a distribuição e a introdução ilegal de alimentos estragados... nos territórios da AP".

– Abd al-Hamid al-Qudsi, vice-ministro de Suprimentos da Autoridade Palestina. *Al-Hayat Al-Jadida*, 22 de agosto de 1998.

"Nosso povo tem sido submetido ao uso diário e extensivo de gás venenoso por parte das forças israelenses, que tem levado a um aumento nos casos de câncer entre mulheres e crianças".

– Suha Arafat, mulher de Yasser Arafat, durante encontro com a primeira-dama dos EUA, Hillary Clinton, 11 de novembro de 1999.

A Negação do Holocausto

"Foram difundidas mentiras de que os judeus estavam sendo assassinados aqui e acolá, bem como sobre o Holocausto. Obviamente, é tudo mentira e alegações sem fundamento. Não existem Dachau, Auschwitz! Eram campos de desinfecção... Eles passaram a divulgar sua propaganda de que foram perseguidos, assassinados e exterminados... Comitês trabalharam aqui e acolá para estabelecer essa entidade estrangeira (Israel) implantada como um câncer em nosso país, onde viveram nossos antepassados, onde vivemos e onde nossos filhos viverão depois de nós. Eles sempre se apresentaram como vítimas e criaram um Centro para o Heroísmo e o Holocausto. Que heroísmo? Que Holocausto? Heróica é a nossa nação, o Holocausto foi contra o nosso povo... Nós somos as vítimas, porém não seremos vítimas para sempre...".

– Issam Sissalem, palestrante de história, Universidade Islâmica de Gaza, transmissão pela TV da Autoridade Palestina, 29 de novembro de 2000.

"O tema do Holocausto vem à tona novamente. Este se nega a desaparecer após meio século porque a propaganda sionista o converteu num meio de produzir benefícios político e econômicos, além de explorá-lo em favor da ocupação e do assentamento... Um livro publicado recentemente por um pesquisador americano questiona o Holocausto. Valendo-se de provas científicas e químicas, prova que o número de seis milhões de judeus cremados nos campos de concentração nazistas é uma mentira com fins de propaganda, pois as valas mais espaçosas do campo não poderiam ter abrigado nem mesmo 1% dess número".

– Hiri Manzour, o jornal diário oficial da Autoridade Palestina, *Al-Hayat Al-Jadida*, 13 de abril de 2001.

"Um dos feitos mais malévolos dos judeus é o que vem a ser chamado de Holocausto, ou seja, a matança dos judeus pelo nazismo. Contudo, historiadores revisionistas têm comprovado que esse crime, perpetrado contra alguns judeus, foi planejado pelos líderes deles próprios e fez parte da sua política... Esses são os judeus contra os quais lutamos, ó amados de Alá".

– Sermão transmitido pela televisão da Autoridade Palestina, 21 de setembro de 2001.

A paz

"A menos que o problema da Palestina seja solucionado, teremos dificuldades em proteger e salvaguardar os judeus no mundo árabe".

– Faris el-Khouri, delegado sírio,
***New York Times*, 19 de fevereiro de 1947.**

"O mundo árabe não está disposto a fazer acordos. É provável, senhor Horowitz, que seu plano seja racional e lógico, mas o destino das nações não é decidido pela lógica racional. Nações jamais concedem; lutam. Você pode, talvez, obter algo, mas tão somente pela força de suas armas. Nós iremos tentar derrotá-lo. Não estou certo de que seremos bem-sucedidos, mas tentaremos. Fomos capazes de expulsar os Cruzados, mas por outro lado perdemos a Espanha e a Pérsia. Pode ser que percamos a Palestina, mas é tarde demais para falar de soluções pacíficas".

– Azzam Pasha, secretário da Liga Árabe,
16 de setembro de 1947.

"Todos os nossos esforços para encontrar uma solução pacífica para o problema palestino têm fracassado. O único caminho que nos resta é a guerra. Teremos o prazer e honra de salvar a Palestina".

– Rei Abdula da Transjordânia, 26 de abril de 1948.

"O representante da Agência Judaica nos disse ontem que eles não são os atacantes, que os árabes começaram o combate. Não negamos isso. Dissemos ao mundo inteiro que iríamos lutar".

– Jamal Husseini, diante do Conselho de Segurança da ONU,
16 de abril de 1948.

"Esta será uma guerra de extermínio e um massacre estrondoso do qual se falará como dos massacres mongóis e das Cruzadas".

– Azam Pasha, secretário-geral da Liga Árabe,
15 de maio de 1948.

"Não estou lutando apenas contra Israel. Minha tarefa é livrar o mundo árabe da destruição por meio da intriga de Israel, que tem suas raízes no exterior. Nosso ódio é muito forte. Falar de paz com Israel não faz sentido. Não há sequer o mínimo espaço para negociações".

– Gamal Abdel Nasser, presidente egípcio, 14 de outubro de 1956.

"Nossas forças estão agora totalmente prontas não só para expulsar a agressão, mas também para iniciar o ato de libertação propriamente dito e explodir a presença sionista na pátria árabe. O Exército sírio, com seu dedo no gatilho, está unido... Eu, como militar, acredito que chegou a hora de entrar numa batalha de aniquilação".

– Hafez Assad, ministro da Defesa sírio, 20 de maio de 1967.

"Nesta fase, a política árabe tem apenas dois objetivos. O primeiro, a eliminação dos traços da agressão de 1967 pela retirada israelense de todos os territórios ocupados por eles naquele ano. O segundo é a eliminação dos traços da agressão de 1948 por meio da eliminação do Estado de Israel propriamente dito. Todavia, por enquanto, esse é um objetivo abstrato e indefinido, e alguns de nós temos nos equivocado em começar pelo último passo antes do primeiro".

– Mohamed Heikal, confidente de Sadat e editor do jornal diário semi-oficial *Al-Ahram*, 25 de fevereiro de 1971.

"Os exércitos árabes entraram na Palestina para proteger os palestinos da tirania sionista, mas, ao invés disso, eles os abandonaram, obrigando-os a emigrar e a abandonar sua pátria, e os encarceraram em prisões semelhantes aos guetos onde os judeus viviam".

– Mahmud Abas (Abu Mazen), porta-voz da OLP e ex-primeiro-ministro da AP, *Falastin a-Thaura*, março de 1976.

"Sadam, você é um herói, ataque Israel com armas químicas".

– Palestinos marchando em apoio à invasão do Kuwait por Saddam Hussein. Associated Press, 12 de agosto de 1990.

"Vamos trabalhar juntos até alcançarmos a vitória e recuperarmos Jerusalém libertada".

– Yasser Arafat. Rede de Rádio Bagdá, da República do Iraque, 16 de novembro de 1991.

"Sempre rejeitei a normalização de relações com as mulheres (israelenses)... Elas sempre me convidam e recuso categoricamente porque odeio Israel".

– Suha Arafat, mulher de Yasser Arafat. Revista feminina saudita *Sayidaty*, citada pela Associated Press, 3 de maio de 2001.

"Não abriremos mão de um único grão de terra da Palestina, de Haifa, Iafo, Acre, Mulabas (Petach Ticva), Salamá, Majdal (Ashkelon) e toda a terra, e Gaza e Cisjordânia..."

– Ahmad Abu-Halabia, membro do Conselho da Fatua, nomeado pela Autoridade Palestina, e ex-reitor interino da Universidade Islâmica de Gaza, em discurso na mesquita Zayd bin Sultan Nahyan, em Gaza, em 13 de outubro de 2000, no dia seguinte ao linchamento de reservistas israelenses em Ramala, transmitido ao vivo pela televisão palestina.

"Não iremos prender os filhos do nosso povo para apaziguar Israel. Que o nosso povo fique certo de que isto não vai ocorrer".

– Jebril Rajoub, chefe da Segurança Preventiva da AP na Cisjordânia. Associação Islâmica para a Palestina, 9 de junho de 2001.

"...Alá queira que este país injusto... Israel, seja apagado; que este país injusto, os Estados Unidos, seja apagado; que este país injusto, a Grã-Bretanha, seja apagado... Benditos sejam todos aqueles que fizeram a Jihád por Alá... Benditos sejam todos aqueles que vestiram um cinto de explosivos em seu corpo ou nos de seus filhos e se atirou em meio aos judeus...".

– Sermão do xeique Ibrahim Mahdi, alguns dias depois da declaração de cessar-fogo de Yasser Arafat. Televisão da Autoridade Palestina, 8 de junho de 2001.

"Dissemos desde o começo que não há cessar-fogo para os colonos".

– Ziad ibu-Aid, líder da Fatah.
***International Herald Tribune*, 20 de junho de 2001.**

"Nós não jogamos lama no rosto de Bill Clinton, que ousou propor um Estado com algumas adaptações? Fomos honestos naquilo que fizemos? Estávamos certos daquilo que fizemos? Não, não estávamos. Após dois anos de violência, estamos pedindo agora aquilo que rejeitamos".

– Nabil Amr, ex-ministro do gabinete da Autoridade Palestina, citado no *Jerusalem Report*, 21 de outubro de 2002.

"Assim como Ramala, Gaza, Nablus e Jenin são cidades palestinas, Haifa, Nazaré, Iafo, Ramle, Lod, Beer Sheva, Safed e outras também o são... Os judeus sionistas são estrangeiros nesta terra. Eles não têm o direito de viver ou se estabelecer nela. Deveriam ir para outro lugar qualquer do mundo para estabelecer o seu país e a sua falsa entidade... Deveriam deixar suas casas... Nãoacreditamos na assim chamada 'paz com Israel' porque a paz não pode ser feita com Satã. Israel é o grande Satã".

– Padre Atallah Hanna, clérigo cristão palestino, em sermão na Catedral Ortodoxa Grega de Jerusalém, 19 de janeiro de 2003.

"Nossa posição está clara: toda a Palestina. Cada polegada da Palestina pertence aos muçulmanos".

– Mahmoud Zahar, líder-sênior do Hamas, citado no *Jerusalem Post*, 14 de novembro de 2003.

O Plano por Etapas e a Destruição de Israel

"Nosso povo tem esperança de que, no futuro, o Estado de Ocupação deixará de existir e não faz diferença [quão grande é] o seu poder e sua arrogância...".

– Amad Alfalugi, ministro das Comunicações da Autoridade Palestina. *Al-Hayat Al-Jadida*, 18 de novembro de 1999.

"Quando pegamos em armas em 1965 e teve início a moderna Revolução Palestina, esta tinha uma meta, que não mudou e é a libertação da Palestina".

– Salim Alwadia Abu Salem, supervisor de Assuntos Políticos Palestinos. ***Al-Hayat Al-Jadida*****, 20 de janeiro de 2000.**

"O povo palestino aceitou os acordos de Oslo como um primeiro passo, e não como um acordo permanente, baseado na premissa de que a guerra e a luta no terreno (o território israelense) é mais eficiente do que um combate desde uma terra distante... porque o povo palestino vai continuar com a revolução até alcançar as metas da revolução de 1965...".

– Abd El Aziz Shahian, ministro de Suprimentos da Autoridade Palestina. ***Al-Ayaam*****, 30 de maio de 2000. (A "revolução de 1965" marca a fundação da OLP e a publicação do pacto palestino que clama pela destruição de Israel por meio da luta armada).**

"Quero dizer que esta é a nossa Palestina, de Metula (cidade no extremo-norte de Israel) a Rafia (fronteira sul) e Ácaba (extremo sul de Israel), do rio (Jordão) ao mar (Mediterrâneo). Queiram eles ou não".

– Jarir Al-Kidwa, assessor de Yasser Arafat. Transmissão da televisão da Autoridade Palestina, 29 de novembro de 2000.

"Se concordamos hoje em declarar nosso Estado sobre 22% da Palestina – ou seja, Cisjordânia e Gaza –, nosso objetivo final é a libertação de toda a Palestina histórica, do rio (Jordão) ao mar (Mediterrâneo)... Distinguimos as metas estratégicas de longo prazo dos objetivos políticos parciais que por ora somos compelidos a aceitar devido à pressão internacional".

– Faisal al-Husseini. ***Al-Arabi*****, 24 de junho de 2001.**

"Derrotamos os cruzados há 800 anos e vamos derrotar os atuais inimigos do Islã".

– Salman Abu Ahmed, vice-prefeito de Nazaré, citado no ***Jerusalem Report*****, 4 de março de 2002.**

"Israel é muito menor territorialmente do que o Irã e, portanto, muito mais vulnerável a um ataque nuclear".

– Ali Rafsanjani, ex-presidente iraniano, citado no *Jerusalem Report*, 11 de março de 2002.

O Respaldo à Violência

"A decisão de matar os americanos e seus aliados – civis e militares – é um dever individual de cada muçulmano que possa cumpri-lo em todo país possível, a fim de libertar a mesquita de Al-Aksa e a mesquita sagrada (Meca) das suas garras, e para que seus exércitos saiam de todas as terras do Islã derrotados e incapazes de ameaçar qualquer muçulmano".

– Fatua (édito religioso) emitida por Osama bin Laden em 1998.

"Decidimos libertar a nossa pátria passo a passo... a estratégia é esta... dizemos: "Não há problema se Israel continuar (existindo)'. Então honramos os tratados de paz e não-violência de modo que os acordos sejam cumpridos passo a passo. (Mas) se e quando Israel disser 'basta', a saber, 'nós não discutimos Jerusalém, o retorno dos refugiados, o desmantelamento dos assentamentos e a retirada para as fronteiras (pré-1967)', neste caso estará sendo dito que retomaremos a violência. Mas desta vez será com 30 mil soldados palestinos armados e numa terra com elementos de liberdade. Sou o primeiro a pedir por isso. Se chegarmos a um ponto morto recomeçaremos a nossa guerra e lutaremos como fizemos 40 anos atrás".

– Nabil Sha'ath, ministro do Planejamento e de Cooperação Internacional da Autoridade Palestina, em entrevista à ANN Television (Londres), 7 de outubro de 2000.

"A violência está ali na esquina e os palestinos estão dispostos a sacrificar até cinco mil baixas".

– Freih Abu Midein, ministro da Justiça da Autoridade Palestina. *Al-Hayat Al-Jadida*, 24 de agosto de 2000.

"A intifada continuará até alcançarmos nossas metas nacionais".

– Muhamad Al-Nashashibi, ministro das Finanças da Autoridade Palestina. *Al-Ayyam*, 10 de outubro de 2000.

"A intifada é um meio de luta popular em que todos os setores do povo participam a fim de fazer valer os direitos legítimos e internacionalmente reconhecidos do povo palestino... Essa é a meta da intifada... O uso de violência, combate e martírio... usados pelo povo para alcançar seus direitos".

– Hassan Abd Al-Rahman, representante da OLP em Washington. TV MBC, 10 de outubro de 2000.

"A intifada deve continuar e crescer".

– Marwan Al-Barghuthi, chefe da organização Fatah na Cisjordânia. TV Al-Jazira (Qatar), 11 de outubro de 2000.

"O povo palestino está em estado de emergência diante do fracasso da reunião de Cúpula de Camp David. Se a situação explodir, os palestinos que vivem nas áreas controladas pela Autoridade Palestina estarão prontos para a próxima batalha feroz contra a ocupação israelense... A próxima intifada será mais violenta do que a primeira, porque o povo palestino agora tem armas que lhes permitem se defender numa confrontação com o exército israelense... a experiência libanesa de retirar a ocupação israelense do sul do Líbano deu ao povo palestino a força moral necessária e lhes adicionou o espírito da luta armada".

– Um "importante agente de segurança" da Autoridade Palestina. *Kul Al-Arab Arab*, 14 de julho de 2000.

"As questões de Jerusalém, dos refugiados e da soberania são uma só e serão finalizadas em campo, e não em negociações. Neste momento é importante preparar a sociedade palestina para o desafio do próximo passo, pois iremos inevitavelmente nos encontrar num violento confronto com Israel a fim der criar fatos... Creio que a situação futura será mais violenta do que a intifada".

– Abu-Ali Mustafá, da Autoridade Palestina, 23 de julho de 2000.

"O Hamas tem dezenas de mártires dispostos a atacar alvos israelenses. Uma operação desses mártires excede a dos exércitos árabes que lutaram contra o Estado judeu. A importância das armas desses mártires não é menor do que a dasarmas nucleares".

– Khaled Mash'al, chefe do Politburo do Hamas.
***Al-Hayat Al-Jadida*, 24 de junho de 2001.**

"Os atuais homens-bomba são os nobres sucessores de seus nobres predecessores... os homens-bomba libaneses, que propiciaram uma dura lição aos mariners dos Estados Unidos (no Líbano]... Esses homens-bomba são o sal da terra, os motores da história. ...Eles são as pessoas mais dignas de honra entre nós...".

– *Al-Hayat Al-Jadida*, 24 de junho de 2001.

"Estamos ensinando às crianças que os homens-bomba deixam os israelenses atemorizados e que podemos fazê-lo... Ensinamos que depois que uma pessoa se converter num homem-bomba, ela alcança o mais alto nível do paraíso".

– Conselheiro palestino do Acampamento do Paraíso, em entrevista à BBC, citado no *Jerusalem Post*, 20 de julho de 2001.

"Prometo que o número de tiros contra a ocupação vai aumentar para algo entre 500 e mil por dia... Os palestinos estão se preparando para atacar os tanques israelenses e explodir seus corpos, que estarão carregados com um cinturão de explosivos, como parte dos preparativos para um possível ataque israelense nos territórios palestinos... A atual intifada difere da anterior porque é armada e os palestinos estão lutando dentro e a partir do seu território".

– Muhamad Dhamra (Abu Awdh), subcomandante da Força-17.
***Al-Hayat*, 17 de agosto de 2001.**

"Não acredito que um muçulmano deixaria uma pátria islâmica como a Palestina permanecer nas mãos dos sionistas, que saqueiam e agridem seus locais sagrados sem que os donos da terra tenham o direito de se defender. Tudo o que disse é que essa gente oprimida, que foi expulsa do seu lar, tem o direito de se converter numa bomba humana e explodir-se dentro dessa sociedade militar".

– Xeique Yussef Al-Qaradhawi, líder da Fraternidade Muçulmana. TV Al-Jazira (Qatar), 16 de setembro de 2001.

"Nossos esforços para dar continuidade à intifada e à resistência vão persistir até que alcancemos nosso direito de retorno e nossa independência, com Jerusalém como capital".

– Ahmad Sa'adat, em entrevista coletiva após se tornar líder da FPLP. *Jerusalem Post*, 4 de outubro de 2001.

"A resistência é legítima e aqueles que entregam suas vidas não precisam da permissão de ninguém... Não devemos nos colocar no caminho da intifada e da jihád (guerra santa). Pelo contrário, devemos estar ao seu lado e estimulá-los".

– Xeique Akrameh Sabri, Mufti de Jerusalém. *Al-Hayat*, 7 de dezembro de 2001.

"Com a ajuda de Deus, na próxima vez nos reuniremos em Jerusalém, pois estamos lutando para levar a vitória aos nossos profetas. Cada bebê, cada criança, cada homem, cada mulher, cada ancião e todos os jovens – iremos todos nos sacrificar por nossos lugares sagrados e reforçar a nossa posse deles. Estamos dispostos a entregar 70 dos nossos mártires para cada um deles nesta campanha, porque esta é a nossa terra santa. Iremos continuar a lutar por esta terra abençoada e pedimos que vocês permaneçam fortes...".

– Discurso de Yasser Arafat, presidente da Autoridade Palestina, em manifestação em Ramala, 18 de dezembro de 2001.

"Ó Deus, destrua os judeus tiranos. Ó Deus, acabe com os judeus e seus defensores. Ó Deus, destrua-os porque isso está dentro do teu poder".

– Sermão do xeique saudita Usama bin-Abdala Khayat, em transmissão diretamente da Mesquita Sagrada de Meca pela TV do governo saudita, 12 de julho de 2002.

"Temos examinado nossas opções e caminhos, e temos escolhido a trilha da matança por meio de atos de jihád, istshahád (suicídio) e todo tipo de resistência, lado a lado com nossos irmãos do Hamas, Jihád Islâmica e todos os demais grupos de resistência palestinos, até a libertação da Palestina e o retorno dos refugiados".

– Aviso publicado no website das Brigadas dos Mártires de Al-Aksa, o braço armado da organização Fatah de Yasser Arafat, 7 de agosto de 2002.

"Se eles saírem (das fazendas) de Shebaa, não vamos parar de combatê-los. Nossa meta é libertar as fronteiras da Palestina de 1948. Os judeus podem voltar para a Alemanha ou de onde quer que vieram".

– Hassan Ezzedin, porta-voz do Hezbolá.
***New Yorker*, 14 de outubro de 2002.**

"Se todos eles (os judeus) se reunirem em Israel, isso nos poupará o trabalho de persegui-los ao redor do mundo".

– Xeique Sayed Hassan Nasrala, líder do Hezbolá.
***Lebanon Daily Star*, 23 de outubro de 2002.**

"A coalizão entre judeus e cruzados não estará a salvo dos ataques dos combatentes em lugar algum. Atacaremos os centros mais vitais e combateremos suas operações estratégicas de todas as maneiras possíveis".

– Atribuído pela TV Al-Jazira a Suleiman Abu Gheith,
porta-voz da Al-Qaeda, 8 de dezembro de 2002.

"A jihad e os atentados suicidas vão continuar – a entidade sionista vai encontrar o seu fim no primeiro quarto deste século. Portanto, vocês (santos combatentes muçulmanos) devem ser pacientes – o Hamas assume a responsabilidade pela libertação de toda a terra palestina, do mar (Mediterrâneo) ao rio (Jordão), de Rafah (no sul) a Rosh Hanicrá (no norte)".

– Xeique Ahmed Yassin, líder espiritual do Hamas.
***Al-Ayyam*, 28 de dezembro de 2002.**

Fontes:

Serviço de informações sobre os meios de comunicação do exterior
Jornal israelense Haaretz
Jornal israelense Jerusalem Post
MEMRI (Instituto de Pesquisa para a Mídia do Oriente Médio)
Ministério do Exterior de Israel
Near East Report
Palestinian Midia Watch
Fontes noticiosas diversas

APÊNDICES

O Equilíbrio Militar no Oriente Médio (2003)

País	Tropas Regulares	Tropas Reservistas	Total	Tanques	Aeronaves*
Israel	186.500	445.000	631.500	3.930	798
Egito	450.000	254.000	704.000	~3.000	518
Jordânia	100.700	60.000	160.700	~990	100
Líbano	61.400	–	61.400	280	–
Autoridade Palestina	~45.000	–	~45.000	–	–
Iraque	432.500	650.000	1.082.500	2.000	333
Irã	~520.000	350.000	870.000	~1,700	335
Síria	380.000	132.500	512.500	3.700	510
Arábia Saudita	171.500	20.000	191.500	750	~345

*Referente ao número total de aeronaves de combate.

Fontes: Shai Feldman e Yiftah Shapir, Eds., *The Middle East Military Balance*, (Cambridge: *MIT Press*, 2001); Anthony Cordesman, "*Syrian Military Forces and Capabilities*", Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, (15 de abril de 2003).

Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas

(22 de novembro de 1967)

O Conselho de Segurança,

Expressando sua preocupação permanente com a grave situação no Oriente Médio, ***Enfatizando*** a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura na qual cada Estado da região possa viver em segurança,

Enfatizando, ademais, que todos os Estados Membros em sua aceitação da Carta das Nações Unidas assumiram um compromisso de agir em conformidade com o Artigo 2 da Carta.

1. *Afirma* que o cumprimento dos princípios da Carta requer o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio que deve incluir a aplicação de ambos os princípios a seguir:

   (i) Retirada das forças armadas israelenses de territórios ocupados no conflito recente;

   (ii) Término de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito por e reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e o direito destes de viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, livres de ameaças ou atos de força;

2. *Afirma mais ainda* a necessidade:

   (a) De garantir liberdade de navegação através de rotas de águas internacionais na região;

   (b) De alcançar um acordo justo para o problema dos refugiados;

   (c) De garantir a inviolabilidade territorial e a independência política de cada Estado da região, através de medidas que incluam a criação de zonas desmilitarizadas;

3. *Requer* o Secretário-Geral para indicar um Representante Especial para ir ao Oriente Médio a fim de estabelecer e manter contatos com os Estados envolvidos a fim de promover um acordo e esforços a fim de promover o tratado e assistir esforços para alcançar um acordo pacífico e aceitável, em conformidade com as provisões e princípios desta resolução;

4. *Requer* o Secretário-Geral para relatar ao Conselho de Segurança sobre o progresso dos esforços do Representante Especial o mais breve possível.

O Reconhecimento Israel-OLP

(9 de setembro de 1993)

1. CARTA DE YASSER ARAFAT AO PRIMEIRO-MINISTRO RABIN:

9 de setembro de 1993

Yitzhak Rabin
Primeiro-Ministro de Israel

Senhor Primeiro-Ministro,

A assinatura da Declaração de Princípios marca uma nova era na história do Oriente Médio. Em vista da firme convicção nisto, gostaria de confirmar os seguintes compromissos da OLP:

A OLP reconhece o direito do Estado de Israel existir em paz e segurança.

A OLP aceita as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A OLP se compromete com o processo de paz no Oriente Médio e com uma solução pacífica do conflito entre as duas partes, e declara que todos os assuntos relevantes no tocante ao *status* permanente serão solucionados através de negociações.

A OLP considera que a assinatura da Declaração de Princípios constitui um evento histórico, que inaugura uma nova época de coexistência pacífica, livre de violência e de quaisquer outros atos que ameacem a paz e a estabilidade. Em conformidade com isto, a OLP renuncia ao uso do terrorismo e outros atos de violência e irá assumir a responsabilidade sobre todos os elementos e pessoas da OLP a fim de assegurar a obediência destes, evitar violações e disciplinar os violadores.

Em vista da promessa de uma nova era e da assinatura da Declaração de Princípios, e baseada na aceitação palestina das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a OLP afirma que aqueles artigos do Pacto Palestino que negam o direito de Israel à existência e as provisões do Pacto que são inconsistentes com os compromissos desta carta são agora inoperantes e já não valem mais. Conseqüentemente, a OLP se dispõe a submeter ao Conselho Nacional Palestino, para aprovação formal, as mudanças necessárias no que diz respeito ao Pacto Palestino.

Sinceramente,

Yasser Arafat
Presidente
Organização pela Libertação da Palestina

2. CARTA DE YASSER ARAFAT AO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA NORUEGA:

9 de setembro de 1993

Sua Excelência
Johan Jorgen Holst
Ministro das Relações Exteriores da Noruega

Prezado Ministro Holst,
Gostaria de confirmar-lhe que, sobre a assinatura da Declaração de Princípios, a OLP estimula e convoca o povo palestino da Cisjordânia e Faixa de Gaza a participar dos passos que irão conduzir à normalização da vida, rejeitando a violência e o terrorismo, contribuindo para a paz e estabilidade e participando ativamente na formação da reconstrução, desenvolvimento econômico e cooperação.

Sinceramente,

Yasser Arafat
Presidente
Organização pela Libertação da Palestina

3. CARTA DO PRIMEIRO-MINISTRO RABIN A YASSER ARAFAT:

9 de setembro de 1993

Yasser Arafat
Presidente
Organização pela Libertação da Palestina

Senhor Presidente,

Em resposta à sua carta de 9 de setembro de 1993, desejo confirmar-lhe que, à luz dos compromissos que a OLP incluiu em sua carta, o Governo de Israel decidiu reconhecer a OLP como o representante do povo palestino e dar início a negociações com a OLP dentro do processo de paz do Oriente Médio.

Yitzhak Rabin

Primeiro-Ministro de Israel

O Pacto do Movimento da Resistência Islâmica (HAMAS)

O que se segue foi extraído do pacto do Movimento da Resistência Islâmica (HAMAS). O texto está disponível na íntegra [em inglês] no site do Jewish Virtual Library: (www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Terrorism/Hamas_covenant_complete.html).

Nossa luta contra os judeus é muito ampla e séria, e exige todos os mais sinceros esforços. O Movimento da Resistência Islâmica é tão somente um esquadrão que deve ser apoiado... até que o inimigo seja derrotado e a vitória de Alá alcançada. Isto exige que a bandeira de Alá seja erguida sobre cada polegada da Palestina... esta é um dos elos na corrente da luta contra os invasores sionistas...

O Profeta, que Alá o abençoe e lhe garanta a salvação, declarou: "O Dia do Juízo não chegará até que os muçulmanos combatam os judeus (matando-os), quando o judeu estiver escondido por trás de pedras e árvores, que dirão: "Há um judeu atrás de mim, venha e mate-o...". Não há solução para o problema palestino exceto por meio da *Jihad*. Todas as iniciativas, propostas e conferências internacionais são uma perda de tempo e esforços vãos. A Palestina é uma terra islâmica.

Organizações sionistas sob vários nomes e formas, tais como os maçons, *Rotary Club*, grupos de espionagem e outros... não são mais do que células de subversão e sabotadores. Os povos islâmicos devem cumprir o seu papel de confrontar as conspirações destes sabotadores.

A sociedade muçulmana se defronta com um inimigo pernicioso que age de uma maneira semelhante ao nazismo. Ele tem privado pessoas de sua pátria. Em seu tratamento nazista, os judeus não fizeram exceção a mulheres e crianças.

Nossos inimigos assumiram o controle da mídia mundial. Eles estiveram por trás da Revolução Francesa e da Revolução Comunista... Estiveram por trás da Primeira Guerra Mundial, quando foram capazes de destruir o Califado Islâmico, obtendo ganhos financeiros e controlando recursos. Obtiveram a Declaração Balfour e formaram a Liga das Nações, por meio da qual passaram a governar o mundo. Estiveram por trás da Segunda Guerra Mundial, através da qual obtiveram ganhos financeiros gigantescos com a comercialização de armamentos e pavimentaram o caminho para o estabelecimento do seu Estado. Foram eles que instigaram a substituição da Liga das Nações pela ONU e o Conselho de Segurança, por meios dos quais tornaram-se aptos a governar o mundo. Não há guerra que esteja ocorrendo em algum lugar sem o dedo [deles] nela.

A Organização pela Libertação da Palestina adotou a idéia do Estado secular, que contradiz completamente a idéia de uma ideologia religiosa. O dia em que a OLP adotar o islã como seu modo de vida, iremos nos converter em seus soldados e em combustível para o fogo que queimará os inimigos. Até esse dia, a posição do Movimento da Resistência Islâmica em relação à OLP é o de um filho diante de seu pai, do irmão diante de seu irmão e de parente para parente, que sofre a sua dor e o apóia no confronto com os inimigos, desejando-lhe que seja sábio e bem conduzido...

A invasão sionista é uma invasão perversa que não hesita em recorrer a todos os métodos, recorrendo a todos os meios malignos e desprezíveis para alcançar o seu objetivo. Depende em boa parte das organizações secretas que criou, tais como os maçons, os Clubes *Rotary* e *Lions*, e outros grupos de sabotagem. Todas estas organizações trabalham em beneficio do sionismo... Seus objetivos são subverter sociedades, destruir valores, corromper consciências, deteriorar o caráter e aniquilar o islã. Estão por trás do tráfico de drogas e do alcoolismo em todas as suas formas de modo a facilitar o seu controle e expansão.

Escritores, intelectuais, profissionais da mídia, oradores, educadores e professores, e todos aqueles vários setores do mundo árabe e islâmico - todos estão convocados para desempenhar seu papel e cumprir sua obrigação, devido à ferocidade da ofensiva sionista e sua influência em muitos países, exercida por meio do controle financeiro e da mídia.

O plano sionista não conhece limites. Depois da Palestina, os sionistas aspiram expandir-se do Nilo ao Eufrates. Após digerirem a região conquistada eles irão aspirar a uma nova expansão, e assim por diante. O seu plano está explícito nos *Protocolos dos Sábios de Sion* e sua conduta atual é a melhor prova do que estamos dizendo. Abandonar o círculo da luta contra o sionismo é alta traição e maldito seja quem age assim.

Internet – Fontes Recomendadas

Para uma cobertura mais abrangente dos tópicos relacionados a este livro, bem como para uma versão regularmente atualizada de **Mitos e Fatos** (em inglês), visite o *web site* do *Jewish Virtual Library* **(http://www.JewishVirtualLibrary.org).** A Biblioteca contém uma extensa bibliografia com mais de mil *web sites*. Os *sites* a seguir foram selecionados desta lista:

Comitê de Assuntos Públicos Americano-Israelense (inglês)
(AIPAC – *American Israel Public Affairs Comitte*)
http://www.aipac.org

***American Jewish Comittee* (inglês)**
http://www.ajc.org

***American Jewish Press Association* (inglês)**
http://www.ajpa.org

Liga Anti-Difamação (inglês)
(ADL – *Anti-Defamation League*)
http://www.adl.org

Rádio Nacional de Israel *Arutz Sheva* (hebraico)
http://www.a7.org

Centro Begin-Sadat de Estudos Estratégicos (inglês)
http://www.biu.ac.il/SOC/besa/

***Birthright Israel* (inglês)**
http://www.birthrightisrael.com

CAMERA (inglês)
http://www.camera.org

***Central Zionist Archives* (inglês)**
http://www.wzo.org.il/cza/index.htm

Centro Dinur para o Estudo de História Judaica (inglês)
http://www.hum.huji.ac.il/dinur

Embaixada de Israel nos Estados Unidos (inglês)
http://www.israelemb.org

Colinas de Golã Serviço de Informações (inglês)
http://english.golan.org.il

***Haaretz* (jornal diário israelense)**
http://www.haaretzdaily.com (inglês)
http://www.haaretz.co.il (hebraico)

Hillel
http://www.hillel.org (inglês, EUA)
http://www.hillel.org.br/index.asp (português, São Paulo, Brasil)

***HonestReporting.com* (inglês)**
http://www.HonestReporting.com
http://www.deOlhonaMidia.org.br (em português)

Informações a respeito da segurança de Israel (inglês)
(IRIS – *Information Regarding Israel's Security*)
http://www.iris.org.il

Embaixada Cristã Internacional de Jerusalém (inglês)
http://www.icej.org

Instituto de Política Internacional para Contra-Terrorismo (inglês)
http://www.ict.org.il

***Internet Jewish History Sourcebook* (inglês)**
http://www.fordham.Edu/halsall/jewish/jewishbook.html

Instituto de Estudos Estratégicos e Políticos Avançados (inglês)
http://www.iasps.org.il

Forças de Defesa de Israel (hebraico e inglês)
(Israel Defense Forces – IDF)
http://www.idf.il

Portal do Governo de Israel (inglês)
http://www.info.gov.il/eng/mainpage.asp

Rádio Israel Internacional (inglês)
http://www.israelradio.org

Agência Central Israelense de Estatística (inglês)
http://www.cbs.org.il/engindex.htm

Ministério das Relações Exteriores de Israel (inglês)
http://www.israel-mfa.gov.il/mfa/home.asp

Gabinete do Primeiro-Ministro de Israel (inglês)
http://www.pmo.gov.il/english

Centro Jaffee de Estudos Avançados (inglês)
http://www.tau.ac.il/jcss

Jerusalém Capital de Israel (inglês)
http://www.jerusalem-archives.org

Centro Jerusalém para Assuntos Públicos (inglês)
http://www.jcpa.org

***Jerusalem Post* (jornal diário israelense)**
http://www.jpost.com (inglês)

***Jerusalem Report* (inglês)**
http://www.jrep.com

***JTA – Jewish Telegraphic Agency* (inglês)**
http://www.jta.org

***Knesset – o Parlamento Israelense* (árabe, hebraico e inglês)**
http://www.knesset.gov.il

Mapas do Oriente Médio (inglês)
http://www.lib.utexas.edu/Libs/PCL/Map_collection/middle_east.html

Maven – Jewish Web Directory **(inglês)**
http://www.maven.co.il

Middle East Insight **(inglês)**
http://www.mideastinsight.org

Instituto de Pesquisa e Mídia sobre o Oriente Médio (inglês)
(MEMRI – *Middle East Media & Research Institute*)
http://www.memri.org

MERIA – Middle East Review of International Affairs **(inglês)**
http://meria.idc.ac.il/

Palestinian Media Watch **(inglês)**
http://www.pmw.org.il

Paz Agora **(inglês)**
(Peace Now)
http://www.peacenow.org.il/English.asp

Central Pedagógica: Departamento de Educação Judaica Sionista, Agência Judaica de Israel (inglês)
http://www.jajz-ed.org.il

Centro de Pesquisas sobre Terrorismo **(inglês)**
http://www.terrorism.com

Departamento de Estado dos Estados Unidos (inglês)
http://www.state.gov

Comunidades Judaicas Unidas (inglês)
(UJC – United Jewish Communities)
http://www.ujc.org

Virtual Jerusalem **(inglês)**
http://www.virtualjerusalem.com

Instituto Washington para a Política do Oriente Próximo (inglês)
http://www.washingtoninstitute.org

Organização Sionista Mundial – Departamento Estudantil e Acadêmico (inglês)
http://www.wzo.org.il

Leituras Recomendadas

Aumann, Moshe. *Land Ownership in Palestine 1880-1948.* Jerusalém: *Academic Committee on the Middle East,* 1976.

Avineri, Shlomo. *The Making of Modern Zionism: Intellectual Origins of the Jewish State*. NY: *Basic Books*, 1981.

Avneri, Arieh. *The Claim of Dispossession.* NJ: *Transaction Books,* 1984.

Bard, Mitchell G. e Schwartz, Moshe. *1001 Facts Everyone Should Know About Israel.* NJ: *Jason Aronson*, 2002.

Bard, Mitchell G. *From Tragedy to Triumph: The Politics behind the Rescue of Ethiopian Jewry.* CT: *Greenwood*, 2002.

Bard, Mitchell G. *The Complete Idiot´s Guide to Middle East Conflict.* NY: Alpha Books, 2002.

Bard, Mitchell G. *The Water Edge And Beyond.* NJ: *Transaction Publishers*, 1991.

Becker, Jillian. *The PLO.* NY: *St. Martin´s Press*,1985.

Begin Menachem. *The Revolt*. NY: *EP Dutton*, 1978.

Bell, J. Bowyer. *Terror Out of Zio*n. NJ: *Transaction*, 1996.

Ben Gurion, David. *Rebirth and Destiny of Israel.* NY: *Philosophical Library*, 1954.

Benvenisti, Meron. *Intimates Enemies: Jews and Arabs in a Shared Land.* CA.:

University of California Press, 1995.

Collins, Larry e Lapierre, Dominique. *O Jerusalem*!. NY: *Simon and Schuster*, 1972.

Eban, Abba. *Heritage: Civilization and the Jew*s. NY: *Summit Books*, 1984.

Eban, Abba. *My Country: The Story of Modern Israel.* NY: *Random House*, 1972.

Gilbert, Martin. *Israel: A History.* NY: *William Morrow & Co*, 1998.

Hazony, Yoram. The Jewish State: The Struggle for Israel's Soul. NY: Basic Books, 2001.

Hertzberg Arthur. *The Zionist Idea.* PA: Jewish *Publications Society*, 1997.

Herzl, Theodore. *The Diaries of Theodore Herzl.* NY: *Peter Smith Publishers*, 1987.

Herzl, Theodore. *The Jewish Stat*e. *Dover Publications*, 1989.

Herzog, Chaim. *The Arab-Israeli War*s. NY: *Random House*, 1984.

Johnson, Paul. *História dos Judeus.* Trad.: Henrique Mesquita e Jacob Volfzon Filho. Imago, 2a. Ed., RJ, 1995.

Katz, Samuel. *Battleground-Fact and Fantasy in Palestine. SPI Books,* 1986.

Kollek, Teddy. *Jerusalem.* Washington, D.C.: *Washington Institute for Near East Policy,* 1990.

Lacquer, Walter e Rubin, Barry. *The Israel-Arab Reade*r. NY: Penguin, 2001.

Lewis, Bernard. *Judeus do Islã*. Trad.: Jayme Larry Benchimol. Xenon, RJ, 1990.

Lewis, Bernard. *The Middle East: A Brief History of the Last 2000 Year*s. NY: *Touchstone Books*, 1997.

Livingstone, Neil C, e David Halevy. *Inside the PLO.* NY: *William Morrow & Co.*, 1990.

Lorch, Netanel. *One Long War.* NY: *Herzl Press*, 1976.

Meir, Golda. *My Life. NY: Dell, 1975.*

Netanyahu, Benjamin. *A Place Among Nations: Israel and the World.* NY: *Warner Books.* 1998.

Oren, Michael. *Six Days of War: June 1967 and the Making of Modern Middle East.* NY: *Oxford University Press*, 2002.

Pipes, Daniel. *The Hidden Hand: Middle East Fears of Conspiracy. Griffin Trade Paperback*, 1998.

Pipes, Daniel. *The Long Shadow: Culture and Politics in the Middle East*. NJ: *Transaction Publishers*, 1990.

Porath, Yehoshua. *The Emergence of the Palestinian-Arab National Movement, 1918-1929. London: Franc Cass*, 1996.

Porath, Yehoshua. *In Search of Arab Unity 1930-1945. London: Franc Cass & Co, Ltd.,* 1986.

Porath, Yehoshua. *Palestinian-Arab National Movement: From Riots to Rebellion: 1929-1939. Vol. 2. London: Franc Cass & Co, Ltd.*, 1977.

Quandt, William B. *Camp David: Peacemaking and Politics*. DC: *Brookings Institution,* 1986.

Rabin, Yitzhak. *The Rabin Memoirs*. CA: *University of California Press*, 1996.

Sachar, Howard. *A History of Israel: From the Rise of Zionism to our Time*. NY: Alfred A. Knopf, 1998.

Safran, Nadav. *Israel The Embattled Ally*. MA: *Harvard University Press*, 1981.

Schiff, Zeev e Yaari, Ehud. *Intifada*. NY: Simon Schuster, 1990.

Schiff, Zeev e Yaari, Ehud. *Israel's Lebanon War*. NY: Simon Schuster, 1984.

Schoenberg, Harris. *Mandate for Terror: The United Nations and the PLO*. NY: Shapolsky, 1989.

Stillman, Norman. *The Jews of Arab Lands*. PA: *The Jewish Publication Society of América*, 1989.

Stillman, Norman. *The Jews of Arab Lands in Modern Times.* NY: *Jewish Publication Society*, 1991.

Weizmann Chaim. *Trial and Error*. NY: *Greenwood Press*, 1972.

Wigoder, Geoffrey, ed. *New Encyclopedia of Zionism and Israel*. NJ: *Fairleigh Dickinson University Press*, 1994.

Yeor, Bat. *The Dhimmi*. NJ: *Associated University Press*, 1985.

Índice dos Mitos

1. As Raízes de Israel 9

"Os judeus não têm direito à terra que eles chamam de Israel." 9

"A Palestina sempre foi um país árabe." 10

"Os palestinos são descendentes dos cananeus e já estavam na Palestina muito antes dos judeus." 11

"A Declaração Balfour não deu aos judeus o direito a uma pátria na Palestina." 12

"A 'tradicional' posição dos árabes na Palestina foi colocada em risco pelo assentamento judaico." 12

"Sionismo é racismo." 14

"Os delegados da Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo concordaram que sionismo é racismo." 15

"Os sionistas poderiam ter escolhido outro país que não a Palestina." 16

"O próprio Herzl propôs um Estado judeu em Uganda como alternativa à Palestina." 16

"Todos os árabes se opuseram à Declaração Balfour, vendo-a como uma traição aos seus direitos." 17

"Os sionistas não fizeram qualquer esforço para alcançar um acordo com os árabes." 18

"Os sionistas eram instrumentos colonialistas do imperialismo ocidental." 19

"Os britânicos prometeram aos árabes a independência da Palestina na correspondência entre Hussein e MacMahon." 20

"Os árabes lutaram pela liberdade na Primeira e na Segunda Guerra Mundial." 21

2. Sob o Mandato Britânico..... 24

"Os britânicos ajudaram os judeus a desalojar a população árabe nativa da Palestina". 24

"Os britânicos permitiram o fluxo de judeus para a Palestina, enquanto a imigração árabe era rigidamente controlada". 24

"Os britânicos mudaram de política após a Segunda Guerra Mundial para permitir que os sobreviventes do Holocausto pudessem se estabelecer na Palestina". 25

"Enquanto a população judaica da Palestina crescia, a situação dos árabes palestinos só piorava". 27

"Os judeus roubaram a terra dos árabes". 28

"Os britânicos ajudaram os palestinos a viver em paz com os judeus". 30

"O Mufti não era anti-semita". 32

"O Irgun colocou uma bomba no Hotel King David como parte de uma campanha terrorista contra civis". 33

3. A Partilha 37

"As Nações Unidas dividiram a Palestina de maneira injusta". 37

"O plano da partilha entregou aos judeus a maior parte da terra e toda a área cultivável". 38

"Israel usurpou toda a Palestina em 1948". 39

"Jamais foi oferecido um país aos árabes palestinos e, portanto, foi-lhes negado o direito à autodeterminação". 39

"A maioria da população da Palestina era árabe; portanto, deveria ter sido criado um Estado árabe unitário". 41

"Os árabes estavam dispostos a um acordo para evitar o derramamento de sangue". 41

"A União Soviética se opôs vigorosamente à partilha". 42

4. A Guerra de 1948 45

"Os judeus deram início à primeira guerra contra os árabes". 45

"O Plano Bernadotte era uma alternativa viável à partilha". 46

"Os Estados Unidos foram a única nação que criticou o ataque dos árabes a Israel". 48

"O apoio do Ocidente a Israel permitiu que os judeus conquistassem a Palestina". 48

"O boicote econômico árabe a Israel foi imposto depois da guerra de 1948". 51

5. O Caminho para Suez 54

"Os governos árabes estavam preparados para aceitar Israel depois da guerra de 1948". 54

"O ataque militar de Israel em 1956 não foi provocado". 54

"Israel não tinha razão para atacar o Egito e foi à guerra para promover os interesses imperialistas da França e Grã-Bretanha". 57

"O apoio total dos Estados Unidos a Israel era evidente durante a Guerra de Suez". 58

6. A Guerra dos Seis Dias 60

"Os governos árabes estavam preparados para aceitar Israel após a Guerra de Suez". 60

"O ataque militar de Israel em 1967 não foi provocado". 62

"Nasser tinha o direito de fechar os Estreitos de Tirã à navegação israelense". 65

"Os Estados Unidos ajudaram Israel a derrotar os árabes em seis dias". 65

"Israel atacou a Jordânia para capturar Jerusalém". 66

"Israel não tinha que atirar primeiro". 66

"Israel considerou os territórios capturados como terras conquistadas e não teve qualquer intenção de negociar a sua devolução". 66

"Israel expulsou árabes pacíficos da Cisjordânia e os impediu de retornar após a guerra". 69

"Israel impôs restrições absurdas aos palestinos da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental". 71

"Durante a Guerra de 1967, Israel atacou deliberadamente o navio USS Liberty". 72

7. Entre as Guerras 77

"Depois da Guerra de 1967, Israel se recusou a negociar um acordo com os árabes". 77

"A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU considerou inadmissível a ocupação de territórios por Israel na Guerra de 1967". 77

"A Resolução 242 exige que Israel retorne às suas fronteiras pré-1967". 78

"A Resolução 242 reconhece o direito dos palestinos à autodeterminação". 80

"Os países árabes e a OLP aceitaram a Resolução 242, enquanto Israel a rejeitou". 80

"Os palestinos estavam dispostos a negociar um acordo após a Guerra dos Seis Dias". 80

8. A Guerra de Atrito, 1967–1970 82

"Israel foi responsável pela Guerra de Atrito". 82

"O Egito encerrou a Guerra de Atrito e tentou um acordo com Israel, apenas para que Jerusalém o recusasse". 82

"O Egito sempre quis a paz com Israel entre 1971 e 1973. A recusa de Israel provocou a Guerra do Yom Kippur". 84

9. A Guerra do Yom Kippur 85

"Israel foi o responsável pela guerra do Yom Kippur". 85

"O presidente do Egito, Anuar Sadat, concordou com as propostas de paz americanas e não queria a guerra". 85

"Egito e Síria foram os únicos países árabes que participaram da guerra de 1973". 87

"Israel maltratou soldados árabes capturados durante a guerra de 1973". 89

"Os israelenses destruíram Kuneitra antes de se retirar em junho de 1974". 90

10. As Fronteiras 92

"A criação de Israel em 1948 modificou acordos fronteiriços e políticos entre Estados independentes que existiam há séculos". 92

"Israel é um país expansionista desde sua criação". 92

"Israel tenta há muito tempo conquistar terras árabes do Nilo ao Eufrates. Há até um mapa no Knesset que confirma essa intenção". 93

"A Cisjordânia é parte da Jordânia". 95

"Israel ocupou as Colinas de Golã numa guerra de agressão". 95

"As Colinas de Golã não têm significado estratégico para Israel". 97

"Israel se recusa a qualquer acordo sobre as Colinas de Golã, enquanto a Síria deseja negociar paz por território". 98

"Israel anexou ilegalmente as Colinas de Golã em 1981, em contravenção ao Direito Internacional e à Resolução 242 das Nações Unidas". 99

"É mais difícil para Israel sair da Cisjordânia do que do Sinai". 101

"A Guerra do Golfo provou que as fronteiras guarnecidas que Israel defende são inúteis numa era de mísseis". 103

"Israel 'ocupa' a Cisjordânia". 104

11. Israel e Líbano 108

"Israel não pode afirmar que a sua invasão do Líbano em 1982, contra uma OLP mal-equipada, foi uma ação defensiva". 108

"A OLP não era ameaça a Israel. Quando Israel atacou, a OLP cumpria o cessar-fogo há um ano". 108

"A OLP tratou os libaneses com dignidade e respeito". 109

"A operação para acabar com as ameaças da OLP ao Norte de Israel causou dez mil mortes no Sul do Líbano". 111

"A OLP estava disposta a abandonar Beirute em 1982 para salvar a população civil de outro ataque, mas Israel tornou isso impossível". 111

"Israel foi responsável pelo massacre de milhares de refugiados palestinos inocentes em Sabra e Shatila". 112

"As invasões do Líbano em 1978 e 1982 comprovaram as intenções agressivas de Israel". 113

"Israel ainda não cumpriu as exigências da ONU para se retirar completamente do Líbano devido à sua ocupação ilegal das fazendas de Shebaa". 114

"Israel atacou sem motivo as Forças de Paz da ONU no Líbano". 115

"A Síria é a favor da estabilidade no Líbano e sempre respeitou a soberania e a independência desse país". 115

"A Síria tem feito o possível para impedir que terroristas no Líbano ameacem a paz regional". 118

"A Síria só interveio no Líbano porque a Liga Árabe pediu que fizesse isso". 118

"Sírios e libaneses tratam bem os soldados israelenses capturados e permitem que a Cruz Vermelha os visite". 119

"O seqüestro, por Israel, do Xeique Abdul Karim Obeid em 1989, prolongou a crise dos reféns, levando à morte do tenente-coronel William Higgins, executado em retaliação". 120

"Os ataques israelenses ao Líbano demonstram a determinação de Israel de permanecer no país". 120

12. As Guerras do Golfo 122

"A Guerra do Golfo de 1991 só existiu por causa de Israel". 122

"Os EUA não precisaram da ajuda de Israel na Guerra do Golfo". 122

"Israel foi beneficiado pela Guerra do Golfo". 124

"Israel nada fez para proteger os palestinos dos ataques dos Scuds". 125

"O Iraque nunca foi uma ameaça para Israel". 125

"Sadam Hussein jamais se interessou por armas nucleares". 127

"A OLP manteve-se neutra na Guerra do Golfo". 128

"A Guerra do Golfo demonstrou por que os países árabes precisam de mais armas dos EUA". 130

"O Iraque deixou de ser uma ameaça a Israel após a Guerra do Golfo de 1991". 130

"Os judeus americanos incitaram os EUA a lutar contra o Iraque em 2003 para ajudar Israel". 131

13. As Nações Unidas 134

"A ONU tem desempenhado um papel construtivo no Oriente Médio. O histórico de imparcialidade e de equilíbrio faz dela um fórum ideal para lidar com a disputa árabe-israelense". 134

"Tem sido negado aos palestinos o direito de expressão na ONU". 136

"Israel tem os mesmos direitos que qualquer outro membro da ONU". 136

"A ONU e seus organismos criticam Israel, mas nunca se envolvem na retórica anti-semita". 138

"A revogação, em 1991, da resolução que difama o sionismo demonstra que a ONU não tem mais preconceito contra Israel". 138

"Ainda que a Assembléia Geral da ONU seja tendenciosa, o Conselho de Segurança é equilibrado em relação ao Oriente Médio". 139

"Os EUA sempre apóiam Israel na ONU". 140

"Os árabes aliados dos EUA sempre votam com os americanos na ONU". 141

"A recusa de Israel a implementar as resoluções da ONU é uma violação da lei internacional". 142

14. Os Refugiados 144

"Um milhão de palestinos foram expulsos por Israel entre 1947 e 1949". 144

"Os judeus deixaram claro, desde o início, que não tinham intenção de viver em paz com seus vizinhos árabes". 145

"Os judeus criaram o problema dos refugiados ao expulsar os palestinos". 147

"A invasão árabe teve pouco impacto sobre os palestinos". 149

"Os líderes árabes jamais estimularam os palestinos a fugir". 150

"Os palestinos tiveram que fugir não ser massacrados como os habitantes do povoado de Deir lassin". 153

"Israel não permitiu que os palestinos retornassem a seus lares, para que os judeus roubassem suas propriedades". 157

"As resoluções da ONU exigem que Israel repatrie todos os refugiados palestinos". 158

"Israel sabotou as negociações da Comissão de Conciliação Palestina". 159

"Os palestinos que queriam retornar aos seus lares não representavam perigo à segurança de Israel". 160

"Os refugiados palestinos foram ignorados por um mundo indiferente". 161

"Os países árabes contribuem para a maior parte dos fundos de auxílio aos refugiados palestinos". 162

"Os países árabes sempre receberam bem os palestinos e fizeram o melhor para reassentá-los". 163

"Milhões de palestinos estão confinados em acampamentos imundos". 164

"Israel forçou os refugiados palestinos a permanecer nos acampamentos da Faixa de Gaza". 166

"Refugiados sempre são repatriados. Só os palestinos são impedidos de retornar a seus lares". 166

"Se os refugiados tivessem sido repatriados, o conflito árabe-israelense teria terminado". 168

"Israel expulsou mais palestinos em 1967". 168

"A UNRWA é uma organização humanitária que não tem qualquer responsabilidade pelo terror e incitação originados nos acampamentos de refugiados". 169

15. O Tratamento aos Judeus nos Países Árabes/Islâmicos 173

"Os árabes não podem ser anti-semitas porque eles mesmos são semitas". 173

"As nações árabes modernas são apenas anti-Israel, e nunca antijudaicas". 173

"Os judeus que viviam nos países islâmicos eram bem tratados pelos árabes". 177

"Como 'Povos do Livro', judeus e cristãos estão protegidos sob a lei islâmica". 179

"As escolas muçulmanas nos EUA ensinam a tolerância com o judaísmo e outras crenças e defendem a boa convivência com Israel". 180

16. Os Direitos Humanos nos Países Árabes 201

"Os governos dos países árabes garantem direitos humanos básicos a seus cidadãos". 201

"Os direitos das mulheres no mundo árabe agora são protegidos". 201

"A liberdade dos palestinos sob a Autoridade Palestina inclui o direito de vender terras a judeus". 203

17. Os Direitos Humanos em Israel e nos Territórios 217

"Israel discrimina seus cidadãos árabes". 217

"Israel discrimina os árabes ao impedi-los de adquirir terras". 218

"Os árabes israelenses são discriminados no emprego". 218

"Os árabes mantidos em prisões israelenses são torturados, espancados e mortos" 218

"Israel faz uso da prisão administrativa para prender árabes pacíficos sem julgamento". 219

"Israel nega direitos políticos aos residentes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza". 220

"Israel está roubando água dos árabes nos territórios, permitindo que judeus cavem poços, mas impedindo que árabes façam o mesmo". 221

"As deportações determinadas por Israel violam a Quarta Convenção de Genebra". 223

"O tratamento que Israel dá aos palestinos é semelhante ao dispensado aos negros na África do Sul no tempo do apartheid". 224

"As nações negras africanas romperam com Israel por causa da política racista em relação aos palestinos". 224

"Israel está exterminando os palestinos como os nazistas fizeram com os judeus" 226

"Israel é desumano com os palestinos nos territórios". 227

"Israel assasina inocentes alegando que são terroristas palestinos". 228

"Israel destruiu casas no acampamento de refugiados de Rafah como parte de sua política de opressão dos palestinos". 228

"Yasser Arafat aplica os recursos da Autoridade Palestina na a saúde e no bem-estar do seu povo". 229

18. Os Levantes Palestinos 231

"A intifada foi um levante espontâneo, resultante da revolta dos árabes com as atrocidades israelenses". 231

"A intifada foi uma resistência passiva. Na pior das hipóteses, envolveu apenas crianças que lançavam pedras contra soldados fortemente armados". 231

"A cobertura da intifada pela mídia foi justa e equilibrada". 231

"A OLP não incentivou a violência da intifada". 233

"Os palestinos que morreram na intifada foram todos vítimas dos israelenses". 234

"Israel fechou as escolas na Cisjordânia durante a intifada para privar os palestinos de educação". 235

"A explosão da violência no fim de 2000, chamada pelos árabes de 'intifada de Al-Aksa', foi provocada pela visita de Ariel Sharon ao Monte do Templo". 236

"Poucos israelenses morreram no levante, enquanto milhares de palestinos inocentes foram assassinados pelas tropas israelenses". 238

"A violência é uma reação compreensível e legítima à política de Israel". 239

"O levante de Al-Aksa ocorreu somente nos territórios em disputa, sem afetar Israel". 240

"Israel usa força em excesso para atacar crianças que só estão arremessando pedras". 241

"Ao prender terroristas e confiscar armas ilegais, a Autoridade Palestina está atuando para evitar a violência". 242

"Um menino morto a tiros enquanto seu pai tentava protegê-lo, cena exibida na TV, demonstrou que Israel não hesita em matar crianças palestinas inocentes". 243

"Israel usa balas de borracha para mutilar e matar palestinos desarmados". 244

"O Relatório Mitchell deixou claro que a política israelense de assentamentos é tão culpada pela ruptura do processo de paz quanto a violência palestina, e que é necessário não criar mais assentamentos". 245

"O uso de caças F-16 é uma prova do excesso de força de Israel contra civis palestinos". 245

"Arafat é incapaz de controlar os militantes palestinos". 247

"Israel tem se recusado a dar qualquer passo em favor da paz, e seus ataques provocaram a violência palestina, apesar dos apelos de Yasser Arafat". 248

"Israel não tem qualquer justificativa para reter os impostos destinados à Autoridade Palestina". 248

"Os palestinos atacam as forças israelenses espontaneamente, por frustração". 249

"Os palestinos têm respeitado o cessar-fogo negociado com George Tenet, Diretor da CIA". 250

"A política de Israel de assassinar terroristas palestinos é imoral e contraproducente". 250

"Israel assassina indiscriminadamente terroristas e civis palestinos". 253

"O uso que Israel faz de armas de fabricação americana em ataques de retaliação contra os palestinos é ilegal". 254

"Israel massacrou refugiados no acampamento de Jenin em abril de 2002". 255

"Israel se opôs a uma investigação pela ONU porque queria ocultar os crimes que cometeu em Jenin". 256

"Israel impede que ambulâncias transportem palestinos doentes ou feridos para hospitais". 256

"Israel fechou três faculdades no território da Autoridade Palestina em janeiro de 2003 para punir e humilhar os palestinos". 258

"Israel usa postos de inspeção para humilhar os palestinos". 259

"Todas as mulheres que estão participando dos ataque suicidas são movidas unicamente pelo desejo de libertar a Palestina". 260

"Rachel Corrie foi assassinada por Israel enquanto protestava pacificamente contra a demolição ilegal de uma casa palestina". 261

"Os palestinos contrários ao terrorismo são respeitados e sua liberdade de expressão é permitida pela Autoridade Palestina". 263

"A política de Israel de assassinar terroristas é ilegal e rejeitada até mesmo pelos israelenses como fica evidenciado pela recusa de pilotos da Força Aérea de cumpri-la". 263

"A Autoridade Palestina está cooperando com a investigação da emboscada terrorista que matou três americanos em Gaza". 264

19. Jerusalém 268

"Jerusalém é uma cidade árabe". 268

"Jerusalém não precisa ser a capital de Israel". 268

"Os árabes estavam dispostos a aceitar a internacionalização de Jerusalém. Os judeus foram contra a idéia. Devido à sua intransigência, hoje em dia Israel ocupa ilegalmente a cidade inteira". 269

"A Jordânia aceitou a internacionalização".	*270*
"De 1948 a 1967, a Jordânia garantiu liberdade de culto para todas as religiões em Jerusalém".	*271*
"A Jordânia salvaguardou os lugares judaicos sagrados".	*272*
"A Jordânia esforçou-se para melhorar as condições na Jerusalém Oriental árabe. Em contrapartida, as autoridades israelenses puseram abaixo centenas de casas árabes naquela parte da cidade, deixando muitos residentes árabes sem moradia".	*272*
"Sob o governo de Israel, a liberdade de religião em Jerusalém foi restringida".	*273*
"Israel nega a muçulmanos e cristãos o livre acesso aos seus lugares sagrados".	*273*
"A política israelense estimula os ataques de judeus fanáticos contra residentes muçulmanos e cristãos bem como aos seus lugares sagrados".	*274*
"Israel restringe os direitos políticos dos árabes palestinos em Jerusalém".	*275*
"Segundo a Resolução 242 da ONU, Jerusalém Oriental é considerada território ocupado. Portanto, a sua anexação por Israel viola a resolução".	*275*
"Jerusalém Oriental deveria fazer parte de um Estado palestino porque todos os seus residentes são árabes palestinos e nenhum judeu jamais viveu ali".	*275*
"A transferência de 20 famílias para a Casa de Misericórdia St. John – no bairro cristão de Jerusalém – é um exemplo da intenção de Israel de retirar não-judeus de suas áreas na cidade".	*276*
"A polícia matou 17 fiéis árabes no Monte do Templo em 1990, num ataque gratuito".	*277*
"Os EUA não acreditam que Jerusalém deva ser capital unificada de Israel".	*278*
"O Monte do Templo sempre foi um local muçulmano sagrado e o judaísmo não tem qualquer ligação com ele".	*279*
"Israel não deve ter permissão para controlar o Monte do Templo porque nega aos muçulmanos o acesso a seus lugares sagrados".	*280*
"Os palestinos têm sido cuidadosos na preservação das relíquias arqueológicas do Monte do Templo".	*281*
"Ao escavar o túnel do Muro Ocidental, Israel ameaçou a integridade do Monte do Templo e da Mesquita de Al-Aksa, e foi condenado por isso pelo Conselho de Segurança da ONU".	*281*

"A internacionalização é a melhor solução para resolver as reivindicações conflitantes sobre Jerusalém". 283

"Israel tentou incendiar a Mesquita de Al-Aksa em 1969". 283

20. A Política Norte-Americana para o Oriente Médio 285

"A criação de Israel foi resultado da pressão americana". 285

"Os EUA ajudaram Israel contra os árabes em 1948 devido a pressões do lobby *judaico".* 285

"A maioria dos americanos se opõe a uma relação estreita dos EUA com Israel". 286

"A política dos EUA tem sido sempre hostil aos árabes". 287

"Os Estados Unidos apóiam Israel de maneira automática desde 1948". 288

"Os EUA sempre forneceram armas para garantir a superioridade militar de Israel sobre os árabes". 289

"A ajuda dos EUA ao Oriente Médio é sempre unilateral, com os árabes recebendo praticamente nada". 291

"Os EUA sempre emprestam bilhões de dólares a Israel a fundo perdido". 292

"Israel continua pedindo ajuda econômica mesmo sendo um país rico". 293

"Israel se vangloria de ser a quarta nação mais forte do mundo e, por isso, não precisa da assistência militar americana". 294

"A indústria americana financia a ajuda militar a Israel". 294

"As garantias de empréstimo dos EUA proporcionam a Israel bilhões de dólares dos contribuintes americanos usados na construção de assentamentos para judeus russos na Cisjordânia e Faixa de Gaza". 295

"Jamais se acreditou que Israel tivesse qualquer valor estratégico para os Estados Unidos". 297

"Os israelenses podem viver confortavelmente graças ao apoio americano e não vêem razão para reformar seu sistema econômico". 299

"Israel adota medidas protecionistas que criam barreiras ao comércio americano". 300

"A contratação de Jonathan Pollard para espionar nos EUA comprova que Israel age contra os interesses americanos". 301

"Israel enganou os EUA quando vendeu armas ao Irã em troca de reféns e ajudou a desviar verbas para os Contras". 302

"A dependência americana do petróleo árabe vem decrescendo". 304

"As grandes companhias petrolíferas americanas nunca tomam partido no conflito árabe-israelense". 305

"EUA e Israel nada têm em comum". 306

"Os terroristas atacaram o World Trade Center e o Pentágono no 11 de setembro por causa do apoio dos EUA a Israel". 308

"O seqüestro de quatro aviões no 11 de setembro de 2001 foi um ato de terror sem precedentes". 309

"Grupos como Hezbolá, Jihad Islâmica, Hamas e FPLP deveriam ficar fora da guerra dos EUA contra o terrorismo porque são combatentes pela liberdade". 310

"O Mossad, serviço secreto de Israel, bombardeou o World Trade Center a fim de provocar o ódio americano contra os árabes." 311

"Mohamad Ata, um dos terroristas que destruíram o World Trade Center, explodiu um ônibus em Israel em 1986. Naquela época, Israel prendeu, julgou, condenou e encarcerou Ata, mas foi persuadido pelos EUA a libertá-lo como parte do acordo de paz de Oslo". 313

"As universidades americanas deveriam boicotar empresas que fazem negócios com Israel a fim de forçar o fim da ocupação e da violação dos direitos humanos". 313

"Aqueles que defendem Israel tentam silenciar os críticos rotulando-os de anti-semitas". 314

21. O Processo de Paz 317

"Anuar Sadat merece todo o crédito pelo tratado de paz egípcio-israelense". 317

"O Egito fez todas as concessões pela paz". 317

"Em Camp David, durante o Governo Carter, Israel concordou em interromper a construção de assentamentos por cinco anos. Em meses, já havia violado os acordos ao estabelecer novos assentamentos na Cisjordânia". 318

"A questão palestina é o motivo principal do conflito árabe-israelense". 319

"Se o problema palestino estivesse solucionado, o Oriente Médio estaria em paz". 319

"Um Estado palestino secular e democrático na Cisjordânia e Faixa de Gaza é a solução para o conflito". 320

"Um Estado palestino não vai oferecer perigo a Israel". 321

"Israel não tem o direito de ocupar a Cisjordânia. Os assentamentos israelenses são ilegais, um obstáculo para a paz". 322

"Os assentamentos judeus em povoados predominantemente árabes são uma provocação de Israel e um obstáculo à solução territorial". 323

"Israel deve acabar com seus assentamentos antes de um acordo de paz com os palestinos". 323

"Israel não reconhece as reivindicações palestinas em relação a Jerusalém". 324

"Qualquer acordo sobre Jerusalém deverá exigir que Israel abra mão da soberania sobre o Monte do Templo". 326

"Todos os refugiados palestinos têm o direito de retornar aos seus lares; isso é um pré-requisito para um acordo final". 327

"A paz com a Síria só foi impedida pela recusa obstinada de Israel em se retirar das Colinas de Golã". 329

"A ocupação continuada do território libanês por Israel é o único impedimento para a conclusão de um tratado de paz". 330

"Depois dos acordos de Oslo, os palestinos passaram a ensinar a seus filhos que é possível a coexistência com os judeus israelenses". 331

"Os livros escolares israelenses não ensinam as crianças a coexistirem com os árabes e muçulmanos e negam a existência dos palestinos". 333

"O Acordo Interino previa a criação de uma força policial palestina e foi isso que a Autoridade Palestina fez". 333

"Os palestinos estão cumprindo o seu compromisso de prender e perseguir terroristas". 334

"O uso da violência pelos palestinos se justifica porque o processo de paz não lhes tem permitido alcançar suas aspirações nacionais". 335

"Israel tem um excesso de água e a recusa a compartilhá-la com seus vizinhos poderá provocar a próxima guerra". 336

"O Movimento da Resistência Islâmica (Hamas) defende a harmonia e a reconciliação entre muçulmanos e judeus". 339

"Israel devolveu o Sinai a fim de alcançar a paz com o Egito; retirou-se da fonteira internacional com o Líbano e se propôs a sair das Colinas de Golã num acordo de paz com a Síria; portanto, Israel deve se retirar da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para fazer a paz com os palestinos". 340

"Jamais foi oferecido aos palestinos um Estado próprio". 341

"Yasser Arafat rejeitou as propostas de Ehud Barak em Camp David e na Casa Branca em 2000 porque não foi oferecido aos palestinos um Estado viável. A Palestina não teria acesso à água e ao controle de seus lugares sagrados e seria dividida em cantões cercados por israelenses. Israel também manteria o controle de Jerusalém e negaria aos refugiados o direito ao retorno". 342

"Os membros da Liga Árabe assinaram um pacto antiterror e se opuseram a toda forma de terrorismo". 343

"Israel ocupou ilegalmente o Complexo do Distrito de Governo e os escritórios palestinos na Casa do Oriente, bem como reocupou territórios em Jerusalém que haviam sido entregues aos palestinos". 344

"Os palestinos se uniram ao resto do mundo na condenação aos ataques terroristas do 11 de setembro nos EUA". 345

"A Autoridade Palestina apreendeu armas ilegais e cumpriu outras obrigações, conforme os acordos de Oslo, a fim de restringir a posse de armas à força policial autorizada". 346

"Os terroristas palestinos só atacam israelenses; eles nunca se voltam contra americanos". 347

"A causa do atual conflito é a oposição de Israel à criação de um Estado palestino". 349

"A Autoridade Palestina está honrando seus compromissos e impedindo o contrabando de armas para as áreas sob seu controle". 349

"Centenas de soldados israelenses estão se recusando a servir nos territórios. Isto prova que a política de Israel é injusta". 350

"Está sendo construída uma cerca para separar Israel da Autoridade Palestina, que não irá resolver problema algum e levará à criação racista de um gueto palestino". 352

"A demolição de lares palestinos é um exemplo dos métodos bárbaros da opressão israelense". 353

"Os palestinos têm abandonado o seu sonho de destruir Israel e aceitaram o estabelecimento de um Estado em parte da Cisjordânia e da Faixa de Gaza que vai coexistir pacificamente com Israel". 354

"O plano de paz da Liga Árabe de 2002 representa uma mudança de visão, na qual, pela primeira vez, os árabes estão abandonando suas exigências radicais". 354

"Os líderes árabes têm condenado os atentados com homens-bomba e outros atos de terrorismo desde o 11 de setembro e pediram ao Presidente Bush que tomasse medidas a fim de combater o terrorismo". 358

"Israel está fazendo comparações maldosas entre a resistência palestina e os ataques do 11 de setembro nos EUA na esperança de angariar simpatia para sua política". 359

"Os palestinos se tornaram terroristas por desespero". 360

"Os ataques palestinos contra civis israelenses não são terrorismo, mas sim parte de uma luta armada legítima". 361

"Ariel Sharon deixa claro que não quer a paz e enquanto ele for primeiro-ministro nenhum acordo é possível". 362

"A presença de Israel na Cisjordânia é a causa do terrorismo". 363

"Os palestinos vivem sob o controle opressivo das autoridades militares israelenses". 364

"Yasser Arafat condena o terrorismo e líderes palestinos moderados assinaram uma declaração pública afirmando que os ataques terroristas contra Israel são imorais". 364

"A Arábia Saudita é uma força pela paz e pela moderação que não patrocina o terror". 366

"Yasser Arafat é o líder democraticamente eleito do povo palestino e Israel deve negociar com ele". 367

"Israel impede a Autoridade Palestina de fazer eleições". 367

"A maioria dos palestinos não apóia o terror, mas é incapaz de deter os militantes". 368

"A Autoridade Palestina está falida e o povo está passando fome porque o mundo não se preocupa com a difícil situação dos palestinos". 369

"Os grupos terroristas palestinos concordaram com um cessar-fogo até que Israel lançou ataques contra eles". 371

"Os palestinos não precisam de propaganda porque a conduta israelense deixa clara a sua barbárie". 372

"Israel e os palestinos quase selaram a paz em 2001, mas a eleição de Ariel Sharon torpedeou o acordo". 373

"A tentativa israelense de assassinar um líder do Hamas teve como objetivo impedir o processo de paz baseado no Mapa do Caminho". 374

"O Movimento de Solidariedade Internacional (ISM) é uma organização de direitos humanos pacífica que se opõe ao terrorismo e apóia uma solução de dois Estados". 375

"O Mapa do Caminho, exige a libertação dos palestinos das prisões israelenses". 377

"Grupos terroristas palestinos concordaram com um cessar-fogo para que houvesse um avanço no processo de paz vislumbrado pelo Mapa do Caminho". 377

"Exige-se dos palestinos para aceitem apenas 22% da Palestina para o seu Estado, enquanto Israel fica com 78%". 379

"A cerca de segurança de Israel equivale ao Muro de Berlim". 380

"A Autoridade Palestina é incapaz de desmantelar o Hamas e a Jihád Islâmica porque os grupos terroristas são muito poderosos e populares". 381

"Libertar prisioneiros palestinos é uma boa maneira de criar confiança para o processo de paz sem colocar em risco a segurança de Israel". 381

"Os períodos de tranqüilidade são resultado do endurecimento da Autoridade Palestina sobre os terroristas e poderiam continuar se não fossem as ações militares israelenses". 382

22. Os Assentamentos 387

"Israel não tem direito de estar na Cisjordânia. Os assentamentos israelenses são ilegais". 387

"Os assentamentos são um obstáculo à paz". 387

"A Convenção de Genebra proíbe assentamentos judaicos nos territórios ocupados". 389

"Israel está, de maneira provocativa, assentando judeus em povoados árabes, e tornando impossíveis os acordos territoriais". 390

"Israel deve desmontar todos os assentamentos antes que um acordo de paz final com os palestinos possa ser alcançado". 390

"Em Camp David, durante a presidência de Jimmy Carter, Israel concordou em suspender a construção de assentamentos por cinco anos. Em meses, já havia violado os acordos ao estabelecer novos assentamentos na Cisjordânia". 391

"As garantias de empréstimo dos EUA proporcionam a Israel bilhões de dólares dos contribuintes americanos usados na construção de assentamentos para judeus russos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza". 391

"Israel não tem direito de construir casas em Har Chomá porque faz parte da Jerusalém Oriental árabe e ainda será outro projeto de assentamento que vai impedir a paz". 393

"Qualquer um que defenda os assentamentos está justificando a ocupação da terra palestina". 394

"Os acordos de paz assinados entre Israel e os palestinos proíbem a criação de assentamentos". 395

"A Cruz Vermelha declarou que os assentamentos israelenses são crimes de guerra". 395

23. O Equilíbrio Bélico 397

"A ameaça de Israel e a retirada da oferta americana de construir a Represa de Assuã levaram o Egito a comprar armas da União Soviética em 1955, o que deu início à corrida armamentista no Oriente Médio". 397

"Os países árabes têm tido que acompanhar o ritmo da corrida armamentista iniciada por Israel". 397

"Israel é militarmente superior aos seus vizinhos árabes em todas as áreas e tem meios próprios de manter essa vantagem". 398

"A derrota do Iraque na Guerra do Golfo garante que, num futuro conflito, Israel venha a se enfrentar apenas com a Síria. Qualquer outra intervenção árabe tem pouca importância". 399

"A venda de armas dos EUA para a Arábia Saudita vem reduzindo a necessidade de tropas americanas para defender o Golfo Pérsico. Essas armas não representam uma ameaça a Israel". 400

"Israel se recusa a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear para ocultar o seu arsenal atômico e, assim, ameaçar seus vizinhos". 401

"Enquanto Israel se recusar a abrir mão das suas armas nucleares, o controle de armamentos no Oriente Médio será impossível". 402

24. A Mídia 403

"A cobertura de Israel pela imprensa é proporcional à sua importância no plano internacional". 403

"Israel recebe tanta atenção porque é o único país do Oriente Médio que interessa aos EUA". 403

"A cobertura do mundo árabe pela mídia ocidental é igual à de Israel". 404

"A mídia faz uma cobertura objetiva do mundo árabe". 404

"Os jornalistas que cobrem o Oriente Médio são motivados pela busca da verdade". 406

"A mídia faz com que Israel não sofra maiores conseqüências devido à sua aliança com os EUA". 407

"Israel não recebe a atenção devida porque não é um dos aliados dos EUA". 408

"Israel obtém uma cobertura favorável porque os judeus americanos controlam a mídia e exercem uma influência política desproporcional". 408

"Dirigentes árabes dizem a mesma coisa aos jornalistas ocidentais e à sua gente". 409

"Os jornalistas estão bem informados sobre a história do Oriente Médio e, portanto, podem situar os acontecimentos atuais no contexto adequado". 410

"A mídia entende o perigo que os palestinos representam para o cidadão israelense comum". 410

"A cobertura da intifada foi justa e equilibrada". 411

"Os israelenses não podem negar a verdade das imagens que mostram seus abusos". 412

"A imprensa não perdoa terroristas". 413

"A Autoridade Palestina não impõe restrições a jornalistas estrangeiros". 414

"A Al-Jazira é a 'CNN árabe', que fornece ao mundo árabe uma fonte de notícias objetiva". 416

"A mídia investiga cuidadosamente as reivindicações palestinas antes de publicá-las". 417

"A mídia trata os ataques terroristas contra Israel do mesmo modo como trata os ataques contra outras nações". 418

PUBLICAÇÕES DA EDITORA E LIVRARIA SÊFER

LITURGIA

SIDUR COMPLETO com Tradução e Transliteração
Jairo Fridlin
MACHZOR COMPLETO com Tradução e Transliteração
Jairo e Vitor Fridlin
HAGADÁ DE PÊSSACH
Jairo Fridlin e Ruben Rosenberg
SIDURZINHO
Jairo Fridlin e Ivo Minkovicius

ESTUDOS BÍBLICOS

TORÁ – A LEI DE MOISÉS
Meir Matzliah Melamed
REFLEXÕES SOBRE A TORÁ
Moshe Grylak
SALMOS com tradução e transliteração
e SALMOS Hebraico e Tradução
Vitor Fridlin, David Gorodovits e Jairo Fridlin
INICIAÇÃO AO ESTUDO DA TORÁ
Auro del Giglio
OS PORQUÊS DA TORÁ
Alfred J. Kolatch
MULHERES DA BÍBLIA
Shelomo Aviner

CABALÁ

AS 3 DIMENSÕES DA KABALÁ
Chayim David Zukerwar
SEFER IETSIRÁ – O Livro da Criação
Comentado por Aryeh Kaplan
MEDITAÇÃO E CABALÁ
Aryeh Kaplan
IMORTALIDADE, RESSURREIÇÃO E
A IDADE DO UNIVERSO
Aryeh Kaplan

TALMUD

A ÉTICA DO SINAI (Pirkê Avót)
Irving M. Bunim
INICIAÇÃO AO TALMUD
Auro del Giglio
A FILOSOFIA DO TALMUD
Samuel Belkin

PENSAMENTO

LIVRO JUDAICO DOS PORQUÊS
Alfred J. Kolatch
2º LIVRO JUDAICO DOS PORQUÊS
Alfred J. Kolatch
JUDAÍSMO E CRISTIANISMO: AS DIFERENÇAS
Trude Weiss-Rosmarin
BEM-VINDO AO JUDAÍSMO - Retorno e Conversão
Maurice Lamm
A TORÁ DE ÉRETS ISRAEL - Judaísmo e Sionismo
David Samson
UMA LETRA DA TORÁ
Jonathan Sacks
BATE-PAPO
Nechemia Coopersmith
ESTE É O MEU DEUS
Herman Wouk
ALÉM DO ESPELHO
Gila Manolson
O QUE É CASHRUT?
Eliahu Birnbaum e Shalom Rosenberg
JUDAÍSMO PARA O SÉCULO 21
Aryeh Carmell

HISTÓRIA

D. PEDRO II NA TERRA SANTA
Reuven Faingold
UMA HISTÓRIA DO POVO JUDEU (I) (II)
Hans Borger
OS MARRANOS EM PORTUGAL
Arnold Diesendruck

CLÁSSICOS

O CAMINHO DOS JUSTOS
Moshe Chayim Luzzatto
DEZENOVE CARTAS SOBRE JUDAÍSMO
Shimshon Raphael Hirsch
OS DEVERES DO CORAÇÃO
Bachia ibn Pacuda
O GUIA DOS PERPLEXOS (coletânea)
Maimônides
O CUZARÍ
Iehudá Halevi
A PSICOLOGIA DOS JUSTOS (Orchot Tsadikim)
Autor Anônimo
EM BUSCA DA VERDADE
Eliyahu E. Dessler
CONSELHOS EXTRAORDINÁRIOS (Pêle Ioêts)
Eliezer Papo

HEBRAICO

MANUAL DE CONVERSAÇÃO EM HEBRAICO
Nira Trumper
DICIONÁRIO PORTUGUÊS-HEBRAICO-PORTUGUÊS
Abraham Hatzamri e Shoshana More-Hatzamri
HEBRAICO FÁCIL
Prolog/Sêfer

COLEÇÃO JUDAICA

POVO JUDEU, PENSAMENTO JUDAICO (2 vol.)
Robert M. Seltzer
HISTÓRIA DE ISRAEL (2 vol.)
Howard M. Sachar
CONHECIMENTO JUDAICO (2 vol.)
Nathan Ausubel
O TALMUD ESSENCIAL
Adin Steinsaltz
UM TESOURO DO FOLCLORE JUDAICO
Nathan Ausubel
CABALA
Gershom Scholem
CHASSIDISMO: O MOVIMENTO E SEUS MESTRES
Harry Rabinowicz

GERAL

ENCICLOPÉDIA DO HUMOR JUDAICO
Henry D. Spalding
1001 PROVÉRBIOS EM YIDISH
Fred Kogos
VOCÊ SE LEMBRA, JOLIKA?
Rivka Steinberg Benjamini
MUNDO JOVEM (Poesia)
Malka Lorber Rolnik
PEQUENOS CONTOS DE ENREDO INDETERMINADO
Alberto Moghrabi
SABORES PARA SEMPRE
Depto. Fem. da Cong. Monte Sinai
NEGÓCIO FECHADO
David Gorodovits e Sílvio Acherboim
FESTA JUDAICA (CD)
Shimon Lavie
CANTANDO OS SALMOS (CD)
Coral dos Meninos de Jerusalém
JUNTOS... UM SÓ POVO - CONTOS
Shlomo Carlebach

Livraria Virtual: **www.sefer.com.br**